

Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Évora



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:

Mudança e Continuidade num Mundo Global

Financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian

A História da pesca artesanal em Moçambique:

Ilha de Chiloane (1892-1991)

Mário José Chitaúte Cumbe

Orientadora: Professora Doutora, Maria Eugenia Alves Rodrigues

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

2023

Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Évora



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:

Mudança e Continuidade num Mundo Global

A História da pesca artesanal em Moçambique:

Ilha de Chiloane (1892-1991)

Mário José Chitaúte Cumbe

Orientadora: Prof. Doutora Eugénia Rodrigues

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Júri

Presidente: Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora, Teresa Maria da Cruz e Silva, Professora Catedrática Aposentada do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Doutora, Ana Cristina Ribeiro Marques Roque, Investigadora Auxiliar do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutora, Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Doutor, Nuno Miguel Rodrigues Domingos, Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor, Paulo dos Mártires Lopes Teodoro de Matos, Professor Auxiliar do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Doutora, Maria Eugénia Alves Rodrigues, Investigadora Auxiliar do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian

2023

Dedicatória

Primeiro ao Senhor, nosso Deus pelo dom da vida.

A minha família que durante alguns anos ficaram privados da presença do marido, pai e avó,
em especial a minha esposa Rute,

Aos meus filhos Aniceto, Loyd Naicy e Mário Júnior,

Aos meus netos Clau, Sky, Ceuta e Aila.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida.

Agradeço aos docentes do PIUDHist pelos ensinamentos durante os diferentes seminários. Agradeço em particular à minha orientadora professora Eugénia Rodrigues pela paciência e dedicação que empreendeu para que este trabalho tivesse corpo.

Agradeço aos meus colegas de turma que, cada um à sua maneira, contribuíram para a reflexão sobre o tema durante as diferentes etapas da nossa formação e pesquisa em especial ao Kevin, Gonçalo, Luís e João Gime Luís.

Agradeço também aos funcionários dos Arquivos Histórico de Moçambique e Arquivo Histórico Ultramarino pela dedicação e apoio na localização das fontes que serviram de base nesta pesquisa.

Agradeço à Universidade Eduardo Mondlane, à Faculdade de Letras e Ciências Sociais e ao Departamento de História pela autorização para continuar a estudar a este nível e ao apoio institucional e financeiro e, em particular ao Paulo Lopes e Simão Jaime pelo tempo despendido a ler e comentar o trabalho. Aos meus informantes-chave, o meu apreço pelas valiosas contribuições e explicações sobre os diversos temas relacionados com as pescas em particular ao Cássimo Marujo, Jamilo Amade, Mário Six-Pense, Joaquim Russo de Sá, Simeão Lopes, Celso Lopes, Jerónimo Lopes e muitos outros entrevistados que foram ou são funcionários das pescas e pescadores artesanais de Govuro e da ilha de Chiloane. A título póstumo ao professor Gerhard Liesegang e ao antigo gestor de muitas instituições das pescas Manuel Gonçalves.

Particular realce vai ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que, através dela obtive a bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian durante os quatro anos da duração do curso.

RESUMO

Este trabalho investiga a posição socioeconómica da pesca artesanal e dos pescadores artesanais na sociedade moçambicana ao mesmo tempo que discute o impacto ambiental causado pela pesca artesanal na região de Manica e Sofala no período compreendido entre 1892-1991. A pesquisa concentrou sua análise em três épocas administrativas da história da região centro de Moçambique, nomeadamente: Companhia de Moçambique (1892-1942), Estado Novo (1942-1974) e Pós-independência (1975-1991). A pesca a nível mundial, é um recurso que fornece mais de 15% da ingestão anual de proteínas per-capita e, a contribuição anual da pesca artesanal para o total do pescado produzido em Moçambique é de cerca de 90% assim como contribui com cerca de 3% no Produto Interno Bruto (PIB). A pesca é praticada numa extensão de litoral de 2,750 km de costa marítima e nas águas interiores que ocupam uma extensão aproximada de 20.000km². Até aos finais do século XX a gamboa foi uma arte de pesca predominante que permitia a extração de peixe e acesso a proteínas na alimentação dada aos que prestavam diversos serviços assim como permitia a cobrança de impostos e taxas às autoridades. Neste trabalho, demonstramos que a pesca artesanal sofreu uma discriminação relacionada com o sector por se localizar na periferia do sistema de produção controlado pelo Estado, tanto no período colonial (1891-1974) que promovia a propriedade privada dos meios de produção assim como no período pós-independência (1975-1991) que promovia a propriedade coletiva dos meios de produção. Durante o período colonial em alusão, a principal preocupação dos patrões e do Estado era de maximizar os lucros sem se preocupar com a situação dos produtores. No sistema de produção socialista que predominou no pós-independência, apesar de o Estado advogar uma redistribuição igualitária dos recursos foi dada primazia a uma economia centralizada baseada em empresas estatais para onde eram canalizados a maior percentagem dos investimentos e, relegando ao segundo plano, mais uma vez, os estratos do campesinato e dos pescadores. Por esta razão, a pesca artesanal recebeu poucos investimentos em comparação com os sectores da pesca semi-industrial e industrial ao longo do período em análise. Através deste estudo comprova-se a importância da pesca artesanal onde participa a maior percentagem dos pescadores e produz a maior proporção do pescado nacional que, sem objetivos de obtenção de elevados lucros, foi resistindo e se adaptando às vicissitudes político-administrativos e ambientais, constituindo uma trave-mestra da subsistência e resiliência das comunidades rurais ao longo de quase um século.

Palavras-chave: pesca artesanal, Moçambique, Companhia de Moçambique, políticas de pescas, sustentabilidade ambiental, continuidades.

ABSTRACT

This work investigates the socioeconomic value of artisanal fisheries in Mozambique and discusses the environmental impact caused by artisanal fisheries in Manica and Sofala from 1892 to 1991. The research focused its analysis on three administrative periods of the history of the central region of Mozambique, namely: Companhia de Moçambique (1892-1942), Estado Novo (1942-1974) and post-independence (1975-1991). Worldwide fisheries provide more than 15% of the annual protein intake per-capita. The annual contribution of artisanal fishing to the total fisheries in Mozambique is about 90% as well as about 3% for the Gross Domestic Product (GDP). Fishing in Mozambique is practiced along a coastline of 2,750 km and in inland waters that occupy an approximate length of 20,000 km². Until the end of the 20th century, the gamboa was the predominant fishing technique used for fishing by many Mozambican fishermen. Fisheries allowed fishermen and their families to have access to food and proteins while providing financial resources for the local government by channeling fishermen taxes to the public revenue.

Our research work allows us to state that artisanal fishing received limited financial and technical support because it was located on the periphery of the production system controlled by the State, both in the colonial period (1891-1974) which promoted private ownership of the means of production as well as in the period post-independence period (1975-1991) where the state promoted collective ownership of the means of production. During the colonial period, the main concern of employers and the state was to maximize profits with little investments on the labour conditions. In the socialist system of production that prevailed in the post-independence period, despite the state advocating an egalitarian redistribution of resources, primacy was given to a centralized economy based on state-owned enterprises to which the largest percentage of investments were channelled and, relegating the peasantry and artisanal fishing to low priority. In fact, during the three periods under review artisanal fisheries received little investment from the state if compared to the semi-industrial and industrial sectors. This study demonstrates that during the periods under review artisanal fishing had the largest share of people involved in fishing activities. Moreover, artisanal fishing provided the largest percentage of the national captured fish. Without the objective of obtaining high profits, artisanal fishing resisted and adapted to political-administrative and environmental contexts. For nearly a century, artisanal fishing was the cornerstone of rural communities' livelihoods.

Keywords: artisanal fishing, Mozambique, Companhia de Moçambique, fisheries policies, environmental sustainability, communities, and continuities.

GLOSSÁRIO

Artesanal, Qualquer atividade feita manualmente ou com a utilização de máquinas consideradas rústicas (primárias) sem recurso a meios sofisticados ou técnicas elaboradas ou industriais.

Autarcia, é uma sociedade ou comunidade que em termos económicos, deve ser autossubsistente, nomeadamente em produzir tudo aquilo de que necessita para consumir, não ficando dependente das importações.

Cafre, em termos etnológicos significava população bantu da África meridional, cuja designação provém da palavra árabe *cafir*, que significava infiel que foi adotada pelos portugueses para as designar de forma genérica.

Capitalismo, Capitalismo é um sistema económico baseado na propriedade privada dos meios de produção e de distribuição, e tem como principais objetivos a obtenção de lucros e a acumulação de riquezas por parte dos capitalistas ao mesmo tempo que empregam os trabalhadores, proletariado, que geram a renda em troca de um salário.

Combinados Pesqueiros, CPs- Abreviatura dos Combinados de Pesca de Pequena Escala, que se iniciaram na Unidade de Direção das Pescas de Pequena Escala (UDPPE) em 1980. Nesta unidade foram traçados os programas e as estratégias para operar a frota de pesca comercial abandonada, assim como assistir à pesca artesanal.

Companha, Tripulação de navio ou barco de pesca; associação de pescadores.

Comunidade de pescadores, Grupo de pescadores com interesses comuns com laços de interdependência mais restritos em relação aos seus vizinhos que, compartilhando o mesmo espaço, interagem socialmente de forma próxima, para atingir os seus objetivos de sobrevivência.

Coolies, termo utilizado ao longo dos séculos XVIII e XIX para designar trabalhadores sazonais de baixo *status*, provenientes da China e da Índia.

Dagaa/mukene ou omena, é um peixe pescado no Lago Vitória, importante na dieta das pessoas na África Oriental e Austral. O peixe é capturado durante as noites sem lua e de manhã é vendido a mulheres que o espalham para secar ao sol. Isso leva um dia ou mais, dependendo do clima.

Erosão costeira, é o resultado de fatores de ablação de material sólido, o seu transporte e acumulação. É o conjunto de elementos físicos e humanos que levam à destruição e degradação do relevo transformando a paisagem.

Escambo, é um sistema de comercialização baseada na troca direta dos produtos onde a troca não é baseada em uma moeda padrão.

Estado “demiurgo”, Aquele Estado que tornar-se intervencionista e desconfia do capital privado, preferindo controlar a maioria dos sectores da economia desde a indústria até a assistência médica.

Gamboia, Com a grafia também em Cambôa, é uma armadilha de pesca feita de estacas de mangal, bambo e caniço que é entrelaçado por fibra vegetal extraído na floresta. O seu tamanho varia de acordo com o tipo de material, o local e a finalidade. A sua principal característica é de ser de carácter permanente.

Líderes tradicionais, Pelo conceito de líder tradicional entendemos como alguém que lidera sua comunidade de acordo com regras ancestrais (tradicionais). Essas regras não são escritas, mas fixadas na tradição oral que caracteriza muitas comunidades africanas, mesmo após a colonização europeia. Os termos usados para expressar este conceito variam desde chefe tradicional; autoridades tradicionais; autoridades costumeiras, autoridades gentílicas, entre outros. No entanto, este conceito insere em si estereótipos eurocêntricos das dicotomias tradicional versus moderno que não iremos chamar ao debate nesta tese.

Pesca artesanal, Aquela que é realizada tanto para a subsistência assim como para a comercialização. Usa embarcações que podem ter até o máximo de 10 metros. Predominam o arrasto para a terra, o emalhe de superfície, linhas de mão e cerco tradicional. Nesta modalidade também podem ser incluídas as cooperativas de produção.

Pesca de Pequena Escala, Conceito introduzido na década de 1980 com forma de agregar numa única estratégia de desenvolvimento formas de produção abrangendo a pesca de subsistência, a pesca artesanal e a pesca semi-industrial.

Pesca de Subsistência, Aquela que é realizada com o objetivo de autoconsumo e predomina o arrasto para a terra, o emalhe de superfície, linhas de mão e o cerco tradicional.

Pesca semi-industrial, Aquela que usa meios de produção que incluem embarcações entre 10 e 20 metros de comprimento. Predomina em águas rasas e os produtos capturados destinam-se ao consumo local e para a exportação.

Recursos naturais, Recursos naturais são elementos da natureza que em seu estado natural são necessários para o homem e que tecnologicamente podem ser aproveitados. Eles apresentam diferenças qualitativas e quantitativas, no tempo e espaço.

Sistema de partes, Sistema de pagamento por partes, também designado de pagamento por tonelagem na região centro, pressupõe uma divisão por partes do resultado da pesca de cada companhia onde o proprietário do barco e da arte de pesca, retira uma proporção combinada do pescado deixando o remanescente para a tripulação que, por sua vez, realiza a divisão em função das tarefas e posições de cada membro da tripulação entre eventuais e efetivos. Nos casos em que a embarcação usa motores a partilha é feita depois de deduzir os custos de combustível.

Teoria de hierarquia social, defende que as relações entre os diversos atores sociais e políticos (investidores estrangeiros e administração portuguesa) no seu relacionamento dentro da sociedade (re)produziam novas tensões de diferença, nas formas de subordinação entre os sujeitos.

Teoria do Rendimento Máximo Sustentável (RMS), defende que a quantidade de peixes que qualquer nível de esforço de colheita apresentar a longo prazo é uma função da intensidade da pesca e a capacidade do estoque para se reproduzir

Teoria dos bens comuns, segundo a qual o livre uso dos recursos naturais leva ao seu esgotamento na medida em que cada explorador quer explorar o seu máximo.

Unidade de pesca, Define-se como unidade de pesca, uma embarcação com sua tripulação e artes de pesca ou, na ausência de embarcação, um pescador ou um grupo de pescadores utilizando em comum uma ou mais artes de pesca. Neste sentido, as unidades de pesca que apresentam artes dos tipos quinia e chicota são não convencionais pela sua classificação que se dá às respetivas artes (e proibidas por Lei) e, regra geral, não são licenciadas.

Upwelling, fenómeno de afloramento ou ressurgência, é um processo através do qual o vento sopra do interior para a costa afastando as massas de águas superficiais costeiras e assim massas de água profundas e carregadas de nutrientes ascendem a superfície para ocupar o espaço vago.

Zona Económica Exclusiva (ZEE), Considera-se zona económica exclusiva a zona a partir do mar territorial ou águas interiores que são contadas as 200 milhas de extensão da ZEE definida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapas

- Mapa nº 1- Mapa da concessão da Companhia de Moçambique na região Austral
- Mapa nº 2- Mapa da localização das áreas concessionadas a Companhias em Moçambique
- Mapa nº 3- Mapa da Companhia de Moçambique indicando as regiões ocupadas
- Mapa nº 4- Moçambique, Localização geográfica da província de Sofala e ilha de Chiloane
- Nº 5- Esboço de Mapa da Ilha de Chiloane
- Mapa nº 6- Mapa dos Combinados Pesqueiros

Figuras

- Figura nº1-Publicidade das potencialidades da região de Manica e Sofala
- Figura nº 2 -Estatutos da Companhia de Moçambique
- Figura nº 3- Carta Orgânica da Companhia de Moçambique atualizada pelo decreto de 17 de Maio de 1897
- Figura nº 4-Selos emitidos pela Companhia de Moçambique
- Figura nº 5- Moeda emitida pelo Banco da Beira, propriedade da Companhia de Moçambique
- Figura nº 6- Decreto do Câmbio a vigorar na Companhia de Moçambique
- Figura nº 7- Duas personalidades marcantes na história da Companhia de Moçambique
- Figura nº 8- Lista de governadores da Companhia de Moçambique no período entre 1892-1942
- Figura nº 9- População indígena residente na Companhia de Moçambique
- Figura nº 10- Imposto de palhota coletado entre 1937 e 1942
- Figura nº 11- População europeia residente no território da Companhia
- Figura nº 12- População proveniente dos territórios dos impérios português e britânico
- Figura nº 13 -População branca emigrada para Moçambique, 1940 -1970
- Figura nº 14- Tabela de importação de peixe seco de Angola
- Figura nº 14.1- Importação de peixe seco
- Figura nº 15- Cabotagem de barcos transportando peixe seco
- Figura nº 16- Estatísticas de peixe seco desembarcado no porto da Beira

Figura nº 17- Divisão administrativa da Companhia de Moçambique

Figura nº 18- Foto mostrando infraestruturas destruídas pela erosão na ilha de Chiloane

Figura nº 19- Foto mostrando o farol Chinguni destruído pela erosão na zona norte da ilha de Chiloane.

Figura nº 20- Foto mostrando o farol Ingomaimo localizado na zona Sul da ilha de Chiloane

Figura nº 21- Variação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) em África por todo ano

Figura nº 22- Evolução das capturas de camarão de águas pouco profundas no Banco de Sofala

Figura nº 23- Foto mostrando pescadores a ensacar peixe seco na ilha de Chiloane no período de 1968 e 1986

Figura nº 24- Instrumentos reguladores das pescas no período 1898-1948

Figura nº 25- Regulamento de pescas nas águas marítimas do Território da Companhia de Moçambique

Figura nº 26- Tabela de emolumentos do Regulamento de 1898

Figura nº 27- Esboço físico de demarcação de Gamboa

Figura nº 28- Demarcação de Gamboa

Figura nº 29- Arrematação de uma área para colocação de gamboa

Figura nº 30- Licença para a exploração de gamboa

Figura nº 31- Requerimento para exploração de gamboa por um pescador indiano

Figura nº 32- Mapa das licenças de pesca com gamboas concediadas no mês de Março de 1939

Figura nº 33- Mapa de licenças de pesca com redes de arrastar concedidas a régulos de áreas administradas pela Companhia em 1928

Figura nº 34- Complemento à Ordem nº 1978 de 2 de Agosto de 1901 do Regulamento de pesca

Figura nº 35- Tabela de obrigações e encargos aos concessionários de gamboas

Figura nº 36- Exploração comercial da casca do mangal

Figura nº 37- Características das famílias rurais

Figura nº 38- Foto mostrando uma Mulher transportando gamboa em Inhambane

Figura nº 39- Foto mostrando mulheres e crianças apanhando conchas, mexilhões, amêijoas

Figura nº 40- Foto mostrando pesca com uso em tecido na região de Nacala na província de Nampula

Figura nº 41- População não indígena residente em Moçambique no período 1928-1960

Figura nº 42- Produção pesqueira de Moçambique, 1958-1964

Figura nº 42.1- Dados da produção pesqueira de Moçambique, 1958-1964, em forma de gráfico

Figura nº 43- Quadro comparativo de produção e importação de pescado, 1961-1986 (em toneladas)

Figura nº 44- Importações de peixe de Angola e Portugal no período 1955-1972

Figura nº 45- Dados estatísticos da produção pesqueira em Moçambique entre 1955 e 1972

Figura nº 45.1- Dados estatísticos da produção pesqueira em Moçambique entre 1955 e 1972

Figura nº 46 -Estrutura da economia de Moçambique, 1983-1993

Figura nº 47- Dados do recenseamento da pesca artesanal em Sofala 1990-2002

Figura nº 48- Algumas embarcações e artes e aprestos de pesca usados na pesca artesanal e respectivas explicações

Figura nº 49- Foto mostrando uma Chata em construção na ilha de Chiloane

Figura nº 50- Foto mostrando uma Canoa em reparação na ilha de Chiloane

Figura nº 51- Foto mostrando uma Gamboa de caniço

Figura nº 52- Foto mostrando uma Gamboa colocada no lodo

Figura nº 53- Foto mostrando uma Gamboa colocada na zona de mangal

Figura nº 54- Foto mostrando algumas armadilhas usadas na pesca artesanal

Figura nº 55- Número de Cooperativas e de Aldeias Comunais construídas no período 1977-1982

Figura nº 56- produção total dos CPs no período 1980-1985 (em toneladas)

Figura nº 57- CPs e PACs estabelecidos no período 1979-1984

Figura nº 58- Evolução de criação de Combinados Pesqueiros e dos Postos de Apoio e Compra, no período 1970-1987

Figura nº 59- Quantidades de produtos fornecidos nas zonas urbanas, 1973-1984

Figura nº 60- Produção de peixe, 1979-1986

Figura nº 61- Produção de peixe pela pesca artesanal, 1986-1994

Figura nº 62- Produção de camarão e peixe ao nível da província de Sofala, 1986-1994 (dados calculados em toneladas)

Figura nº 63- Importação de pescado, 1979-1985

- Figura nº 64-Força de trabalho das empresas de Pesca de Pequena Escala em 1983
- Figura nº 65- Foto mostrando fardos de peixe seco processado para comercialização
- Figura nº 66- Frota de barcos e número de trabalhadores
- Figura nº 67- Tabela de fixação de Preço de pescado seco (1987) -Unidade: Metical/Kg
- Figura nº 68- Produção de camarão, 1979-1986
- Figura nº 69- Exportação de camarão, 1979-1986
- Figura nº 70- Quadro resumo da situação dos Combinados Pesqueiros, 1985-1987

LISTA DE ORGANIZAÇÕES, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AAM- Associação Académica de Moçambique
AGP- Acordo Geral de Paz
AGRICOM- Empresa de Comercialização de produtos Agrícolas
AHM- Arquivo Histórico de Moçambique
AHU- Arquivo Histórico Ultramarino
ANNT- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ASAPS- Anti-Slavery and Aborigenes Protection Society
BIDI- Bureau International pour la Défense des Indigènes
BIT- Bureau International du Travail
BM- Banco Mundial
BNP- Biblioteca Nacional de Portugal
BNU- Banco Nacional Ultramarino
BSAC- British South África Company
CBAT- Centro de Biologia Aquática Tropical
CBPU- Centro de Bioceanologia e Pescas do Ultramar
CCP- Conselhos Comunitários de Pesca
CEE- Comunidade Económica Europeia
CNAC- Comissão Nacional da Aldeias Comunais
CNP- Comissão Nacional do Plano
CONCP- Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CP- Combinados Pesqueiros
DINAP- Direção Nacional de Administração Pesqueira
DNI- Direção dos Negócios Indígenas
DNP- Direção Nacional das Pescas
ECOSOC- Conselho Económico e Social
EFRIPEL- Entrepósito Frigorífico de Pescas de Moçambique
EFTA- European Free Trade Association
EMOPESCA- Empresa Moçambicana de Pesca
EQUIPESCA- Empresa de Apetrechamento da Indústria Pesqueira
FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FFP- Fundo de Fomento Pesqueiro

FMI- Fundo Monetário Internacional
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
FRIGOPEIXE- Indústria e Comércio de Pescado Eireli
GD- Grupos Dinamizadores
ICI- Instituto Colonial Internacional
IDEPA- Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca e Aquacultura
IDPPI- Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala
IFAD- International Fund for Agricultural Development
IICT- Instituto de Investigação Científica Tropical
IIP Instituto de Investigação Pesqueira
INAMAR- Instituto Nacional da Marinha
INDP- Instituto Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro
INE- Instituto Nacional de Estatística
JIU- Junta de Investigação do Ultramar
MAP- Ministério da Agricultura e Pescas
MEBPM- Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique
MICOA- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
MOSOPESCA- Sociedade de Pesca Lda
MP- Ministério das Pescas
NAVIPESCA- Empresa de Construção e Reparação de Barcos de Pesca
OBC- Organizações de Base Comunitárias
ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OECE- Organização Europeia para a Cooperação Económica
OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONG- Organizações Não-Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
PAC- Postos de Apoio e Compra
PAFMECSA- Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa
PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PARPA- Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta
PEAPA- Programas Especiais de Apoio à Pesca Artesanal
PEC- Plano Estatal Central

PESCAMAR- Sociedade de Pescas de Mariscos
PESCOM- Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros
PESPA- Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal
PIB- Produto Interno Bruto
PPABAS- Programa de Pesca Artesanal do Banco de Sofala
PPAN- Programa de Pesca Artesanal em Nampula
PPI- Plano Prospectivo Indicativo
PRE- Programa de Reabilitação Económica
RDA- República Democrática Alemã
RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana
RFA- Recolha de Fauna Acompanhante
RMS- Rendimento Máximo Sustentável
RTI- Repartição do Trabalho Indígena
SADC- Southern African Development Community
SADCC- Southern African Development Coordination Conference
SDN- Sociedade das Nações
SEP- Secretaria de Estado das Pescas
SFP- Sociedade de Fomento Pesqueiro
SIP- Serviços de Investigação Pesqueira
SNAPA- Sistema Nacional de Amostragem da Pesca Artesanal
TANU- Tanganyika African National Union
TECNIPESCA- Empresa de Assistência Técnica, Projetos e Construções Pesqueiras
UDPPE- Unidade de Direção das Pescas de Pequena Escala
UEM- Universidade Eduardo Mondlane
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WNLA- Witwatersrand Native Labour Association
ZCIT- Zona de Convergência Intertropical
ZEE- Zona Económica Exclusiva
ZME- Zona Monetária do Escudo

INDICE

TABLE OF CONTENTS

Dedicatória	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract	vii
Glossário	ix
Lista de Mapas e Figuras.....	xii
Mapas.....	xii
Figuras	xii
Lista de organizações, abreviaturas e acrónimos	xvi
Introdução	1
A importância da pesca em Moçambique	5
O estado da arte sobre as pescas em Moçambique.....	11
Perspetivas teóricas	17
Fontes e Metodologia.....	28
Plano dos Capítulos	35
Capítulo I – Política colonial portuguesa de estabelecimento de Companhias em Moçambique no século XIX	38
1.1. Introdução	38
1.2. A região entre o vale do Zambeze até ao rio Save	40
1.3-Entidades políticas de destaque estabelecidas na região e sua relação com os portugueses.....	46
1.4- Capitalismo colonial, a criação de companhias majestáticas e as suas implicações ao nível local.....	54
1.5 A administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique e a sua relação com as autoridades portuguesas	64
1.6- Arrecadação de receitas através da política laboral e fiscal no período colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo).....	87
1.7- Considerações finais.....	98
Capítulo II- Importância da pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique (1892-1942)	103
2.1- Introdução.....	103
2.2- A pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique.....	104

2.3- A pesca artesanal como fator de incremento do povoamento branco em Moçambique, (Companhia de Moçambique, Estado Novo)	120
2.4-Limitação da capacidade de fornecimento de peixe e a necessidade de sua importação.....	130
2.5- Considerações finais.....	139
Capítulo III - Pesca artesanal: exploração económica e preservação dos recursos naturais	142
3.1- Introdução.....	142
3.2- A Ilha de Chiloane.....	145
3.3-Factores climáticos e ambientais que influenciam a pesca artesanal na exploração e preservação dos recursos	163
3.4- A regulamentação da pesca e a gamboa como principal armadilha de pesca artesanal	196
3.5-Fatores culturais e crenças religiosas ligadas à pesca artesanal	245
3.6-A pesca e a pobreza cíclica do pescador artesanal	256
3.7- Participação da mulher na pesca artesanal	267
3.8- Considerações finais.....	278
Capítulo IV- As comunidades de pescadores artesanais face às políticas de produção pesqueira: continuidades e ruturas.....	281
4.1- Introdução.....	281
4.2- Soberania portuguesa e a nacionalização do território concessionado à Companhia de Moçambique: principais atividades económicas desenvolvidas.....	283
4.3- A coerção ao trabalho como fundamento da política colonial de exploração das colónias: Situação na Companhia de Moçambique e nos territórios sob administração direta portuguesa.....	292
4.4-A política portuguesa para as pescas até ao início dos Planos de Fomento	318
4.5-O Plano intercalar (1965-1967), e a modernização da pesca pelo Estado Novo ..	334
4.6- O desenvolvimento da pesca artesanal no período da administração portuguesa na região de Manica e Sofala, (1942-1974)	349
4.7-O problema do “deficit” do pescado produzido em Moçambique e o papel de consumidor de excedentes da metrópole	354
4.8- Considerações finais.....	365
Capítulo V – Impacto das políticas de produção pesqueira nas comunidades no período pós-independência.....	369
5.1- Introdução.....	369

5.2- Políticas da Frelimo para o sector das pescas.....	371
5.3-Papel do pescador artesanal perante as vicissitudes da sua atividade	381
5.4- Principais artes e aprestos de pesca artesanal.....	388
5.5- O intervencionismo do Estado e as políticas de nacionalizações da Frelimo, em contexto de abandono de empresas privadas, no pós-independência.....	401
5.6-Relação dos Combinados Pesqueiros (CPs) com os pescadores artesanais até ao seu declínio.....	423
5.7- Aposta do Estado na modernização da pesca e seu impacto na pesca artesanal	466
5.8- Considerações finais.....	492
6- Conclusão.....	494
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	503
I-Fontes primárias e Documentos de Arquivo	503
I.1-ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM.....	503
I. 2-ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT)	505
I. 3-ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU).....	506
II-FONTES IMPRESSAS.....	509
II.1- Documentos, Relatórios/Regulamentos, Legislação/Memórias, Jornais E Periódicos	510
II.2- Fontes eletrónicas, Documentos Oficiais, Censos.....	512
II.3-Fontes orais.....	515
III-Referências	517
III.1-Obras não publicadas.....	517
III.2-Obras publicadas.....	517
Anexo I.....	531
Documentos de Arquivo.....	531
Anexos II.....	574
Fotografias tiradas no período da pesquisa de campo	574
Anexo III	577
Plano de atividades do Trabalho de campo, e entrevistas semi-estruturadas	577
Março- Maio 2018.....	577
Anexo IV	589
Exemplo de duas entrevistas realizadas na Ilha de Chiloane	589

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo o estudo da história da pesca artesanal em Moçambique, na região de Sofala, durante o período que se inicia em 1892, ano da entrega formal da carta com poderes majestáticos ou soberanos por Portugal, enquanto potência colonizadora, aos gestores da Companhia de Moçambique, e termina em 1991, ano da publicação pelo governo de Moçambique da lei de privatização, pelo Decreto-Lei 15/91, de 3 de Agosto, que estabelecia as normas sobre a reestruturação, transformação, e redimensionamento do sector empresarial do Estado, que tiveram como uma das consequências, a privatização e alienação dos Combinados Pesqueiros onde estavam enquadrados os pescadores artesanais.

Considera-se pesca artesanal a pesca em pequena escala realizada tanto para a subsistência como para a comercialização. A pesca artesanal, mesmo quando se realiza próximo das zonas urbanas, integra-se na vida rural. É uma atividade que fornece a base de alimentação e as proteínas ao homem desde os tempos remotos, de tal forma que se pode afirmar que a pesca é quase tão antiga como a existência do homem. As técnicas e artes de pesca dependeram do génio e das necessidades de cada momento. De acordo com Silveira e Nodari, a pesca é uma identidade cultural porque cria uma atmosfera pesqueira com a qual os pescadores se identificam socialmente. A pesca liga os homens às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais em espaços onde realizam as suas atividades tais como o mar, o rio ou outras massas de água onde ela se pratica. Este é o espaço territorial que serve como meio de manutenção das tradições e do reforço da identidade local servindo, ao mesmo tempo, como local de produção para o sustento das famílias¹. Os laços de parentesco (étnicos e familiares permeados por usos e costumes), permitem uma cumplicidade que liga as pessoas a um grupo ou a uma comunidade de tal ordem que, a dimensão coletiva se torna individual e a individual se torna coletiva².

¹ Silveira, C. D. e Nodari, E., *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, Actas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona 1, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais-Laboratório Associado, Coimbra, 2013, p. 14.

² Silveira C.D.e Nodari, E.A., *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, p. 14.

O pescador artesanal muitas vezes trabalha de forma individual na recolção e em pequenas embarcações ou a pé. No entanto, no uso de outras artes de pesca pode precisar de um maior número de pessoas, em esforço coletivo, no mar e no desembarque³.

Em Moçambique, como em geral na Ásia, África e América Latina, uma boa parte das populações depende das pescarias de pequena-escala e de subsistência no combate à pobreza, sendo este o primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio⁴. Em termos de espaço de análise, escolhemos a região centro do país entre o vale do Zambeze e do Save. Especificamente, a pesquisa centrou-se nas atuais províncias de Manica e Sofala, e numa pequena comunidade de pescadores artesanais na ilha de Chiloane. A zona de Sofala foi a primeira a ser colonizada pelos portugueses. Esboçando uma pequena cronologia da região, note-se que existia aí uma comunidade suaíli, isto é, povoações de mercadores islamizados que iam até Manica procurar ouro, e nas ilhas ‘Bocicas’ - Bazaruto, buscar pérolas, e na foz do rio Save ‘Sabia’ o marfim e outros produtos. Após a sua chegada ao oceano Índico, os portugueses estabeleceram-se na região, construindo o Forte de São Caetano de Sofala, em 1505, com uma paliçada de madeira, e, no ano seguinte, começou-se a construção em alvenaria, usando pedra e cal, e seguiu-se a construção de habitações, assim como de uma cisterna que conservava água das chuvas de que se abastecia toda a comunidade vizinha. Em 1586, a povoação portuguesa contava com 600 cristãos, entre portugueses e mestiços e gente da terra, assim como uma igreja, palmares, hortas de toda a variedade, e perto mantinha-se uma povoação de *suaili*, antigos senhores das terras⁵.

A maioria das comunidades pesqueiras com a maior concentração de pescadores artesanais, localiza-se na região centro de Moçambique, na área do Banco de Sofala. Estas comunidades, são herdeiras da história do Índico Ocidental e são inspiradas pela sua cultura milenar, ao nível simbólico e material. A razão da escolha desta região reside no

³Minguzzi, Magda, *The Spirit of Water: practices of cultural reappropriation. Indigenous heritage sites along the coast of the Eastern Cape-South Africa*. Firenze, Firenze University Press, 2021.

⁴ Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, Disponível em www.on.org/millenniumgoal, consultado 10/05/2021.

⁵ Roque, Ana Cristina, *Terras de Sofala: persistências e mudança ; contribuições para a história da costa sul-oriental de África nos séculos XVI- XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian [u.a.], 2012, p. 42. Esta autora sintetiza dizendo que nestas terras atravessadas pelo rio de Sofala, situavam-se a fortaleza portuguesa e a povoação de cristãos, a dos naturais e a dos mouros; Silva, João Julião da, Silva, Zacarias Herculano da, Silva, Guilherme Ezequiel da, Feliciano, José Fialho e Nicolau, Vítor Hugo, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998, p. 65.

facto de ter sido a área em que as comunidades de pescadores estiveram sob jurisdição de três tipos de administração diferentes, nomeadamente a Companhia de Moçambique, 1892-1942, a administração direta do Estado Novo, 1942-1974 e o governo pós-independência desde 1975. Esta longa duração permite-nos compreender as continuidades e ruturas nas políticas destinadas ao setor da pesca artesanal e dos seus praticantes, os pescadores. Adicionalmente, no período colonial foram emitidas as primeiras licenças para a introdução da pesca industrial na cidade da Beira (Sofala) com a introdução dos primeiros barcos a motor entre 1958 e 1964 e no pós-independência foram implementados alguns dos maiores projetos para a pesca artesanal, nomeadamente o Projeto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala (PPABAS, 2002-2011)⁶.

O Banco de Sofala, estende-se por aproximadamente 45.000 km² até à batimétrica de 200 metros entre os paralelos 15° 38' e 21°30' Sul, com largura máxima de 60 milhas náuticas em frente do rio Pungué na Província de Sofala, representando 64% da plataforma continental de Moçambique. A área geográfica estende-se desde Angoche, na Província de Nampula até à foz do rio Save na Província de Inhambane (Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala). No Banco de Sofala encontra-se a maior proporção dos recursos marinhos do país⁷. Esta riqueza de produtos marinhos permite uma produção que tem sido a componente principal das exportações e rendimentos nacionais ao longo dos anos⁸. Esta região caracteriza-se pela ocorrência de mangal, um ecossistema costeiro, situado nas regiões tropicais e subtropicais e que se desenvolve junto à desembocadura de rios, estuários e lagunas costeiras, até onde há influência de marés⁹.

No percurso temporal escolhido para esta tese, procuramos compreender a relação entre a pesca artesanal e o poder político administrativo instituído (1892-1991); tentamos

⁶ A pesca industrial opera principalmente na Zona Económica Exclusiva, ZEE, que são as 200 milhas de extensão que começam a ser contadas a partir do mar territorial ou águas interiores definidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Nesta zona operam barcos de maior tonelagem equipados de motores superiores a 40CV, redes e sistema de refrigeração mais sofisticados. Fernandes, Raul Mendes «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade». Doutoramento. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra-Portugal, 2012, p. 28-29; «Projeto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala, (PPABAS)», 2010, p. 5.

⁷ «Plano Diretor das Pescas, 2010-2019», Ministério das Pescas, Maputo, 2010, p. 9.

⁸ «Plano Diretor das Pescas, 2010-2019», p. 9; «Projeto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala, (PPABAS)», 2010, p. 5; «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 76-77.

⁹ «Estratégia e Plano de Ação Nacional para Restauração de Mangal 2015-2020», Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras, Maputo, 2015, p. 6-7.

perceber como é que as comunidades de pescadores responderam às políticas determinadas pelo poder central em função dos seus próprios interesses e quais as possíveis dimensões de conflito daí resultantes; analisamos a posição socioeconómica da pesca artesanal e dos pescadores artesanais na sociedade, tendo em conta os seus rendimentos; e discutimos como a necessidade de exploração dos recursos naturais se concilia com a sua preservação, verificando eventuais transformações na tecnologia utilizada nas embarcações e nos aprestos de pesca para analisar o impacto ambiental causado pela pesca; finalmente, exploramos os fatores que contribuem para manter os pescadores artesanais na margem do sistema económico controlado pelo Estado e vulneráveis à pobreza cíclica.

O nosso argumento central é que a pesca artesanal sofreu uma discriminação no contexto do sector das pescas, por ser uma atividade localizada na periferia do sistema de produção centrada em mecanismos de exploração intensiva de recursos. Por esta razão, não foi prioritária nos investimentos no sector ao longo das três administrações diferentes (Companhia de Moçambique, Estado Novo e pós-independência) que estiveram implantadas nas províncias de Manica e Sofala. Assim, os mecanismos socioinstitucionais tanto do período colonial como do período socialista do governo moçambicano têm limitado a capacidade de a pesca artesanal gerar riqueza. Os dados recentes, portanto, fora da cronologia do nosso trabalho tal como os censos de 2007 a 2012; o Índice de Desenvolvimento Humano de 2012 assim como do PESPA 2007 que adiante usamos, também reforçam este argumento.

As hipóteses explicativas para a discriminação da atividade da pesca artesanal e permanência na margem do sistema, podem estar relacionadas com as políticas adotadas pelas autoridades coloniais e pós-coloniais. As políticas coloniais, no âmbito da política do indigenato, visavam que as comunidades tivessem apenas a capacidade de pagar o imposto e não criar uma pequena burguesia, assim como tinham como objetivo a transformação das colónias em consumidores dos excedentes da metrópole. No período pós-colonial, a estatização da economia no regime socialista pretendia transformar o pescador artesanal em assalariado. Outro elemento que contribuiu para a discriminação da pesca artesanal foi o processo de modernização da pesca que se assistiu desde o período do Estado Novo, com a introdução da pesca semi-industrial e industrial para dar resposta à procura de pescado. Tanto a administração do Estado Novo quanto o governo socialista do pós-independência privilegiaram os investimentos na área da pesca industrial e semi-industrial porque garantem maior possibilidade de retorno do investimento com a

exportação de pescado, enquanto a dispersão e a baixa literacia das comunidades de pescadores artesanais e a precariedade dos instrumentos usados dificulta o investimento. Estas razões parecem explicar porque os três regimes administrativos apostaram na pesca semi-industrial e industrial, muitas vezes sem equacionar o impacto na preservação dos recursos e do meio ambiente que pode ser observada na pesca artesanal.

A motivação intelectual desta tese reside no facto de ter tido a oportunidade de participar na criação do Museu de Pescas, em Moçambique, inaugurado em 2014. A partir desta altura, passámos a lidar com temáticas do sector de pescas em Moçambique e da pesca artesanal em particular. Nesta interação tivemos oportunidade de integrar equipas de investigação que fizeram a recolha de artefactos de pesca, assim como a recolha de informações sobre a sua história. Esta colaboração despertou-nos também para a importância das pescas na economia moçambicana, considerando a extensão de 2,750 km de costa marítima e o elevado número de pessoas envolvidas nesta atividade económica.

A importância da pesca em Moçambique

As características do litoral e da plataforma marítima de Moçambique assim como os ecossistemas marinhos aí existentes, permitem identificar três tipos de costa dominantes, relativamente homogéneas, quer na orla continental quer no mar, que constituem grandes unidades de gestão das pescarias, nas quais são próximos os sistemas ecológicos, as condições de pesca artesanal e as condições físicas. Neste contexto, podemos identificar a costa Norte, cujo litoral é caracterizado por fundos de coral rochosos e uma plataforma continental estreita, ilhas e baías abrigadas, abrangendo a província de Cabo Delgado e os distritos do norte e centro da província de Nampula, em uma extensão de cerca de 770 km. Segue-se a costa da região Centro, espreada, fazendo face ao banco de Sofala, influenciada pelos numerosos rios e canais e florestas de mangal que proporcionam áreas estuarinas abrigadas e algumas ilhas litorais, estendendo-se pelos dois distritos mais a sul da província de Nampula até ao distrito de Govuro, na província de Inhambane, em uma extensão de cerca de 980 km. Finalmente, a costa Sul, caracterizada por fundos de bancos de coral e rocha, espreada em algumas áreas, exposta a fortes ventos, em especial a partir do Sul da província de Inhambane, fazendo face na sua parte central ao banco da Boa Paz, de águas profundas, com algumas baías abrigadas,

indo desde o distrito de Govuro, a Norte da província de Inhambane, até ao extremo Sul da província de Maputo, a cerca de 950 km¹⁰.

Ao longo da mesma costa existem alguns pontos geográficos que, pelas suas condições geográficas, proporcionam a concentração de espécies marinhas e, conseqüentemente, atividades mais intensas de pesca artesanal tais como a foz dos rios mais importantes e as áreas marinhas que lhes são adjacentes, assim como as baías que, por vezes, lhes estão associadas, consideradas áreas de pesca artesanal. Nelas predominam os pequenos pelágicos, demersais de fundos macios e alguns crustáceos. Destacam-se as desembocaduras dos rios Rovuma, Zambeze e seu delta, o rio Pungué e a baía de Sofala, o rio Save, as baías de Vilanculo e de Inhambane, o rio Limpopo e o estuário e a baía de Maputo. As ilhas litorais localizadas perto da costa de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Inhambane, são outras das áreas onde se concentram atividades de pesca artesanal. Nestas áreas concentram-se atividades de pesca de espécies demersais de fundos rochosos e alguns grandes pelágicos¹¹.

Em relação às águas interiores, em todo o território existem cerca de vinte cinco grandes rios com caudal permanente, lagoas litorais e interiores e planícies de cheia, que proporcionam peixe às populações locais. Entre estes rios, destaca-se o Zambeze o qual se estima que deposite no oceano Índico cerca de dois terços da descarga de água doce de todos os rios moçambicanos, influenciando fortemente toda a costa centro do país¹².

A pesca artesanal marítima e a pesca em águas interiores constituem a fonte principal de rendimentos económicos das comunidades pesqueiras, entre pescadores, coletores e mergulhadores. A sua prática gera diversas outras atividades relacionadas em terra tais como o transporte, armazenamento, transformação e conservação tradicional (salga, secagem e fumagem) e moderna (refrigeração e congelação), assim como a construtores e comerciantes de aprestos de pesca e da comercialização do pescado, carpinteiros e mecânicos navais, entre outras. A pesca artesanal caracteriza-se por utilizar tecnologia simples e com índices de produção e produtividade baixos assim como por alguns constrangimentos no acesso ao financiamento e no processamento, conservação e comercialização do pescado. O processamento de pesca realizado em Moçambique é característico de um sector tradicional representado como “*commodities*”, quer dizer,

¹⁰«Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 5.

¹¹«Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 4.

¹²«Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 4.

produto primário sem qualquer transformação de vulto, por isso não acrescenta valor ao produto, mas serve apenas para acondicionar o pescado¹³.

A pesca artesanal em Moçambique é uma atividade situada na fronteira entre a economia de subsistência e o mercado capitalista e inspirada por lógicas complexas relacionadas com crenças religiosas, tabus, mitos, entre outros. Estes pescadores são movidos, ora por referências de ordem comunitária, ora por racionalidades trazidas do exterior, sejam elas as da modernidade ocidental, herdada da colonização ou as resultantes da vivência milenar tecida pelas solidariedades estabelecidas durante o seu labor, em diferentes espaços, em especial com o oceano Índico. Pouco conhecida é a vida destes homens e mulheres que consagram a sua vida ao mar, cuja atividade económica é dificilmente avaliada, sendo por isso que não consta das estatísticas oficiais na sua plenitude. Os pescadores artesanais são desta forma, atores sociais que se situam na margem do sistema, na altura dos benefícios, quer no período colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo), quer no pós-independência. No campo oposto, mas sem que barreiras estanques existam de permeio, situa-se a pesca semi-industrial e industrial, portadora da modernidade capitalista e com expressão nas estatísticas de exportação de Moçambique até aos dias de hoje, sobretudo no caso do camarão. Ainda nos tempos atuais, continua sendo difícil avaliar a contribuição da pesca artesanal para a economia do país, assim como ela resiste ao seu controlo pelo Estado. Por exemplo, um dos nossos entrevistados teceu as seguintes considerações:

Os pescadores artesanais estão espalhados por todo o país, na costa e nas águas do interior, onde não há portos de desembarque e nem se podem colocar fiscais. Mesmo em um estuário existem muitas saídas por onde o pescador pode entrar e sair a qualquer altura. As estatísticas, 2018, mencionam que mais de 85% da produção pesqueira em Moçambique provem da pesca artesanal. Tendo em conta as dificuldades de controlar e registar as capturas dos artesanais, podemos inferir que deve ser muito mais que estes números. Estes dados mostram que o Estado deve ter um maior trabalho de como conseguir controlar este sector. O pescador artesanal é qualquer pessoa que muitas vezes nem precisa de licença. Entra no mar sem qualquer controlo e a qualquer hora onde quiser. Mas esta questão é ditada pelas dificuldades do Estado de estender-se em todo o perímetro onde haja pesca. Por exemplo só aqui na baía de Maputo o Estado não consegue controlar este estuário¹⁴.

¹³ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», *Observador Rural*, nº 105, Maputo, 2021, p. 20.

¹⁴ António Mubambo Hogueane, Entrevista, Local-Maputo, dia 30 e 31 de Julho de 2019. Docente e Investigador da Universidade Eduardo Mondlane. Fundador do curso de licenciatura em Oceanografia na mesma universidade em 2000.

Esta circunstância faz do subsector da pesca artesanal como que um amortecedor (*buffer*) das pressões sociais em períodos em que esteja em risco a sua base normal de subsistência. A pesca artesanal constitui então uma alternativa à qual recorrem as populações mais empobrecidas na sua luta pela sobrevivência. Embora os números não sejam conhecidos, é de admitir que, no subsector da pesca artesanal, se mantenham índices de pobreza superiores à média nacional e provinciais, tanto no mar como nas grandes massas de água continentais. Por esta razão, o subsector da pesca artesanal, em especial aquela que se situa ao nível da subsistência, tem uma dinâmica de entrada e saída de pescadores muito elevada. Esta mobilidade traduz-se não somente em movimentos em direção a outras oportunidades de trabalho fora da pesca artesanal, mas também transferências para oportunidades oferecidas por outras atividades de pesca, em outros subsectores¹⁵.

Entretanto, a pesca artesanal é uma atividade pouco regulada pelo Estado tanto no período colonial assim como no pós-independência. Sendo, por isso, considerada uma atividade informal que constitui um dos principais desafios da gestão da economia pelos Estados modernos. A razão para esta preocupação está no facto de que as teorias de análise económica, a partir da década de 1950, destacarem dois tipos de economia: aquela controlada pelo Estado e aquela que opera fora do Estado. A primeira é formada por firmas que, no sistema capitalista moderno, se esforçam por continuamente aumentar os seus lucros, modernizando as formas de produção e aumentando a produtividade, enquanto a segunda é constituída por camponeses (população nativa de baixa renda), mas também por pescadores artesanais, que não possuem formas de organização empresarial ou cooperativa¹⁶. A associação do sector informal com características negativas, pela dificuldade do seu controlo, tem levado os Estados a fazer intervenções que, algumas vezes, trazem resultados negativos. Por esta razão a relação entre a pesca artesanal e o Estado durante o período colonial (Companhia de Moçambique, Estado Novo), foi herdada e continuada, de alguma maneira, no período pós-independência, quando se pretendeu tornar o pescador artesanal em um assalariado integrado nos Combinados Pesqueiros, tal como é descrito na teoria de hierarquia social¹⁷.

¹⁵«Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 15.

¹⁶ Guha-Khasnobis, Basuded; Kanbur, Ravi et Ostron, Elinor (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, UNU-WIDER Studies in Development Economics, Oxford University Press, New York, 2007, p. 1.

¹⁷ A teoria de hierarquia social defende que as relações entre os diversos atores sociais e políticos (investidores estrangeiros e administração portuguesa) no seu relacionamento dentro da sociedade

Todavia, existem exemplos que mostram que a intervenção do Estado no sector informal pode ajudar a melhorar a economia do país. Este caso foi observado na Índia em um período que o autor não especifica, onde se desenvolveu o sector da indústria de *software* numa base informal, apoiada no empreendedorismo de alguns indivíduos qualificados. A atividade floresceu e o Estado apenas formalizou esta iniciativa que rapidamente se tornou no sector exportador de mais rápido crescimento¹⁸.

O segundo exemplo foi registado no início da década de 2000 na cidade de Colombo, em Sri Lanka, no sector da venda de refeições nas ruas. Nesta atividade o Conselho Municipal de Colombo, em contraste com os esforços das autoridades centrais, procurou evitar intervir ou adotar quaisquer regras formais. De salientar que existiam vários atos legislativos e regulamentos na área alimentar aos quais podiam recorrer. Em vez disso, o Conselho Municipal instou os vendedores ambulantes a registar seus nomes e endereços nos pacotes de almoço que eles ofereciam para venda. Tiveram apoio de algumas Organizações Não-Governamentais (ONG) locais para aumentar sua própria capacidade de monitorar a qualidade dos alimentos vendidos. Desta forma, as autoridades municipais passaram a ter mais informações sobre o sector que permitiram um espaço para melhorar medidas sanitárias em defesa da saúde pública. Este processo teve uma elevada adesão das vendedeiras e o Estado ganhou lugar para definir as suas políticas¹⁹.

Estes casos abordados nos estudos de desenvolvimento, mostram como as relações do poder do Estado e as economias informais, onde está inserida a pesca artesanal, foram herdadas do período colonial e transpostas para a atualidade, onde há registo de algumas intervenções estatais inibidoras da iniciativa local e outras colaborativas²⁰. As dificuldades no enquadramento legal deste tipo de atividade informal ou a marginalização que a pesca artesanal vem sofrendo desde o período colonial assim como, de certa forma, no período pós-independência podemos considerar como consequência desta situação.

(re)produziam novas tensões de diferença, nas formas de subordinação entre os sujeitos. Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 1.

¹⁸ Guha-Khasnobis *et all*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 5-8.

¹⁹ Guha-Khasnobis *et all*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 12-14.

²⁰ Agüero, Pedro H. V., «Avaliação Econômica dos Recursos Naturais». Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1996, p. 45-47.

A pesca é um recurso económico e uma dádiva da natureza em cuja composição não existe nenhum custo. Contudo, estes recursos têm uma grande influência na estrutura dos custos das atividades a tal ponto que o seu esgotamento ou desaparecimento pode criar grandes perdas e danos à economia e ao meio ambiente²¹.

A nível mundial a pesca é um recurso que fornece mais de 15% da ingestão anual de proteínas *per capita*, para mais de 2.9 biliões de pessoas. Sendo também uma fonte direta de renda para cerca de 43.5 milhões de pessoas, mais de 90% das quais vive em países em vias de desenvolvimento. Neste grupo de pessoas figuram entre os mais pobres e vulneráveis, e, por falta de terras férteis, a pesca é a única atividade alternativa para a sua sobrevivência²².

Entre 1950 e 1999, a pesca das águas interiores em África passou de 250.000 toneladas para 2.000.000 toneladas, e nos países da *Southern African Development Community* (SADC) de 168.000 toneladas em 1961, aumentou para 635.000 toneladas em 1997²³. Estes resultados não estão ligados ao aumento da produção da indústria moderna, onde predomina a pesca semi-industrial e industrial, mas sim pelo aumento da população de pescadores e suas famílias, praticando a pesca artesanal, que passaram a procurar a sua segurança económica neste sector, em resultado do declínio dos outros sectores da economia. É este grupo de população que explora a pesca artesanal ou de pequena escala, que discutimos nos capítulos 2 e 3 cuja importância irá prevalecer no período pós-independência. Esta pesca vai continuar a ser primeiro, uma atividade de subsistência base para a alimentação e fonte de proteínas da população; segundo, pesca artesanal como uma atividade económica de rendimento que cria emprego. Portanto, a pesca de subsistência e artesanal é um sector que alberga milhões de pescadores no mundo, em especial nos países em vias de desenvolvimento, desempenhando papel crucial na disponibilidade da segurança alimentar e alívio da pobreza aos seus

²¹ Agüero, P. H. V., «Avaliação Económica dos Recursos Naturais», p. 45–47.

²² Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 106. A importância da pesca artesanal mereceu da FAO a celebração do dia 16 de Outubro de 1986 com o tema, “os pescadores e a suas comunidades” pela contribuição desta atividade no fornecimento de alimentos e na necessidade de melhorar a vida das comunidades pesqueiras.

²³ As águas interiores em Moçambique estão numa extensão aproximada de 20.000km². Os lagos abrangem 60 % da extensão, os rios 25 % e as planícies irrigadas 15 %. O potencial de peixe nestas águas é de 15.000 toneladas de peixe *kapenta* na albufeira de Cabora Bassa, 5.000 toneladas para os peixes demersais e 22.000 toneladas de *utaka* do lago Niassa. Pinto, D.A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», Mestrado, Área de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 1999, p. 95.

praticantes²⁴. Tal como na agricultura, em que podemos distinguir entre a agricultura de subsistência e a agricultura comercial, na pesca artesanal também existe uma faixa de pescadores que apenas procura ter acesso ao “caril do dia-a-dia”, mas também encontramos indivíduos que têm objetivos de pescar para o comércio²⁵. Estes últimos, empregam também alguns pescadores, podendo ter um ou mais barcos com algum equipamento de pesca moderno, assim como motores que lhes permitem deslocções mais distantes e jornadas mais demoradas com custos elevados em toda a logística²⁶.

O relatório sobre a contribuição das pescas em Moçambique entre 2005 e 2013, destaca que a contribuição anual da pesca artesanal para o total do pescado era de cerca de 90%, o que demonstra a importância deste sector. Porém, tem havido discrepância dos números e volume de produção do sector artesanal, possivelmente devido às diferentes estratégias de contabilização dos intervenientes na pesca, tomando em consideração que uns assumem esta atividade durante um período curto do ano, como suplemento a outras atividades tais como agricultura, enquanto outros assumem a pesca como atividade permanente²⁷.

O estado da arte sobre as pescas em Moçambique

Os estudos mais antigos sobre as pescas em Moçambique começaram a ser elaborados pela “Comissão de Pescarias da Província de Moçambique”, criada pela Portaria Provincial de 29 de Agosto de 1902, com a finalidade de melhoria da

²⁴ Segundo a legislação moçambicana existe uma distinção entre pesca de subsistência e pesca artesanal. Contudo, ao longo do texto iremos usar a terminologia de pesca artesanal conscientes de estarmos a falar dos dois segmentos de pesca. Ponto 1 do artigo 3º, Título I, «Lei das pescas- Lei nº 3/90, de 26 de Setembro». In: Boletim da Republica, 2º Suplemento, I Série, nº39 de 26 de Setembro de 1990; Namilué, José Maria, *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, Fundo do Fomento Pesqueiro, Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala (UDPPE), Maputo, 2000, p. 24 ; Basurto, Xavier; Bennett, Abigail; Weaver, Amy Hudson; Rodriguez-Van Dyck, Salvador et Aceves-Bueno, Juan-Salvador, «Cooperative and Noncooperative Strategies for Small-scale Fisheries’ Self-governance in the Globalization Era: Implications for Conservation», *Ecology and Society*, Vol. 18, nº 4, 2013, p. 1.

²⁵ “Caril do dia a dia” é uma expressão que se usa em Moçambique para referir se à refeição diária.

²⁶ Amade, Jamilo Ibraimo, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

²⁷ «Realizações do Sector das Pescas 2005 / 2013». Ministério das Pescas, Disponível em www.mozpesca.gov.mz, consultado em 21/09/2015.

coordenação do sector das pescas em Moçambique. Esta comissão sofreu algumas remodelações de composição e funcionamento em 1932. A sua atividade era de coordenar a investigação e estudos da fauna e flora das águas marítimas e a elaboração de instruções relativas à pesca. A comissão também realizava inquéritos sobre esta atividade, exame e consulta sobre todos os assuntos relativos a pescarias, apanha de pérolas, corais e esponjas. Durante o período da sua vigência, por exemplo, aprovou, em 1903, o regulamento da pesca usando barcos com motores de propulsão a vapor²⁸. Da mesma época é o relatório do Contra-Almirante Ivens Ferraz com o título “As Pérolas e a sua Pesca em Moçambique”, de 1903, o qual se debruça sobre os locais onde encontrar as pérolas e os aljofares e a importância económica das mesmas assim como quem as pescava²⁹. Seguiu-se um período de mais de 50 anos marcado por sucessão de diversas comissões, recomendações, relatórios, consultas, tentativas de pesca por “intuição” que tiveram como resultado falhanços, falências e lamentações, sendo de destacar, no mesmo lapso de tempo, os trabalhos dos Serviços da Marinha, que sempre procuraram formas de solucionar o problema das pescas em Moçambique através de artigos que estudavam, pesquisavam, discutiam e exigiam que o problema fosse resolvido em bases científicas, publicados nos *Anais dos Serviços Veterinários*³⁰.

Maior impulso neste âmbito de pesquisa e envolvimento da ciência para o desenvolvimento das pescas foi dado na década de 1960, através da Portaria Ministerial nº 21 916 de 12 de Março de 1966, que extinguiu o Centro de Biologia Piscatória e a Missão de Biologia Marítima e criou em sua substituição, sempre no âmbito da Junta Investigações do Ultramar, o Centro de Biologia Piscatória Tropical (para a investigação biológica de base) e o Centro de Bioceanologia e de Pescas do Ultramar (para a coordenação das Missões provinciais de Bioceanologia e Pescas com a responsabilidade de toda a investigação tecnológica das pescas). “Assim, com algumas dezenas de anos de atraso iniciava-se um novo ciclo da história das pescas em Moçambique”³¹. Nesta altura,

²⁸ Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», *Revista Agrícola*, 57, 1963, p. 36.

²⁹ Martins, Mendes António, «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 2005, p. 29.

³⁰ Martins, M. A., «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», p. 30.

³¹ Martins, M. A., «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», p. 30.

aceitava se que “o fundamento da pesca é hoje também a ciência e mal vai, por vezes, àqueles que dela se não fiam”³².

Nas décadas de 1960-1970, destacaram-se os trabalhos de Moreira J. Rato, “O problema das pescas marítimas na província de Moçambique”; Celestino A. Beirão Amador, “A pesca e indústrias derivadas em Moçambique”; Nuno José Gago da Câmara, “Posição actual e perspectivas da pecuária e pescas em Moçambique”; Rómulo de Figueiredo, “Análise do sector de pesca no Ultramar: subsídios para o seu estudo”; Flávio Gonçalves, “Os pescadores poveiros em Angola e Moçambique”; J. Gonçalves Sanches, “Panorama das Pescas em Moçambique”; Armando José Rosinha, “As pescas marítimas- sua posição perante a criação da Missão de Estudos Biocenográficos de Pescas de Moçambique”, Paredes, Jorge Falcão, “Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique” publicados, na sua maioria, no *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, e cobrindo os assuntos das pescas durante o Estado Novo, tais como os recursos existentes, principais artes de pesca, o que era necessário para o seu melhor aproveitamento e quem os pescava até então, cobrindo principalmente as principais zonas onde estavam concentradas as comunidades urbanas portuguesas³³.

Depois da independência de Moçambique, o destaque vai para alguns estudos e algumas teses. Na vertente das teses mencionamos a tese de doutoramento de Ana Menezes, a partir da província de Nampula nos distritos costeiros de Angoche, Mongicual e Moma, estuda sobre o processo de gestão dos recursos naturais na tese com o título: «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artesanal Fishery»³⁴. Nesta tese, avalia as políticas e estratégias adotadas pelo governo como parte da economia

³² Rato, J. Moreira, «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», In: *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, n°128, 1961, pps. 99-121.

³³ Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», *Revista Agrícola*, n° 57, 1963; Câmara, Nuno José Gago da, «Posição actual e perspectivas da pecuária e da pesca em Moçambique», *Gazeta do Agricultor*, vol. 12, n°129, 1960; Figueiredo, Rómulo de, «Análise do sector de pesca no Ultramar: subsídios para o seu estudo», *Agência Geral do Ultramar, Separata do Boletim Geral do Ultramar*, Tipografia Silva, Lda, Lisboa, 1966; Rosinha, Armando José, «As pescas marítimas- sua actual posição perante a criação da Missão de Estudos Biocenológicos e de Pescas de Moçambique», *Anais dos serviços de Veterinária de Moçambique*, n°16, 1968, pps. 335-354; Sanches, J. Gonçalves, «Panorama das pescas em Moçambique», in: *Notas mimeografadas do centro de biologia piscatória*, n° 9, 1960, pps.1-5; Rato, J. M., «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», pps. 99-121; Gonçalves, Flávio, «Os pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», in: *Separata do Boletim Cultural da Póvoa do Varzim*, Vol. VII, n°2, 1967, s/p.; Paredes, Jorge Falcão, *Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique*, Instituto de investigação científica de Moçambique, Lourenço Marques, 1967.

³⁴ Menezes, Ana Maria, «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artesanal Fishery », Doutoramento, State University of New York College of Environmental Science and Forestry, Syracuse, 2008.

liberalizada para promover comunidades pesqueiras sustentáveis. Para este efeito, faz uma abordagem de governança mais relacionada a instituições informais, político-administrativas e locais de Moçambique, com enfoque no desenvolvimento socioeconómico das comunidades pesqueiras. Nesse sentido, o seu estudo aborda os processos de tomada de decisão coletiva e como ele fornece a base para verificar a forma de atuação dos formuladores de políticas e das decisões administrativas em relação as pescarias artesanais. Analisa também a capacidade das instituições que lidam com as atividades pesqueiras a nível central e local para fornecer bens públicos a essas comunidades. Este estudo analisa também o desenvolvimento de instituições locais e o impacto que têm nas comunidades e na gestão da pesca. O seu principal argumento é que existe uma ligação inextricável entre pobreza, desenvolvimento e meio ambiente, e que a construção de sociedades sustentáveis só é possível quando as pessoas têm acesso a ativos produtivos e sociais, bem como oportunidades de emprego³⁵.

Por sua vez, Onésio Gomes na sua dissertação de Mestrado estuda sobre a “Pesca em Moçambique: uma análise do ciclo socialista, 1977-1987” onde analisa o comportamento do sector das pescas após a implementação destas políticas no período de 1977-1987³⁶. Ele defende que o sector das pescas, embora tenha registado um aumento da produção neste período, caracterizou-se por políticas que eram o reflexo da política geral que era caracterizada pela planificação centralizada da economia e concentração e centralização do desenvolvimento da economia no sector estatal, o que valeu a contestação dos produtores, principalmente os artesanais. O seu principal argumento é de que o maior beneficiário das políticas sobre as pescas neste período, foi o sector da pesca industrial enquanto a pesca de pequena escala teve menos contrapartidas nos Combinados Pesqueiros para onde tinham sido vinculados e, por isso, houve pouca aderência o mesmo que se passou com o processo da cooperativização da produção.

Francisco Garcia, na sua tese de Mestrado estuda sobre «Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão»³⁷. Nesta tese, trata de aspetos de carácter

³⁵ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery ».

³⁶ Gomes, Onésio Paulo, «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 2014.

³⁷ Garcia, Francisco, *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*. Mestrado, Área de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2003.

antropológico para compreender a gestão pesqueira em Moçambique. A sua utilidade para o nosso trabalho centra-se no segundo volume de anexos, que oferece uma cronologia histórica das instituições e da principal regulamentação das pescas em Moçambique (1902-1993). Na tese de Mestrado de Inoque, Daniel Caetano Roupinho com o título, «Cultura pesqueira e o processo de sua patrimonialização em Moçambique, 1901 aos nossos dias», aborda questões relacionadas com a conceptualização do património da cultura pesqueira à luz dos diferentes diplomas legais existentes em Moçambique³⁸.

Depois da única tese de doutoramento e outras três de mestrado sobre o tema das pescas, podemos citar os trabalhos de teses de licenciatura que tratam temas sobre a pesca na província de Nampula. São os casos de Horácio Gervásio que estuda sobre “As causas dos conflitos entre pescadores Artesanais e a frota industrial na zona costeira de Angoche”, assim como Issufo Muhamade na sua tese “Viver na Terra, Trabalhar no Mar: Um estudo sobre a prática de pesca com a rede de arrasto na comunidade de Quelelene, Angoche” e a tese de Rosana Francisco sobre “Análise de género na área das pescas e nas atividades do projeto de pesca artesanal em Nampula, nos distritos de Angoche e Moma”. Na região sul, província de Inhambane tem duas teses de licenciatura uma de Simeão Lopes que estuda sobre “Crenças Mágico-Religiosas ligadas à pesca de pequena escala na região de Inhassoro: Um estudo de caso” e a tese de Doris E. V. Uane, que estuda sobre “Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos”. Outras teses sobre as pescas, mas que não chegamos de citar na tese são de Carlos Michaque que estuda sobre “Economia pesqueira. Impacto da Economia da Pesca Artesanal no Combate da Pobreza Absoluta, 2000-2006”; e a tese de Fernando Momade sobre “Sistema de crédito à pesca artesanal”³⁹.

³⁸ Inoque, Daniel Caetano Roupinho, «Cultura pesqueira e o processo de sua patrimonialização em Moçambique, 1901 aos nossos dias», Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2016.

³⁹ Lopes, Simeão, «Crenças Mágico-Religiosas ligadas a Pesca ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 1994; Gervásio, Horácio Francisco, «As causas dos conflitos entre os Pescadores Artesanais e a frota industrial na zona costeira de Angoche», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 1997; Muhamade, Issufo, «Viver na Terra, Trabalhar no Mar: Um estudo sobre a prática da pesca com a rede de arrasto na comunidade de Quelelene, Angoche», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Arqueologia e Antropologia, Curso de Antropologia, Maputo, 2014; Michaque, Carlos Alfredo, «Economia Pesqueira. Impacto da Economia da Pesca Artesanal no Combate da Pobreza Absoluta, 2000-2006», Licenciatura em gestão, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia, Maputo, 2008; Momade, Fernando Charamatane, «Sistema de crédito à pesca artesanal», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia, Maputo, 2000; Uane, Doris E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 2002; Francisco, Rosana Maria, «Análise de género na área das pescas e nas atividades

Em relação aos estudos que versam sobre as comunidades pesqueiras temos a destacar a obra que tem como organizadores Teresa Cruz e Silva, Manuel Guedes Mendes de Araújo e Amélia Neves de Souto, “Comunidades Costeiras: Perspectivas e Realidades” (Org.), dividido em duas partes na qual a parte I trata sobre as comunidades pesqueiras de Moçambique: Um estudo de caso na Província de Cabo Delgado e a parte II trata da cultura e economia de Moçambique e o contexto regional. Este livro, tem a contribuição de vários autores que versam diversos e, na parte I temos o tema sobre a pesca artesanal em cabo Delgado no norte de Moçambique. O Instituto de Investigação Sócio-Cultural, (ARPAC) tem um estudo “Património Cultural Imaterial Makhua Nahara da Ilha de Moçambique”, que versa diversas matérias sobre a vida e história da população da ilha e, tem uma secção que se dedica a “conhecimentos e técnicas relativas à natureza” onde aborda sobre a pesca artesanal e sobre os *conhecimentos náutico do nahota* onde analisam, entre outros assuntos, a forma de organização dos pescadores artesanais assim como contem um resumo sobre a origem e transformações que a pesca teve até ao presente. Rafael da Conceição, na sua tese de doutoramento traduzida em livro com o título, “Entre o Mar e a Terra: situações identitárias do Norte de Moçambique”, onde se debruça sobre a história das sociedades costeiras do norte de Moçambique incluindo dois capítulos na parte II sobre a pesca nomeadamente, o capítulo IV, que trata da economia das populações costeiras de Moçambique entre 1916-1970 e o capítulo V, que descreve a situação atual da pesca marítima e dos pescadores incluindo uma análise das categorias de pesca e de pescadores em Cabo Delgado. A pesca na região norte de Moçambique também é estudada por Ana Maria Loforte no estudo com o título “A gestão e o maneiio dos recursos marinhos num contexto de conflito: o caso da ilha de Moçambique” onde, mais uma vez, apesar de a temática ter relação com a pesca o espaço geográfico circunscreve-se para o norte⁴⁰. Tal como podemos observar, não temos o registo de nenhuma tese que estuda as pescas na região de Manica e Sofala tanto ao nível de licenciatura assim como de mestrado e de doutoramento citadas, sendo a nossa a primeira.

do projecto de pesca artesanal em Nampula, nos distritos de Angoche e Moma», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Maputo, 2001.

⁴⁰ Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo e Amélia Neves de Souto (org.), *Comunidades Costeiras: Perspectivas e Realidades*. Maputo: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (CESAB), Maputo, 2015; Conceição, Rafael da, *Entre o Mar e a Terra: situações identitárias do norte de Moçambique*, Promédia, Maputo 2006; Loforte, Ana M., *A Gestão e o maneiio dos recursos marinhos num contexto de conflito: o caso da ilha de Moçambique*, Maputo, 2003; ARPAC, Instituto de Investigação Sócio-Cultural, *Património Cultural Imaterial Makhua Nahara da Ilha de Mocambique*, Maputo, 2010.

Perspetivas teóricas

A contribuição da pesca artesanal na economia de Moçambique foi e é caracterizada por uma avaliação em que as estatísticas oficiais não cobrem cabalmente⁴¹. Algumas razões habitualmente apontadas, são a sua dispersão no espaço e a falta de capacidade do Estado em colocar oficiais que possam registar e fiscalizar a sua produção. Esta invisibilidade das estatísticas da pesca artesanal e a dificuldade do seu controle pelo Estado, incluindo o deficiente pagamento de impostos, fazem com que na divisão das esferas da economia em formal e informal, a pesca artesanal seja enquadrada na economia informal. No campo oposto, mas sem que barreiras estanques existam de permeio, situa-se a pesca industrial, portadora da modernidade capitalista e que emerge sobretudo com o colonialismo tardio (depois da década de 1960), e com expressão nas estatísticas de exportação do país até aos dias de hoje, como é o caso da pesca do camarão. É com base nesta avaliação estatística que introduzimos a perspetiva teórica de relação entre a pesca artesanal e a sua localização na economia informal.

O conceito de economia informal foi oficializado em 1993 na Conferência Internacional do Trabalho e Estatísticas. O primeiro argumento é que a economia informal está fora do alcance dos oficiais governamentais a vários níveis. É caracterizada por práticas ilegais, sem registo, não paga taxas ou impostos, não tem empregos formais, paga-se o salário mínimo, não obedece a regulamentos da atividade, nem requisita licenças. Acrescenta-se que não possui nenhuma estrutura organizacional. Em oposição, a economia formal tem mecanismos para ser alcançada e controlada e possui uma estrutura organizacional coerente⁴².

O estudo da economia informal tem vindo a conhecer um interesse crescente, especialmente em África, desde o início da década de 1970. Este fato é considerado por

⁴¹ Esta situação é similar àquela estudada por Fernandes na Guiné-Bissau que o levaram a concluir que “...os pescadores e as *bideiras* (revendedeiras de peixe) têm sido esquecidos e as suas práticas e saberes não influenciam minimamente a elaboração de políticas publicas relacionadas com a pesca e o comercio”. Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 7.

⁴² Guha-Khasnobis *et all*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 3-4. No entanto, devemos acautelar que os conceitos e as teorias tendem a dar respostas a sociedades “ideais”, mas ficam aquém das sociedades em mutação acelerada tais como aquelas que caracterizam as sociedades em desenvolvimento onde a mutação do social é permanente. Fernandes, R M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 9.

Fernandes como o início de uma “visibilidade dos subordinados”. Para este autor, os subordinados são aqueles que, “ao longo dos séculos, manifestam-se de forma não reconhecida, de forma marginal de subordinação ou de reprodução ativa do informal e do artesanal”⁴³.

Segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), a economia informal, na atualidade, emprega cerca de dois bilhões de pessoas em todo o mundo, cerca de seis em cada dez trabalhadores e, em muitas cidades dos países em desenvolvimento, na década de 2010, o emprego informal era responsável pela maior parte dos empregos⁴⁴. Estas pessoas entram neste ramo ou sector como consequência da falta de oportunidades na economia formal. No contexto internacional, o estudo sobre o tamanho médio da economia informal em 145 países para o período 2002/2003, coloca Moçambique em 42,4 por cento do PIB. Isso está acima da média de 96 países em desenvolvimento (38,7%) e se compara a 40,1% do PIB em 25 países em transição, 16,3% em 21 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e 22,3% em três países comunistas. Embora abaixo da média de 43,2 por cento para 37 economias africanas em 2002/03, Moçambique representa o nível mediano de informalidade para estes países⁴⁵. A análise dos dados sugere que o trabalho informal, em vez de ser uma exceção, é o modo de trabalho predominante na maioria das cidades de regiões em desenvolvimento.

Em África, no período de 2010 o trabalho informal representava 71.9%, na Ásia Pacífico 60% e nas Américas 40%. Os dados por género indicavam que 62% são homens e 58% mulheres, embora em metade dos países estudados seja maior entre as mulheres do que em homens. Pela divisão etária, temos 77% dos envolvidos eram jovens e 78% idosos. Nas zonas rurais, o trabalho informal representava 80% do total de empregos e nas zonas urbanas 43.7%. Por áreas de produção, a agricultura representava 93.6%, a

⁴³ Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 7.

⁴⁴ «Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal», Organização Internacional do Trabalho. Disponível em <http://www.ilo.org>, consultado em 13/11/2019; International Labour Conference et International Labour Office (dir.), *Transitioning from the informal to the formal economy: fifth item on the agenda: International Labour Conference, 103rd Session, 2014*, Geneva, International Labour Office, 2013.

⁴⁵ Byier, Bruce, *Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues*, USAID, Maputo, 2009, p. 10; «Demetria», Dimensão e Importância da Economia Informal, 2012. Disponível em <http://www.inclusivocities.org/blog/dimensao-e-importancia-da-economia-informal/>. Consultado em 15/01/2017.

indústria 57.2% e serviços 47.2%⁴⁶. Entre os países da *Southern African Development Community* (SADC), Moçambique tinha uma participação no sector informal consideravelmente mais baixa do que o Zimbabwe, Tanzânia, República Democrática do Congo e da Zâmbia, mas bem acima da África do Sul, Botswana, Lesotho e Namíbia. As autoridades moçambicanas estimavam ainda que 60% da força de trabalho urbana e 87.5% da mão-de-obra rural operava de forma informal⁴⁷.

De acordo com Guha-Khasnobis, informal não significa desestruturado e caótico e não é necessária nenhuma política de intervenção do Estado. A tomada de decisões deve tomar em consideração caso a caso, observando a estrutura organizativa e as estruturas das comunidades. Estas comunidades são capazes de produzir com ou sem a intervenção do Estado. “A experiência mostra que não há nenhuma regra que possa aumentar ou diminuir a formalização das suas atividades, mas pode melhorar ou piorar a situação dos pobres ou da sociedade em geral”⁴⁸.

Esta é a forma geral como se tenta caracterizar o sector informal e, como consequência, a pesca artesanal, segundo uma perspetiva dos estudos de desenvolvimento os quais podemos aplicar neste trabalho. A economia informal tem de ser vista também como um fator positivo na economia. Ela estimula a capacidade de as pessoas fazerem “alguma coisa” para conseguir rendimentos para a sua sobrevivência, o que lhes empresta alguma resiliência que devia ser encorajada pelos Estados.

Na historiografia moderna, o debate sobre a economia informal pode ser enquadrado dentro do contexto do *presentismo*. Segundo Hartog, presentismo é caracterizado pelo suposto amplo domínio, a partir das últimas décadas da história da humanidade, do presente sobre qualquer noção de passado ou futuro⁴⁹. No mesmo debate, este autor discute sobre o conceito de precariedade. O precariado não seria mais a transição entre um tempo de estudos ou de aprendizagem (estágios) e o tempo do ofício (emprego), mas um tempo que, ao se repetir, tenderia a perpetuar-se ou estender-se

⁴⁶ «Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal», Organização Internacional do Trabalho. Disponível em <http://www.ilo.org>, consultado em 13/11/2019; Byier, B., *Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues*, p. 10.

⁴⁷ Byier, B., *Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues*, p. 10.

⁴⁸ Guha-Khasnobis et al., (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 7 e 9.

⁴⁹ Hartog, François, *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time. Translated by Saskia Brown. European Perspectives: A Series in Social Thought and Cultural Criticism. English ed., Columbia University Press, New York, 2015, 2015, p. 8 e 107-109.*

consideravelmente. “A ideia de um posto de trabalho, de uma colocação, de um ofício para a vida está colocada em questão. Mobilidade, empreendedorismo, flexibilidade e reatividade são as palavras de ordem da economia liberal e presentista”⁵⁰. Portanto, uma situação de precariedade económica permanece e caminha com o regime presentista onde se enquadra a economia informal.

Uma das bases para compreender a relação entre a pesca artesanal e o poder político administrativo instituído está ancorada em algumas posturas teórico-conceituais, uma das quais considera a pesca como um espaço que permite a reprodução identitária. Esta teoria defende que a pesca é uma identidade cultural porque cria uma atmosfera pesqueira com a qual os trabalhadores se identificam socialmente. Ela liga os homens às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais e a própria reprodução dos pescadores⁵¹.

O mar, o rio e outras massas de água onde se pratica a pesca constituem o espaço territorial que serve como meio de manutenção das tradições e do reforço da identidade local. Este espaço serve também como local de produção para o sustento das famílias. Os laços de parentesco ligam as pessoas a um grupo ou a uma comunidade o que permite uma cumplicidade de tal ordem que a dimensão coletiva se torna individual e a individual se torna coletiva⁵². Este facto permite concluir que a identidade está ligada ao reconhecimento mútuo entre indivíduos que é preservado até no imaginário. As mesmas autoras concluem que, para ser um pescador artesanal, é necessário identificar-se com essa profissão. A sua ligação com o mar perpetua uma história que se fixa na memória. Essa identificação com o trabalho marítimo dá-se individualmente, mas inevitavelmente envolve todo o coletivo que acaba por abranger a memória da comunidade de pesca⁵³. O peixe é o principal recurso que liga os pescadores ao mar a tal ponto que é preciso perceber a sua natureza para compreender a arte de pesca em uso.

⁵⁰ Hartog, F., *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time*, p. 113.

⁵¹ Silveira, Cibele Dias e Nodari, Eunice Sueli, *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, p. 14.

⁵² Silveira, C.D.e Nodari, E.A., *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, p. 14; Carvalho, Ruy D. de, *Ana a Manda. Os filhos da rede identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda*, Ministério da Educação. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1989, p. 102–7.

⁵³ Silveira, C.D. e Nodari, E.A., *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, p. 17.

A pesca artesanal, porque se considera aquela em que a maioria dos conhecimentos da sua arte são transmitidos de geração em geração em África, recorre muito ao conto. É dentro deste conto onde está inserido todo o conhecimento empírico sobre os horários a observar em cada período ou época de ano, de acordo com os diferentes tipos de pesca, assim como a interpretação dos fenómenos de orientação meteorológica, de observação de marés, ventos assim como o significado da presença ou ausência de diferentes tipos de aves⁵⁴. Esta reflexão demonstra a profundidade e complexidade das relações daqueles que têm na pesca artesanal o seu modo de vida e o seu sustento para serem valorizados, por quem de direito, por aquilo que são e não aquilo que deviam ser.

Para descrever a posição socioeconómica da pesca artesanal e dos pescadores artesanais na sociedade, ter-se-á em consideração a postura teórica sobre a hierarquia social. Hierarquia social foi acentuada no período colonial e é reproduzida de várias e diferentes formas no período pós-colonial. Dai que no relacionamento dentro da sociedade sejam (re)produzidas novas tensões de diferença, nas formas de subordinação entre os sujeitos, desde que as sociedades humanas experimentaram a estratificação social⁵⁵. No entanto, é preciso considerar que as tensões originadas pela estratificação social nem sempre foram as mesmas. Por exemplo, no período colonial tinham um carácter acentuadamente colonial e racial e, no pós-independência estão relacionadas com a posse dos recursos e o acesso ao poder que transitou do apoio do campesinato à Frelimo na altura da luta de libertação nacional para as elites urbanas, depois da independência. Estas diferenças têm a sua origem,

...na ordem formal e industrial da modernidade que produz ativamente e de forma desfigurada o seu 'outro', a sua face oculta, subterrânea, ilegal e ilegítima, o informal e o artesanal. A relação entre o informal e o artesanal, com a mudança de escala do Estado-Nação na grande maioria dos países do Sul, deixaram de ser, unicamente, categorias de um espaço marginal, excluído, ilegal e ilegítimo, para ser a economia 'real' de vários países, em particular dos países africanos⁵⁶.

Nesta análise, Fernandes fala de colonialidade global nas relações entre as nações do Sul e as do Norte decorrentes da aplicação das políticas emanadas do Consenso de

⁵⁴ Maria Fernanda, *O conto moçambicano. Escritas pós-coloniais*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004, p. 68.

⁵⁵ Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 1.

⁵⁶ Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 1.

Washington, nos anos 80⁵⁷. Algumas manifestações desta colonialidade que já existem desde o tempo colonial podem ser identificadas em dicotomias tais como formal/informal, industrial/artesanal e a dicotomia colonial civilizado/indígena. A lógica desta colonialidade do poder visa inferiorizar o ‘outro’⁵⁸. Portanto, os conhecimentos e cultura do outro têm de ser validados pelas nações do Norte. Segundo Quinjano, colonialidade é um dos elementos constitutivos e específico do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão do poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos da existência quotidiana e da escala da sociedade. Origina-se e mundializa-se a partir da América⁵⁹.

Nesta linha de dicotomias, Afonso nota que, a análise estrutural das sociedades, também pode ser encontrada na crítica pós-colonial onde se verifica a persistência de dois polos quase que antagónicos nomeadamente: o polo das margens ou periferia, situada no Terceiro Mundo, e o polo do centro, identificado com o Ocidente⁶⁰. Desta problemática

⁵⁷ Consensos de Washington são um conjunto composto por medida dez regras básicas para a gestão da economia global, formulado por economistas de instituições financeiras tais como o FMI, o BM e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, em Washington em Novembro de 1989. «Washington Consensos». Disponível em <https://pt.wikipedia.org>. consultado em 20/05/2020.

⁵⁸ Lundin, Iraê Baptista, *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*, Editora Escolar, Maputo, 2016, p. 205; esta reflexão está também relacionada com a teoria da dependência que surgiu na América Latina na segunda metade do século XX. No início, esta teoria servia como um modelo de interpretação das relações sociais entre grupos políticos, económicos e entre Estados depois abarcou a esfera das estruturas de dominação baseadas na desigualdade das relações entre os países desenvolvidos verso subdesenvolvidos (Centro verso Periferia). Outra semelhança também podemos encontrar na teoria da Epistemologia dominante Ocidental que foi construída na base da dominação colonial e assenta na definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis que estão do lado de cá da linha-Cultura Ocidental e os inúteis ou preguiçosos, ininteligíveis objetos de supressão ou esquecimento que estão do lado de lá da linha- povos e ou/nações colonizadas. Fernandes, R. M., *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*, p. 2.

⁵⁹ Quijano, Anibal, «Colonialidade do poder e classificação social», In: Santos, Boaventura de Sousa, Meneses, Maria Paula (orgs), *Epistemologias do Sul*, 2009, p. 73; “Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”. Santos, Boaventura de Sousa, *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, 2010, p. 9.

⁶⁰ O conceito “pós-independência” ou “pós-colonial” em termos epistemológicos, está na base de diversos debates para designar este período em que os povos outrora colonizados, passaram gradualmente a distanciar-se do poder hegemónico ocidental. Um dos temas de debate é sobre quando é que este período se inicia. Neste sentido, podemos dividir os participantes em três grupos distintos: primeiro, aqueles que consideram que o pós-colonial ou pós-independência é o período determinado pelo estatuto político de independência de um determinado local que antes esteve ocupado. Segundo, aqueles que consideram que mesmo durante o período da colonização já havia movimentos de manifestações de reivindicação ideológica, cultural e política. Terceiro, o grupo constituído sobretudo por teóricos de língua inglesa e francesa, que debatem o uso ou não do prefixo “pós” associado ou não ao termo colonial ou independência. Sobre este aspeto Afonso refere que, escrito com o traço de união “pós-colonialismo” designa o período histórico que se seguiu à colonização, depois da independência; enquanto a palavra sem hífen explica a situação ou

encontram-se relacionadas outras categorias dicotómicas tais como colonizado/colonizadores; tradição/modernidade; oralidades/escrita; África/Europa⁶¹.

Esta consideração sobre as dicotomias tem relação com a teoria da pós-modernidade. Pós-modernidade é definida como aquela que exprime a face cultural e estética do capitalismo tardio ou desorganizado, que se caracterizou pela mudança de um regime de acumulação e de um modo de regulamentação social e política ‘fordista’ para um regime de ‘acumulação flexível’⁶². O desafio das ciências sociais é combinar argumentos presentes nas narrativas modernistas e pós-modernistas, aprendendo a fazer dos dualismos ‘universal-particular, transitório-duradouro, homogêneo-heterogêneo, etc. pares simbióticos que potencializem o conhecimento do mundo social onde se pode pretender uma melhor observação do relacionamento com o ‘outro’⁶³. Podemos inferir que estes conceitos perduraram ao longo do tempo e influenciaram ou determinaram as formas da definição de políticas de vários países que influenciam no desenvolvimento da pesca artesanal.

Estes são aos pressupostos teóricos que auxiliarão a nossa reflexão para análise dos sujeitos da pesca artesanal no período histórico proposto. De salientar que o paradigma epistemológico Ocidental assume que os Estados-nacionais soberanos são os principais atores políticos mundiais na formulação de políticas para todas as esferas da sociedade, e, muitas vezes o fazem sem tomar em consideração as especificidades dos grupos e dos sectores, tal como no período colonial. Esta assunção, tem conduzido a muitos problemas económicos, sociais e ambientais na sociedade⁶⁴.

É dentro deste contexto que os estudos de desenvolvimento preconizam que é necessário descobrir quais são os problemas no terreno, através de discussão real com os

atitude de abrogação social e política em relação ao colonialismo, especialmente na criação artística, marcada por uma relação de tensão e de distinção com o centro hegemónico. Um outro grupo considera o uso do prefixo “pós” como característica Eurocentrista na qual a história colonial continua como referência central, ao qual nenhuma produção pode escapar. Afonso, Maria Fernanda *O conto Moçambicano. Escritas pós-coloniais*, Editorial Caminho, Lisboa, 2004, p. 165-167; Santos, Boaventura de Sousa, *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, 2010, p. 9.

⁶¹ Afonso, M. F., *O conto Moçambicano. Escritas pós-coloniais*, p. 41.

⁶² Fordismo conceito relacionado com a produção em massa. Associada a este conceito temos o pós-fordismo que é um conceito utilizado para definir um modelo de gestão produtiva que se diferencia do fordismo no que se refere, em especial, a organização do trabalho e da produção. «Fordismo». Disponível em <https://www.significados.com.br/fordismo/> consultado em 13 de Novembro 2018.

⁶³ Niederele, Paulo André, «Modernidade e pós-modernidade na teoria pós-fordista, 2008», *Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR*, 2008, p. 21.

⁶⁴ Scott, James C., *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, Yale University Press, 1998, p. 5.

atores dos problemas, sugerindo novas regras formais que podem ajudar a resolver os problemas enfrentados e não substituir ou afastar regras informais que podem ser potencialmente efetivas. Em vez disso, é essencial tentar ajustá-las e melhorar. “Não se deve continuar passando legislação nova quando a legislação passada é maciçamente ignorada no terreno. Devemos nos mover da formalidade e informalidade e abordar diretamente as intervenções políticas que ajudarão os pobres (pescadores artesanais) a desbloquear seu potencial através de grupos e através de mercados”⁶⁵. Prosseguindo, estes autores concluem que, há tendência de associar o informal e o artesanal como sendo sectores não estruturados e caóticos. No entanto, deve-se realçar que essa associação é “conceptualmente inadequada, empiricamente fraca e levou a desastres políticos, na forma como o Estado alcançou essas camadas sociais para fornecer estruturas onde se presumiu que não existia antes”⁶⁶.

A corrente teórica dos *subaltern studies* servirá como base para descrever a posição socioeconómica da pesca artesanal e dos pescadores artesanais na sociedade. Os termos *subaltern studies*, no quadro dos estudos pós-coloniais, são entendidos no sentido epistemológico designando um posicionamento analítico que se situa para além da colonialidade e da visão eurocêntrica, onde encontramos os pescadores artesanais como agentes na margem do sistema, pouco visíveis, ausentes das avaliações macroeconómicas, pouco trabalhados pela historiografia e pela análise social em geral⁶⁷.

O projeto de estudos sobre os *subaltern studies* foi iniciado por Ranajit Guha, um historiador da Índia que ensinava na Universidade de Sussex, que se tornou a inspiração do grupo. Guha e oito jovens estudiosos da Índia, Reino Unido e Austrália constituíram o coletivo editorial de estudos subalternos até 1988, quando Guha se retirou da equipe. Esta nova corrente epistemológica, porém, teve repercussões significativas na pesquisa académica sobre os estudos pós-coloniais participando em debates sobre a história contemporânea com críticas sobre o nacionalismo e o eurocentrismo nas ciências sociais. Deve ser esclarecido que os estudos pós-coloniais não negligenciam as contribuições de

⁶⁵ Guha-Khasnobis *et al.*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 10.

⁶⁶ Guha-Khasnobis *et al.*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 10.

⁶⁷ Os estudos pós-coloniais não têm origem numa única matriz teórica, mas sim numa variedade de contribuições que, apesar de seguirem orientações distintas, apresentam como característica comum a preocupação de promover a desconstrução dos essencialismos e dar lugar a emergência de referências epistemológicas críticas às concepções dominantes de modernidade. Peixoto, Carolina Tavares, «Ser, não ser, voltar a ser ou tornar-se? Uma reflexão sobre a (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa à luz dos estudos pós coloniais». Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015, p. 22. Afonso, M. F., *O conto Moçambicano. Escritas pós-coloniais*, p. 68.

outras disciplinas tais como as ciências políticas, estudos jurídicos, antropologia, literatura, estudos culturais e economia⁶⁸.

Subaltern studies foram concebidos para escrever a história das classes subalternas, produzir análises nas quais os grupos subalternos eram vistos como sujeitos da história, tal como os pescadores artesanais, tanto nos movimentos de luta anticolonial assim como nas nações independentes com o intuito de combater o elitismo e os preconceitos na escrita da história⁶⁹. Era necessário ouvir as suas vozes, ver as suas experiências e pensamentos seriamente e não simplesmente as circunstâncias materiais das realidades observadas⁷⁰. Contudo, é preciso acautelar a discussão em volta do termo pós-colonialismo por ter-se tornado heterogéneo e difuso fazendo com que seja quase impossível descrever de forma satisfatória o que pode significar⁷¹.

Estes tipos de estudos sobre as minorias aparecem depois da II Guerra Mundial em todas as democracias ocidentais ao se questionar se se pode incluir na história das nações os anteriores grupos de excluídos⁷². Nos anos de 1960, na lista dos subalternos encontramos grupos e classes sociais de antigos escravos, trabalhadores, condenados e mulheres. Na década de 1970 e 1980, novos grupos foram integrados na análise histórica tais como grupos étnicos, indígenas, crianças e velhos, os homossexuais e lésbicas assim como outras minorias naquilo que foi descrito como a História que vem debaixo ou “história das minorias”. História minoritária pode-se dizer, em parte, expressam a luta

⁶⁸ Chakrabarty, Dipesh., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Reissue, with a new preface by the author, Princeton Studies in Culture, Power, History. Princeton, NJ, Univ. Press, 2008, p. 9-10.

⁶⁹ Peixoto observa o modo como as práticas e os discursos característicos do colonialismo português impregnam os regimes identitários nas sociedades que dele participam, tanto durante o período colonial como depois da independência das colónias. Peixoto, C. T., «Ser, não ser, voltar a ser ou tornar-se? Uma reflexão sobre a (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa à luz dos estudos pós-coloniais», p.15.

⁷⁰ Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p.102; Ranajit Guha e seus discípulos na Índia é considerado o inspirador desta corrente; Chakrabarty, Dipesh, «Minority histories, subaltern pasts», *Postcolonial Studies*, vol.1, nº 1, 1998, p. 15-16. Estes debates são semelhantes aos debates no âmbito das Epistemologias do Sul referidas acima. Epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão de muitas formas de saber próprias de muitos povos e ou/nações colonizadas, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre os conhecimentos. Santos, B. de S., *Epistemologias do Sul*, p.13.

⁷¹ Afonso, M. F., *O conto Moçambicano. Escritas pós-coloniais*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004, p.166.

⁷² Os debates sobre a problemática pós-colonial surgiram na década de 80 (outros indicam 70), nos países anglo-saxões, no seio dos estudos culturais a propósito do Médio-Oriente, do Oriente e do Sul da Ásia, com o objetivo de analisar o impacto da colonização nas ex-colónias britânicas. Existe atualmente uma extensa bibliografia que estuda situações similares na América do Sul e África. Afonso, M. F., *O conto moçambicano. Escritas pós-coloniais*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004, p. 165-166.

pela inclusão e representação que são características das democracias liberais e representativas modernas⁷³. No entanto, quanto mais vulnerável é a sua posição na hierarquia da sociedade mais necessidade de negociar você precisa para melhorar alguma coisa a seu favor. Por isso que, dentro do modelo liberal ocidental, as minorias têm necessidade de negociar para ver que papéis positivos podem desempenhar, dentro das restrições do liberalismo, para alterar alguma coisa em seu favor⁷⁴.

As questões sobre minorias e maiorias na história são mais construções de índole estatística do que realidades naturais. Ser minoria ou maioria tem a sua importância apenas num contexto determinado, pois vantagem numérica em si nem sempre constitui garantia de vantagem para ser a maioria/maior no estatuto. No período colonial, podemos notar casos em que a maioria, constituída pelas populações colonizadas eram qualificadas como minoria pelo grupo dominante - a minoria histórica. Estas minorias são aquelas que o passado geralmente considera como inferiores ou marginais tal como a pesca artesanal e o pescador artesanal⁷⁵.

De acordo com Chakrabarty, a inclusão das minorias na escrita da história das nações tem mostrado ser mais complexa do que a simples aplicação de métodos já existentes nas pesquisas dos arquivos e bibliotecas para serem adicionados nos novos saberes coletivos da historiografia. Passados subalternos são signos desta fronteira. Com eles alcançamos os limites do discurso da história. O motivo disso é que “o passado subalterno não dá ao historiador nenhum princípio de narração que possa ser defendido racionalmente na vida pública moderna. O passado subalterno age como um suplemento do passado do historiador. Passados subalternos devolvem-nos a uma sensação do bem limitado que é a consciência histórica moderna”⁷⁶.

A corrente dos estudos subalterno também teve algumas críticas, algumas das quais foram feitas nos ensaios de Spivak e de Rosalind O'Hanlon (1988), publicados ao

⁷³ Contudo, Peixoto chama a atenção para o fato de a história ser usada para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos. Por outras palavras, a história continuar a ser um instrumento do (e de) poder, mesmo depois das independências africanas, o que significa que não foi feita uma <descolonização> dos estudos sobre o colonialismo português. Peixoto, C. T., «Ser, não ser, voltar a ser ou tornar-se? Uma reflexão sobre a (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa à luz dos estudos pós-coloniais», p.18; Afonso, M. F., *O conto moçambicano. Escritas pós-coloniais*, p.97.

⁷⁴ Spivak, Gayatri Chakravorty e Harasym, Sarah, *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues* Routledge, New York, 1990, p. 71-72.

⁷⁵ Ao longo do texto tomamos a pesca artesanal e o pescador artesanal como referindo a mesma coisa. Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p. 102.

⁷⁶Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p. 102.

mesmo tempo, que tiveram um sério impacto na trajetória intelectual posterior do projeto. Tanto Spivak quanto O'Hanlon apontaram para a ausência das questões de gênero em estudos subalternos, assim como críticas sobre a orientação teórica do projeto. Este movimento também deu origem a uma série de estudos sobre o “discurso colonial”, em que se criticava a própria história como uma forma europeia de conhecimento. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que os estudos subalternos ultrapassaram a agenda historiográfica original que se estabeleceu no início de 1980, obtendo reconhecimento em diferentes locais globais e regionais. Esta expansão para além dos locais de origem na Índia ganhou para a série elogios e críticas. Grande parte da controvérsia segue aproximadamente os contornos do debate global e em curso entre marxistas, por um lado, e pós-modernista, por outro. Tal como os Marxistas noutros lugares, os Marxistas indianos apontam que a valorização pós-modernista do fragmento da historiografia subalterna mina a causa da unidade dos oprimidos⁷⁷.

Esta tese situa-se também no campo da história ambiental, no caso da pesca, tentando discutir a abundância/escassez dos recursos tais como o peixe, crustáceos e moluscos em ambiente natural em determinado local e a sua possível relação com as artes e os aprestos de pesca artesanal. A relevância destes estudos teve a sua origem na América do Norte e Europa tendo se deslocado para o Sul e Sudeste da Ásia e África, quando se notou que as atividades humanas que resultavam na desflorestação tinham impacto direto na natureza e na vida do homem⁷⁸. Um dos argumentos de Richard Grove é de que foi nas colónias tropicais da Europa que se registou primeiro a perceção da extraordinária rapidez em que as atividades das populações locais e dos europeus, em particular, transformavam e destruíam o ambiente natural, o que estimulou o crescimento do interesse científico e dos Estados na perceção da ligação entre as mudanças climáticas e a desflorestação. Este facto levou diretamente a uma série de programas dos Estados em larga escala sobre a conservação das florestas, especialmente nos impérios coloniais franceses e britânicos e, mais tarde, nos Estados Unidos da América⁷⁹.

⁷⁷ Chakrabarty, D., *Provincialing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p. 102.

⁷⁸ Grove, Richard H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, Cambridge, UK, White Horse Press, 1997. p. 4.

⁷⁹ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p. 4; Milfont, Taciano Lemos Coelho Júnior, «Psychology of Environmental Attitudes. A cross-cultural study of their content and structure». Doutoramento, The University of Auckland, Auckland, 2007, p. 1.

As preocupações de muitos dos estudiosos envolvidos neste processo, que agora chamamos de ambientalistas, apesar das suas limitações na época, permitiram a emergência de estudos comparados na Europa. Estas preocupações estavam viradas para o tópico das mudanças climáticas, as mesmas que nos preocupam hoje e que têm um considerável impacto na atividade da pesca artesanal. No entanto, apesar destas constatações

(...) no período pós-colonial, muitos governos 'independentes', a maioria deles dirigidos por elites sociais isoladas, tenderam a repetir, às vezes de forma ainda mais cruel e brutal, os arrogantes erros ambientais cometidos por seus predecessores coloniais. Frequentemente eles têm demonstrado o mesmo desdém e desrespeito pelos saberes indígenas e tradicionais. Estas elites, têm dado continuidade na priorização de projetos de elevada notoriedade em larga escala para a construção de barragens, irrigação, desenvolvimento de exploração de terras em larga escala e a desflorestação ou desmatamento que provaram ser tão atraentes para os governos pós-coloniais quanto para os governos coloniais, repetindo os mesmos erros do passado algumas vezes, em escalas muito maiores. Alguns destes erros poderiam ter sido evitados, dado haver registo de suficiente informação ao longo do tempo.⁸⁰

Este excerto mostra a importância da reflexão sobre as políticas ambientais seguidas pelos Estados, ao longo dos tempos, de modo a identificar e corrigir os erros cometidos na gestão dos problemas sobre a poluição, mudanças climáticas e exploração excessiva e intensiva de recursos naturais sem permitir um intervalo para a sua reposição⁸¹. Estes problemas, infelizmente, continuam a marcar e impactar no tempo presente.

Fontes e Metodologia

As fontes orais foram baseadas em entrevistas semi-estruturadas tendo como alvo pessoas que estiveram em atividade pesqueira até 1991, as quais anexamos no final, tais como pescadores, gestores e outras entidades relevantes na pesca. Através das entrevistas, procuramos entender a sua sensibilidade/conhecimento em relações às políticas pesqueiras no período colonial, assim como a emergência e funcionamento dos Combinados Pesqueiros no pós-independência, que tenderam a transformar os pescadores artesanais em assalariados. Outra linha de informações colhidas aos entrevistados foi

⁸⁰ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p.5.

⁸¹ Agüero, P. H. V., «Avaliação Econômica dos Recursos Naturais», p. 45–47.

sobre a sua compreensão sobre o papel da pesca artesanal na exploração económica dos recursos naturais e a sua preservação.

Procurámos, igualmente, captar conhecimentos das comunidades piscatórias sobre as práticas de pesca na região de Chiloane e zonas vizinhas como Govuro. Esta recolha teve dois objetivos. O primeiro foi de recolher histórias de vida de alguns dos entrevistados que foram usadas na perspetiva de estabelecer a ligação entre o indivíduo e o grupo ao qual pertence, de modo a captar as diversas experiências do sujeito que, de alguma maneira, se assemelham ao coletivo. O segundo, foi o de captar na tradição oral, a transmissão de saberes feita pela comunidade, de geração em geração. As lendas, contos, fábulas, cânticos, provérbios serão outra fonte para captar a história da pesca. Através das fontes orais conseguimos aferir os aspetos culturais da comunidade, assim como as influências que as políticas para o sector tiveram e compreender como é que o pescador artesanal se foi adaptando a elas.

No entanto, devemos acautelar que o processo de captação, seleção e organização hierárquica das ideias captadas em si, encerra uma forma de interpretação do autor, que pode influenciar a narrativa ao tentar reconstruir a história de vida dos entrevistados⁸². Chamamos também a atenção a escolha da escrita do texto de acordo com o acordo ortográfico que foi subscrito pelas entidades portuguesas, onde esta a Universidade de Lisboa.

A metodologia baseou-se em entrevistas semi-estruturadas com recurso a gravação e posterior transcrição. Durante este exercício fizemos uma tradução livre dos conteúdos das entrevistas feitas nas línguas nacionais para o português, assim como fizemos a mesma tradução livre nos textos das línguas estrangeiras.

As entrevistas orais foram feitas aos seguintes seguimentos sociais:

- a) Líderes das aldeias; líderes religiosos; personalidades influentes a nível local;
- b) Pescadores artesanais; revendedores e transportadores (amostra variou segundo o género e a idade);
- c) Dirigentes governamentais, assim como das antigas empresas estatais a nível central, provincial e distrital que estiveram em funções no período entre 1975-1986.

A seleção dos entrevistados foi baseada numa amostragem não probabilística (por conveniência ou julgamento) com base na disponibilidade e acessibilidade dos inquiridos.

⁸² Cruz e Silva, Teresa, Neves de Souto, Amelia Welch, Gita Homwana, (org.). Zedequias Maganhela, uma biografia contextualizada, (1912-1972), Maputo, 2014, p. 20.

Este tipo de amostragem permite que fique ao critério do entrevistador, sem o mínimo de controlo, a seleção dos entrevistados⁸³. Assim, foram realizadas 24 entrevistas, nas quais alguns entrevistados foram inquiridos em mais do que uma ocasião de forma presencial ou ao telefone para esclarecer questões que iam surgindo ao longo da escrita da tese.

Em termos metodológicos, a temática sobre a pesca artesanal foi baseada na análise qualitativa inserida na história social, que tem como um dos seus focos principais o estudo das classes menos favorecidas na sociedade como protagonistas da história através de fontes documentais, orais e iconográficas. É aqui onde se enquadram os pescadores artesanais. A história ambiental será a nossa segunda dimensão onde vamos tentar captar sobre a abundância/escassez dos recursos em determinado local e sua possível relação com as artes e os aprestos de pesca artesanal usados. Outras dimensões relevantes para o estudo da pesca serão os ramos das ciências marinhas, biologia e economia⁸⁴. Para compreender a ação do pescador procuraremos emprestar ferramentas de pesquisa de outras ciências sociais tais como a antropologia, sociologia e a geografia⁸⁵.

O conjunto bibliográfico e documental que serviu de suporte da tese é baseado nas fontes históricas pesquisadas principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico de Moçambique, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de

⁸³ Eraldo Batista, Luís Matos e Alessandra Nascimento, «A Entrevista como técnica de Investigação na pesquisa qualitativa», nº11, 2017, p. 23-38, p. 25., disponível em <https://www.researchgate.net>, consultado em 15 de Novembro, 2021.

⁸⁴ Alguns estudos usam também a Cliometria que é uma abordagem económica a processos históricos que surge desde a década de 1960. Cardoso, J.L., «Entrevista a Jaime Reis», *Análise Social*, 2011, p. 488-490.

⁸⁵ São diversas as ciências complementares para o estudo das pescas. Podemos mencionar algumas tais como a Oceanografia; biologia marítima; biologia da pesca; estatística da pesca; tecnologia da pesca. Oceanografia – estudo do meio onde os peixes vivem. Permite tirar conclusões não só sobre a sua distribuição e migração, como sobre os períodos genéticos (metabolismo funcional, metabolismo morfogénico, fases da reprodução e do crescimento); Biologia marítima- ligada a oceanografia, mas com particular interesse pela vida dos animais marinhos a partir do estudo do plâncton, constituído por organismos microscópicos vegetais e animais, elemento fundamental à sua alimentação. Abrange a análise da vida dos peixes e das baleias que normalmente migram em busca daquele e as causas da sua reprodução, levando-nos a deduzir, em função da quantidade do plâncton existente a maior ou menor presença de animais; Biologia da pesca- estuda assuntos relacionados com a quantidade e qualidade de peixes comercialmente exploráveis extraídos do mar, variações do pescado, suas causas e os métodos e meios de economizar os recursos da pesca. O rendimento de qualquer pescueiro depende de 3 fatores: a) a abundância de peixe de importância comercial; b) a sua disponibilidade para os pescadores e c) a intensidade da frequência da pesca; Estatística da pesca- tem como objetivo verificar as quantidades de pescado e das suas flutuações o que pode permitir organizar a administração dos recursos da pesca, envolvendo questões de abastecimento de peixe, grau de utilização e muitos outros problemas; Tecnologia da pesca- abrange os métodos de pesca e conservação do pescado por forma a chegar ao mercado consumidor em boas condições de frescura e paladar. É este um fator importante para o bom êxito de uma indústria de pesca. Rato, J. M., «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», p.100-101.

Portugal e outras bibliotecas da Universidade de Lisboa e Universidade Eduardo Mondlane.

Para os primeiros capítulos sobre o período colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo), as informações de suporte são constituídas por documentos manuscritos, dactilografados e impressos em forma de relatórios, instruções, regulamentos, ofícios, processos e diversa correspondência da secretaria-geral e da administração civil, entre os funcionários da administração e o governador dos territórios que foram pesquisadas no Arquivo Histórico de Moçambique onde consultámos o fundo da Companhia de Moçambique que contem 8 núcleos documentais. De entre estes núcleos documentais os principais foram: Processos sobre gamboas; Peixe para indígenas; Regulamentos da Pesca (Ordem nº 1978); Relatórios do governador; Companhia da pesca de pérolas de Bazaruto; Companhia Colonial do Búzi, Companhia das pescarias e frigoríficos da Beira e Campanha de pescadores.

No núcleo documental sobre “Peixe para Indígenas”, existem 12 maços de documentos que versam sobre a importância de se regulamentar as transações e produção do peixe seco para a Companhia de Moçambique, em anos diferentes, assim como medidas para melhorar a situação dos pescadores artesanais de modo a proporcionar-lhes os meios de adquirirem dinheiro para o pagamento dos impostos. Existe, igualmente, o registo de várias guias de compra desse produto, ao longo dos anos. O fornecimento de peixe seco tanto vinha da costa angolana (Moçâmedes) assim como de Macequesse, em Manica. Esta informação ajuda a compreender a forma como os gestores da Companhia lidavam com a população nativa e a importância da atividade da pesca artesanal.

O núcleo documental “Relatórios do Governador” - Secretária-geral/processo nº 82 é constituído por 8 maços. Aqui encontramos regulamentos sobre a prática da pesca artesanal com base principalmente da gamboa. Estes Regulamentos tinham como base a importação de modelos a partir do estrangeiro para ser aplicado nos territórios coloniais facto que foi contestado em diversas ocasiões pelos funcionários das capitânias e, certamente pela população visada.

O núcleo documental “Cambôas” ou gamboas trata especificamente sobre esta armadilha de pesca, a forma como era usada pelos pescadores de outras origens e nativos, os resultados da sua produção e as diversas mudanças que foram introduzidas na sua construção e regulamentação assim como a competição pelos recursos pelos seus utilizadores.

O núcleo documental do “Governo-geral” encontram-se “Relatórios dos Serviços do Governo do distrito de Inhambane”, contém informações das atividades da Companhia de Moçambique na região do Sul de Save no limite do paralelo 22°. Mostra a interligação dos principais centros pesqueiros localizados entre Chiloane, Vilanculos e Inhassoro que são importantes para a compreensão do tema. Estão aí inseridos também os relatórios das circunscrições que nos dão a conhecer o ambiente das reuniões (banjas) com as chefias e populações africanas que permitem analisar as relações entre as partes.

O núcleo documental “Secretaria-geral processos 766”, é constituído por 11 maços de documentos que retratam as atividades da Companhia de Moçambique na sede, cidade da Beira, com informações sobre a pesca, o fluxo de pescado na cidade, as taxas cobradas, os problemas com a chegada de pescadores da Póvoa do Varzim vindos de Portugal, a partir da década de 1920. Estes documentos deixam-nos entrever a prática da pesca artesanal num quadro de tensão entre as autoridades e os pescadores e estes últimos entre si. Ou seja, as iniciativas em primeira mão da Companhia de Moçambique e, seguidamente, do Estado Novo em modernizar a pesca em geral e a pesca artesanal, em particular. Estes documentos têm importância por permitir compreender que a pesca artesanal era uma atividade económica com que as autoridades da companhia contavam poder cumprir com um dos seus desejos de coletar impostos e fonte para alimentar os civis e militares em acampamentos.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) pesquisámos o fundo da Companhia de Moçambique, especificamente os documentos sobre Orçamento do Território da Companhia de Moçambique, Atas das sessões do Conselho Fiscal, Livro de Atas do Conselho de Administração, Regulamento do serviço indígena. Estes documentos permitiram-nos perceber as atividades regulares dos gestores a partir dos comités em Londres e Paris e entre o Conselho de Administração estabelecidos em Lisboa e os administradores da Companhia no território, assim como a sua relação com as autoridades coloniais portuguesas. Nesta interação, estão subjacentes consensos e tensões entre os diversos intervenientes, o que permitiu enriquecer a análise. Entretanto, devemos notar que estes documentos não mencionam a atividade da pesca artesanal dos nativos. Este fato demonstra que, ao nível dos governantes da época, a participação deste setor de atividade económica e de sustento das famílias, na maioria autóctones, não fazia parte da agenda. Nas atas, existe a referência à pretensão de usar o privilégio da concessão do direito de pesca para sub-concessionar a terceiros e ganhar lucros, enquanto o

regulamento diz respeito à pesca marítima intensiva ou industrial, não se encontrando referência a pesca artesanal.

No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), pesquisámos o Fundo Companhia de Moçambique. Neste fundo, pesquisámos essencialmente a correspondência baseada em documentos manuscritos, dactilografados e impressos em forma de ofícios, relatórios, estatutos, orçamentos, inventários e estatísticas entre os serviços do Ministério das Colónias e os órgãos da administração da Companhia em Lisboa com os administradores em Manica e Sofala. Nesta documentação, foi possível entender o grau de compromisso e as discordâncias entre as autoridades coloniais europeias e o nível em que afetaram as populações africanas no território concessionado. Neste arquivo, consultámos também as atas, relatórios e mapas dos Planos de Fomento 1953-1974, que nos permitiram ter uma imagem dos propósitos e graus de execução destes planos que estiveram virados em maior parte para a construção de infraestruturas. Estas infraestruturas, deviam permitir a melhor exploração dos recursos naturais e o povoamento branco e menos para ações sociais que beneficiassem as populações locais.

O fundo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar – DGU- IPAD, foi consultado também neste arquivo e é constituído por documentos que versam sobre os projetos para organização, montagem e estabelecimento da indústria de pesca em Moçambique em uma perspectiva para a atividade da pesca industrial pelo sector privado.

O núcleo documental constante nos fundos e Coleções da Direção Geral de Economia- DGEco, existem documentos do Gabinete de Estudos Económicos onde constam o processo geral referente a indústria de conservas de peixe de produção metropolitana e as providências que deviam ser adotadas pelo governo colonial para proteger estas indústrias nas colónias. São arroladas as empresas que se dedicavam à atividade piscatória nas províncias ultramarinas. Com base nesta documentação, foi nos possível entender a filosofia do Estado português para o desenvolvimento da indústria da pesca nas colónias baseada em protecionismo a favor da metrópole.

O fundo da Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU, permitiu-nos consultar documentos sobre diversos pedidos submetidos a Junta Consultiva do Ultramar, entre os quais os pedidos de concessão do exclusivo de pesca de pérolas, coral e âmbar entre a foz do rio Save e o paralelo 22°. O acesso a esta zona mereceu a atenção da Companhia de Moçambique a tal ponto que foi pedindo alterações dos limites para conseguiu ultrapassar a concorrência de outros interessados e estabelecer o seu limite sul neste paralelo, como forma de garantir o acesso ao arquipélago de Bazaruto onde se

localizavam estas pérolas. Constan também deste fundo diversos pedidos de financiamento de pescadores para se deslocarem de Portugal para as colónias numa medida encorajada e financiada pelas autoridades coloniais por diversos motivos. O núcleo documental foi produzido, na sua maioria, pelos inspetores superiores que realizaram a sua atividade inspetiva na colónia de Moçambique. Os documentos são constituídos por relatórios das inspeções ordinárias ao concelho da Beira e circunscrições de Sofala, Búzi e Chimoio assim como a inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Consultámos também os relatórios do governo de província. Nestes relatórios, permitiu compreender, por um lado o que as autoridades coloniais portuguesas pretendiam que fosse feito pela administração da Companhia de Moçambique, no seu papel de supervisão acordado na concessão do território e aquilo que era praticado pelos administradores e pessoal executivo da Companhia, que geravam discórdias. Estão subjacentes nestes relatos as más condições de vida da população local perpetrados não só nos territórios administrados pelas autoridades da Companhia, mas também naqueles sob jurisdição direta das autoridades coloniais portuguesas, não constando medidas para corrigir essas anomalias. Portanto, estes relatórios inspetivos permitiram captar as relações entre as diversas autoridades, coloniais portuguesas e as da Companhia de Moçambique e o seu impacto sobre a população de Manica e Sofala.

Realizámos, igualmente, pesquisa no arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) da Universidade de Lisboa, no fundo da Direção dos Serviços de Gestão, Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc.º n.º 880.4, localizado no nº30 da Rua da Junqueira, assim como no Palácio da Calheta, Jardim Botânico Tropical. Nestes dois locais, consultámos documentação das atividades da Missão em Moçambique durante o período dos meados da década de 1960, quando se evidencia a aplicação da ciência para o desenvolvimento da pesca. Foi notória nesta documentação a falta de iniciativas do organismo científico para o desenvolvimento da pesca artesanal praticada pela população local. No palácio da Calheta, pesquisámos artigos em revistas, na sua maioria publicadas em Lourenço Marques (atual Maputo), que tratam da pesca nestes espaços sob administração direta portuguesa que nos permitiram ter uma visão comparativa com o que se passava nos territórios concessionados à Companhia de Moçambique.

Na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e em bibliotecas universitárias e bases de dados académicas, consultámos estudos como teses, monografias, artigos em publicação periódica, memórias, comunicações nos congressos, dicionários,

enciclopédias e mapas que nos permitiram ter uma visão do conjunto sobre as relações entre as populações africanas e as autoridades coloniais portuguesas e da Companhia de Moçambique, assim como questões teóricas sobre matérias relacionadas com as políticas de desenvolvimento. Estas plataformas bibliográficas permitiram também obter informações comparativas da ideologia das diversas potências coloniais em relação às políticas de desenvolvimento em outras partes do continente africano.

As limitações encontradas na pesquisa das diversas fontes mencionadas para o período colonial relacionam-se primeiro, com a existência de documentação não tratada ou não disponível para consulta em determinadas regiões, períodos ou anos da região de estudo tanto no Fundo da Companhia de Moçambique à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino como no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Segundo, as fontes escritas disponíveis trazem informações das entidades administrativas oficiais portuguesas e da Companhia de Moçambique e, pouco ou quase nenhuma informação sobre a vida da maioria da população africana que sofreu o impacto dessas administrações. No período pós-independência, continuamos a ter muita informação disponibilizada por instituições estatais que podem influenciar a análise, mas, em contrapartida, temos disponíveis relatórios de pesquisa de outras entidades privadas assim como de organizações não-governamentais e o acesso a fontes orais que nos ajudaram a trazer a voz da população piscatória, a voz dos subordinados. No entanto, tivemos algumas dificuldades no acesso a algumas fontes deste período devido a problemas relacionados com a extinção e criação de novos Ministérios e outras instituições do Estado que, em geral, têm sido acompanhadas de mudanças das formas de organização e localização dos locais onde estão depositados os documentos/arquivos.

Plano dos Capítulos

Em termos de organização temática, a dissertação comporta os seguintes temas antecidos pela introdução e finalizados por considerações finais: Capítulo I – Política colonial portuguesa de estabelecimento de Companhias em Moçambique no século XIX; Capítulo II- Importância da pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique, (1892-1942); Capítulo III- Pesca artesanal: exploração económica e preservação dos recursos naturais; Capítulo IV – As comunidades de pescadores artesanais face às políticas de produção pesqueira: continuidades e rupturas e o Capítulo V - Impacto das políticas de produção pesqueira nas comunidades no período pós-independência.

O primeiro capítulo sobre a política colonial portuguesa de estabelecimento de companhias em Moçambique no século XIX, tem como objetivo compreender o contexto geral da aposta no estabelecimento de companhias para a exploração e administração de territórios coloniais pelas principais potências europeias, em geral, e por Portugal, em particular. Neste contexto, será objeto particular tentar compreender a dinâmica internacional do capitalismo ascendente como resultado do desenvolvimento da revolução industrial e da crescente necessidade em obtenção de matérias-primas, assim como a exportação do capital associada ao momento político onde as várias nações aceitavam e apoiavam essas iniciativas.

O segundo capítulo aborda a importância da pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique (1892-1942), na altura da sua instalação nos territórios de Manica e Sofala que teve como uma das suas prioridades as atividades da pesca artesanal realizada pelos nativos que devia garantir a sua alimentação e a subsistência das comunidades locais. O nosso argumento é de que foi por esta razão que a Companhia elegeu esta atividade como principal fonte de primeiro, fornecer alimentação aos contingentes militares que participavam nas campanhas de pacificação então em curso assim como ao pessoal civil da administração; segundo garantir alimentação aos trabalhadores recrutados para a execução de diversos serviços; terceiro, garantir uma fonte de arrecadação de receitas através de introdução de cobranças de licenças e pagamento de diversas taxas.

O terceiro capítulo versa sobre a forma como a pesca artesanal realiza a exploração económica e a preservação dos recursos naturais onde tentamos captar a ação da atividade da pesca de uma forma transversal nos três períodos cronológicos abordados nesta tese. Neste processo, debatemos sobre a necessidade de efetuar a exploração dos recursos naturais ao mesmo tempo que tem de garantir a sua preservação, de modo a perpetuar a sua principal atividade de subsistência. Neste exercício, prestamos atenção ao processo de adaptação dos pescadores artesanais às contingências político-administrativas. Neste capítulo continuamos a abordar temas que versam sobre o período colonial nos territórios de Manica e Sofala e em particular a ilha de Chiloane, que foi sede de duas entidades administrativas coloniais diferentes (1865-1894), como sendo a zona micro do espaço geográfico escolhido, região centro de Moçambique, para basear a nossa tese. A sua importância reside em dois campos: o económico, por ter sido uma região onde se desenvolveu a pesca artesanal de forma destacada ao longo dos três períodos abordados e no campo político, por ter sido a região escolhida para fixar as sedes administrativas

tanto da Companhia de Moçambique assim como da administração portuguesa, estes últimos, em duas ocasiões diferentes (século XVI e século XIX).

O ciclo colonial termina com o quarto capítulo que trata sobre as comunidades de pescadores artesanais face às políticas de produção pesqueira: continuidades e rupturas. Neste capítulo abordamos com destaque a importância do plano intercalar dentro da perspectiva do desenvolvimento e modernização da pesca e tentamos ver em conjunto, as diferentes políticas que as três administrações colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo) e a pós-independência tiveram e impactaram a pesca artesanal e as respectivas comunidades. Estas comunidades de pescadores, para além da prática da pesca artesanal foram sujeitas ao recrutamento compulsivo para fornecer a sua mão-de-obra tanto dentro do território colonial assim como no estrangeiro.

O quinto capítulo trata sobre o impacto das políticas de produção pesqueira nas comunidades no período pós-independência. Neste capítulo, a abordagem vai centrar-se nas políticas económicas relacionadas com a pesca artesanal adotadas pela Frelimo no pós-independência. Nesta análise, tentaremos fazer a ligação com o que abordamos nos anteriores capítulos de modo a termos uma imagem do conjunto dos dois períodos: colonial e pós-independência. O nosso argumento é de que a pesca artesanal sofreu uma discriminação relacionada com o sector por ser uma atividade localizada na periferia do sistema, que não é facilmente controlado pelo Estado. Esta situação, se observa tanto na altura do predomínio da produção capitalista centrada em mecanismos de exploração de recursos intensiva (Companhia e Estado Novo), assim como no pós-independência com as políticas socialistas de maior apoio ao sector estatal em todos os ramos da economia, baseadas na socialização do campo e nos Combinados Pesqueiros. Dentro destes pressupostos, a pesca artesanal recebeu menos apoio ao mesmo tempo que as comunidades de pescadores eram exploradas com o fornecimento da sua mão-obra e o pagamento de diversas taxas e impostos sem melhorarem as suas condições de vida.

CAPÍTULO I – POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA DE ESTABELECIMENTO DE COMPANHIAS EM MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XIX

1.1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo compreender o contexto geral da aposta no estabelecimento de companhias para a exploração e administração de territórios coloniais pelas principais potências europeias, em geral, e por Portugal, em particular que termina com o estabelecimento do Estado Novo. Neste contexto, será de objeto particular tentar compreender a dinâmica internacional do capitalismo ascendente como resultado do desenvolvimento da revolução industrial e da crescente necessidade em obtenção de matérias-primas baratas, assim como a exportação do capital associada ao momento político onde as várias nações ocidentais aceitavam e apoiavam essas iniciativas, empurradas pela força de uma opinião pública nacionalista⁸⁶.

É neste âmbito que procuraremos discernir como é que a administração da Companhia de Moçambique geriu a atividade da pesca artesanal, enquanto entidade detentora do poder político e administrativo daquela região centro de Moçambique entre o vale do Zambeze até ao rio Save. Começamos por analisar os aspetos geomorfológicos dos recursos naturais estuarinos e litorais, com destaque para pequenos peixes demersais, peixes pelágicos, caranguejo de mangal e camarões peneídeos. Estes recursos tornaram-se em um atrativo da cobiça de diversas entidades públicas e privadas para a sua exploração em seu favor. Este processo remota à presença dos árabes e suaílis no século VIII que se estabeleceram nesta região para desenvolver o comércio, seguidos, mais tarde, pelos europeus a partir do século XV⁸⁷. De seguida, aborda-se sobre as entidades políticas africanas de destaque estabelecidas na região e sua relação com os portugueses a exemplo de algumas chefaturas e reinos de menor dimensão dependentes ou satélites de grandes reinos ou impérios, como o do Monomotapa e, mais tarde, o de Gaza. Este último, dominou esta região de Manica e Sofala e lutava por manter o seu domínio e hegemonia política e económica, algumas vezes entre si, e, principalmente, contra os estrangeiros que não demonstrassem obediência ao seu poder.

⁸⁶ Davidson, Basil, *À Descoberta do passado de África*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1981, p. 201.

⁸⁷ Hoppe, Fritz, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1970, p.17-18.

O capitalismo colonial, a criação de companhias majestáticas e as suas implicações ao nível local é a secção que procura abordar a instauração do sistema colonial pelas potências ocidentais, as suas similaridades na forma como impactaram nas populações dos diversos quadrantes do globo e, em especial, no continente africano. Abordamos também sobre a administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique e o relacionamento entre a Companhia de Moçambique e o estado português. O enfoque será a apreciação das estruturas político-administrativas que a Companhia de Moçambique criou para a exploração dos territórios sobre a sua jurisdição baseadas sobretudo na cobrança de diversas taxas e impostos e na exploração de mãos-de-obra barata. Estas prerrogativas legais, baseadas nos poderes majestáticos concedidos pelo Estado colonial português, produziram algumas tensões entre ambos até ao fim do contrato em 1942 e a instauração do regime do Estado Novo.

Finalmente, debatemos sobre o processo da arrecadação de receitas através da política laboral e fiscal no período colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo). Nesta secção, debatemos sobre algumas das ações praticada pelo Estado Novo, por um lado, com enfoque em pacotes administrativos para “lavar a imagem” no contexto internacional de modo a aderir nos diversos fóruns. Para este efeito, adotou também uma versão simplificada do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre⁸⁸. Por outro lado, desenhava planos para aumentar a exploração das colónias assegurando a arrecadação de receitas através da cobrança de taxas e impostos, previstos nos múltiplos pacotes legislativos que tinham como base obrigar o nativo ao trabalho quase escravo.

O nosso argumento é que as diferentes políticas adotadas pela Companhia e pelo Estado Novo durante este período, tinham como objetivo levar as comunidades locais a terem a capacidade de pagar impostos e a servirem como reserva de mão-de-obra para as diversas atividades públicas e privadas. Estas políticas consistiram, primeiro, nos esforços de levar os pescadores artesanais locais a abastecerem com peixe os acampamentos militares e civis da companhia. Segundo, permitir que com esta atividade os pescadores artesanais conseguissem recursos para o pagamento de impostos. Terceiro, possibilitar a

⁸⁸ O luso-tropicalismo teve a sua origem no cientista social brasileiro Gilberto Freyre que, durante a sua visita às colónias portuguesas entre 1951-1952, teceu depois considerações de que os portugueses tinham uma capacidade especial de se unirem aos trópicos pelo seu amor e não interesses. Com esta união, poderiam constituir sociedades multirraciais com predomínio da mestiçagem e cruzamento de culturas. Esta tendência era resultado da sua convivência no passado, com culturas de origem europeia, africana assim como com os árabes. Castelo, Cláudia, «“Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio», *Varia História*, vol. 30, nº 53, 2014, p. 521.

arrecadação de receitas para os cofres da Companhia e do Estado Novo com a cobrança de diversas taxas e impostos previstos no licenciamento e nos Regulamentos de pesca. Quarto, viabilizar o acesso e o controlo da mão-de-obra dos nativos

Neste contexto, pesquisa-se como é que os pescadores artesanais responderam a estas políticas emanadas pelo Estado Português e implementadas inclusive nos territórios administrados pelas Companhias. Porque é que, no intuito da modernização da pesca, foram convidados pelo Estado português, os pescadores poveiros para as províncias ultramarinas e marginalizaram os pescadores artesanais nativos⁸⁹?

1.2. A região entre o vale do Zambeze até ao rio Save

A área de estudo encontra-se localizada na região entre os rios Zambeze e o rio Save que desaguam no Oceano Índico, que desde os séculos IV ou V era habitada por populações nativas de origem bantu⁹⁰. Especificamente, a região de Sofala é uma zona baixa que engloba áreas de altitude inferior a 200 metros ao longo da orla do litoral e de planícies aluvionares⁹¹. Do ponto de vista hidrográfico localizam-se nesta região alguns rios tais como o Zambeze, Búzi, Pungue, e o Save, que desaguam no mar e estão sujeitos à influência das marés. Predomina o clima tropical influenciado pelos ventos alísios e pelas correntes marítimas do Oceano Indico, também influenciados pelas correntes quentes deste canal. Estas condições determinam os regimes pluviométricos caracterizados pelas chuvas de monção durante os meses de Outubro a Março⁹².

Em termos de recursos naturais, esta região tem um elevado número dos recursos hídricos, florestais, faunísticos e mineiros. O litoral possui muitas ilhas das quais na região centro e sul pode destacar-se o arquipélago de Bazaruto⁹³. Alpers salienta que nos finais do século XVIII, o arquipélago de Bazaruto era considerado um tesouro quanto aos recursos marinhos e uma fonte onde os portugueses adquiriam o casco da tartaruga, dentes

⁸⁹ De salientar que os pescadores poveiros serão referidos ao longo da tese quando falamos do financiamento ao povoamento branco nas colónias; exercício da pesca artesanal; domínio da iliteracia; discriminação da pesca artesanal e o seu envolvimento no esforço para a modernização da pesca artesanal.

⁹⁰ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 47 ; Rodrigues, Eugénia, «Prazos da coroa de Moçambique», in: *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, s/d, p. 16. Segundo Rodrigues a região do Vale do Zambeze já foi designada de Rios de Cuama e, mais tarde de Rios de Sena.

⁹¹ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 130.

⁹² Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 132.

⁹³ Alpers, Edward, «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», *Revista de História*, nº 178, 2019, p. 5-7.

de dugongo, cauris, pérolas e âmbar cinza. Estes produtos tinham um elevado valor comercial e foram citadas pelos portugueses desde 1696⁹⁴. A qualidade das pérolas era comparada às pérolas encontradas nos antigos territórios portugueses do Ceilão, atual Sri Lanka⁹⁵. No entanto, antes da chegada dos portugueses a Moçambique (cerca de 1500) este arquipélago era povoado por *mouros negros* conectados num sistema comercial mais amplo do Oceano Índico⁹⁶.

A fauna da região de Manica e Sofala onde se instalou a Companhia de Moçambique era variada, possuindo exemplos de todos os ramos e grupos da escala zoológica. A fauna marítima era constituída por peixes, aves, répteis e mamíferos para além de crustáceos e moluscos onde se registava uma fraca exploração, para além do uso de pequenas redes de mão pela população nativa. As condições ecológicas desta região permitiam à população, principalmente a prática da agricultura de subsistência, a criação de gado, a mineração, a caça e a pesca⁹⁷.

A disponibilidade de recursos naturais ao longo da costa moçambicana e nomeadamente na zona de estudo, associada ao aumento da procura de matérias-primas pelo capitalismo industrial ocidental, principalmente a partir dos finais do século XIX, despertaram a atenção da administração portuguesa. Por esta razão, iremos assistir a partir de então, a várias tentativas de explorar ao máximo o potencial dos recursos naturais existentes a seu favor. Por exemplo, nessa altura a Companhia de Moçambique fazia a seguinte publicidade ao mundo em geral e aos portugueses, em particular, que estivessem dispostos a se deslocarem à região:

Figura nº1-Publicidade das potencialidades da região de Manica e Sofala

⁹⁴ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 5-7.

⁹⁵ Porém, a Companhia de Moçambique solicitou a 23 de Junho a avaliação destas pérolas ao *Imperial Institute* em Londres, que a 11 de Agosto de 1909 respondeu que não tinham nenhum valor comercial “The specimens are true pearls, but are all small or rough and of little value, possibly 3^d per gain...” AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

⁹⁶ Mouros negros é a designação de qualquer pessoa que fosse muçulmana ou de pele escura. Os europeus distinguem entre “mouros negros” e “mouros brancos”. Disponível em <https://www.natgeo.pt/historia/2019/12/quem-eram-os-mouros>, consultado a 26/08/2021.

⁹⁷ Roque, A. C. *Terras de Sofala*, p. 137-49; Costa, Eduardo, «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900». Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1901, Lisboa, 1901, p. 137-149.



Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/10/savoy-hotel-na-cidade-da-beira.html>

Em conformidade com este panfleto publicitário da figura 1, para atrair os colonos a Companhia de Moçambique divulgava as potencialidades da região de Manica e Sofala nos ramos agrícola, abundância da caça de diversas espécies, diversos tipos de mineiras assim como a disponibilidade de um porto moderno.

O Oceano Índico, a partir dos séculos VIII permitiu a ligação e migrações de grupos populacionais de origem asiática que praticavam atividades económicas diversas, assim como faziam comércio, sobretudo do interior, vendendo a retalho e a grosso. Pode-se considerar que o comércio foi a principal atividade económica que atraiu e permitiu as ligações entre os povos da costa do Índico com os provenientes de outros continentes. As primeiras ligações registadas com o exterior remontam ao período de estabelecimento dos comerciantes árabes de Omã, que se encontravam desde o século VIII a realizar trocas comerciais numa extensão de cerca de 4000 quilómetros de costa, entre Mogadíscio e Sofala. Comerciavam tecidos de algodão branco e multicolores assim como missangas, para além de outros produtos importados da Índia que trocavam por ouro, marfim e escravos. Além deste grupo também estavam outros, concretamente, muçulmanos do

Indostão assim como os mestiços, filhos destes árabes com mulheres de origem bantu que deram origem à cultura suaíli⁹⁸.

Segundo Roque, as primeiras informações sobre Sofala aparecem precisamente nos escritos árabes do século X, prolongam-se com os portugueses a partir do século XVI e, mais tarde, com escritos de outras nações, atraídas à região por diversos motivos⁹⁹. As populações locais foram genericamente designadas de cafres pelos primeiros escritores portugueses. Cafre em termos etnológicos significava população bantu da África meridional, cuja designação provém da palavra árabe *cafir*, que significava infiel que foi adotada pelos portugueses para as designar de forma genérica¹⁰⁰.

Entre os séculos XVI e XVIII a costa sul-oriental de África encontrava-se organizada em grandes espaços que, subdivididos noutros de menores dimensões e diferentes graus de autonomia, mantinham entre si relações de natureza política, nem sempre pacíficas, mas também relações de complementaridade. Estas assumiam um papel fundamental no quadro de uma economia regional baseada num sistema de redistribuição que funcionava através de redes de parentesco e de alianças estabelecidas por contratos matrimoniais que condicionavam e garantiam a eficácia do próprio sistema de troca redistributiva de excedentes¹⁰¹.

Segundo Isaacman, na altura da chegada dos portugueses na região do vale do Zambeze, nos finais do século XV, podiam identificar-se dois importantes sistemas políticos e culturais divididos pelo rio Zambeze, nomeadamente os povos patrilineares da família chona a sul e os povos matrilineares maraves, de ascendência lunda, a norte. Pertenciam a grupos linguísticos diferenciados e possuíam sistemas religiosos específicos¹⁰².

No planalto a norte da área costeira de Sofala, estava localizado o império do Monomotapa e outros estados Karangas considerados ricos em ouro e marfim e onde os

⁹⁸ Hoppe, F., *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, p. 17–18.

⁹⁹ Roque, A. C., *Terras de Sofala, op. cit.*, p. 36. Na análise desta autora Sofala era também conhecido, nessa altura, como Terras de Sofala, que ocupava um espaço de contornos indefinidos.

¹⁰⁰ Correia, Gaspar, «Cafre», in: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, Vol.V, p. 398; Hoppe, F., *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, p. 33 e p. 176-183 ; Capela, José, *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, Afrontamento, Porto, 1977, p. 38.

¹⁰¹ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 48.

¹⁰² Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara, *A tradição de Resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850-1921* Afrontamento, Porto, 1979, p. 20–21.

mercadores procuravam garantir o controlo do seu comércio¹⁰³. No entanto, em meados do século XVII, registou-se o decréscimo da importância de Sofala, como principal centro onde se realizavam trocas comerciais, como resultado de diversos fatores, entre os quais os problemas da erosão e a redução na circulação do metal precioso, ouro, e o aparecimento de uma nova rota pelo Zambeze o que levou à sua gradual decadência. No ano de 1667, o padre Jesuíta Manuel Barreto relatava uma tendência de redução da atividade comercial na região de Sofala, apesar de ter sido antes uma capitania onde circulava o marfim de Quiteve e Manica. Em 1798, o governador Francisco José de Lacerda e Almeida relatava também que Sofala era, naquele ano, uma vila reduzida ao extremo de maior miséria e pobreza¹⁰⁴.

Segundo Rodrigues, entre os séculos VII e X registou-se por toda a costa da África Oriental o estabelecimento de mercadores muçulmanos que se misturaram com as sociedades locais dando origem à cultura suaíli¹⁰⁵. Este processo de miscigenação prosseguiu com a chegada dos portugueses no final do século XV e de outras nações, onde podemos mencionar os banianes de Gujrate que dominaram o comércio na costa e no interior¹⁰⁶. Estas chegadas e integrações de novos grupos e novas culturas permitiram o fornecimento de conhecimentos e da arte de pesca que também se observam em outras regiões especialmente do Oceano Índico

Não temos dados específicos sobre o número de estrangeiros que chegaram antes dos portugueses em Moçambique, no entanto, pode se afirmar que os estrangeiros oriundos de Indostão, sobretudo de Guzerate e Goa, tornaram-se progressivamente mais numerosos do que os provenientes de Portugal, possivelmente pela proximidade geográfica. No século XVII aparecem descritos na documentação portuguesa como canarins, pessoas originárias da região costeira de Kanaria no sul de Goa e outras regiões limítrofes da antiga Índia portuguesa, e fixaram-se também no vale do Zambeze. Entre

¹⁰³ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 37; Rodrigues, «Prazos da coroa de Moçambique», p. 16.

¹⁰⁴ Em 1768 Pereira do Lago também descrevia a mesma situação ao considerar que a segunda capital do Oriente estava reduzida ao extremo de maior pobreza e miséria. Hoppe, F., *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, p. 105.

¹⁰⁵ Rodrigues, Eugénia, *Portugueses e africanos nos rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, 1. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 63; Castelo, Inês Fontes Rodrigues, «Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os séculos XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972». Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras, Lisboa, 2014, p. 39.

¹⁰⁶ Merali, Aziz, *Ismailis em Moçambique: memórias do Sul*, Lisboa, CESA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, 2015, p. 31-37.

1686 até 1777 as autoridades portuguesas autorizaram a Companhia de Mazanes sediada em Diu, o monopólio do comércio entre o porto de Diu, no antigo território português da Índia e a ilha de Moçambique¹⁰⁷.

A partir do final do século XV, com o início da expansão marítima europeia, na costa do Índico, os portugueses vão pretender controlar o comércio do ouro e do marfim com a finalidade de financiar o comércio de especiarias que pretendiam efetuar da Índia para a Europa¹⁰⁸. Neste contexto, segundo Rodrigues, a partir de 1570 começou a estabelecer-se o domínio territorial português no vale do Zambeze, conseguido pela conquista militar e pelas alianças que foram estabelecendo com algumas chefaturas locais¹⁰⁹. Assim foram construindo feitorias e feiras, ao longo das suas viagens da costa do Índico para o interior. As feitorias eram os locais geralmente fortificados e localizados na costa para onde os nativos levavam os seus produtos, sobretudo ouro e marfim, para trocar por tecidos de algodão e missangas. As feiras eram locais públicos e realizavam-se de forma temporária em épocas pré-definidas, onde as pessoas levavam os seus produtos para venda e outras eram permanentes. Estas redes comerciais e militares, constituídas por feiras e feitorias, operaram por um período de quase trezentos anos, onde participavam mercadores portugueses e goeses que enviavam caravanas para o interior a partir das estações comerciais localizadas nas margens do rio Zambeze. O relacionamento entre estes diferentes grupos de portugueses e das comunidades dos comerciantes árabes, foi frequentemente conflituoso pela disputa da hegemonia para o controlo político e comercial da região¹¹⁰.

¹⁰⁷ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 22–25. Neste ano de 1750 em Moçambique havia mais naturais da Índia e Guzerate do que residentes portugueses. Wallerstein, I., «A África e a economia-mundo». In: J. F. Ade Ajayi, ed., *História geral da África, Vol. VI*, Unesco, São Paulo, 2010, p. 27.

¹⁰⁸ Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 66-67; Roque, A. C. *Terras de Sofala, op. cit.*, p. 207; Castelo, I. F.R., *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os séculos XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, p. 46; Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 14. Alpers indica que no período entre 1506 a 1513 os portugueses enviaram quase 82 quilo de ouro para a sede administrativa estabelecida em Goa.

¹⁰⁹ Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 101. Segundo esta autora para almejavem o controlo deste comércio os portugueses realizaram várias expedições contra os muçulmanos que permitiram que os capitães portugueses passassem a ganhar autoridade perante os povos da região; Castelo, I.F.R., *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os séculos XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, p. 49.

¹¹⁰ Rodrigues, E., «Prazos da coroa de Moçambique», p. 16; Direito, Barbara, «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942». Doutorado, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, Lisboa, 2013, p. 19-23; Isaacman, Allen F.

1.3-Entidades políticas de destaque estabelecidas na região e sua relação com os portugueses

Na altura da chegada dos portugueses à região de Manica e Sofala, nos finais do século XV, já estavam estabelecidas algumas entidades políticas de relevo tais como o Monomotapa (sec. XVI-XVIII), os prazeiros (sec. XVII-XIX) e mais tarde no século XIX os Nguni. Os portugueses, para estabelecer o seu domínio sobre estas parcelas da região entre o Zambeze e o Save, primeiro estabeleceram relações comerciais com estas entidades políticas, cumprindo com as diversas exigências e protocolos necessários ao mesmo tempo que estabeleciam alianças políticas que, mais tarde, levariam à dependência destes. Como exemplo, no início do século XVI, anos de 1597 e 1599, o território do Monomotapa foi invadido pelos *maraves* liderados pelo clã *phiri*, que provocaram importantes mudanças geopolíticas na região. Perante esta situação e com denotada incapacidade militar para enfrentar os adversários, o Monomotapa reinante viu-se obrigado a pedir auxílio aos portugueses que eram portadores de melhor armamento da época comparado com os seus equipamentos militares. Estes, por sua vez, deram a ajuda solicitada ao mesmo tempo que aproveitaram a circunstância para ganhar maior influência e afastar a concorrência comercial, principalmente na compra de ouro que disputavam com os árabes/muçulmanas pré-existentes¹¹¹. Assim, a coroa portuguesa firmou tratados em 1607 e 1629 com o reino de Monomotapa nos quais, em troca de presentes e de auxílio militar obteve, entre outros direitos e privilégios, a permissão para fazer a exploração das minas de ouro. Estes acordos previam ainda o alargamento do período de mineração, que passou a realizar-se durante todo o ano e não apenas no período de descanso das atividades agrícolas, tal como era antes. Portanto o objetivo principal dos portugueses era o acesso direto ao ouro e o controlo das redes de trocas comerciais, consolidando a sua presença na região¹¹².

Contudo, é de considerar que os Monomotapa ou *mutapa*, não monopolizaram o comércio do ouro, mas faziam um controlo das minas de modo a poderem cobrar um

e Isaacman, Barbara S., *Barragens, deslocamento e ilusão de desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique (1965-2007)*, Maputo, Imprensa Universitária, 2016, p. 50-51.

¹¹¹ Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 111; Castelo, I.F.R., «Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os séculos XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972», p. 51.

¹¹² Direito, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 91; Hoppe, F., *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, p. 21.

tributo sobre o ouro minerado que chegou a atingir cerca de 50% no início do século XVI¹¹³. Rodrigues, considera o tratado de 1629 entre o Monomotapa e os portugueses que permitiu a livre circulação de homens e bens isentos de qualquer tributo, como aquele que marcou o início de uma viragem para o fim da hegemonia política do Monomotapa na região. Este processo, apesar de algumas interrupções ao longo do século seguinte, acabaria por durar até ao século XIX com o crescente poderio dos portugueses na região¹¹⁴. Esta crescente influência portuguesa também vai ser notada no regime político-administrativo dos prazos.

Os prazos, que integravam as formas de domínio político português na região centro de Moçambique tiveram a sua origem a partir da ocupação da terra por cedência das terras das antigas chefaturas africanas ou pela força de armas dos portugueses, tendo marcado também a história e a identidade desta região¹¹⁵. Um prazo era um ato de concessão de terras que, em geral, por proposta do tenente-general dos Rios de Sena e do governador de Moçambique que era entregue a um súbdito português inicialmente pelo vice-Rei da Índia. Tornaram-se na estrutura política e económica que dominou a região. Estiveram implantados, na sua maioria entre o Norte e o Sul do rio Zambeze, na região centro de Moçambique¹¹⁶.

O primeiro pressuposto para a instituição dos prazos foi a posse da terra e o controlo das comunidades. O processo de aquisição destas terras a partir dos antigos líderes tradicionais africanos para os prazeiros foi resultado por um lado, pela conquista através da força das armas e, por outro, pelo uso de conceitos diferentes na questão da propriedade privada que era estranha aos africanos¹¹⁷. Os africanos não vendiam a terra e apenas o chefe a cedia de forma temporária para usufruto e meio de subsistência do beneficiário, devendo, em troca, receber do beneficiário alguns presentes como reconhecimento da autoridade. Portanto, segundo Ajayi, em muitas partes de África onde

¹¹³ Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 62–63.

¹¹⁴ Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 141.

¹¹⁵ Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 357 e 929.

¹¹⁶ Rodrigues, E., «Prazos da coroa de Moçambique», p. 16; Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Mira-Sintra, Portugal, Publicações Europa-América, 1997, p. 203-234; Capela, J., *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, p. 35; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p.258.

¹¹⁷ De acordo com Coelho o debate sobre o conceito de líderes ou autoridades tradicionais insere em si estereótipos colonizadores sendo, por isso, que ele prefere utilizar o termo de “autoridade política da terra” para nomear as lideranças das unidades políticas locais. Coelho, Marcos Dias, “Sem dispêndio para a fazenda”: Estratégias e Finalidades da Ocupação colonialista do Interior no Sul de Moçambique, 1895-1903, *Revista Perspectiva Histórica*, nº 8, 2016, p. 112.

a terra pertencia à comunidade cabia ao rei ou chefe que estava encarregue dos interesses desta comunidade fazer a sua administração sem, no entanto, ter o poder de comprar ou vender o solo¹¹⁸. Na interpretação dos portugueses esta situação era considerada como um ato de compra. Portanto, o sistema tradicional de doações de terras que permitiu o estabelecimento de prazos foi resultado de conciliação de sistemas político-culturais diferentes, entre africanos e europeus¹¹⁹. Porém, deve se notar que esta transição entre os antigos proprietários de terras ou autoridades políticas africanas para os novos senhores dos prazos, preservaram a estrutura organizativa das terras e das aldeias que passaram a controlar. Desta forma conseguiram assegurar o funcionamento normal das diversas atividades produtivas e, nas instâncias do poder local, em muitos casos, mantiveram as mesmas pessoas o que permitia preservar a estrutura de base reconhecida pelas diferentes comunidades¹²⁰.

Os prazos constituíam um regime jurídico reformulado de acordo com os diferentes interesses da coroa portuguesa ao longo dos séculos e o registo das primeiras tentativas da sua abolição aparece em leis publicadas em 1838, 1854 e 1886 às quais houve sempre resistência e só foram extintos nos anos trinta do século XX¹²¹.

O regime dos prazos refletiu a presença portuguesa ou afro-portuguesa na região e tornou-se numa estrutura política, administrativa e social que garantiu um forte domínio português na região do Zambeze. Através deles o governo português fez adaptações legislativas para torná-los agentes administrativos que representavam a autoridade e cobravam o imposto¹²². Segundo Newitt, António Enes, Comissário Régio em Moçambique em 1891 e 1894, recorreu aos prazos para conseguir a pacificação e a administração da Zambézia e fornecer capital e mão-de-obra que levassem ao

¹¹⁸ Ajayi, J. F. A. de., «África no início do século XIX: problemas e perspectivas». In: J. F. Ade Ajayi, *História geral da África, Vol. VI*, p. 13.

¹¹⁹ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 535-538.

¹²⁰ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 537-38 e p. 622; Rodrigues, E., *Portugueses e africanos nos rios de Sena*, p. 357 e p. 929.

¹²¹ Hoppe, F., *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, p. 41. Isaacman salienta que já em meados do século dezoito a maioria dos prazeiros já não atuava como agentes da autoridade da coroa portuguesa. Muitos não pagavam as obrigações previstas no aforamento, outros até rejeitavam a sua validade. Isaacman, A. e Isaacman, B., *A tradição de Resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850-1921*, p. 30-31.

¹²² Castelo, I.F.R., *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os séculos XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, op. cit., p. 50; Newitt, *História de Moçambique*, p. 203.

desenvolvimento económico da região¹²³. Será em alguns dos antigos territórios dos prazos onde se irá instalar a Companhia de Moçambique.

À semelhança dos prazos, outra entidade política de destaque na região centro e sul de Moçambique foi dos nguni. O domínio político dos nguni é notável no período entre 1800 e 1890 quando se regista um processo de convulsões políticas, sociais e económicas provenientes do próprio continente. Estas convulsões, afetaram quase toda a região centro e sul de Moçambique enquadradas no *Mfecane*. *Mfecane* é o termo que designa o conjunto de lutas travadas no contexto da expansão nguni que se travaram com diferentes unidades políticas locais, a partir de início de oitocentos¹²⁴. Entre as causas destas lutas, estariam as migrações regionais de povos de língua nguni para o norte, por razões políticas e, mais recentemente, são apontadas também razões ecológicas, nomeadamente pelo acesso aos recursos. O domínio deste grupo dos nguni constituiu o Império ou Estado de Gaza que teve como seu primeiro fundador Sochangane ou Manicusse (1821-1858). Este foi sucedido pelo seu filho Mawewe que governou apenas dois anos (1859-1861), derrotado depois pelo seu irmão Muzila que reinou a partir de 1861 e veio a morrer em 1884 sendo, por sua vez, sucedido também pelo seu filho Mondugaz conhecido depois por Gungunhana que reinou entre 1884 e 1895¹²⁵.

No seu apogeu, o domínio nguni abrangia toda a área costeira entre o rio Limpopo e, para o norte do Zambeze, e tinha a sua capital em Manjacaze, na atual província de Gaza. Em 1864, a capital foi transferida para Mossurize, a norte do rio Save, na atual província de Manica e, mais tarde, durante o reinado de Gungunhana deslocado de novo para Manjacaze em 1884. Para esta nova transferência, uma das razões apontadas por Rita-Ferreira é de natureza económica assim como para acabar com a resistência do grupo

¹²³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 204.

¹²⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 241-242; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 87-89; Ajayi, J. F. A. de, «África no início do século XIX: problemas e perspectivas», p. 23; Liesegang, G., «Ngungunhane: a figura de Ngungunhane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado», in: *Arquivo do Património Cultural, Coll. Imbondeiro 8, Maputo*, 1996, p. 6.

¹²⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 241-242; Liesegang, Gerhard, *Vassalagem ou tratado de amizade? história do acto de vassalagem de Ngunyane nas relações externas de Gaza*, Estudos 1, Arquivo Histórico Nacional, Maputo, 1978, p. 8; Departamento de História, *História de Moçambique*, vol. 1, p. 87-89; Direito, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 92-93. Em relação às línguas faladas deve se notar que nem todas as migrações e conquistas afetaram diretamente a distribuição das línguas. Muitas linhagens que conquistaram certas áreas e fundaram chefaturas adotaram a língua dos conquistados. Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

étnico dos chopes que não aceitava a sua subordinação ¹²⁶. A nível político e diplomático, Gungunhana foi capaz de manter relações simultaneamente com a coroa de Portugal, com a Companhia de Moçambique e com a *British South Africa Company (BSAC)* que tinham enviado seus representantes junto ao kraal¹²⁷.

De referir que o poder dos nguni foi tal que ameaçava a posição das pretensões hegemónicas portuguesas na região a tal ponto de a 10 de Março de 1863, ficarem sitiados em Sofala e tiveram que enviar emissários para satisfazer as exigências destes, através da “oferta” de um presente de 300 *pezos*¹²⁸.

O período entre 1880 e 1895 marcou uma transição na história de Moçambique que saiu de uma estrutura administrativa virada essencialmente para o comércio de oleaginosas, borracha e marfim assim como a permanência de largas áreas independentes do poder colonial para, depois de 1895 e da prisão de Gungunhana, começar o processo de ocupação efetiva e o domínio colonial português. Neste período, os Estados africanos e os distritos coloniais dos portugueses coexistiam, porque os africanos ainda eram suficientemente fortes para defenderem a sua independência e, por isso, os governantes dos distritos coloniais portugueses tinham de manter alianças, acordos e laços de dependência com estas autoridades africanas¹²⁹. Por exemplo, entre 1821 e 1895 os quatro reis do Estado de Gaza mantiveram uma diplomacia que os permitiu assinar acordos verbais, onde devia haver pelo menos uma testemunha, com estados e possessões vizinhas com povoações portuguesas estabelecidas em Sena, Sofala, Inhambane, Lourenço Marques, ilha de Moçambique, reino Swazi, Estado do Transvaal, Estado Ndebele de Mzilikazi e Lobengula, Estado Zulu, governo colonial do Natal, entre outros, tendo também enviado seus representantes para Lisboa, Pretória, cidade do Cabo e Londres¹³⁰.

¹²⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 241. A razão para esta deslocação foram os ataques dos Swázi e Zulus a partir de 1833. Este facto deu-se após conseguir um controle absoluto do espaço entre o rio Zambeze e o Limpopo em 1837. Nesta deslocação, por volta de 1836, atacaram e pilharam a própria região de Sofala, onde estava sediada a comunidade portuguesa. Este ataque levou a que a comunidade se refugiasse no velho forte português para se defender. Assim Sofala teve, durante muito tempo, a sua população a viver sob pressão, opressão e temor dos nguni que até 1896 dominaram efetivamente a região. Rita-Ferreira, António, *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*, Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1982, p. 192.

¹²⁷ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 241-242; Rita-Ferreira, A., *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*, p. 192.

¹²⁸ Silva et al., *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 255 e 285.

¹²⁹ Liesegang, G., *Vassalagem ou tratado de amizade? história do acto de vassalagem de Ngunyane nas relações externas de Gaza*, p. 7.

¹³⁰ Liesegang, G., *Vassalagem ou tratado de amizade? história do acto de vassalagem de Ngunyane nas relações externas de Gaza*, p. 8.

Segundo Newitt, o Império de Gaza representou uma chefia típica onde os recursos humanos eram organizados de modo a constituir regimentos, e o gado era considerado a principal fonte de riqueza da elite. A sua forma de organização política liderados pelos chefes designados de *mambos*, permitiu a sobrevivência de grupos e elites já existentes nos territórios dominados, desde que reconhecessem a soberania e pagassem os tributos devidos. Estes nguni não trouxeram nenhuma inovação tecnológica e não se preocuparam na organização produtiva das populações sob seu domínio. Nxaba ou Tchaka, um dos comandantes nguni que invadiu e ocupou as terras dos tsongas no sul de Moçambique, foi o criador de um determinado estilo de soberania que acabaria por ser imitado por outros¹³¹. Este pode ser considerado o primeiro Estado nguni com carácter tributário e sob o controle de um só governante, que ocupou territorialmente e se estendeu em toda a região entre os rios Save e o rio Zambeze, unindo as suas populações¹³².

Portanto, a sul do rio Pungue prevalecia o domínio territorial de Gungunhana. A Companhia de Moçambique, assunto tratado adiante, apesar da larga extensão territorial prevista na carta dada pelas autoridades portuguesas, apenas exercia a sua autoridade nas povoações de Sena, Sofala, Chiloane e a primeira povoação da Beira fundada em 1887 e que foi elevada a cidade em 1907. Esta era a situação geral que caracterizava esta região até ao momento da entrega da carta de concessão do território à Companhia de Moçambique onde, por um lado, havia espaços de domínio português e, por outro lado espaços onde as autoridades políticas locais ainda prevaleciam.

No início do século XX e passado o predomínio dos prazos e dos nguni, o poder colonial foi assegurado por pessoas e instituições do poder local, sobretudo os chefes (mais tarde designados de autoridades gentílicas ou indígenas), que foram integrados na estrutura da administração e atuaram como auxiliares, tornando se assim agentes administrativos¹³³. Nestas novas funções passaram a ser sujeitos a transferências de local de exercício da função assim como a destituições, sendo mantidos apenas aqueles que satisfaziam as políticas do colonizador. Foi desta forma que se abriu espaço para a indicação de ex-combatentes, sargentos ou funcionários que atuaram ao lado das forças

¹³¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 241–42; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 89–99.

¹³² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 241–42; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 258–259; Direito, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 92–93.

¹³³ Devemos referir que “indígena” é uma construção política do sistema colonial e não linguística.

coloniais¹³⁴. É por esta razão que Crowder afirma que as autoridades coloniais, “davam pouca importância ao estatuto dos chefes africanos que viviam sob um sistema administrativo direto no qual eles eram os soldados rasos com poderes restritos e uma pequena margem de iniciativa”¹³⁵.

Segundo Newitt, as polícias das companhias e a polícia estatal do governo português entre 1920 e 1960, tinham dado seguimento às tradições dos *chicundas*, plural *a-chicunda*, que era a designação dada aos caçadores de escravos armados que faziam o policiamento dos prazos e cobravam impostos que, de forma mais ou menos violenta e predatória, atacavam as aldeias locais em busca de mão-de-obra, recrutas militares ou trabalhadores para as estradas para além de cobrarem impostos¹³⁶. Para lograr o cumprimento dos diversos pacotes legislativos assim como do pagamento das taxas e licenças diversas, as autoridades coloniais constituíram um corpo de auxiliares constituído pelas designadas de autoridades gentílicas. Estas autoridades locais eram constituídas por todos os chefes de povoações, chefes de grupos de povoações e regedores indígenas tais como os *inhacuacua*, *os fumos*, *os muenes* com apoio de *sipaio*s (polícias) e alguns contingentes de recrutadores. Em geral, estas autoridades pretendiam manter alguns privilégios e aceitaram ser integrados no aparelho administrativo e repressivo tanto do Estado português assim como da Companhia de Moçambique. Outros que resistiram a este processo de integração foram afastados e perderam os seus privilégios. Algumas das suas principais tarefas era auxiliar a cobrança dos impostos aos indígenas residentes na área sujeita à sua jurisdição, e o seu controlo para que não fugissem ao cumprimento das diversas tarefas e requisições das autoridades coloniais¹³⁷.

Os deveres das autoridades gentílicas definidos pela Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, Artigo 26º, eram as seguintes:

1) Acompanhar os funcionários da administração, enquanto estes procederem ao recenseamento nas áreas da sua jurisdição; 2) Instruir os indígenas que lhes estão subordinados, sobre os locais e datas de concentração; 3) Prestar as informações que lhes forem solicitadas pelos recenseadores e vigiar as declarações dos indígenas, por cuja veracidade ficavam responsáveis; 4) Prestar as declarações necessárias para a inclusão,

¹³⁴ Betts, R. F. «A dominação europeia: métodos e instituições». In: História geral da África, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., Unesco, São Paulo, 2010, p. 364.

¹³⁵ Crowder, M. «A África sob domínio britânico e belga». In: História geral da África, Vol. VIII, Ali A. Mazrui, ed. Unesco, São Paulo, 2010, p. 94.

¹³⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, 1997, p. 330.

¹³⁷ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330.

no recenseamento, dos indígenas que não tenham comparecido nos locais de concentração; 5) Participar contra os indígenas que perturbem o serviço de recenseamento, não compareçam nos locais de concentração sem motivo justificado ou prestem falsas declarações, com o intuito de ocultarem contribuintes ou se eximirem ao pagamento do imposto¹³⁸.

A estas autoridades gentílicas estavam previstas punições nos artigos Art.º 45º e no Art.º 106º, para os casos em que estes não cumprissem com as suas obrigações por falta de interesse, desleixo ou ocultação de contribuintes, com penas de 60 dias de prisão, ou mesmo um ano¹³⁹.

Com a incorporação no aparelho administrativo colonial destes chefes nativos, estava criada uma base de um sistema repressivo, alicerçado nas instituições tradicionais. Este sistema, começou a abanar a partir da década de 1960 por um lado, pelo aumento de revoltas das comunidades nativas africanas em diversas frentes e formas, que levaram a formação de movimentos reivindicativos com espírito nacionalista e, por outro lado, pela pressão internacional a favor das independências, iniciada sobretudo após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Assim, o edifício ideológico estremeceu e o Estado Novo sentiu a necessidade de alterar a legislação. Revogou-se, então, o Decreto-Lei nº 39.666 que promulgava o famigerado Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei nº 43893 de 6/9/61, assim como a 2 de Maio de 1961, o Governo aboliu a cultura obrigatória do algodão pelo Decreto 43.639¹⁴⁰.

A região de Manica e Sofala era caracterizada pela existência em períodos diferentes de chefaturas, reinos de menor dimensão dependentes ou satélites de grandes reinos ou Impérios, como o de Monomotapa e de Gaza, que lutavam por manter o seu domínio e hegemonia política e económica, algumas vezes entre si, e, principalmente, contra os invasores estrangeiros. Nas suas relações de subordinação pagavam diversos tipos de tributos aos seus suseranos. Por outro lado, encontramos as comunidades multiculturais de origens europeias e afro-asiáticas integradas na cultura e tradição local, organizadas nos prazos. Tinham uma dinâmica, complexidade e autonomia tal que levou

¹³⁸ Moutinho, Mario C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p.116-117.

¹³⁹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 116-117.

¹⁴⁰ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p.165.

os portugueses a verem nelas como a melhor oportunidade para firmarem a sua presença na região¹⁴¹.

1.4- Capitalismo colonial, a criação de companhias majestáticas e as suas implicações ao nível local

O contexto de posse e exploração das colónias em África não só foi exercido por Portugal, mas também por outras potências coloniais tais como a Grã-Bretanha, França e Bélgica. A Grã-Bretanha aplicou diversos sistemas de administração das suas colónias ao ponto de, no mesmo território, poderem ser observados em funcionamento sistemas administrativos diferentes, sendo o sistema administrativo mais destacado o conhecido como “duplo mandato” ou “*The Dual Mandate*”, idealizado pelo *sir* Frederick Lugard. O duplo mandato tinha em vista o desenvolvimento social e económico que devia trazer benefícios, tanto para o continente africano assim como do resto do mundo. Neste contexto, Lugard defendia que as instituições e os métodos de atuação dos europeus nas colónias, deviam estar baseadas nas tradições e preconceitos das populações autóctones, para se almejar a promoção do seu desenvolvimento e bem-estar. Esta filosofia estava baseada na ideologia da época que defendia a presença europeia em África em termos de responsabilidade ou tutela para com os países colonizados. Por exemplo, em 1923 o governo britânico publicou no Quénia uma orientação que dizia que, “O governo de Sua Majestade considera-se exercendo, por conta das populações africanas, uma tutela [...] cujo objetivo pode ser definido como a proteção e o progresso das raças indígenas...”¹⁴².

O sistema colonial francês teve como sua faceta de destaque o ministro das colónias Albert Sarraut, que publicou um estudo denominado “*La mise en valeur des colonies françaises*”. Neste estudo ele defendeu que a França devia defender a posição segundo a qual os mais fortes deviam defender e proteger os mais fracos, como forma de garantir o crescimento económico e o desenvolvimento humano das suas colónias, ao mesmo tempo que deviam garantir o respeito pelas crenças, costumes e tradições dos

¹⁴¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330–32.

¹⁴² Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p.354-355; Crowder, M., «A África sob domínio britânico e belga», p.101.

mesmos¹⁴³. Os territórios coloniais franceses em África estavam reunidos em duas federações e em territórios sob mandato administrados por um governador-geral que representava o ministro das colónias. Os territórios sob mandato eram dirigidos por um alto-comissário da República que tinha a responsabilidade de elaborar um relatório anual dirigido à Sociedade das Nações (SDN)¹⁴⁴.

De acordo com Crowder, os sistemas de administração dos territórios coloniais pertencentes à Bélgica não apresentam um perfil específico, pois havia uma diversidade de estruturas sociais que variavam de acordo com o tipo de concessões exploradas, se mineiras ou agrícolas¹⁴⁵. Derivava desta situação que os poderes políticos da população em geral e dos chefes locais variavam. Por exemplo, no Congo a administração belga optou pela destituição de grande número de chefes tradicionais locais e substituição pelos chefes seus colaboradores, enquanto em Urundi (atual Burundi), mantiveram os chefes locais alguns dos quais conseguiram aumentar ainda mais o seu poder ao ponto de apenas depositar o imposto das suas zonas, unicamente de acordo com a sua vontade. No Ruanda, em contrapartida, os chefes locais que estavam divididos em três áreas diferentes (chefe de terras, chefe de rebanhos e chefe de guerra), foram todos destituídos e substituídos por um chefe único que representava os interesses coloniais¹⁴⁶.

Porém, deve se realçar que estes sistemas coloniais tiveram o seu suporte no pensamento europeu desta época, sobretudo depois da primeira Guerra Mundial onde a Sociedade das Nações (SDN) pelo seu artigo 22, defendia que o, “empreendimento colonial, sobretudo na África, passaria a ser promovido em nome de um ideal superior de civilização e, por isso, devia confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas”¹⁴⁷. É dentro deste contexto que se considera que o período entre as duas guerras mundiais, foi caracterizado por dois momentos centrais em relação às colónias africanas: por um lado, as potências colonizadoras viviam uma mística onde a colonização fazia-se em nome, quer da necessidade de explorar as riquezas do continente africano, quer do dever de “elevar as raças atrasadas ou inferiores, espalhando os benefícios da civilização ocidental”, por outro lado, foram sendo criadas diversas instituições de cariz mundial, tais

¹⁴³ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 357.

¹⁴⁴ Diop, Majhemout, «A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português». In: *História geral da África, Vol. VIII*, Ali A. Mazrui, ed., Unesco, São Paulo, 2010, p. 70.

¹⁴⁵ Crowder, M., «A África sob domínio britânico e belga», p. 89.

¹⁴⁶ Crowder, M., «A África sob domínio britânico e belga», p. 91.

¹⁴⁷ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 355.

como a Sociedade das Nações (1919-1945), primeiro, e a Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1945 depois da II Guerra Mundial, depois, que passaram a liderar iniciativas para a sua descolonização¹⁴⁸.

Em uma perspectiva de visão dos sistemas dos três países com maior número de colónias em África, nomeadamente a Grã-Bretanha, França e Portugal, Betts realça que a versão britânica da administração das colónias apresentava traços de autonomia administrativa, enquanto as formas francesa e portuguesa implicavam certa integração política¹⁴⁹.

No período entre as duas Guerras Mundiais a administração colonial em África, foi marcada pela oscilação entre a política de assimilação e centralização da administração promovida principalmente por Portugal, França e Bélgica que tinham como tendência a reserva do poder administrativo à metrópole e a política da Grã-Bretanha que defendia a filosofia de diferenciação e promoção de assembleias embrionárias de membros das comunidades locais. Estes pressupostos, trouxeram como consequências o efeito de distorcer as funções das instituições africanas básicas, modificando os seus objetivos de governação e levando-as ao descrédito e enfraquecimento perante as suas comunidades¹⁵⁰.

A ascensão da política regida pelo capitalismo colonial está relacionada com a política de expansão imperialista descrita na Alemanha por volta de 1900, como *Weltpolitik*. Foi na senda desta política que se definiu que,

...a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram estes países a colocar uma parte crescente de seus recursos económicos fora de sua esfera política atual e a aplicar uma estratégia de expansão política com vista a conquistar novos territórios¹⁵¹.

Deste modo, na altura dos finais do século XIX, registou-se um crescente interesse pelos territórios africanos, por um lado, na prossecução de interesses tais como o movimento abolicionista, as missões religiosas assim como a busca por produtos diversos para o comércio pelas principais potências ocidentais e, por outro, como resultado do

¹⁴⁸ Jerónimo, Miguel Bandeira e Pinto, António Costa, *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, Edições 70, Lisboa, 2014, p. 21.

¹⁴⁹ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 356. A Espanha também teve alguns espaços territoriais em África nomeadamente a Guiné Equatorial e o Sahara. Diop, Majhemout, «A África tropical e a África equatorial sob domínio frances, espanhol e português», p. 77.

¹⁵⁰ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 356-359.

¹⁵¹ Uzoigwe, Godfrey N. «Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral». In: História geral da África, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., Unesco, São Paulo, 2010, p. 23.

desenvolvimento do capitalismo colonial impulsionado pela revolução industrial e a crescente procura de matérias-primas e mercados onde colocar os seus produtos. Este interesse teve como resultado conflitos entre estes, que deram lugar a uma mudança no paradigma do conceito de posse de colónias que, de ocupação histórica evocada por Portugal e Espanha (séculos XV-XVIII) vai evoluir para a chamada ocupação efetiva (no final do século XIX). Este processo de transição para a posse de colónias foi discutido na Conferência de Berlim (1884/85), onde se realizou a partilha de África para solucionar as disputas territoriais entre as potências coloniais europeias, especialmente as rivalidades entre os britânicos e os franceses¹⁵². Estas disputas também se registaram na região central de Moçambique e envolveram a Inglaterra e Portugal¹⁵³.

No entanto, é de referir que a integração de África na economia-mundo capitalista centrada em torno da Europa a partir dos meados do século XVIII, foi um processo exógeno que também incluiu outras zonas geográficas da Ásia, América do Norte e do Sul e outras regiões que apresentavam as mesmas características: posição geográfica periférica; participação anterior no comércio de luxo com a Europa; potencialmente produtoras de matérias-primas e com disponibilidade de mão-de-obra barata¹⁵⁴.

Ao nível político as mudanças no continente africano tiveram maior realce no período entre 1880 e 1910, marcados pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas com exceção da Etiópia e da Libéria e, depois, pela instauração do sistema colonial. Assim, foi registado que até 1880 cerca de 80% do território africano era governada por suas próprias entidades políticas desde reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, organizados territorialmente em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. De acordo com Boahen, “A colonização europeia da África, teve como diferenças apenas ao nível do grau e não de género, de forma e não de fundo. Em outras palavras, durante o período entre 1880 e

¹⁵² Davidson, B., *À Descoberta do passado de África*, p. 201.

¹⁵³ Brunschwig, Henri, *A Partilha da África Negra*, Perspectiva, Khronos 6, Paris, 1971, p. 37; Uzoigwe, «Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral», p. 33-37. Conferência de Berlim também designada por Conferência do Congo ou Conferência da África Ocidental realizou-se na cidade de Berlim no período de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885. Davidson, B., *À Descoberta do passado de África*, p. 208.

¹⁵⁴ Wallerstein, I., «A África e a economia-mundo», p. 31.

1935, a África teve de enfrentar um desafio particularmente ameaçador: o desafio do colonialismo”¹⁵⁵.

Para a prossecução destes objetivos era necessário a existência de estruturas políticas coloniais que assegurassem o funcionamento da economia-mundo. É dentro desta perspectiva que Rodney defende que “o sistema da economia-mundo colonial, confinou as colónias africanas ao papel de produtoras de matérias-primas destinadas a exportação, impondo-lhes, conseqüentemente, um papel de dependência permanente das metrópoles para o acesso de quaisquer produtos manufaturados e tecnologia”¹⁵⁶. Deste modo, tornava o sistema económico da colónia como um prolongamento do sistema da metrópole, integrando as economias africanas às dos respetivos colonizadores assim como de outras economias das principais nações do mundo capitalista¹⁵⁷. Por exemplo, a Grã-Bretanha, pelo *Colonial Office* reafirmou explicitamente nas suas colónias o princípio segundo o qual, a África deveria restringir-se ao papel de produtora de matérias-primas para exportação. Como consequência, “na década de 1920, os africanos produziam bens que não consumiam e consumiam produtos que não produziam”¹⁵⁸. Nas décadas de 1940 e 1950 metade (50%) das importações de Moçambique vinham de Portugal¹⁵⁹.

Ao nível do continente africano na mesma altura dos finais do século XIX, vinha se registando uma unificação comercial das diversas regiões através de intermediários e comerciantes árabes, suaílis, yao, nyamwesi e dos kamba na zona oriental e dos árabes do Egipto e do Sudão, dos ovimbundu e dos chokwe na zona central, que comercializavam produtos manufaturados europeus, árabes e suaílis em troca de produtos naturais tais como óleo de palma, amendoim, algodão, borracha, mel, cera de abelha, noz-de-cola, entre outros¹⁶⁰.

¹⁵⁵ Boahen, A. Adu, «A África diante do desafio colonial». In: *História geral da África, Vol. VII*, Albert Adu Boahen, ed., Unesco, São Paulo, 2010, p.1-3.

¹⁵⁶ Rodney, W. «A economia colonial». In: *História geral da África, Vol. VII*, Albert Adu Boahen, ed., Unesco, São Paulo, 2010, p. 395. Por exemplo, a ilha de Zanzibar foi integrada a economia-mundo graças ao seu lugar preponderante, na metade do século XIX, no mercado mundial do cravo-da-índia integração que passou pela criação de um sistema de *plantation*. A Ilha Maurício foi coberta de plantações de cana-de-açúcar, ao passo que em Madagáscar se desenvolvia a rizicultura e a criação de bovinos, com a finalidade de exportação para a Ilha Maurício. Wallerstein, I., «A África e a economia-mundo», p. 40.

¹⁵⁷ Rodney, W. «A economia colonial», p. 394-395.

¹⁵⁸ Rodney, W. «A economia colonial», p. 395.

¹⁵⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 399.

¹⁶⁰ Boahen, A. Adu. «Tendências e processos novos na África do século XIX». In: J. F. Ade Ajayi, *História geral da África, Vol. VI*, Unesco, São Paulo, 2010, p. 73.

Para esta integração na economia-mundo são consideradas como pré-condições primeiro, que haja uma transformação dos processos de produção e da divisão do trabalho e, segundo, a transformação das estruturas políticas que devem se adequar às novas regras nas relações com outros estados. Por outras palavras, a integração acontece quando a produção é orientada para o mercado-mundo, assim como uma reestruturação da forma de exploração de mão-de-obra e da obtenção do lucro¹⁶¹. Segundo Davidson, havia vários sistemas coloniais, mas todos assentavam em duas premissas: primeiro, os interesses europeus tinham sempre prioridade sobre os interesses africanos; segundo, as colónias existiam para dar lucros às suas metrópoles europeias. Os lucros deviam ser obtidos pela força ou persuasão dos africanos para trabalharem de acordo com os interesses dos europeus nas minas, campos agrícolas, entre outros, recebendo salários baixos ou vendendo os seus produtos a preços baixos. A segunda forma de maximizar os lucros acontecia no processo de venda desses produtos ao mercado mundial e, depois de transformados na Europa vendiam aos africanos, com preços elevados. Desta forma, os africanos ficavam cercados dentro do sistema económico dos europeus e não tinham meios para se defenderem¹⁶².

Portugal usou a sua presença anterior aos ingleses, tais como os tratados e as doações de terras que tinha recebido do Monomotapa e, principalmente através da presença dos prazeiros, para reivindicar uma vasta extensão do território no tal direito de ocupação histórica. O objetivo pretendido era de estender o seu domínio até dentro dos atuais territórios de Malawi e Zimbabwe e chegar até ao território de Angola, ligando o Oceano Índico ao Oceano Atlântico, naquilo que foi designado por mapa cor-de-rosa¹⁶³.

Por sua vez os ingleses promotores do movimento abolicionista, vinham fazendo esforços para impedir o tráfico de escravos, fomentar as missões protestantes e promover o comércio livre. Por isso que na década de 1820 a costa moçambicana foi visitada por navios ingleses, que patrulhavam contra o tráfico negreiro¹⁶⁴.

Na década de 1840 registaram-se também ações de navios de guerra britânicos na costa de Angoche, na atual província de Nampula em Moçambique, patrulhando o seu porto. Estas ações, não só tinham em vista o fim o tráfico de escravos, mas também a

¹⁶¹ Wallerstein, I., «A África e a economia-mundo», p. 32.

¹⁶² Davidson, B., *À Descoberta do passado de África*, p. 213.

¹⁶³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 308–311.

¹⁶⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 296-297.

promoção do comércio livre. Na ação missionária Livingstone, que era missionário e vice-cônsul para o Zambeze do governo britânico, foi-lhe incumbida a missão de desenhar o mapa do rio, explorar uma rota para o interior e as oportunidades de comércio e, principalmente, a implantação de missões. Como resultado destas viagens exploratórias, fundaram-se missões em 1875 e 1877 e regista-se uma presença britânica nas terras altas do Shire que participam no comércio, a tal ponto que Fred Moir fundou a companhia da África Central em 1878¹⁶⁵.

As pretensões portuguesas de ligar as possessões da costa do Índico e as do Atlântico no tal mapa cor-de-rosa, punham em causa os interesses ingleses, que pretendiam controlar as terras do planalto de Manica, do vale do rio Shire e do vale do Zambeze e estabelecer um domínio contínuo desde a colónia do Cabo ao Egipto, outro mapa “cor-de-rosa”. Esta disputa resultou em ameaças militares diretas a Portugal por parte da Inglaterra, manifestadas através de um memorando entregue a 11 de Janeiro de 1890, cujo tratado definitivo foi celebrado a 11 de Junho de 1891. Este memorando também designado por *ultimatum*, exigia de Portugal a retirada das suas forças militares estabelecidas entre os territórios de Moçambique e Angola que perpassariam nos atuais territórios de Zimbabwe e Zâmbia¹⁶⁶.

O mecanismo de ocupação e administração destes territórios foi baseado na sua entrega a companhias concessionárias privadas. Para o caso inglês foram entregues na *British South Africa Company* (BSAC). A *British South Africa Company* (BSAC) foi uma companhia criada por Cecil Rhodes através da fusão da *Central Gold Search Association* e da *Exploring Company, Lda*. A 15 de Outubro de 1889, recebeu a aprovação e privilégios majestáticos da coroa britânica, que lhe permitiam exercer o controlo administrativo, cobrar impostos, manter forças de polícia e um sistema judiciário privativo e mesmo criar e manter forças militarizadas nos territórios concessionados¹⁶⁷. A 20 de Novembro de 1890 em Manica regista-se uma invasão dos territórios portuguesas

¹⁶⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 296–97.

¹⁶⁶ Isaacman, A. F. e Isaacman, B. S., Barragens, deslocamento e ilusão de desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique (1965-2007), p. 56; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 287-289; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 308 -311.

¹⁶⁷ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 311–13; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 303-304; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 2–27; 289–295. A Extensão dos seus territórios pode ser observada no mapa da Companhia inserida na secção sobre a Companhia de Moçambique na secção sobre Companhia de Moçambique.

então explorados por Paiva de Andrada, pela polícia de *British South Africa Company* (BSAC)¹⁶⁸. Desta invasão resultou na prisão de Paiva de Andrade e de Manuel António Sousa, só libertados em 1891.

Esta situação teve como consequência imediata a ruína dos trabalhos até então realizados pelo português Paiva de Andrada, liderando a designada de primeira Companhia de Moçambique, criada pelo decreto de 20 de Dezembro 1888, precursora da Companhia de Moçambique, assunto que retomaremos adiante. Como consequência, foram abandonadas as estações intermédias criadas e as comunidades locais, que até então colaboravam com os portugueses tornaram-se rebeldes. Desde então os trabalhos das campanhas de pacificação a favor da Companhia de Moçambique, ficaram paralisados e entrou-se numa espiral de negociações, por um lado entre a Companhia de Moçambique e a *British South Africa Company* (BSAC) e, por outro entre os governos português e o governo britânico¹⁶⁹.

Porém, é preciso lembrar que o processo de criação de companhias pelos europeus para a gestão e administração de territórios distantes, teve o seu início no século XV. Nos séculos seguintes o processo prosseguiu, embora registando alguns problemas de gestão e políticos que levaram ao fim do seu exercício, salvo algumas exceções. Com o reinício da opção em constituição de companhias coloniais soberanas nos finais do século XIX, Portugal voltou a apostar neste sistema, criando algumas companhias do mesmo género, das quais se destacaram a Companhia da Zambézia, por decreto de 26 de Dezembro de 1878, a Companhia de Niassa, por decreto de 26 de Setembro de 1891 e a Companhia de Moçambique, nosso objeto de estudo¹⁷⁰. Esta ação tinha em vista principalmente reduzir os custos financeiros na administração e conquista desses espaços¹⁷¹. Entretanto, é preciso considerar que existiram opiniões diversas e contraditórias a favor e contra a criação de

¹⁶⁸ Andrada, J. Paiva de, Documentos relativos aos acontecimentos de Manica. [s.l., s.n.], 1888; Costa, E., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 67.

¹⁶⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 211–13; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 303; Andrada, J. Paiva de, Manica: parecer da Comissão Africana da Sociedade de Geografia em 1882: comunicação e proposta apresentada à Sociedade de Geografia pelo sócio Joaquim Carlos Paiva de Andrada, Lisboa: [s.n.], 1890; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 287-89.

¹⁷⁰ Cayola, Lourenço, *Sciencia de colonização*, vol. II, Typographia da Cooperativa Militar, Lisboa 1912, p. 164-89. Em 1853 foi ensaiada a criação da companhia “lusó-africana-oriental” que pretendia uma “carta” com poderes majestáticos em toda a África Oriental Portuguesa, que lhe foi recusada pelo Conselho Ultramarino. Direito, B. «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 97.

¹⁷¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330-334.

companhias soberanas com poderes de administrar civil e politicamente as regiões coloniais que lhes eram concedidas¹⁷². Com efeito, na década de 1929-30 Salazar usou do seu poder para influenciar e acabar com os privilégios do “feudalismo de grupo em Moçambique que não chegaram de criar sequer uma empresa produtiva. O Estado, passou a beneficiar diretamente do potencial humano e dos recursos financeiros da sua população”¹⁷³.

A criação de companhias soberanas ou majestáticas foi uma das formas intermédias encontradas antes do estabelecimento de colónias. Podemos concluir que a Conferência de Berlim e a necessidade de ocupação efetiva condicionaram a formação das companhias. Foi como um ponto de partida para a mudança de paradigma de relacionamento entre os africanos e europeus¹⁷⁴. A correlação de forças observadas até então, o cumprimento dos rituais e a necessidade de assinar acordos e tratados, mesmo verbais, assim como o pagamento até tributo aos chefes africanos locais, a exemplo da *curva*, imposto a que os portugueses eram obrigados a pagar ao Monomotapa todos os triénios nos finais do século XVI, vai acabar¹⁷⁵.

Na região onde operava a primeira Companhia de Moçambique de 1888, assim como nas terras de toda a região entre o rio Pungue e o Zambeze, registava-se uma revolta aberta contra os portugueses, e no Oeste ainda não estavam definidas as fronteiras com os territórios da *British South África Company*¹⁷⁶. Devido a estes atos de resistência e do claro domínio da região ao sul do rio Pungue por Gungunhana, a administração da companhia teve de procurar celebrar acordos para viabilizar a sua administração. Por isso na primeira fase contou com a anuência e o apoio do imperador de Gaza¹⁷⁷. Este processo

¹⁷² *Ibid.*, p. 325; Costa, E., *Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 34; Carvalho, Tito Augusto, *As Companhias Portuguesas de Colonização*, Memórias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.

¹⁷³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 400.

¹⁷⁴ Liesegang, G., *Vassalagem ou tratado de amizade? história do acto de vassalagem de Ngungunhana nas relações externas de Gaza*, p. 14-24. Nesta obra o autor traz a transcrição do «tratado de paz e amizade» assinado entre os portugueses e o Ngungunhana em 1885. Sobre companhias, pode se ver Direito, Barbara, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2013; Allina-Pisano, Eric, *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*, University of Virginia Press, Charlottesville, 2012; Carvalho, T.A., *As Companhias Portuguesas de Colonização*, Memórias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.

¹⁷⁵ Silva, et al., *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 255 e 285.

¹⁷⁶ Isaacman, A. e Isaacman, B., *A tradição de Resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850-1921*, p. 30-31.

¹⁷⁷ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 334.

foi possível depois de um acordo verbal firmado entre o enviado especial do governador, José J. de Almeida, e Gungunhana, numa *banja* realizada a 19 de Novembro de 1893 em Manjacaze¹⁷⁸. Neste acordo verbal o imperador aceitava renunciar ao direito de cobrar impostos ao norte do rio Save, passando esse direito à Companhia. Sobre este mesmo acordo, Capela afirma que previa também a divisão equitativa dos impostos cobrados. Ao mesmo tempo, Gungunhana disponibilizava um certo número de soldados e oficiais designados de *majobos*, como colaboradores administrativos da Companhia. Acordaram também a manutenção da divisão administrativa do império de Gaza, para não desmembrar por administrações diferentes as terras dos régulos nativos¹⁷⁹. Tal como vimos acima, esta era uma forma para conseguirem assegurar o funcionamento normal das diversas atividades produtivas por isso mantiveram nas instâncias do poder local, em muitos casos, as mesmas pessoas o que permitia preservar a estrutura de base reconhecida pelas diferentes comunidades¹⁸⁰.

Os resultados destes acordos foram considerados, do ponto de vista político, financeiro, e social como os mais importantes e profícuos conseguidos até ao final de 1893, pela considerada primeira instalação da Companhia de Moçambique em Manica e Sofala¹⁸¹. Esta situação só viria a terminar com a derrota de Gungunhana perante as tropas portuguesas, na da batalha de Coolela, e, mais tarde, de Chaimite nos finais de 1895¹⁸².

A situação de Portugal em relação aos territórios do atual Moçambique nos finais do século XIX, era de uma pressão por parte da Grã-Bretanha e da Alemanha que pretendiam desmembrar estes territórios a seu favor. Segundo Newitt, em toda a década de 1890, registava-se uma instabilidade e anarquia que indicavam uma incapacidade dos portugueses em controlarem uma boa parte do interior. Esta situação estava associada a debilidade financeira do Estado Português, que levou à desvalorização da unidade monetária e ao reajustamento unilateral da dívida externa, o que levou aos britânicos a

¹⁷⁸ As banjas eram reuniões ao ar livre onde se realizavam consultas sobre diversas matérias.

¹⁷⁹ Capela, J., *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, p. 60.

¹⁸⁰ Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 591.

¹⁸¹ O distrito de Manica e Sofala foi criado em 1874, sendo o espaço que coincidia com o território concedido a Companhia de Moçambique. Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 338-339.

¹⁸² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330-332; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 307-16; Costa, E., *O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique: 1892-1900*, p. 331-315.

pensarem na necessidade de tomar medidas com vista a uma futura crise em que as potências ocidentais poderiam ter de partilhar as colónias portuguesas¹⁸³.

Foi dentro deste contexto que foram registadas negociações e assinados tratados bilaterais entre diversas potências ocidentais com interesses coloniais em África para evitar possíveis conflitos assim como, entre outros objetivos a delimitação de fronteiras¹⁸⁴. Newitt defende que o fracasso dos tratados bilaterais que Portugal tentou travar com a Grã-Bretanha, convenceu-o da ameaça internacional ao seu império comercial afro-português, e confirmou a supremacia do novo sistema imperialista empenhado no comércio livre como base da política colonial. A nova política vai afastar-se do liberalismo pacífico dos meados do século XIX e vira-se para uma política de exploração mais direta dos territórios africanos¹⁸⁵.

1.5 A administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique e a sua relação com as autoridades portuguesas

As grandes companhias concessionárias tinham agido como senhores feudais, obtendo os seus lucros do controlo direto da tributação e da mão-de-obra, da detenção de monopólios comerciais e do direito de arrendar subconcessões (...). Companhias como a do Niassa e de Moçambique teriam retirado talvez a maioria dos seus rendimentos destes privilégios feudais¹⁸⁶.

Estas palavras de Newitt tentam mostrar como eram entendidas as atividades das companhias em Moçambique, pelos portugueses.

A administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique, do ponto de vista orgânico, a Companhia tinha uma estrutura «dúplice» composta pelos órgãos estatutários típicos das sociedades comerciais, por um lado – a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, todos eles com sede em Lisboa, aos quais se juntaram dois comités, em Paris e em Londres, organismos que

¹⁸³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 322-325.

¹⁸⁴ As fronteiras têm origem na dinâmica intrínseca aos seres vivos em que a luta pela sua defesa ou expansão se destaca e influencia o seu comportamento. Com limites não mensuráveis, as fronteiras encerravam, desde tempos ancestrais, uma função de demarcação ou repulsa, contendo uma tangibilidade limitadora do sentimento de posse de comunidades em áreas de controvérsia, principalmente quando se pretendia uma coexistência pacífica com o vizinho. Seabra, Miguel P. C. Saldanha, *Conceito de fronteira uma abordagem multifacetada*, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares. Curso de Estado-Maior conjunto., 2011, p. 5-9.

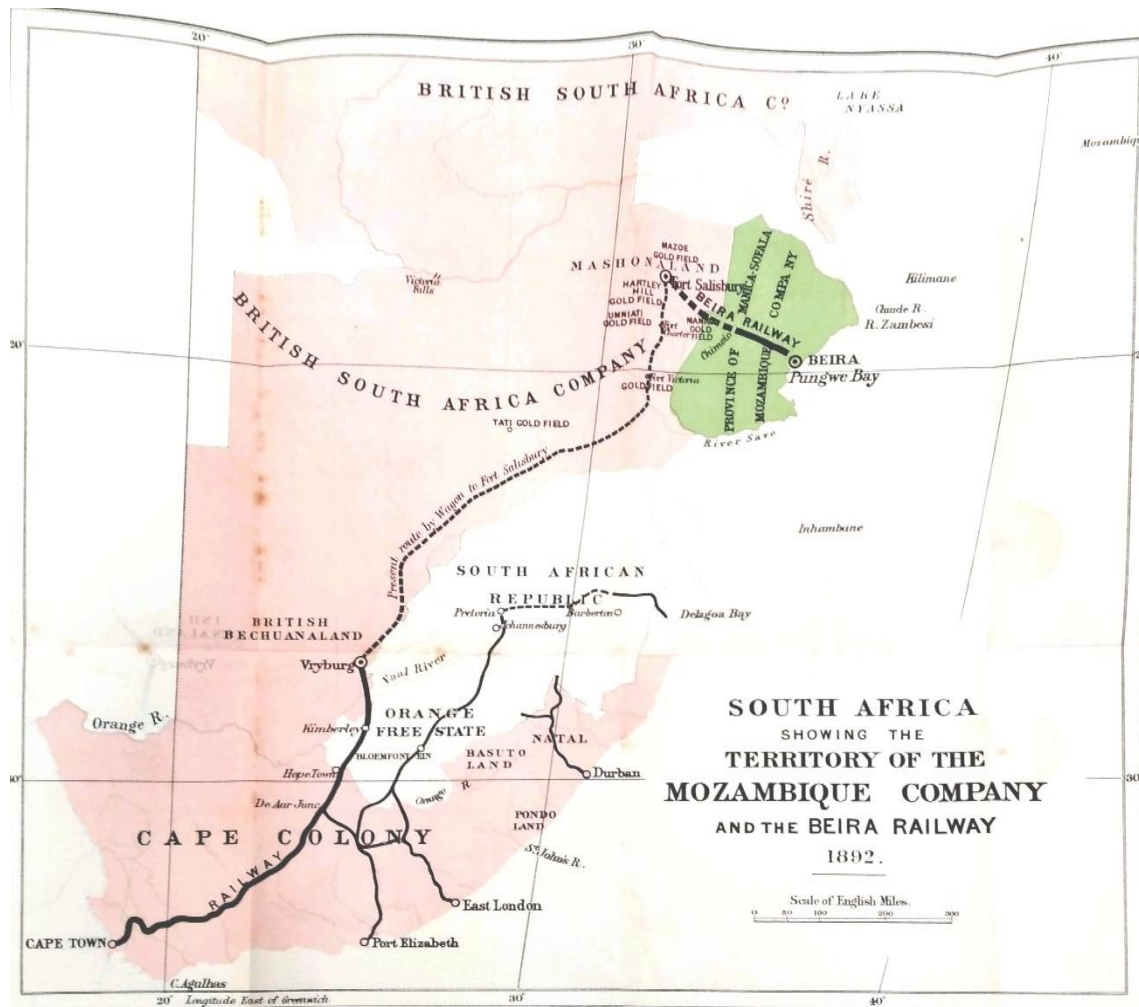
¹⁸⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 302.

¹⁸⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 400.

refletiam o poder assumido pelos acionistas franceses e ingleses; e, por outro, pelos órgãos de administração do território de Manica e Sofala, semelhantes à estrutura do governo de Moçambique diretamente administrado por Portugal – um Governo Geral, uma secretaria, aos quais se juntaram a par e passo um conjunto de serviços técnicos. A estes órgãos devem ainda juntar-se aqueles que tinham como função a mediação das relações entre os órgãos da Companhia em Lisboa e o Governo português e os órgãos da Companhia na Beira e o Governo Geral de Moçambique estabelecido em Lourenço Marques. Na prática, estes eram órgãos de vigilância sobre a atuação da Companhia a diversos níveis¹⁸⁷. Esta era a base de gestão do relacionamento entre a estrutura da Companhia de Moçambique e o governo português, caracterizado por elementos de domínio e influência estrangeira manifestado nos comités estabelecidos tanto em Paris assim como em Londres e na tentativa de controlo e fiscalização das autoridades portuguesas, manifestadas pela imposição da localização das estruturas administrativas da Companhia em Lisboa, assim como a imposição de algumas cláusulas específicas que obrigavam a Companhia a ter uma autorização do governo, em algumas matérias.

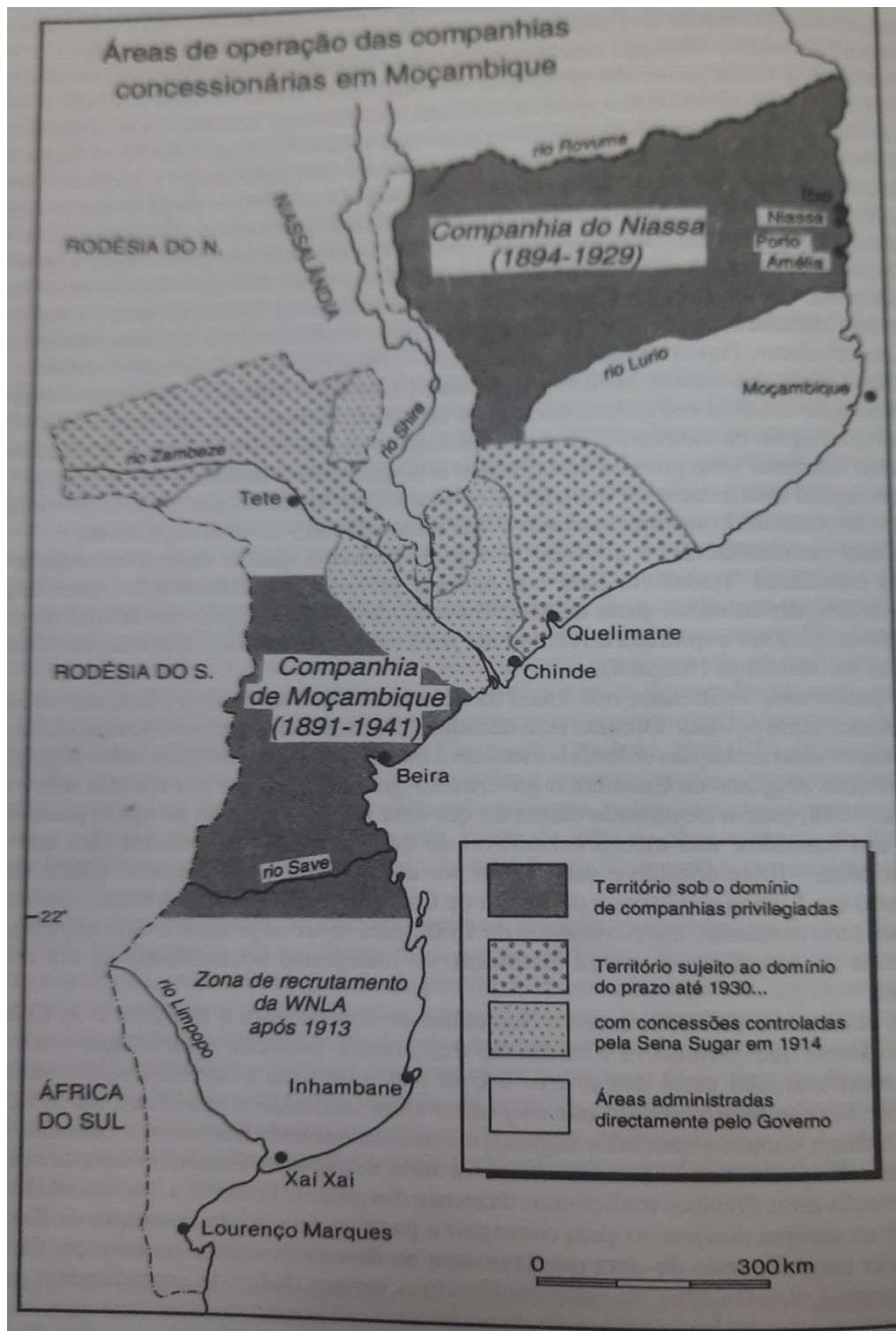
Mapa nº 1- Mapa da concessão da Companhia de Moçambique na região Austral

¹⁸⁷ PT/ANTT- Fundo Companhia de Moçambique, «Estatutos da Companhia de Moçambique, Decreto de 22 de Dezembro de 1893», DG n.º 292, de 26 de Dezembro de 1893, Ordem n.º 2988, liv. n.º 5758.



Fonte: PT/ANTT- Fundo Companhia de Moçambique, «Handbook of the Mozambique Company. Province of Manica-Sofala». Liv. N° 5792, N° de ordem 2989.

Mapa n° 2- Mapa da localização das áreas concessionadas a Companhias em Moçambique



Fonte: Newitt, M., *História de Moçambique*, Mem-Martins, Europa-América, 1997, p. 328.

Segundo o manual de História de Moçambique,

A ocupação de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique marca, na história da região, a transição do período mercantil para o período de dominação imperialista. Esta transformação qualitativa foi possível através da interação direta do Capital na esfera

produtiva, engendrando no seio das estruturas pré-imperialistas novas formas de produção determinadas pelas crescentes necessidades de acumulação capitalista à escala mundial¹⁸⁸.

Portanto, a atuação da Companhia de Moçambique foi mais um importante marco nos modos de produção que serão impostas, a partir de então, à população moçambicana.

No entanto, este processo de implantação de companhias nos finais do século XIX, esteve relacionado com o início do sistema colonial onde algumas potências coloniais valeram-se de capitais privados para ocuparem e administrarem as suas colónias. É assim que na África Austral e central assim como na Nigéria e na África Oriental Alemã foi registada a atividade de companhias privadas que, munidas de cartas com poderes majestáticos e concessões de terras se encarregavam da administração e restabelecimento de ordem das populações dessas parcelas¹⁸⁹.

Por parte de Portugal, Newitt resume como fatores que favoreceram a transferência dos poderes soberanos para as companhias privadas nas áreas da administração, pacificação e desenvolvimento da maior parte de Moçambique as seguintes: primeiro, escassas e mal sucedidas iniciativas económicas metropolitanas para Moçambique; segundo, falta de infraestruturas económicas e crescente importância dada, na década de 1880 ao império africano, depois da perda do Brasil; terceiro, a crise financeira de 1890 que levou os administradores coloniais a procurarem todas as formas e meios para evitarem que as colónias dessem prejuízo à metrópole; quarto, o exagero dos privilégios e exclusividade atribuída aos requerentes e, quinto, os abusos dos administradores e o excesso de ingerência do Estado nas administrações das companhias que favoreciam uma deficiente fiscalização dos interesses públicos¹⁹⁰.

Perante estas dificuldades de pacificar e administrar estas regiões do interior e da costa que criavam um ambiente de insegurança permanente, assim como a crise financeira de 1890 referida, as autoridades portuguesas vão procurar formas de levar as colónias a pagarem por si as suas despesas e a contribuírem para a solução dos problemas da economia da metrópole. Assim, o governo português optou pela criação de uma estrutura administrativa viável o mais rápido possível. Estas estruturas seriam criadas por

¹⁸⁸ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 302.

¹⁸⁹ Rodney, W., «A economia colonial», p. 384.

¹⁹⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 325; Carvalho, T.A., *As Companhias Portuguesas de Colonização*; Costa, E., *Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 34.

companhias privadas as quais teriam a responsabilidade da administração, pacificação e o desenvolvimento da maior parte do território, deixando para si a exploração e administração da região meridional a Sul do Save, que serviria como reserva de mão-de-obra para as minas da África do Sul¹⁹¹.

O incidente que levou a prisão de Paiva de Andrade e do seu assessor Manuel António Sousa pela polícia da *British South África Company* (BSAC), só libertados em 1891, referido acima, foi o culminar das tensões resultante das disputas entre os portugueses e os ingleses para ocupar as terras do planalto de Manica, do vale do rio Shire e do vale do Zambeze¹⁹².

Após estes acontecimentos o governo português decide avançar com a ideia da criação de uma poderosa Companhia, para contrapor com os interesses da BSAC na região centro de Moçambique. Portanto, podemos considerar como fatores imediatos duas razões principais que levaram o governo a decidir se pela criação da Companhia de Moçambique com poderes majestáticos. Primeiro, a criação da BSAC que ambicionava os territórios da região de Manica considerados ricos em ouro que levaram a confrontos com a primeira Companhia de Moçambique de 1888. Segundo, o *ultimatum* dado pelo governo britânico a Portugal pelo resultado destas disputas. Perante estas circunstâncias, o governo português sentiu-se obrigado a procurar uma solução de ocupação imediata deste espaço em disputa e, avançou com a criação da Companhia de Moçambique com poderes majestáticos, nos mesmos moldes que a *British South África Company* (BSAC) dos ingleses¹⁹³.

De salientar que as iniciativas para a constituição da Companhia de Moçambique tiveram, em todas elas, a participação de Joaquim Carlos Paiva de Andrada, que se esforçou em angariar capitais tanto em Paris, França, onde era Adido Militar português, assim como em Lisboa entre alguns portugueses proeminentes homens das finanças na

¹⁹¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 327; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 302-306.

¹⁹² Newitt, M., *História de Moçambique* p. 331; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 303-305; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 27-29.

¹⁹³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 327-31; Capela, J., *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, p. 56.

altura, tais como Conde de Penha Longa, Ed. Bartissol, E. Pinto Basto, Fontes Ganhado, J. Couvereur e Oliveira Martins¹⁹⁴.

A primeira experiência que antecedeu a criação da Companhia de Moçambique foi a registada pelo Decreto de 26 de Outubro de 1876, com a criação da *Société des Fondateurs de la Compagnie Generale du Zambeze*, com um capital de 40.000 libras com o objetivo de realizar explorações mineiras na Zambézia. Esta companhia, declarou falência em 1883¹⁹⁵.

Seguiu-se uma segunda experiência com a fundação da Companhia de Opfir, para a exploração das terras de Manica e Quiteve e, mais tarde a pesca de pérolas na costa, pelo Decreto de 12 de Fevereiro de 1884, que obteve mais vastas concessões mineiras, em troca da construção de um *Decauville* marginal do Pungue ou do Búzi dentro da concessão pedida¹⁹⁶. Estas duas iniciativas, tinham em vista a exploração em variados ramos e, principalmente no reconhecimento e na exploração dos jazigos auríferos. Não vincaram estas iniciativas por falta de capital suficiente para os seus objetivos e entraram em falência¹⁹⁷.

Paiva de Andrada persistiu nestas iniciativas empresariais capitalistas de tal forma que obteve mais uma oportunidade quando o ministro Barros Gomes, pelo Decreto de 20 de Dezembro 1888, concedeu o privilégio de exploração de novas minas que se acrescentaram aos locais pertencentes às anteriores duas concessões, por um período de trinta anos. Assim, criava a primeira Companhia de Moçambique¹⁹⁸. Dos trabalhos que se seguiram em 1889, a Companhia conseguiu estabelecer uma feitoria em Manica e criaram

¹⁹⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 331; Costa, E., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 29.; Allina-Pisano, E., *Slavery by any other name*, p. 2.

¹⁹⁵ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», Agência Geral do Ultramar. Separata do Boletim Geral do Ultramar, The Beira News, Ltd., Lisboa, 1942, p. 34; Companhia de Moçambique, «Les Mines d' Or de Manica & Sofala: notices historiques, géographiques et géologiques», Compagnie de Mozambique, Paris, 1892; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 330.

¹⁹⁶ Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 19-20; Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 5-10. *Decauville* é um sistema de secções de ferrovia pré-construído, facilitando o transporte e a montagem de ferrovias.

¹⁹⁷ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 34.

¹⁹⁸ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 5-18. Em 1892 foi criada uma direção de minas em Macequece que licenciou 671 *claims* e concedeu 50 licenças mineiras. Entre 1922 e 1931 a média anual da produção de ouro foi de 6.933 onças, no valor de 30.415 libras e a produção do cobre entre 1909 e 1921, ano em que cessou, foi de 2.129 toneladas no valor de 141.709 libras.

condições de comunicação com Manica e instalaram rebocadores e barcaças no rio e carros de bois que ligavam Chimoio e Manica. Realizaram estudos para o traçado de um caminho-de-ferro entre Mapanda e Chimoio, e divulgaram a importância comercial do porto da Beira ao mundo, assim como a certificação da riqueza aurífera de Manica¹⁹⁹.

Nos anos seguintes prosseguiram as negociações entre a Companhia de Moçambique e o governo português, que resultaram em modificações nas condições de concessão no âmbito dos direitos e deveres das partes, assim como na extensão do território. Como resultado dessas modificações, pelo decreto de 11 de Fevereiro de 1891 foi criada a segunda Companhia de Moçambique que passou a ser investida de poderes majestáticos, com um capital de £1.000.000 libras²⁰⁰. A 5 de Maio de 1892 os acionistas da Companhia de Moçambique receberam a carta com esses poderes majestáticos ou soberanos para administração de algumas parcelas dos antigos prazos de Cheringoma, Gorongosa e Mambone²⁰¹. Nesta carta estavam incluídos o quadro jurídico e regulamentar e dois documentos normativos tais como as Bases para a Administração dos Territórios de Manica e Sofala assim como os Estatutos da Companhia²⁰². O Decreto de 1891 desta segunda Companhia com poderes majestáticos, sofreu algumas alterações tendo sido a primeira a 30 de Junho do mesmo ano e a segunda a 22 de Dezembro de 1893 e, a terceira a 17 de Maio de 1897. Podemos considerar que a alteração de 1897 foi a última feita na carta que vigorou até ao término do contrato em 1942²⁰³.

¹⁹⁹ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 5–18.

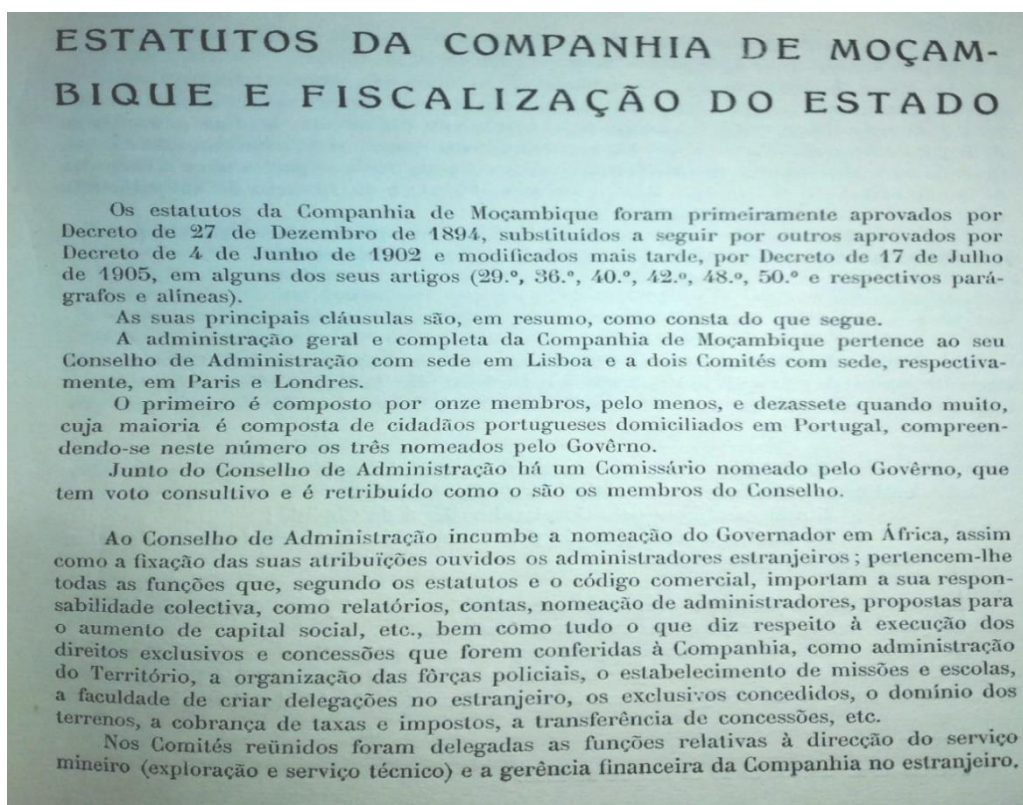
²⁰⁰ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 16-17.

²⁰¹ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 16-17; Rita-Ferreira, A., *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*, p. 223.

²⁰² Costa, Mário A. Da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940, p.20. Jaime, Simão, *A Economia e a Expansão das redes telegráficas e telefónicas no território de Manica e Sofala, 1892-1942*, Maputo-Moçambique, Promédia, 2003, p. 25.

²⁰³ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 16-17.

Figura nº 2 -Estatutos da Companhia de Moçambique



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Os estatutos incluíam as atribuições dadas ao Conselho de Administração da Companhia assim com a sua composição. Foi dentro deste contexto que foram feitas modificações em 1897 como resultado do pedido saído da reunião do conselho de administração da Companhia em 1895, cuja resposta esteve concretizada na carta de outorga de poderes majestáticos, pelo decreto de 11 de fevereiro de 1891. A partir deste Decreto a Companhia passou primeiro, a ter o direito de cobrar impostos; segundo, efetuar concessões de exploração mineira e de pescas; terceiro, emitir moeda e selos fiscais; quarto, direito de fixar a sua pauta aduaneira; quinto, o monopólio de concessão de terras a terceiros; sexto, o monopólio do comércio. As obrigações da Companhia eram de primeiro, assumir a administração do território; segundo, pacificar e colonizar a região concedida; terceiro, manter-se portuguesa no estatuto e fixar a sua sede em Lisboa. Fizeram também a alteração da divisão dos lucros com o governo português que passava a receber 10% dos dividendos distribuídos e 7.5% dos lucros líquidos totais, assim como o direito de receber o território concedido findo o contrato. Em termos de duração do contrato foi alterado de 25 ano para 50 anos o que fixou a validade jurídica para terminar em 1942. A modificação mais importante da parte do governo, foi o Decreto de 27 de

julho de 1900 que pretendia fortalecer a sua posição de fiscalização nas companhias em geral e de Moçambique, em particular²⁰⁴. Tal questão da fiscalização, está destacada no quarto e quinto parágrafos desta cópia de parte da carta da figura nº 3, que se referem quanto à defesa do território, à administração da justiça, à fiscalização do Estado da ação da Companhia, e à superior interferência do governo geral de Moçambique. No quinto parágrafo estão acauteladas as obrigações da Companhia que devia custear todas as despesas com o pessoal dos serviços jurídicos e eclesiásticos, assim como as despesas da fiscalização do Estado e a questão dos dividendos a entregar ao mesmo Estado. Estas ações eram consideradas como uma justa intervenção do governo na administração da companhia.

Figura nº 3- Carta Orgânica da Companhia de Moçambique atualizada pelo decreto de 17 de Maio de 1897

==== CARTA ORGÂNICA ====
DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

A primeira carta orgânica da Companhia de Moçambique, ou seja o primeiro decreto que regulou os seus direitos e deveres como entidade soberana, tem a data de 11 de Fevereiro de 1891. Este decreto foi alterado por outros com data de 30 de Julho do mesmo ano, 22 de Dezembro de 1893 e 17 de Maio de 1897.

Este último é o que regula hoje a actividade da Companhia de Moçambique.

Por muito importante o seu conhecimento público, transcrevem-se a seguir as *principais cláusulas*:

«.....»

Considerando igualmente que pelas disposições do presente decreto os direitos de soberania da nação em nada são atenuados, antes se afirmam acentuada e claramente em tudo quanto respeita à defesa do território, à administração da justiça, à fiscalização por empregados do Estado da acção da Companhia, e à superior interferência do Governo Geral de Moçambique;

Tendo em vista que em compensação da prorrogação do seu prazo de existência a Companhia se obriga a custear metade das despesas realizadas com o pessoal dos serviços judiciais e eclesiásticos, a pagar dentro dos limites fixados as despesas da fiscalização do Estado, a assegurar a este uma participação eventual nos seus lucros, e finalmente a entregar ao mesmo Estado um décimo das suas acções já emitidas ou a emitir, o que acima de tudo significa uma justa intervenção do Governo na administração da Companhia;

Tendo ainda em atenção que, uma vez criadas, como foram entre nós, as companhias coloniais, mais convém desembaraçar-lhes a acção, pelo fortalecimento do seu crédito e estabilidade assegurada à sua existência, do que suscitar-lhes embaraços e contrariedades;

.....»

Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

O território de Manica e Sofala eram considerados no início do século XIX, sob o aspeto agrícola e mineiro, como sendo a parte mais rica da África Oriental Portuguesa.

²⁰⁴ Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 44-47; Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 18.

Na sua extensa área havia variados tipos de terrenos próprios para as culturas inter e extra-tropicais, extensas áreas de pastagens para criação de gado, várias florestas de essências valiosas²⁰⁵. Em 1930, a Companhia de Moçambique era a única no mundo que ainda exercia o poder de soberania e controlava cerca de 11.6% do comércio global da colônia de Moçambique. No período entre 1918 e 1927 controlava 6.5% do território total e sobre o trabalho de 4% da população²⁰⁶.

O objetivo inicial das atividades da Companhia com poderes majestáticos era para lucrar com a exploração mineira, que era o principal foco das nações ocidentais de momento, que pouco tempo durou. Usando do direito do monopólio de concessão de terras, realizaram subconcessões territoriais (concessão de talhões para construção, concessões agrícola e concessões mineiras) a muitos arrendatários de forma individual ou com sua participação como acionistas nos investimentos de capitais. Nos anos de 1920 denotou-se o incremento da atividade agrícola em explorações da própria Companhia de Moçambique, que tinha plantações de algodão, coqueiros, milho, sisal entre outros, assim como produzia tijolos, cal, borracha, lenha e sal em Macanga, Chiloane, Cherinda e Save. Tinha também companhias sub-concessionadas onde participava com algumas ações societárias²⁰⁷. Adicionalmente, pode-se afirmar que os primeiros 15 anos de atividades da Companhia de Moçambique foram dedicados na criação de condições para a atração de mais capitais; montagem de um sistema administrativo eficiente para a manutenção da ordem; implantação de um sistema fiscal eficaz que permitisse uma boa recolha de impostos e o estabelecimento de meios e vias de comunicação²⁰⁸.

No ramo da construção de infraestruturas de comunicação e circulação foi feita a construção dos caminhos-de-ferro pela companhia *Beira Railway Company Limited*, cuja

²⁰⁵ A Companhia de Moçambique. Monografia para a exposição portuguesa em Sevilha. Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, p.13.

²⁰⁶ Coquery-Vidrovitch, Catherine, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)». In: História geral da África, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., Unesco, São Paulo, 2010, p. 414.

²⁰⁷ Algumas companhias sub-concessionárias: companhia colonial do Búzi; '*Sena Sugar Estates Limited*'; '*Mozambique Trading & Plantation Co. Ltd*'; companhia agrícola da Beira; '*Mozambique Industrial & Commercial Co. Ltd*'; companhia portuguesa do Ultramar e '*Compagnie Cotonnière du Mozambique*'. Existiam 13 serrações de madeiras, das quais em 1940 exportaram 3.938.190 kg de madeira bruta no valor de 34.297\$00 (621-11-1 libras), 6.957.500 kg de lenha no valor de 11.195\$00 (2.487-15-7 libras) e 11.490.290 kg de travessas para caminhos de ferro, no valor de 89.646\$00 (19.921-6-8 libras). A Companhia de Moçambique. Monografia para a exposição portuguesa em Sevilha, p.13; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 331.

²⁰⁸ Jaime, S., *A Economia e a Expansão das redes telegráficas e telefónicas no território de Manica e Sofala, 1892-1942*, p. 25.

construção foi concluída em 1898, com uma extensão de 346 km e investimento de £2.425.237 libras, incluindo as infraestruturas complementares e, em 1922 foi construída a linha da *Trans-Zambezia Railway Company*, com uma extensão de 3 km e 677 metros e orçamentadas em £1.434.337 libras. Outra infraestrutura de relevo foi o porto da Beira, pertencente a “Companhia do Porto da Beira” e da subconcessionária *Beira Works*, que servia as regiões do *interland* tais como a Niassalândia (Malawi), Rodésia do Norte (Zâmbia) e do Sul (Zimbabwe) e até ao Congo Belga (República Democrática do Congo) que tornaram-se no atual Corredor da Beira, ligando o interior do continente com a costa do Índico²⁰⁹. Estas infraestruturas providenciavam lucros consideráveis à Companhia provenientes das receitas dos direitos alfandegários.

Para lograr a administração do território, criaram estruturas do Aparelho de Estado necessárias à manutenção da ordem e ao controlo da população. Através destas estruturas, implantaram uma política fiscal em toda a extensão do território concedido, que permitiu a exploração da mão-de-obra e a cobrança de diversos impostos, tornando-se também numa das fontes de receitas rentável²¹⁰.

No início da sua atividade em 1892 a Companhia de Moçambique tinha um capital social de 5 milhões de dólares provenientes de investidores franceses, belgas e britânicos e, em 1893 Albert Ochs, de ascendência belga, entrou na sociedade e tornou-se sócio maioritário em 1895. Este investidor tinha a ambição de criar um império capaz de competir com Cecil Rhodes da BSAC nas esferas políticas e económicas da região²¹¹. A

²⁰⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 331 e 403. Os caminhos-de-ferro foram comprados em 1949 pelas autoridades portuguesas e foram incorporados na *Administração dos Serviços dos Portos, Caminhos-de-ferro e Transportes*; Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 23-28; Jaime, S., *A Economia e a Expansão das redes telegráficas e telefónicas no território de manica e Sofala, 1892-1942*, p. 77. Jaime acrescenta a instalação e exploração das redes telegráficas e de telefones como tendo constituído outra fonte de receitas da Companhia; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 75-84; PT/ANTT, Arquivo Salazar. «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Excelência Ministro das colónias, José Bacelar Beliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique». Segundo esta mensagem, foram construídos Caminho-de-ferro da Beira a Umtali; Caminho-de-ferro da Beira ao Zambeze; Ponte sobre o rio Zambeze; e Porto da Beira.

²¹⁰ Meneses, Maria Paula G., M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais», *e-cadernos CES*, 07, 2010, p. 76. Sobre a questão da mão-de-obra indígena, os seus estatutos foram decorrentes da legislação de 1878 designada de Contratos de Serviços e Colonos nas Províncias da África portuguesa, seguida pelo Regulamento do Trabalho Indígena de 1899 revisto em 1914. Na essência este último regulamento visava que os africanos indígenas tinham a obrigação moral e legal de adquirirem os meios para a sua subsistência e que, se não o fizessem ou provassem as autoridades tinham a premissa de obrigá-los.

²¹¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 329; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 302–305.

sua sede esteve na Beira, onde controlava a administração pública e os correios, tendo inclusivamente criado um banco privado - o Banco da Beira -que emitia moeda, com a denominação de Libra (£)²¹². A seguir, nas figuras 4 e 5, temos alguns selos e moeda emitidos pela Companhia assim como o mapa da Companhia de Moçambique indicando a sua extensão e as regiões dos antigos prazos que passou a ocupar. A sua área de extensão está demonstrada por um tracejado a vermelho.

Figura nº 4-Selos emitidos pela Companhia de Moçambique



Fonte: Selos da Companhia de Moçambique. Disponível em <https://www.google.com>, consultado em 12 de janeiro, 2023.

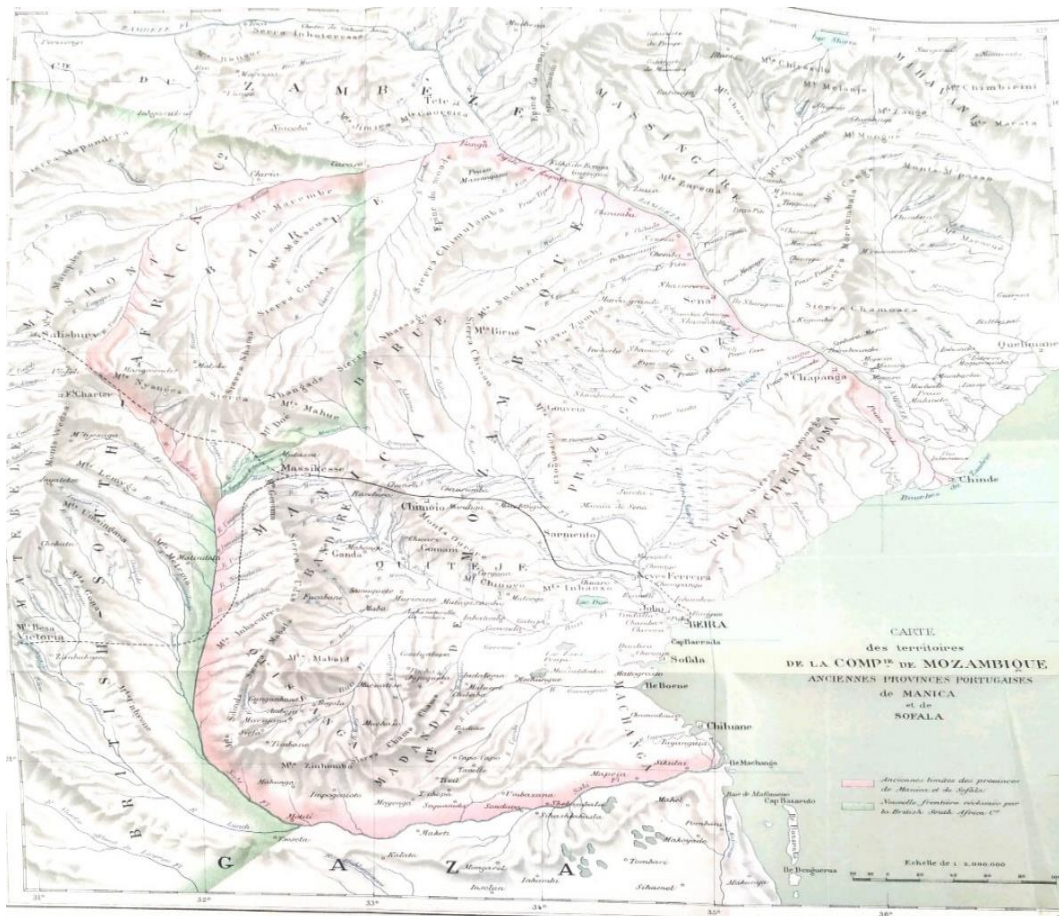
Figura nº 5- Moeda emitida pelo Banco da Beira, propriedade da Companhia de Moçambique

²¹² PT/ANTT, Arquivo Salazar, «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Exa Ministro das colónias José Bacelar Beliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique», Lourenço Marques, Julho de 1929; PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique-«Regulamento do curso monetário nos territórios da Companhia de Moçambique». N.º de ordem 2988, liv. N.º 5755. 1899.



Fonte: Nota de 50 centavos do Banco da Beira, Disponível em <https://www.google.com/>, consultado a 12 de Janeiro, 2023.

Mapa n° 3- Mapa da Companhia de Moçambique indicando as regiões ocupadas



Fonte: PT/ANTT, Fundo da Companhia de Moçambique, «Regras que regem as relações entre o Conselho de Administração da Companhia e os seus Comitês Estrangeiros». Liv. N° 5792, N° de ordem 2989B.

A extensão da área do território concedido era de 135.759 quilómetros quadrados, conseguidos através de algumas anexações e alterações do traçado inicialmente previsto. O seu maior comprimento era de cerca de 600 quilómetros, desde a foz do rio Fize até ao paralelo 22° S (medido do meridiano 34° E), e a sua maior largura era de 375 quilómetros, desde o rio Zambeze até a fronteira ocidental (medida no paralelo 18° 50' 8''). As fronteiras terrestres eram a norte o rio Zambeze, sul o distrito de Inhambane, Oeste a Rodésia do Sul (Zimbabwe) e Leste o Oceano Índico. Nesta área localizavam-se cinco baías e portos marítimos na Beira, Sofala, Chiloane, Bartolomeu Dias e Mucoque e 18 rios principais que ofereciam uma boa rede fluvial e uma boa variedade do clima e qualidades geológicas excepcionais²¹³.

O desenvolvimento da pesca na região centro esteve associada ao início e desenvolvimento das plantações agrícolas, sobretudo para a produção de açúcar onde procuravam o peixe seco para alimentar os trabalhadores recrutados. Acresce-se também a construção de infraestruturas tais como o Porto e os caminhos-de-ferro, como elementos que proporcionaram a intensificação da procura de produtos alimentares, tanto pela Companhia de Moçambique assim como pelas suas sub-concessionárias²¹⁴. Os métodos da pesca artesanal mais usados nas águas de Moçambique no período anterior à chegada da Companhia de Moçambique eram a pesca à linha, o uso de redes envolventes de arrasto para a terra, redes de emalhar, diversos tipos de armadilhas produzidas na sua maioria com base em materiais fornecidos pela vegetação em redor e, predomínio de pequenas embarcações²¹⁵.

No entanto, apesar da disponibilidade destes recursos e das diversas estratégias e políticas adotadas para maximizar os lucros, após duas décadas de exploração dos territórios da concessão, a vida financeira da Companhia não era das melhores. A ata da

²¹³ *Ibid.*, p. 1-4. Esta área era de cerca de 47.000 quilómetros quadrados maior do que Portugal continental. Companhia de Moçambique, Companhia de Moçambique. «A Companhia de Moçambique: Monografia para a Exposição Portuguesa em Sevilha», Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, p. 6-9. Ver também Companhia de Moçambique, «O território de Manica e Sofala sob administração da Companhia: Monografia para a semana portuguesa em Vigo». Composto e Impresso na Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1933, p.7-8; Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique.*, Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940, p. 29-30.

²¹⁴ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

²¹⁵ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 107; Hara, M. W. e Pitamber, J. Deru et S., *African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project*, Maputo, 2001, p. 10.

sessão extraordinária realizada a 26 de Março de 1928, regista uma exposição reveladora desta situação, feita por um dos empregados, Luís Rodrigues ao Ministro das Colónias. Nesta missiva o autor refere-se a uma greve dos trabalhadores da Companhia de Moçambique que tinha iniciado a 20 de Setembro até princípios de Outubro de 1926. Desta greve resultaram expulsões de trabalhadores, assim como o decreto de um ‘Estado de Sítio’, com recolher obrigatório. A causa principal fora a desvalorização da moeda (escudo), devido a problemas no Banco da Beira que pertencia à Companhia de Moçambique²¹⁶.

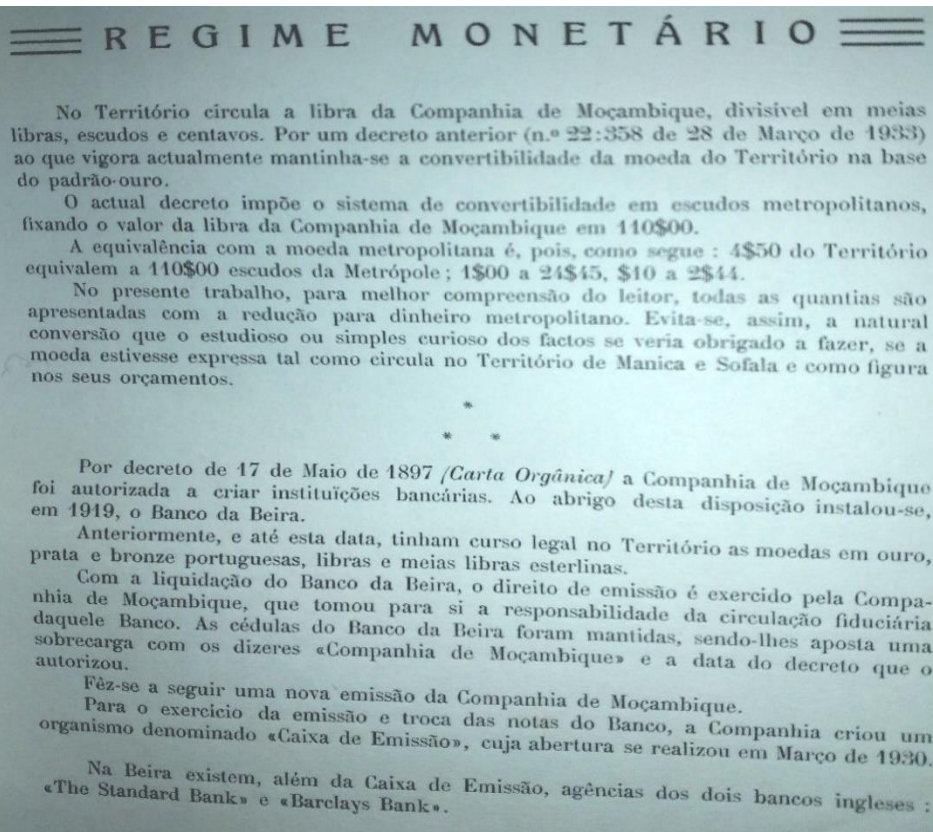
Outra ata confidencial, do comissário do governo junto à Companhia de Moçambique, abordava a questão financeira da Companhia de Moçambique onde mencionava haver dificuldades devido à descida da nota do Banco da Beira, banco emissor do Território, que atingiu 75% abaixo do par. A paridade usada pela Companhia de Moçambique era de 1(uma) libra esterlina para 4\$50 e, em 1929 este câmbio foi banido por Lei nº 18.869 de 22 de Abril de 1932 que definiu que, 1(uma) libra passasse a valer 110\$00, 1\$00 a 24\$45 e \$10 centavos a 2\$44. O câmbio a ser praticado nos territórios da Companhia foi oficializado pelo Decreto que consta da figura nº 6, a seguir. Porém, devemos esclarecer que havia outras moedas autorizadas a circular tais como o ouro, a prata e o cobre português²¹⁷.

Figura nº 6- Decreto do Câmbio a vigorar na Companhia de Moçambique

²¹⁶ PT/AHU- Fundo da Companhia de Moçambique -DGFC-MU, 1C. Orçamentos, 1913; «Orçamento do Território da Companhia de Moçambique», 1938, cx., 1662.

²¹⁷ PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do curso monetário nos territórios da Companhia de Moçambique». Nº de ordem 2988, liv. Nº 5755. 1899; PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -DGU, 1B, 2054-SEMU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar DGU-Direção geral do ultramar- Companhia de Moçambique. «Atas da sessão do conselho fiscal», 1906.

PT/ANTT, Arquivo Salazar, «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Exa Ministro das colónias José Bacelar Beliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique», Lourenço Marques, Julho de 1929.



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Esta situação da desvalorização da moeda, provocou o aumento do custo de vida assim como perturbações sociais que originaram a greve e a desorganização de todos os serviços administrativos. O comissário do governo, aponta também terem-se registado chuvas que provocaram inundações de uma gravidade excepcional, durante dois anos consecutivos (1925-26?) prejudicando o tráfego ferroviário e destruindo a maior parte das colheitas de cana-de-açúcar, milho e algodão. Como consequência os lucros baixaram em 1926 e começaram a subir em 1927 esperando que 1928 subissem ainda mais. Deste modo, e para reforçar as reservas da Companhia de Moçambique, o conselho de administração propôs aos acionistas a redução do capital social e do valor nominal das ações de quatro escudos e cinquenta centavos (4\$50) Esc. (ouro) ou uma libra (1£), para três escudos e vinte e cinco centavos (3\$25) Esc. (ouro) ou dez centavos (0.10.0)²¹⁸.

Podemos concluir esta secção observando que a administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique esteve baseada em um contexto

²¹⁸ PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -DGU, 1B, 2054-SEMU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar DGU-Direção geral do ultramar- Companhia de Moçambique. «Atas da sessão do conselho fiscal», 1906.

internacional onde algumas potências coloniais europeias viam como viável a concessão de algumas parcelas das suas colónias a companhias privadas as quais teriam a responsabilidade da administração, pacificação e o desenvolvimento da maior parte do território. Dentro desta perspectiva, Portugal avançou com esta política em Moçambique, concessionando o território de Manica e Sofala e, deixando para si a exploração e administração da região meridional a Sul do Save, que serviria como reserva de mão-de-obra para as minas da África do Sul.

Os principais motivos para esta decisão estavam relacionados com a presença da BSAC dos ingleses, que ambicionava os territórios da região de Manica considerados ricos em ouro, que levaram a confrontos com a primeira Companhia de Moçambique de 1888, assim como o *ultimatum* dado pelo governo britânico a Portugal como resultado destas disputas. Perante estas circunstâncias, o governo português sentiu-se obrigado a procurar uma solução de ocupação imediata deste espaço em disputa e, avançou com a criação da Companhia de Moçambique com poderes majestáticos, nos mesmos moldes que a *British South África Company* (BSAC) dos ingleses.

No relacionamento entre a Companhia de Moçambique e o Estado português foi acordado que haveriam de ser fiscalizadas todas as suas atividades. A justificação para a necessidade desta fiscalização era devida ao facto de que os governos que concediam poderes majestáticos, deviam ser capazes de fiscalizar essas companhias para evitarem situações em que podiam ser tentadas a empregar processos administrativos menos lícitos ou adequados, sem se preocupar com a situação das populações ou praticando atos que podiam comprometer os governos nas relações internacionais²¹⁹.

Para este efeito, o estado português nomeou um Comissário Régio como seu representante junto à Companhia a 7 de Novembro de 1889. Este representante do governo devia fiscalizar os procedimentos administrativos de modo a prevenir possíveis procedimentos administrativos negativos a tempo ou evitar as suas consequências. Nesta ação fiscalizadora devia verificar todas as ações administrativas, assistindo a todas as sessões dos corpos gerentes, tendo voto consultivo e devendo ter imediato conhecimento

²¹⁹ Costa, E., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 33. Sobre os deveres do comissário régio, o mesmo autor tem mais pormenores nas páginas 52-54. Para além da figura do Comissário régio temos também o Governador-Geral e os Intendentes e sub-intendentes. Estes últimos tinham ações com carácter suspensivas. Não deviam intervir na administração do território.

de qualquer ato administrativo. Devia também centralizar a correspondência entre a Companhia e o governo²²⁰.

O governador-geral de Moçambique era o principal fiscal do governo e podia suspender ou anular todos os atos do governo do território da Companhia de Moçambique, contrários ao que estava estipulado na carta e nos Regulamentos já aprovados pelo governo. Este só devia-se corresponder com o governador do território da Companhia. O governador do território da companhia era o empregado superior indicado nas bases para a administração do território da Companhia de Moçambique. Competia a ele representar a Companhia, cumprir as ordens que receber do conselho de administração da Companhia, prover à administração do território e superintender em todos os ramos do serviço. A ele ficavam diretamente subordinados todos os funcionários da Companhia residentes no território de Manica e Sofala²²¹. Outros funcionários nomeados pelo governo eram os intendentess que deviam limitar-se a informar ao governador-geral de todos os atos administrativos do governo do Território, que importava levar ao seu conhecimento²²².

Em baixo, na figura nº7, destacamos duas personalidades que marcaram a história da Companhia, nomeadamente Joaquim de Andrada, líder de todas as iniciativas para a constituição da Companhia e o Joaquim Machado primeiro governador do território da Companhia de Moçambique entre 1892 e 1897.

Figura nº 7- Duas personalidades marcantes na história da Companhia de Moçambique

²²⁰ Costa, E., *Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, p. 29–30; Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 33.

²²¹ Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do serviço indígena». Nº de ordem 2988, liv. Nº 5755, 1899; Mário A. da Costa, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Beira, Imprensa da Companhia de Moçambique, 1940, p.27.

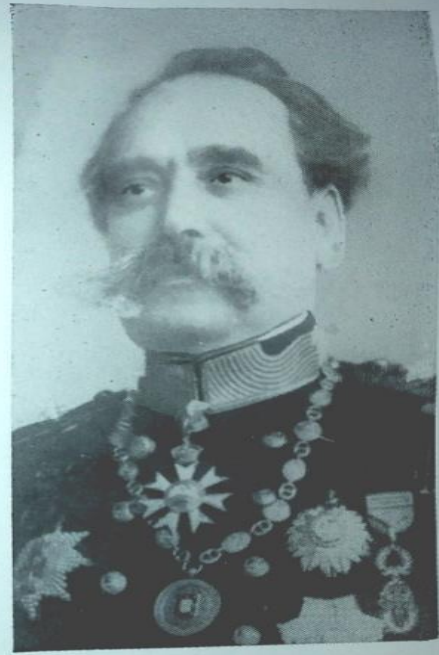
²²² Direito, B., *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942*, p. 110; Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940, p. 13.

Os dois mais ilustres «pioneiros»



Tenente coronel Joaquim Carlos Paiva de Andrada

Com uma fôlha de serviços em África difficilmente igualada, foi o explorador do Rio Pangue e da sua foz, e quasi primeiro previsor o largo futuro do territorio — que percorreu em grande parte — entre o Rio Zambeze e o Paralelo 22°



Governador tenente-coronel de engenharia Joaquim José Machado

1.º Governador da Companhia de Moçambique. Devido à sua iniciativa e trabalho estivo, com os poucos recursos da época, que os agulhas do Pangue destruissem a linguaeta de areia entre este rio e o seu afluente do Pangue destruissem a linguaeta de areia — data a única parte habitada Chiveve. Foi essa linguaeta de areia a — data a única parte habitada — que veio a transformar-se na actual cidade da Beira.

(Fotografia tirada no photo de general)

Fonte Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Figura nº 8- Lista de governadores da Companhia de Moçambique no período entre 1892-1942

GOVERNADORES DO TERRITÓRIO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE	
Nome (a)	Período de Governo (b)
Joaquim José Machado	18-7-1892 a 15-10-1894 20-7-1895 a 11-1-1897
Francisco de Meneses Meireles do Canto e Castro	15-10-1894 a 17-7-1895 15-1-1897 a 19-11-1897 4-12-1899 a 1-5-1901
Manuel Rafael Gorjão	19-11-1897 a 4-12-1899
Teófilo José da Trindade	1-5-1901 a 24-7-1903 14-5-1904 a 1-9-1905
Alberto Celestino Ferreira Pinto Basto	24-7-1903 a 14-5-1904 1-9-1905 a 26-8-1909 8-8-1910 a 15-11-1910
João Pery de Lind	16-11-1910 a 7-5-1913 21-6-1914 a 16-6-1919 26-8-1920 a 7-7-1921
José Augusto Alves Roçadas	7-7-1921 a 23-4-1923
Pedro Francisco Massano de Amorim	14-7-1923 a 16-3-1925
Henrique Monteiro Correia da Silva	13-10-1925 a 16-5-1927
Carlos de Almeida Pereira	22-5-1929 a 6-8-1932 27-2-1933 a 8-6-1933
Luiz António de Magalhães Correia (actual Governador)	28-9-1933 —

(a) Não se mencionam os nomes dos governadores interinos bem como os dos encarregados do governo. Apenas da relação constam os dos governadores efectivos.
(b) Os interrogados nos períodos de Governo, dizem respeito, em alguns casos, a períodos de licença gozada na Metrópole pelos respectivos governadores.

Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Na lista dos governadores do território da Companhia de Moçambique que consta da figura nº 8, podemos observar que a maioria teve mais do que um mandato com exceção de quatro governadores, nomeadamente Manuel R. Gorjão, José A.A. Roçadas, Pedro F.M. de Amorim e Henrique M.C. da Silva. Os mandatos mais longos foram de João Pery de Lind (1910 a 1921), assim como do último governador Luíz António de Magalhães Correia que iniciou em 1933 até ao final do contrato de concessão em 1942.

Outra vertente da interação entre a Companhia e o governo, era a obrigação da Companhia em sujeitar à sanção do governo português, todos os Regulamentos que promulgasse em nome do interesse público. Caso não obtivesse resposta do governo, após quatro meses depois de terem dado entrada na secretaria do Ministério do Ultramar, podiam ser considerados aprovados²²³. Um dos exemplos desta subordinação pode ser observado no expediente do administrador-delegado da Companhia de Moçambique ao governador do Território de 7 de Julho de 1902, referente a proposta do Regulamento de pesca que diz,

Em aditamento à minha carta nº 957 de 12 de Setembro do ano findo, cumpre-me dizer a V. Excia que, tendo sido submetido à aprovação do governo de Sua Majestade, o aditamento proposto pela Capitania dos Portos e por V. Excia promulgado na Ordem nº 1978 de 2 de Agosto de 1901, no Regulamento de pesca atualmente em vigor no Território, recebi do sr. comissário do governo o ofício e seu anexo que junto envio por cópias, em virtude dos quais deverá ser reformada aquela ordem, e submetida, antes de novamente publicada, à sanção do governo de Sua Majestade²²⁴.

Neste relacionamento entre a administração da Companhia de Moçambique e o governo português, o governador-geral de Moçambique e a população colona residente em Moçambique, registavam-se algumas tensões. Um exemplo está relacionado com a cobrança de imposto nas zonas limítrofes, tal como aconteceu no limite do Paralelo 22º em Inhambane em 1896. As duas entidades, a administração da Companhia e o governo português estabelecido em Inhambane, julgavam-se no direito de fazer a cobrança nessas povoações. Como resultado desta disputa, o caso teve de ser canalizado ao governador-geral de Moçambique em Lourenço Marques²²⁵.

O aumento de impostos foi outra razão de conflitos que está documentada em uma das atas da sessão do conselho de administração da Companhia de Moçambique de 19 de

²²³ Costa, E. «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 37.

²²⁴ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», nº 6370, 5 vols., 1931.

²²⁵ Costa, E., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 69–70.

Mai 1927. Nesta acta, regista-se uma deliberação sobre a intenção da Companhia de Moçambique de aumentar os impostos aos indígenas. O Comissário do governo junto à Companhia de Moçambique, informava que o administrador-delegado da Companhia de Moçambique dizia ter recebido do governador do território um telegrama onde se lia que aquele governador era de parecer que,

O imposto não pode ir além de 6\$75, sem graves descontentamentos e graves consequências. Entretanto, sabe que o Ministro da Colónias já aprovou a proposta da Companhia de Moçambique para elevar o imposto até nove escudos (9\$00) -ouro. O Sr. Pery de Lind, administrador-delegado da Companhia de Moçambique, diz não ter dúvida nenhuma de que o aumento do imposto para nove escudos (9\$00) não traz inconveniente algum, porque conhece bastante bem o indígena do Território para não duvidar que ele o pagará da melhor vontade desde que o chefe da Circunscção cumpra o seu dever²²⁶.

No mesmo sentido está a informação do jornal “Diário de Moçambique” de 6 de Maio de 1965, que diz que em 1899 a população da Beira pediu o “aumento dos seus impostos” ao governador da Companhia de Moçambique, Manuel Rafael Gorjão Henriques (1898-1900)²²⁷. No entanto, devemos considerar pouco provável que a tal “população da Beira ou indígena africano” possa voluntariamente pedir o aumento dos impostos ou esteja predisposta para pagar qualquer aumento de impostos. O que devia existir era uma imposição baseada nos instrumentos de poder soberano exercidos pela Companhia, que dispunha de força policial para impor a sua vontade e a necessidade de evitar confrontações/reivindicações violentas por parte destas comunidades.

Estas tensões entre a Companhia e as autoridades portuguesas estarão ainda patentes na altura das tentativas de renovação do contrato de exploração destes territórios em 1942, assim como em algumas apreciações negativas ao legado deixado pela Companhia de Moçambique ao Estado português. Por exemplo, consideravam de negativo o facto de, apesar das suas riquezas, os territórios de Manica e Sofala serem atrasados e pobres. “Beira, a sua capital tinha o custo de vida elevadíssimo e, mais do que Lourenço Marques, tinha muita influência estrangeira com a presença de pessoas com origens em cerca de 26 nações diferentes, sendo a colónia chinesa a mais numerosa de Moçambique”²²⁸. Esta era a constatação do inspetor António de Almeida. Em outra

²²⁶ PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -DGU, 1B, 2054-SEMU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar DGU-Direção geral do ultramar- Companhia de Moçambique. «Atas da sessão do conselho fiscal», 1906.

²²⁷ Companhia de Moçambique. Disponível em <http://companhiademocambique.blogspot.com>, consultado em 27/02/2020.

²²⁸ PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU, - Inspetor superior António de Almeida. «Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

passagem do seu relatório, conclui dizendo que devia ter contribuído para tal “babel”, o facto de a cidade ter sido a sede da Companhia de Moçambique, assim como o facto de os ingleses terem os direitos de exploração do porto e as duas companhias ferroviárias, que nela desaguam²²⁹.

Na continuação do role das acusações por parte das autoridades portuguesas foi assinalado que a Companhia nunca conseguiu criar uma ação administrativa ordenada e fecunda devido a interferências, ora do Estado, ora dos Comités estrangeiros, sendo um em Londres e outro em Paris. As suas tentativas de exploração agrícolas e mineiras nunca foram coroadas de êxito e consideravam a ação administrativa de Pery de Lind como aquela que ditou resultados desastrosos por ter emprestado £300.000 libras, que nunca foram pagas, assim como a ideia “negra” de criação do Banco da Beira, que forneceu £900.000 libras aos agricultores do território, das quais não foram pagos nem 10%. Finalmente os mesmos autores da mensagem concluem dizendo que a Companhia não investiu capitais em edifícios que, mais tarde, seriam entregues ao governo, tal como estava previsto na carta²³⁰.

O inspetor Almeida em 1947 apreciava o processo administrativo da Companhia de Moçambique nos seguintes termos,

... a administração da Província de Manica e Sofala é caso duro de roer. Requer saber, muita atividade, ação contínua e persistente, em todos os sectores, de quem a detenha; e o apoio e confiança do governador-geral da colónia. Só assim, se poderá recuperar o tempo perdido quando da ocupação da antiga Companhia Majestática, que só o não perdeu, - dizem-na cobrança do imposto aos indígenas, em que foi mestra²³¹.

Destes extratos referidos acima podemos concluir que as autoridades portuguesas consideraram o legado da administração da Companhia de Moçambique como um desastre, do ponto de vista de criação de infraestruturas sociais e económicas e, teve na cobrança de impostos aos nativos o seu epicentro de exploração. No entanto, este sistema fiscal continuou com o Estado Novo tal como veremos em outro capítulo.

²²⁹ PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU, - Inspetor superior António de Almeida. «Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

²³⁰ PT/ANTT, Arquivo Salazar, «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Exa Ministro das colónias José Bacelar Beliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique», Lourenço Marques, Julho de 1929; Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940, p. 26-28.

²³¹ PT/AHU-Ministério do Ultramar – Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Inspetor superior António de Almeida. Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

A 18 de Julho de 1942 ao abrigo do Decreto-Lei nº 31.896 o território de Manica e Sofala passaram para a administração direta do estado português. No entanto, a Companhia passou a operar como Companhia de Moçambique SARL, nos sectores agro-industrial e comercial ao longo das décadas seguintes até a sua transformação em 1973 na *holding* do grupo Entrepósito Comercial de Moçambique. De salientar que este grupo não foi abrangido pelo processo de nacionalizações, que se seguiu depois da independência em 1975, e continua a operar até hoje²³².

1.6- Arrecadação de receitas através da política laboral e fiscal no período colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo)

A arrecadação de receitas através da política laboral e fiscal no período colonial (Companhia de Moçambique e Estado Novo) é abordada no sentido de analisar as diferentes políticas que tiveram como base a obtenção de vantagens económicas através da cobrança de impostos e taxas e a exploração de mão-de-obra barata dos africanos, tanto nos territórios administrados diretamente pelas autoridades portuguesas assim como naqueles concessionados a companhias privadas.

O sistema de cobrança de impostos diversos, pagos de diferentes maneiras, vinha sendo prática nos diversos sistemas políticos africanos desde as chefaturas, sultanatos, reinos e impérios, ao longo dos tempos. Estes impostos, eram pagos ao senhor por todos aqueles que se estabeleciam no seu território²³³. Nesta secção iremos abordar sobre os impostos pagos nas terras sob administração direta dos portugueses e nos territórios concessionados à Companhia de Moçambique que, de certa forma, eram semelhantes.

A cobrança e o pagamento de impostos pelos países colonizados foram praticados por todas as potências coloniais e teve continuação no período pós-colonial, tornando-se em atos transversais aos três períodos históricos estudados nesta tese. De um modo geral, o imposto constituía a principal obrigação ao dispor do colonizador para obrigar o colonizado para o trabalho assalariado e para a produção de culturas de rendimento, ao mesmo tempo que se tornou em um dos mecanismos para sustentar o Estado ou financiar as suas infraestruturas económicas. Os orçamentos coloniais eram constituídos quase

²³² Pitcher, M. Anne, *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization*, Cambridge Univ Press, Cambridge, 2002, p. 43.

²³³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330.

todos da mesma forma onde 25% provinham das tarifas aduaneiras e outros 25% provinham do imposto de capitação²³⁴.

As reformas de 1890 feitas por António Enes, Secretário de Estado para a Marinha e das Colónias, preconizavam que os prazos ainda não controlados pelo Estado fossem entregues a um arrendatário que passava a ter a obrigação de pacificar e estabelecer uma administração e força policial e, em troca, obtinha o direito de cobrar o tradicional imposto individual, o *mussoco ou imposto de palhota*, sobre o qual devia pagar também uma percentagem ao Estado²³⁵. Portanto, o *mussoco ou imposto de palhota*, constituiu uma das bases principais do sistema de tributação da população nativa que transformou a economia camponesa em uma economia virada ao mercado, tornando se em um mecanismo de dominação do capital sobre o trabalho do campesinato²³⁶. Era uma espécie de contribuição predial e se tornou naquele imposto que foi mais cobrado nos territórios da Companhia de Moçambique e menos nas outras concessões da região centro²³⁷. Estes foram os primeiros passos de administração direta na região dos antigos prazos.

Desde o início da instauração do sistema colonial nos finais do século XIX e princípios do século XX, os impostos nas colónias africanas começaram por incidir em todos os africanos do sexo masculino e passaram por uma regulamentação gradual onde o imposto de palhota, que estivera muito popularizado no início da colonização foi substituído, na década de 1920, por um imposto pessoal ou capitação que durou até ao fim da era colonial²³⁸. Porém, Coquery-Vidrovitch destaca que,

...foi nas colónias portuguesas que o imposto de capitação mostrou-se uniformemente mais pesado, pois correspondia oficialmente a três meses de trabalho – o imposto podia ser pago com trabalho e o salário correspondente a um dia era estimado em 1 a 1,5% do seu montante. Também na África Ocidental Francesa o imposto de capitação era proporcionalmente elevado²³⁹.

²³⁴ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 421; Rodney W., «A economia colonial», p.385.

²³⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 327; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 310-317.

²³⁶ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, Vol. 1, p. 317-318.

²³⁷ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 76.

²³⁸ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 368. No entanto, deve se chamar a atenção de que houve a introdução do imposto sobre as pessoas físicas que incidia sobre os não-africanos, únicos que tinham renda suficiente, nas colónias britânicas e no Congo belga, por volta de 1920.

²³⁹ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 420.

O imposto de palhota é uma designação geral em Moçambique para o mesmo imposto mussoco ou imposto de palhota, assim designado no vale do Zambeze, que já vinha sendo pago aos chefes locais e aos senhores dos prazos a vários séculos, não se tratando, pois, de dois impostos distintos. Era o principal tributo (imposto per capita) pago ao senhor de um prazo, por aqueles que se estabeleciam no seu território. No início era pago em cereais e mais tarde em dinheiro ou em trabalho forçado. A unidade fiscal era a família com exceção do chefe da povoação²⁴⁰. A verba proveniente deste imposto de palhota foi considerada por Freire de Andrade, como aquela que permitiu a recuperação do investimento de 200 contos, investidos nas campanhas militares. Esta valor correspondia a um lucro anual de 40 a 50% o que representavam cerca de 80% das receitas do imposto de palhota que incidia sobre os africanos na administração do Sul do Save nas primeiras décadas do século XX²⁴¹.

Por sua vez, sobre os impostos, Costa afirmou que,

O imposto de palhota ou mussoco formam juntos o imposto indígena de todo o território. De facto, há dois regimes diferentes. Ao norte do rio Púnguè o indígena paga o imposto de capitação de que são unicamente excluídos os velhos e crianças. Ao sul do Púngué, o imposto toma a forma de uma espécie de contribuição predial fixa, um tanto por palhota²⁴².

A condição de indigenato é que outorgava uma série de deveres para com o Estado e um desses deveres era o pagamento de impostos, independentemente de ter ou não uma fonte de rendimentos. Segundo Capela, Mouzinho de Albuquerque já tinha verificado que, de todos os impostos diretos, o de palhota era o que mais rendia ao Estado português chegando a constituir por exemplo, entre 1914-1915 cerca de 25% do total das receitas da administração colonial²⁴³. A cobrança destes impostos, tornou se num dos principais

²⁴⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 339; Newitt não indica o valor inicial do imposto mas refere que foi subindo até atingir os 1\$00 réis em 1894, e por fim para 4\$500 (equivalente a uma libra esterlina) em 1906; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 263 e 318; Cayola, L., *Sciencia de colonização*, p. 73 ; N° 9 do Artigo 21° do Decreto de 11 de Fevereiro, 1891.

²⁴¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330.

²⁴² Costa, E., *O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique: 1892-1900.*, p. 176; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 317.

²⁴³ Capela, J., *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, p. 67; Bouene, F. e Santos, M., «O Modus Vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um Caso de “Imperialismo Ferroviário”», p. 249.

focos de conflitos entre as autoridades portuguesas e a população local, tal como foi referenciado na revolta dos camponeses de 1896 em Gorongosa, causada pelo aumento de 40% na taxa do imposto²⁴⁴. Para ousarem o cumprimento da obrigação do pagamento destes impostos pelas comunidades, as autoridades dos antigos territórios dos prazos precisaram do apoio e colaboração dos líderes tradicionais²⁴⁵.

O pagamento de impostos pelos indígenas representou por volta de 1910, cerca de 38% da soma de todos os impostos diretos da colónia de Moçambique. No entanto, o princípio geral para o pagamento deste imposto era ter dinheiro. A exigência do dinheiro era considerada uma forma de obrigar o indígena a trabalhar para o sistema capitalista de modo a adquirir o seu sustento e ainda entregar uma parte ao Estado. Outra alternativa para obter dinheiro, seria a venda dos seus produtos nos centros comerciais. Aqui residia a transformação do tipo de economia baseada nas trocas diretas dos nativos para uma economia virada ao mercado, baseada na troca dos produtos ou venda da sua força de trabalho, por um valor monetário²⁴⁶. Por exemplo, no final da década de 1950 o Governador do distrito de Moçambique, Eugénio de Almeida, comentava a situação dos trabalhadores das empresas agrícolas que trabalhavam seis meses e recebiam cerca de 400\$00 dos quais, depois de retirar o valor a pagar pelo imposto, apenas restavam-lhes 270\$00 para levar para casa. Portanto, o imposto levava-lhes 130\$00 cerca de um terço dos seus rendimentos²⁴⁷.

Segundo Betts, o sistema tributário foi o que mais contribuiu para a burocratização da administração colonial, tendo se tornado na condição da entrada das colónias para a economia monetária²⁴⁸. No entanto, ao sujeito que devia pagar estes impostos, o africano, o maior dilema esteve na melhoria do seu poder aquisitivo para poder responder há demanda destes impostos que passaram a ser mensurados pelo pagamento em dinheiro ou pelo correspondente em trabalho. Por exemplo, no Estado Livre do Congo foi

²⁴⁴ Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 310.

²⁴⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 327; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 310-317.

²⁴⁶ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 317.

²⁴⁷ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 114; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 317.

²⁴⁸ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 369.

estabelecido o *Impot de Cueillette*, que obrigava aos africanos a participar na coleta de borracha selvagem e o imposto em trabalho denominado de *prestation*, que obrigava todos os homens das possessões francesas da África ocidental e da África equatorial ao trabalho nos empreendimentos públicos. Os britânicos mantiveram até 1938 um tributo pré-colonial no Uganda, o *luwalo*, que consistia na prestação de um mês de trabalho para as obras publicas que depois foi substituído por um pagamento em numerário²⁴⁹.

No entanto, como forma de manter pressão sobre os colonizados, o sistema colonial desenhou mais uma estratégia para manter o controlo: manutenção de salários baixos. Sobre este facto Rodney afirma que,

Os salários eram mantidos em nível incrivelmente baixo. Qualquer tendência ao aumento era contra-arrestada...o poder aquisitivo estava sempre em queda, em parte devido aos surtos periódicos de inflação em parte porque os salários eram comprimidos ou mantidos abaixo dos preços. Os colonos e outros residentes europeus, bem como os diretores de empresas estrangeiras, todos se entendiam para pagar o menos possível aos trabalhadores e mantê-los em condição semi-feudal...²⁵⁰.

A pressão sobre os rendimentos dos camponeses produtores das culturas de exportação foi notória também durante a depressão económica de 1929, quando o camponês passou a ter necessidade de produzir o dobro dos produtos para a comercialização para obter o mesmo rendimento que tinha antes e, os impostos mantiveram-se nos mesmos valores. Por exemplo, uma tonelada de amendoim que em 1929-1930 valia cerca de 8 libras e 18 *shilings* passou a valer apenas 2 libras e 13 *shilings* em 1933-1934²⁵¹.

Como consequência destas imposições fiscais, entre as duas guerras mundiais, as potências coloniais em geral, registaram o aumento mais rápido do imposto de capitação do que a remuneração dos trabalhadores. Este facto foi mais notório durante a depressão de 1929 quando a tributação direta ao africano excedeu a remuneração do seu trabalho ficando condenado à miséria e ao endividamento permanente²⁵².

Esta avidez na cobrança de taxas e impostos também era extensiva para o ambiente comercial. Por exemplo, o governador-geral de Angola, Eduardo Ferreira Viera, em 1934 reclamava que a Companhia de Moçambique cobrava £8.5 libras por tonelada de peixe

²⁴⁹ Rodney, W., «A economia colonial», p. 369.

²⁵⁰ Rodney, W., «A economia colonial», p.392; Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p.417.

²⁵¹ Crowder, M., «A África sob domínio britânico e belga», p. 103.

²⁵² Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 418-420.

seco, referente a taxas aduaneiras, o que dificultava a entrada desse produto no território da Companhia²⁵³. A exploração da força de trabalho e direitos fiscais, acabaram tornando-se na principal fonte de receitas que continuaram até ao período do Estado Novo²⁵⁴.

Para a concretização do processo da cobrança dos impostos e taxas os Estados coloniais tiveram que coaptar os líderes tradicionais. O papel da liderança tradicional nos processos de desenvolvimento em África tem sido temas de diversos tipos de investigação que constata padrões muito diferentes de relacionamento entre as administrações coloniais e os sistemas variados de liderança tradicional onde muitas vezes são notadas diferenças consideráveis dentro dos territórios, às vezes do mesmo colonizador²⁵⁵. Os estados pós-coloniais em muitos casos, procuraram romper com essas relações coloniais, alguns buscando reengenharia de elementos da liderança tradicional pré-colonial, enquanto outros procuraram elaborar novas formas ou, em alguns casos, eliminá-la. Apesar dessas mudanças, ou em alguns casos por causa das mudanças, as lideranças tradicionais continuam a exercer influência nas esferas política, social e econômica²⁵⁶.

As lideranças locais eram escolhidas entre as pessoas que haviam exercido funções semelhantes nos territórios e, muitas vezes, pertenceram a linhagens governantes mais antigas e serviam como seus intermediários para alcançar as comunidades e tornar o domínio colonial eficaz e legítimo. Por sua vez, estes líderes tradicionais constituíam grupos de elites que faziam alianças com as autoridades coloniais e gozavam de legitimidade dentro das comunidades locais. Por conseguinte, Mamdani argumenta que os líderes tradicionais se tornaram em um elemento importante para a sobrevivência dos estados coloniais porque eram um ponto focal na interseção da economia de mercado e de não mercado²⁵⁷.

Para lograr a administração do território a Companhia de Moçambique criou estruturas do Aparelho de Estado necessárias à manutenção da ordem e ao controlo da

²⁵³ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

²⁵⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 329; Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 303-305.

²⁵⁵ Cumbe, Mário José, «Traditional Leadership, the State and Rural Economic Development in Southern Mozambique: A Case Study of Mandlakaze District in the Second Half of the Twentieth Century». Master, KwaZulu Natal University, Faculty of Humanities, Development and Social Science. School of Development Studies, South Africa, Durban, 2010, p. 1.

²⁵⁶ Cumbe, M.J.C., «Traditional Leadership, the State and Rural Economic Development in Southern Mozambique: A Case Study of Mandlakaze District in the Second Half of the Twentieth Century», p. 1.

²⁵⁷ Mamdani, M., *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*, Princeton studies in culture/power/history, Princeton University Press, Princeton, N.J., 1996, p. 105.

população às quais também contou a participação dos líderes tradicionais. Através destas estruturas, implantou uma política fiscal em toda a extensão do território concedido, que permitiu a exploração da mão-de-obra e a cobrança de diversos impostos e taxas, tornando-se também numa das fontes de receitas rentável²⁵⁸.

Neste esforço legislativo para compelir o nativo ao trabalho, foram introduzidos diversos tipos de impostos. Pela portaria nº 4768 de 27 de Junho de 1942, foi regulamentado que todos os indígenas de ambos os sexos e com idade compreendida entre 18 e 60 anos ficavam obrigados ao pagamento do imposto. Sobre o indígena, ao longo dos tempos, houve vários e diferentes tipos de impostos, a exemplo do *mussoco* ou imposto de palhota, referidos acima, imposto pela fabricação de bebidas, imposto de queimadas, impostos pelas festas tradicionais, imposto pelo uso de cão na caça, entre outros, mas foram justificados quase sempre da mesma maneira e, tornaram se em uma proveitosa fonte de rendimentos para as autoridades portuguesas²⁵⁹. Por exemplo, no início do século XX nas pescarias da delegação de Bartolomeu Dias, onde estavam empregadas cerca de 600 pessoas entre indígenas, chineses e europeus, as autoridades da Companhia viram a necessidade de tomar medidas para ultrapassar a crise de falta de mercado para o peixe seco de modo a melhorar a situação dos referidos pescadores e sobretudo com essas medidas proporcionar aos pescadores indígenas os meios de adquirirem dinheiro para o pagamento do imposto de palhota, assunto que tratamos adiante²⁶⁰.

A realização de censos da população indígena residente no território da Companhia, foi outra medida tomada para permitir aferir o número de contribuintes pois, quanto maior fosse o número, maior benefício daria à Companhia com o pagamento do imposto. Através deste mecanismo, as autoridades passavam a saber quantas pessoas e aonde estavam disponíveis para o recrutamento. É nestes termos que a realização do recenseamento e a posse da caderneta indígena se tornaram em alguns dos principais

²⁵⁸ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 76.

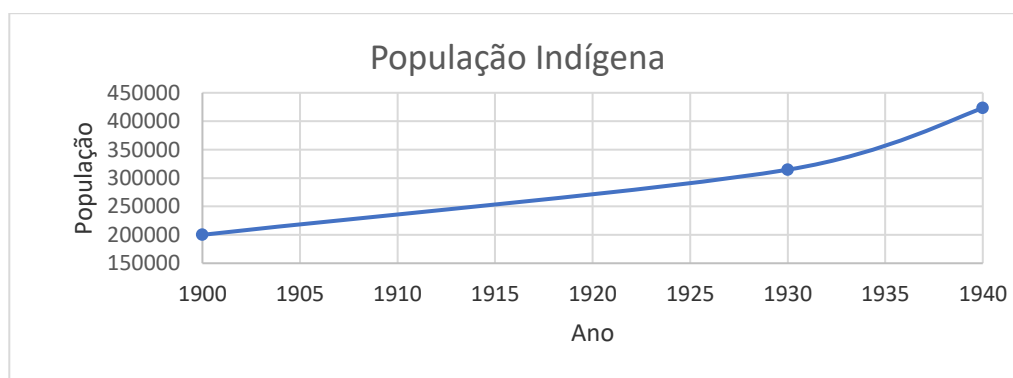
²⁵⁹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 116; Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 262.

²⁶⁰ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Peixe para indígenas» - 20/9/1905- 23/4/1934, vol. 1.

instrumentos de controlo do pagamento dos impostos e do trabalho forçado, chegando a punir os prevaricadores através do trabalho correcional pago a 40% do salário normal²⁶¹.

Para este efeito, os dados estatísticos produzidos pela Companhia de Moçambique através de recenseamentos tornaram se essenciais ao sistema. Nesta ação, foram realizados três censos da população em 1900, 1930 e 1940. Por isso, os dados indicavam que em termos demográficos, em 1900 a população indígena era calculada em 200.000 indivíduos e em 1930 passou a 314.638 e em 1940, data do último recenseamento oficial realizado pela Companhia, era de 422.921 indivíduos, sendo 214.610 homens e 208.311 mulheres²⁶². A figura nº 9, abaixo ilustra esse crescimento da população. Uma das consequências deste aumento da população foi de que permitiu o aumento do pagamento do imposto de palhota.

Figura nº 9- População indígena residente na Companhia de Moçambique



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

No território da Companhia de Moçambique o imposto de palhota foi introduzido ao abrigo do Decreto de 9 Julho 1892 e cobrado à luz do *Regulamento do Imposto de Palhota* de 30 de Julho de 1892. Segundo este Regulamento,

Os donos de palhotas ou cubatas utilizadas como habitação, situadas no território da Companhia ficavam obrigados ao pagamento do imposto anual de 900 réis por palhota

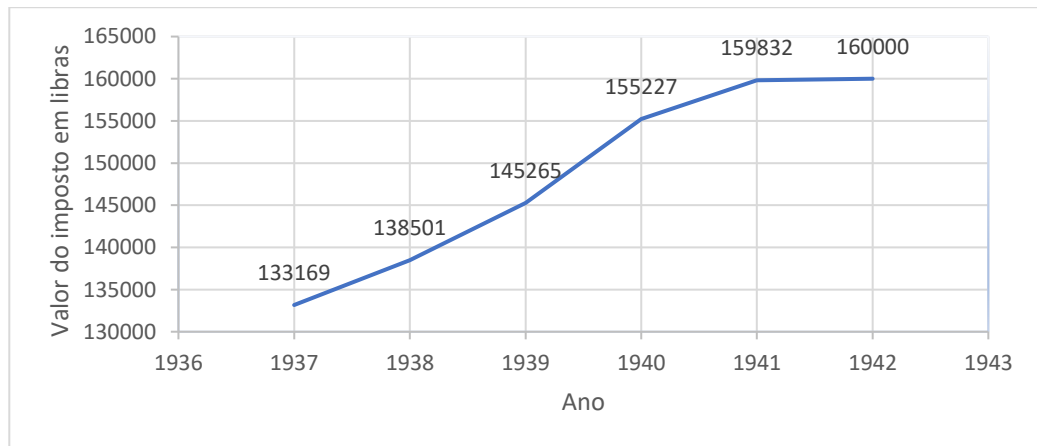
²⁶¹ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p.335-336; Meneses, M.P.G., «O 'indígena' africano e o colono 'europeu'», p. 85–86.

²⁶² Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 4-6; Cayola, L., *Sciencia de colonização*, p. 74 e 127-128. De acordo com Cayola, "se as colónias de Angola e Moçambique conseguissem duplicar ou triplicar a sua população indígena, isso bastaria para que a obra de colonização recebesse ali um prodigioso impulso. As questões da mão-de-obra, de transportes e até a própria questão orçamental se resolveriam por si mesmo".

ou cubata utilizada como habitação. Durante os dois primeiros anos o imposto podia ser recebido em dinheiro ou em géneros. A partir de 1894 seria tal tributo sempre cobrado em dinheiro. Os indivíduos que não satisfizessem a este pagamento seriam obrigados a trabalhar durante o número preciso de dias para que, ao preço do salário local, se perfizesse o quantitativo do imposto aumentado de 50%²⁶³.

Segundo o Regulamento dos serviços indígenas em Manica, no Artigo 2, nº 1 e 2, estes serviços deviam fazer a cobrança do imposto de palhota e procurar ter, “tão exata quanto possível, a estatística do número de palhotas e de indígenas da circunscrição”²⁶⁴. A figura nº 10 a seguir, é elucidativa destes benefícios com a matriz básica que correlaciona o aumento da população verso aumento de receitas de imposto de palhota, tal como podemos observar.

Figura nº 10- Imposto de palhota coletado entre 1937 e 1942



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

O ano de 1941 o imposto de palhota arrecadado foi calculado em aproximação e o ano de 1942 era uma previsão, pois era o ano que findava o contracto de concessão. Entretanto, a tendência crescente do valor arrecadado pelo imposto de palhota está clara neste gráfico, demonstrando a importância deste imposto no global dos lucros da Companhia. Segundo Moutinho, em 1909 foi publicada uma carta aberta publicada no "Economista Português" de 5 de Dezembro, onde se denunciava que o imposto de palhota

²⁶³ Capela, J., *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, p. 60. O Governo português reservava para si o direito de veto nas matérias consideradas sensíveis. Departamento de História, História de Moçambique, vol. 1, p. 318; Direito, B., *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942*, p. 111.

²⁶⁴ PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento dos serviços indígenas em Manica». Nº de ordem 2988, liv. Nº 5755, 1899.

cobrado nos territórios sob administração portuguesa que era de 4\$500 réis equivalia ao preço que custava uma palhota depois de pronta que era também de 4\$500 réis²⁶⁵.

Esta política de aumento de rendimento através da cobrança de impostos nos territórios da Companhia de Moçambique, permitiu que a taxa do imposto de palhota que, em 1893, era de 2\$250 réis fosse elevada a uma libra em 1909 podendo no primeiro ano o contribuinte pagar 4\$000 réis de imposto. Em 1913 as receitas do imposto de palhota foram de 190.00\$00 Escudos e o imposto de *mussoco* 97.00\$00 Escudos; em 1916 o imposto de palhota manteve os 190.00\$00 Escudos e registou aumento no *mussoco* para 100.000\$00 Escudos e no ano de 1939 o imposto da palhota rendeu 653.696\$50 Escudos, e em 1941 o imposto de palhota foi de 739.523\$50 Escudos²⁶⁶. Porém, nos anos de turbulência política caracterizados por levantamentos dos nativos, tal como foi entre 1894 e 1896 em Sena e Barué, as receitas tiveram um decréscimo, em valor que não está indicado no documento²⁶⁷.

Durante o Estado Novo sobretudo na década de 1930 a exploração das zonas rurais tinha uma dupla vertente: o pagamento dos impostos e a expansão da cultura de algodão o que incrementou a incorporação da produção camponesa na estrutura sócio-económica colonial. Há medida que os efeitos da grande depressão iam se expandido, os preços dos produtos dos camponeses iam diminuindo assim como os rendimentos em dinheiro, mas os valores dos impostos e de outros produtos eram mantidos²⁶⁸. A nível da política laboral, o código de 1928 introduziu profundas alterações em relação aos seus predecessores, os códigos de 1899 e 1914 nomeadamente: o fim da obrigação de todos os africanos trabalharem; a obrigação de o Estado pagar toda a mão-de-obra forçada e a proibição de as administrações recrutarem trabalhadores para empresas privadas; a introdução de um sistema de inspeção da administração provincial e a introdução de um sistema de cultivo forçado que obrigava o camponês africano a permanecer na sua aldeia e a trabalhar a

²⁶⁵ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 116.

²⁶⁶ PT/AHU-Fundo da Companhia de Moçambique -DGFC-MU, 1C. Orçamentos, 1913; «Orçamento do Território da Companhia de Moçambique», 1938, cx., 1662; Capela, J., *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, p. 67; Em 1929, 1 libra equivalia a 108,250 escudos. Valério, Nuno, *O Escudo: Unidade Monetária Portuguesa 1911-2001*, Banco de Portugal, Lisboa, 2001, p. 478.

²⁶⁷ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 319.

²⁶⁸ Departamento de História, História de Moçambique, *Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol. 2, p. 48.

própria terra em substituição do recrutamento forçado de mão-de-obra para as plantações²⁶⁹.

A situação da população nas zonas rurais foi tornando se cada vez mais desesperante pelas exigências de posse de dinheiro para o pagamento dos impostos e a falta de alternativas para a aquisição do mesmo. O sistema de controle das administrações com a introdução de fiscalização das inspeções foi se tornando cada vez mais eficaz para o controlo de quem não satisfazia as suas obrigações. Os mesmos administradores foram introduzindo novas formas de exploração dos camponeses, ao exemplo da obrigação de cultivo em machambas coletivas sob controlo dos sipaios em troca de isenção ao pagamento de impostos, assim como a coligação entre alguns administradores e os proprietários das lojas para organizarem viagens colectivas controladas e vigiadas pelos sipaios, para impedir roubos e fugas pelo caminho, para onde levavam os seus produtos para a venda e posterior aquisição do dinheiro do pagamento do imposto. Por exemplo, em 1935 o administrador de Eráti, na província de Nampula, organizou uma viagem colectiva até as cantinas localizadas em Memba, na mesma província, com “cerca de 13.000 homens, acompanhados pelos régulos, cabos de terras e sipaios”²⁷⁰.

Esta turbulência pelo pagamento de impostos que iam se tornando elevados, teve também implicações caracterizadas pela fuga das populações que viviam nas zonas fronteiriças para os países vizinhos onde os termos de troca dos seus produtos eram melhores. Por exemplo, calcula-se que de Cabo Delgado tenham fugido para o Tanganhica (Tanzânia) nos anos 1930-1934, cerca de 40.000 pessoas. Outro problema associado foi o fecho de muitas cantinas rurais e a falta de transporte para se chegar às poucas cantinas ainda abertas para vender os seus produtos e obter dinheiro para pagar o imposto. Nesta vertente, há o registo de no mesmo período de 1930-34, um camponês que pretendia vender os seus produtos, “ser obrigado a fazer várias viagens, a pé, até conseguir transportar 140 quilos de amendoim necessários à obtenção da quantia do imposto. No caso de Montepuez, o próprio administrador reconheceu, em 1934, embora sem propor

²⁶⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 408.

²⁷⁰ Departamento de História, História de Moçambique, *Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol. 2, p. 50. Na região sul de Moçambique também foram reportadas ações de fuga das populações contra os recrutamentos forçados para executar trabalhos não remunerados exigidos pela administração local, pela insatisfação da nova ordem política assim como contra o pagamento dos impostos de palhota. Coelho, M. D., “Sem dispêndio para a fazenda”: Estratégias e Finalidades da Ocupação colonialista do Interior no Sul de Moçambique, 1895-1903, p. 123.

alternativas, que tal situação era simplesmente desumana²⁷¹”. Sobre estes problemas foi constatado que,

As administrações, em muitos distritos, pressionados pelo governo a fazer a coleta regular dos impostos sobre um campesinato agora desprovido de um bom mercado para os seus excedentes de milho e amendoim, viriam a insistir, cada vez mais, no trabalho nas plantações, machambas privadas e no caminho de ferro-de-ferro (...) de ordem que se transformaram em Agências de fornecimento de serviços para a colheita do dinheiro do imposto. O Estado colonial era um dos grandes responsáveis pela intensificação da exploração nas zonas rurais, aliando-se aos empregadores privados, a quem apoiava no fornecimento de trabalhadores migrantes²⁷².

Esta era a situação dos camponeses nas zonas rurais que viram a sua situação económica e social a degradar-se acentuadamente devido aos efeitos da crise dos anos trinta e a descida dos seus rendimentos que não permitiam a aquisição de dinheiro para o pagamento dos impostos ao mesmo tempo que iam sendo envoltos em novas formas de recrutamento da sua força de trabalho. No entanto, no mesmo período o Estado Novo pelo código de 1928 tinha preconizado o fim da obrigação de todos os africanos trabalharem assim como a obrigação de o Estado pagar toda a mão-de-obra forçada e a proibição de as administrações recrutarem trabalhadores para empresas privadas, mas a situação prevaleceu o que demonstra que a principal preocupação neste período colonial era a arrecadação de impostos através da política laboral e fiscal a favor do Estado e das empresas privadas. Estas medidas afetavam também as comunidades dos pescadores artesanais que deviam cumprir com todas as obrigações quanto ao recrutamento assim como ao pagamento das obrigações fiscais.

1.7- Considerações finais

Concluimos este capítulo compreendendo que o contexto geral da aposta no estabelecimento de companhias para a exploração e administração de territórios coloniais pelas principais potências europeias, em geral, e por Portugal, em particular que termina com o estabelecimento do Estado Novo, visava responder à dinâmica internacional do capitalismo ascendente, impulsionado pela revolução industrial e a crescente necessidade em obtenção de matérias-primas, assim como a exportação do capital, que estava

²⁷¹ Departamento de História, História de Moçambique, *Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, p.51.

²⁷² Departamento de História, História de Moçambique, *Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, p. 52.

associada ao momento político onde as várias nações aceitavam e apoiavam essas iniciativas.

Sobre a política colonial portuguesa de estabelecimento de Companhias em Moçambique no século XIX, constatamos que o primeiro interesse que despertou a cobiça dos europeus em Moçambique foram as suas riquezas naturais tais como o ouro, marfim e as pérolas obtidas em Sofala no arquipélago de Bazaruto. Para acederem a estes recursos tiveram que competir com outros grupos, tais como os árabes e suaílis que já estavam estabelecidos na região, ao mesmo tempo que inicialmente cumpriam com os protocolos exigidos por estas entidades políticas.

O estabelecimento dos prazos foi integrado nas formas de domínio político português na região centro de Moçambique e tiveram a sua origem a partir da ocupação da terra por cedência feita pelas antigas chefaturas africanas ou obtidas pela força de armas, tendo marcado a história e a identidade desta região. Os africanos não vendiam a terra e apenas o chefe a cedia de forma temporária para usufruto e meio de subsistência do beneficiário, devendo, em troca, receber do beneficiário alguns presentes como reconhecimento da sua autoridade. Porém, deve se notar que esta transição entre os antigos proprietários de terras ou autoridades políticas africanas para os novos senhores dos prazos, preservaram a estrutura organizativa das terras e das aldeias que passaram a controlar. Desta forma conseguiram assegurar o funcionamento normal das diversas atividades produtivas e, nas instâncias do poder local, em muitos casos, mantiveram as mesmas pessoas o que permitia preservar a estrutura de base reconhecida pelas diferentes comunidades.

O poder político dos nguni, liderados na última fase do Império de Gaza por Gungunhana, foi notado pela sua capacidade diplomática que o permitiu manter relações simultaneamente com a coroa de Portugal, com a Companhia de Moçambique e com a *British South África Company* que tinham enviado seus representantes junto ao kraal em Manjacaze. O Império de Gaza representou uma chefia típica onde os recursos humanos eram organizados de modo a constituir regimentos, e o gado era considerado a principal fonte de riqueza da elite. A sua forma de organização política liderados pelos chefes designados de mambos, permitiu a sobrevivência de grupos e elites já existentes nos territórios dominados, desde que reconhecessem a soberania e pagassem os tributos devidos. Estes nguni não trouxeram nenhuma inovação tecnológica e não se preocuparam na organização produtiva das populações sob seu domínio.

A partir dos finais do século XIX, registou-se um crescente interesse pelos territórios africanos, por um lado, na prossecução de interesses tais como o movimento abolicionista, as missões religiosas assim como a busca por produtos diversos para o comércio pelas principais potências ocidentais e, por outro, como resultado do desenvolvimento do capitalismo colonial impulsionado pela revolução industrial e a crescente procura de matérias-primas e mercados onde colocar os seus produtos. Este interesse teve como resultado conflitos entre estes, que deram lugar a uma mudança no paradigma do conceito de posse de colónias que, de ocupação histórica evocada por Portugal e Espanha (séculos XV-XVIII) vai evoluir para a chamada ocupação efetiva (século XIX). Foi dentro deste contexto que o continente africano teve de enfrentar um desafio particularmente ameaçador manifestado na forma do colonialismo. Com a instituição do sistema colonial iremos assistir à integração da produção das colónias que passam a ser orientada para o mercado-mundo assim como uma reestruturação da forma de exploração de mão-de-obra e da obtenção do lucro.

Este processo está relacionado com a teoria da colonialidade global que, apesar de ter sido estruturada nos anos 80 a partir dos Consensos de Washington, reflete a mudança nas relações entre as nações do Sul e as do Norte. Estas políticas enfraqueceram a ‘soberania’ das entidades políticas do Sul que caracterizou o período mercantil (séculos XV-XVIII), através do domínio materializado no colonialismo pelas potências europeias ocidentais (século XIX-XX)²⁷³. A mesma tendência pode ser baseada com a teoria da dependência que, partindo de um modelo de interpretação das relações sociais entre grupos políticos e económicos entre Estados, passou a integrar a interpretação da esfera das estruturas de dominação baseadas na desigualdade das relações entre os países desenvolvidos verso subdesenvolvidos (Centro verso Periferia)²⁷⁴. Estes pressupostos podem ser enquadrados na teoria da Epistemologia dominante Ocidental que foi construída na base da dominação colonial e assenta na definição unilateral de linhas que “dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis que estão do lado de cá da linha-Cultura Ocidental e os inúteis ou preguiçosos,

²⁷³ Fernandes, R. M., *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*, p. 2.

²⁷⁴ Lundin, I. B., *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*, p. 205.

ininteligíveis objetos de supressão ou esquecimento que estão do lado de lá da linha-povos e ou/nações colonizadas”²⁷⁵.

Uma das primeiras formas precedentes de manifestação do sistema colonial foi a criação de companhias soberanas ou majestáticas, tal como a Companhia de Moçambique, antes do estabelecimento de colónias. Podemos concluir que a Conferência de Berlim e a necessidade de ocupação efetiva condicionaram a formação das companhias. Foi como um ponto de partida para a mudança de paradigma de relacionamento entre os africanos e europeus. A ocupação de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique marca, na história da região, a transição do período mercantil para o período de dominação imperialista. Esta transformação qualitativa foi possível “através da interação direta do capital na esfera produtiva, engendrando no seio das estruturas pré-imperialistas novas formas de produção determinadas pelas crescentes necessidades de acumulação capitalista à escala mundial”²⁷⁶.

Neste novo paradigma do colonialismo foi instalado um sistema coercivo de trabalho na África subsaariana, no caso português iniciado desde o código de 1899 e passando principalmente pelo Estatuto do Indigenato, de modo a aumentar os rendimentos dos seus lucros sem grandes investimentos de capital, tal como mencionamos acima, cuja sua base jurídica esteve alicerçado na política do indigenato. A política do indigenato, foi um dos instrumentos políticos usados para coagir os africanos ao trabalho coercivo assim como ao pagamento de impostos, independentemente de ter ou não uma fonte de rendimentos²⁷⁷. O sistema tributário foi o que mais contribuiu para a burocratização da administração colonial, tendo se tornado na condição da entrada das colónias para a economia monetária²⁷⁸.

A cobrança e o pagamento de impostos pelos países colonizados foram praticados por todas as potências coloniais e teve continuação no período pós-colonial, tornando se em atos transversais aos três períodos históricos estudados nesta tese. O imposto constituía a principal obrigação ao dispor do colonizador para obrigar ao colonizado para o trabalho assalariado e para a produção de culturas de rendimento, ao mesmo tempo que

²⁷⁵ Fernandes, R. M., *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*, p. 2.

²⁷⁶ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 302.

²⁷⁷ Allina-Pisano, E., *Slavery by any other name*, p. 209.

²⁷⁸ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p. 369.

tornou se em um dos mecanismos para sustentar o Estado ou financiar as suas infraestruturas económicas. Estes processos de dominação ocidental afetaram a pesca e as comunidades dos pescadores artesanais.

CAPÍTULO II- IMPORTÂNCIA DA PESCA ARTESANAL NO PERÍODO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE (1892-1942)

2.1- Introdução

A pesca artesanal é uma atividade milenar inserida na cultura e práticas sociais das populações costeiras e de certas regiões geograficamente delimitadas do interior. Ela contribui para a segurança alimentar, aumento do emprego e renda, e captação de divisas assim como para a redução da pobreza, mas também tem efeitos ambientais nocivos devido ao uso de técnicas insustentáveis para o meio ambiente como, por exemplo, o arrasto e uso de redes não recomendadas. Na altura na instalação da Companhia de Moçambique nos territórios de Manica e Sofala uma das principais atividades que garantiam a alimentação e a subsistência das comunidades locais era a pesca artesanal. O nosso argumento é de que foi por esta razão que a companhia elegeu esta atividade como principal fonte de primeiro, fornecer alimentação aos contingentes militares que participavam nas campanhas de pacificação então em curso assim como ao pessoal civil da administração; segundo garantir a alimentação aos trabalhadores recrutados para a execução de diversos serviços; terceiro, garantir uma fonte de arrecadação de receitas através de introdução de cobranças de licenças e pagamento de diversas taxas. Para sustentar o nosso argumento iremos abordar a questão da pesca artesanal no período da chegada dos portugueses que começou a ser reportada pelos portugueses desde os finais do século XVI. Posteriormente, nos finais do século XIX a Companhia de Moçambique se estabeleceu também nestes territórios com os mesmos objetivos de ter acesso a estes recursos naturais. Estes recursos eram pescados pelos pescadores artesanais locais e tinham um elevado valor comercial. Devido a importância desta zona que antes não estava dentro dos limites iniciais, a Companhia fez todos os esforços de incorporar a área dentro da sua concessão.

A seguir discutimos sobre a pesca artesanal como fator de incremento do povoamento branco em Moçambique. Nesta abordagem, observamos que foi com base nos incentivos que o governo português disponibilizou para mobilizar pescadores portugueses para se deslocarem para as colónias como forma de, por um lado resolver os problemas de fome e miséria da população na Metrópole e, por outro, impulsionar a pesca e resolver o problema de povoamento branco nas mesmas.

Finalmente, abordamos o tema sobre a limitação da capacidade de fornecimento de peixe e a necessidade de sua importação. Esta situação, foi verificada ao longo dos três períodos administrativos (Companhia de Moçambique, Estado Novo e pós-independência) onde se constata que, apesar dos investimentos serem canalizados neste sector da pesca, Moçambique ao longo da sua história tem denotado insuficiência na capacidade de suprir as suas necessidades. A relevância da pesca artesanal reside na sua sustentabilidade, tomando como ponto de partida a consideração de que a arte de pesca artesanal, por ser baseada no uso de materiais perecíveis, na sua maior quantidade fornecidos pela natureza é sustentável, mas carece da falta de investimentos. Este facto é notável nos dois períodos com predomínio do sistema capitalista de produção (Companhia de Moçambique e Estado Novo 1891-1974) assim como no período do sistema de produção socialista (pós-independência, 1975-1991). Portanto, as três diferentes entidades político-administrativas apostaram na pesca semi-industrial e industrial por um lado, dentro da lógica do sistema capitalista de produção e, por outro, na aposta dos investimentos ao sector estatal para lograr angariação imediata de divisas através da constituição de *joint ventures* entre o Estado e empresas privadas estrangeiras na pesca de crustáceos para a exportação²⁷⁹. No entanto, deve se sublinhar que o peixe com maior cotação para a exportação tal como a garoupa, o peixe-serra e outros chamados de espécies ricas não são pescadas pela pesca de arrasto, a industrial, mas sim, pela pesca á linha, predominantemente arte da pesca artesanal²⁸⁰.

2.2- A pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique

A participação dos pescadores artesanais nativos foi registada em diferentes áreas de pesca desde a pesca da baleia, das pérolas e de outros recursos estuarinos e litorais, com destaque para pequenos peixes demersais, peixes pelágicos, caranguejo de mangal e camarões peneídeos²⁸¹. Os recursos marinhos explorados podem ser divididos em cinco grupos: recursos costeiros, peixes demersais, peixes pelágicos, crustáceos e cefalópodes. A sua exploração foi notória nos diversos relatos da documentação que retrata o período desde a chegada dos portugueses na região de Manica e Sofala. Um dos relatos foi dado

²⁷⁹ Capaina, «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 5.

²⁸⁰ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Círculo Socialista, 1977-1987», p. 34.

²⁸¹ «Plano Diretor das Pescas, 2010-2019», Ministério das Pescas, Maputo, 2010, p. 9.

por Alpers quando refere que os portugueses desde 1696 consideravam o arquipélago de Bazaruto como um tesouro quanto aos recursos marinhos e uma fonte onde adquiriam o casco da tartaruga, dentes de dugongo, cauris e pérolas cuja qualidade era comparada às pérolas encontradas nos antigos territórios portugueses do Ceilão, atual Sri Lanka e âmbar cinza. Estes produtos eram explorados pelos pescadores artesanais locais e tinham um elevado valor comercial²⁸². Ainda o mesmo autor, afirma que havia relatos dos portugueses terem visto pescadores nativos em Bazaruto a caçarem de forma sazonal baleias, ostras e peixes diversos que constituíam parte da sua dieta e forneciam carne seca e óleos durante alguns meses²⁸³. Outra fonte de alimentação das populações costeiras era obtida em épocas sazonais, onde realizavam a coleta de tartarugas e seus ovos²⁸⁴. A pesca da baleia em Moçambique, iniciada nos finais do século XVIII, tornou-se intensa na década de 1830 com o registo de participação de baleeiros estrangeiros, sobretudo americanos na costa, em especial perto de *Delagoa bay*, atual baía de Maputo que chegou de preocupar as autoridades portuguesas estabelecido na zona²⁸⁵.

Nos finais do século XIX as pérolas no arquipélago de Bazaruto, serviram como uma das fontes de rendimentos e de sobrevivência dos pescadores mergulhadores africanos desta região. Estes mergulhadores da ilha do Bazaruto apanhavam as ostras para comerem e quando encontravam pérolas vendiam-nas aos comerciantes estabelecidos na ilha de Chiloane e na cidade da Beira que as exportavam, de contrabando para a Índia²⁸⁶. Este negócio permitiu-lhes sobreviver no período de fome da década de 1880 pela troca das pérolas por comida. Em 1777 o Governador João da Costa Xavier mandou construir um batel para a pesca de pérolas e aljofares nas ilhas de Bazaruto por meio de *machinas*

²⁸² Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», 2019, p. 5-7; Porém, a Companhia de Moçambique solicitou a 23 de Junho a avaliação destas pérolas ao *Imperial Institute* em Londres, que a 11 de Agosto de 1909 respondeu que não tinham nenhum valor comercial “The specimens are true pearls, but are all small or rough and of little value, possibly 3^d per gain...” AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

²⁸³ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 5.

²⁸⁴ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p.10.

²⁸⁵ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 5-7; PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Empresas de pesca estrangeiras em Moçambique. Reclamação de Victor Lopes»; PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Providências a adotar para protegerem estas indústrias. Medidas a adotar nas colónias». Requerimento nº1/28/32, 1927.

²⁸⁶ Martins, M. A., «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», p. 29.

e não foi bem-sucedido. Recorreu à compra das pérolas aos pescadores indígenas locais²⁸⁷.

O reconhecimento da participação dos pescadores locais africanos neste negócio das pérolas, assim como da importância económica que se esperava pela sua exploração também é destacada no requerimento de João Marcelino de Mesquita Pimentel a 30 de Julho de 1890, apreciado pela Junta Consultiva do Ultramar de 1907 quando refere que,

Tem a Província de Moçambique grandes riquezas que, exploradas convenientemente, bastariam para fazer o futuro de Portugal e libertar os cofres da Metrópole dos encargos que até hoje tem sobrecarregado para que possam manter-se as colónias. Uma das fontes da riqueza podia ser a pesca das pérolas no arquipélago de Bazaruto. Infelizmente esta indústria tem sido explorada pelos cafres, e o resultado é colherem-se alfares miudíssimos, pequenas pérolas de forma irregular e caso uma ou outra que, por única, não compensa as despesas de uma exploração regular e metódica. A pesca de pérolas no arquipélago de Bazaruto na atualidade só pode convir a cafres, que não fazem outro dispêndio senão o tempo, para eles sem valor²⁸⁸.

A participação da comunidade de pescadores artesanais locais na pesca de pérolas foi importante na medida em que era uma fonte de arrecadação de dinheiro com a sua venda, dinheiro esse que servia para suprir as suas necessidades nos períodos em que a pesca não se mostrasse favorável.

Foi nesta sequência da importância destas pérolas que foi registada uma disputa que envolveu a Companhia de Moçambique e a Companhia de Pérolas de Bazaruto. Esta querela foi explanada em um ofício do diretor Francisco Pena, enviado ao conselheiro Alfredo Augusto Freire d'Andrade, governador-geral da província de Moçambique, a 31 de Julho de 1909. Neste ofício, o diretor Pena acusava o governador do território da Companhia de Moçambique, Alberto Celestino Ferreira Pinto Basto de ter permitido que alguns dos seus empregados, tenham invadido as águas da baía de Bazaruto, no argumento de que pertenciam à jurisdição da Companhia de Moçambique. Neste ato, vandalizaram alguns bancos de ostras perolíferas ainda em formação, colocadas pela Companhia de Pérolas de Bazaruto. Esta companhia tinha recebido do governo português o mesmo espaço, pela portaria de 30 de Julho de 1891, aprovado pelo alvará de 5 de

²⁸⁷ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 5-7; Silva *et al*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 264.

²⁸⁸ PT/AHU-Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- Direção Geral do Ultramar-«Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. 13, Doc. 1054 de 8 de Abril de 1907, Nº 438; MZ/AHM- Governo Geral-«Relatório dos Serviços: Governo do distrito de Inhambane-Relatório de 1960», Cx. 2096.

Agosto do mesmo ano, e publicado no Boletim Oficial da província nº 40 de 1 de Outubro de 1891²⁸⁹.

Posteriormente, em 1893 a Companhia de Moçambique, cuja concessão inicial se estendia apenas até à margem norte do rio Save, alcançou do governo português a ampliação dessa concessão para o sul do mesmo rio, até ao paralelo 22º Sul, nas mesmas condições em que tinham sido dadas à primeira companhia. Esta situação permitiu a colisão de interesses na exploração dos recursos pelas duas companhias que levaram o assunto ao conhecimento do governo português em Lisboa para procurar uma solução²⁹⁰.

O advogado da Companhia de Moçambique, sugeriu uma solução baseada no direito internacional e convenções entre a Espanha e Portugal, a respeito das águas territoriais, e sugeriu que as águas de Bazaruto fossem divididas, para efeitos de jurisdição e exploração, entre a Companhia de Moçambique e a Província de Moçambique, espaço sob administração direta portuguesa. Assim, o governador da Companhia de Moçambique, imediatamente determinou a divisão das águas da baía de Bazaruto, enviando uma equipa técnica, sem prévio aviso ao governo-geral da Província e intimou à Companhia de Pérolas de Bazaruto que abandonassem as suas atividades de exploração de ostras, na parte das águas que atribuiu a jurisdição à Companhia de Moçambique²⁹¹. De seguida organizou uma banja e deu aos chefes nativos e cipaios ordens para apreensão de embarcações da Companhia de Pérolas de Bazaruto, que não observassem os novos limites e, para aclamar a posse, “houve o costumado batuque, que findou por se embriagarem propositadamente (...)”²⁹².

Estava instalado o diferendo, com continuadas trocas de acusações entre as duas companhias sem que, no entanto, tenha havido uma tomada de posição do governo português neste problema. As negociações entre os representantes destas duas companhias e o governo português, também decorreram na Europa, tal como vem em outro documento com origem a partir da Beira de 12 de Janeiro de 1909.

Segundo o Art.º10 do *Regulamento de Pesca nas águas do território da Companhia de Moçambique* de 1898, a costa marítima do território concedido estava

²⁸⁹ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», nº 6370, 5 vols.

²⁹⁰ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», nº 6370, 5 vols.

²⁹¹ A apanha da casca da ostra mereceu um regulamento específico. MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento para a apanha da Casca da Ostra, 1900-1932, Processo 413», cota 113.

²⁹² MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Costa marítima da concessão da Companhia de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

dividida em sete zonas, sendo a quinta, sexta e sétima compreendidas entre o rio Save e o Paralelo 22° (fronteira de Mucoque, a norte do distrito de Vilanculos)²⁹³. Este era o esforço desencadeado pela Companhia de Moçambique para conseguir ter acesso às ostras perolíferas, que se acreditavam ter um elevado valor comercial na época.

A região de Manica e Sofala, desde o período da Companhia de Moçambique que era considerada, sob o ponto de vista de pesca desportiva ser rica quer nos géneros de caça submarina, quer no de pesca a linha. Em Novembro de 1960 foi pescado ao largo da ilha de Bazaruto um exemplar do famoso ‘*marlin*’ que era, em peso, o maior até então apanhado em África²⁹⁴.

A importância das pescas para a economia e o esforço para que contribuísse para o desenvolvimento das nações foi debatida nos finais do século XIX no Congresso de Pescas Mundiais realizado em Chicago. Neste evento em 1893, George Brown Good, presidente da secção científica disse,

Parece absolutamente desnecessário, nesta época da história da civilização, disputar o direito da ciência em participar na discussão dos problemas económicos ou em quaisquer problemas, sejam quais forem, que digam respeito à humanidade.

Quer queiramos quer não, temos de aceitar a ciência como uma companheira para a possuir ou sermos possuído por ela. Se formos ignorantes, seremos escravos dela; se formos peritos, ela obedecer-nos-á. O futuro pertence à ciência: infelizes os que fecham os olhos a esta verdade.

O fundamento da pesca é hoje também a ciência e mal vai, por vezes, àqueles que dela se não fiam.²⁹⁵

Como podemos notar nesta asserção, a filosofia baseada na ciência para o desenvolvimento das diversas esferas da vida do homem e das nações, torna-se no estandarte do investimento e desenvolvimento da pesca, tanto pelos Estados assim como pelas entidades privadas. Foi assim que o Estado português, pela Portaria Provincial nº 465, de 29 de Agosto 1902, criou a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique com a finalidade de melhoria da coordenação do sector das pescas em Moçambique. Esta comissão sofreu algumas remodelações de composição e funcionamento em 1932. A sua atividade era de coordenar a investigação e estudos da fauna e flora das águas marítimas e a elaboração de instruções relativas à indústria de pesca. A Comissão também realizava inquéritos sobre esta indústria, exame e consulta sobre todos os assuntos relativos a

²⁹³ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Costa marítima da concessão da Companhia de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

²⁹⁴ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Costa marítima da concessão da Companhia de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

²⁹⁵ Rato, J. M., «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», p. 100.

pescarias, apanha de pérolas, corais e esponjas. Durante o período da sua vigência por exemplo, aprovou em 1903 o Regulamento da pesca usando barcos com motores de propulsão a vapor²⁹⁶.

A exploração dos recursos marinhos, foi realizada por algumas iniciativas de empresas privadas empregando pescadores artesanais locais, os tais “cafres. Neste exercício, registou-se uma tendência generalizada de pedido de exclusividade para os que pretendiam fazer esta exploração²⁹⁷. Dentro deste contexto, nos finais do século XIX a partir da Junta Consultiva do Ultramar foi redigido um ofício nº 450/87 de 19 de Agosto de 1887, do governador-geral da província de Moçambique e do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros da Marinha e Ultramar, a manifestar ter recebido muitos requerimentos a pedir exclusividade na pesca da pérola, sobretudo na ilha de Bazaruto. A posição de Junta era de que,

...no regime da liberdade industrial, garantida e fiscalizada pelo governo, há meio de fazer desenvolver aquela indústria, e nesse sentido já instou, e agora novamente insta, pelos esclarecimentos pedidos ao mesmo governador-geral (...) na necessidade de defenderem os interesses do Estado e principalmente da Província de Moçambique²⁹⁸.

Portanto, a Junta considerava a autorização de exclusividade na exploração dos recursos como nocivo aos interesses do Estado, por isso instava ao governador-geral para recusar este tipo de pedidos. Para além deste pedido, temos outro requerente de pedido de exclusividade, Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto, que a 14 de Dezembro de 1890, requeria a sua Majestade o Rei, “o exclusivo por 99 anos da exploração das ostreiras perolíferas situadas no mar do arquipélago de Bazaruto e continente fronteiriço ao mesmo arquipélago e a exploração de pérolas e madre-pérola livre de direitos de alfândega e outros impostos”²⁹⁹.

²⁹⁶ Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», p. 36.

²⁹⁷ Os pedidos de exclusividade estão, em parte, relacionados com as políticas do protecionismo do Estado que vigoraram na Europa e outros países ocidentais com o desenvolvimento da industrialização.

²⁹⁸ PT/AHU-Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- Direção Geral do Ultramar- «Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. 13, Doc. 1054 de 8 de Abril de 1907, nº. 438; Sanches, J. G., «Panorama das pescas em Moçambique», p. 2. Este autor anota que nesta ilha existiu uma Companhia de Pérolas do Bazaruto, concessionária entre os anos 1891-1917 que devido a várias controvérsias não chegou a operar. De recordar que se trata da mesma Companhia que teve diferendo com a Companhia de Moçambique referida acima. Devia fazer a apanha e venda de corais; apanha de holotúrias 'magojojo' para exportar sobretudo para mercados asiáticos. MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Regulamento de pesca de holotúria, 1900-1932, Processo 412, nº 6370», 1931, 5 vols. Cx. 31, cota 113.

²⁹⁹ PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar - DGU, 230, 2G-1S, Cx., 1884-1904. «Pedido de concessão do exclusivo de pesca de pérolas, coral e âmbar entre a foz do Save e o paralelo 22º de Alexandre Rocha Serpa Pinto».

Esta tendência de pedido de exclusividade para a exploração de pérolas, foi também seguida pela primeira Companhia de Moçambique que, em 1888 negociou com o governo português a obtenção de uma concessão do arrendamento, por pelo menos 30 anos das pescarias de pérolas, âmbar, corais, esponjas e produtos semelhantes, numa parte da costa da Província de Moçambique, que se estendia desde a foz do rio Luálua até ao Cabo de S. Sebastião e ilhas adjacentes. Esta Companhia tinha um capital subscrito de 200 mil libras³⁰⁰. A contrapartida seria o pagamento ao Estado português de uma renda de 5% dos lucros líquidos da exploração, com garantia de pagamento ao Estado de um mínimo anual de 4:500#00 réis. Este arrendamento da zona das pescarias tinha em vista subarrendar a referida pescaria ao Sir Thomas François que faria a sua exploração³⁰¹. Deste subarrendamento esperava ganhar na cobrança de taxas.

Em 1925, regista-se a participação de um dos membros da comunidade chinesa estabelecida nos territórios da Companhia de Moçambique, o chinês Gim-Ming que solicitou autorização para a pesca exclusiva da holotúria no rio Govuro e baía de Bartolomeu Dias (atual distrito de Govuro na província de Inhambane), situada em Nova Mambone na mesma província de Inhambane, por um período de 10 anos em troca de pagamento de uma taxa fixa de 30 libras anuais. Alegava que este produto era de consumo das camadas pobres na china e, por isso que era para a sua exportação para este país. O regime de exclusividade foi-lhe recusado³⁰². Por sua vez, em 1926, Eduardo de Almeida Saldanha submeteu um requerimento no qual pretendia constituir uma sociedade com capital nacional e estrangeiro para, em determinadas condições de exclusividade e empregando barcos a vapor, explorar a indústria de pesca em Moçambique³⁰³. Estas

³⁰⁰ PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar - Direcção Geral do Ultramar, 230, 2G-1S, Cx., 1884-1904 - Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Pedido de concessão do exclusivo de pesca de pérolas, coral e âmbar entre a foz do Save e o paralelo 22 de Alexandre Rocha Serpa Pinto», 1890. Possui também outro documento manuscrito, que é uma consulta para a elaboração de um regulamento para a pesca de pérolas, elaborado pela Junta Consultiva do Ultramar, reunida no dia 3 de Dezembro de 1889; Departamento de História, História de Moçambique, vol. 1, p. 303.

³⁰¹ PT/ ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Livro de Atas do Conselho de Administração, nº 2723», 1899.

³⁰² MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Regulamento de pesca de holotúria, 1900-1932, Processo 412, nº 6370», 1931, 5 vols. Cx. 31, cota 113; Bartolomeu Dias é o nome que depois ficou conhecido por Mambone, antes também conhecido como ilha de Nhamabwé. Américo Inguane, Secretario Permanente do Distrito de Govuro (Nova Mambone). Entrevista, Local-Govuro, dia 31 de Maio e 2 de Junho de 2018; Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

³⁰³ PT/AHU-Ministério do Ultramar - Inspeção Superior de Administração Ultramarina-«Indústria de pesca, 1926-1927». 878, 1D, DGCOri, Cx. 1922-1931. Informação do Capitão dos Portos de Lourenço Marques enviada a Repartição da Direcção Geral das Colonias do Oriente, aos 30 de Novembro de 1926,

iniciativas estavam relacionadas com atividades empresariais privadas da pesca semi-industrial e industrial.

Repare se que o espírito protecionista também podia ser observado nas ações do próprio Estado português, quando introduziu a *tarifa colonial* de 1892, que visava proteger as exportações portuguesas para as colónias e dar vantagens aduaneiras, tanto para os importadores portugueses assim como os estrangeiros que usassem navios portugueses³⁰⁴.

Durante o mesmo período foi registada também a participação de estrangeiros nas várias iniciativas ou atividades de pesca em Moçambique. Por exemplo, entre 1883 e 1890 podemos citar de novo o inglês Sir Thomas François, que pretendia subarrendar a zona de pescaria do arquipélago de Bazaruto pescando pérolas. Outro requerente para a mesma atividade foi o alemão Max Schoeps, que representava uma empresa sediada em Paris, França³⁰⁵. Em 1895 o Cônsul americano W. Stanley Hollis, menciona aquilo que designou de ser a mais antiga casa comercial da província, instalada na ilha de Moçambique, que possuía uma fábrica de processamento de peixe, a Fabre & Fils, de Marselha³⁰⁶. No início do século XX, Jaen Heuga em 1908, requeria exercer a pesca por meio de rede de arrastar e a firma *Belmore Works* sediada em Durban na África do Sul, em 1916 solicitou permissão para explorar a indústria de produção de óleo de peixe. Nesta indústria de óleo de peixe também participou o português Carlos Picardo³⁰⁷. Outra participação de destaque de estrangeiros na Companhia de Moçambique pode ser observada na lista dos contratos de arrendamento feitos entre 1888 e 1891 por empresas, associações e personalidades diferentes onde, tentando perceber as origens dos seus

para o Ministro da Marinha; PT/AHU-IPAD/ Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Estudo sumário para estabelecimento da indústria de pesca em Moçambique».

³⁰⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 325-326.

³⁰⁵ PT/AHU-Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- Direção Geral do Ultramar- «Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. 13, Doc. 1054 de 8 de Abril de 1907, n.º. 438. O contrato deste Max foi assinado a 26 de Abril de 1890.

³⁰⁶ In the Reports of the American Consul, W. Stanley Hollis, dated October 23, 1895. From the library of the Stanford University, Califórnia. Informação fornecida pelo professor Charles Van Onselen, da Pretoria University, Outubro 2017.

³⁰⁷ PT/AHU-Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- Direção Geral do Ultramar- «Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. 13, Doc. 1054 de 8 de Abril de 1907, n.º. 438; MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Pesca, Extração de óleo de peixe- Concessão pedida por Carlos Picardo, 1900-1932, Processo 412», cota 113. Havia proposta de o contrato ser por 5 anos com o pagamento de uma taxa de 2 cêntimos de centavo por quilo de óleo em rama exportado.

arrendatários pelos nomes, podemos concluir que a maioria eram estrangeiros³⁰⁸. No entanto, nos finais do contrato da Companhia de Moçambique registou-se um aumento do número de concessionários portugueses de tal forma que por volta de 1940 já totalizavam cerca de 64% do total, sendo a maioria no início das suas atividades³⁰⁹.

A pesca artesanal, era uma das atividades económicas praticadas desde os períodos remotos pelas populações ancestrais de Moçambique. Assim, na altura da instalação da Companhia de Moçambique nos territórios de Manica e Sofala, esta atividade foi identificada como uma das fontes de arrecadação de receitas. Esta prerrogativa legal foi estabelecida na carta orgânica de 1891 que previa que a Companhia tinha competência para elaborar regulamentos necessários ao seu funcionamento e, pela base 33.^a das Bases de 1892, veio especificar quais desses regulamentos elaborados pela Companhia deviam primeiro, merecerem a aprovação pelo Governo português. Entre eles incluíam-se os regulamentos sobre impostos cobrados às populações africanas, concessão e exploração de pedras e metais preciosos, de minas e de pedreiras e concessão de terrenos. Nas matérias consideradas mais sensíveis, a Companhia estava por isso relativamente limitada pela vontade do Governo português, que podia objetar aos seus projetos de legislação³¹⁰.

Para atingir os seus objetivos, a Companhia introduziu a obrigatoriedade de posse de licenças de pescas que para a sua obtenção era necessário o pagamento de impostos e taxas. Perante esta constatação, como é que a Companhia de Moçambique se relacionou com os pescadores artesanais locais, para permitir que eles tivessem a capacidade de produzir o suficiente para satisfazer as suas necessidades e conseguirem abastecer o mercado?

³⁰⁸ PT/ ANTT- Conselho De Administração, «Relatório e Documentos da Companhia de Moçambique apresentado a Assembleia Geral de 14 de Março de 1889». Eis a lista das 37 empresas, associações e personalidades com contratos nesse período: Barau de Baleu, J.S. Maritz Muzilland Gold Prospecting Exploration concession syndicate, Dr. José Auspício Simões, St. Vicent Whitshed Erskine, H.S.Saunders, p.p. Baron de Balen, J.M. Robertson, p.p. Baron de Balen, Parceria da Beira, Henry Chaster Tait, Max Shoeps, Kergarion p.p. Manica East African association of Johannesburg, J.L. Williams, Geo. G. Lomas, H.J. Glanville, South African Investment Trust, C.B. Austin Autoniesky, J.H. Jeffreys , Thomas Luther, Geo Vaghi, Lourenço & Denys, Auguste Paulin, Martin Hubert Maas, Pedro Cornelio Gutteling, André Mayrelles de T. Canto e Castro, L.R.S. Weatherley, Visconde de Breteuil, Maurice Landauer, W. Fenn Smith, João de Rego Borges, Ernest Schawbacher. Foram repetidos dois nomes por terem tido concessões duas vezes em anos diferentes.

³⁰⁹ Costa, M. A. da, *Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, p. 10. Esta tendência também se observa no Figura nº 12 em relação a tendência do aumento dos portugueses residentes no território da concessão.

³¹⁰ PT/ANTT- Fundo Companhia de Moçambique, «Estatutos da Companhia de Moçambique, Decreto de 4 de Junho de 1902 e 17 de Agosto de 1905», Ordem nº 2988, liv. nº 5758.

Até 1900, os pescadores locais não pagavam taxas monetárias e nem precisavam de licenças para o exercício da pesca nos rios, nas lagoas e na costa durante todo o ano. Devido ao facto de, nessa altura não haver condições de climatização para a conservação do peixe, os nativos secavam o peixe usando diversas técnicas para o efeito. Depois de seco, o peixe era levado para zonas do interior para sua comercialização. Frequentemente os nativos faziam a troca do peixe seco por outros produtos³¹¹.

O reconhecimento da importância desta pesca artesanal local e a falta de apoios direcionados para esta atividade pela Companhia de Moçambique, em contraste com o financiamento e incentivos aos pescadores poveiros, de que falaremos adiante, pode ser observado no ofício nº 604, da comunicação da Secretaria-geral, de 20 de Agosto de 1931, que dizia o seguinte:

... o Almoarifado de Govuro informa que “quando visitei no dia 16 do corrente Bartolomeu Dias constatei a situação difícil dos pescadores da área da respetiva delegação Marítima, proveniente do baixo preço porque lhes compram o peixe e do elevado preço do frete, ¼ de penny por quilo, ou uma libra por cada tonelada em 1921, que é cobrado para o seu transporte para a Beira por um barco da companhia de transporte *T.W. Crowther*, proprietária da embarcação que fazia a ligação. Nas pescarias da delegação de Bartolomeu Dias estão empregadas cerca de 600 pessoas entre indígenas, chineses e europeus. Nestas condições, torna-se necessário tomar medidas para melhorar a situação dos referidos pescadores e sobretudo com essas medidas proporcionar aos indígenas os meios de adquirirem dinheiro para o pagamento do imposto de palhota³¹².

Tal como podemos notar nesta asserção, a principal preocupação do administrador da Companhia de Moçambique era de tomar medidas que permitissem dar ao pescador nativo a capacidade de pagar o imposto e melhorar as condições dos 600 pescadores, a quem eram pagos baixos preços pelo pescado. Este facto deriva do reconhecimento da importância económica da pesca artesanal. Do mesmo modo, em Outubro de 1909 o governador do território da Companhia de Moçambique, Alberto Celestino Ferreira Pinto Basto em resposta ao ofício de Francisco Pena, diretor da Companhia de Pérolas de Bazaruto, reclamava que esta Companhia de Pérolas, recrutava clandestinamente marinheiros indígenas que os empregava na apanha de ostras perolíferas sem, no entanto,

³¹¹ Costa, E., «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900», p. 391; Carvalho, R. D. de, *Ana a Manda. Os filhos da rede identidade coletiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxilunda*, Ministério da Educação. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1989, p. 102–107.

³¹² MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907»; PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do Almoarifado». Nº de ordem 2988, liv. Nº 5755, 1899.

lhes pagar o aluguer dos barcos e nem os salários o que, por isso, tinha estado a inibi-los de pagar o imposto de palhota³¹³.

Voltando ao excerto do ofício 604 acima, podemos observar que na pesca artesanal, não só participavam as populações locais “indígenas”, mas também chineses, indianos e europeus, numa competição pelos recursos. O abastecimento de bens alimentares aos trabalhadores civis e aos militares estabelecidos em acampamentos, constituía outra preocupação da Companhia e, uma das bases da sua alimentação era o peixe e o milho³¹⁴. Por isso procurava criar formas de conseguir que os pescadores fornecessem o peixe tanto fresco assim como o seco. Exemplo elucidativo foi a regulamentação do consumo de peixe seco pelos trabalhadores indígenas, que foi introduzido pelo Artigo 233, do Código de Trabalho Indígena de 1899, referido acima³¹⁵. Pensamos que a escolha do peixe seco como alimentação básica para alimentar os trabalhadores indígenas deve ter sido por ser mais fácil de obter do que a carne; conservar-se por muito tempo, numa altura que quase que não havia sistema de frio para congelar; ser fácil de transportar em “fardos” e rico em proteínas. Por isso que mesmo antes desta “obrigatoriedade” de consumo de peixe seco com a chegada da Companhia de Moçambique e depois da independência, as populações do litoral e das zonas ribeirinhas dos rios e lagos preparam o peixe processado a seco, fumado e salgado para fazerem as trocas de escambo com outras do interior.

No início da década de 1950 a Direção Geral de Fomento informava que em Moçambique, “não há empresas que se dediquem à pesca em larga escala. A pesca é exercida em pequena escala por indo-portugueses e indígenas, com redes de arrastar para bordo de pequenas embarcações ou para terra, e ainda com gamboas cujo produto é escasso para as necessidades da população”. Destaca ainda que havia 6 traineiras a motor em Lourenço Marques, e 2 na Beira que se dedicavam a pesca à linha pertencente a poveiros que exploravam em regime de parceria³¹⁶.

³¹³ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», n° 6370, 5 vols.

³¹⁴ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 329. O milho representava a cultura principal para o consumo interno e para a exportação e era produzido pelos colonos e pela agricultura camponesa e familiar.

³¹⁵ N° 9 do Artigo 21° do Decreto de 11 de Fevereiro, 1891; Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412» Vol. 2. Mesma legislação era aplicada em Angola.

³¹⁶ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Empresas que se dedicam à atividade piscatória nas províncias ultramarinas».

Sanches, referindo-se a década de 1960, corrobora com este ofício ao destacar a importância da pesca artesanal, quando diz que a “atividade piscatória na costa de Moçambique era exercida ao nível artesanal, onde o autóctone pescava por conta própria ou a expensas de europeus, indianos ou chineses, e utilizava redes de envolvimento de arrasto para a terra (chinchorros), redes de emalhar, gamboas fixas de rede metálica e armadilhas do tipo nassa”³¹⁷. Na mesma linha e no mesmo período Figueiredo, também comenta que em Inhambane e Beira, encontravam-se algumas poucas unidades de pesca à linha de europeus, mas principalmente poveiros³¹⁸.

Nestas descrições da documentação não há evidências de diferenças quanto às artes de pesca artesanal usadas entre os autóctones e os outros, a não ser os apoios que estes últimos recebiam das entidades administrativas. Por exemplo, a Companhia Portuguesa de pesca “Cego do Maio” foi recebida pelos administradores da Companhia de Moçambique idos da metrópole em 1936 e, a sua produção abastecia a cidade da Beira de peixe fresco ao mesmo tempo que, por recomendação do Governador de então, foram concedidas diversas facilidades incluindo a de exportar o mesmo peixe para o *interland*, obtendo bons lucros, sem lhe serem cobradas taxas alfandegárias³¹⁹. Ainda em relação aos apoios aos pescadores poveiros, a circular nº 2 de 15 de Janeiro de 1932, informava sobre as despesas pagas pela Companhia Colonial de Navegação, no valor de 25.000\$00 colocados como crédito especial à disposição do governo, de onde retiraram a quantia de 101\$25 para cobrir as despesas de frete de uma lancha pertencente a uma companhia de 14 pescadores vindos de Povoia de Varzim para a Beira³²⁰.

A colónia dos pescadores chineses em Govuro também beneficiou de apoios do governo colonial português, à semelhança do que reportamos nos territórios da Companhia. Estas autoridades, atribuíram verbas na forma de crédito para a compra de materiais e aprestos de pesca. Entretanto, os pescadores locais agregados na associação dos pescadores de Govuro, única associação do género dos africanos no período colonial, não tiveram os mesmos benefícios. As causas para esta diferença de tratamento, estavam

³¹⁷ Sanches, J. G., «Panorama das pescas em Moçambique», p. 1.

³¹⁸ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1961, p. 208; Paredes, J. F., *Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique*. Instituto de investigação científica de Moçambique, Lourenço Marques, 1967, p. 2.

³¹⁹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, Secretaria-Geral, «Campanha de pescadores, 1922-1941, Processo 3462», cota 766.

³²⁰ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Secretaria-Geral, Campanha de pescadores, 1922-1941, Processo 3462», cota 766.

relacionadas com o facto de a administração colonial portuguesa, precisar destes pescadores africanos como reserva de mão-de-obra para trabalhos agrícola nas plantações de variadas culturas ao nível local e/ou em locais mais distantes³²¹. São acrescentadas ainda como causas do não apoio a esta iniciativa associativa dos pescadores locais, o facto de a pesca em moldes coletivos, “servir apenas de base para o sustento dos pequenos produtores e suas famílias e os produtos resultantes desta pesca artesanal não constituírem potenciais fornecedores de lucros desejados pelo governo colonial, dado que a pesca para fins comerciais era efetuada pelos armadores semi-industriais e industriais”³²².

Estas iniciativas associativas dos pescadores locais, visavam fazer face a esta marginalização que sofriam pelas autoridades coloniais, por isso que, para desenvolver as suas atividades deviam se valer a si próprios, para assegurar a sua alimentação e renda suficiente para pagar os impostos e taxas que passaram a ser cobradas³²³. Devemos lembrar que existe uma relação entre as comunidades chinesas e a pesca artesanal local a partir do seu envolvimento realçado na ilha de Chiloane com a introdução de redes de arame, considerada como uma inovação na construção de gamboas, que lhes permitiu aumentar os níveis de produção. No entanto, devemos lembrar que o arame pode trazer consequências negativas a nível ambiental.

Porém, os pescadores poveiros e de outrass nacionalidades, em alguns momentos da sua atividade experimentavam diversas dificuldades semelhantes aos pescadores artesanais locais. Este facto, foi verificado na cidade da Beira na altura em que estiveram a operar duas companhias ao mesmo tempo. Neste período, foram observadas situações de concorrência entre si que levaram à constatação do secretário-geral do Governo do território da Companhia de Moçambique, no mesmo ano de 1936, de que, “...duas companhias que trabalham ao mesmo tempo, na cidade da Beira, vivem mal, lutando ambas com dificuldades, até que uma desista (...). Devo frisar ainda que da última

³²¹ Samuel, Américo, *A pesca Artesanal em Moçambique, Breve Informe Sobre a Evolução e Perspectivas da Organização Associativa na Pesca Artesanal*, Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE), Maputo, 1998, p. 5.

³²² Samuel, A., *A pesca Artesanal em Moçambique, Breve Informe Sobre a Evolução e Perspectivas da Organização Associativa na Pesca Artesanal*, p. 6.

³²³ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 305-306. Um exemplo do estrato social dos descendentes de chineses e indianos podemos considerar Joaquim da Cruz (alcunha de Nhaúde- 'aranha') que era neto de um oficial português de origem chinesa e era um 'potentado' de Massangano e Gorongosa. Outro foi Manuel António de Sousa (o Gouveia) que veio de Goa por volta de 1853 e chefiou um estado militar em Gorongosa.

companha que se dissolveu, ficaram na Beira dois pescadores, que hoje procuram emprego de qualquer forma, vindo desta forma aumentar o número de desempregados”³²⁴.

Como podemos constatar, a partir do início da concessão dos territórios à Companhia, os pescadores artesanais nativos tinham de competir com todos os outros praticantes da pesca artesanal, nomeadamente os poveiros, chineses, indianos, gregos, entre outros que, de alguma forma, tinham privilégios decorrentes do estatuto do indigenato e outras formas de apoio estatal.

O esforço de cobrança de impostos e taxas aos pescadores artesanais nativos, foi denunciado na carta do governador da Companhia de Moçambique ao administrador-delegado, sobre o Regulamento de pesca Ordem nº1978 de 1907. Neste Regulamento, era tratada a diferença do significado que o termo gamboa tinha no território da Companhia e aquele dado no Regulamento aprovado pelo governo. Neste último, a gamboa era comparada a uma instalação permanente de pesca (barragens, estacadas, redes ou circuitos fixos de qualquer natureza, nos quais possam ter livre acesso ou entrada os peixes das águas públicas) segundo o artigo 28, § 2³²⁵. Neste contexto, argumenta que,

O valor da taxa a cobrar de 134\$10 previsto para a instalação deste sistema, não está de forma alguma relacionado com o pequeno valor que custa uma gamboa e com as pessoas concessionárias das gamboas, em geral indígenas. É convicção minha que se se pretender aplicar ao caso, o que está determinado para as instalações permanentes de pesca usados na metrópole, cessará de todo o emprego do sistema indicado (gamboa) o que causará enorme prejuízo á população, pois é ela quem abastece de peixe barato³²⁶.

Portanto, nota-se uma preocupação de ter-se decidido aplicar um valor de taxas muito elevada a ser cobrada pelo uso de gamboa, devido a uma comparação errada com um sistema de pesca que era usado na metrópole. Por um lado, o valor de uma gamboa e os seus lucros não eram suficientes para cobrir o valor da taxa previsto e, por outro, o uso de gamboas pelos indígenas garantia o fornecimento de peixe barato à Companhia, por isso era preciso permitir a continuação desta arte de pesca, revendo essa taxa.

Será de realçar que na nossa pesquisa não nos deparamos com nenhum programa de incentivos aos pescadores artesanais locais sobretudo, negros. Este facto faz-nos concluir que a pesca artesanal, apesar de ser reconhecida como tendo um potencial para

³²⁴ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Secretaria-Geral, Campanha de pescadores, 1922-1941, Processo 3462», cota 766.

³²⁵ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-Geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

³²⁶ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

o incremento ou impulso das pescarias, não teve a necessária intervenção do Estado, neste caso da Companhia que tinha poderes de um Estado, para estimular e incentivar com base em financiamentos e/ou isenções, tal como o Estado português e a própria Companhia fez com os poveiros. Portanto, esta pesca registou a falta de investimentos para o seu desenvolvimento. Estas situações podemos enquadrá-la dentro da postura epistemológica dos *Subaltern studies*, que apareceram como contraponto da historiografia que se dedicava sobretudo ao estudo das elites indianas, onde as histórias das classes subalternas eram vistas como sujeitos da história e como agentes na margem do sistema, pouco visíveis e ausentes das avaliações macro-económicas³²⁷. Este facto, relaciona-se com a pesca artesanal na medida em que ela, enquanto subsector de pesca, esteve na margem das iniciativas de investimento, tanto nos períodos com políticas capitalistas assim como no período do socialismo. Por isso que na nova historiografia que marcou um posicionamento analítico que se situa para além da colonialidade e da visão eurocêntrica, passou a ser necessário ouvir as suas vozes, ver as suas experiências e pensamentos seriamente e não simplesmente as circunstâncias materiais das realidades observadas³²⁸.

A pesca artesanal possui um elevado número de seus praticantes que a realizam ao nível da subsistência e é caracterizada por uma dinâmica elevada de entrada e saída de pescadores. Esta mobilidade traduz-se não somente em movimentos em direção a outras oportunidades de emprego em áreas fora da pesca artesanal, mas também transferências para outros subsectores da pesca à procura de outras oportunidades de emprego³²⁹. Esta mobilidade ofereceu diversas formas de reação a esta discriminação do subsector da pesca artesanal que variaram ao longo do tempo, sendo de destacar a deslocação para outros locais onde pudessem escapar ao controle administrativo imposto. Estas situações eram facilitadas pela existência de muitos locais de pesca onde as autoridades não conseguem estender o seu controle, considerando a extensão do território e a limitação em recursos humanos e técnicos, para esse efeito.

A mudança de atividade sobretudo por parte dos homens, alguns dos quais pescadores, geralmente acontecia quando se deslocavam aos países vizinhos onde iam

³²⁷ Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p.102; Peixoto, C. T., «Ser, não ser, voltar a ser ou tornar-se? Uma reflexão sobre a (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa à luz dos estudos pós-coloniais». Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, p.22; Afonso, M. F., *O conto Moçambicano. Escritas pós-coloniais*, p. 68.

³²⁸ Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p.102.

³²⁹ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 15.

trabalhar com base em contratos nas *farmas* e minas. Nestes locais, as condições de trabalho e de remuneração eram melhores. Em outros casos, a estratégia dos pescadores consistia em, “evitavam” possuir aprestos e utensílios de pesca que fossem passíveis de pagamento de taxas elevadas³³⁰. Por exemplo, a gamboa de rede de arame pagava taxas mais elevadas do que a de estacas, por isso optavam mais em construir as gamboas de estacas. Outro mecanismo usado pelos pescadores era a mudança de artes de pesca para aquelas que sejam menos oneradas pelos regulamentos. Nestes casos, os pescadores preferiam manter a posse de canoas pequenas, que lhes permite a deslocação a vários locais, aumentando a probabilidade de conseguir algum rendimento no final da jornada, do que investir em embarcações maiores que só podem ir a um local e podendo voltar sem pescado.

Em termos de pagamento de taxas e licenças, a referência que temos é dos tempos recentes, a partir da década de 1980 em diante em que as pequenas canoas pagavam menos (taxa fixa de 500,00Mt) do que as embarcações maiores (o valor cobrado nas Chatas começavam de 2.000,00Mt em diante, variando segundo o tamanho), residindo aqui outra estratégia de escapar ao controle das autoridades administrativas³³¹.

O processo de subordinação dos pescadores artesanais é observado também a partir da década de 1950 com o início da aplicação das “receitas de desenvolvimento” rumo à industrialização e modernização, emanadas pelos organismos internacionais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir desta altura, a pesca artesanal no mundo tem-se confrontado com as tentativas de, “forçar a incorporação de equipamentos modernos na pesca que incentiva a pesca industrial, negando seus modos tradicionais de reproduzir a vida, e expropriando-os dos territórios que tradicionalmente ocupam”³³². Este processo, em alguns casos, tem resultado em conflitos devido às mudanças bruscas de formas de vida associadas às políticas de modernização da pesca. Estas políticas geram, além das tentativas de atingir uma homogeneização sociocultural, a sobrepeça de algumas espécies,

³³⁰ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

³³¹ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

³³² Pérez, Mercedes Solá e Gómez, Jorge Ramón Montenegro, «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil», *Sociedade & Natureza*, Vol. 26, nº 1, 2014, p. 38 e 42-45.

a destruição de ecossistemas de alta produtividade e a redução do pescado”³³³. Estes são alguns dos aspetos que caracterizavam a pesca artesanal no período da administração da Companhia de Moçambique onde a pesca e os pescadores artesanais mereceram poucos ou nenhuns apoios por parte da administração, apesar de garantirem o abastecimento em pescado.

2.3- A pesca artesanal como fator de incremento do povoamento branco em Moçambique, (Companhia de Moçambique, Estado Novo)

As políticas no sector das pescas foram usadas também como uma forma de promover a presença de colonos brancos nas colónias. O incremento do povoamento branco nos territórios da Companhia de Moçambique ficou estabelecido pelo (art.10.º) do Decreto de 22 de Dezembro de 1893, que orientava para o estabelecimento nos primeiros cinco anos a partir da data da sua constituição, de até mil famílias de colonos portugueses ou descendentes de portugueses, em locais a acordar com o Governo português, ficando este último responsável pelo transporte dessas famílias para África³³⁴.

A política de incremento de povoamento das colónias, nos princípios da década de 1920 até ao início da década de 1970, foi promovida por várias potências europeias com o objetivo de manter um fluxo metropolitano de colonos para África, tornando-as em colónias de povoamento. As bases destes assentamentos brancos eram: estabelecimento em famílias de colonos; concentração em núcleos urbanos com condições de saneamento, segurança e proteção contra as populações locais; dispersão de um número restrito de famílias pelo território ocupando cargos na administração e em grandes empreendimentos agrícolas; criação de espaços sociais exclusivos, marcados pela segregação da população local com a finalidade de evitar a miscigenação³³⁵.

Neste âmbito, foi realizado o envio controlado e financiado de famílias colonas, para exercerem a pesca nas províncias ultramarinas. Este processo, da parte do governo

³³³ Pérez, M.S. e Gómez, J.R.M., «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil», p. 38 e 42-45.

³³⁴ Decreto de 22 de Dezembro de 1893, DG n.º 292, de 26 de Dezembro de 1893, da Carta da criação da Companhia de Moçambique que alargou o território da concessão, que passava a abranger o vale do Save, a sul deste rio.

³³⁵ Castelo, Cláudia, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, Edições Afrontamento, Porto, 2007, p. 185.

português, tinha em vista resolver os problemas da pobreza na metrópole e incrementar o povoamento branco das colónias por isso que mereceu uma especificação nos acordos com a Companhia de Moçambique³³⁶. Um exemplo elucidativo pode ser observado quando a Junta Consultiva do Ultramar em 1907, emitiu uma proposta para a Comissão das Pescarias da Província de Moçambique, para serem concedidas vantagens especiais a pescadores nacionais (portugueses) que quisessem pescar nas águas de Lourenço Marques. As vantagens seriam de: 1-concessão de todas as facilidades no transporte de peixe para os mercados do interior; 2-criação de dois prémios anuais de pesca a barcos nacionais tripulados por nacionais, para serem distribuídos pela forma que ulteriormente se determinar; 3-transporte do Reino (Portugal) aos pescadores e suas famílias para as colónias; 4-subsídio mensal de 5.000 réis durante os dois primeiros anos para residência, ou a própria habitação; 5-adiantamentos do transporte de embarcação; 6-isenção, durante dois anos, do pagamento do registo, matrícula e vistorias aos barcos nacionais que se destinavam à pesca a linha; 7-concessão de terrenos baldios adjacentes à habitação, por simples despacho do Governador-geral da Província, sem direito a transmissão, concessão que caducava quando deixasse a atividade da pesca³³⁷. Não foram referidos os resultados desta experiência na documentação consultada.

Do mesmo modo tivemos a situação da comunidade de pescadores oriundas da Póvoa de Varzim, também designados de poveiros, que a partir de 1921 o governo organizou viagens, com as suas embarcações motorizadas e aprestos de pescas assim como acompanhados de suas famílias para Angola e Moçambique, alguns dos quais foram destinados ao território sob a administração da Companhia de Moçambique³³⁸.

A história dos poveiros pode ser contada a partir de 1920, quando as autoridades brasileiras determinaram, entre outros, que os pescadores estrangeiros só poderiam continuar a atuar nas águas do Brasil, desde que satisfizessem algumas condições tais

³³⁶ Meneses, M.P.G., «O 'indígena' africano e o colono 'europeu'», p. 81; Samuel, A., *A pesca Artesanal em Moçambique, Breve Informe Sobre a Evolução e Perspectivas da Organização Associativa na Pesca Artesanal*, p. 7-8. Segundo Moutinho, desde os meados do século XVII que a maioria dos emigrantes brancos para as colónias que era constituída por degradados. No início do século XX por exemplo, cerca de 57% dos que emigraram para Angola eram degradados que tinham sido condenados por crimes contra pessoas, dos quais menos de 16% sabiam ler, escrever e contar.

³³⁷ PT/AHU-Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- Direção Geral do Ultramar-«Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. 13, Doc. 1054 de 8 de Abril de 1907, N° 438.

³³⁸ Gonçalves, F., «Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», *Separata do Boletim Cultural da Póvoa do Varzim*, VII-2, 1967, p. 5; Paredes, J.F., *Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique.*, p. 2. Segundo este autor, poveiros são simples práticos de pesca que tiveram dificuldades de adaptar-se às novas características de pesca nas zonas tropicais, particularmente do Canal de Moçambique.

como: naturalizarem-se brasileiros até 12 de Outubro de 1920; nacionalizassem as suas embarcações; organizassem “companhas” de modo que dois terços da tripulação de cada barco fossem brasileiros³³⁹.

Deste facto resultou que os pescadores poveiros, que lá se encontravam antes deste ano, aceitaram as duas últimas condições e se recusaram à sua naturalização. Este fato obrigou-os a terem de regressar à Póvoa de Varzim, Portugal. O grupo inicial foi de cerca de mil (1000) pescadores, que regressaram a partir de 30 de Outubro de 1920. O retorno deste contingente elevado de pescadores de imediato teve as suas consequências económicas e sociais, porque na sua região de origem na Póvoa de Varzim não estavam preparadas condições para a absorção imediata de tão elevado número de pescadores. No local de chegada, de imediato denotaram-se focos de pobreza e miséria na população³⁴⁰.

No entanto, as potências coloniais enfrentavam um dilema. Por um lado, tinham focos de pobreza na metrópole e por outro, tentavam evitar transparecer essa pobreza dos colonos em África. Assim foi no Congo Belga, no Quênia e na Rodésia do Sul (Zimbabwe) onde as potências coloniais europeias, incluindo Portugal principalmente em Angola e Moçambique, tentavam evitar a todo o custo a existência de uma pobreza branca, como uma forma de evitar que os indígenas se apercebessem dessa realidade, “pois deveriam estar absolutamente convencidos da superioridade europeia, (...) o aparelho ideológico em torno da superioridade branca deveria não apenas ser disseminado como ritualizado”³⁴¹.

Surgiram então em Portugal várias sugestões de solução do problema da pobreza e uma delas foi de levar estes pescadores para as províncias ultramarinas, principalmente Angola e Moçambique. Assim, a partir de 1921 foi organizada a viagem destes, com as suas embarcações motorizadas e aprestos de pescas assim como suas famílias³⁴².

Para a concretização desta iniciativa, o Estado fornecia lhes passagens gratuitas e o transporte dos barcos e aprestos de pesca para além de uma quantia adiantada de 30\$00 (trinta escudos) para as primeiras despesas. Eles pagavam uma renda mensal de 3 a 15%

³³⁹ Gonçalves, Flavio, «Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», *Separata do Boletim Cultural. Póvoa do Varzim*, VI-2, 1967, p. 5; *Companha*: tripulação de navio ou barco de pesca; associação de pescadores.

³⁴⁰ O gesto foi considerado de patriótico em várias correntes de opinião de Portugal a tal ponto que a Câmara Municipal do Porto deu ao Largo de Santo André o nome de Praça dos Poveiros. *Ibid.*, p. 6-9.

³⁴¹ Castelo, C., *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, p. 186-187.

³⁴² Gonçalves, F., «Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», p. 5-9.

sobre o valor do pescado para a amortização do custo das barracas e casas que ficariam, depois, propriedade exclusiva dos pescadores. O pagamento tinha de ser efetuado no período de 10 anos. O governo-geral da província devia comprar-lhes todo o peixe preparado e pronto para a exportação e fornecer-lhes também lenha e sal para o início da preparação da indústria de pesca. Os pescadores tinham de se sujeitar a todos os Regulamentos em vigor na colónia e às práticas higiénicas que estiverem em vigor³⁴³.

Porém, o ofício nº 1398/68/A de 2 de Junho de 1938 do governador-geral da colónia de Moçambique para o Ministro da Colónias, reagindo a um pedido de envio de mais pescadores poveiros a Moçambique, foi de que as companhias de pescadores poveiros existentes em Moçambique eram suficientes e o aumento destes, seria prejudicial a todos, como a experiência já o demonstrara. Por isso pedia que esta situação fosse dada ao conhecimento dos interessados por intermédio das capitânias dos portos da Metrópole. Os seus argumentos eram de que os pescadores estabelecidos na colónia, eram suficientes para os locais onde havia condições para o exercício da pesca, Lourenço Marques e Beira, pois o restante da costa não tinha condições para o estabelecimento de companhias por ter pequenos núcleos de população europeia, sem gelo ou com gelo muito caro. Outra razão que evocava era de que abundavam muitos pescadores estrangeiros tais como chineses e indianos, apesar de a presença destes não obstar a entrada de portugueses³⁴⁴.

Como se pode observar, o governo português ao deslocar os pescadores poveiros para as províncias ultramarinas a partir de 1921, tinha como objetivo principal: primeiro, solucionar o problema económico e social causado pelo regresso de um elevado número de pescadores artesanais vindos do Brasil para Portugal; segundo, criar as bases de uma indústria piscatória no ultramar no esforço de modernização; terceiro incrementar a presença de colonos no ultramar.

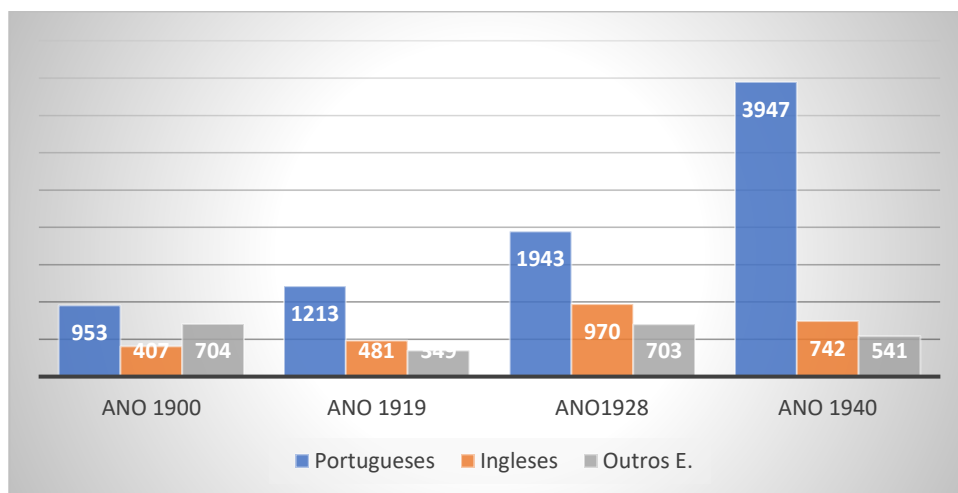
Um dos instrumentos usados para aferir o número da população residente, tal como mencionamos acima, foram os recenseamentos. Estes recenseamentos introduzidos pela Companhia também permitiram obter dados sobre os estrangeiros residentes nestes territórios. Assim, os dados foram organizados de forma a obter números de europeus

³⁴³ Gonçalves, F., «Os pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», p. 11-14.

³⁴⁴ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2. Numa das páginas do mesmo documento, o chefe da Repartição dos Negócios Políticos e de Administração Civil, indica que em 1940 havia em Lourenço Marques 82 pescadores portugueses; 382 indígenas e 18 estrangeiros. Os que usavam gamboas eram 10 portugueses; 25 indígenas e 12 estrangeiros, na sua maioria gregos.

nomeadamente portugueses, ingleses e outros. Os dados dos portugueses e dos ingleses foram destacados, uns por serem os “donos” do território e outros por serem os detentores da maior fasquia do capital e dos investimentos realizados. Desta forma observamos na figura nº 11 que,

Figura nº 11- População europeia residente no território da Companhia

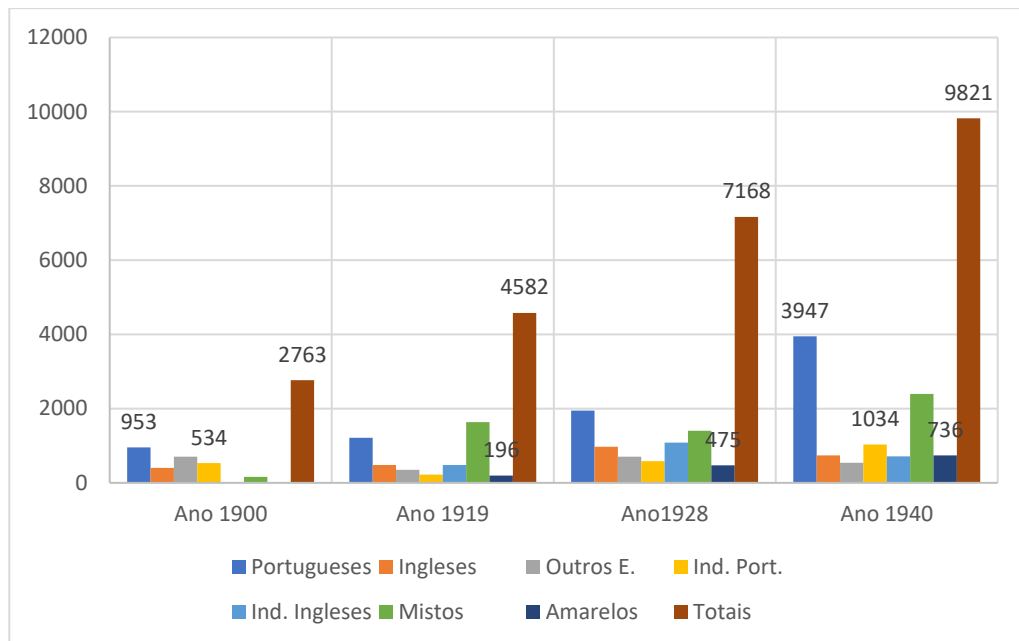


Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Tal como podemos observar nesta figura a população portuguesa aumentou cerca de 4 vezes no período 1900 a 1940, sendo um dos objetivos acautelados no contrato da concessão à Companhia de Moçambique e, a população inglesa duplicou entre 1900 e 1928 decrescendo no período seguinte³⁴⁵. Quanto a categoria de outros europeus estão inclusos gregos que eram a maioria neste grupo, onde também estão italianos, alemães, franceses, belgas, entre outros. Outros dados demográficos patentes na figura, forneceram informação de outros grupos residentes que eram relevantes tais como os indianos, amarelos (chineses) e os mistos. A estatística diferenciou os indianos provenientes do império português daqueles vindos do império britânico, tal como podemos observar na figura a seguir.

Figura nº 12- População proveniente dos territórios dos impérios português e britânico

³⁴⁵ PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -DGU, 1B, 2054-SEMU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar DGU-Direção geral do ultramar- Companhia de Moçambique. «Atas da sessão do conselho fiscal», 1906.



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Interpretando os dados do gráfico acima, observa-se que a população oriunda dos territórios dos impérios português e britânico aumentou em mais de 300% (2.763 em 1900 para 9.821 em 1940). A população portuguesa também aumentou em pouco mais de 300% (953 em 1900 para 3947 em 1.940). A população indo-portuguesa duplicou no período indicado (534 em 1900 para 1.034 em 1940) e, a população designada de amarelos, que são os chineses, tiveram o aumento mais rápido em menos tempo, em quase 400% (196 em 1919 para 736 em 1940) o que corrobora com a variada documentação que citamos nesta tese, sobre o predomínio dos indianos e chineses nesta região, muitos dos quais se tornaram empregados da Companhia de Moçambique e de outras empresas que operavam na região³⁴⁶.

Um dos impulsionadores para a colonização branca dentro dos territórios do Império colonial português, (Angola e Moçambique) foi o Ministro das colônias português, Armando Monteiro. Em 1933 o ministro defendeu a ideia de que era necessária que se efetuasse uma transferência massiva dos proletários brancos desempregados na Europa com destino a África, como forma de poupar as metrópoles da contestação do movimento dos operários assegurando o “branqueamento” da África portuguesa³⁴⁷.

³⁴⁶ Costa, E., *Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, p. 4-6.

³⁴⁷ Diop, M., «A Africa tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português», p. 76.

No entanto, as iniciativas do envio de colonos não foram homogêneas e havia distinção entre eles de acordo com diversos critérios sociais. Assim, consideramos que havia quatro tipos de colonos brancos que emigraram para as colónias: 1-os nascidos na metrópole, com qualificações escolares e profissionais; 2-os brancos vindos das zonas rurais e ilhas portuguesas deslocados para os colonatos nas colónias, na sua maioria iletrados; 3- os brancos nascidos nos centros urbanos das colónias, chamados portugueses da segunda; 4- os brancos degradados, expulsos da metrópole por terem cometido crimes contra pessoas e bens.

Os chineses, a partir da segunda metade do século XIX, começaram a chegar em África pela Companhia da Índias Orientais na cidade de Cabo na África do Sul, outros em Moçambique e em algumas ilhas do Oceano Índico e do Caribe. Algumas das causas que permitiram esta emigração, podemos citar o fim do tráfico de escravos e o fim da segunda guerra de Ópio, que ocorreu nos finais do século XIX na China. Desta forma, alguns artesãos chineses conseguiram emigrar para fora do país recrutados por algumas grandes companhias para os incorporar como força de trabalho. Muitos eram oriundos do Cantão de Guangdong, província do sul da China. Estes trabalhadores chineses eram designados de *coolies* termo utilizado ao longo dos séculos XVIII e XIX para nomear os trabalhadores sazonais de baixo *status*, provenientes da China e da Índia³⁴⁸.

Em Moçambique a maioria dos chineses se instalou na cidade da Beira. Destes, a sua maioria eram pequenos artesãos, carpinteiros assim como pescadores e, mais tarde, muitos deles empregaram-se nas companhias com capitais de origem britânica que operavam a partir desta cidade da Beira e ligando com o interior do continente. Os seus descendentes destacaram-se como comerciantes, donos de restaurantes assim como funcionários da administração colonial, nos portos e nas alfândegas³⁴⁹. A participação dos chineses na pesca tornou-se de grande interesse com o início e desenvolvimento das plantações agrícolas sobretudo de açúcar, onde procuravam o peixe seco para alimentar os trabalhadores recrutados provavelmente por volta de 1890. Os chineses, para além de

³⁴⁸ Macagno, Lourenzo, «Os “chineses” da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão», África em movimento, 2012, p. 2; Jafar, Silvestre Jafar, *Presença Chinesa em Moçambique, 2000-2015: Hetero-Identidades, 'Neocolonialismo' e 'Apartheid' Sócio-Laboral?*, eds. Olivieri Chiara e Ortega Santos António, 1.º ed, Colección de estudios interculturales 6, Laboratorio de Estudios Interculturales, Granada, 2017, p. 301-303.

³⁴⁹ Macagno, L., «Os “chineses” da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão», p. 2; Jafar, S. J., *Presença Chinesa em Moçambique, 2000-2015: Hetero-Identidades, 'Neocolonialismo' e 'Apartheid' Sócio-Laboral?*, p. 301-303.

outros ofícios onde estiveram envolvidos, eram especialistas na preparação de holotúrias ou magajojos que exportavam para os mercados asiáticos a partir de cerca de 1850, a tal ponto que um dos seus cidadãos em 1925 requereu a exclusividade para operar nesta indústria, tal como referimos acima³⁵⁰.

Esta era a situação que permitiu que a pesca artesanal tenha sido usada no período da administração da Companhia de Moçambique, como um fator de incremento do povoamento branco em Moçambique a tal ponto que, a cidade da Beira tenha tido a concentração de pessoas oriundas de mais de 26 países diferentes, tal como referimos acima. Será dentro deste conjunto de pessoas de diferentes países que exerceram diversas profissões, entre as quais praticaram a pesca artesanal, que teremos uma interação com os pescadores autóctones aos quais transmitiram e receberam novas experiências nas artes de pesca que resultaram na introdução de inovações que melhoraram os resultados da pesca.

Durante o período do Estado Novo foi registado também um esforço de incremento da população branca neste território. Segundo Newitt, “os emigrantes portugueses não possuíam uma especialização e muitas vezes eram analfabetos e desprovidos de capital, pelo que as autoridades coloniais achavam com frequência que eles tinham de ser sustentados pelo orçamento colonial”³⁵¹. Este processo foi notório a partir dos anos de 1940 com o aumento do número de mulheres que se aproximava ao dos homens. Este facto levou Castelo a afirmar que “...tudo leva a crer que a tentativa de evitar uma migração desordenada e impulsionada somente pela pobreza que imperava em Portugal foi bem-sucedida”³⁵². A emigração branca no início da década de 1930 era desencorajada e depois, devido ao aumento da pobreza rural e desertificação de algumas áreas em Portugal e Espanha, passou a ser encorajada e desenharam políticas para esse efeito³⁵³. Como resultado, regista-se o aumento da emigração branca para as colónias que também foi notório no período entre 1947 e 1949 quando pescadores poveiros foram transportados para as colónias ao abrigo do Fundo de Colonização³⁵⁴.

³⁵⁰ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

³⁵¹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 404.

³⁵² Castelo, C., *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, p. 186.

³⁵³ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 405.

³⁵⁴ PT/AHU- Ministério do Ultramar- - Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU-GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTOS

Nas décadas de 1950 e 1960 depois do final da vigência do contrato de concessão com poderes majestáticos da Companhia de Moçambique, assistiu-se à crise económica em Moçambique manifestada pelo registo de uma balança de pagamentos negativa e uma inflação crescente, causada pela necessidade crescente de importação de maquinarias e de bens de consumo para satisfazer as necessidades dos colonos que iam aumentando as despesas³⁵⁵. Por um lado, assistiu-se ao aumento de colonos nas zonas urbanas o que permitiu um rápido crescimento das cidades, assim como uma rápida industrialização virada ao consumo interno e acelerou o crescimento da economia de serviços de transporte, comércio e turismo³⁵⁶. Por outro, nas zonas rurais estimulados pelos planos de fomento e pelos esforços da modernização da agricultura baseada na irrigação, foi promovido o aumento de concessões de áreas para a prática da agricultura aumentando a emigração de colonos para essas áreas designadas de colonatos³⁵⁷. Nestes colonatos também foi permitida a instalação de agricultores africanos que deviam viver e trabalhar lado a lado com os colonos portugueses e beneficiaram-se de alguns empréstimos e subsídios. Esta situação foi semelhante àquela registada no pós-independência quando o Estado apostou na agricultura das empresas estatais e destinou maior percentagem de investimentos naquele sector. Newitt considera que, “os colonatos, tal como os seus sucessores, as unidades agro-pecuárias estatais da Frelimo, eram extremamente dispendiosas (...) e nunca pagaram os seus custos ou trouxeram qualquer benefício económico a Portugal”³⁵⁸.

Como resultado destes movimentos migratórios de colonos durante o Estado Novo, entre 1950 e 1960, a população colona em Moçambique aumentou de 48.000 para 97.000 colonos e nas áreas dos colonatos, entre 1961-1967 a população europeia aumentou de 97.245 em 1960 para 162.967 em 1970, dos quais 12.600 eram assistidos pelo Estado Português, e em 1974 já eram 200.000 ao mesmo tempo que o número de

2-Companhia de Pesca “Senhora da Boa Viagem” em Moçambique; Embarcações de pesca para as colónias».

³⁵⁵ Gaspar, Napoleão «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 2013, p.111.

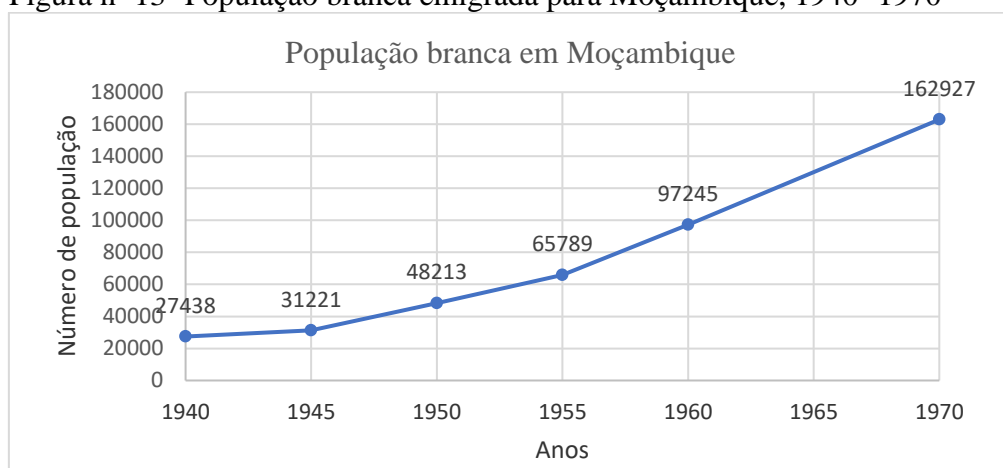
³⁵⁶ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 12. Quando iniciou a Segunda Guerra Mundial já estavam instaladas as indústrias de produção bebidas minerais e xaropes, massa, óleo vegetal, velas, sabão, sal, cimento, cerâmica, perfume, mobiliário, fogo de artifício, recipientes de alumínio e carroçarias de autocarros. Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 406.

³⁵⁷ Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», Versão revista, SIAS Conference, Bergen, 1998, p. 21 e 25.

³⁵⁸ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 405-406.

terrenos concessionados aos colonos duplicou nesta década de 1960 de 2.063 para 4.626³⁵⁹. Quanto aos agricultores africanos, em 1961 estavam instalados nos colonatos do Vale do Limpopo cerca de noventa e sete famílias e, no final da era colonial já eram 1.380 e 2.584 considerados estagiários³⁶⁰. A participação do Estado colonial português no incremento do povoamento branco em Moçambique também foi notada por Meneses, quando afirma que o governo português nos anos 20 a início de 70 do século XX, apoiou política e financeiramente as migrações para África³⁶¹.

Figura nº 13 -População branca emigrada para Moçambique, 1940 -1970



Fonte: Castelo, Cláudia, «O branco do mato de Lisboa: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas», *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, 2012, p. 28.

Nesta figura nº 13, podemos observar que a tendência do aumento de população colona branca em África foi sempre crescente, apesar de ser pequena a curva ascendente no início, entre 1940-1945, regista um crescimento constante até 1970. Por exemplo, durante o período de 1947 a 1949, o Fundo de Colonização pagou 2.321\$30 referentes a frete de 3 caixas de aprestos de pesca, embarcados no pacote 'Angola'/747, saído de Lisboa em 15 de Outubro de 1949 com destino a Lourenço Marques³⁶².

³⁵⁹ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 18 e 21; Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p. 21; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 406.

³⁶⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 405.

³⁶¹ Meneses, M.P.G., «O 'indígena' africano e o colono 'europeu'», p. 80-81.

³⁶² PT/AHU- Ministério do Ultramar-Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Embarcações de pesca para as colónias, 1948/49» -GM, 866, A 2G-CF, Cx 1948-1949. Alguns dos que requereram para este Fundo foram: 1-Companhia de pesca 'Senhora boa viagem', mestre Filipe Luiz Postiga, seguiu no Vapor Lourenço Marques em 15/10/1949. Era composta por 14 elementos. Eram oriundos da Povia do Varzim; 2-Cooperativa de pesca 'Boa União', traineira com 25 toneladas e 21 pescadores para Lourenço Marques. Partiram de Leixões para Lourenço Marques. Embarcaram no navio-motor 'Amboim' em 15 de Julho de 1949. Neste grupo, 3 foram recusados o pagamento dos seus bilhetes por terem mais do que 50 anos. Eles

Podemos notar que nos dois períodos de diferentes administrações (Companhia de Moçambique e Estado Novo), tiveram a mesma tendência de associar o desenvolvimento das pescas ao incremento da população branca nas colónias.

2.4-Limitação da capacidade de fornecimento de peixe e a necessidade de sua importação

A incapacidade do mercado local de fornecer quantidades adequadas de peixe para consumo dos inúmeros africanos recrutados para trabalhar na companhia e empresas concessionárias, especialmente o peixe seco, vinha sendo reportadas desde o início de atividades da Companhia de Moçambique. Este facto pode ser testado por inúmeras requisições desde o ano de 1903, que pediam o fornecimento de peixe seco e fresco³⁶³. O mecanismo adotado para organizar este fornecimento de peixe foi a realização de arrematação pública, com um caderno de encargos com direitos e deveres entre as partes.

pagaram as suas despesas; 3-Sociedade de pesca 'Gomes da Silva, Cernadinha & Aldeano, limitada'. Constituída por uma Traineira e duas Gasolinas, para Moçambique. Origem em Setúbal. Foi indeferido o pedido e o seu destino devia ser Angola; 4-Sociedade Ultramarina de conservas, Lda. Solicitou que lhe fossem pagas as despesas com o transporte de um barco de pesca para Cabo Verde. Lisboa. Junho, 1949; 5-Ezequiel Coelho Fernandes dos Santos solicitou a concessão do frete gratuito de Lisboa para Porto Alexandre, Angola, no vapor 'Lugela'. Proveniente de Albufeira-Algarve, Junho, 1949; 6-Empresa de pesca 'Ribamar' com as Traineiras 'Formosa' e 'Dili', para Moçâmedes, Angola. Proveniente de Peniche; 7-Antero A. Gonçalves Preza, proveniente da Vila da Praia Ancora. Desistiu; 8-Joaquim Cana, pretende que lhe seja pago um frete de uma traineira para Lobito, Angola. Lisboa. Junho 1949; 9-Companhia de pesca 'Boa Esperança' para levar uma traineira para Angola. De Vila do Conde. Equipa de 10 homens. Lisboa. Abril 1949; 10-José Domingos Antunes. Solicita passagens de colonos para 17 pescadores e suas famílias que contratou no Funchal. Destino Angola. Maio, 1949; 11-Companha 'Cego Maio' de Povia do Varzim. Pretende levar duas traineiras no navio 'Rovuma' de Lisboa para Lourenço Marques. Junho 1949. A equipa era de 13 pescadores, sendo 6 com mais de 50 anos de idade; 12-João Gonçalves Bento. Industrial de pesca em Moçâmedes, Angola. Pretende levar 4 barcos, entre 25 e 30 toneladas, para Baía dos Tigres. Lisboa. Junho 1949; 13-João Duarte. Pretende levar uma traineira com cerca de 40 toneladas para Moçâmedes e sua respetiva tripulação de 4 homens, 4 mulheres e 9 crianças. Lisboa, julho, 1949; 14-Casimiro Marques Carreira, pedido indeferido. Destino Angola, Janeiro, 1949; 15-João de Deus Firmino, pede para levar embarcação de pesca a vela para Lourenço Marques. De Lagoa Ferragudo. Março, 1949. Indeferido; 16-Manuel da Silva Oliveira. Embarcação de pesca à vela e a remos com motor auxiliar. De Leixões para Moçâmedes. De Vila do Conde. Maio, 1949; 17-Cândido Augusto Ramos. Embarcação de pesca à vela e a remos com motor auxiliar de Leixões para Benguela. De Vila do Conde, Julho, 1949; 18-Fernando Cláudio da Costa Cerqueira Lima. Pretende levar uma traineira para Luanda, Angola. Lisboa. Abril, 1949; 19-Raul Marques Manco. Pedido para transporte de um barco de pesca com cerca de 14 toneladas. Janeiro, 1949; 20-Amâncio Correia. Pretende levar 2 embarcações (Cristina Duarte e Celeste do Neiva) de pesca para Angola com 6 toneladas cada e 6 homens de companhia. Embarcou no vapor 'Sofala'. Levava mais 7 pescadores naturais de Viana dos quais 6 como colonos. Lisboa, Março 1949. Estas migrações são posteriores à Companhia de Moçambique.

³⁶³ Por exemplo, em 1906, existem 12 requisições: 51\$500réis; 15\$225réis; 17\$955réis; 11\$095réis; 16\$415réis; 10\$115réis; 18\$615réis; 12\$950réis; 21\$000réis; 14\$000réis; 46\$202réis; 60\$144réis. MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», n° 6370, 5 vols.

No entanto, consideramos este procedimento poder ser discriminatório em relação à participação dos pescadores artesanais locais, que não tinham capacidade financeira para participar nestes concursos. Por exemplo, a arrematação feita pela Repartição de Fazenda de 1910, destinava-se ao fornecimento de peixe seco para indígenas ao serviço da Companhia, no prazo de um ano. Os concorrentes deviam apresentar propostas em carta fechada, onde deviam indicar o menor preço por que fariam o fornecimento e fazendo-se acompanhar de uma guia de depósito provisório da quantia de 50\$000 réis³⁶⁴. Este procedimento foi seguido nos anos subsequentes.

Após a assinatura destes contratos seguiam-se guias dirigidas ao diretor da repartição de fazenda acompanhadas de requisições que indicavam o período/mês, o sector para onde era enviado o peixe seco ou fresco, as quantidades e o valor correspondente. Por exemplo, no ano de 1906 foram fornecidos 217.5 kg de peixe fresco a polícia civil (comissariado da polícia), para consumo no acampamento indígena durante o mês de Fevereiro, ao preço de 70\$000 réis por quilo. Esta quantia devia ser creditada à Polícia Civil na verba do acampamento de serviços. Em 1907, foi feita uma requisição para o fornecimento de peixe seco ao comissariado da polícia no valor de 30\$040, para o acampamento dos indígenas, local onde ficavam os africanos a espera de serem requisitados para a realização de diversos serviços, assim como para o hospital onde ficavam internados os doentes³⁶⁵.

Alguns exemplos que seleccionamos de forma aleatória, indicavam algumas oscilações nas verbas destinadas a estes serviços. Por exemplo, em 1910 foram transferidos fundos para o pagamento de rações de peixe seco e fresco pelo comissariado da polícia, para fornecer ao acampamento indígena, ao hospital da Beira (hospital Rainha Dona Amélia), assim como aos presos, no valor de 21\$480 réis em Dezembro e aumentou para 38\$810 em Janeiro de 1911. No entanto, maior verba fora a registada em Setembro de 1910 que tinha sido de 72\$400 réis³⁶⁶. Estas oscilações das verbas eram ditadas, em alguns casos, pelo declínio da produção do pescado nas gamboas das instituições da

³⁶⁴ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», 20/9/1905 a 23/4/1934, vol. 1, 1907.

³⁶⁵ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Fornecimento de peixe fresco pela polícia civil, 1905-1934, Processo 888», cota 291. Serviços: São aqueles que realizam ou prestam serviços tais como empregados domésticos ou criados.

³⁶⁶ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907; Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do Interno do hospital da Rainha D. Amélia». N.º de ordem 2988, liv. N.º 5755 », 1899.

Companhia. Por exemplo, o comissariado da polícia da Companhia de Moçambique reportou ao governador do território da Companhia a 8 de Outubro de 1917 que, entre os meses de Agosto, Setembro e Outubro, o peixe apanhado pelas gamboas da polícia tinha sido em quantidades inferiores e de baixa qualidade para as suas necessidades. A apanha diária em média era de 35kg nas duas marés, o que não chegava para alimentar os sipaios, grande número de indígenas que iam ao comissariado tratar diversos assuntos e os presos, tudo numa média de 300 a 350 indígenas no total, o que os obrigava a fazer requisições ao almoxarifado³⁶⁷.

O rendimento dos pescadores pela venda de peixe seco mereceu uma atenção particular por parte do governador da Companhia de Moçambique no início da década de 1930. Com efeito, foram registadas diligências deste dirigente para tentar resolver alguns problemas apresentados pelos pescadores da zona sul do território na delegação marítima de Bartolomeu Dias, referidos acima. No ano de 1931 em específico, possivelmente como consequência dos efeitos da grande depressão de 1929, os pescadores desta zona sul pertencente a Companhia de Moçambique, fizeram uma exposição ao governador do território onde expunham a sua situação de miséria, por não terem mercado para colocar o seu peixe a preço competitivo. O delegado marítimo da região, orientado pelo governador, propunha-lhes a compra por 4½ pences por quilograma, quando o melhor preço já tinha sido de 6 e 7 pences/kg, em períodos anteriores. Nos meses de abundância, entre Julho e meados de Setembro, o preço descia para 2 a 2, ½ pences por quilograma, e nos meses de escassez entre Outubro e Junho, chegava a atingir entre 10 e 12 pences/kg³⁶⁸. Reclamavam também da concorrência desleal que lhes era movida pelos pescadores de Vilanculos, que não estavam na jurisdição da Companhia de Moçambique, assim como da importação do peixe de Angola. O peixe seco vindo destes dois locais ao território da Companhia, chegava com um preço relativamente baixo em relação ao preço por eles praticado, porque a eles também era lhes cobrado um frete elevado de 2 libras por tonelada na embarcação, para o peixe sair de Bartolomeu Dias (Distrito de Govuro) até Beira, tornando as suas despesas elevadas. Por isso não tinham dinheiro para o pagamento das licenças e até chegavam a equacionar abandonar a atividade de pesca³⁶⁹.

³⁶⁷ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», 1905-1934, Processo 888, cota 291.

³⁶⁸ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

³⁶⁹ MZ/AHM -Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas» vol. 1, 1907. Devemos chamar a atenção por haver uma diferença no valor do frete indicado nos diferentes documentos consultados

Em resposta, a administração da Companhia de Moçambique realizou uma visita dirigida pelo governador do território no dia 16 de Agosto de 1931. Nesta visita, o governador ouviu as lamentações dos pescadores e, como resposta concedeu-lhes a prorrogação do prazo para o pagamento das licenças de exploração das gamboas. Ordenou que lhes fossem compradas uma média mensal de 4 toneladas de peixe seco, ao preço de 4, ½ pences, até a regularização da situação, que foram transportadas para o mercado da cidade da Beira e vendidas a 5 pences e outras quantidades de peixe seco distribuídas pelos diversos serviços da Companhia³⁷⁰.

Ainda sobre esta exposição dos pescadores, o capitão dos portos de Bartolomeu Dias enviou um documento ao governador do território da Companhia, onde afirmava que com as medidas tomadas pelo governador da Companhia, tinham atingido os objetivos de salvar a indústria de pesca da crise provocada pela baixa cotação do peixe e do elevado preço do frete. Essas medidas de proteção tiveram como recompensa a garantia de cobrança de licenças e o pagamento de salários às centenas de indígenas que se empregavam aos serviços de gamboas de modo a terem dinheiro para pagar impostos. Outro resultado alcançado, foi de permitir que as licenças de pesca com as gamboas fossem aumentadas sem a menor relutância dos pescadores, enquanto garantiam trabalho aos indígenas³⁷¹. Finaliza a sua explanação dizendo que,

...as medidas tomadas em Bartolomeu Dias devem ser mantidas porque, trazendo vantagem para os pescadores, não acarretam prejuízos para a Companhia que pôde sem grandes dificuldades ir cobrando as receitas provenientes das licenças de gamboas, que foram elevadas de uma forma muito sensível neste ano.

Os problemas da administração quando não são estudados sob todos os aspetos, mas apenas sob o desejo de fazer economias, podem, como no caso presente, acarretar prejuízos para o interesse geral³⁷².

No entanto, podemos considerar como hipótese de que esta crise vivida pelos pescadores neste período, também pode ser enquadrada no contexto internacional da Grande Depressão ou a crise económica mundial de 1929 que viria a terminar com a Segunda Guerra Mundial, tal como referimos acima³⁷³.

neste fundo sendo, por isso, que em algumas partes do texto temos a indicação de que o frete era de ¼ de penny por quilo, ou uma libra por cada tonelada em 1921.

³⁷⁰ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

³⁷¹ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

³⁷² MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

³⁷³ Esta crise foi caracterizada por superprodução, acumulação de *stocks* e baixa de preços. Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 338.

Entretanto, a capacidade de captura do pescado para suprir as necessidades era reduzida, o que obrigou a recorrer a importação, sobretudo de Angola, tal como esta ilustrado nas figuras nº14 e 14.1. Este facto pode ser confirmado pelos dados do documento abaixo, onde podemos verificar que entre 1916 e 1921 as quantidades de peixe seco importado duplicaram. Exceção deve ser anotada para o ano de 1919, por razões que não estão apontadas.

Figura nº 14- Tabela de importação de peixe seco de Angola

... para a indústria de peixe seco tem ainda o inconveniente de exigir muita mão d'obra; as indígenas que guardam as embarcações não sabem para arrastar; as que arrastam, embora abram o peixe logo em seguida, não o preparam para a secagem; as que secam não enfardam.

Dou a seguir a nota que me foi acavelmente fornecida pela alfândega das quantidades de peixe seco importado na Beira, proveniente das colónias portuguesas e de estrangeiros em comparação com o proveniente dos portos do Território durante os últimos seis anos, faltando a indicação relativa ao ano de 1921 para o entrada em cabotagem, por ainda não estar feita a estatística respectiva.

IMPORTAÇÃO	
Em 1916	126.351
" 1917	158.865
" 1918	168.412
" 1919	111.061
" 1920	243.072
" 1921	263.189

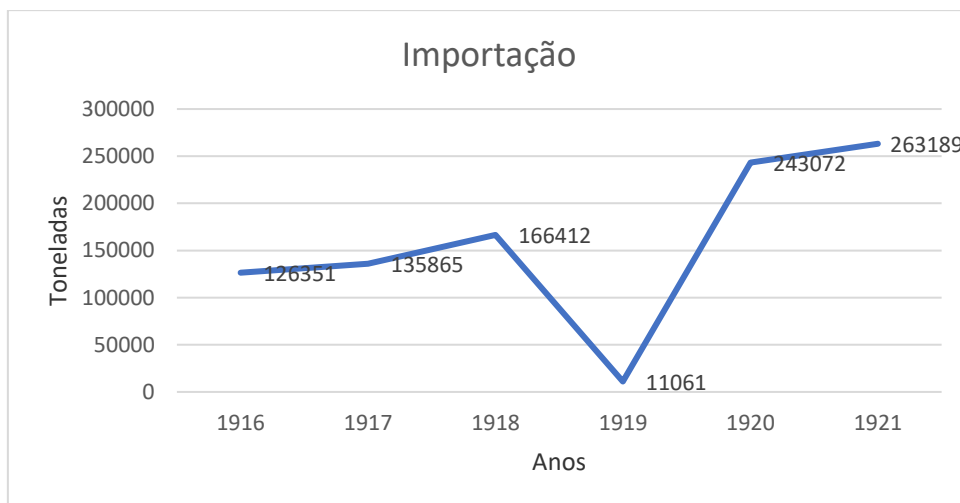
CABOTAGEM	
Em 1916	115.208
" 1917	125.866
" 1918	137.139
" 1919	113.854
" 1920	161.063

Mas, Excmo. Governador, eu não quero significar com o que ac de expor que os poveiros não tirem aqui resultado do seu trabalho

Fonte: MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

Transportando estes dados para gráfico observamos o seguinte,

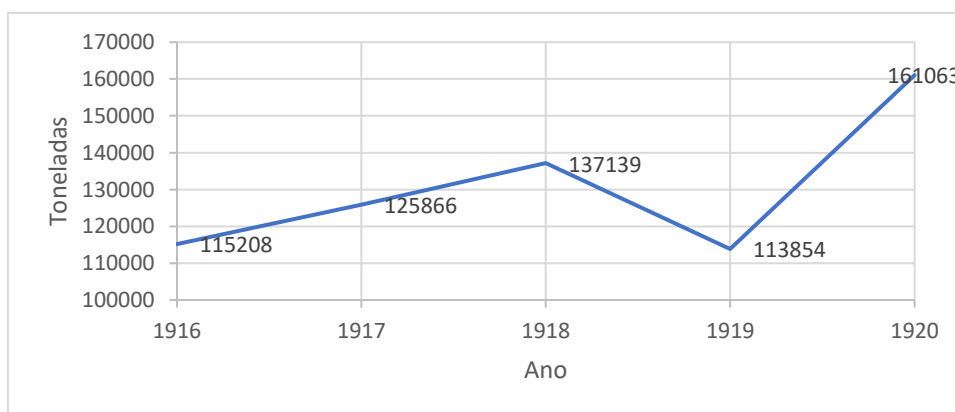
Figura nº 14.1- Importação de peixe seco



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Tal como podemos observar neste gráfico da figura 14.1, no período entre 1916 e 1921 a importação do peixe seco teve uma tendência crescente atingindo mais do que o dobro. Porém, não conseguimos obter a explicação para a queda registada em 1919, talvez tenha havido alguma dificuldade de comunicação devido a diversos fatores. Porém, neste ano, a nível internacional temos o final da Primeira Guerra Mundial na Europa. Será que este acontecimento pode ter tido alguma influência neste processo de importação de peixe seco pela Companhia de Moçambique?

Figura nº 15- Cabotagem de barcos transportando peixe seco



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

O movimento de cabotagem, ilustrado na figura nº 15, registou um comportamento semelhante ao gráfico anterior, em termos de tendência de aumento assim como a queda em 1919 e, admitimos que as razões sejam semelhantes.

O processo de importação de peixe seco continuou na década de 1930. No entanto, em 1934 regista-se outra diminuição de importação, por algumas razões indicadas tais como: primeiro, a conclusão dos trabalhos da construção do caminho-de-ferro; segundo, a paralisação dos trabalhos da construção do porto da Beira; terceiro, a redução do tráfego de mercadorias e a redução dos trabalhos agrícolas. Como consequência vai registar-se a redução do número de trabalhadores indígenas contratados. Outra razão apontada foi de que “os indígenas da região da Beira nas suas casas se alimentavam de uma maneira diferente, preferindo o consumo de carne e, como se registou a baixa do preço de carne bovina nesse período, que estava ao mesmo preço ou mesmo abaixo do preço do peixe seco, então o consumo de peixe seco baixou. Os caminho-de-ferro e outras entidades patronais optaram pela compra do produto que mais agradava aos seus serviços. Por isso que não houve necessidade de importação neste ano”³⁷⁴. Devemos anotar serem apontadas muitas razões, apenas em um ano, para explicar a não importação de peixe seco.

Situação similar registou-se em 1938 quando foi regulamentado que a venda de peixe na Beira passaria a estar sujeita a cobrança de taxas alfandegárias. A companhia portuguesa de pesca “Cego do Maio” que fazia a exportação de peixe, enviou uma reclamação ao governador do território da Companhia, alegando que vinha pescando há mais de 4 anos, e nesse ano de 1938, estava a ser-lhe exigido o pagamento de taxas alfandegárias de 3 a 4 libras pela exportação do peixe para a Rodésia do Sul (Zimbabwe). Não foi registada a resposta a esta reclamação. Ainda nesta reclamação alegava que o mercado local era insuficiente para o consumo da sua pesca e não eram apenas eles que enviam peixe para fora do território³⁷⁵.

Em 1940 a pesca contribuiu com 44.926\$00, correspondentes a 9.983 libras, de peixe fresco, congelado ou salgado, exportado para a Rodésia³⁷⁶. Pensamos que o reclamante procurava obter vantagens económicas pelo melhor preço que obtinha vendendo para o estrangeiro.

Os esforços necessários para a melhoria da produção pesqueira ainda vão continuar sem conseguir satisfazer as necessidades. A pesca local exercida pelos pescadores autóctones continuava a usar meios de captura bastante rudimentares. Na sua maioria pescavam ou por conta própria ou a expensas de europeus, indianos e chineses

³⁷⁴ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

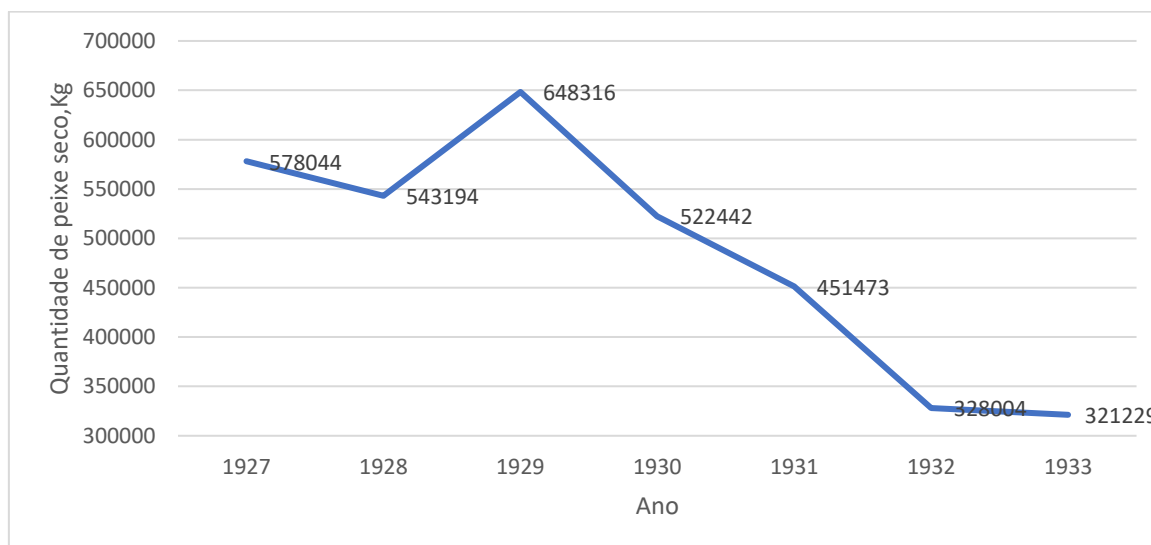
³⁷⁵ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral-processos 766».

³⁷⁶ Costa, Mário A. Da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, p. 20.

tal como mencionado acima. Os tipos de embarcações usadas eram pequenos, e utilizavam redes envolventes de arrasto para a terra, redes de emalhar, gamboas fixas de rede metálica, e armadilhas de tipo nassa. A estrutura do sector de pesca, em geral, era precária³⁷⁷.

Da discussão dos dados expostos podemos concluir que as necessidades de fornecimento de produtos pesqueiros, sobretudo do peixe seco que era a base de alimentação nos acampamentos dos indígenas, foram sempre maiores do que a disponibilidade fornecida pelos operadores do setor. No entanto, deve anotar-se que a partir das alfândegas da Beira, temos notícia de que em 1927 estavam registados 114 indivíduos interessados na indústria e comércio do peixe, dos quais a maioria eram pescadores. Os dados estatísticos do peixe seco embarcado nos portos do Sul dos territórios da Companhia quase todo com destino a Beira, entre 1927 e 1933 permitem nos observar o seguinte:

Figura nº 16- Estatísticas de peixe seco desembarcado no porto da Beira



Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Tomando em consideração estes dados, da figura nº 16, podemos observar que o pico do fornecimento de peixe seco foi atingido em 1929 e, a partir daí temos uma tendência decrescente que chegou quase a metade entre 1932 e 33 o que pode mostrar que a nível interno não havia capacidade para suprir as necessidades. Por isso, a solução

³⁷⁷ PORTUGAL. II Plano de Fomento nas Colónias - «Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964». Lisboa, 1966. 11 Vols.

encontrada, tal como vimos acima, foi a importação de peixe seco sobretudo da metrópole e de Angola³⁷⁸.

A produção pesqueira angolana foi sempre superior à de Moçambique, e figurava na 3ª posição em África, sendo superada pela África do Sul e Namíbia e era metade da Metrópole nos finais da década de 1940. Em 1954 importaram 4.254 toneladas no valor de 37.897 contos das quais 276 toneladas foram fornecidas pela África do Sul no valor de 1.753 contos. No período de 1958 a 1964, Angola tornou-se no principal fornecedor de produtos pesqueiros a Moçambique, onde se podia incluir o fornecimento de farinha de peixe com um valor anual médio de 403 toneladas³⁷⁹.

A produção pesqueira angolana, foi favorecido pelas condições naturais nas águas dos seus mares e pelas ações desencadeadas desde 1951 com os primeiros estudos da Bioceanologia das Pescas. Estes estudos foram executados pelo navio “Baldaque da Silva” que dependia da Junta das Investigações Coloniais do Ministério do Ultramar. Seguiu-se em 1960 a criação do Instituto da Indústria de Pesca de Angola e do Centro de Biologia Piscatória fundada também no início da década de 1960, que realizaram ações de pesquisa e estudo na plataforma continental³⁸⁰. Algumas das ações iniciadas em Angola, consistiram na substituição de algumas artes de pesca tradicional <a linha, o cerco e armação> por pesca de arrasto de propulsão mecânica, iniciada com a aprovação em 1962 do Regulamento da Pesca de Arrasto de Angola e pelo incremento da pesca de cerco, por traineiras a motor³⁸¹.

Enquanto isso, em Moçambique até 1965 a pesca era ainda apenas realizada por pescadores artesanais com fins de subsistência e para o fornecimento do mercado local, tendo beneficiado de ações semelhantes a Angola apenas na segunda metade da década de 1960, concretamente com a criação pela portaria nº 21916 de 16/3/66, da Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique³⁸². No biénio 1963/64 os principais

³⁷⁸ Costa, E., *Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, p. 20.

³⁷⁹ Costa, E., *Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, p. 20.

³⁸⁰ Martins, M. A., «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», p. 25.

³⁸¹ PORTUGAL. II Plano de Fomento nas Colónias - «Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964», Lisboa, 1966. 11 Vols. p.39.

³⁸² PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4»; Martins, M. A., «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», p. 28.

fornecedores de peixe fresco e congelado a Moçambique foram a África do Sul, com 46.6% seguindo se Angola com 33.1% e a Metrópole com 20.2% da tonelagem³⁸³.

A capacidade de produção pesqueira dos países localizados na costa do Oceano Atlântico, Angola, Namíbia e África do Sul, entre outros, foi favorecida pelas condições naturais nas águas dos seus mares, onde ocorrem fenómenos naturais tais como, o impacto dos modos de variabilidade climática e o fenómeno de *upwelling*, afloramento ou ressurgência, que se regista na costa de Benguela em Angola³⁸⁴. Este assunto será discutido no V capítulo.

2.5- Considerações finais

Este capítulo tem como enfoque a análise da importância da pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique (1892-1942), baseadas nas políticas coloniais adotadas pela Companhia de Moçambique na gestão da pesca artesanal. Estas políticas, devido ao reconhecimento da importância da pesca artesanal, consistiram nos esforços para levar os pescadores artesanais locais a disponibilizarem peixe para os acampamentos militares e civis. As outras prioridades foram as de permitir que com atividade de pesca, os pescadores artesanais conseguissem recursos para o pagamento de impostos e taxas. Neste sentido, a Companhia poderia arrecadar receitas com a cobrança de diversas taxas previstas no licenciamento e Regulamentos de pesca.

Desta análise concluímos que a Companhia de Moçambique, sendo um empreendimento empresarial, procurou obter mais lucros com o menor investimento possível em todas as áreas da sua atuação mesmo contra os pressupostos acordados no contrato da concessão com as autoridades portuguesas. Estas, por sua vez, pouco fizeram para inverter esta situação apesar de as prerrogativas contratuais assim o permitirem. Por isso, podemos dividir em três vertentes as ações da Companhia de Moçambique nas províncias de Manica e Sofala. Primeiro, a sua ação baseou se nos investimentos privados de estrangeiros daí a necessidade de constituição dos dois comités baseados no estrangeiro (Paris e Londres) e, a predominância de muitos estrangeiros na cidade da Beira; segundo, o governo português perante esta realidade, tentou usar um contraponto

³⁸³ PORTUGAL, II Plano de Fomento nas Colónias - «Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964». Lisboa. 11 Vols.; Sanches, J. G., «Panorama das pescas em Moçambique», p. 3.

³⁸⁴ Kampf, Jochen et Chapman, Piers, «The Functioning of Coastal Upwelling Systems», in: *Upwelling Systems of the World*, Springer International Publishing, Cham, 2016, p. 31-65.

de equilíbrio para impor a sua influência, através da exigência de instalação da sede da companhia em Lisboa e da inclusão obrigatória de cidadãos portugueses nas estruturas diretivas e de controle das ações da Companhia. Este esforço foi reforçado sobretudo com o decreto de 27 de julho de 1900. Segundo Direito, o que caracterizou o empresariado europeu em África neste período, pode ser classificado como um imperialismo barato. Este tipo de empresariado, não só aconteceu no período da Companhia de Moçambique, assim como teve a sua continuação durante o Estado Novo³⁸⁵.

Podemos inferir que a atuação da Companhia de Moçambique nos territórios de Manica e Sofala deu mais proveito aos seus acionistas do que vantagens ao governo português e a população local. A sua relação com as autoridades portuguesas, apesar dos esforços desta em controlar a Companhia, parece ter sido conduzida de forma a Companhia obter sempre vantagens. Isto pode ser entendido também nas relações de força político militar dos britânicos, consubstanciados no *ultimatum*, que permitiram essa posição de força pois a origem da maioria do capital vinha dessa potencia colonial. Por isso que as reclamações da Companhia de Pérolas de Bazaruto não foram atendidas. Neste contexto, podemos enquadrar este processo dentro da linha da teoria de hierarquia social onde as relações entre os diversos atores sociais e políticos (investidores estrangeiros e administração portuguesa) no seu relacionamento dentro da sociedade (re)produziam novas tensões de diferença, nas formas de subordinação entre os sujeitos³⁸⁶.

A pesca artesanal também foi usada como fator de incremento do povoamento branco em Moçambique o que foi acautelado logo no início da exploração do território pela Companhia, através de uma cláusula que obrigava ao seu cumprimento. Contudo, não chegou a efetivar-se o envio de colonos portugueses nas províncias de Manica e Sofala na sua plenitude devido a diversas razões, mas, foi destacada a presença de muitos estrangeiros nestes territórios, atraídos pelos investimentos estrangeiros, sobretudo britânicos, nos caminhos-de-ferro e no porto da Beira.

Portanto, a pesca artesanal no período da Companhia de Moçambique foi caracterizada pelo predomínio da pesca artesanal dos nativos usando artes e aprestos de pesca rudimentares com a participação de alguns europeus, principalmente poveiros, alguns indianos e chineses que, recebiam algum apoio e privilégios das autoridades da

³⁸⁵ Direito, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 112.

³⁸⁶ Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 1.

Companhia. A sua produção, principalmente com o uso de gamboas, não conseguia satisfazer as necessidades daí a importação do pescado devido à limitação da capacidade de fornecimento de peixe.

CAPÍTULO III - PESCA ARTESANAL: EXPLORAÇÃO ECONÓMICA E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

3.1- Introdução

A exploração económica da pesca artesanal tem a sua importância pela identificação de cerca de 1.425 espécies de peixes das quais, cerca de 300 têm um valor comercial elevado, assim como pelo grande número da população que vive nas zonas costeiras que se dedica à sua exploração. Outrossim, a pesca localiza-se ao longo das grandes massas de água interiores, onde associada com a pesca das zonas costeiras, constitui uma das principais fontes de emprego com cerca de 400 mil postos na década de 2000. Destes, os empregos indiretos eram constituídos por construtores de embarcações, fabricantes de redes e outras artes de pesca, fornecedores de motores e variados aprestos, fornecedores de combustível, fornecedores de gelo, fornecedores de recipientes normalmente, bidões e tambores plásticos usados para processamento do pescado e mecânicos navais. Os empregos diretos eram baseados na pesca, piscicultura, processamento do pescado (secagem, congelação, fumagem, salga), transporte e comercialização do pescado³⁸⁷.

A exploração dos recursos pesqueiros está inserida no contexto do uso e aproveitamento dos recursos naturais. Recursos naturais são elementos da natureza que em seu estado natural são necessários para o homem e que tecnologicamente podem ser aproveitados. Eles apresentam diferenças qualitativas e quantitativas, no tempo e espaço³⁸⁸. Os recursos naturais em consideração neste trabalho são principalmente os marinhos que se podem dividir em cinco grupos: recursos costeiros, peixes demersais, peixes pelágicos, crustáceos e cefalópodes³⁸⁹. A forma como as comunidades têm acesso e exploram os recursos naturais (ex. pesqueiros, água, terra, florestas, recursos energéticos, entre outros), renováveis ou não, determina as suas quantidades (escassez/abundância), ao mesmo tempo que se relaciona com a forma de sobrevivência das mesmas.

³⁸⁷ Capaina, «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 8.

³⁸⁸ Agüero, P. H. V., «Avaliação Económica dos Recursos Naturais», p. 45-47; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4.

³⁸⁹ Pinto, D.A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 90.

Outros temas abordados no capítulo são os fatores culturais e religiosos ligados à pesca artesanal, na perspectiva de compreender alguns fenómenos de religiosidade que se traduzem em rituais que se realizam antes e depois da faina, assim como em alguns tabus observados para o exercício da pesca e sinais colocados nos utensílios e aprestos de pesca e nas embarcações com a finalidade de abençoarem a atividade³⁹⁰. Na pesca artesanal, as diversas comunidades pesqueiras observam mitos e outros elementos de religiosidade com o intuito de fazerem o correto e racional uso dos recursos, com a finalidade de preservá-los para as próximas gerações, ao mesmo tempo que os Estados produzem diversas normas e legislação para acautelar o uso racional dos mesmos.

A ilha de Chiloane é abordada pelo facto de ter sido a sede administrativa, tanto da Companhia de Moçambique assim como das autoridades portuguesas estabelecidas em Sofala. Durante este período, os impostos coletados tanto em Machanga assim como em Divinhe, no continente, eram canalizados para a ilha. Entre 1911 e 1917 foi registada uma exploração acentuada de peixe na ilha, tanto por particulares assim como pela Companhia de Moçambique, sendo que um dos objetivos desta pesca era garantir o abastecimento de peixe fresco e seco para o consumo local, e principalmente para abastecer a cidade da Beira. No pós-independência a ilha teve a sua importância ao nível da pesca artesanal, tendo sido um dos locais onde foi localizado um Combinado Pesqueiro (CP).

Na secção sobre a participação da mulher na pesca, procura-se entender o papel da mulher na pesca artesanal que varia de acordo com a situação de cada lugar, segundo a divisão sexual do trabalho, os mitos, crenças e hábitos da sociedade, visando compreender a passagem de uma economia de subsistência para uma economia do mercado.

Na secção sobre os fatores climáticos e ambientais que influenciam a pesca, iremos abordar a questão da captura acessória ou fauna acompanhante, no sentido de perceber a forma como os diversos exploradores dos recursos pesqueiros lidam com a fauna acompanhante que produzem. A legislação moçambicana prevê a utilização da

³⁹⁰ Devemos referir que alguns elementos baseados nos mitos e religiosidade foram usados pelos colonizadores como elementos de inferiorização dos subordinados debatidos nos *subaltern studies*, assuntos que não iremos aprofundar. A nossa perspectiva de análise é de ver como é que estes elementos culturais e religiosos influenciaram a atividade da pesca artesanal.

fauna acompanhante na pesca de arrasto de camarão, mas o seu cumprimento integral não está garantido³⁹¹.

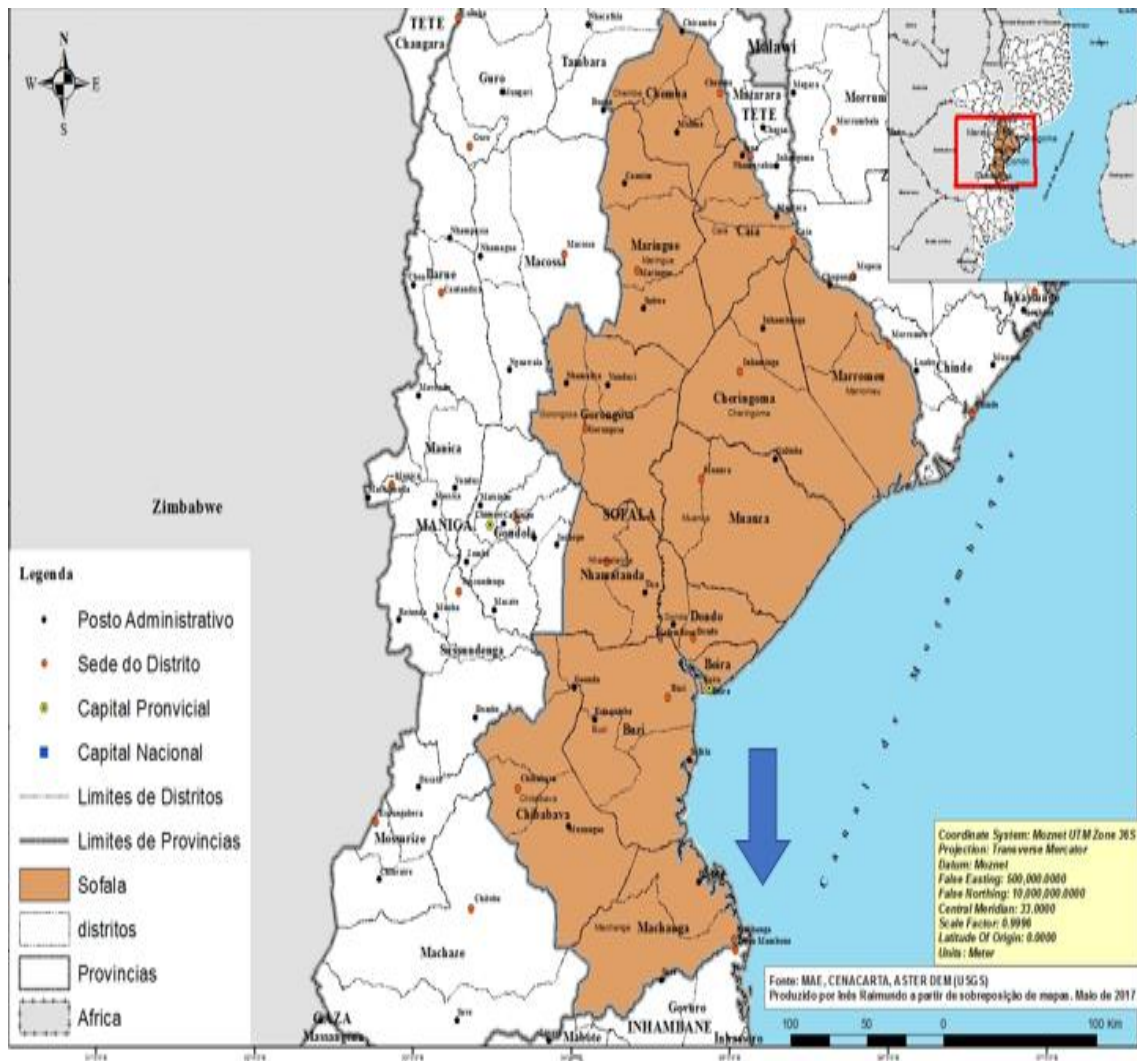
A questão da regulamentação da pesca e da gamboa como principal armadilha de pesca artesanal, é trazida ao nosso debate para entender sobre a forma como as autoridades administrativas fizeram o uso dos conhecimentos locais na exploração das gamboas, tomando como base a dimensão técnica desta arte ao nível dos conhecimentos locais. No início do século XX a administração da Companhia já reportava sobre as dificuldades que tinham para alimentar as pessoas sob sua responsabilidade, devido à diminuição das quantidades e da qualidade do peixe que era capturado pelas suas gamboas.

A pesca e a pobreza cíclica do pescador artesanal. Nesta secção analisamos os problemas da pobreza relacionados com a atividade da pesca artesanal. Os problemas de pobreza em Moçambique são generalizados e são reportados desde o período colonial e continuam no período após a independência em 1975, o que faz com que o país esteja nos *rankings* internacionais como um dos países mais pobres do mundo por muitos anos. Este tema é abordado no sentido de tentar compreender a tendência de considerar a pobreza, embora seja um problema multidimensional e intersectorial, ter também algumas dimensões específicas ligadas à natureza da atividade ou sector, ou seja, que a dimensão da pobreza que afeta a comunidade de pescadores está relacionada com a própria atividade de pesca.

Estes assuntos anunciados serão desenvolvidos nas respectivas secções, ao longo do texto.

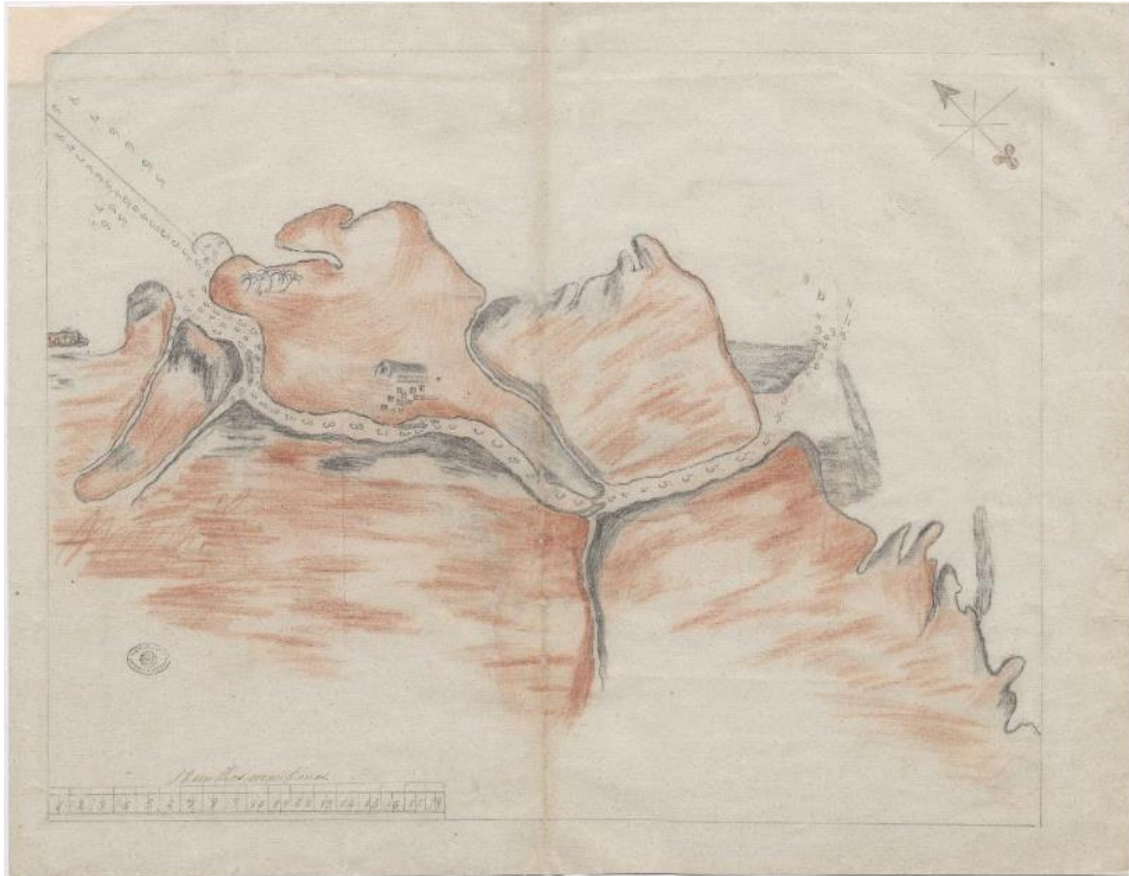
Mapa N° 4- Moçambique, Localização geográfica da província de Sofala e ilha de Chiloane

³⁹¹ Decreto 43/2003 de 10 de Dezembro. In: Boletim da República, I Serie, n° 50.



3.2- A Ilha de Chiloane

Nº 5- Esboço de Mapa da Ilha de Chiloane



Fonte: Esboço de Mapa, Ilha de Chiloane. Alferes, Filipe da Costa Correia. Escala de 18 milhas marítimas. -Moçambique: [s.n.], [ca. 1860].-1 mapa : papel, lápis, color. , ms. ; 34,5 c 44,3 cm.

Anexo a AHU-SEMU-DGU-Consultas do Conselho Ultramarino-0039-01838, doc. de 1860, Maio, 4. Moçambique / Chiloane(ilha) / Mapa de costas e fundos marinhos / [ca. 1860]. In: PT/AHU/CARTM/064/01354.

A ilha de Chiloane encontra-se localizada no distrito de Machanga, na província de Sofala, no centro de Moçambique, cuja divisão administrativa é de dois Postos administrativos: Machanga e de Divinhe e três localidades: Machanga-sede, Divinhe-sede e Inharringue³⁹².

A importância da ilha de Chiloane em termos administrativos variou, tendo sido posto administrativo; circunscrição e sub-circunscrição. A Companhia de Moçambique teve a sua sede em Chingune na circunscrição de Chiloane, onde se localizava a Delegação Marítima e o Posto Fiscal, que depois a fez baixar para sub-circunscrição subordinada à circunscrição de Sofala, baixando depois a mesma sub-divisão para posto e, mais tarde o posto passou para Divinhe, no continente ligado através de um canal. Para

³⁹² Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique, Versão Preliminar, Distrito de Machanga», 2012, p. 35.

além desta ilha, existe nas proximidades outras 7 ilhas habitadas e 2 não habitadas, formando um arquipélago. As ilhas habitadas são Inharringue, que dista cerca de 10 milhas náuticas da atual sede de Chiloane em Chingune; Chequecha; Chizimbe; Metuge; Inhambine; Inhanguvo e Matandiro. As não habitadas são a ilha de Inhaguaia e Mandhombe³⁹³. Em Inhaguaia ficava a *gafaria*, designação que se refere a pessoas doentes de lepra, que não eram autorizadas a se deslocar para as outras ilhas habitadas. Gafaria é um termo que designa leprosos (Gaf=lepra)³⁹⁴. Este facto é visível na preocupação do chefe do posto de Chiloane quando dizia que, “nas vazantes, os leprosos, tentam passar a vau, da ilha de Inhaguaia, onde estão, para Chiloane, pondo em perigo os aqui residentes”³⁹⁵. Situação semelhante observava-se na ilha dos portugueses, perto da ilha de Inhaca, na província de Maputo. Era uma espécie de prisão para recolher os doentes de lepra para isolamento.

Na ilha de Chiloane na atualidade continua a existir uma estrutura de autoridade tradicional, designada de rainha com escalão de régulo, assim como outros três régulos localizados nos povoados de Inhambine, Inharringue e Inhanguvo³⁹⁶. As autoridades tradicionais serviram de estruturas de apoio aos diferentes regimes administrativos tal como a Companhia de Moçambique e as autoridades portuguesas. Depois da independência nacional em 1975, o novo governo socialista da Frelimo banuiu estas autoridades com acusação, entre outras, de terem colaborado com o regime colonial e foram substituídos pelos Grupos Dinamizadores, assunto tratado adiante. Porém, o desenvolvimento dos processos políticos, sociais e económicos levaram o governo a reconsiderar o seu relacionamento com estas autoridades, levando ao seu reconhecimento. O reconhecimento das autoridades tradicionais em Moçambique, recomeçou na década

³⁹³ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018. Costa, E., *Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 412.

³⁹⁴ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018; Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

³⁹⁵ Carta enviada ao Exmo Sr. Inspector pelo administrador de 3^a classe do posto Armando Correia de Freitas Corte Real a partir de Nova Sofala aos 11 de Agosto de 1947 nº 1.111/A/32 para Joao Mesquita que mandou produzir uma cópia em Lourenço Marques, 1 de Junho de 1948. AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947.

³⁹⁶ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

de 2000 através do Decreto nº 15/2000 do Conselho de Ministros, e previa duas etapas nomeadamente, o processo de reconhecimento dos líderes pelas comunidades locais seguido da legitimação oficial pelo Estado. No entanto, deve se realçar que estas autoridades tradicionais não são parte do Aparelho do Estado e não tinham salários pagos pelo Estado, sendo-lhes permitido a retenção de 5% das taxas coletadas junto às suas comunidades, como forma de suportar as suas atividades³⁹⁷.

No período do início das atividades da Companhia de Moçambique os limites da ilha de Chiloane eram a Norte, limitado por Gorongosa e ao Sul, pelo rio Save, abrangendo as regiões de Cherinda, Machanga e parte de Madanda, que partilha com Machanga. Por volta de década de 1930, o posto administrativo estava em Chiloane e as regiões de Machanga e Divinhe no continente dependiam de Chiloane onde eram coletados os impostos. Faziam essa coleta duas vezes por mês. O Régulo mais importante estava em Chiloane³⁹⁸. Os limites atuais indicam a Norte, o distrito de Búzi, a Sul a sede do Distrito de Machanga e o Oceano Indico, a Oeste a baía Dula que separa Chiloane com o Posto Administrativo de Divinhe, no continente, as ilhas Inhagosse e Cungosso. Possui uma extensão de 2.000 Km². Atualmente é um posto administrativo do distrito de Machanga na província de Sofala³⁹⁹.

Em 1948 a população nativa na ilha de Chiloane era estimada em 1.700 habitantes e, em Divinhe no continente, estava localizada a maioria da população nativa calculada em 10.019 habitantes. Divinhe está afastada da ilha por cerca de 8 milhas marítimas, e dependia em termos administrativos, da ilha. Havia muitas dificuldades de ligação entre estes dois centros, especialmente da ilha para os diversos locais no continente, sem barcos e ainda de perigos de travessia, em dias de vento⁴⁰⁰.

³⁹⁷ Menezes, M. P. G, Traditional authorities in Mozambique: between legitimization and legitimacy, p.21-22, disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt>, consultado em 20/04/07; Cumbe, M.J.C., «Traditional Leadership, the State and Rural Economic Development in Southern Mozambique: A Case Study of Mandlakaze District in the Second Half of the Twentieth Century», p. 5-6.

³⁹⁸ António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

³⁹⁹ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018; Costa, E., *Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 412.

⁴⁰⁰ PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947. Segundo o censo de 2007, a população da ilha era estimada em 9.810 habitantes. Ministério

Os motivos evocados para as alterações administrativas sofridas pela ilha, são vários, sendo de destacar alguns influenciados por fatores naturais e outros económicos e humanos. Os fatores naturais mencionaram a questão da invasão do mar, a mesma registada em Sofala, que destruía as infraestruturas e a falta de chuvas que implicava a falta de reservas de água para consumo dos residentes. Os fatores humanos e económicos relacionavam-se com a eficácia administrativa, onde pretendiam controlar as atividades produtivas, a maioria das quais eram realizadas no continente, tais como o comércio, agricultura, cortes de madeira e salinas que não podiam ter a devida fiscalização⁴⁰¹. Na ilha também não havia terrenos suficientes para culturas, vivendo os habitantes da compra de alimentação, por aquisição a dinheiro ou por permuta de pescado e no comércio informal. Outro problema era de estarem localizadas no continente “a maioria das regedorias indígenas com uma população com mais de 10.000 habitantes que, necessitando de ir até à autoridade que estava na, eram obrigados a deslocarem-se em viagens tormentosas de 4 horas, por mar, em almadias, e sujeitas a perigos constantes. Acresce-se que o chefe do posto estava isolado na ilha, e que, em caso de doença, sua ou de família, não podia ser socorrido com rapidez, colocando-o em situação que não era humana”⁴⁰².

Os argumentos para as mudanças de localização administrativa entre a ilha e o continente, tiveram também argumentos a favor. Assim, eram considerados como argumentos a favor da manutenção da sede administrativa em Chingune na ilha, os seguintes:

...existirem alguns nativos, civilizados, e mestiços, que ali nasceram, e não desejam abandonar a terra. - Ninguém, porém, os obriga a tal. Um deles tem, em Chingune, uma loja comercial montada na sua própria residência, fora do local onde deveria ser a povoação comercial de Chingune o que vai contra as normas administrativas; na vila velha de Chiloane, há duas casas comerciais. Mas, neste lugar, parte integrante de toda a

para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», 2012, p.35.

⁴⁰¹ Carta enviada ao Exmo Sr. Inspector pelo administrador de 3ª classe do posto Armando Correia de Freitas Corte Real a partir de Nova Sofala aos 11 de Agosto de 1947 nº 1.111/A/32 para Joao Mesquita que mandou produzir uma cópia em Lourenço Marques, 1 de Junho de 1948. In: AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - «Inspetor administrativo Joao Mesquita. Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947.

⁴⁰² Carta enviada ao Exmo Sr. Inspector pelo administrador de 3ª classe do posto Armando Correia de Freitas Corte Real a partir de Nova Sofala aos 11 de Agosto de 1947 nº 1.111/A/32 para Joao Mesquita que mandou produzir uma cópia em Lourenço Marques, 1 de Junho de 1948. In: PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947.

ilha, não há povoação comercial estabelecida legalmente. Há que fechar, brevemente e depois expor o caso ao governo da Província, tais estabelecimentos, por funcionamento ilegal; ser o atual posto de Chingune, sede de Delegação Marítima e de Posto Fiscal. Por tudo isto, e outros motivos que, de momento não me ocorrem, sendo já bastante, aqueles, a sede do posto de Chingune deve, quanto antes, passar para o continente, em Divinhe⁴⁰³.

A partir desta altura em que se efetivou a transferência da sede para Divinhe, a ilha de Chiloane passou apenas a fazer parte da divisão administrativa das terras da Companhia. Esta divisão, passou a estar dividida entre a sede em Chingune na ilha e Machanga no continente⁴⁰⁴. Mais tarde, após a identificação das limitações humanas, administrativas e económicas da ilha, diga-se com a segurança restabelecida, em 1952 seria de novo retirado o estatuto de sub-circunscção para posto administrativo com a transferência dos poderes da ilha para Divinhe no continente. A figura nº17 ilustra a divisão administrativa dessa altura.

Figura nº 17- Divisão administrativa da Companhia de Moçambique

⁴⁰³ Carta enviada ao Exmo Sr. Inspector pelo administrador de 3ª classe do posto Armando Correia de Freitas Corte Real a partir de Nova Sofala aos 11 de Agosto de 1947 nº 1.111/A/32 para Joao Mesquita que mandou produzir uma cópia em Lourenço Marques, 1 de Junho de 1948. PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscções de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947.

⁴⁰⁴ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscções de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947. Segundo o inspetor Borges, no Posto de Chingune as regedorias Inharringue, Maroponhe e Metambanhe são machanganes, isto é, resultantes do cruzamento de vandaus, vadandas e vatuas (nguni). As regedorias de Cherinda e Manama parecem serem puramente ndau e a sua ocupação é anterior à invasão das tropas de Gungunhana. PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscção de Sofala».1969. Dactilografado.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E ÁREAS

Divisão administrativa

Concelho e Circunscricões		Postos
Designação	Sede	Designação
Beira (Concelho da)	Beira	—
Circunscricões:		
Bázi	Nova Lusitânia	Chiramba.
Chemba	Chemba	Tambara.
Cheringoma	Inhaminga	Maringôê.
Chimoio	Vila Pery	Dondo.
Gorongosa	Vila Paiva de Andrada	Gondola.
Govuro	Nova Mambone	Bandula.
Manica	Macequece	—
Marromeu	Marromeu	Bartolomen Dias.
Mocoque	Mocoque	Mavita.
		Lacerdónia.
Mossurize	Espungabera	Macovane.
Neves Ferreira	Vila Machado	Chicalacuala.
Sena	Vila Fontes	Massangena.
Sofala	Nova Sofala	Chibabava.
		—
		Inharuca.
		Chingune.

Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

O nome Chiloane aparece na documentação escrita desde o início do século XVI, quando os portugueses se estabeleceram na baía de Sofala. Chiloane, é o nome atual da sede do Posto Administrativo que, desde a primeira ocupação e transformação da ilha como sede administrativa teve diversas designações e autonomia administrativa, tanto pela Companhia de Moçambique assim como pela administração portuguesa. O nome Chiloane tem origem na palavra da língua nacional *ndau* que é falada, maioritariamente por populações do atual distrito de Machanga na província de Sofala em Moçambique⁴⁰⁵.

Antes de ser habitada continuamente a partir do início do século XIX, a ilha deve ter sido usada ocasionalmente por pescadores e marinheiros de diversas origens. Os primeiros habitantes da ilha, entre outros, foram fugitivos da guerra dos nguni na altura da sua expansão para o Norte, assim como depois de iniciarem o movimento de regresso para reinstalarem a capital do Império de Gaza em Bilene (Sul de Moçambique). Durante as guerras de expansão nguni do império de Gaza, as populações locais usavam a ilha como seu esconderijo, fugindo dos soldados que os perseguiram.

Sobre o nome da ilha, António Henriques chefe de povoação de Chingune na ilha de Chiloane e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango, herdeira do trono da linhagem dos regulados locais e do conjunto de regulados, nascido em 1935, deu a seguinte explicação sobre a origem do nome:

Aconteceu que os fugitivos estando já dentro da ilha, viram os seus perseguidores a uma distância a partir da qual eles tinham de atravessar o canal, nadando ou em embarcações. Então, começaram a gozar gritando: *mutchi ruwane, mutchi ruwane*, que significa: que -

⁴⁰⁵ PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscricão de Sofala».1969. Dactilografado.

lutem agora. Vendo bancos de areia no caminho para a ilha, os perseguidores começaram a aproximar-se. Porém, antes de chegarem na ilha a maré começou a encher e eles começaram a afogar-se, porque não sabiam nadar. Assim os que estavam na ilha escaparam. Destas duas palavras da língua ndau, resultou a grafia de uma só, *tchiruwane*=Chiloane, na grafia portuguesa. Assim ficou o nome de Chiloane que foi registado pelos portugueses. Não me lembro do ano em que isso aconteceu, mas eu também ouvi pelos meus avós⁴⁰⁶.

Outra versão sobre a origem do nome Chiloane também se refere às invasões dos nguni, mas com outros pormenores. Segundo este informante, Chiloane fora pronunciado pelos primeiros habitantes das zonas circunvizinhas da ilha quando estes fugiam das zonas de domínio dos nguni, e vieram refugiar se na ilha,

Os soldados dos nguni encetaram perseguição. Ao longo da travessia, usando jangadas chegaram a uma zona de confluência de correntes nos canais e começaram a afundar. E como não sabiam nadar começaram a morrer e os fugitivos que se encontravam a salvo na ilha começaram a gritar: *Chiriwane ngondo, Chiriwane ngondo* que quer dizer: venham nos matar então. Mais tarde os brancos, portugueses entenderam como sendo o nome da ilha. Assim, registaram apenas que era *Chiruwane*, Chiloane⁴⁰⁷.

Informação semelhante é nos fornecida em relação ao nome da sede do Posto Administrativo da ilha de Chiloane, Chingune. Segundo os informantes entrevistados no local, o nome Chingune está relacionado com a indicação do local onde estão os súbditos dos nguni ou onde morreram os nguni. Este nome tem como origem a junção de um prefixo *chi+nguni*=chingune ou local dos nguni. Este nome permanece até hoje como nome do bairro onde está a sede do posto administrativo da ilha de Chiloane que está dividida em duas localidades, nomeadamente Inharingue e Chiloane⁴⁰⁸.

Porém, devemos observar que estas versões referem uma relação entre a invasão dos nguni do século XIX com o nome de Chiloane, assim como o nome da sede Chingune, relacionado com o nome do grupo étnico dominante dos nguni que, tal como mencionamos acima, já vem escrito na documentação desde o século XVI. Portanto, há uma tentativa de a comunidade se apropriar da história criando as suas versões, transmitidas ao longo do tempo. Neste caso são versões contadas por um idoso com mais de 80 anos e um jovem de 28 anos de idade. As duas versões têm em comum a palavra

⁴⁰⁶ António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

⁴⁰⁷ Lino João Bera, Pescador e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, 6 de Junho, 2018.

⁴⁰⁸ António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

chiruwane que se transformou na grafia portuguesa em Chiloane, assim como a referência da ilha como local de refúgio. No entanto, é preciso ter um olhar crítico às fontes orais devido a dificuldade para a sua certificação. Segundo Liesegang, “o ponto fraco destas tradições orais é a ausência de cronologia”⁴⁰⁹.

De acordo com Silva *et all*, depois da morte de Manicusse em 1859 os seus filhos que eram considerados generais, desentenderam-se com o seu irmão Mawewe que ficou sucessor. Por isso, cada um seguido pelos soldados que lhe eram fiéis, fugiram para outros lugares, entre os quais as terras do prazo Mambone onde se localizava a ilha de Chiloane⁴¹⁰. O prazo Mambone vem descrito por Roque desde o início do século XVI, sendo que a maioria da documentação refere a sua existência nos séculos XVIII e XIX. Este prazo, fazia parte de um dos oito prazos dependentes de Sofala, localizados na foz do rio Save, mas que geograficamente se destacava em relação aos outros. O prazo teve diversos donos pertencentes a fazenda real e privados, entre os quais José da Fonseca Coutinho, nos finais do século XVII, Sebastião Rodrigues (1755) e seus descendentes tais como a sua filha D. Maria Rodrigues e o marido António Xavier Ferrara (1756-1764), assim como ordens religiosas (jesuítas e dominicanos), antes de passar à posse da Companhia de Moçambique⁴¹¹.

Em 1836 tinha-se registado entre os nguni a ascensão de Sochangane ou Manicusse, um senhor de guerra ndandwe que derrotou Nxaba, considerado por Newitt como, uma das grandes figuras da história de Moçambique por ter sido quem estabeleceu o primeiro estado nguni de carácter tributário. Este novo líder dos nguni, depois de se apoderar de todo o Quiteve e das terras situadas no Norte, chegou às portas de Sofala onde, depois de algumas batalhas acabou por derrotar os portugueses, ocupando todo o território incluindo Manica e, em 1840 também as terras de Mambone⁴¹². Até cerca de 1840, a ilha de Chiloane esteve na tutela do prazo Mambone que estabeleceu alguns currais de gado bovino cuidado por alguns africanos. Em 1841 os nguni atacaram esta

⁴⁰⁹ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017; Vansina, Jan, *Oral Tradition as History*, Reprinted, Currey, London, 1997); Ki-Zerbo, Joseph, "Methodology and African Prehistory", Abridged ed, General History of Africa 1, J. Currey, Berkeley, Calif., 1990.

⁴¹⁰ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 255.

⁴¹¹ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 254.

⁴¹² Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 255.

ilha e levaram todo o gado *vacum* pertencente aos donos do prazo Mambone, tornando-se assim parte dos domínios do Imperador de Gaza, na altura dirigido por Mawewe. Podemos observar que a criação de gado na ilha, para além dos acampamentos de pesca e de posto de descanso dos navegadores, como uma das primeiras formas do povoamento da ilha⁴¹³.

Alguns dos fugitivos desta guerra dos nguni foram perseguidos pelas forças de Mawewe que os encontraram nestas terras de Mambone a 15 de Julho de 1859 e foram derrotadas. Como consequência dispersaram-se tendo possivelmente alguns deles escalado a ilha de Chiloane como local de refúgio⁴¹⁴. Silva *et all* refere também que foram as ações de desestabilização perpetuadas pelas forças nguni, na altura dirigidos por Muzila entre os dias 7 a 16 de Março de 1863 contra os portugueses estabelecidos em Sofala, que fez com que grande parte dos habitantes da vila de Sofala fosse estabelecer-se na ilha de Chiloane⁴¹⁵. Estas ações, constituíram uma das razões que levaram a administração portuguesa a se transferir de Sofala para a ilha de Chiloane⁴¹⁶. Acresce -se que já antes desta invasão dos nguni de 1863, vivia-se um ambiente hostil que levou a que António José Rodrigues Pinho em 1862 desse ordens para as Repartições públicas passarem a funcionar na ilha de Chiloane, ficando em Sofala um destacamento oficial⁴¹⁷.

Outra razão da transferência para a ilha, foi a invasão do mar que destruiu a Fortaleza de S. Caetano nos meados do século XIX. Como consequência, os Governadores-gerais foram levados a ordenarem o abandono da vila e, “irem estabelecer-se em qualquer território potentado que os protegesse. Assim, em 1865 todas as autoridades, governador do distrito, contingente militar e a própria Comissão Municipal

⁴¹³ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 276; PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado; Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

⁴¹⁴ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 254; Roque, Ana Cristina, *Terras de Sofala*, p. 500. Esta autora refere que em 1759 o prazo fora parcial e temporariamente invadido pelos landins.

⁴¹⁵ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 255.

⁴¹⁶ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 289.

⁴¹⁷ Silva *et all.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, p. 289.

transferiram-se para a ilha de Chiloane⁴¹⁸. Esta foi a primeira experiência do estabelecimento de uma administração na ilha.

No período dos finais do século XIX que antecede a mudança da administração portuguesa desta ilha para a Beira, podiam fundear navios de considerável calado. Por isso, era escalado pelas carreiras de navegação marítima tais como *Castle-Mail Line*, uma companhia britânica de transporte de passageiros e carga fundada em 1853 e pela empresa de navegação a vapor portuguesa para o ultramar também transportando passageiros e carga, *Mala Real Portuguesa*, fundada em 1888. O canal da entrada corre algumas milhas entre bancos de areia e a barra e não era bem conhecido, mas o fundeadouro além de profundo era muito abrigado. A barra Norte era a única capaz de atracar grandes embarcações, mas a Sul servia para a pequena cabotagem⁴¹⁹.

Para além dos portugueses, os nguni destacaram-se na ilha de Chiloane por dois fatores nomeadamente, a presença de curais do seu gado, referido acima e a presença de comunidades nguni, livres ou fugitivos, que permitiram que o nome de uma das suas localidades tivesse origem no nome do grupo (Chingune). Chegados a ilha de Chiloane os portugueses estabeleceram-se na parte Sul, agora designada de vila-velha e que se encontra em estado de abandono. Neste local localizam-se dois cemitérios, sendo um cristão onde estão sepultadas figuras da história da ocupação colonial portuguesa e outra a parte muçulmana que, segundo Costa são aquelas pessoas que considera,

... os monhés verdadeiros que eram os mouros de Sofala e Chiloane. Neste grupo algumas das famílias conservam sem mistura o sangue índio de origem. Foram eles que colonizaram Chiloane e quase todos eles sabem ler e escrever em árabe. Empregam-se no comércio de cabotagem da costa e no comércio do interior. Não têm ligações com as castas indianas e professam a religião muçulmana⁴²⁰.

Em relação a presença dos nguni na ilha, devemos recordar que havia um tabú segundo o qual era expressamente defeso entre os nguni ou vátuas, entrar ou combater na água. Este facto, por exemplo pode ser observado através das estacas que ainda eram visíveis, na década de 1990, no meio das lagoas de Nhambavale no distrito de Chidenguele, província de Gaza. Estas estacas, segundo as informações dos residentes

⁴¹⁸ PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala». 1969. Dactilografado.

⁴¹⁹ Costa, E., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 98.

⁴²⁰ Farinha, António Dias, «Os árabes nos antigos relatos portugueses do Índico», *Finisterra*, , 2012, vol. 40 nº 79, 2005, p. 155. Segundo Farinha desde o século XI que os árabes estabeleceram formas de misticismo muçulmano com a formação de confrarias sufis que acelerou a islamização da população negra.

locais, suportavam palhotas no centro das lagoas, e foram construídas para albergar mulheres e crianças, durante as invasões dos nguni. Rita-Ferreira, também se refere a esta questão do tabu de os nguni não combaterem na água, quando afirma que os chopos edificaram povoações lacustres contra os guerreiros do Império de Gaza, porque sabiam manietados pelo tabu que os proibia de combater no meio aquático⁴²¹. No entanto, parece verosímil que houve o registo da sua presença na ilha usando embarcações, pelo facto de haver a referência de terem invadido a ilha e levado o gado pertencente ao prazo Mambone, descrito acima, assim como o nome dado a uma das localidades da ilha.

A segunda entidade a sediar a sua administração na ilha de Chiloane foi a Companhia de Moçambique. Esta companhia, depois de obter a concessão tomou posse pelo auto assinado em 27 de Julho do mesmo ano de 1892 e passou a administrar três circunscrições em conjunto com a circunscrição de Sofala e de Govuro. Em 1893 a circunscrição de Chiloane foi dividida pelas sub-circunscrições de Cherinda, Machanga e Beia-Peia, mais tarde designado de Madanda⁴²². As divisões administrativas tiveram contínuas alterações ao longo dos tempos.

Depois de estabelecida a sede da Companhia na ilha, uma das primeiras ações do Governador da Companhia foi ordenar a transferência da sede para Chingune, no outro extremo a Norte da ilha, em direção à aproximação ao continente. Neste local estabeleceram a sede da Delegação Marítima e de Posto Fiscal, tal como referimos acima. A razão evocada para esta deslocação, foi de que a povoação inicial da ilha no Sul, estava longe do ancoradouro dos navios. Nesse período o seu porto era considerado um dos melhores do território. Mais tarde, a administração baseada nesta ilha entrou em decadência quando se decidiu a construção de um novo porto na foz do rio Pungue. Desta forma, dois anos depois a sede da Companhia voltou a sair de Chiloane com a criação da área da circunscrição de Nova Sofala em Inhamunaze, pela Ordem nº 227 de 20 de Janeiro de 1894. Nesta altura, a ilha deixou de servir como sede da Companhia⁴²³.

⁴²¹ Cumbe, Mário, «Os khokholos e a Estrutura da Etnia Chopi no Século XIX: O Problema da Definição da Cultura de uma População», Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 2000, p. 56; Cabral, A., *Raças usos e costumes dos indígenas do distrito de Inhambane*, Lourenço Marques, 1910, p. 32; Rita-Ferreira, António, *Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens até 1954)*, J.I.U., Lisboa, 1961, p. 195.

⁴²² PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala». 1969. Dactilografado.

⁴²³ Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947.

As principais atividades económicas da ilha eram a pesca e os dados do período colonial indicavam que, no período entre 1911 e 1917 havia uma exploração acentuada de peixe na Ilha de Chiloane por particulares e pela Companhia de Moçambique, sendo que um dos objetivos era garantir o abastecimento em peixe fresco para o consumo local e da cidade da Beira. Para este efeito, determinava através de avisos, que só seria permitida a exportação de peixe fresco, mesmo que fosse para consumo a bordo, quando tivesse a aprovação da direção dos serviços urbanos de não haver falta de peixe no mercado da cidade e não se exagerar o seu preço⁴²⁴. O chefe do Posto de Chingune, Mário Soares de Carvalho, em 1947 reportava que em Chingune, sede da ilha, cultivam menos e pescam mais vendendo o peixe em fresco e seco assim como desenvolvendo a indústria salina⁴²⁵.

Na década de 1960 e 1970, Flávio Gonçalves destaca a participação dos poveiros na pesca ao largo da costa moçambicana, entre Zavala (distrito da província de Inhambane no Sul) e a ilha de Chiloane, numa zona que compreende praticamente toda a linha costeira da província de Inhambane. Nesta região, segundo ele,

... situavam-se os pesqueiros mais ricos da costa moçambicana. Nem nas águas da ilha Metembo (próximo de Porto Amelia- hoje Pemba, no Norte, na província de Cabo Delgado), nem nas ilhas de Fogo (próximo de Pebane, no centro na atual província de Zambézia), se encontram bancos de pesca tão abundantes como aqui, nestas paragens mais ao Sul, onde a própria cor das águas, mais escura, torna fácil a faina da pesca. É para este local que estes pesqueiros correm, semana sim, semana não, doze traineiras oriundas de Lourenço Marques e da Beira com quase 250 homens. Demoram dois dias, para navegarem de qualquer uma daquelas cidades, até ao local dos pesqueiros. Dois longos dias em que pouco ou nada pescam. Chegadas ao banco de peixe, permanecem ali oito ou dez dias a lançar a linha. Regressam quando têm umas duas toneladas de peixe. O que abunda mais nestas águas é o pargo e a garoupa⁴²⁶.

A abundância dos recursos pesqueiros da região de Machanga é favorecida pela existência da maior área de mangais do país que se estendem por cerca de 242.2 km²⁴²⁷.

⁴²⁴ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. Secretaria-geral, «Processos 30, números 57-59».

⁴²⁵ Carta enviada ao Exmo Sr. Inspector pelo administrador de 3ª classe do posto Armando Correia de Freitas Corte Real a partir de Nova Sofala aos 11 de Agosto de 1947 nº 1.111/A/32 para João Mesquita que mandou produzir uma cópia em Lourenço Marques, 1 de Junho de 1948. In: PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947. Dentro da Província de Sofala o distrito de Machanga é o maior produtor de sal. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 58.

⁴²⁶ Gonçalves, F., «Os pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», p. 38.

⁴²⁷ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 23.

Os mangais são ecossistemas de transição entre os ambientes oceânico e terrestre. A importância destes ecossistemas tem sido destacada por serem considerados altamente produtivos, devido a grande quantidade de matéria orgânica gerada neste ambiente e libertada para as águas costeiras na forma de detritos, compondo a base alimentar de várias espécies de caranguejos, camarões e peixes de valor comercial⁴²⁸.

Na década de 1980, a ilha de Chiloane era habitada por cerca de 1.500 pessoas, quase todas vivendo de pesca, estabelecidos em 13 centros de pesca. Os seus pescadores trabalhavam com chatas e canoas e a pesca era feita com anzóis e linha, assim como compravam a fauna acompanhante aos barcos camaroeiros. Este pescado era depois processado em seco juntamente com o seu próprio peixe seco que iam vender principalmente na cidade da Beira⁴²⁹. A comunidade também pratica agricultura de subsistência em pequenas parcelas assim como o comércio, na maioria de forma informal.

Pinto, que estuda o sector pesqueiro moçambicano no período entre a década de 1980 e 1990, refere que em Sofala a pesca artesanal está concentrada na ilha de Chiloane, com uma população de 2.000 pescadores, todos vivendo principalmente de pesca⁴³⁰. O mesmo assunto também é apontado por Garcia no mesmo período e acrescenta que usam canoas, chatas, barcos de fundo raso e diferentes artes de pesca que variam de acordo com as marés, desde o uso de rede de arrasto à terra, diferentes tipos de armadilhas assim como a pesca à linha usando anzóis, assunto que desenvolvemos na secção sobre artes e aprestos de pesca.

Segundo o censo de 2007, o método de pesca mais usado no distrito de Machanga era o emalhe, mencionado em 517 centros de pesca seguido da pesca de arrasto, mencionado em 253 centros de pesca e, em terceiro lugar a pesca com linhas de mão, mencionada em 220 centros de pesca⁴³¹. Em Divinhe, no continente existem cerca de 200 pescadores com cerca de 150 canoas numa área que só pode ser alcançada pelo mar. Na

⁴²⁸ «Estratégia e Plano de Acção Nacional para Restauração de Mangal 2015-2020», p. 6-7.

⁴²⁹ Krantz, L., N.K. Sorensen, J. Olesen, J. Katalova, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, p. 53. Em todo o distrito de Machanga foram recenseados 43 centros de pesca em 2007. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 51.

⁴³⁰ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 113.

⁴³¹ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 52.

cidade da Beira existem cerca de 1.501 canoas e chatas. Cerca de 70% do total do pescado nesta pesca artesanal é processado a seco ou fumado e salgado⁴³².

A maioria da população, sobretudo do interior de Moçambique, não tem acesso ao peixe fresco ou peixe congelado por isso consome mais o peixe seco e salgado pois, ao adquirem o peixe seco salgado, também adquirem o sal que escasseia nas suas zonas. No período anterior à independência o peixe era seco no chão, na areia da praia ou sobre algumas estacas em cima do capim. Mas depois da independência algumas instituições do Estado, como o Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala e o Fundo de Fomento Pesqueiro, foram desencadeadas algumas ações para uma evolução tecnológica que consistiram na divulgação do uso do estendal, onde deviam colocar o peixe por cima de uma mesa, que se tornou em um melhor secador de peixe⁴³³.

Quanto aos que exerciam a atividade de pesca artesanal na ilha, havia africanos nativos que eram proprietários de diversas embarcações de pesca e empregavam em média cerca de oito trabalhadores, entre os quais se destacaram Joaquim Namuchando, Pedro Ndacondja, José Sambudo, Daniel Baca, Zungulo, Gomes Ruvara que competiam com os chineses. Entre os chineses, no período da década de 1940, destacava-se Faroua Ah Heng de origem chinesa e a mãe africana que tinha redes de cerco, empregando entre 12 e 15 trabalhadores⁴³⁴.

No pós-independência destacou-se a empresa privada de capitais moçambicanos e cubanos, Recanto de Chiloane Lda, sediada na cidade da Beira. Esta empresa, fazia parte de uma *holding* com interesse nas pescas que inclui empresas tais como a IMPESCOL, Pérola de Vilanculos e Recanto da Munhava que tinham uma frota de 18 navios de pesca e 695 toneladas de quota de camarão em 1991⁴³⁵. Porém, as atividades de pesca que realizavam ao largo da ilha, devido a problemas diversos tais como a redução

⁴³² Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 113; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁴³³ Manuel Luís Gonçalves reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

⁴³⁴ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018. Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁴³⁵ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

das quantidades de pescado assim como a destruição de algumas infraestruturas pela invasão do mar, foi reduzindo gradualmente a frota acabando por paralisar as suas atividades⁴³⁶.

A venda e distribuição do peixe fresco era efetuada por algumas empresas e comerciantes documentadas a partir do período colonial. Deste modo havia referência à existência de duas câmaras frigoríficas em Nova Sofala, pertencentes à firma Socopel que servia para o aprovisionamento de camarão processado que depois era transportado de avião para a cidade da Beira e, mais tarde, exportado para a África do Sul e Rodésia. Na zona de Búzi havia também um português que exportava peixe fresco e camarão para a África do Sul e Rodésia, parte comprada em Chiloane. Américo Inguana, Secretário Permanente do distrito de Govuro, também refere que muita produção pesqueira processada em peixe seco não só alimentava o mercado local, mas também era transportado para mercados em Inhambane, Gaza e cidade de Maputo assim como ao mercado regional para países como Malawi, Zâmbia e Zimbabwe⁴³⁷.

Quanto a agricultura, desde o período que se fixaram os primeiros habitantes cultivam o milho, mapira, arroz, mandioca e batata-doce em regime de sequeiro. Tinham também locais de produção de sal pela Sociedade Mercantil assim como pela própria Companhia de Moçambique, para além de um privado de nome Muralha. No continente e em áreas de subordinação administrativa da ilha, na altura da Companhia destacava-se a exploração da madeira em bruto que depois era enviada a cidade da Beira transportada em “gazilina” designação que na língua ndau, significa barco a motor. A Companhia tinha também uma coutada nº 5, terra onde é proibido caçar, alugada à empresa Safarilândia com dois acampamentos em Gupata e Muar no continente⁴³⁸.

⁴³⁶ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁴³⁷ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado; Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017; Américo Inguane, Secretário Permanente do Distrito de Govuro (Nova Mambone). Entrevista, Local-Govuro, dia 31 de Maio e 2 de Junho de 2018.

⁴³⁸ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado; António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

A copra era outra produção de destaque da Companhia de Moçambique nas suas plantações, mas também pela população nativa, tanto nas ilhas assim como no continente. A produção da população era depois vendida à Companhia. Na sede em Chingune alguns nativos privilegiados na estrutura local, chegaram a ter 500 ou mais coqueiros sendo de destacar Joaquim Namuchando, Pedro Ndacondja, José Sambudo e, na ilha vizinha de Inharringue eram destaque Daniel Baca, Zungulo e Gomes Ruvara. A média de trabalhadores de cada um destes proprietários era de 8 trabalhadores. Alguns destes também tinham grandes redes de pesca de arrasto para as quais tinham de recrutar trabalhadores.⁴³⁹

Tanto os trabalhadores da Companhia assim como dos nativos com grandes plantações, eram fornecidos pelo sistema de recrutamento de Xibalo e eram alimentados por peixe seco e carne de caça que adquiriam nas coutadas⁴⁴⁰. No entanto, segundo António Henriques, um pescador indígena proprietário de várias redes e gamboas, tinha muitas dificuldades de conseguir angariar trabalhadores. “Havia aquele receio de negro trabalhar para outro negro. Assim, este proprietário ia pedir o fornecimento de trabalhadores ao chefe do Posto. Este, para conseguir esta mão-de-obra, começava por mandar controlar nos residentes, através de sipaios, os residentes que tinham os impostos pagos e prendia e recolhia ao posto administrativo aqueles que estivessem em falta, para irem ao xibalo”. A partir do posto administrativo, todos aqueles que tinham necessidade de trabalhadores, incluindo este proprietário indígena, iam à administração requisitar o número de homens que quisesse. Assim, o contrato com o chefe do posto consistia no compromisso deste proprietário ter de pagar o salário de cada pessoa requisitada na administração. Deste valor pago, deduzia-se o que era devido nos impostos. Completado

⁴³⁹ Costa, afirma que por volta de 1898 havia 13.381 coqueiros nascidos nas plantações de Bué, Buene, Cherinda, Machanga e Inharringue para além das plantações de borracha do Ceará e do Panamá em Machanga. Costa, E., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», p. 414; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁴⁴⁰ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado; António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

o valor em dívida para com a administração a pessoa podia estar liberta. Também havia a possibilidade de a pessoa continuar a trabalhar de forma livre⁴⁴¹.

No entanto, havia também formas de recrutamento voluntária que consistia em o proprietário da rede fazer “propaganda” dentro da ilha de que precisava de pessoas para trabalharem. Aqueles que não tinham suas próprias redes ou estivessem necessitados, iam se oferecer e no final recebiam em produtos, (peixe) ou dinheiro⁴⁴².

Outras atividades económicas na ilha na atualidade, observamos a prática de diverso tipo de comércio informal, a produção e venda de bolinhos, pão, e outros géneros alimentícios de primeira necessidade em bancas instaladas defronte das suas casas ou nas ruas e mercados. Segundo Menezes, a maioria das famílias das comunidades pobres, usa a diversificação como uma estratégia para enfrentar as dificuldades de forma a minimizar o risco assim como para fins de acumulação⁴⁴³.

Mazau Paulino Pereira, neto de um trabalhador da Companhia na ilha, fonte das suas informações e nascido em 1948, pescador, diz que desde o período colonial que a ilha de Chiloane tinha uma importância na produção e fornecimento de sal, peixe e camarão principalmente para a cidade da Beira e outras regiões do interior, assim como à Companhia de Moçambique. Alguns destes comparadores, às vezes revendiam estes produtos a outros locais. Por exemplo, vinham três barcos privados da Beira da sociedade Mercantil de Sofala; um barco de Agostinho Fernandes Herdeiro; um barco de Nurmamade Ibrahim; um barco de Osman Camissá; um barco de Gani e dois barcos de José Manate⁴⁴⁴. No entanto, não foi especificada a periodicidade destas ligações que transportavam principalmente peixe, camarão e sal a partir da ilha e traziam da Beira produtos de primeira necessidade⁴⁴⁵.

A ilha de Chiloane teve a singularidade de ter sido a sede de duas entidades administrativas coloniais diferentes entre 1865-1894, nomeadamente a autoridade portuguesa e a Companhia de Moçambique. Ademais, desde o período anterior à chegada

⁴⁴¹ António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

⁴⁴² Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁴⁴³ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 4-5.

⁴⁴⁴ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁴⁴⁵ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

destes, foi registada a presença e influência dos suaflis islamizados designados por Costa como, “monhés verdadeiros, os mouros de Sofala e Chiloane onde, algumas das famílias conservam sem mistura o sangue índio de origem. Não têm ligações com as castas indianas e professam a religião muçulmana”, tal como mencionamos acima⁴⁴⁶.

Os nguni, tal como mencionamos acima, marcam a sua presença neste território pelo facto de se registar alguma influência na cultura local ao ponto de atribuírem o nome da sede da localidade, Chingune, em sua memória, o que permite destacar sinais de multiculturalidade dos habitantes desta ilha (descendentes dos árabes, indianos, mestiços, nguni, negros locais e comerciantes islamizados). O inspetor Borges aponta também que havia na ilha três núcleos islâmicos muito antigos em Chingune, sede da ilha de Chiloane assim como na Nova Sofala, no distrito de Búzi, na atual província de Sofala⁴⁴⁷. Este facto é evidenciado pelo túmulo do primeiro árabe a residir na ilha, de nome Valgy e ao lado dele o túmulo do Gani⁴⁴⁸. A estes grupos juntaram-se os portugueses neste espaço, desenvolvendo diferentes atividades económicas. Outro ponto de destaque é de a ilha ter estado na rota das principais carreiras de navegação marítima europeia da época a partir do século XIX, assim como local de refúgio para diferentes grupos e em diferentes períodos de ocupação da ilha.

3.3-Factores climáticos e ambientais que influenciam a pesca artesanal na exploração e preservação dos recursos

Nesta seção abordamos assuntos relacionados com fenómenos naturais e humanos assim como das diversas formas de aproveitamento dos recursos pesqueiros, tal é o caso da fauna acompanhante. Estes assuntos tiveram impacto e continuam a ter no mundo em geral, e no local escolhido como objeto de estudo, a ilha de Chiloane, em particular. A região de Sofala, sofre de fenómenos naturais e humanos que influenciam as condições de sobrevivência das suas populações. O distrito de Machanga é propenso a eventos extremos tais como ciclones, tendo registado dois nos últimos 40 anos nomeadamente,

⁴⁴⁶ Costa, E., *Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 268; Farinha, A.D., «Os árabes nos antigos relatos portugueses do Índico», p. 155.

⁴⁴⁷ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado.

⁴⁴⁸ Os Gani são empresários de sucesso que também existem implantados em Nampula em muitos ramos comerciais, agrícolas e industriais. Será que têm alguma ligação?

(HSK1398 em 1998 e Leone/Eline em 2000), assim como cheias e secas⁴⁴⁹. A ilha de Chiloane está localizada neste distrito e sofre de erosão costeira, o mesmo que se observava em Sofala. Quanto a fatores humanos podemos realçar como exemplo o que foi reportado em 1908, ainda no período da administração da Companhia de Moçambique, quando se reportou uma perção de causas que traziam como consequência a escassez dos recursos. Segundo o que é reportado neste documento foi de que,

...um grupo de pescadores residentes na cidade da Beira reclamava o facto de pescadores indianos, andarem a colocar gamboas de “grilos de linha finos” em toda a parte onde encontrarem boa pesca e sobretudo nas bocas mesmo dos rios, onde eles têm as gamboas de arames. Com estas gamboas de grilos de linha fina dos indianos não escapava nem os mais pequenos peixes, o que destruíam mesmo as ovas dos peixes⁴⁵⁰.

Este caso mostra o problema das dimensões das grelhas que provocam problema ambiental por capturarem até peixes mais pequenos. O controlo para o cumprimento destas diretrizes era efetuado pelas capitánias. Estas capitánias, tinham instalações administrativas, oficinas, docas secas e equipamentos diversos. Realizavam tarefas tais como o licenciamento da pesca, certificação da navegabilidade, cobrança de taxas, inspeção de pescado e fiscalização pesqueira⁴⁵¹.

As preocupações ambientais por problemas causados pelo homem também foram verificadas na exploração das pérolas em Bazaruto. Neste caso que mencionamos acima, é reportado pelo Ofício do diretor da Companhia de Pérola de Bazaruto, Francisco Pena em 1909, dentro do contexto de disputa da posse do direito de pesca no arquipélago de Bazaruto. Ele observou que as pescarias de ostras perolíferas feitas pela Companhia de Moçambique, “eram uma verdadeira razia, e começavam ainda na época da desova e procriação das ostras onde praticavam ações que não as deixavam crescer. Desta forma seriam necessários muitos anos para que os bancos se repovoe”⁴⁵².

Porém, esta ilha também tem sofrido de erosão costeira⁴⁵³. Segundo Aires, designa se de zona costeira aquele lugar de transição entre a zona continental e a zona marinha,

⁴⁴⁹ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 4.

⁴⁵⁰ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de cambôas na circunscrição de Govuro, Mambone e Mocoque, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁴⁵¹ Gonçalves, Manuel Luís, *Aprendendo o caminho...caminhando com o FFP...* Numa caminhada de 24 anos, Maputo, 2013. p. 38.

⁴⁵² MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», n° 6370, 5 vols.

⁴⁵³ PT/AHU-MU-ISAU. Inspetor administrativo João Mesquita. Colónia de Moçambique, Província de Manica e Sofala. Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. «Relatório das

tornando-se numa faixa complexa, dinâmica e mutável. Este sistema dinâmico e mutável produz erosão costeira. “Erosão é o resultado de fatores de ablação de material sólido, o seu transporte e acumulação. É o conjunto de elementos físicos e humanos que levam à destruição e degradação do relevo transformando a paisagem⁴⁵⁴. Existem vários tipos de erosão nomeadamente: erosão pluvial, causada pela água das chuvas; erosão fluvial, causada pelo transbordo da água dos rios, transformando o seu curso em vales; erosão marinha, causada pelo desgaste das rochas e solos litorâneos pelas águas do mar; erosão eólica, causada pela ação dos ventos, que provoca o intemperismo das rochas e também actua no transporte dos sedimentos para zonas mais distantes dos pontos de erosão; erosão glacial, causada pelo congelamento dos solos e a consequente movimentação em blocos e a erosão gravitacional, causada pela rotura e transporte de sedimentos proporcionada pela ação da gravidade, com a deposição gradual de partículas de rochas das zonas mais altas para as baixas⁴⁵⁵. Alguns destes fenómenos naturais principalmente a erosão marinha, eólica, pluvial e fluvial, afetam a ilha de Chiloane, o que foi referido no relatório do inspetor administrativo João Mesquita em 1947, quando anotou que “uma invasão das dunas fez desaparecer os marcos colocados para demarcar o espaço para a fixação de uma povoação comercial de Chingune”⁴⁵⁶.

Durante o trabalho de pesquisa de campo realizado em 2018, o chefe do posto administrativo da ilha Carlos Caminho Siwa, informou-nos que essa situação persiste até hoje:

A situação da erosão na ilha é grave. O problema não tem solução ao nível local, de distrito e nem da Província. Vieram técnicos da capital fazer medições e batimentos que identificaram estes problemas. Foram identificadas muitas áreas afetadas pela erosão. Em 2011 visitei uma infraestruturas grande na zona Norte que hoje já desapareceu. Ficaram apenas alguns vestígios dos edifícios. Há uma tendência geral de desaparecimento de infraestruturas na ilha de Chiloane devido a erosão costeira que já consumiu alguns quilómetros. Tem-se afirmado que dos cerca de 12 km de extensão que tinha agora

inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Búzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947. p. 105-106, Dactilografado.

⁴⁵⁴ Aires, Ruben Ardido, «A dinâmica de ocupação de zonas costeiras o caso da vila nova de Milfontes, proposta de intervenção». Mestrado, Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 2015, p. 31.

⁴⁵⁵ Erosão. Conceito e Tipos de erosão. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br>, consultado em 1 de Novembro, 2021.

⁴⁵⁶ PT/AHU- Ministério do Ultramar-ISAU. Inspetor administrativo João Mesquita. Colónia de Moçambique, Província de Manica e Sofala. Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Búzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947. p. 105-106, Dactilografado.

tenham ficado apenas 7 km. Os principais edifícios administrativos desapareceram com a erosão⁴⁵⁷.

Esta informação do chefe do posto pode ser observada na figura abaixo, tirada pelo autor no local referido onde se vê a destruição de infraestruturas antigas pela erosão costeira.

Figura nº 18- Foto mostrando infraestruturas destruídas pela erosão na ilha de Chiloane



Foto do autor

Carlos Caminho Siwa destaca como causas desta erosão o regime dos ventos e a técnica da pesca de arrasto. Segundo ele, “a zona Norte onde se localiza o farol Chinguni é uma zona de convergência de ventos Norte e Este e os ventos alísios que vão penteando as áreas e acabam diminuindo a extensão territorial. Na zona Sul, na vila-velha também a erosão avançou a tal ponto que destruiu infraestruturas. Nesta zona estava o farol Ingomaimo, o primeiro farol a ser instalado na ilha no período anterior a Companhia de

⁴⁵⁷ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018. Toda a extensão do mar territorial está dentro da classe batimétrica mais superficial (profundidade inferior a 50m) e a linha batimétrica do 20m tem uma largura de 15 km. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 14.

Moçambique”. A pesca de arrasto a terra também propicia erosão, pois puxam areias para a costa assim como todo o tipo de vegetação e fauna misturado, que depois leva muito tempo para a sua reposição⁴⁵⁸.

Figura nº 19- Foto mostrando o farol Chinguni destruído pela erosão na zona norte da ilha de Chiloane.



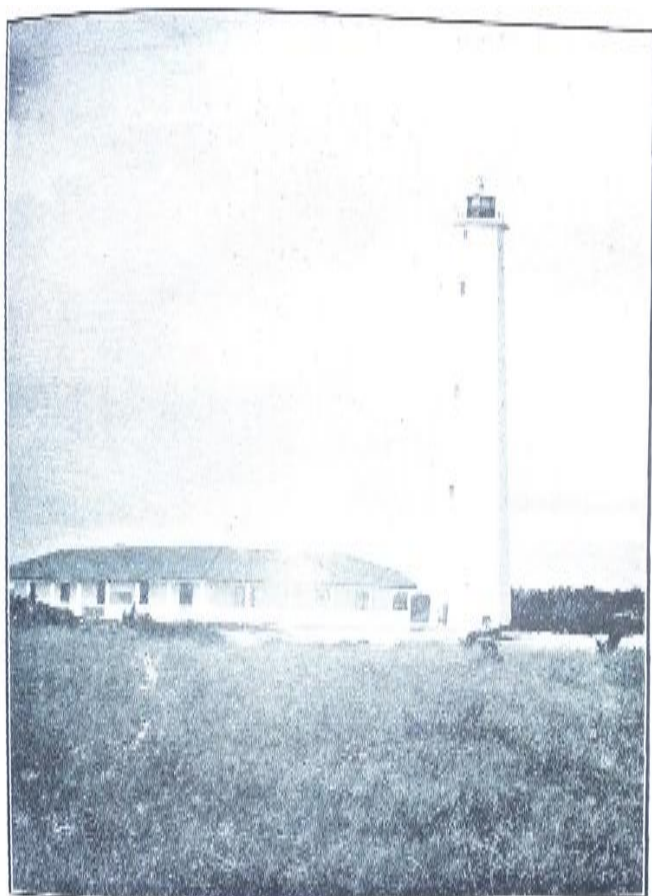
Foto do autor

Para além deste farol localizado na zona Norte que consta a figura nº19, existia outro localizado na ponta Sul da ilha, patente na figura nº20 a seguir, que também desapareceu devido aos mesmos fatores. Segundo Jamilo Amade, este farol foi derrubado

⁴⁵⁸ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018; Roque, A. C., *Terras de Sofala*, p. 142.

pelo ciclone Eline em 2000, tendo ficado numa inclinação aproximada de entre 15 e 20 graus. Devido a erosão, encontra-se atualmente no mar⁴⁵⁹.

Figura nº 20- Foto mostrando o farol Ingomaimo localizado na zona Sul da ilha de Chiloane



CHILOANE — Farol de Ingomaimo

Fonte: Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

⁴⁵⁹ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

O sistema das dunas da ilha de Chiloane depende da vegetação para a sua conservação e é responsável pela acumulação de sedimentos transportados pelo vento, representando também a primeira barreira à remoção de areias em situação de temporal. A erosão costeira, sendo um fenómeno permanente na vida do litoral, ocorre de forma permanente e deve merecer a atenção devida pelas comunidades que vivem em seu redor. Se não forem observadas as margens de segurança adequadas pode constituir um problema nesses locais. “ Não existem soluções tecnicamente perfeitas para lidar com este problema sendo que cada caso é um caso”⁴⁶⁰.

A pesca de arrasto reportada desde o início do século XIV no mundo, registou o seu maior desenvolvimento durante o século XIX, com o incremento da Revolução Industrial e o aumento da procura de captura de espécies de elevado valor comercial que vivem próximo aos leitos, tais como o bacalhau, camarão, vários tipos de lula e o *rockfish*. Este tipo de pesca é caracterizado pelo uso de uma rede grande e pesada que é arrastada pelo fundo, capturando quase tudo que estiver no seu caminho o que permite o acumular de espécies não visadas, a fauna acompanhante. Neste processo, destrói os leitos de águas rasas e provoca consequências de longo prazo e alcance nos oceanos⁴⁶¹. Por exemplo, no Oceano Pacífico Norte há o registo da prática da pesca de arrasto de profundidade. Este tipo de pesca, consiste no deslocamento de sedimentos que destroem o habitat dos organismos que vivem no local, aumentando a opacidade da água e tornando-a imprópria para muitas espécies. Esta forma de funcionamento, destrói os ecossistemas frágeis enquanto é responsável por 18% das capturas anuais e 82% das capturas consideradas de fauna acompanhante na região⁴⁶².

Os efeitos nocivos da pesca de arrasto de profundida, para além de serem responsáveis pela redução de 52% da matéria orgânica e de 37% do consumo do carbono orgânico pela “meiofauna”, são equiparados à desertificação e erosão dos solos na terra e a, “deterioração ambiental generalizada de plantações agrícolas expostas a altos níveis de impacto humano (...). Além disso, considera-se que a intensa e crónica pesca, transformará grandes partes da encosta do fundo continental em desertos de fauna e

⁴⁶⁰ Aires, R. A., «A dinâmica de ocupação de zonas costeiras o caso da vila nova de Milfontes, proposta de intervenção», p. 39.

⁴⁶¹ Pusceddu, Antonio; Bianchelli, Silvia; Martín, Jacobo; Puig, Pere; Palanques, Albert; Masqué, Pere and Danovaro, Roberto, «Chronic and Intensive Bottom Trawling Impairs Deep-Sea Biodiversity and Ecosystem Functioning», *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111, Vol. 1, nº 24, 2014, p. 1.

⁴⁶² Pusceddu *et all.*, «Chronic and Intensive Bottom Trawling Impairs Deep-Sea Biodiversity and Ecosystem Functioning», p. 1.

paisagens marítimas extremamente degradados”⁴⁶³. O consumo de carbono pela meiofauna de águas profundas é um dos elementos do ciclo de carbono trocado entre a terra, o mar e o ar e, a meiofauna faz parte da cadeia alimentar de muitos organismos para obterem nutrientes e energia⁴⁶⁴.

No contexto das mudanças climáticas globais temos de considerar outros fatores climáticos e ambientais que influenciam a pesca, tais como a precipitação pluvial na África Austral que é fortemente condicionada pelo fenômeno ENOS, assim como pelo Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e apresenta uma grande variabilidade. Ao longo do ano a Zona de Convergência Intertropical muda a sua posição, deslocando-se entre o Equador e os Trópicos de Câncer e Capricórnio. Neste período a região da África Austral recebe maiores quantidades de sua precipitação anual que decorrem de Novembro até Abril, à medida que a Zona de Convergência Intertropical se desloca para o Sul. Quanto mais a Sul esta se deslocar, maior é a probabilidade de ocorrência da precipitação (Figura 23 abaixo). O período chuvoso ocorre quando a Zona de Convergência Intertropical se move para o Sul, o que induz as chuvas e, o período seco (Maio até Outubro) ocorre quando esta se afasta em direção ao Norte⁴⁶⁵. Estes fenômenos, relacionam-se com a pesca na medida em que é no período chuvoso que ocorrem as boas pescarias devido a diminuição da salinidade das águas e o transporte de muitos nutrientes da terra para as águas, facto referenciado por muitos dos nossos informantes⁴⁶⁶.

De salientar que os oceanos também desempenham uma influência importante no clima regional. Esta influência é caracterizada pela deslocação da corrente quente do

⁴⁶³ Pusceddu *et al.*, «Chronic and Intensive Bottom Trawling Impairs Deep-Sea Biodiversity and Ecosystem Functioning», p. 3.

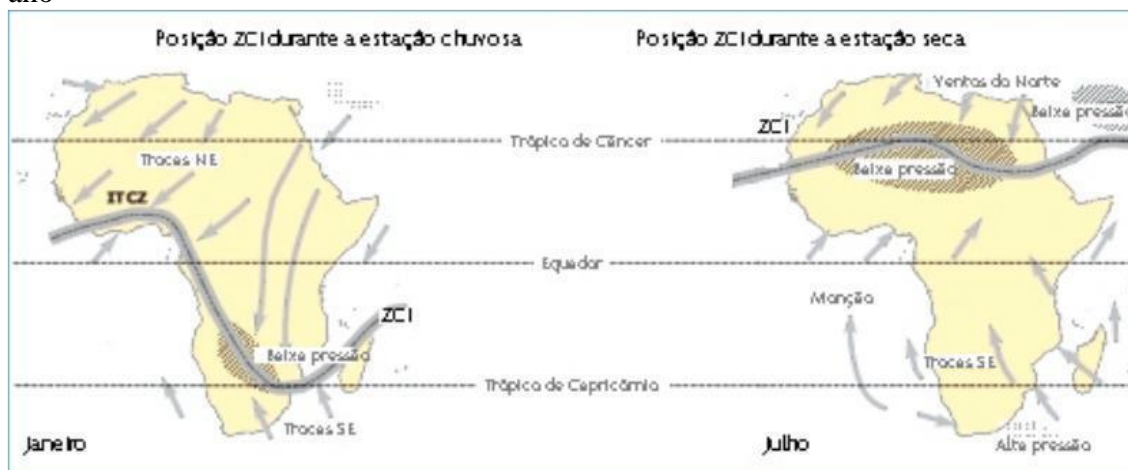
⁴⁶⁴ Pusceddu *et al.*, «Chronic and Intensive Bottom Trawling Impairs Deep-Sea Biodiversity and Ecosystem Functioning», p. 3-4.

⁴⁶⁵ Uele, Dionísio, «Impactos dos Modos de Variabilidade Climática no Cultivo do Milho em Regime de Sequeiro: Uma Abordagem de Aplicação da Sustentabilidade Agrícola na Região Sul de Moçambique». Mestrado, Instituto de Florestas- Programa de pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável- UFRRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 30.

⁴⁶⁶ Josefa Manganhe, Pescador, dono de embarcações de pesca e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Matola. Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018; Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018; Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca; Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

Canal de Moçambique na costa leste em direção ao Sul, transportando consigo água quente e ar húmido do Equador o que contribui para a existência de um clima quente e húmido na região. Por outro lado, a costa oeste no Oceano Atlântico é influenciada pela corrente Fria de Benguela, que condiciona um clima mais seco.

Figura nº 21- Variação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) em África por todo ano



Fonte: Instituto Nacional de Gestão de Calamidades/FEWS NET Mind (2003).

A situação representada nesta figura nº21, na posição da Zona de Convergência Intertropical chuvosa, indica-nos que o limite Sul do período de ocorrência de chuvas termina no Paralelo 22°. De recordar que este é o limite acordado entre as autoridades portuguesas e a Companhia de Moçambique na delimitação dos territórios concessionados a esta Companhia. Portanto, é toda a região com maiores possibilidades de ocorrência de chuvas o que favorece todas as atividades económicas principais desde a abundância da fauna, flora, e melhoria da agricultura, da pesca entre outros. Neste contexto podemos perguntar: será que os gestores/acionistas da Companhia tinham conhecimento destes factos?

A compreensão dos impactos dos Modos de Variabilidade Climática descritos acima para a estudo da pesca artesanal, tem a sua importância para entender os fatores de abundância/escassez dos recursos marinhos. O entendimento destes fatores naturais com base nas mudanças climáticas ou ambientais tem sido mencionado, a nível local e global como uma das causas da redução dos índices de produção pesqueira. Estas mudanças vão ocorrendo em diversos espaços geográficos com impacto diferenciado a nível de extensão e intensidade nas esferas sociais e económicas. Esta é a importância da história ambiental quando tenta trazer à compreensão destes fenómenos (fazendo cruzamento com diversas áreas científicas), associando o crescente interesse científico e dos Estados na percepção

da ligação entre as mudanças climáticas e a desflorestação estudados, entre outros por Richard Grove⁴⁶⁷. Esta preocupação mereceu, por exemplo, o lançamento em 2005 do *Millennium Ecosystem Assessment*, uma iniciativa que juntou cerca de 1.400 especialistas originários de 95 países que se juntaram num projeto de 5 anos para fazerem um inventário global do ecossistema⁴⁶⁸. De referir que muitos destes problemas ambientais ganharam maior impacto depois da Revolução Industrial quando o relacionamento entre o Homem e o meio ambiente passou a ser regulado pela busca permanente de ganhos socioeconómicos, trazendo como consequências a ocorrência de fenómenos tais como o aquecimento global, a destruição da camada do ozono, o desmatamento, a extinção de espécies, a diminuição do suprimento da água potável, a chuva ácida e a poluição tóxica do ar e das águas que ameaçam o meio ambiente terrestre⁴⁶⁹.

Alguns exemplos do impacto negativo destes fatores climáticos e ambientais são descritos por muitos pescadores, entre os quais Mazau Paulino Pereira, Jamilo Amade, e outras pessoas que foram gestores na área das pescas nomeadamente Cássimo Marujo, Carlos Caminho Siwa, mas podemos resumir nas palavras do pescador artesanal António Henriques e Josefa Manganhe em Chiloane, no centro do país e na Matola, no Sul⁴⁷⁰. De acordo com estes informantes,

As mudanças climáticas provocam a falta de chuva e a água se tornou muito salgada. O peixe já não resiste a esta água. Encontramos agora peixe muito magro e sem ovos. Até perdeu sabor e não tem gordura. Mesmo aquele peixe que sabíamos ser muito saboroso agora já perdeu esse sabor. Isto agora acontece em todas as épocas do ano. A quantidade de peixe reduziu devido a mudanças climáticas assim como consequência dos problemas provocados pelos esgotos das empresas que vão diretamente ao mar.

Em Manhiça na Açucareira da Maragra temos plantações de cana-de-açúcar que servem de matéria-prima para a indústria de produção de açúcar. As necessidades crescentes de aumento da produção são acompanhadas pelo aumento dos campos de cultivo de cana.

⁴⁶⁷ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, Cambridge, UK, White Horse Press, 1997; Milfont, T.L.C. Jr., «Psychology of Environmental Attitudes. A cross-cultural study of their content and structure», p. 1.

⁴⁶⁸ Milfont, T.L.C. Jr., «Psychology of Environmental Attitudes. A cross-cultural study of their content and structure», p. 1.

⁴⁶⁹ «Ha origem dos problemas ambientais», disponível em <https://huespedes.cica.es>, consultado em 1 de Novembro/2021.

⁴⁷⁰ Mazau Paulino Pereira, Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018; Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018; Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca; Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

Esta indústria também tem os seus canais de esgotos que vão direto ao rio Incomáti que por sua vez segue para o Oceano Índico. No processo de cultivo da cana existe uma etapa de fumigação para a eliminação das ervas daninhas. Os produtos químicos usados para este efeito são depois arrastados para o rio que por sua vez os leva para o mar e também prejudicam os recursos marinhos que são mortos por este produto⁴⁷¹.

De acordo com Uele, as variabilidades temporais (sazonal e interanual) e espaciais (regional e grande escala) das condições do clima são fundamentais para o desenvolvimento das várias atividades económicas e industriais que dependem da disponibilidade dos recursos hídricos desde a agricultura, a pesca assim como os recursos naturais em geral. Estes fatores são essenciais e com um impacto significativo para a segurança alimentar e o bem-estar da vida humana⁴⁷².

O entendimento sobre os modos de variabilidade climática pode permitir aos países propensos a ocorrência destes fenómenos, erosão, secas prolongadas e/ou cheias, a definição de melhores estratégias de prevenção. Estes fenómenos, são decorrentes das mudanças climáticas que assistimos nas últimas décadas em Moçambique em particular, e no mundo em geral⁴⁷³.

Em Chiloane em particular as comunidades olham estes fenómenos com preocupação pois a erosão tem diminuído o espaço físico do território, destruindo infraestruturas básicas de apoio à pesca como o caso do farol e das empresas de pesca que lhes proporcionavam emprego. Outro sim é a necessidade de se afastarem cada vez mais da costa para a pesca, em situação em que não possuem equipamento de pesca adequados para o efeito e o aumento de cada vez mais pescadores vindos do continente à procura do exercício da pesca, aumentando a pressão sobre os recursos⁴⁷⁴.

No entanto, posição diferente é referida pelos pescadores de Govuro que consideram que o motivo para o aumento do número de pescadores não é causado pela vinda de pessoas de longe e nem pela guerra civil, pois as pessoas que estão na pesca na zona nem chegam a 10 as que vieram de fora. O problema são os nativos que antes não

⁴⁷¹ Josefa Manganhe, Pescador, dono de embarcações de pesca e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Matola. Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017.

⁴⁷² Uele, D., «Impactos dos Modos de Variabilidade Climática no Cultivo do Milho em Regime de Sequeiro: Uma Abordagem de Aplicação da Sustentabilidade Agrícola na Região Sul de Moçambique», p. 20.

⁴⁷³ Uele, D., «Impactos dos Modos de Variabilidade Climática no Cultivo do Milho em Regime de Sequeiro: Uma Abordagem de Aplicação da Sustentabilidade Agrícola na Região Sul de Moçambique», p. 21.

⁴⁷⁴ António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

iam a pesca, mas que com a fome e falta de emprego em outros ramos acabaram entrando também na pesca. Por isso os rendimentos da pesca estão a baixar devido a presença de muitas pessoas na mesma atividade e já nem conseguem controlar quantas pessoas exercem a pesca⁴⁷⁵. Devemos sublinhar que a maior parte da renda da pesca é obtida entre Novembro e Fevereiro, ou seja, durante a estação das chuvas, quando a pesca é boa. Entre Janeiro e Março e em Agosto e Setembro os ventos do Sul forçam os pescadores a ficarem perto da costa. Assim, a sua renda depende principalmente da pesca de arrasto de praia durante aqueles meses de Novembro a Fevereiro. A receita das atividades agrícolas ocorre entre Outubro e Março⁴⁷⁶.

Esta diferença de opinião em relação às causas do aumento da pressão aos recursos, pensamos que deve ter a ver com a diferente localização dos entrevistados pois uns estão no continente e outros na ilha. No entanto, na ilha ainda destacam que ultimamente mesmo o acesso a peixe para a alimentação regular tem sido difícil, chegando a recorrer a peixe congelado carapau e as conservas de peixe que antes não faziam parte dos seus hábitos alimentares⁴⁷⁷. A conotação negativa pelo consumo do peixe carapau é expressiva nas palavras de Hermele quando afirma que, “os trabalhadores do sector pesqueiro são jocosamente apelidados de ‘os homens do carapau’”⁴⁷⁸. A razão para esta conotação negativa era (é) devida à impossibilidade da maioria da população não poder adquirir o peixe fresco, que está a preços muito altos em relação à capacidade financeira e, por isso, recorrem ao consumo do peixe carapau no seu dia-a-dia que é mais barato.

Em termos históricos os conhecimentos sobre os fenómenos naturais adquiridos ao longo do tempo, podem ajudar a compreender os fatores que contribuem para estas alterações climáticas sobretudo as ações humanas na exploração dos recursos. Estes conhecimentos poderiam permitir a adoção de medidas e estratégias que permitam antecipar, acionar e/ou desenvolver mecanismos de mitigação a estes efeitos extremos. Desta forma, estar-se-ia munido de ferramentas que no futuro, seriam muitos úteis no

⁴⁷⁵ Associação de pescadores de Mambone, Govuro, instalações da Associação de pescadores de Mambone, 31 de Maio, de 2018.

⁴⁷⁶ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 179.

⁴⁷⁷ António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁴⁷⁸ Hermele, Kenneth, «O sector pesqueiro em Moçambique», Maputo, 1984, p. 1.

planeamento e na tomada de decisões estratégicas de criação de políticas públicas para melhorar o bem-estar social, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento em vários setores nomeadamente sociais e económicos, em especial a pesca artesanal e os seus praticantes, assim como na preservação e conservação do meio ambiente.

A biologia e ciências marinhas nos permitem compreender as razões por que o litoral da costa ocidental de África, onde entre outros se localiza Angola e Namíbia, são mais ricos em termos de quantidade e tamanho de peixe em relação à costa de Moçambique. Tomando como exemplo de comparação o peixe carapau importado a partir destes países e bastante consumido em Moçambique, sobretudo pelas camadas sociais pobres, temos as seguintes razões.

Primeiro, o Oceano Atlântico que banha a costa angolana e namibiana é atravessado pela Corrente Fria de Benguela e Moçambique é atravessado pela Corrente Quente do Canal de Moçambique, que corre no Oceano Índico ao longo da costa. A costa angolana e namibiana pertence à zona onde ocorre o *Upwelling* (afloramento ou ressurgência) costeiro de Benguela, que é um processo através do qual o vento sopra do interior para a costa afastando as massas de águas superficiais costeiras. Desta forma, as massas de água profundas e carregadas de nutrientes ascendem à superfície para ocupar o espaço vago. Essas águas são responsáveis pela alta produtividade nesta região, que se traduz em altas capturas anuais assim como no maior tamanho do peixe carapau⁴⁷⁹. No entanto, mesmo nesta região ocorrem situações de escassez tal como a referida em Moçâmedes na década de 1930 por Carneiro quando se refere, a “...oscilações constantes na produção de peixe seco em virtude de fenómenos marítimos de ordem hidrológica e biológica que ora trazem para a costa cardumes colossais de peixes de várias espécies, ora afastam todo o peixe para longínquas distâncias e para profundidades inacessíveis às artes de pesca”⁴⁸⁰

A segunda razão é que a zona costeira angolana é atravessada por uma corrente fria enquanto Moçambique é atravessada por uma corrente quente. Correntes frias são

⁴⁷⁹ Kampf, J. e Chapman, P., «The Functioning of Coastal Upwelling Systems», p. 31-65; Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 88. Segundo este autor, o peixe carapau era explorado exclusivamente pela empresa Mosopesca e, desde que esta empresa foi privatizada deixou de fazer a sua exploração. Neste momento o peixe carapau é importado a partir da Namíbia. Informação disponível também em <http://www.seos-project.eu>, consultado em 13/12/2017.

⁴⁸⁰ Carneiro, Carlos «Sobre a utilização de salprêsa na indústria de pesca de Mossâmedes e o aparecimento do "rouge" nessa preparação», *Portugal colonial: Revista de propaganda e expansão colonial*, nº37, 1934, p. 17.

mais ricas em nutrientes pois as suas águas estiveram, em algum momento, em contacto com as camadas da coluna de água mais profundas onde se encontram os nutrientes que por força de gravidade se afundam, enquanto águas quentes são menos densas (leves) e assim muito pobres. Acrescentar também que a alta temperatura das águas da costa de Moçambique é causada pela temperatura atmosférica. Quanto maior for a temperatura do ar mais quentes as águas se tornam. Assim se regista uma maior taxa de evapotranspiração que dá maior salinidade das águas o que faz com que o carapau cresça menos nesta região⁴⁸¹.

Esta observação sobre os fenómenos que ocorrem no Atlântico aqui referidas, tem a sua relevância para compreender alguns dos problemas que ocorrem na costa do Índico onde se localiza a ilha de Chiloane. Portanto, em parte os problemas de escassez de pescado que são sentidos nesta ilha, e não só, são resultantes destes fenómenos naturais o que pressupõe que a sua forma de exploração dos recursos deve se adequar a esta disponibilidade que a natureza oferece aos ilhéus.

O desenvolvimento da pesca artesanal em Moçambique vem sofrendo de um duplo problema. Por um lado, os fenómenos naturais que tornam o canal de Moçambique pouco produtivo em relação às suas necessidades de consumo de peixe o que se vem notando desde o período da administração da Companhia de Moçambique, ditando a necessidade da sua importação. Por outro lado, a orientação das políticas económicas da administração portuguesa, apesar de constatarem estas dificuldades naturais, não se desenvolvia a pesca em Moçambique possivelmente por falta de capacidade financeira para investimento na área ou para não fazer concorrência às importações de Angola, África do Sul e de Portugal. Neste caso vertente, há registo de várias guias de compra desse produto na costa angolana de Moçâmedes assim como da África do Sul⁴⁸².

Por exemplo, em relação à indústria de conservas em 1927 a direção das pescarias, pelo Ministro da Marinha, solicitava ao Ministro das Colónias que tomasse medidas protecionistas à indústria de pesca e dos industriais de conservas de peixe para, “obter-se a possível proteção nos direitos de entrada, nas nossas colónias, das nossas conservas de peixe; facilidades à sua colocação nas nossas colónias e conquista dos respetivos

⁴⁸¹ *Ibid.* Peixe Carapau. Informação disponível também em <https://php.radford.edu>, consultado em 13/12/2017.

⁴⁸² Fundo da Companhia de Moçambique. «Peixe para indígenas» - 20/9/1905- 23/4/1934; vol. 1.

mercados”⁴⁸³. O posicionamento da Companhia nesta questão, sendo um empreendimento privado, foi de procurar ter vantagens e lucros incidindo mais na aplicação das normas que lhes trouxesse vantagens. Por isso que mesmo a importação de peixe a partir de Angola aplicava taxas alfandegárias que as autoridades locais portuguesas reclamavam, o que pode se notar nesta nota que refere que, “também se regista uma reclamação às elevadas taxas cobradas pela Companhia de Moçambique, (8.5 Libras por tonelada de peixe seco) vindo de Angola”⁴⁸⁴.

A constatação destes problemas globais relacionados com fatores climáticos e ambientais que influenciam a abundância e/ou escassez dos recursos pesqueiros, levou a debates que ganharam relevância a partir da década de 1980. É dentro deste contexto que surgiram algumas teorias tal como a já mencionada teoria do Rendimento Máximo Sustentável (RMS), desenvolvida na primeira metade do século XX e que guiou as áreas científicas de investigação tanto para a área da pesca, da conservação da fauna assim como das florestas e outros recursos naturais⁴⁸⁵.

A questão dos desperdícios na pesca tal como a estatística, é outro assunto que deve ser tido em conta quando tratamos de produção pesqueira em Moçambique, pois, influencia nos números finais para perceber a questão do “deficit”. Por exemplo, a Missão de Estudos Biocénologica e de Pescas de Moçambique realizada no Norte da Província de Moçambique em 1971, constatou que do enorme volume de camarão ali desembarcado, manipulado e exportado, havia uma enorme quantidade de peixe que era lançado ao mar, por falta de estruturas que permitissem o seu aproveitamento⁴⁸⁶. Situação análoga já tinha sido observada uma década antes em 1961, por Rato, quando analisava o problema das pescas em Moçambique. Ele afirmou nessa altura, que devia se continuar a desenvolver esforços para que, cada vez mais, se evitasse os desperdícios na seleção das espécies pós-captura, como fauna acompanhante. Para o efeito, recomendava que “devia-se avançar para que as capturas no alto mar, zona da pesca semi-industrial e industrial, não tivessem um impacto negativo no ciclo reprodutivo das espécies”⁴⁸⁷.

⁴⁸³ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Providências a adotar para protegerem estas indústrias. Medidas a adotar nas colónias». Requerimento nº1/28/32, 1927.

⁴⁸⁴ MZ/AHU- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processos 291», nº 319/3222.

⁴⁸⁵ McEvoy, G.N., «Public Sector Managers’ Reactions to Appraisals by Subordinates», p. 9.

⁴⁸⁶ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

⁴⁸⁷ Rato, J. M., «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», p. 100-102.

Segundo Manuel Luís Gonçalves, antigo funcionário das pescas desde 1972, diretor da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012, a pesca de camarão produz fauna acompanhante numa proporção onde em cada 4 toneladas de peixe, apenas se consegue 1 tonelada de camarão. Segundo ele, no começo esse peixe não era aproveitado até que no início da década de 1980, foram criadas condições para que os barcos dos pescadores artesanais, comerciantes e processadores de peixe se aproximassem dos barcos semi-industriais e industriais, para receberem esse peixe que depois transportavam para a costa para ser consumido pela população. No início os armadores não vendiam essa fauna acompanhante aos pescadores. O trabalho do pescador era apenas de ir ao encontro do arrastão e esperar até receber o peixe considerado desperdício nos arrastões. Depois voltava com esse peixe e vendiam. Essa era uma dupla responsabilidade entre o Estado e os pescadores⁴⁸⁸.

Entretanto, a percepção das elevadas quantidades de pescado produzido como fauna acompanhante e porque algumas embarcações preferiam deitar estes recursos para livrar espaço nas suas embarcações para acomodar o camarão, seu principal produto de pesca e de exportação, as autoridades marítimas tiveram que intervir, tornando este processo como obrigatório. Na década de 1980 o total anual da fauna acompanhante era estimado em cerca de 40.000 toneladas das quais apenas uma pequena percentagem era descarregada. Porém, a Danida (Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento) tinha desenhado um projeto de financiamento ao processo de recolha de fauna acompanhante designado, “sistema de transferência tipo Moma” que era considerado adequado e esperavam fazer a recolha da fauna acompanhante de cerca de 20.000 toneladas/ano. Esta quantidade de fauna acompanhante era descarregada ou conservada em gelo nos portos, juntamente com o camarão ou outros produtos frescos⁴⁸⁹.

No entanto, sobre o mesmo assunto outra informação destaca que o aproveitamento da fauna acompanhante começou espontaneamente com o desenvolvimento da pesca dos arrastões camaroeiros industriais em águas pouco profundas no Banco de Sofala a partir de 1965, embora apenas haja registo de dados de

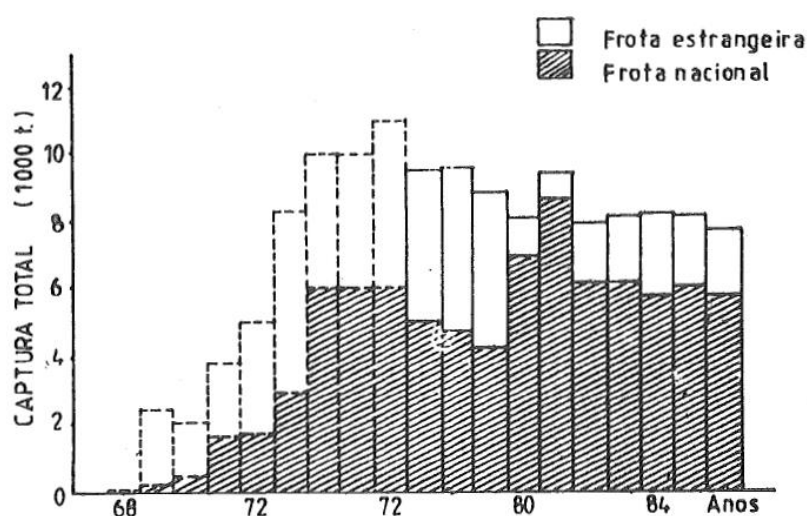
⁴⁸⁸ Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, diretor da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 5.

⁴⁸⁹ Krantz *et al*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, p. 39-40.

produção nacional a partir de 1968. A frota estrangeira iniciou a exploração deste recurso em 1964, tendo também explorado o camarão de profundidade a sul do rio Save⁴⁹⁰. A figura nº 22 a seguir, indica-nos a evolução das capturas de camarão pelas frotas nacional e estrangeira.

Figura nº 22- Evolução das capturas de camarão de águas pouco profundas no Banco de Sofala no período de 1968 e 1986

Na Fig 1 está representada a evolução das capturas totais para o período 1968-1986. As capturas totais do período anterior a 1977 devem ser tomadas com certas reservas, dado que não existe confiança na informação recolhida.



Fonte: Silva, Cristina, «História da pescaria de camarão de águas pouco profundas no Banco de Sofala», Vol. 18, 1989, p. 48.

Com base nestes dados podemos compreender que a frota estrangeira tinha maior percentagem de capturas ao longo de todo o período apresentado, tendo registado queda nos anos imediatamente a seguir a independência em 1975. Contudo, o facto de o Estado não ter nacionalizado os interesses privados neste sector das pescas, assim como ter-se aliado a eles para formar empresas mistas, permitiram uma subida nos anos de 1980 seguidas de uma tendência de estabilização das capturas.

O aproveitamento da fauna acompanhante teve maior expressão na província da Zambézia onde envolvia pequenos empresários na venda do peixe seco e fresco que atingiram em 2004, a cifra de 2.200 toneladas de fauna acompanhante, peixe de terceira

⁴⁹⁰ Silva, C. «História da pescaria de camarão de águas pouco profundas no Banco de Sofala», p. 47.

principalmente, número que se considera poder estar subestimado⁴⁹¹. A figura nº 23 a seguir, mostra'nos o processo de ensacar o epixe seco.

Figura nº 23- Foto mostrando pescadores a ensacar peixe seco na ilha de Chiloane



Foto do autor

Por seu turno Carlos Caminho Siwa, considera que a entrega ou venda da fauna acompanhante que ocorre na ilha de Chiloane é parte das obrigações dos operadores da frota industrial provenientes da cidade da Beira que se abrigam ao largo da ilha. Porém, “há casos de pescadores que preferem deitar esta fauna acompanhante no alto mar e, quando são identificados são sancionados. A oferta da fauna acompanhante é uma forma de responsabilidade social destes barcos”⁴⁹².

Sobre esta mesma questão de fauna acompanhante Cássimo Marujo, funcionário das pescas que ocupou vários cargos de chefia em diversos locais e no distrito de Angoche, considera que o problema da gestão da fauna acompanhante está relacionado com os arrastões de pesca de camarão. Estes, devido a limitada capacidade de refrigeração

⁴⁹¹ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 23 e 76-77.

⁴⁹² Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

procuram reservar toda a sua capacidade para condicionar apenas o camarão, recurso do seu interesse. Desta forma, quando a rede chega a bordo, começam por escolher o camarão desde o maior, com maior valor comercial até ao menor. O camarão pequeno e o peixe deitavam fora todo, incluindo peixe de primeira e de segunda. Foi esta a razão que despoletou muitos protestos dos que lidavam com a atividade da pesca durante alguns anos. A solução encontrada foi de permitir que, durante o dia, pequenas canoas se aproximem destas embarcações e recebessem todos estes recursos da fauna acompanhante, que antes eram deixados fora, a título de oferta que, por sua vez, os pescadores artesanais iam vender à população. Depois, os proprietários destes arrastões passaram a vender. No entanto, “verifica-se que, dependendo da capacidade do sistema de refrigeração, algumas destas embarcações de pesca de camarão, à noite podem não ocupar o seu espaço e continuar a deitar fora todo o peixe. Estes são os problemas dos arrastões”⁴⁹³.

Destes factos arrolados sobre os problemas relacionados com a fauna acompanhante, podemos compreender que do lado dos proprietários dos arrastões de pesca de camarão, está a preocupação principal em aproveitar ao máximo a sua capacidade de armazenamento de camarão com valor comercial durante a companhia, e, do lado dos pescadores artesanais, têm necessidade de aproveitar esses recursos tanto para a sua alimentação assim como para o processamento e posterior venda. Cabe neste espaço, mais uma vez, um lugar para o regulador, o Estado, para acompanhar o processo e garantir que nenhuma das partes seja prejudicada ao mesmo tempo que garante uma pesca sustentável e responsável. Para isso, tem de garantir uma cada vez melhor conscientização e fiscalização dos exploradores dos recursos.

De acordo com Cássimo Marujo, os conflitos em Angoche na década de 1980, tiveram origem no aumento da pressão pela aquisição do recurso, assim como a mudança de algumas técnicas ou artes de pesca. Segundo ele,

No começo, os pescadores usavam mais as gamboas, e, com base nas fibras de sisal faziam redes de arrasto pequenas com menos de 50 metros. Arrastavam dentro da zona do mangal, no estuário e em mar aberto pescavam muito próximo e não iam para além de 200 a 400 metros, o que tornava quase impossível chegar a zonas com profundidade grande, onde circulam embarcações da pesca semi-industrial e industrial, que faziam pesca com o arrastão. A partir dos anos de 1980, regista-se o aumento de número de redes, devido ao aumento do número de pescadores causado pela guerra civil que provocou uma

⁴⁹³ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

migração elevada das populações do interior para a costa, onde a pesca constituía uma alternativa⁴⁹⁴.

A captura acessória ou fauna acompanhante tal como observamos, mereceu ao longo dos tempos também a produção de mitos e crenças religiosas pelas comunidades pesqueiras, com o objetivo de observarem o correto e racional uso dos recursos com a finalidade de preservá-los para as próximas gerações. Os Estados também se debruçam sobre esta questão através de diversas normas e legislação que produzem para acautelar o uso racional dos recursos.

O dilema sobre a questão do equilíbrio entre a exploração económica e preservação dos recursos naturais também se assiste nas disputas pela ocupação dos espaços de pesca entre os pescadores artesanais e a pesca semi-industrial e industrial. Esta disputa pode ser verificada no caso da pesca de camarão em Angoche, província de Nampula, mas que também ocorrem ao longo de todo o banco de Sofala. Neste local a pesca artesanal teve uma evolução mais rápida em termos de meios (barcos e aprestos de pesca) do que a legislação para regular o sector. Deste facto, podemos inferir das nossas hipóteses de que a pesca artesanal possui mecanismos próprios para a sua evolução. Assim, aquilo que a legislação do período colonial previa era de que o comprimento máximo de uma rede de arrasto para o pescador artesanal devia ser de 180 metros. Mas, a partir da década de 1980 a mesma rede aumentou o seu comprimento indo até cerca de 600 a 800 metros. Este aumento da extensão da rede dos pescadores artesanais acabou passando pela zona de circulação de barcos de pesca semi-industrial que arrastavam estas redes, provocando danos e sua destruição⁴⁹⁵. Podemos enquadrar esta evolução da arte da pesca artesanal como sendo uma resposta às políticas modernistas das três administrações (Companhia de Moçambique, Estado Novo e pós-independência), que não investiam

⁴⁹⁴ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019; Gonçalves, M.L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos*, op. cit, p. 87.

⁴⁹⁵ Gervásio, H.F., «As causas dos conflitos entre os Pescadores Artesanais e a frota industrial na zona costeira de Angoche». Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 1997, p. 21; Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas, Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

neste sector que resultavam, em alguns casos, em conflitos. No entanto, de forma autónoma registou uma evolução, neste caso no aumento da extensão das redes.

Deste problema da destruição das redes, resultaram justificações contraditórias onde cada um dos intervenientes argumentava que o outro é que entrou na zona de pesca para a qual não estava autorizado. Portanto, eram conflitos que envolviam uma disputa entre os sectores da pesca artesanal e da pesca semi-industrial, pela obtenção de vantagens na exploração dos recursos marinhos que cada vez mais, ao longo do tempo, iam se tornando escassos. Segundo Menezes, a pesquisa sobre conflitos sobre os recursos pesqueiros dentro da pesca artesanal, e entre a pesca artesanal e industrial constatou que, o custo do fracasso em lidar com a pobreza e o desenvolvimento pode ser alto, porque “a pobreza é capaz de gerar conflitos sociais e políticos e minar valores humanos fundamentais”⁴⁹⁶.

Porém, podemos avançar como hipótese de que a extensão das redes dos pescadores até a zona de circulação dos barcos da pesca semi-industrial é pouco provável, pelas dificuldades de meios de navegação que o pudessem permitir. Segundo a legislação que definia as zonas de pesca, a pesca artesanal ia até 2 milhas e, pela Lei de Pescas de 1990 passou para 3 milhas⁴⁹⁷. E, a partir destas 3 milhas até 7 milhas, entre a costa e as ilhas, era a zona da pesca semi-industrial. No entanto, devemos referir que este tipo de problemas não só acontecem em Moçambique mas também em outras zonas tais como na Indonésia e na Malásia que tiveram de tomar medidas semelhantes na década de 1970, para defender os interesses da pesca de pequena escala contra as traineiras⁴⁹⁸. Por isso, achamos que seja provável que sejam os barcos da pesca semi-industrial e industrial que se aproximavam da zona da costa, arrastando consigo as redes e provocando a sua destruição.

Estes conflitos eram generalizados para toda a zona do banco de Sofala, onde ocorre cerca de 40% das capturas nacionais de camarão. As deslocações das comunidades em busca de refúgio nas zonas abrigadas tais como baías, estuários e ilhas também

⁴⁹⁶ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 5-6.

⁴⁹⁷ Regulamento Geral da Pesca Marítima, (REPMAR), secção II, Artigo 75 alínea a), define que a pesca artesanal pode operar até 3 milhas da costa ou ancoradouro de base. In: Boletim da República, I Série, de 10 de Dezembro de 2003.

⁴⁹⁸ Mathew, Sebastian, «Fishing Legislation and Gear Conflicts in Asian Countries», *Samudra, International Colletctive in Support of Fisheworks*, 1990, p. 9.

levaram ao aparecimento de sinais de sobrepesca nesses locais⁴⁹⁹. Refira-se que a guerra e outros problemas sociais e económico provocaram a deslocação de 1/3 da população até os finais da década de 1990⁵⁰⁰. Dada a precaridade dos meios disponíveis nestes locais, as pescarias das zonas abrigadas (baías, estuários, ilhas) constituíam o seu alvo, tendo-se registado alguns sinais de sobrepesca.

O encerramento de muitas empresas de pescas pelo abandono dos antigos donos (colonos) que saíram na altura da independência, foi outro problema que aumentou a pressão sobre os recursos e teve como consequência, por exemplo, que em alguns locais onde antes tinham 5 redes de arrasto duplicaram para 10 ou 20, levando à diminuição do recurso⁵⁰¹.

Algumas das causas dos conflitos deviam-se a razões tais como a consideração de que, “os recursos pesqueiros são formalmente estabelecidos como recursos comuns”; o reconhecimento de que, “os limites das zonas de pesca são difíceis de determinar com precisão” e, a constatação de que, “as áreas de pesca são geralmente expostas a incursões de competidores de outros sectores de atividade”⁵⁰². Estes três pressupostos de análise de Capaina, são observáveis em quase todas as zonas de pesca tanto na costa assim como nas massas de água interiores e estão relacionados com a pressão ao ecossistema e a sobrepesca, causando conflitos que também se registam na região de Sofala e na ilha de Chiloane.

Consideramos estes como sendo os sinais de sobrepesca causados pelo aumento do número de pescadores na mesma zona de pesca, tanto pelos artesanais como pelos industriais. O aumento do tamanho (comprimento) das redes usadas pelos pescadores artesanais é considerado como uma forma de conseguirem aumentar a sua produção. Outro aspeto a considerar foi a deslocação dos pescadores artesanais para zonas, cada vez mais distantes, na tentativa de melhorar os resultados da pesca. Contudo, não devemos deixar de vista a questão de segurança pois, quanto mais se afastar da costa mais perigos podem ocorrer. Os pescadores industriais também começam a envolver-se mais na pesca

⁴⁹⁹ Gonçalves, M.L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos*, p. 87-88; «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 6.

⁵⁰⁰ Landau, Luís, *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, Banco Mundial, Washington, 1998, p. 3.

⁵⁰¹ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁵⁰² Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4-5.

em zonas destinadas a pesca artesanal, no limite das 3 milhas, aproximando-se da costa também na tentativa de melhorar as suas capturas. É dentro deste contexto que Almeida *et al* afirma que, embora na legislação atual as embarcações deste sector tenham autorização para pescar, “até, mas não dentro das 6 milhas para além do litoral, na prática esta restrição de área não é observada. Estes barcos foram considerados como tendo interferido com a pesca artesanal. Apesar das acusações feitas, é difícil, numa análise superficial, quantificar a extensão deste problema e se, na realidade mesmo existe este problema”⁵⁰³. Portanto, podemos inferir com esta informação de que as razões de conflito entre os pescadores artesanais e o semi-industrial e industrial eram causados por ambos os sectores na competição pelo acesso aos recursos.

As zonas onde registavam-se maiores conflitos localizavam-se em geral em todo o banco de Sofala e eram praticados pelos barcos privados das empresas Crustamoz, proveniente de Quelimane (província de Zambézia) e Pescamar, Marbeira e Afropesca provenientes da cidade de Beira, na província de Sofala onde se localiza a ilha de Chiloane⁵⁰⁴.

Segundo Blythe *at all*, as pescarias são sistemas socio ecológicos dinâmicos caracterizados por mudanças e variabilidade. Os comportamentos dos pescadores são motivados por múltiplas forças interagindo que vão desde o biofísico ao cultural. Por isso que, “é fundamental que as políticas pesqueiras desenhadas pelos governos, sejam sensíveis à forma como os pescadores se experimentam e respondem às mudanças, e é insuficiente tentar discernir estas complexidades a partir de uma única fonte de dados fornecida pelos sectores onde é mais fácil aceder, sobretudo o sector semi-industrial e industrial”⁵⁰⁵.

Esta é uma das razões por que se considera que a pesca artesanal e de subsistência tem merecido pouca atenção quando comparada com os investimentos levados a cabo para a construção e/ou reabilitação de infraestruturas rodoviárias e redes de comercialização agrária.

⁵⁰³ Almeida, José; Deham, Peter e Moore, Gerald, «Revisão da Legislação das Pescas», Relatório Interino para o Governo da República Popular de Moçambique, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Maputo 1987, p. 29-30.

⁵⁰⁴ Gervásio, H.F., «As causas dos conflitos entre os Pescadores Artesanais e a frota industrial na zona costeira de Angoche», p. 18.

⁵⁰⁵ Blythe, Jessica; Murray, Grant et Flaheryy, Mark, «Historical Perspectives and Recent Trends in the Coastal Mozambican Fishery», in: *Ecology and Society*, vol. 18, nº 4, 2013, (s/p).

Por exemplo, no ramo agrícola o governo e o Banco Mundial nos finais da década de 1980, estabeleceram como estratégia de redução da pobreza no meio rural, a entrega de um crédito designado de “Crédito para a Recuperação (1987)”, que incluía o apoio a comercialização agrícola. Em 1990 aprovaram o “Credito para a Reabilitação e Desenvolvimento Agrícola” que previa o apoio a 50.000 pequenos agricultores e 600 trabalhadores qualificados e 2.000 não-qualificados e em 1992, criaram o “Credito para a Reabilitação e Desenvolvimento dos Serviços Agrícolas”, que tratava da pobreza de uma maneira vasta mediante a melhoria da qualidade dos serviços agrícolas, fornecimento de capital de exploração para as atividades de produção dos pequenos proprietários e melhoria do abastecimento rural de água⁵⁰⁶. De referir que nestas zonas rurais é onde também estão os pescadores artesanais que não estiveram contemplados nessas iniciativas.

Brito, corrobora com esta tendência do Estado moçambicano em dar prioridade ao sector agrícola, quando refere que as machambas estatais, tornaram-se em uma das causas principais da crise económica do país na década de 1980, o que é evidenciado por este sector ter recebido cerca de 70% de investimentos na economia nacional até 1984, tal como mencionamos acima. A base de funcionamento destas machambas estatais, eram subsídios do Estado e empréstimos bancários que não tinham condições de pagar⁵⁰⁷. Entretanto, no período entre 2010 e 2019 as pescas tornaram-se em um dos sectores com mais baixa absorção de investimentos ao nível nacional com uma média de 0.7% dos quais 79.3% foi financiamento externo e 20.7% financiamento interno, apesar de as pescas serem consideradas o segundo sector prioritário da economia do país. Uma das consequências deste baixo níveis de investimento no sector é a sua baixa contribuição na formação do PIB nacional, durante o mesmo período, que foi de uma média anual de 1.7%, a mais baixa em relação a outros sectores da economia⁵⁰⁸. Portanto, a área da pesca artesanal pouco apoio recebeu, comparando com o observado na agricultura.

Segundo Pinto, na pesca regista se uma “diminuição da formação bruta de capital fixo “(...) o que está na correspondência com o declínio do peso da produção pesqueira

⁵⁰⁶ Landau, Luis, *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, Banco Mundial, Washington, 1998, p. 25.

⁵⁰⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 128; Namilué J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26-27; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476. Segundo Newitt, as unidades agro-pecuárias estatais receberam mais de 90% de todo o investimento agrícola durante os primeiros cinco anos depois da independência.

⁵⁰⁸ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 17-18.

na produção global e com a marginalização do sector, em favor da agricultura que é tida como a base do desenvolvimento de Moçambique”⁵⁰⁹. Realçar que a pesca deve ser vista como um todo coerente em termos de produção, transformação, comercialização e exportação de forma articulada e harmoniosa como um desafio para os governantes que pode ajudar a inverter a evolução negativa do Produto Interno Bruto (PIB) do sector pesqueiro⁵¹⁰.

Em Moçambique a investigação na área das pescas iniciada nos meados da década de 1960, foi baseada no património humano e material da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique (MEBPM) que permitiu a criação, em 1976, dos Serviços de Investigação Pesqueira (SIP) que, por sua vez, mudou em 1979, para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro (INDP) que, também gerou o atual Instituto de Investigação Pesqueira (IIP), mandatado para se concentrar na avaliação e monitoria dos recursos pesqueiros.

Qualquer atividade económica que usa água, e são muitas, afetam os estuários e leitos dos rios, mares e oceanos para além de ser onde canalizam os esgotos. Sendo o lugar onde o peixe vive assim como outros recursos marinhos, sempre terão algum impacto no sistema ecológico com implicações na sua produtividade. A mineração, agricultura e o crescimento urbano são responsáveis por muitos aspetos de desenvolvimento que trazem impactos negativos ao meio ambiente⁵¹¹. Portanto, algumas das causas dos problemas ambientais podem ser o nível de desenvolvimento dos utilizadores; o aumento da intensidade da exploração dos recursos naturais e a ignorância das normas de conservação, em alguns casos.

Uma das soluções encontradas para acautelar estes problemas foi a introdução da interdição da pesca em alguns períodos do ano para permitir a recuperação dos stocks. Assim, no período colonial havia veda estabelecida na zona de pesca de camarão no fundo da baía de Maputo, pelo nº 2 do despacho de 6 de Janeiro de 1970, alínea f) do nº 1 e a alínea e), que foram alterados ao abrigo da alínea a) do artigo 35 da Lei nº 3/90, de 26 de

⁵⁰⁹ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 122.

⁵¹⁰ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 122.

⁵¹¹ McEvoy, G.N., «Public Sector Managers’ Reactions to Appraisals by Subordinates», p. 9.

Setembro, que passou a proibir durante os meses de Janeiro e Fevereiro a pesca de camarão com arrasto a motor e com arrasto para bordo⁵¹².

No entanto, existem alguns exemplos de gestão sustentável dos recursos naturais pelos líderes tradicionais em África que podem ajudar a reduzir o impacto negativo do facto humano na exploração dos recursos naturais e ajudar na sua preservação. Um destes exemplos pode ser observado nos pescadores *luo* no Lago Victória, o maior lago de África e o terceiro do mundo, em Quénia. Exercem a pesca neste lago cerca de 30 milhões de pessoas dos três países que o partilham, Tanzânia, Quénia e Uganda. Neste lago os quenianos no pós-independência conseguiam arrecadar cerca de USD \$600 milhões anualmente, com cerca de 350 milhões somente em receitas de exportação. Nesta pesca a grande contribuição está na pesca artesanal dos *luo* que, por muitos anos antes da chegada dos britânicos, vinham praticando um método de pesca, gestão, conservação e manejo do meio ambiente distintos daqueles introduzidos na era colonial. Estes métodos de pesca indígena tinham uma característica de subsistência a mesma que orienta os pescadores artesanais de Moçambique e da ilha de Chiloane. Eles associavam a pesca, a produção agrícola e a especialização na produção artesanal de alguns objetos. Estes conhecimentos com origem na cultura da civilização bantu, permitia-lhes proteger o *habitat* do lago e a regeneração e reprodução dos peixes.

Em Chiloane, observamos que associam a pesca a pequena agricultura de subsistência, ao comércio informal assim como trabalhando na indústria de produção de sal e nas plantações de copra, tal como referimos acima. De recordar que a teoria do Rendimento Máximo Sustentável defende que a quantidade de peixes que qualquer nível de esforço de colheita trará a longo prazo é uma função da intensidade da pesca e a capacidade do estoque para se reproduzir, assim como a teoria dos *bens comuns*, segundo a qual o livre uso dos recursos naturais leva ao seu esgotamento na medida em que cada explorador quer explorar o máximo, referidas⁵¹³. Portanto, a rotatividade de atividades praticada por estas comunidades permite a reposição dos estoques.

O uso compartilhado das canoas para a pesca era outra prática dos *luo*, que ajudava na proteção das florestas, porque reduzia a pressão pela busca de mais madeira ou troncos para a sua construção. Desta forma, uma canoa podia ser usada por até cinco pessoas ou

⁵¹² Regulamento Geral da Pesca Marítima, (REPMAR), Gestão das Pescarias, Cap. II, sec. II, art.8, I Série, nº 50 de 10 de Dezembro de 2003.

⁵¹³ McEvoy, G.N., «Public Sector Managers' Reactions to Appraisals by Subordinates», p. 9; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4-5.

mais, mas cada um destes pescadores devia usar as suas redes. Um fator que realça a importância da cooperação entre os pescadores e não a competição que caracteriza o sistema capitalista. Estes pescadores, também compartilhavam os segredos da pesca e as capturas do dia eram partilhadas entre os pescadores. O proprietário da canoa recebia, em troca, 10% da captura⁵¹⁴. Finalmente, Opondo citando um dos seus entrevistados destaca que,

... a cooperação, era um sistema de partilha das capturas relacionada à economia pesqueira. Havia reciprocidade em dois níveis. Em primeiro lugar, os pescadores que tenham feito uma boa captura distribuíam alguma parte da sua produção de peixe para os pescadores cujas redes não haviam capturado o suficiente naquele dia. Em segundo lugar, os órfãos e os necessitados também podiam esperar por alguma porção desta pescaria para a sua alimentação através de algumas doações. Esse sistema de partilha garantia que todas as famílias da comunidade pesqueira não morressem de fome⁵¹⁵.

Esta experiência também se verifica na ilha de Chiloane quando é referido que no período de abundância de pescado, sobretudo no período colonial, quando um barco voltava da pesca e depois de selecionar o peixe com valor comercial, o restante pescado era distribuído pelos residentes. O mesmo princípio observado quando o chefe do posto da ilha se refere à obrigatoriedade dos barcos que operam na zona da ilha em distribuírem a fauna acompanhante pela população, antes de rumar ao seu destino. Os tabus e mitos diversos que mencionamos adiante, também sugerem a preocupação em fornecer aos necessitados o peixe⁵¹⁶. Em Govuro, tivemos informação semelhante que defende que não se deve deitar de novo ao mar o peixe considerado de lixo. Esta prática é considerada contrária às regras e normas herdadas desde os tempos remotos e conhecidas, por quase todos e exigida pelos espíritos do mar e pelos chefes tradicionais. Este recurso considerado “lixo” deve ser dado aos órfãos e viúvas e outras pessoas necessitadas da comunidade⁵¹⁷.

⁵¹⁴ Opondo, Paul, «Fisheries as heritage: indigenous methods of fishing and conservation among the Luo fishers of Lake Victoria, Kenya», *Conservation of Natural and Cultural Heritage in Kenya: A Cross-Disciplinary Approach*, edited by Anne-Marie Deisser and Mugwima Njuguna, 1st ed., *UCL Press*, London, 2016, p. 207.

⁵¹⁵ Opondo, P., «Conservation of Natural and Cultural Heritage in Kenya Book Subtitle: A Cross-Disciplinary Approach», p. 208.

⁵¹⁶ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018; António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

⁵¹⁷ Lopes, Simeão, «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso». Licenciatura, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, 1994, p. 49.

A experiência da Tanzânia esteve virada ao impedimento da pesca massiva exercida pela pesca industrial tanto de particulares assim como de empresas, optando se pela exclusividade de exploração pelos pescadores artesanais. Estes casos estiveram relacionados com a pesca de *dagaa* no período entre 1937 e 1945, no lago Vitória. Segundo McHenry Jr, em 1937 um europeu solicitou permissão para entrar na pesca de *dagaa*, mas foi-lhe recusado o pedido. Os argumentos do Comissário provincial foram de que primeiro, a indústria pesqueira do lago estava inteiramente nas mãos dos nativos; segundo, durante os últimos seis anos tinham tentado entrar nesta indústria alguns não nativos (dois alemães, um belga e um inglês), mas todos falharam e deixaram o negócio com perdas; terceiro, porque a atividade dos brancos iria interferir com a economia local dos nativos⁵¹⁸. Portanto, pretendia controlar a exploração dos recursos naturais através da interdição da entrada da pesca industrial dos europeus.

O segundo caso registou-se em 1945 quando um empresário grego solicitou também para entrar nesta atividade de pesca e teve a mesma recusa. Desta vez o argumento principal do dirigente da autoridade estatal britânica, foi de que não gostava de ver não-nativos a competir com os nativos. O terceiro pedido foi registado em 1946 que teve como resposta de que, “seria improvável que o governo concedesse direitos exclusivos a europeus, uma vez que a indústria de pesca nativa existe nessa área há várias gerações”⁵¹⁹.

Como podemos observar nestes casos arrolados, houve situações em que o exercício de proteção da exploração de recursos pesqueiros foram baseados na interdição da entrada de europeus, que usavam equipamentos modernos de pesca intensiva da pesca industrial, para conceder exclusividade aos pescadores nativos, que praticavam a pesca artesanal. No entanto devemos observar que a intenção por detrás desta, “proteção e exclusividade” ao nativo podia ser motivada por: 1- Reduzir a intensidade da pesca desencadeada pela pesca industrial; 2- permitir o acesso a proteínas ao trabalhador africano na prestação de serviços ao colonizador e; 3- dar a capacidade ao africano para

⁵¹⁸ McHenry, Dean E., «The Underdevelopment Theory: A Case-Study from Tanzania», *The Journal of Modern African Studies*, vol.14, nº 4, 1976, p. 624. *Dagaa*, é um tipo de peixe também chamado por *mukene* ou *omena*. Abunda no lago Vitória e é muito importante na dieta das comunidades da África Austral e Oriental. Geralmente é pescado nas noites sem luar.

⁵¹⁹ McHenry, D.E., «The Underdevelopment Theory: A Case-Study from Tanzania», p. 624.

pagar o imposto. De referir que os europeus estiveram fora desta indústria até nos meados de 1970⁵²⁰.

Este conjunto de assuntos abordos relacionados com fenómenos naturais que ocorrem no mundo em geral, e no local escolhido como objeto de estudo, em particular, que têm influenciado na atividade da pesca artesanal podem ser enquadrados na história ambiental que realçamos acima. Voltando a citar Grove, “a crescente relevância da história ambiental para a humanidade levou à deslocação do centro de gravidade académica que se deslocou da América do Norte e Europa para o sul e sudeste da Ásia e África”⁵²¹. Um dos argumentos do autor mencionado acima, “foi nas colónias tropicais que se registou primeiro a perceção da extraordinária rapidez em que as atividades das populações locais e dos europeus, em particular, transformavam e destruíam o ambiente natural o que estimulou o crescimento do interesse científico e dos Estados na perceção da ligação entre as mudanças climáticas e a desflorestação”⁵²².

Um dos resultados destas preocupações ambientais foi de que, a partir da década de 1960 em diante, houve o registo da expansão económica dos países da orla do Pacífico, trazendo como consequência a globalização da economia mundial, e tornou visível a interdependência entre os países e o reconhecimento da diversidade regional. Assim, foram desencadeadas ações específicas para acautelar estes problemas que podem se dividir em três partes: primeiro, as principais preocupações giravam em volta das questões ambientais específicas, que foram entendidas como causadas pela ignorância, negligência ou irresponsabilidade de produtores e consumidores de bens e serviços. Na segunda fase, foi reconhecida que a degradação ambiental era um problema generalizado, mas essa preocupação ainda era circunscrita aos limites territoriais de cada país. A terceira e última etapa compreendem a situação atual, onde a degradação ambiental é considerada como um problema planetário que envolve a todos, e levou à preocupação da comunidade internacional sobre os limites do desenvolvimento do planeta⁵²³.

Importantes eventos sobre o meio ambiente foram organizados nas décadas seguintes algumas das quais organizadas pelas Nações Unidas, tal como a realizada em

⁵²⁰ McHenry, D.E., «The Underdevelopment Theory: A Case-Study from Tanzania», p. 624.

⁵²¹ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p. 4.

⁵²² Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p. 4.

⁵²³ Milfont, T.L.C. Jr., «Psychology of Environmental Attitudes. A cross-cultural study of their content and structure», p. 4.

1972 em Estocolmo e a criação em 1983 da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, assim como a publicação do documento “Nosso Futuro Comum”, que definia uma sociedade sustentável como, “aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras de olharem pelas suas próprias necessidades”. Em 1992, foi organizada no Rio de Janeiro a Conferência da Cúpula da Terra que definiu um plano de ações globais para o século XXI, denominado agenda 21, assim como a Conferência da Cúpula Mundial sobre o desenvolvimento realizada em Johannesburg⁵²⁴.

Apesar destes desenvolvimentos atuais Grove constata problemas especialmente em governos de países recentemente independentes. Nestes governos, tal como referimos acima, algumas elites sociais isoladas, “tenderem a repetir, às vezes de maneira ainda mais grosseira e violenta, os mesmos erros ambientais cometidos por seus antecessores coloniais”⁵²⁵. Esta atitude, está aliada ao desrespeito pelos conhecimentos indígenas e tradicionais, demonstrados no passado, em alguns casos numa escala muito maior. “Alguns destes erros podiam ter sido evitados, dada a informação histórica suficiente”⁵²⁶. Esta forma de atuação está relacionada com a epistemologia dominante Ocidental que divide as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis provenientes da cultura Ocidental e os inúteis ou preguiçosos, ininteligíveis objetos de supressão ou esquecimento que são característicos dos povos e ou/nações colonizadas, com as quais as novas elites dominantes não se identificam⁵²⁷.

Voltamos a destacar que muitos dos estudiosos envolvidos neste processo, que agora chamamos de ambientalistas, apesar das suas limitações na época, as suas preocupações permitiram a emergência de estudos comparados na Europa. Estas preocupações estavam viradas no tópico das mudanças climáticas os mesmos que nos preocupam hoje. Estas são algumas das razões que nos levam para a importância da reflexão sobre as políticas ambientais seguidas pelos Estados, ao longo dos tempos, de modo a identificar e corrigir os erros cometidos na gestão dos problemas sobre a poluição,

⁵²⁴ Milfont, T.L.C. Jr., «Psychology of Environmental Attitudes. A cross-cultural study of their content and structure», p. 4-5.

⁵²⁵ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p.5.

⁵²⁶ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p. 5.

⁵²⁷ Fernandes, R. M., *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*, p. 2.

mudanças climáticas, uso excessivo de recursos que também influenciam na pesca artesanal. Estes problemas, infelizmente continuam a marcar e impactar nos tempos presentes.

Na ilha de Chiloane, tal como referimos, tem-se registado uma progressiva redução do território devido a erosão dos solos e do avanço do mar o que dificulta o exercício da pesca pela destruição de algumas infraestruturas de apoio, tal como foi o desaparecimento do farol Chiloane. Estes problemas não têm solução a nível local. Segundo Siwa, “a situação é grave e o problema não tem solução ao nível local, de distrito e nem da Província”⁵²⁸.

As alterações climáticas que se fazem sentir com maior peso em Moçambique, desde o finais da década de 1970 com o registo de 12 ciclones tropicais entre 1977 e 1987 em diante, foram caracterizados por tempestades, incluindo as cheias de 2000 que afetaram muito negativamente o continente e alteraram as zonas de pesca, algumas das quais passaram a ter bancos de areia e baixou o nível de abundância. Estas alterações têm influenciado na pesca na medida em que baixaram o volume de capturas e destruíram infraestruturas e embarcações de pesca e têm obrigado os pescadores a deslocarem-se cada vez mais longe da costa para o exercício da pesca⁵²⁹. Estes pescadores artesanais, não dispõem de equipamentos adequados para esse novo desafio. A falta de chuva, tal como referimos acima, devido às mudanças climáticas é mencionada como um dos problemas que afetam a pesca na ilha. A chuva é um dos elementos essenciais para a abundância de pescado. Por exemplo, é mencionado que na zona da foz do rio Save há sempre maior produção. “Mas, se não chove o peixe não abunda”⁵³⁰.

A pressão pelo aumento do número de pescadores vindos do continente para acampar na ilha de Chiloane é elevada e traz consigo o aumento do número de redes de pesca e redução do pescado. É neste contexto que Armando Faria afirma que, “Quando cheguei em 2001 a esta ilha, uma canoa levava uma manhã de pesca e voltava cheia de pescado. Portanto, numa maré conseguia 20 a 30 sacos de peixe e agora nem 7 sacos consigo e um barco podia precisar de uma saída por uma semana que era suficiente. Agora

⁵²⁸ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁵²⁹ Gomes, O. P., *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 43-44; ASSOCIAÇÃO de pescadores de Mambone, (Entrevista colectiva a pescadores). Entrevista realizada em Govuro, 31 de Maio, e 2 de Junho de 2018.

⁵³⁰ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

pode ficar um mês e não consegue a mesma produção”⁵³¹. Em uma outra passagem da entrevista sobre o mesmo assunto o mesmo pescador disse, “o número de pescadores é elevado o que aumenta o esforço de pesca. Só no uso das redes de emalhar chega-se a ter cerca de 140 chatas numa área de pesca. O barulho de motores de chatas é muito ensurdecedor. A tendência é de piorar”⁵³². Por isso, acha que devia-se limitar o número de licenças. Nos casos dos que desistem não se devia continuar a emitir outras. A falta de emprego em outras áreas aumenta os constrangimentos porque traz muita gente para a pesca. Por outro lado, destaca que a pesca semi-industrial e industrial contribui também para esta pressão, pela presença de mais de 20 barcos a operar 24/24 horas nesta região, desde os finais da década de 1990 em diante⁵³³.

Esta pressão sobre os recursos e a sua conseqüente redução, também pode ser testemunhada pelo abandono de algumas empresas que operavam na ilha, como o caso do Recanto de Chiloane, descrito acima. Ao mesmo tempo, muitos pescadores da ilha tendem a emigrar para outros centros de pesca de fora da ilha em Chicococo e Nhanguco. Também praticam como alternativa a pesca de profundidade com uso de rede de emalhar com muito chumbo e menos boias⁵³⁴. Regista-se também o aumento de conflitos sobretudo pelo cruzamento de diferentes artes de pesca entre os pescadores artesanais e os da pesca semi-industrial e industrial. Estes problemas ocorrem sobretudo na pesca de arrasto de rede, que acaba entrando em zonas de delimitação pertença de outra arte. “Cada tipo de pesca tem uma área delimitada de pesca. Quando há violações é quando temos os conflitos alguns dos quais são dirimidos ao nível local e outros casos na cidade da Beira”⁵³⁵.

A pesca na ilha beneficiou de inovações nas artes de pesca introduzidas pelos chineses que entram na ilha por volta de 1915 a 1920, vindos da cidade da Beira. Estes modernizaram a pesca introduzindo um novo tipo de rede de cerco com arame na construção de gamboas. Os nativos usavam caniço para a construção das suas gamboas.

⁵³¹ Armando Faria, Pescador e dono de 2 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁵³² Armando Faria, Pescador e dono de 2 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁵³³ Armando Faria, Pescador e dono de 2 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁵³⁴ Armando Faria, Pescador e dono de 2 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁵³⁵ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

O tipo de fio de pesca dos nativos também era feito de fibra de árvore chamada *chingoja* (tipo embondeiro, mas que não produz malambe), onde tiravam da casca as fibras para o seu fabrico. Também usavam sisal para fazer linha de pesca enquanto o chinês introduziu gamboa com malha de arame assim como a pesca com a linha industrial comprada na loja. “Isto foi antes de eu nascer em 1935, fui contado pelos meus pais”⁵³⁶.

Por seu turno Mazau Paulino menciona que os chineses chegaram na década de 1940 na ilha. “Eram três: Faroua Ah Heng, e outros que não me lembro dos nomes. Introduziram novas técnicas de uso de redes de arame no cerco usando gamboas e também faziam redes de malha de dois dedos feita de linha comprada nas lojas- industrial”⁵³⁷. Estas inovações nas artes de pesca permitiram aumentar as quantidades de pescado a ponto de terem muitas vezes de convidar a população da ilha para ajudar a retirar o peixe das redes⁵³⁸.

A diferença na cronologia indicada pelos dois entrevistados deve estar relacionada com as fontes de informação que cada um teve, mas o facto é que fazem referência às mesmas alterações ou inovações trazidas pelos chineses na pesca artesanal.

As principais ligações para o escoamento da produção pesqueira da ilha eram com a cidade da Beira. O transporte era realizado através de barco a vela que também levava passageiros. Mais tarde, por volta de 1942 Agostinho Fernandes, introduziu um barco a motor trazido da Beira. A primeira chata com motor fabricado na ilha de Chiloane foi em 1962 e era de indianos sediados na Beira. Nestas trocas comerciais traziam vários produtos e em troca levavam camarão fino, peixe seco e fresco e não aceitavam trocas em dinheiro (informação contraditória com a referida acima). O preço de compra do peixe fresco era 2\$50 por um quilo de peixe de primeira e da segunda 1\$00. Na Beira vendiam a partir de 3\$00 o quilograma do peixe de primeira. Compravam todo o peixe que o pescador conseguia. Com este dinheiro, o pescador conseguir dinheiro suficiente para a sua família⁵³⁹.

⁵³⁶António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

⁵³⁷ Mazau, Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁵³⁸ Mazau, Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁵³⁹ António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

3.4- A regulamentação da pesca e a gamboa como principal armadilha de pesca artesanal

Nesta secção o nosso debate irá incidir sobre a forma como as autoridades administrativas fizeram o uso dos conhecimentos locais na exploração das gamboas, tomando como base a dimensão técnica desta arte ao nível dos conhecimentos locais. Por exemplo, no documento do comissariado da polícia foi reportado ao governador do território da Companhia a 8 de Outubro de 1917, sobre as dificuldades que tinham para alimentar as pessoas sob sua responsabilidade, devido à diminuição das quantidades e da qualidade do peixe que era capturado pelas suas gamboas. Nestes termos, escreveram ao governador que, “...é possível que a situação das gamboas da polícia não seja a mais conveniente e será, talvez, preciso mudá-las para local mais apropriado. Se V. Excia assim julgar conveniente, tratarei de indagar “aos indígenas” qual será a melhor situação “localização” a escolher para as gamboas, para depois informar V. Excia sobre a resolução a tomar”⁵⁴⁰. Portanto o destaque aqui vai na necessidade de uso dos conhecimentos locais para escolher o melhor local para colocar a gamboa. Entretanto, sem balizas cronológicas definidas observamos que ao longo dos três períodos abrangidos na tese, as autoridades administrativas fizeram variar a sua tendência de recorrer aos conhecimentos locais, de acordo com os momentos e os objetivos a alcançar. Assim, tanto procuraram valorizar os conhecimentos locais ou simplesmente ignoraram ou até discriminaram-nos.

A regulamentação da pesca e as artes e aprestos de pesca, é a secção onde destacamos a gamboa como principal armadilha de pesca artesanal, onde discutimos a importância desta arte de pesca artesanal, sobretudo durante a administração da Companhia de Moçambique e do Estado Novo. A importância particular da gamboa deve-se ao facto de durante a administração da Companhia de Moçambique e parte do período do Estado Novo, a gamboa ter servido como a principal armadilha para a captura do peixe que alimentou as pessoas envolvidas em diversos trabalhos da administração, nas campanhas de pacificação e para a alimentação dos trabalhadores empregues na construção de diversas infraestruturas e nas empresas de produção agrícola. Devido a sua

⁵⁴⁰ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

grande utilidade na pesca artesanal, a gamboa mereceu especial atenção das autoridades administrativas nos dois regimes administrativos. Esta situação levou a que durante o período colonial a administração portuguesa emitisse várias ordens, regulamentos e diplomas legislativos para regular o uso deste instrumento em seu benefício que também foram adotadas pela Companhia de Moçambique. Durante este período, as autoridades impuseram taxas e impostos para a exploração da gamboa. A partir do início da introdução da motorização da pesca na década de 1960 em diante, decresce a importância do uso da gamboa tal como era antes.

O termo *gamboa* teve diversas e diferentes versões. Em comum todas elas destacam o carácter fixo da gamboa e, as principais diferenças estão no material usado na sua construção e os diferentes tipos de pesca a que se destina. Em cada local existe um nome porque é designada a gamboa. Gamboa pode se considerar como a designação em português, mas não se conhece a origem do nome se é africana ou de outro local. Na língua macua, maioritariamente falada no Norte e Centro do país a gamboa também é designada de *ilema*, nome dado à gaiola, e de *macuacua*, nome de gamboa (cercado) associada à gaiola. Ainda nesta língua temos o *Mtelele* e *erethi* nome de gamboa feita de palha de palmeira/coqueiro. Na região de Malema, na província de Nampula usam gamboa feita de bambu rasgado designada de *inkithi* também na língua macua⁵⁴¹.

De acordo com Liesegang, o termo gamboa pode ser originário da Índia, mas o conhecimento do seu uso foi observado junto às populações *San*, na cidade de Cabo na África do Sul na altura da chegada dos holandeses no século XVII⁵⁴². Mesma informação é apontada por Minguzzi quando traz a referência de que no Recife da Reserva Natural do Cabo, existem lugares sagrados dos KhoiSan onde estão representadas armadilhas artificiais que considera como, “estruturas mais antigas (idade média da pedra) construídas pelos Strandlopers (comunidades pré-coloniais de caçadores-coletores)”⁵⁴³.

Gamboa é uma rede um bocado assimétrica na qual entra água com a maré alta e quando a maré baixa fica lá retido o peixe. Esta armadilha não só é usada em Moçambique, mas também em São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e na África Ocidental

⁵⁴¹ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁵⁴² Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

⁵⁴³ Minguzzi, Magda, *The Spirit of Water: practices of cultural reappropriation. Indigenous heritage sites along the coast of the Eastern Cape-South Africa*. Firenze, Firenze University Press, 2021.

em geral, com a mesma técnica. Na Europa é possível que também sejam usadas em locais onde existam marés altas e são referidas no Brasil. Em 1727 uma embarcação a remos holandesa subindo o rio Incomáti na zona de Xinavane (província de Gaza em Moçambique) colidiu com uma gamboa e tiveram problemas com a população local⁵⁴⁴.

A gamboa, instalação que os nativos preparam para a captação do peixe, feita de diversos materiais disponíveis no meio natural desde caniço, bambu, estacas de mangal, redes de sisal e, mais tarde, rolos de arame, com carácter permanente, mostrou-se ser uma arte de pesca que era acessível o seu uso, pelos reduzidos custos para a sua produção e montagem e pelos bons rendimentos que fornecia aos seus usuários. Nesta arte, todos os membros da família dos pescadores participavam nas várias etapas, desde homens, mulheres e crianças.

Na dimensão económica do uso da gamboa, debatemos sobre a sua rentabilidade para prover alimentação e alguns ganhos na venda dos excedentes. A dimensão ambiental da gamboa será debatida em relação aos tipos de capturas, assim como ao tipo de material usado no seu fabrico e os possíveis efeitos positivos/negativos decorrentes dos locais onde é colocada a gamboa, em comparação com outros engenhos de pesca. A dimensão legal/fiscal ou jurídica é referida a partir da produção de diversos Regulamentos introduzidos pelas autoridades administrativas estrangeiras neste local. Neste debate, algumas questões de pesquisa são: quem eram os proprietários da gamboa? quem podia arrematar locais para a colocação de gamboas? Como era a participação dos nativos no uso das gamboas? Que conflitos podiam surgir entre os proprietários e as autoridades político-administrativas?

Após o estabelecimento da autoridade administrativa da Companhia de Moçambique nos territórios concessionados, um dos primeiros assuntos que tratou para viabilizar a exploração económica dos recursos disponíveis, foi a regulamentação de diversas atividades exercidas no local. Para este efeito, recorreram à legislação portuguesa em vigor, tal como referido no Decreto de 17 de Maio de 1897 que, no seu Artigo 7, &10, dizia “em todos os serviços e ramos de administração onde não houver Regulamentos especiais em vigor no território da Companhia, poderá esta adotar os Regulamentos e leis que vigorarem na província de Moçambique, fazendo publicar no

⁵⁴⁴ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017. Não encontramos nenhuma referência específica sobre a origem do termo na documentação pesquisada. De acordo com Roque, as primeiras tentativas para a exploração sistemática de aljôfares no arquipélago de Bazaruto foram trazidas de Goa os primeiros técnicos. Roque, A.C., *Terras de Sofala*, p. 625.

seu Boletim as modificações necessárias”⁵⁴⁵. Situação similar foi verificada em relação à regulamentação do uso da gamboa que era a principal armadilha de pesca artesanal em uso naquela época nos territórios tanto sob a administração da Companhia de Moçambique assim como do governo português⁵⁴⁶. O mesmo se verificava nas práticas administrativas relacionadas com a cobrança de diversos impostos e taxas às populações locais.

Especificamente para a área das pescas o governador do território da Companhia de Moçambique recebeu a 19 de Junho de 1902, 2 exemplares de legislação portuguesa sobre a pesca, promulgados entre 2 de Março de 1852 até ao ano de 1895 que formavam 6 fascículos, que posteriormente enviou ao capitão dos portos a 8 de Agosto de 1902 para a sua execução⁵⁴⁷. Esta é uma das razões por que temos similaridades na legislação e regulamentação das diversas áreas de atuação entre estas duas entidades administrativas, alguns dos quais constam do quadro da figura nº 24 a seguir, que cobre o período entre 1898 e 1948 onde foram citados 20 instrumentos legais entre Regulamentos, comissões especializadas, instruções e ordens, alguns dos quais continuaram até no período da administração do Estado Novo.

Figura nº 24- Instrumentos reguladores das pescas no período 1898-1948

	Assunto	Ano	Observações
1	Regulamento da pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique.	1898	C
2	Regulamento de pesca nº 1978 de 2 de Agosto.	1901	B
3	Portaria provincial nº 465 de 29 de Agosto, cria a Comissão de Pescarias da Província de Moçambique.	1902	A; A1
4	Decreto de 25 de Junho, aprova o Regulamento para a exploração das ostreiras, ostricultura e depósitos de ostras	1904	A; A1

⁵⁴⁵ PT/AHU- Ministério da Marina e Ultramar. Companhia de Moçambique, «Nova Carta Orgânica da Companhia de Moçambique, Decreto de 17 de Maio de 1897». Imprensa Nacional, Portugal, Lisboa, 1897.

⁵⁴⁶ MZ/AHM- Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 30, números 57-59».

⁵⁴⁷ MZ/AHM-Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 30, números 57-59».

	na parte marítima das águas públicas na Província de Moçambique.		
5	Decreto de 25 de Junho, aprova o Regulamento da Comissão de Pescarias.	1904	A
6	Decreto nº 5 de 20 de Setembro, aprova o Regulamento sobre o aproveitamento dos bancos de ostras perolíferas, madrepérola e corais.	1904	A; A1
7	Regulamento de pesca nº 2800 de 23 de Março.	1907	B
8	Regulamento de pesca nº 3136 de 3 de Novembro.	1910	B
9	Portaria nº 124 de 8 de Julho, aprova o Regulamento para a pesca da baleia.	1916	A
10	Portaria Provincial nº 257 de 25 de Novembro, aprova o Regulamento para a pesca a vapor com redes de arrastar.	1916	A
11	Regulamento de pesca nº 3748 de 16 de Março.	1917	B
12	Decreto nº 246 de 7 de Abril, altera o Regulamento para a pesca a vapor.	1922	A
13	Ordem que regulamenta a pesca nº 4401 de 17 de Novembro.	1922	B
14	Portaria nº 519 de Julho, regula a apanha de caranguejos, ameijoas e moluscos.	1923	A
15	Portaria Provincial nº 556 de 18 de Agosto, aprova um novo Regulamento para a pesca da Baleia no mar de Moçambique.	1923	A
16	Portaria Provincial nº 266 de 6 de Fevereiro, determina um prazo de 30 dias para a nova publicação do Regulamento para a pesca da baleia.	1926	A
17	Nova publicação de Julho do Regulamento para a pesca da baleia.	1929	A
18	Portaria Provincial nº 1621 de 26 de Março, altera a composição da Comissão de Pescarias.	1932	A
19	Decreto nº 27.560 de 11 de Março, regula o exercício da pesca da baleia nas águas territoriais das Províncias Ultramarinas.	1937	A; A1

20	Portaria nº 7415 de 10 de Junho, altera o Regulamento para a pesca a vapor com redes de arrastar.	1948	A

Fontes: A- Garcia, Francisco, *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*. Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Área de Estudos Africanos, Lisboa, 2003. Anexos 1-10; A1- Regulamentos em vigor até a década de 1960; B- MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30; C- MZ/AHM- «Regulamento da pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique». Aprovado por Decreto de 13 de Outubro de 1898. Imprensa Nacional. Lisboa. 1898.

A prática de “importação” de legislação e modelos de gestão que depois não eram adaptadas às realidades locais, mereceram diversas críticas dos funcionários que deviam executar estas ordens no terreno, neste caso nos territórios da Companhia de Moçambique. Tal é o caso do capitão dos portos, Guilherme Augusto da Cunha e Silva, Capitão Tenente da Guarda Real portuguesa, quando em 1902 submeteu um pedido de revisão ao Regulamento de pesca, Ordem nº 1978. Esta situação também pode ser observada no território sobre administração portuguesa, no Ofício de 11 de Agosto de 1887, onde o governador-geral da Província de Moçambique e o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Marinha e Ultramar, pediram ao Cônsul português em Bombaim para mandar um exemplar do Regulamento que regia as pescarias de pérola em Ceilão, “a fim de servirem de norma à organização de um idêntico trabalho no território concessionado à Companhia de Moçambique”⁵⁴⁸.

O primeiro *Regulamento de pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique*, foi aprovado pelo Decreto de 13 de Outubro de 1898⁵⁴⁹. Este Regulamento tornou-se no primeiro e principal instrumento regulador da atividade de pesca, tanto nos territórios da Companhia de Moçambique, assim como naqueles administrados pelo governo português. Ao longo dos anos, sofreu diversas reformulações e aditamentos para tentar adaptar à realidade local e, sobretudo para regular a principal arte de pesca praticada no local, o uso da gamboa. Neste contexto, foi produzida a Ordem nº 1978 de 2 de Julho de 1901 pela Junta Consultiva do Ultramar. Esta ordem, mereceu

⁵⁴⁸ PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- DGU, 230, 2G-1S, Cx., 1884-1904 - Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTO 1-Consulta da junta consultiva do ultramar». Cx. 13, doc. 1054- nº 438, 8 de abril de 1907. Em 1909 regista-se uma nova consulta sobre o mesmo assunto no Documento da pasta 13, número 47 e 112.

⁵⁴⁹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

intensos debates entre a capitania dos portos da Companhia de Moçambique e as autoridades portuguesas, especificamente com a Junta Consultiva do Ultramar. A capitania dos portos de Manica e Sofala abrangia na sua ação marítima todo o litoral da costa, portos, baías, enseadas, esteiros, barras, canais e parte navegante dos rios, até aonde chegasse o colo da praia-mar, dentro da zona concedida à Companhia de Moçambique. Tinha delegações da capitania em cada porto do litoral, rios e baías. O capitão era nomeado pelo governador do território de Manica e Sofala⁵⁵⁰. Outras reformulações deste Regulamento estão no Regulamento nº 2800 de 23 de Março de 1907, assim como no Regulamento nº 3136 de 3 de Novembro de 1910 e no Regulamento nº 3748 de 16 de Março de 1917 onde todos tinham em comum a regulamentação da pesca com o uso da gamboa. Estes Regulamentos foram revogados e sistematizados na Ordem nº 4401 de 17 de Novembro, 1922⁵⁵¹.

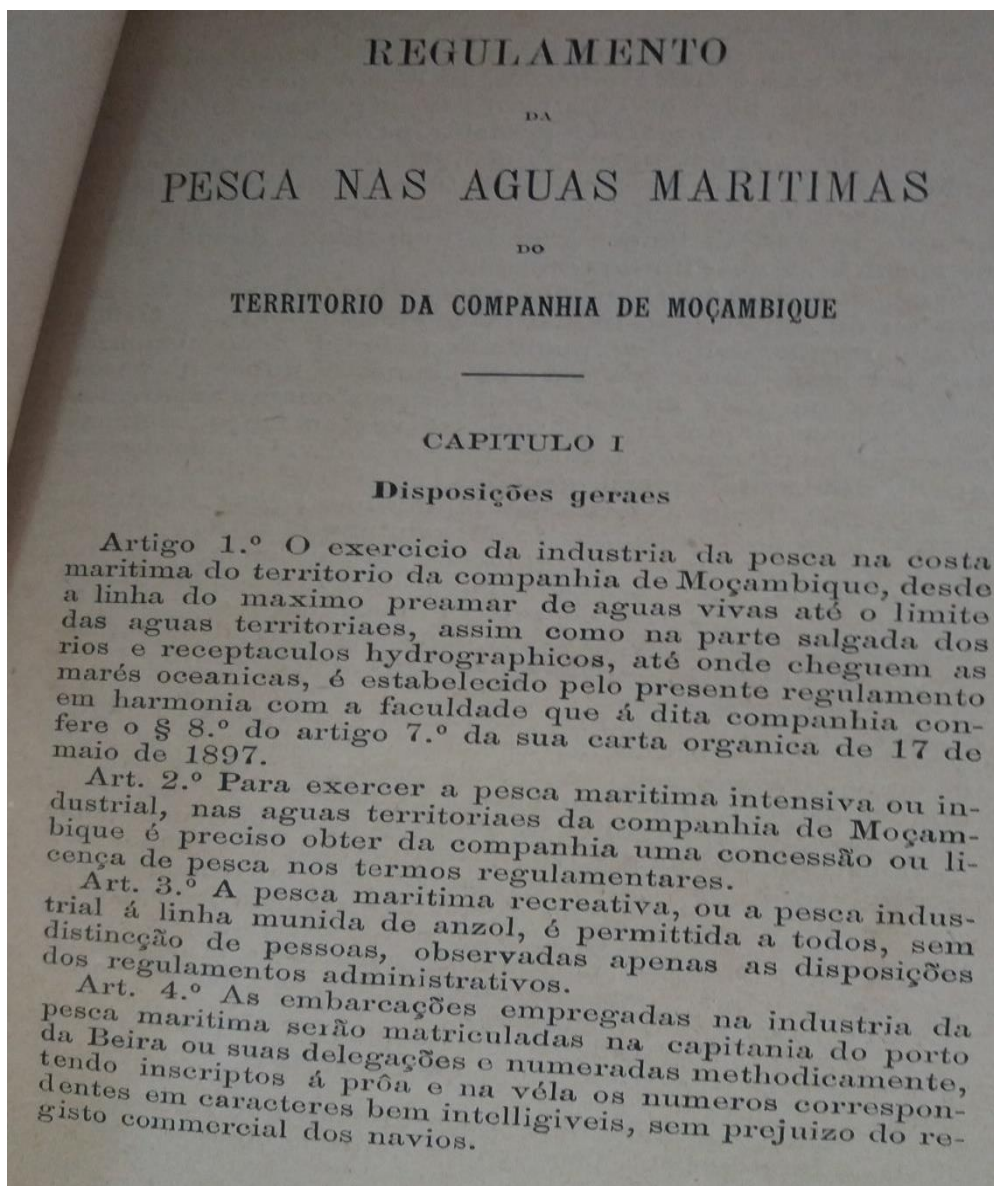
A partir do Decreto de 17 de Maio de 1897, no seu §8, do artigo 7º, foi aprovado o Regulamento de pesca nas águas territoriais das concessões da Companhia de Moçambique, que consta da figura nº 25, com as alterações resultantes dos pareceres da Procuradoria Geral da Corôa e Fazenda e da Junta Consultiva do Ultramar, que foi assinada pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, António Eduardo Villaça, em Paços a 13 de Outubro de 1898⁵⁵².

Figura nº 25- Regulamento de pescas nas águas marítimas do Território da Companhia de Moçambique

⁵⁵⁰ PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento da Capitania dos Portos da companhia de Moçambique». N° de ordem 2988, liv. N° 5755, 1899.

⁵⁵¹ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 30, números 57-59».

⁵⁵² MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-Geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30; MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.



Fonte: MZ/AHM- «Regulamento da Pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique», aprovado por Decreto de 13 de Outubro de 1898, Imprensa Nacional, Lisboa. MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamentos de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

Analisando este regulamento da figura nº 25, podemos observar que pelo artigo 2º do cap. I deste Regulamento, regula que para o exercício da pesca passava a ser exigida a obtenção de uma concessão ou licença. Este facto, marcava um ponto de viragem no *modus vivend* das comunidades de pescadores locais. No período anterior, pescavam sem necessidade de nenhuma autorização formal escrita, podendo nas circunstâncias locais pagar um tributo aos chefes pela entrega de parte da sua produção, neste caso produtos da pesca. Outra alteração significativa foi a determinação de um valor monetário a pagar que, para o caso das armações fixas de pesca, onde se incluía a gamboa arte mais usada por estes, era de 18\$000 réis e a exigência de uma guia passada pela autoridade marítima,

assim como o pagamento de 36\$000 réis pelo termo de cada concessão⁵⁵³. Para além das obrigações do pagamento de licença, tinha sido introduzido pelo artigo 8º, a imposição do pagamento de 10% *ad valorem* na alfândega e suas delegações marítimas, por toda a pescaria colhida nas águas territoriais da Companhia, quando fosse vendida ou aplicada para consumo dentro daquele território. E, pelo artigo 13º do cap. II, dizia que todo o indivíduo que pretendesse lançar uma armação fixa de pesca, passava a ser obrigado a requerer uma licença ao governador do território da Companhia de Moçambique, assim como a depositar a quantia de 500\$000 réis em ouro à ordem da mesma⁵⁵⁴. É de salientar que estes dispositivos não estavam ao alcance dos pescadores nativos tal como era referido por alguns dos dirigentes das capitânias.

Nos capítulos III até VII deste Regulamento, eram arrolados quase todos os tipos de pesca possíveis, baseados nas atividades de pesca praticadas na metrópole e indicadas as formas de concessão e os valores que seriam cobrados no seu exercício. Um exemplo está no Art.º 28º do cap. III, que afirmava que era permitido o estabelecimento de ostreícolas, instalações permanentes de pesca (barragens, estacadas, redes ou circuitos fixos de qualquer natureza), estabelecimento de piscicultura e viveiros de peixe e, no Art.º. 30, impunha como condição que fizessem um requerimento prévio a pedir uma licença ao governador. Segue-se o artigo 34, nº 3, que determinava o depósito à ordem do mesmo governador da quantia de 90\$000 réis por cada hectare ou fração a mais da superfície que a concessão compreendia⁵⁵⁵. As artes de pesca arroladas correspondiam aos tipos de pesca praticados em Portugal.

O Art.º 49 do cap. IV, regulava o estabelecimento de depósitos de crustáceos e no Art.º 56 do cap. V, debruçava-se dos aparelhos de rede de arrastar pelo fundo a reboque de uma ou mais embarcações. No Art.º 64, cap. VI, referia-se a cercos volantes (*galeão, barca volante e cerco americano*) e no Art.º 65, regulava os cercos de arrastar para a terra, as redes denominadas artes, *chinchorros, chavegas*, finalizando no Art.º 72 do cap. VII, com a regulação da pesca marítima que empregava palangres ou espinéis munidos de

⁵⁵³ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-Geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30; MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

⁵⁵⁴ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-Geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30; MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

⁵⁵⁵ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-Geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30; MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

anzóis. Todas estas artes de pesca também passaram a necessitar de uma licença de concessão da Companhia para o seu exercício nos territórios concessionados⁵⁵⁶.

Tal como podemos observar nos vários artigos e capítulos que arrolamos deste Regulamento, houve um esforço de tentar registar todos os tipos de pesca para ser regulamentada a sua concessão e requerida uma obtenção de licenças para o seu exercício⁵⁵⁷. Foram estipulados valores monetários para o pagamento dessas licenças. Assim, esperavam os reguladores que esta atividade de pesca se tornasse em mais uma fonte de arrecadação de receitas que adviriam da cobrança destas taxas de concessão, assim como na cobrança de diversas multas previstas. Porém, muitas destas artes de pesca eram praticadas na metrópole e não no terreno concessionado, em Manica e Sofala.

Para a aplicação deste *Regulamento de pescas nas águas marítimas do Território da Companhia de Moçambique* nos territórios concessionados a Companhia de Moçambique, foram constatados alguns problemas na sua interpretação. Alguns destes problemas relacionavam-se com o facto de o Regulamento tratar de diversas artes de pesca que não se praticavam na região e ignorar a principal arte que era a pesca através de gamboa. Por isso, foi enviado um pedido de aditamento do Regulamento pelos funcionários da Companhia de Moçambique, especificamente a partir da capitania dos portos. Este pedido teve como resposta a Ordem n° 1978 de 2 de Agosto de 1901, emitida pela Junta Consultiva do Ultramar. Nesta Ordem, a gamboa era definida como sendo “formada por um cerco de pedra solta que as águas cobrem na preamar, ficando as pedras a descoberto na baixa-mar”⁵⁵⁸.

Em reação a esta resposta, regista-se uma insistência da capitania dos portos para a clarificação do entendimento sobre esta arte de pesca baseada no uso da gamboa. Esta insistência, teve resposta no parecer da Junta Consultiva do Ultramar de 7 de Junho de 1902. Esta missiva da Junta, dizia que parecia não haver necessidade de regular uma especialidade das artes de pesca, já reguladas pelo Decreto de 13 de Outubro de 1898, “havendo, a seu ver, erro de definição de gamboa”⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretaria-Geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁵⁷ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

⁵⁵⁸ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁵⁹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Perante esta situação, o capitão dos portos, Guilherme Augusto da Cunha e Silva, em 1902 submeteu mais um pedido de revisão ao Regulamento de pesca, Ordem nº 1978, ao governador do território de Manica e Sofala. Para sustentar os seus argumentos, fez uma pesquisa do significado do termo gamboa nos dicionários desde 1848 até 1899, cujos documentos constam do anexo 1⁵⁶⁰.

Segundo a pesquisa do Capitão dos Portos, Guilherme Augusto em 1902, no dicionário de J.J. Roquete, *Dicionário de Língua Portuguesa* de 1848, o termo gamboa era “lugar cercado de caniçado, á beira-mar, em que se apanha peixe”; Gaspar Alvares Marques no, *Novíssimo Dicionário Ortográfico e Prosódico da Língua Portuguesa*, em 1881 dizia que gamboa era “esteiro á beira mar para pescar”; Caldas Aulete e Santos Valente, no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* também em 1881, definiam gamboa como, “covão ou lago á beira mar onde em maré cheia entra o peixe miúdo que, na vazante fica quase em seco”; em 1882 cita o *Dicionário de Língua Portuguesa Etnológico, Prosódico e Etnográfico* que definia gamboa como “esteiro em que se encontra peixe miúdo”; em 1887 cita o *Grande Dicionário Contemporâneo Francês-Português*, elaborado por Domingos D’Azevedo, revisto por Luiz Filipe Leite onde o termo francês *bordigue* significava, “pequeno cercado formado por vimes ou canas, á beira mar, para apanhar peixe ou conservá-lo vivo: camboa”; em 1890, cita o *Dicionário Prosódico de Portugal e Brasil*, de A.J. de Carvalho e João de Deus, onde o termo gamboa significava, “lago com porta por onde entra o peixe com a maré e onde depois, na vazante, fica em seco”; finalmente em 1899, cita o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo que definia gamboa como, “pequeno lago artificial junto ao mar em que a preamar deixa entrar o peixe miúdo”⁵⁶¹. António de Morais e Silva no dicionário de 1789 dá também uma definição similar de gamboa que designa de “lago á beira-mar com porta para entrar com a maré, o peixe, e ficar em seco no baixa mar”⁵⁶². Em 1832 outro dicionário de Luís Maria da Silva Pinto também deu uma definição de gamboa similar⁵⁶³.

⁵⁶⁰ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁶¹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁶² «Camboa», disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/camboa>, consultado em 12/05/2019.

⁵⁶³ «Camboa», disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/camboa>, consultado em 12/05/2019.

Depois desta explanação do significado de gamboa nos diversos dicionários o capitão dos portos, Guilherme Augusto da Cunha e Silva afirmava que a significação deste vocábulo em África, não estava de acordo com a maioria dos dicionários citados, nos seguintes termos:

Na África portuguesa, pelo menos nas partes que tenho conhecido, a palavra gamboa significa a instalação que os indígenas preparam para a captação do peixe, feita com caniçados, mais ou menos extensa, mais ou menos resistente, mas sempre com carácter permanente. Aqui na Beira o caniçado tem sido substituído por panos de sebe de arame, sustentados por estacas⁵⁶⁴.

Nestas palavras do capitão para definir gamboa pode se notar uma diferença com aquilo que era referido nos diferentes dicionários citados.

Outro documento nº 422 emitido a partir da Beira a 2 de Agosto de 1902, dirigido ao administrador delegado da Companhia em Lisboa, e ainda sobre o *Regulamento de Pesca*, Ordem nº1978, a capitania dos portos clarificava o que entendia pelo termo gamboa. Assim, definiam gamboa como sendo “uma instalação permanente de pesca constituída por estacas cravadas em curva e ligadas entre si por caniçado ou sebe que as águas cobrem na preamar”. Acrescentava ainda que ultimamente havia se aperfeiçoado o sistema de gamboa, substituindo-se a sebe pela rede de corda ou arame⁵⁶⁵.

Em outra passagem das notas do capitão dos portos, Guilherme Augusto da Cunha e Silva considerava o Regulamento de 13 de Outubro de 1898, como sendo mais um embaraço do que auxílio, por não tratar de gamboas que considerava, “quase o único sistema de pesca usado no território da Companhia, ao passo que tratava de outros sistemas de pesca que só num futuro muito remoto viriam a estabelecer-se”⁵⁶⁶. Remata a sua explanação afirmando,

É a gamboa uma armação fixa, incontestavelmente, mas aplicar-lhe o determinado na alínea a), (emolumentos)...seria excessivo e compreende-se que o legislador, ao determinar aquela despesa, pensasse em armações em ponto grande, como as de atum e sardinhas na costa de Portugal⁵⁶⁷.

⁵⁶⁴ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁶⁵ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁶⁶ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁶⁷ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

As observações principais do capitão, faziam críticas ao facto de os legisladores que elaboraram o Regulamento não terem conhecimento sobre a realidade local do território de Manica e Sofala e das gentes que praticavam a pesca. Segundo as suas palavras,

A meu ver, foi prematuro regulamentar a pesca no território da Companhia, com as minudencias com que o faz o Regulamento aprovado por Decreto de 13 de Outubro de 1898, pois não havia conhecimento das condições locais e bastaria ordenar, o que aliás já estava estabelecido pela regra 34^o, que na falta de legislação própria se recorresse ao similar da província ou metrópole. [...] por isso julgo suficiente formular um aditamento que trate de gamboas, único sistema em uso neste território e ao qual o Regulamento não alude⁵⁶⁸.

A mesma opinião sobre as dificuldades de regulamentar a pesca nestes territórios da Companhia de Moçambique é compartilhada por um outro capitão dos portos da Beira, cujo nome não aparece no documento, (lembrar que havia mais do que uma capitania). Este capitão, na carta nº 154, enviada ao governador do território de Manica e Sofala a 30 de Marco de 1907, comentava sobre o *Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique*. Segundo ele, não havia grandes dificuldades na fiscalização da indústria de pesca porque aquela que existia usava processos rudimentares baseados na arte de gamboas. A gamboa era uma armação fixa primitiva, ou aperfeiçoada pelo emprego de rede de arame. Desta forma, considerava que pouco haveria a dizer e muito menos que regulamentar esta arte de pesca por gamboa, pois que “um Regulamento poderia trazer mais dificuldades e embaraços em uma indústria que urgia animar e proteger para, mais tarde, quando devidamente organizados e produzindo vier a regulamentar-se”⁵⁶⁹. Aqui nota-se esta clara preocupação em relação ao futuro do desenvolvimento da arte da pesca com o uso da gamboa deste capitão. Sintetiza as suas ideias dizendo que,

Qualquer das hipóteses provará a precocidade de regulamentar a pesca neste local, a julgar por muitas das suas disposições previstas para a sua execução que conta com muitos peritos, numerosas embarcações, com ou sem motor, para a pesca de arrasto, uma Comissão de Pescarias da Província de Moçambique, funcionários em Lourenço Marques, e comissões locais em cada uma das capitánias da província e suas delegações.

⁵⁶⁸ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30. Similar princípio foi feito na área mineira em Manica, onde o governo português adaptou os princípios da legislação mineira de Transval. PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Livro de Atas do Conselho de Administração, nº 2723», 1899. Por sua vez, a Companhia de Moçambique tinha o seu Regulamento Mineiro, produzido em 1906 pelo decreto de 14 de Julho de 1904 e 16 de Novembro de 1905. PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento Mineiro dos Territórios de Manica e Sofala». Nº de ordem 2988, liv. Nº 5755, 1906.

⁵⁶⁹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Este tipo de Regulamento parece formulado para um país muito conhecido, povoado e em ativa exploração, que este infelizmente muito longe está de se encontrar⁵⁷⁰.

Nos seus argumentos acrescenta os custos que seriam necessários para o pagamento dos funcionários a vários níveis, para além da necessidade de polícia o que poderia significar em aumento de despesas sem proventos. Também considerava inoportuno onerar os proprietários das gamboas com imposto de dois réis por quilograma de peixe⁵⁷¹.

O *Regulamento geral da pesca na província de Moçambique*, referido por este capitão era constituído por 10 Capítulos e 197 Artigos. Versava sobre diversas matérias de forma exaustiva. Começava pela definição de conceitos, composição e responsabilidades dos membros de comissões a diversos níveis e incluía também diversas artes de pesca que não eram praticadas em muitas zonas de Moçambique. O uso de gamboas estava descrito no capítulo 6, Artigos 50º a 65º⁵⁷².

O Regulamento de pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique de 1898 referido acima, estabelecia que para exercer atividades de pesca, nas áreas sob jurisdição da Companhia, era necessária a obtenção de uma licença. Nesta altura, não especificava se era permitida ou não a pesca industrial de arrasto. Este tipo de pesca, foi proibida através do Decreto-Lei n 27.560, de 11 de Marco de 1937, com o argumento da necessidade de defesa dos fundos marinhos. Considerava também nocivo o uso de redes ou outros aparelhos de arrasto que funcionassem a reboque de uma ou mais embarcações movidas por qualquer motor⁵⁷³. Permitia, no entanto, a pesca recreativa, a pesca industrial, e á linha munida de anzol que não tinha necessidade de licença. Para o comércio do pescado a Companhia estabelecia a percentagem que passaria a cobrar⁵⁷⁴.

O Governador de Moçambique, a partir de Lourenço Marques, esboçou também um Regulamento de pesca por meio de gamboas, emitido a 28 de Junho de 1902 a ser aplicado nos territórios sob sua jurisdição que era a região a Sul do paralelo 22º

⁵⁷⁰ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁷¹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁷² MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁷³ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 208.

⁵⁷⁴ «Regulamento da pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique». Aprovado por Decreto de 13 de Outubro de 1898. Imprensa Nacional. Lisboa. 1898, p.2.

abrangendo as regiões de Inhambane e Lourenço Marques. Segundo ele, a finalidade deste Regulamento era de evitar que continuasse o hábito prejudicial de,

Os indígenas estenderem as redes das gamboas por todos os sítios das baías e portos, conforme lhes parecer e quiserem, implicando frequentes vezes com a navegação, como sucede em Lourenço Marques nas embocaduras dos rios Maputo, Incomáti e Tembe⁵⁷⁵.

Para o exercício da pesca usando diversas artes a Companhia de Moçambique passou a cobrar taxas estabelecidas nos emolumentos. Os cálculos que afixaram os referidos emolumentos foram também razão de críticas por parte dos que deviam executar as tais ordens. Neste contexto, voltando à análise do *Regulamento de Pesca* de 1898, encontramos uma crítica do capitão dos portos Guilherme Augusto da Cunha e Silva, na exposição que enviou ao governador do território de Manica e Sofala a 28 de Julho de 1902, que se relaciona aos emolumentos previstos para cobrança aos pescadores que usavam as gamboas. Nestes termos afirma que,

... a tabela de emolumento da página 22 quis me parecer que ninguém pensaria em exigir a um pobre preto que quer estabelecer uma sebe, um caniçado, tão avultada quantia como é a soma das verbas que ali se sobrepõem e montam 134\$000 réis ou seja, perto de 30\$000 libras ouro, isto na hipótese mais módica, que é a de um hectare⁵⁷⁶.

Portanto, na opinião do capitão havia um exagero ao se pretender cobrar valores tão altos para uma arte de pesca simples, praticada pela população local, na sua maioria pobre. A referida tabela consta da figura nº 26 apresentada a seguir.

Figura nº 26- Tabela de emolumentos do Regulamento de 1898

⁵⁷⁵ PT-AHU-Ministério do Ultramar, «Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». GM, 866 A, 2G-CF, Cx., 1948-1949, Cx. s/n, 5 de Agosto de 1905. Em 1905 foi submetido à aprovação do Governo o Regulamento proposto pela Comissão de Pescarias da Província de Moçambique, criada pela portaria nº 465 de 29 de Agosto de 1902- Decreto de 28 de Novembro de 1902. Funcionava juto à Capitania dos Portos; PORTUGAL. Regulamentos para a Execução do Decreto de 28 de Novembro de 1902 sobre o exercício da pesca a vapor na Bahia de Lourenço Marques e suas águas e da Comissão de Pescarias da Província de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904, p.14.

⁵⁷⁶ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Tabella dos emolumentos
a satisfazer pelos diversos serviços e documentos
passados pelas auctoridades maritimas,
a que se refere o presente regulamento

(a) Armações fixas de pesca

1. — Vistorias a locais para armações fixas de pesca:	
À companhia de Moçambique, pela guia passada pela auctoridade maritima	18\$000
Aos peritos, cada um	4\$500
2. — Termos de concessão de local:	
Por cada termo	36\$000
Certidão ou copia de cada termo	1\$800
3. — Matrícula annual de companhia de armação fixa de pesca, incluindo os barcos proprios	18\$000
 (b) Estabelecimentos ostreícolas, de piscicultura e installações permanentes de pesca	
4. — Vistoria a terrenos da jurisdicção maritima para montar estabelecimentos ostreícolas, piscícolas ou installações permanentes de pesca:	
À companhia de Moçambique	18\$000
Aos peritos, cada um	4\$500
Ao perito que for engenheiro ou conductor	9\$000
Pelo termo	36\$000
Pela certidão requerida	1\$800
5. — Termos de concessão:	
Por cada um	45\$000
Certidão ou copia de cada termo	1\$800
6. — Licença annual, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º:	
Por hectare ou fracção a mais	18\$000

Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Nas décadas de 1920 e 1930 foram registadas algumas alterações ao Regulamento de 1898 debatido pelo capitão Guilherme. Desta feita a 19 de Novembro de 1931, um outro capitão dos portos cujo nome também não vem mencionado nos documentos consultados, enviou a sua proposta de revisão às instruções que vigoravam até então, descritas na Ordem n.º 4401 de 12 de Novembro de 1922. O governador do território da Companhia aprovou a proposta e as alterações entraram em vigor a 1 de Janeiro do ano seguinte. Estas foram designadas de “*Instruções que devem ser seguidas pela Capitania dos Portos e Delegações Marítimas para a concessão de locais destinadas a gamboas e sua fiscalização, bem como obrigações e encargos a que ficam sujeitos os concessionários*”, constituídas por 30 artigos e 6 tabelas⁵⁷⁷.

Segundo este capitão dos portos, vários relatórios da capitania dos portos vinham salientando a necessidade de se olhar com atenção às condições em que se exercia a indústria de pesca nas águas do território. Nesta sua explanação, sugeria algumas alterações ao *Regulamento de Pesca* de 1898 em vigor, as quais consideravam não terem

⁵⁷⁷ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de pesca nas águas marítimas do território, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

nenhuma disposição contrária para aquele Regulamento. Com esse procedimento pretendia permitir aos pescadores nativos que pudessem fazer o emprego das suas técnicas de construção das estacarias tradicionais, por reconhecer que nem todos tinham meios para comprar rede de arame suficiente para construir uma gamboa. Achava não ser admissível que ficassem privados de exercer, “um mister que a natureza oferece aos povos do litoral”. Ao mesmo tempo sugeriu a alteração das dimensões da malha diminuindo o seu tamanho de 4 centímetros para 25 milímetros de lado e o aumento do comprimento da gamboa⁵⁷⁸. Com estas medidas esperava melhorar as condições dos pescadores nativos que usavam gamboas. Desta feita, podemos comentar que nem tudo corria mal para os pescadores artesanais nativos.

A forma para a posse de uma gamboa estava também prevista e regulamentada. Por exemplo, em 1907 foram emitidas instruções que definiam que o proprietário de uma gamboa devia também fazer o pagamento de uma taxa de 225\$000 réis, por cada homem empregue nos trabalhos de apanha de peixe numa gamboa. Devia colocar uma tabuleta de madeira, zinco, ferro ou qualquer outro material pintado de preto e entregue à capitania ou delegação para ser marcado o número de ordem que lhe foi atribuído pelo registo e afixada na entrada do local da gamboa. Foi decidido que a partir deste ano de 1907, todas as “gamboas armadas até hoje livremente por indígenas nas costas marítimas e embocaduras dos rios, passavam a sujeitar-se aos encargos regulamentares de pagamentos de taxas, tendo de fazer um requerimento à secretaria da respetiva circunscrição ou sub-circunscrição e quando o requerente não soubesse ler e escrever seria o requerente assinado por duas testemunhas a seu rogo”⁵⁷⁹. Assim se oficializava o controlo administrativo da pesca com o uso da gamboa pelos nativos.

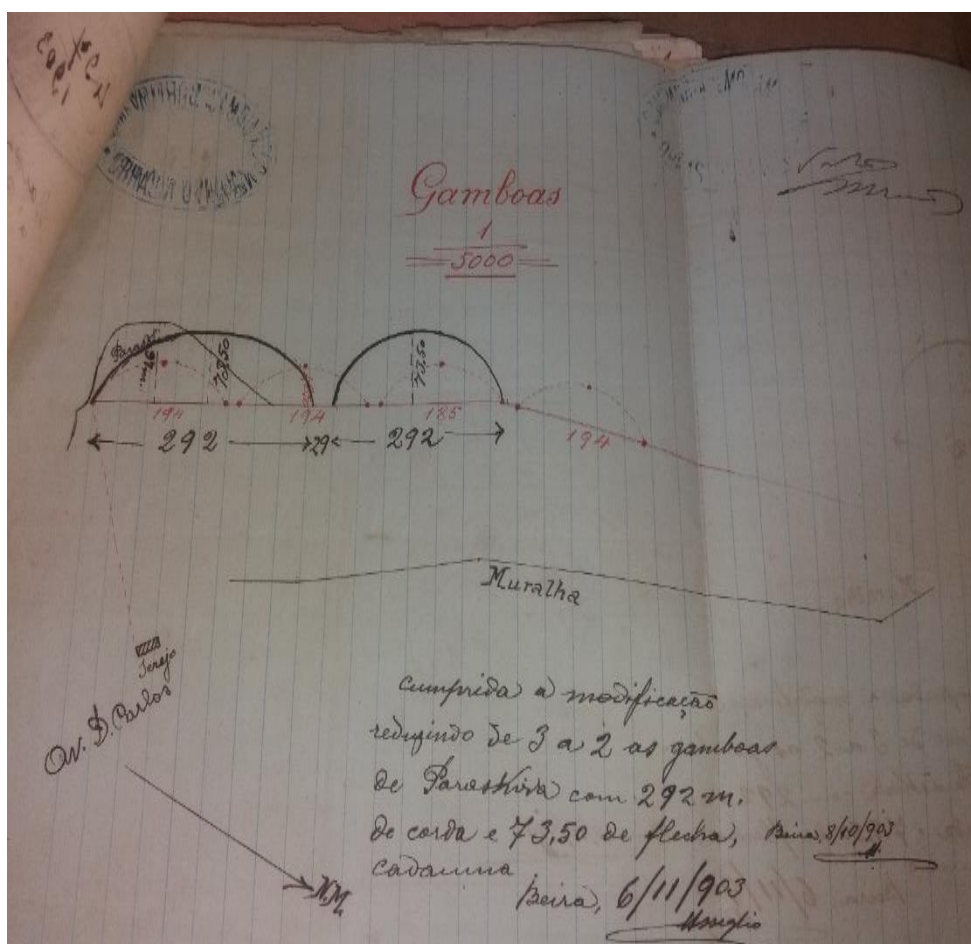
Para a posse de gamboa tornou-se também necessário observar três condições o que constituía uma alteração aos regimes costumeiros que eram observados antes da administração dos territórios pela Companhia de Moçambique. Através das capitánias dos portos, a administração da Companhia passou a impor como condição prévia o esboço físico do local para a demarcação, a demarcação no local e a arrematação. O esboço físico e a demarcação consistia na projeção no papel e indicação do local físico aonde seria

⁵⁷⁸ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30; AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

⁵⁷⁹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

colocada a gamboa, na costa ou margem dos rios. A arrematação era o aspecto da legalização para a colocação de uma gamboa. O processo decorria em hasta pública, onde era concedido o espaço ao concorrente que apresentasse a maior proposta monetária para arrematar o local. Era considerado como a melhor forma de garantir transparência⁵⁸⁰. Esta prática, mais uma vez constituía um entrave na participação dos pescadores nativos que não tinham condições financeiras para participar destes concursos, tal como os próprios delegados das capitânias referiam. Os documentos seguintes das figuras 27 a 29 ilustram estes processos:

Figura nº 27- Esboço físico de demarcação de Gamboa



Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁸⁰ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

Figura nº 28- Demarcação de Gamboa

Demarcação de Cambôas
SECRETARIA GERAL
Registrada sob o n.º 426 do livro 44
em 21 de 11 de 1903

Da inspeção ao local se concluiu que
Parraschiva não se aproveitou de toda
a flexa de 73^m 5 que a esgrumadeira
marcou, ficando em 51^m e 50^m res-
pectivamente as flexas da 1^a e 2^a
Cambôas, a contar do sul
Capitania dos portos na Beira, 20
de Novembro de 1903

O Capitão dos portos
Guilherme Augusto de Cambôas

Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Figura nº 29- Arrematação de uma área para colocação de gamboa

Camboas *Pa. 902 82*
cd=2886=L=43
15/9/1903

Nº 233

M. e Ex. Sr. Governador do Terri-
torio de Ilhaux e Sofala

Beira 15 de Setembro de 1903

Arrematação de 3 locais para pesca

Tenho a honra de passar ás mãos de
V. Ex.ª o auto da arrematação, a que se
procedeu n'esta Capitania, hoje pelas
2 horas da tarde, em cumprimento do
determinado no aviso que estabele-
cia as condições para a mesma ar-
rematação

O Capitão dos portos

Guilherme Augusto de Almeida

Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Tal como podemos observar nos três documentos, “Esboço de demarcação de Gamboa”; “Demarcação de Gamboa” e “Arrematação de uma área para colocação de gamboa”, havia procedimentos administrativos que deviam ser seguidos para a

exploração ou pesca com o uso de gamboa. Contudo, acreditamos que estes procedimentos deviam ser seguidos sobretudo nos locais perto das capitánias dos portos ou sede das circunscrições administrativas da Companhia e não em todo o território a ele concedido, devido a sua extensão e sobretudo a possível exiguidade de meios humanos e equipamentos para o seu controlo efectivo. Por outro lado, é de considerar que estes procedimentos eram novos para os pescadores nativos que não dispunham de condições para participar e é de admitir possíveis tensões e resistência ao seu cumprimento.

Findo este processo administrativo o indivíduo ou a entidade passava a ter direito de posse e exploração de uma gamboa e era-lhe passada a respectiva licença, tal como pode se observar na figura nº 30, a seguir.

Figura nº 30- Licença para a exploração de gamboa



Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Chegados aqui podemos questionar quem eram os proprietários das gamboas? Entre os proprietários tínhamos diferentes entidades pertencentes à Companhia de Moçambique assim como particulares, na sua maioria com capacidade económica acima da população nativa africana. A Companhia de Moçambique tinha por exemplo, uma “gamboa da polícia”, que se destinava a alimentar o contingente de cipaios e os presos sob sua

jurisdição. Esta gamboa em 1917 registou um decréscimo de produção entre os meses de Agosto e Outubro. Em Agosto produziu 430 kg de peixe seco e em Setembro 390 kg e Outubro 158 kg⁵⁸¹. Havia também uma gamboa da administração em Chiloane mencionada na circular nº14 de 26 de Fevereiro de 1918, com o registo nº 282-L117. Segundo esta circular, o Governador do território da Companhia de Moçambique, autorizou o crédito de cento e cinquenta escudos (150\$00) para a construção de uma gamboa em Chiloane, pedida pelo chefe da Circunscrição de Sofala, destinada “não só para alimentar a ‘gafaria’ como ainda fornecer rações a sipaios, marinheiros e serviçais da repartição de trabalho indígena (RTI)”⁵⁸².

Outra gamboa pertencia ao hospital Rainha Dona Amélia, na Beira, que servia para alimentar o pessoal de enfermagem e os doentes. Portanto, várias entidades e serviços da Companhia tinham as suas respetivas gamboas⁵⁸³. Porém, o relatório enviado no mês de Agosto de 1910, pelo chefe interino da circunscrição de Govuro (Bartolomeu Dias) ao governador do Território de Manica e Sofala sobre gamboas de algumas destas entidades, informava que, “...a apanha de peixe pela gamboa da Companhia de Moçambique não pode, de forma alguma, comparar-se à dos particulares (...) sendo uma gamboa de esteiras enquanto os particulares têm ótimas gamboas de redes de arame (...)”⁵⁸⁴. No seguimento, o Governador-geral da Companhia de Moçambique reconheceu este facto baseado em dados estatísticos produzidos em Setembro, onde mencionava que a gamboa da Companhia de Moçambique produziu 122 kg de peixe fresco, enquanto a produção de 5 particulares tinha sido de 6.550 kg de peixe seco a uma média de 1.310 kg de peixe seco, por cada gamboa de particular⁵⁸⁵. Deve ter sido nesta sequência que através da nota 273/1198 de 26 de Dezembro de 1918, o governador autorizou a compra de 10 rolos de

⁵⁸¹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁸² MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁸³ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁸⁴ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁸⁵ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Camboas da Companhia, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

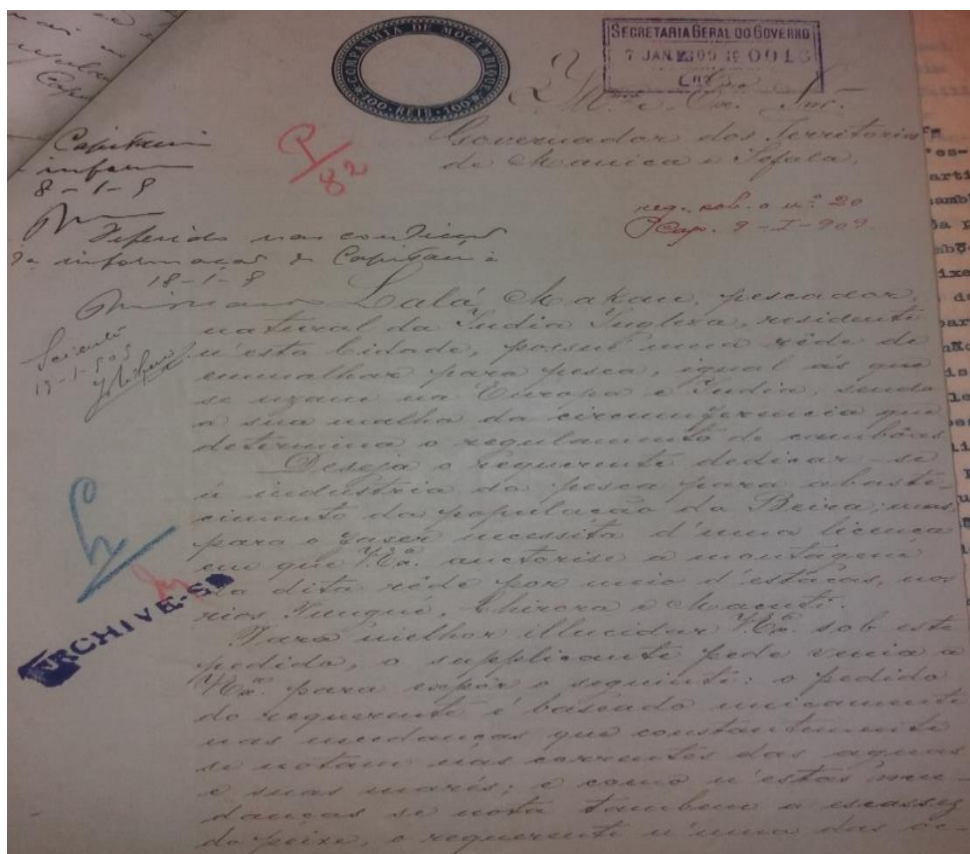
aramé para uma gamboa em Chiloane⁵⁸⁶. Esta medida era uma tentativa para corrigir a deficiente produção da referida gamboa.

Segundo os documentos constantes nos registos da capitania geral dos portos do território de Manica e Sofala, entre os privados havia indianos que exploravam gamboas. A estes indianos, citados acima, eram imputadas algumas práticas negativas no uso de gamboa, mencionadas numa exposição elaborada por um grupo que se identificavam como “residentes na cidade da Beira e de profissão pescadores”. Esta exposição-denúncia, foi dirigida ao capitão dos portos da Beira, e dizia que os indianos andavam a colocar gamboas de “grillos finos” de linha em toda a parte, onde encontrarem boa pesca e sobretudo nas bocas mesmo dos rios onde eles tinham gamboas de arames. Os mesmos também não pagavam licenças⁵⁸⁷. Com esta prática, punham em causa a reprodução do peixe. Este facto, demonstra que os queixosos tinham a noção de que os recursos não eram inesgotáveis. A seguir observamos na figura 31 o exemplo de um requerimento de um pescador indiano.

Figura nº 31- Requerimento para exploração de gamboa por um pescador indiano

⁵⁸⁶ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁸⁷ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.



Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

No mesmo conjunto de documentos está o apontamento do capitão dos portos com o registo nº 279 de 23 de Outubro de 1911, a informar ao governador do território da Companhia de Moçambique de que recebeu um negociante da cidade da Beira de nome Arnaldo Pereira, dizendo que um grego lhe pedira para requerer uma licença para a exploração de uma gamboa para ostras, em seu nome, porque “não era conhecedor bastante da língua portuguesa”⁵⁸⁸. Há referência também de outros requerentes para exploração de gamboas entre europeus, chineses e africanos alguns dos quais eram funcionários administrativos que recrutavam pescadores africanos para executar o trabalho. Dos requerentes africanos, pela complexidade dos procedimentos administrativos não eram obrigados a saber ler e escrever pois tinham ajuda para esses procedimentos. No entanto, pelos elevados valores monetários exigidos, presumimos que eram aqueles oriundos das famílias das elites ou que ocupavam cargos de auxiliares na administração do território tais como régulos, mambos e outros as tais “autoridades

⁵⁸⁸ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Requerimentos, licenças de pesca com rede de arrastar, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

gentílicas” que faziam o controlo da população a favor da administração colonial. Eis alguns exemplos de requerentes de licenças pelos africanos no quadro que se segue na figura 32:

Figura nº 32- Mapa das licenças de pesca com gamboas concedidas no mês de Março de 1939

DELEGAÇÃO MARÍTIMA DO MOÇAMBIQUE

MAPA DAS LICENÇAS DE PESCAGEM COM GAMBOAS CONCEDIDAS NO MÊS MARÇO DE 1939

Nº da licença	Nome do concessionário	Local da gamboa	Começo da licença	Licença	Vistoria	Termo	Montante de com- missão	Peri- to	Obs.
29	Jip rook	Mocimboa	1-3-1939	9\$00	9\$00	2\$00	1\$38		Nova
30	Joaquim Alves		"-	13\$50	-\$-	-\$-	1\$84		Rede arrasto
31	Indígena Novidade		6-3-1939	13\$50	-\$-	-\$-	1\$38		" "
32	" Herculano Tomaz	Chicembe	7-3-1939	9\$00	4\$50	-\$-	\$92		Prorrogação
33	João Antonio de Paule	Inhagondo norte	14-3-1939	9\$00	9\$00	2\$00	1\$38		Nova
34	" " "	Inhagondo sul	21-3-1939	9\$00	9\$00	2\$00	1\$38		Nova
				63\$00	31\$50	6\$00	8\$28		

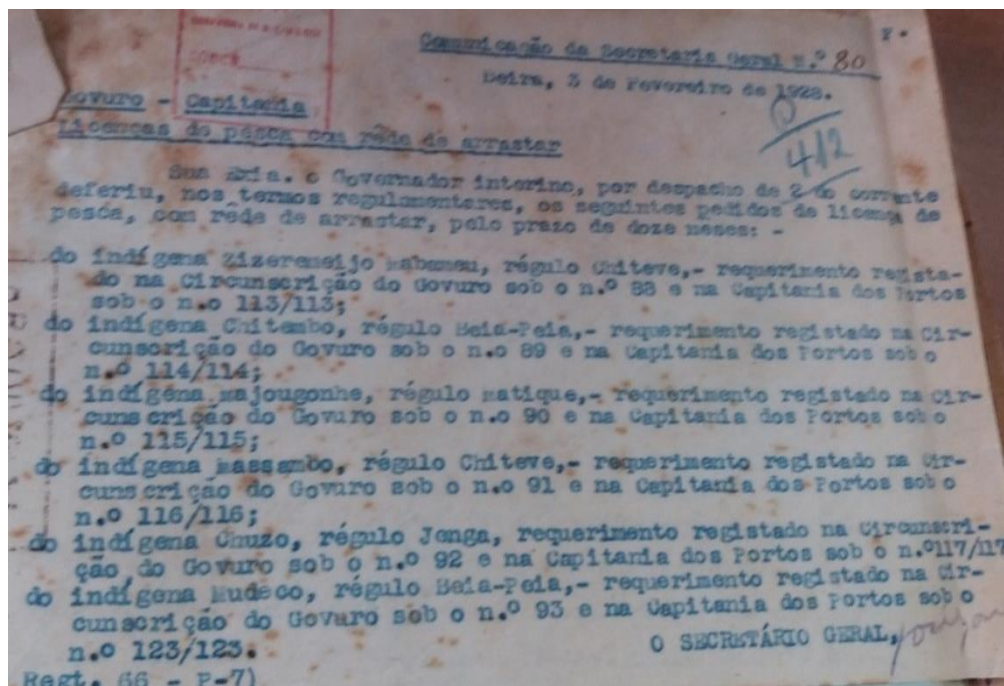
Delegação Marítima da Circunscrição do Moçambique, 25 de Março de 1939

O Delegado Marítimo,
[Assinatura]

Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Requerimentos, licenças de pesca com rêde de arrastar, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

Entretanto, nestes documentos a maior referência são os processos de pedidos de autorizações de africanos para obtenção de licenças para a pesca com o uso de redes de arrastar e não o uso de gamboas, tal como se observa na figura nº 33. Este facto, possivelmente tenha sido causado pelas dificuldades de cumprir com as três etapas exigidas pelos regulamentos para montar uma gamboa (Esboço de Demarcação, Demarcação e Arrematação), enquanto para a rede de arrastar era exigido apenas um requerimento, ou ainda podia ser por falta de condições financeiras. Outro sim, podia ser a questão da obrigatoriedade de reserva de espaços para as gamboas destinadas aos europeus que, de princípio eram as melhores zonas em relação àquelas deixadas para os africanos. Porém, pensamos que os pescadores recorriam a estas duas artes de pesca em simultâneo ou de forma separada, gamboa e usos de redes de arrasto, pois sempre houve necessidade de adequar o tipo de pesca às necessidades ou a diferentes épocas do ano.

Figura nº 33- Mapa de licenças de pesca com redes de arrastar concedidas a régulos de áreas administradas pela Companhia em 1928



Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Requerimentos, licenças de pesca com rêde de arrastar, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

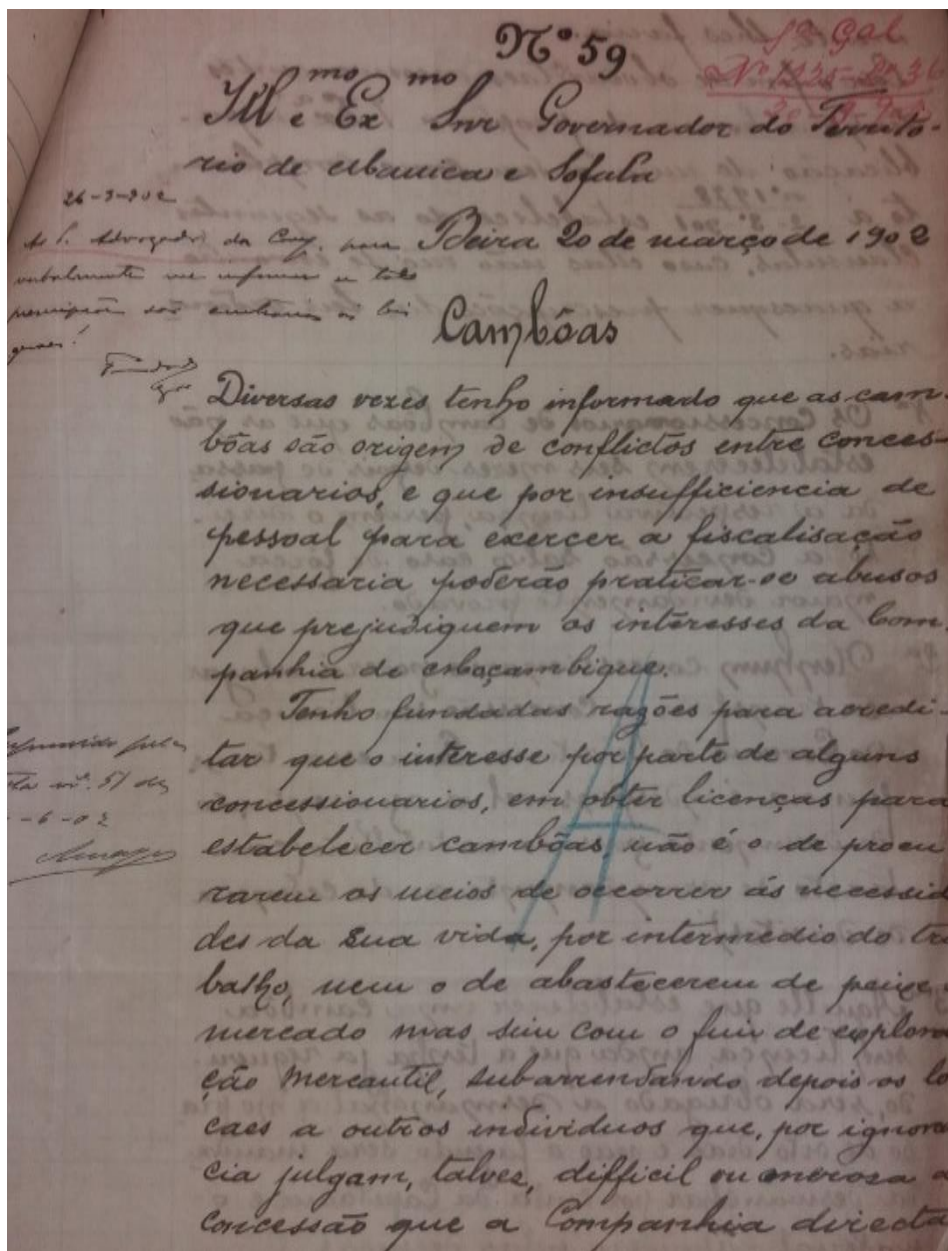
Como resultado da crescente pressão pela atribuição de locais para colocar gamboas, a administração das capitánias dos portos observou a existência de pessoas que procuravam a posse de muitas parcelas para a colocação de gamboas para alugar a terceiros ou para fazer a troca de locais de acordo com a abundância e a escassez dos recursos pesqueiros. Em relação à questão do aluguer das parcelas, o capitão dos portos da Beira, Guilherme Augusto da Cunha e Silva em 1902, escreveu uma missiva dirigida ao governador do território de Manica e Sofala, como complemento à Ordem nº1978 de 2 de Agosto de 1901, que designava de “exploração mercantil” onde comentava esta situação nos seguintes termos:

... tenho fundadas razões para acreditar que o interesse por parte de alguns concessionários, em obter licenças para estabelecer gamboas não é o de procurarem os meios de acorrer as necessidades da sua vida, por intermédio do trabalho, nem o de abastecer de peixe o mercado, mas sim com o fim de exploração mercantil, subarrendando depois os locais a outros indivíduos que, por ignorância julgam, talvez, difícil ou onerosa a concessão que a Companhia diretamente lhes faria⁵⁸⁹.

⁵⁸⁹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Tal como podemos observar havia esta questão de oportunismo por parte daqueles que tinham a possibilidade e o conhecimento para seguir os trâmites legais para a aquisição de locais para a colocação de gamboa. A figura nº 34 ilustra algumas diretrizes que constavam do Complemento à Ordem nº 1978 de 2 de Agosto de 1901 do Regulamento de pesca.

Figura nº 34- Complemento à Ordem nº 1978 de 2 de Agosto de 1901 do Regulamento de pesca



Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

A segunda questão do problema, era a posse de muitas parcelas para a colocação de gamboas em seu nome para permitir a troca de locais de acordo com a abundância e a escassez de peixe registada na década de 1930. Desta forma, o concessionário podia ter a possibilidade de alternar a pesca de acordo com as diferentes épocas. Foi por esta razão que foi introduzida, entre outras alterações, uma norma que dizia que, um concessionário deixava de poder ter posse de mais de dois locais inativos para onde poderia mudar a sua gamboa, em caso de escassez de peixe. Alterou se também o valor dos encargos que deveriam ser pagos pelos concessionários, que passaram a ser de acordo com as zonas que ocupavam com a gamboa. Estabeleceram também a reserva de uma área onde deviam ser estabelecidas apenas gamboas europeias. Deste facto não fica claro se os indígenas podiam ser titulares de gamboas europeias ou vice-versa, mas pelos artigos 2.º, 3.º e 4.º fica subjacente que sejam categorias ou tipo de gamboas e não divisão social entre europeus e indígenas. Assim, passamos a citar algumas das instruções baseadas nestas distinções:

Art.º. 1º - Por gamboa entende-se um conjunto de estacas dispostas em curva e espetadas no terreno marítimo que cobre, e descobre com as marés, formando um recetáculo no qual o peixe das águas públicas pode ter livre acesso ou entrada;

Art.º. 2º - Denominam-se gamboas europeias as estacadas ligadas com rede de arame;

Art.º. 3º - Denominam-se gamboas indígenas as estacadas que, não empregando rede de arame, formam um obstáculo à saída do peixe devido à aproximação das estacas;

Art.º. 4º - Nas gamboas europeias a rede de arame será de malha quadrada com o mínimo de 25 milímetros de lado, e nas gamboas indígenas os intervalos entre as estacas ou entre as ligações destas não poderão também ser inferiores a 25 milímetros em toda a altura até ao nível natural do fundo;

Art.º. 10º - Não é permitido o emprego de gamboas indígenas na zona compreendida entre o rio Savane e o paralelo 20º Sul⁵⁹⁰;

Art.º. 26º - Toda a pescaria colhida nas águas da Companhia de Moçambique, quando seja vendida ou aplicada para consumo dentro do Território, fica isenta do pagamento de qualquer imposto aduaneiro⁵⁹¹.

Tal como podemos observar nesta análise, a pesca através do uso de gamboa a sua regulamentação foi sendo melhorada e ajustada de acordo com os interesses da administração. A seguir na figura nº 35, temos a parte complementar destes artigos baseados no estatuto social do pescador que regulamentavam o uso da gamboa.

⁵⁹⁰ Neste espaço geográfico específico o capitão dos portos seleccionou como aquela em que os encargos deviam ser mais elevados pois é onde se pescava o peixe para o consumo na cidade da Beira e que, em fresco, se vendia a 2 xelins o quilo, o que considerava permitir elevados lucros. Por isso ficou vedado aos nativos. MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁵⁹¹ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Figura nº 35- Tabela de obrigações e encargos aos concessionários de gamboas

- 5 -

TABELA I

GAMBOAS EUROPEIAS E LOCAIS DE RESERVA NA ZONA DO ARTº 10º
(Concessionarios nao indigenas)

Transporte ao empregado da Capitania que ^{com fisco} fizer a vistoria, por conta do concessionario.	
Para o empregado da Capitania que ^{com fisco} fizer a vistoria	
Pelo caminho, qualquer que seja a distancia a que se desloque	2\$35
Para a Companhia de Moçambique	
Vistoria pagaada anualmente à gamboa, locais de reserva e instalações no terreno de jurisdiação marítima	15\$50
Pelo termo de responsabilidade quando se trate duma licença nova	2\$00
Licença de pesca	9\$00
Por cada homem empregado na apanha do peixe ou ao serviço da gamboa (minimo oito)	\$23

TABELA II

GAMBOAS EUROPEIAS E LOCAIS DE RESERVA NA ZONA DO ARTIGO 10º
(Concessionarios indigenas)

Transporte ao empregado da Capitania que ^{com fisco} fizer a vistoria, por conta do concessionario.	
Para o empregado da Capitania que ^{com fisco} fizer a vistoria	
Pelo caminho, qualquer que seja a distancia a que se desloque	2\$35
Para a Companhia de Moçambique	
Vistoria pagaada anualmente à gamboa, locais de reserva e instalações no terreno de jurisdiação marítima	9\$00
Licença de pesca	9\$00
Por cada homem empregado na apanha do peixe ou ao serviço da gamboa (minimo seis)	\$23

Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

A distinção entre as gamboas europeias e as indígenas que à partida parece ser de carácter eminentemente técnico, escondia também uma discriminação racial, possivelmente ao abrigo do estatuto do indigenato, assim como económica ao não permitir a pesca dos indígenas em determinadas zonas identificadas como sendo “aquelas que davam melhores capturas e lucros”. Na tabela de emolumentos da Figura nº 29 referida acima, apesar da distinção entre estes dois grupos sociais, podemos reparar que no essencial, que era o pagamento de licença de pesca, todos pagavam o mesmo valor (9\$00). O valor a pagar pelos homens empregados na gamboa era igual (\$23), assim como

o valor pago pela deslocação do funcionário para a vistoria (2\$50). Entretanto, uma diferença notava-se na exclusão dos indígenas de certas zonas de pesca e a nível da segurança de posse do espaço de colocação de gamboa para onde os europeus tinham de pagar um “Termo de responsabilidade por licença nova”, o que devia aplicar-se às pessoas que iniciavam a atividade. Os europeus que já exerciam a atividade não tinham de pagar, tal como os indígenas. Por isso, podemos afirmar que esta discriminação e desapropriação das melhores zonas de pesca era da mesma natureza que aquela que se registava também em relação a posse de terra, neste mesmo espaço de Manica e Sofala, tema estudado entre outros, por Direito⁵⁹².

Devido à pressão para estabelecer gamboas nos melhores locais, foram registados conflitos nesta matéria, entre os diferentes praticantes deste tipo de pesca. Por isso, esta questão passou a ser acautelada no processo nº 82 do Regulamento de Pesca, exarado pelo governo do território da Companhia de Moçambique, que indicava as instruções que deviam ser seguidas pela Capitania do Porto e Delegações Marítimas para a concessão de locais destinadas a gamboas e sua fiscalização, bem como obrigações e encargos a que ficavam sujeitas os concessionários, que referimos acima⁵⁹³.

Portanto, a questão documentada desde o início do século XX no território da Companhia de Moçambique, sobre a escolha do melhor lugar para a colocação de uma gamboa, esteve associada a conflitos devido à necessidade de variar ou trocar de locais de acordo com a abundância e a escassez de peixe, assim como para obter mais lugares para alugar a terceiros. No período anterior, descrito como aquele em que os “indígenas armavam livremente as gamboas nas costas marítimas e embocaduras dos rios”, tal como foi referenciado em 1907, pensamos que também poderiam registar-se conflitos na posse desses espaços tomando em consideração a existência de fatores de diferenciação social na sociedade, baseadas na descendência e lugar ocupado dentro da hierarquia étnica do grupo.

Tal como acontece na terra ou na floresta, onde um caçador sabe onde colocar uma determinada armadilha, para cada tipo de animal a que se propõe caçar, o mesmo conhecimento é aplicado para a definição ou escolha do local para colocar uma gamboa. Com base neste princípio, os pescadores que usam as gamboas conhecem os corredores

⁵⁹² Direito, B., *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942*.

⁵⁹³ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

por onde passa o peixe, sendo esse o local para colocar uma gamboa. O “direito” de escolha do local para colocar uma gamboa vai de acordo com a primazia no uso desse local ou na influência “política” do utilizador, em relação aos outros membros da comunidade. Neste processo, tinha importância a participação da autoridade local para indicar a um novo indivíduo o local disponível para iniciar a sua atividade⁵⁹⁴.

O conceito de gamboa usado na pesca artesanal foi-se alterando ao longo do tempo, para incluir novo tipo de material usado no seu fabrico, tal como referimos acima, mas a sua principal característica de ser de carácter permanente manteve-se. Assim temos a nova definição dos tempos recentes que diz: gamboa é uma armadilha de pesca feita de estacas de mangal, bambu e caniço que é entrelaçado por fibra vegetal extraído da árvore chamada *chingoja* (árvore do tipo embondeiro, mas que não produz malambe), onde tiravam da casca as fibras para o seu fabrico⁵⁹⁵. O seu tamanho varia de acordo com o tipo de material, o local e a finalidade. As estacas podiam ter entre 1 e 2 metros de altura e o comprimento de 5 metros até 100 ou 200 metros. A principal matéria-prima para o seu fabrico são as estacas de mangal por serem resistentes ao salitre assim como o caniço, e o bambu⁵⁹⁶. Por exemplo, em 1906 o inspetor geral da Companhia de Moçambique, escrevia ao chefe da Circunscrição de Govuro sobre a necessidade de criação de uma gamboa da Companhia de Moçambique. Nestes termos, dizia que “em aditamento á nota número 982 desta inspeção, tenho ainda a dizer a V. S. que deve, desde agora, mandar cortar (mangal) e reunir os paus necessários para a construção da Gamboa (...)”⁵⁹⁷. A arte de pesca com gamboa é praticada na zona costeira das províncias de Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo e nas áreas interiores (rios e lagos e lagoas)⁵⁹⁸.

⁵⁹⁴ António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

⁵⁹⁵ António Henriques, Chefe de povoação de Chinune e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

⁵⁹⁶ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁵⁹⁷ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», 1905-1934, Processo 888, cota 291.

⁵⁹⁸ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

As melhores capturas das gamboas acontecem nas marés vivas, pois neste período, o peixe aventura-se mais para a costa. Nas marés mortas a altura média das marés é de 1 metro a 1.50 metros e o peixe não se desloca muito para a costa. O melhor período do ano para o uso da gamboa é na época chuvosa (Outubro a Abril) momento em que a gamboa se torna numa arte muito produtiva. A gamboa é uma arte sazonal, porque as capturas registam-se principalmente em marés vivas e no período chuvoso. É nas marés vivas, que o peixe (pelágicos) e o camarão, sai do alto mar para muito próximo da costa a procura de alimentos e para a desova. Por isso, as capturas de pescado em gamboas não ocorrem ao longo de trinta dias de cada mês e muito menos ao longo de todo o ano⁵⁹⁹. Porém, deve se mencionar que havia períodos de declínio da produção devido a vários fatores, por isso que os utilizadores das gamboas usam duas ou mais artes de pesca. Esta informação pode ser testada quando se diz que, “na altura da chegada dos portugueses existia, com caracter permanente, pescadores indígenas que empregavam o conhecido sistema de gamboas, executavam a pesca à linha e empregavam outros sistemas primitivos e rotineiros de pesca”⁶⁰⁰. Sanches também corrobora com esta apreciação quando anota que,

Até a década de 1960 a pesca feita pelo indígena, era por conta própria ou por conta de europeus, indianos ou chineses e limitava-se ao emprego de redes envoltentes de arrasto para terra (chinchorros) e de redes de emalhar (altura 80cm e extensão de 3 km). Também pescavam à linha e com pequenas redes. Usavam também redes de emalhar de variadas dimensões e malhagem assim como redes para a pesca de camarão e gamboas fixas. Também pescavam moluscos, apanha de corais, em menor escala; apanha de holotúrias *magojajo* exportadas sobretudo para China, Japão, África do Sul e Malásia Britânica⁶⁰¹.

Em termos de rentabilidade (custo/benefício) a gamboa era muito rentável pois exigia pouco investimento, porque a maior percentagem do material necessário estava disponível na vegetação local e permitia garantir a alimentação básica aos seus utilizadores. Mesmo quando se introduziu o uso de redes de arame que deviam ser

⁵⁹⁹ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶⁰⁰ PT/AHU-Ministério do Ultramar-DGEco-RA, «Empresas de pesca estrangeiras em Moçambique»; Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Maputo, 25 de Agosto; 17 de Outubro, 2017; 21 e 22 Janeiro 2019.

⁶⁰¹ Sanches, J. G., «Panorama das pescas em Moçambique», p. 1. *Magojajo*, holoturias são equinodermes também designados por pepinos do mar.

comprados no comércio no início do século XX, o retorno do investimento podia ser conseguido por um período de duração máxima de 6 meses⁶⁰².

Existem vários formatos e tipos de gamboa que variam de acordo com o tipo e a localização de cada tipo de pesca que se pretende realizar. Nestes termos, vamos considerar as palavras do professor António Mubango Hoguane quando diz que,

A gamboa tem 3 formatos e tamanhos que as diferenciam dependendo da pescaria que se pretende efetuar. Há gamboas artesanais e gamboas modernas usadas na pesca industrial. Gamboa é uma armadilha, uma gaiola. A sua conceção toma em conta o tipo e o tamanho de peixe que se pretende capturar. A profundidade também é um elemento a considerar para uma gamboa. Por exemplo, há gamboas que são usadas no alto mar para a pescaria da lagosta e do caranguejo de profundidade. Em terra temos gamboa usada para captura do peixe-gato e peixes demersais em geral. As gamboas artesanais também variam no formato e tamanho, mas o formato mais comum usado nas embocaduras dos rios e lagoas são geralmente cónicas. O material também varia dependendo do material existente no local (caniço, bambu, mangal) assim como do tipo de pesca que pretendem realizar. A durabilidade da gamboa depende também do material usado e da utilização. Quanto à localização de uma gamboa, muitas vezes depende das correntes das marés. Nas lagoas colocam nos caminhos ou canais dos peixes. Isto pode se aplicar mais nas gamboas cónicas. Para as gamboas fixas feitas de bambus, mangal e caniço já tem outra característica, tem de ter um espaço físico fixo. Por isso, esta armadilha muitas vezes não pertence a uma família⁶⁰³.

As espécies de peixe mais capturadas são os pelágicos que circulam em grandes cardumes tais como as sardinhas, atum, carapau e cavala que abundam na época das chuvas⁶⁰⁴.

O tempo de vida de uma gamboa pode variar entre 1 e 2 anos de acordo com a frequência e o rigor na sua manutenção e, nos casos extremos pode ir até 5 anos. Algumas gamboas duram menos tais como, as gamboas de caniço. A partir do 4º a 6º mês deve verificar-se os danos provocados pelas ondas, marés, correntes que cavam por baixo, pois as estacas enterradas podem partir-se assim como arrebentar as cordas. Nestas condições, pode ter muitos buracos que vão deixar o peixe escapar, tornando a gamboa pouco produtiva⁶⁰⁵.

⁶⁰² Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019; AHM/ MZ/Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30. Em 1910 havia a referência de muitos particulares colocarem redes de arame nas suas gamboas.

⁶⁰³ António Mubamgo Hoguane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

⁶⁰⁴ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶⁰⁵ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador

Na atualidade existe uma avaliação dos ambientalistas de que a gamboa é uma arte nociva ao meio ambiente. Os seus argumentos apontam para o facto de esta arte não ser seletiva e as gamboas serem colocadas em zonas de mangal e nos corredores para o peixe ir a costa desovar e alimentar-se. Desta forma, impede que os ovos ou larvas possam regressar ao ciclo reprodutivo. O uso de estacas do mangal para a construção das gamboas, também retira esta vegetação o que pode influenciar negativamente a existência destas espécies, por ser o local de reprodução da fauna pesqueira⁶⁰⁶. No entanto, devemos notar que um dos problemas ambientais que se podem notar nas gamboas deve ser o tamanho das grelhas de cada gamboa, pois é aí que se pode aferir se a gamboa impede ou não a passagem de que tipo de peixe e não apenas a questão do local.

Existem vários tipos de mangal tendo sido mencionados na ilha de Chiloane 5, nomeadamente, 1-*Mutoodge* ou *Mupedge* cujas raízes são muito tortas e, quando esmagado serve também como tratamento da infertilidade, 2-*Mucandala*- que serve para fazer estacas de construção, 3-*Mugolongo*-que tem estacas mais fracas por isso é roído pelas formigas *murmuché*, 4-*Mufinge*- que é igual a *Mugolongo* e 5-*Mutacabero*-sem utilidade específica⁶⁰⁷. Porém, de acordo com a (FAO, 2005) existem cerca de 8 espécies de mangal que ocorrem em Moçambique, sendo as principais a *Avicennia marina*, *Rhizophora mucronata*, *Ceriops tagal*, *Bruguiera gymnorrhiza*, *Sonneratia alba*, *Lumniera racemosa* e *Xilocarpus granatum*⁶⁰⁸. Estes diferentes tipos de mangal são usados para diversos fins, sendo de referir as estimativas recentes (2007) que indicavam uma área total de mangal em Moçambique de cerca de 3.961 km², dos quais 3.250 km² se encontram no litoral do banco de Sofala⁶⁰⁹.

Entretanto, devemos recordar que a Companhia de Moçambique também se dedicava a exploração comercial da casca de mangal, o que pode se observar no documento que consta na figura 36 a seguir, tendo extraído cerca de 1000 kg em 1907.

do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶⁰⁶ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

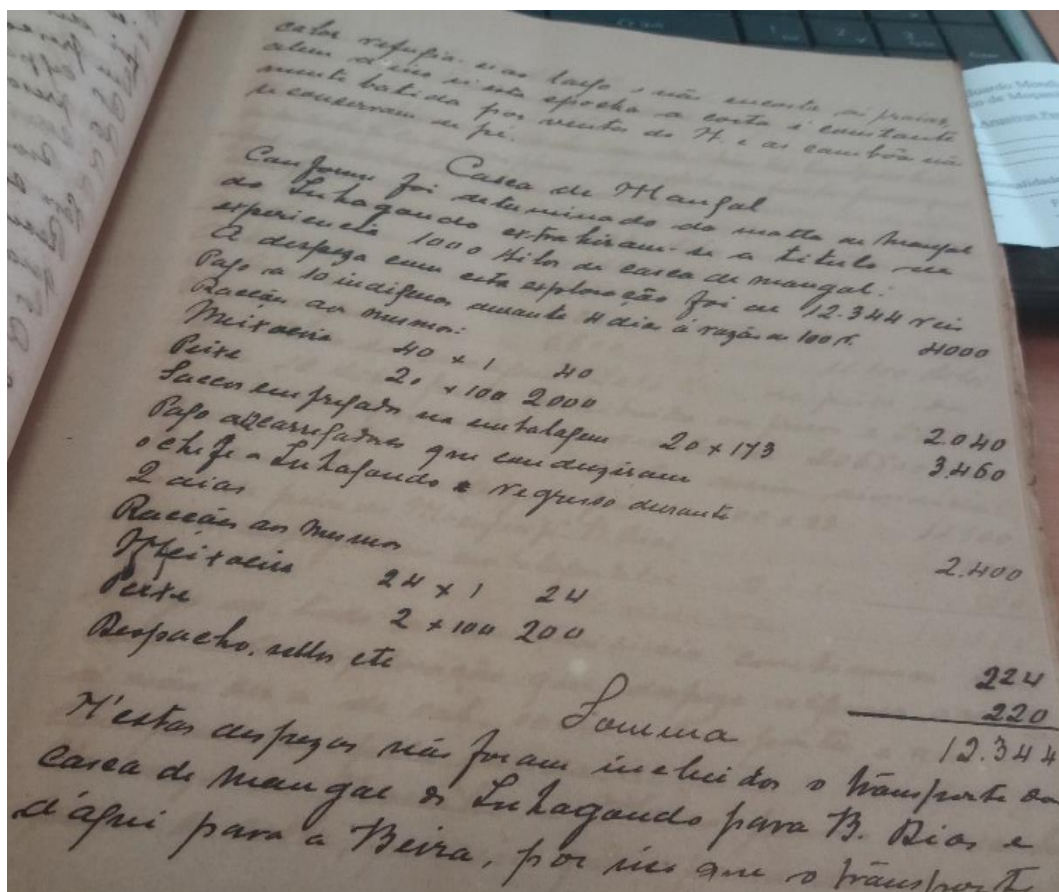
⁶⁰⁷ Manuel Zungolo, pescador. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 7 de Junho de 2018.

⁶⁰⁸ «Estratégia e Plano de Accão Nacional para Restauração de Mangal 2015-2020», Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras, 2015, p. 6-7.

⁶⁰⁹ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 76-77.

Para este efeito contratou 10 nativos que realizaram o trabalho em 4 dias. A despesa foi de 12.344 réis que cobriram as despesas do pagamento dos trabalhadores, dos chefes e da alimentação dos envolvidos⁶¹⁰. Este assunto consta do documento sobre a exploração comercial da casca do mangal na figura nº 36.

Figura nº 36- Exploração comercial da casca do mangal



Fonte: MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412».

Segundo o professor Liesegang o corte do mangal na região de Sofala foi registado no século XVIII, quando houve uma ordem dos chefes da guarnição portuguesa para cortar todo o mangal em redor da fortaleza de Sofala, com o argumento de que era para proteger contra os mosquitos que provocavam a malária. “Mas esqueceram-se que

⁶¹⁰ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412»; Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

protegia a costa contra a erosão”⁶¹¹. A madeira do mangal era usada para a construção de habitações assim de pequenos barcos a vela. Esta madeira era muito pesada, por isso aplicavam muito nos locais de apoio ou nos tetos das habitações, misturada com argila, tal como fizeram na construção da própria fortaleza de Sofala. A casca era usada na extração da *tanina* (substância que impede a pele de apodrecer e permite separar a gordura e extrair os pelos) para curtir peles, um produto de exportação para onde se realizava a curtição de peles, (podia ser Europa ou Índia, não tenho certeza)⁶¹².

O corte do mangal que teve pouco sucesso, tem como característica comum a demora para rejuvenescer. Por isso que havia considerações de impedir que se cortasse o mangal porque haveria de ter dificuldades de crescer. “Podemos considerar que a Companhia de Moçambique, na sua atuação teve pouca preocupação com questões ambientais”⁶¹³. Sobre a dificuldade ou demora no crescimento do mangal temos uma informação contrária dada pelo pescador da ilha de Chiloane que afirmou que a regeneração do mangal é muito rápida devendo durar entre 2 e 3 anos. Esta aparente contradição pode possivelmente ser resultado de estarem a referir-se a diferentes tipos de mangal⁶¹⁴.

Por sua vez o professor António Mubango Hogueane defende que não é o pescador artesanal que dizima o mangal, e apresenta o seguinte argumento,

Temos observado que o pescador protege o mangal. São outras pessoas que se dedicam ao corte do mangal para a venda de produtos tais como lenha, estacas de construção e produção de carvão. Essas pessoas, alegam que a pesca exige um investimento elevado na compra dos aprestos de pesca e olham para o corte do mangal como mais fácil e rápido para conseguir algum dinheiro para o seu sustento. Também não vão para a agricultura porque consideram que não é rentável. Portanto os que podem investir algum valor para

⁶¹¹ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

⁶¹² Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

⁶¹³ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017. O professor Liesegang contou também que uma empresa na África do Sul na década de 1960 tornou-se na maior compradora de banana em Lourenço Marques. Mas o interesse não era na banana, mas sim nas caixas aonde colocavam as bananas que eram feitas de madeira de mangal. No distrito de Mossuril, na costa da província de Nampula ao lado da Ilha de Moçambique trabalhei em 1984 numa escola secundária que usava como salas de aulas um edifício antigo que tinha sido construído com base no mangal e na argila.

⁶¹⁴ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

o início da atividade vão a pesca e aqueles que não possuem essa capacidade se dedicam ao corte do mangal⁶¹⁵.

No entanto, devemos realçar que os pescadores também usam o mangal para “fumar” o peixe, uma das formas de processamento do peixe, que também pode contribuir para a sua destruição. Entretanto, o que está em causa é a intensidade com que se abate o mangal e a capacidade de regeneração do mesmo que deve ser tido em conta. Outros fatores que contribuem para o corte do mangal é a pobreza que as populações locais enfrentam, a falta de emprego e o crescimento populacional não controlado assim como a falta de instrumentos legais que regulem a exploração deste recurso.

A costa de Moçambique é caracterizada por ter 3 tipos diferentes: costa de coral no Norte, mangal no Centro e dunas no Sul, com uma extensão de 2.515 km de costa nos quais mais de metade é guarnecida por florestas de mangais que cobrem 1.700 km² sendo o local principalmente de reprodução e alimentação do camarão jovem algumas espécies de peixes e outros crustáceos. É no mangal onde está o banco de Sofala a zona mais rica e propícia do camarão. Aqui a rebentação das ondas é fraca pois atinge o máximo de 10 metros, mas no Norte a rebentação é mais forte⁶¹⁶.

A questão do corte do mangal e dos problemas associados, está também relacionado com o uso das diferentes artes de pesca algumas das quais são consideradas de “nocivas”. Portanto, a relação entre a exploração dos recursos naturais e a sua preservação tem alimentado na atualidade diversos debates que se enquadram na história ambiental, que mencionamos na secção sobre os fatores climáticos e ambientais que influenciam a pesca. Recursos naturais, tal como referimos acima, são elementos da natureza que em seu estado natural são necessários para o homem e que tecnologicamente podem ser aproveitados, apresentando diferenças qualitativas e quantitativas, no tempo e espaço⁶¹⁷.

A pesca é um recurso económico, uma dádiva da natureza a tal ponto que o seu esgotamento ou desaparecimento pode criar grandes perdas e danos para a economia e ao

⁶¹⁵ António Mubambo Hogueane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

⁶¹⁶ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 89; Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

⁶¹⁷ Agüero, P. H. V., «Avaliação Económica dos Recursos Naturais», p. 45-47.

meio ambiente. Para o seu estudo algumas vezes recorre-se ao conceito de “Custo de oportunidade”. Custo oportunidade é um conceito analítico de análise económica que se aplica para o cálculo do valor de um recurso natural em seu uso, em qualquer lugar do globo. Estas são algumas formas diferentes de abordar a questão de exploração e consequente diminuição dos recursos naturais.

Desde o início do século XX, vem sendo reportados esta diminuição dos recursos quando observamos que foi emitido um Regulamento de pesca em 28 de Junho de 1923, onde o proponente, Capitão dos portos da Beira, argumentava a necessidade de rever o Regulamento de 1898, segundo ele, “porque os fundos da parte Norte da costa não eram ricos em peixe, e que tinha notado recentemente, a multiplicação de abusos pelo emprego de aparelhos de pesca (gamboas) cujas malhas são de dimensões mínimas, talvez pelo espírito de ganância que parece querer avassalar a humanidade inteira”⁶¹⁸. Foi nesta perspectiva que foram introduzidas algumas medidas restritivas, no período pós-independência, na esperança de permitir uma exploração sustentável dos recursos pesqueiros. Uma dessas alterações foi a introdução do período de defeso e veda da pesca e sua regulamentação, assim como a divisão de zonas de pesca por categorias tais como a zona da pesca industrial, semi-industrial e artesanal para além da demarcação de zonas de conservação tais como Reservas e Parques.

O defeso/veda é definido e decretado pelo Estado como “proprietário” dos recursos e tem a responsabilidade de assegurar que as atividades da pesca não devem ameaçar a sustentabilidade dos recursos e que os benefícios que resultam desta atividade devem ser maximizados para o benefício do país. No entanto, um dos nossos entrevistados na ilha de Chiloane referiu que durante a veda, faz-se a pesca à linha e emalhar, pois, a veda era para a pesca de arrasto a terra ou a bordo⁶¹⁹. A intenção da sua regulamentação começa na Lei 3/90 de 26 de Setembro de 1990 que, na alínea b) do artigo 53, prescrevia como infração de pesca “a pesca em épocas e ou zonas proibidas”⁶²⁰.

⁶¹⁸ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

⁶¹⁹ Boletim da República, 1996, I série, nº 21, artigo 28 alínea b) e c) [tipos de arrasto]; Lino João Bera, Pescador e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁶²⁰ Boletim da República, 1996, I série, nº 21, artigo 28 alínea b) e c) [tipos de arrasto]; Lino João Bera, Pescador e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

No entanto, apesar de estar fora do período cronológico da tese devemos mencionar que, pelo Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR) de 2003, vem especificado no nº13 que, “defeso, refere se a áreas ou épocas de interdição da pesca para a proteção da desova” e no número 56, explica que veda, é a “interdição da pesca em área ou época com vista à proteção de exemplares juvenis para permitir a sua recuperação”⁶²¹. Nos países com uma boa capacidade financeira atribuem um subsídio aos pescadores durante este período, assim como nas intempéries de fenómenos naturais (ciclones, tempestades, etc.). Porém, a capacidade financeira de Moçambique não permite esses pagamentos de subsídios aos pescadores para suprir as suas necessidades, porque a maior percentagem do seu orçamento vem através de doações internacionais.

A introdução de medidas de defeso e da veda, especialmente depois da independência, têm trazido consigo alguns problemas, especialmente na zona das pescarias de camarão no banco de Sofala. A importância das pescarias neste local reside no facto de ser onde ocorrem as pescarias artesanais dos camarões peneídeos. Este local, é onde se localiza o mesmo estoque que atravessa a pescaria industrial de camarão, assim como todas as pescarias artesanais de arrasto de praia de quatro províncias (Sul de Nampula, Zambézia, Sofala e Norte de Inhambane) abrangendo 17 distritos costeiros⁶²².

A implementação dessas medidas de defeso afeta a estabilidade económica e social das comunidades de pescadores, porque gera conflitos entre os pescadores artesanais e a frota semi-industrial e industrial assim como com o Estado. Este conflito é causado pelo facto de a zona da pesca de camarão pelo sector da pesca artesanal intersectar com a frota industrial que, algumas vezes pesca no interior das 3 milhas náuticas estabelecidas pelo Estado para a pesca artesanal, tal como já nos referimos⁶²³.

Outro conflito causado pelo estabelecimento do período de veda/defeso ocorre porque o momento em que deve ser cumprida a veda/defeso é uma altura em que as

⁶²¹ Decreto nº 43 de 10 de Dezembro, que aprova o Regulamento Geral de Pesca Marítima (REPMAR). In: Boletim da República, I Série, de 10 de Dezembro de 2003; Cássimo Marujo, sugere que seja decretada uma campanha nacional de “defeso”, ao exemplo do setor de florestas onde são mais longas, para um defeso compulsivo de pelo menos um ano, para a recuperação dos recursos marinhos. Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶²² Gonçalves, M.L., Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos, p. 38.

⁶²³ Gonçalves, M.L., Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos, p. 38.

reservas de cereais, em especial o arroz, estão a diminuir e, regista-se também o declínio de outras atividades de rendimento obtidos nos cajueiros e coqueiros. Outro problema são os ataques frequentes de pragas que influenciam negativamente nas campanhas de recolha e venda da castanha de caju, e na coleta e fabrico da copra, diminuindo os seus rendimentos⁶²⁴. Estes são alguns problemas que são suscitados pela introdução do defeso e da veda como uma medida de gestão para o controle da sustentabilidade da pesca, que devem ser acompanhadas de estudos socioeconómicos que permitam acautelar possíveis impactos negativos na vida das comunidades de pescadores artesanais⁶²⁵.

A pressão exercida na pesca a partir dos meados da década de 1980, devido aos efeitos da guerra civil e prolongadas seca, fez com que os níveis sustentáveis de reprodução da fauna marinha não fossem possíveis de manter, o que levava a uma maior competição e conflitos entre os demais exploradores. No entanto, estas medidas não foram bem acatadas pelos pescadores devido a diversas razões, entre as quais a reclamação de permanecer o mesmo período sem pescar durante o defeso/veda e, depois da abertura, haver capacidades diferentes de capturas.

Ainda sobre esta matéria Manuel Luís Gonçalves, afirma que no período pós-independência a primeira veda foi decretada em 1985 para a pesca do camarão e devia durar apenas um mês. Contudo aconteceu que depois desta primeira veda, os armadores,

...onde vinham pescando com duas redes passaram a trazer 4 redes. Depois na terceira veda em vez de pescar 10 horas como vinham fazendo, aumentaram o tempo de pesca para 24/24. Então não foi possível controlar ou não houve coragem pois há muita promiscuidade entre os operadores e os decisores políticos/governamentais. Sempre houve esforço de contornar o período de veda. Daí a sobrepesa que afeta a sustentabilidade da pesca⁶²⁶.

O funcionário sénior da administração de Govuro, afirma que a veda/defeso começou a ser implementada com o aumento da motorização das embarcações artesanais que aumentaram a capacidade do volume de pesca em cada companhia. Antes, com as técnicas artesanais de pesca a linha e de pequenas redes de arrasto, não havia essa necessidade. Segundo ele, os pescadores artesanais, têm a tendência de não observar a interdição de pesca nos períodos de veda/defeso, com o argumento de que pescam poucas quantidades em comparação com os pescadores semi-industrial e industrial. Este facto

⁶²⁴ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 16 e 23.

⁶²⁵ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 16 e 23.

⁶²⁶ Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, e director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

mostra que a consciência dos pescadores artesanais está focada na quantidade pescada em comparação àquela que normalmente é conseguida pelos semi-industrial e industrial. Por isso, “acham que não deviam ser presos e levados ao tribunal, por terem pescado no período da veda/defeso, pois tinham apenas 2kg de peixe”⁶²⁷.

A mesma matéria é debatida por Josefa Manganhe, que afirma também haver conflitos para o cumprimento do período da veda/defeso pelos pescadores artesanais. A razão que evoca também é relacionada com a competição entre os intervenientes na pesca. Segundo ele, o período de veda/defeso é o mesmo para todos os pescadores (semi-industrial, industrial e artesanal). No entanto, passado o período de veda/defeso todos vão ao trabalho. Durante a pesca, regista-se grandes discrepâncias nas quantidades de recursos que cada um destes 3 sectores consegue capturar. As quantidades conseguidas pelo semi-industrial, industrial não se podem comparar com as do pescador artesanal. Por exemplo, o artesanal pode conseguir uma caixa que são 20kg; o semi-industrial 100kg e o industrial 1000kg por dia. “Mas o período de veda/defeso foi igual para todos. Isto desencoraja o cumprimento da veda/defeso pelos artesanais. Achamos que os períodos de veda/defeso deviam ser diferentes e serem de acordo com a capacidade de pesca de cada sector. Os outros sectores quase que acabam os recursos em pouco tempo”⁶²⁸.

Este problema também é debatido por Menezes quando refere que em 2005, os proprietários de traineiras industriais e semi-industriais de camarão que operavam em Moma e Angoche, província de Nampula, apoiados por pescadores da vizinha província da Zambézia, pediram ao governo para fazer cumprir as medidas de proibição (veda) de pesca de arrasto nos meses de Novembro a Março, também para os pescadores artesanais. Mas os pescadores artesanais, associações e indivíduos da área, bem como a maior parte

⁶²⁷ Américo Inguane, Secretário Permanente do Distrito de Govuro (Nova Mambone). Entrevista, Local-Govuro, dia 31 de Maio e 2 de Junho de 2018. Um responsável do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas falando no programa “Manhãs Informativas” da STV sobre o período de veda/defeso, em especial a pesca de camarão referiu que desde a década de 1990 quando começou a implementação destas medidas o período de veda começou por durar 15 dias e foi se alargando até que agora (2022) se estende por 5 meses. Citou que a Tanzânia chegou a decretar veda por um período de um ano. Quanto à forma de sustentação da renda dos pescadores durante este período de veda, referiu que o governo encoraja os pescadores a se inscreverem no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para poderem se beneficiar dos subsídios e pensões que podem receber assim como a prática de aquacultura. Programa “Manhãs Informativas”, STV, dia 7 de Dezembro de 2022.

⁶²⁸ Os períodos de veda e a sua duração são diferentes consoante as zonas de pesca. Na província de Maputo é de 2 meses (de 1 de Janeiro a 1 de Março); província de Inhambane, distrito de Govuro, 2 meses (de 1 de Janeiro a 1 de Março). Josefa Manganhe, Pescador, dono de embarcações de pesca e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Matola. Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017; Na ilha de Chiloane a veda dura 3 meses (de 30 de Dezembro a 1 de Abril). Bera Lino João, Pescador, presidente do Concelho Comunitário de Pesca (CCP). Entrevista, Chiloane, 6 de Junho, 2018. No Banco de Sofala, na zona de pesca de camarão observa-se até ao presente o período mais longo (4-5 meses).

do corpo técnico do setor pesqueiro, argumentam que o esgotamento dos estoques de camarão não era causado pela atividade da pesca artesanal que capturam apenas cerca de 2,5% da colheita total de camarão, mas pela intensificação da pesca industrial associada a fatores climáticos, como chuvas irregulares e temperaturas muito altas. A nível nacional, até àquela data, não havia dados oficiais para avaliar as alegações relativas à temperatura da água⁶²⁹.

Na pesca, tal como em outros sectores de produção, registam se muitos e diferentes tipos de conflitos não só em Moçambique assim como em outras partes do mundo, tal como os descritos no continente asiático entre traineiras e pescadores artesanais, no período da década de 1970 por Mathew⁶³⁰. Na região Sul, no distrito de Vilanculos na província de Inhambane, zona outrora limítrofe com as terras da Companhia de Moçambique foram registados alguns conflitos que são comuns a outras zonas do país, onde o turismo e a demarcação de áreas de conservação e reservas estão em curso, que se caracterizam em:

1-Conflitos entre consumidores

Este tipo de conflito ocorre quando o peixe é comprado todo ele a um preço baixo pelos donos dos hotéis, *lodges* e comerciantes logo que desembarca na praia com base em contratos, muitas vezes verbais e permanentes, entre os pescadores e os donos destes empreendimentos. Depois estes, revendem a preços exorbitantes aos restantes consumidores. Assim, a indústria do turismo priva os consumidores locais e os pequenos revendedores do acesso ao peixe a preços aceitáveis, sobretudo o peixe de primeira⁶³¹.

2-Conflitos nas zonas de pesca

Neste tipo de conflitos são protagonistas os pescadores, as instituições estatais que superintendem a pesca, as administrações distritais e as administrações dos municípios. A principal causa deste tipo de conflitos está relacionada com a legislação (dimensões de malhas, delimitação de zonas de pesca, imposição de veda) e a sua aplicação (zonas de costa que se encontram sob dupla subordinação: autoridades marítimas e Município).

⁶²⁹ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 179. Nesta matéria podemos acrescentar os problemas derivados da proliferação de navios da pesca industrial com “Pavilhão/Bandeira de Conveniência” que no exercício da pesca prejudicam os pescadores artesanais pela pesca intensiva que esgota os recursos rapidamente, caso reportado na África Ocidental. Informação de uma reportagem da RTP África, África Global, dia 2 de Setembro, 2022.

⁶³⁰ Mathew, S., «Fishing Legislation and Gear Conflicts in Asian Countries», p. 8–10.

⁶³¹ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos». Licenciatura, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, 2002, p.35.

Na zona costeira localizada em Pemba, província de Cabo Delgado são também reportados conflitos pelo acesso a pesqueiros e praias entre as comunidades pesqueiras, os exploradores turísticos e algumas entidades do Estado. Estes conflitos levaram as comunidades pesqueiras a definir uma fronteira de identidade que designaram de: os “Daqui” e os “Vientes”. Esta conceção tinha em vista a separação entre os exploradores dos recursos naturais em termos étnicos e espaciais na identidade e percepção do Outro, “vista de forma negativa, na competição por novas oportunidades (...) fazendo-se um apelo a identidades mais antigas, ligadas às suas origens, como é o caso da identidade étnica, na diferenciação entre o Eu e o Outro”⁶³². Os Daqui, identificam-se como indivíduos ou grupos que pertencem a uma coletividade com determinadas formas de comportamento, princípios de lealdade e entre-ajuda que os identificam como uma comunidade, enquanto os Vientes, são considerados uma contraposição destes princípios de sentimento de pertença, “como o indivíduo que vem de fora, estrangeiro, identificado com o Outro”⁶³³. A atribuição das coisas erradas e de outros males que afetam as sociedades são normalmente imputadas aos Vientes, os que vêm de fora, considerados aqueles que criam a desestabilização da comunidade atribuindo-lhes todos os males (aumento da pobreza, insegurança social, aparecimento de doenças, falta de chuva, escassez de pescado, entre outros)⁶³⁴. Por exemplo, na província de Nampula são reportados conflitos causados pelos pescadores de Angoche que pescam nas águas de Moma, na mesma província, devido ao tamanho das suas redes consideradas mais compridas e porque não respeitam as regras locais⁶³⁵.

Menezes também se refere a conflitos pela proibição anual da pesca de arrasto. Este conflito, envolve as comunidades pesqueiras da região do Banco de Sofala entre elas e o governo sobre a proibição anual da pesca de arrasto a praia entre os meses de Novembro e Março. Eles acham que a proibição é contrária ao programa governamental de combate à pobreza que tem em vista a redução e melhoria dos meios de subsistência e sua sustentabilidade. Entre 2005 e 2006, este conflito foi tão intenso que associações de pescadores e os comitês de co-gestão escreveram cartas para funcionários do governo

⁶³² Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (CESAB), Maputo, 2015, p. 198-200.

⁶³³ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 201.

⁶³⁴ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 204.

⁶³⁵ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 181-182.

reclamando da proibição. A proibição da pesca de arrasto de praia foi imposta pelo Ministério das Pescas como uma medida de recuperação dos estoques de camarão. Essa medida já está em vigor para o setor industrial e arrastões semi-industriais de camarão desde a década de 1980. A pesca artesanal foi incluída na medida desde o início de 2000⁶³⁶.

As autoridades dos Municípios tendem a favorecer as atividades turísticas na posse das zonas de praia em detrimento da pesca artesanal, razão pela qual cedem os locais que antes estavam destinados a acampamentos, para serem construídos residências, *lodges* e hotéis. Não se preocupam em reservar ou indicar espaços para os acampamentos e as estradas de acesso entre o mar e os acampamentos estão cortadas⁶³⁷. Segundo Alfredo Sebastião, um pescador entrevistado por Uane, “Os brancos, após comprarem estas áreas vedam-nas e não admitem a entrada ou passagem dos negros chegando ao ponto de colocarem letreiros a alertar que eles cumpriram com tudo que lhes foi exigido pelas autoridades” e, por isso não vão deixar ninguém passar pelas suas terras⁶³⁸. Na mesma linha de reclamação, um pescador de Cabo Delgado afirmou que, “Tem ilhas que não chegamos. Ficamos longe delas. Somos proibidos de ir lá, porque essas ilhas têm donos, os brancos compraram-nas!”⁶³⁹. No entanto, não são apenas “brancos” que compram estes espaços são várias pessoas de diversas origens e estratos sociais económicos e políticas nacionais e estrangeiras.

3- Conflitos institucionais

Este tipo de conflito regista-se quando há falta de controlo e coordenação entre diversas autoridades do Estado que tratam de diversas matérias relacionadas com a pesca. Por exemplo, no caso do distrito de Vilanculos existem três autoridades estatais que são as autoridades distritais, a delegação marítima e a autoridade municipal. Estas instituições têm tarefas diferentes, mas com o mesmo objetivo: controlar e gerir as pescas. No entanto, cada uma destas instituições/autoridades reclama o direito de controlar a zona costeira porque o governo não deixou clara a divisão de competências entre elas: administração do distrito, a delegação marítima e os municípios em tarefas tais como emissão de licenças, inspeção do pescado, controle da produção e venda do pescado. Nestas tarefas,

⁶³⁶ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 178.

⁶³⁷ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 20-22.

⁶³⁸ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p.24.

⁶³⁹ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 218.

ambas as instituições pretendem ter o total controle de modo a obterem mais receitas para os seus sectores⁶⁴⁰. Situação semelhante é referida em Cabo Delgado na gestão das zonas de conservação e de turismo que tem permitido o surgimento de conflitos porque as instituições tais como o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA), as PESCAS, o INAMAR e as autoridades locais, atuam sem coordenação e de forma fragmentada e a legislação vigente também não facilita a resolução dos problemas existentes⁶⁴¹.

Nos locais onde há estabelecimento de reservas e parques de conservação dos recursos naturais também se registam conflitos. Estes conflitos são desencadeados porque a criação destes espaços visa principalmente, restringir o acesso a zonas tampão e de proteção total. Alguns destes locais eram aonde as comunidades locais encontravam os recursos para a sua sobrevivência. O turismo, associa-se a estes problemas de conflitos ao proibir o acesso aos pescadores a algumas zonas das parais assim como a sua passagem, colocando vedação e dificultando o acesso a zonas aonde desde os seus ancestrais encontram alimento e meios de subsistência⁶⁴².

Porém, devemos considerar que as ações administrativas em alguns momentos são estabelecidas para estimular as boas práticas para a exploração dos recursos. A demonstrar esta nossa afirmação é a posição assumida em 1901, pelas autoridades da Companhia de Moçambique quando emitiram um parecer que considerava a arte do uso da gamboa, como aquela que devia ser autorizada em maior número possível, por considerar que não destruía os fundos e a criação *meuda*, como sucedia com outros engenhos de pesca que não mencionam. Por isso autorizavam créditos para financiar a construção de gamboas para satisfazer as necessidades do seu pessoal administrativo⁶⁴³. No entanto, tal como mencionamos acima, nos tempos atuais alguns ambientalistas consideram esta arte de pesca como nociva

⁶⁴⁰ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 33 e 41. Arquipélago de Bazaruto possui 5 ilhas (Bazaruto, Santa Carolina, Benguerua, Bangué e Magaruque. Situado entre dois distritos de Inhassoro (Bazaruto, Santa Carolina) e Vilanculos (Benguerua, Bangué e Magaruque).

⁶⁴¹ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 218.

⁶⁴² Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 210-217. Entre as páginas 183 a 187 a tese de Menezes tem uma “Tabela III-B-3” que faz um resumo sobre os tipos de conflitos e processos de gestão identificados na pesca de acordo com diferentes períodos históricos nas zonas da província de Nampula, distritos de Mongicual, Angoche e Moma. Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 183-187.

⁶⁴³ MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de cambôas na circunscrição de Govuro, Mambone e Mocoque, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

Nas últimas três décadas do século XX em diante, o problema de artes nocivas na pesca evidencia-se no uso de redes de malhas reduzidas e redes mosquiteiras, uso de dinamites e pesticidas, assim como as *chicocotas* que, no período anterior não existiam⁶⁴⁴. Chicocota é um tipo de armadilha de pesca não convencional constituída com redes de forma cilíndrica, afunilada com um saco na ponta feita de rede mosquiteira. É uma arte de pesca similar às redes de arrasto mecânico, utilizadas fundeadas, fixas contra a corrente da maré, proibida por lei por ser operada com dimensões de malha pequena⁶⁴⁵.

Em termos ambientais, apesar de ser colocado junto aos locais potencialmente de reprodução do ciclo do ecossistema, a gamboa não produzia danos tão negativos quanto aqueles que são provocados pela pesca semi-industrial e industrial, cujas denúncias vêm sendo reportadas pelos funcionários da Companhia, que continuam até aos nossos dias. Todo o material usado no fabrico ou construção da gamboa era fornecido pela floresta, portanto natural e biodegradável. Esta situação permitia que não tivesse muitos efeitos nocivos ao ambiente natural do ecossistema. A introdução de rolos de redes metálicas na gamboa, tal como foi documentada acima, foi feita por estrangeiros no âmbito dos avanços tecnológicos frutos da industrialização, o mesmo acontecendo com as redes de fibras sintéticas que se seguiram e a motorização das embarcações com o início da pesca semi-industrial e industrial. Estes novos processos de pesca passarão a estar associados com os diversos problemas que afetam o ecossistema marinho na atualidade. Sobre este assunto, Jamilo Amade afirmou que,

O ecossistema marinho consiste numa espécie de roda em que os cardumes circulam, tanto para a costa assim como para o interior. Acontece que no alto mar, está a frota industrial que compete entre si e possui elevada capacidade para conseguir as maiores capturas, em pouco tempo possível. Este processo faz com que no círculo seguinte chegue pouco pescado na costa, onde está o pescador artesanal. Assim ele se vê obrigado a reduzir o tamanho da sua malha e aumentar o tamanho (comprimento) da rede para ver se melhora as suas capturas. No ciclo seguinte voltava-se a mesma situação de modo que gradualmente foi chegando-se neste atual ciclo de falta de pescado⁶⁴⁶.

⁶⁴⁴ António Mubambo Hogueane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

⁶⁴⁵ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, Maputo, 2013, p. 23.

⁶⁴⁶ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

A diferença de opiniões quanto aos efeitos ambientais que as gamboas produzem pensa que são devidas a realidades diferentes no tempo e no espaço, quanto ao número de utilizadores e da intensidade em que era usada esta arte de pesca. As quantidades das capturas eram reduzidas, em relação às necessidades, por isso que podia não se sentir o seu efeito nocivo, se o tiver, ou tinha reduzido impacto. O que pode tornar nociva esta arte, é a diminuição do tamanho das malhas de rede.

O decréscimo no uso de gamboas regista-se a partir de três circunstâncias: possível esgotamento dos recursos; aumento de utilizadores e aparecimento de novas artes melhoradas. Primeiro, a diminuição dos recursos é evidenciada pela necessidade de troca de locais de pesca e o afastamento para locais cada vez mais distantes a tentar ir ao encontro destes recursos piscatórios, que foram afastando-se cada vez mais para o alto mar. Desta forma, pouco peixe, camarão ou sardinha vinha dar à costa, local privilegiado para a colocação de gamboa. Segundo, o aumento do número de pescadores aumentou a pressão sobre os recursos acelerando o esgotamento, por isso a introdução de normas de defeso e veda, entre outras medidas. Terceiro, a escolha de outras artes de pesca está associada por um lado, pela diminuição dos recursos florestais onde adquiriam os materiais para a construção de gamboas e, por outro, o incremento do uso de material de origem industrial, tais como redes feitas de fibra sintética e outras fibras industriais sobretudo a partir do período do Estado Novo em diante, que asseguram a captura de grandes quantidades de pescado⁶⁴⁷.

Segundo Marujo, a prevalência do uso da gamboa em algumas zonas da costa, é um indicador de alguma abundância de algum tipo de recursos pesqueiros. Em certos casos, o uso da mesma deve-se à falta de alternativas ou então, como atividade de subsistência de alguns pescadores com idade avançada, que não possuem recursos para adquirir outro tipo de artes. Alguns ainda, devido a dificuldades de locomoção, fazem a gamboa e colocam-na próximo das suas aldeias onde existem alguns centros de pesca. Desta forma, podemos considerar que a gamboa feita de materiais tradicionais ou naturais é um tipo de armadilha de pesca em via de extinção em muitas partes de Moçambique.

⁶⁴⁷ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Maputo, 25 de Agosto; 17 de Outubro, 2017; 21 e 22 Janeiro 2019.

Provavelmente, deve-se à escassez dos recursos pesqueiros principalmente, mas também aos avanços tecnológicos e ao desenvolvimento em geral⁶⁴⁸.

De notar que na pesquisa sobre os fornecedores de pescado aos Combinados Pesqueiros não encontramos especificados o pescado proveniente de capturas de gamboas. Por um lado, talvez não era significativo e, por outro, talvez importava apenas registar a informação de pescado fornecido pelo pescador artesanal e não a identificação do tipo de arte de pesca que usou. O lote dos incentivos fornecidos pelas autoridades para atrair os pescadores aos Combinados Pescadores não constava informação específica de material para os utilizadores de gamboas.

A pesca com rede de arrasto foi aquela que registou a participação de muitos africanos. Possivelmente porque não requeria muitos procedimentos para a obtenção de licença tal como a pesca com o uso da gamboa. Podemos considerar como uma evidência a lista de licenças que foram autorizadas a muitos africanos, tal como vimos acima. O documento de 19 de Novembro de 1931 redigido a partir da capitania dos portos da Beira, realçava o fato de naquela região de Manica e Sofala, vários estudos que avaliaram as possibilidades de pesca com redes de arrasto, terem chegado à conclusão de que aquele género de pesca não era económico e que o peixe habitava zonas com fundos de pedra que em pouco tempo inutilizavam as redes. Por isso,

Abandonou-se, pois, a ideia que muita gente tinha de que a pesca de arrasto pudesse ser uma grande fonte de receita[...]. Em tempos se organizou uma empresa de pesca com embarcações adequadas para o emprego de redes de arrasto e pesca à linha. Esta empresa pouco tempo teve de duração, vendo-se obrigada a liquidar como tantas outras que na colónia tentaram a pesca com rede de arrasto[...]. Não consta que em qualquer zona da costa da colónia tenha sido empregues os cercos volantes [...], e por isso, nas proximidades de Lourenço Marques, a colónia de pescadores poveiros explora os bancos de pedra exclusivamente com a pesca à linha⁶⁴⁹.

A mesma informação é referida em outro documento, que indica que realizou se uma Missão Oceanográfica da Província de Moçambique em 1925, que visava fazer um estudo sobre a pesca de arrasto na costa do território da Companhia de Moçambique. A conclusão deste estudo foi de que, “em consequência da esterilidade dos fundos, arreia grossa, burgau, e conchas mortas e partidas, o peixe escasseia em absoluto, devido a não

⁶⁴⁸ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶⁴⁹ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

ter com que se alimentar, e ainda por causa das correntes marítimas, de considerável importância”⁶⁵⁰.

A falta ou deficientes estudos sobre os fundos dos mares para a pesca de arrasto, permitiu que na década de 1940 fosse criada uma companhia para o exercício desse tipo de pesca. Esta foi a experiência do arrastão “Laurentino” pertencente a Companhia da Pesca de Moçambique, fundada em 1946 para a exploração da pesca de arrasto. Esta companhia, também chegou a conclusão semelhante sobre as dificuldades da pesca de arrasto. Segundo Sanches, o acidente que levou esta embarcação a afundar provava a insuficiência do conhecimento dos fundos e dos locais de pesca apropriados para o arrasto. Por isso achava que Moçambique não precisava de arrastões, mas sim de imediato reconhecimento das águas do Oceano Índico por meio de estudos oceanográficos, de biologia e de tecnologia⁶⁵¹. Em termos ambientais, devemos considerar que a prática deste tipo de pesca, também tem efeitos nocivos porque quando puxam as redes de pesca arrastam consigo os capins marinhos que são essenciais para a proteção e reprodução das espécies⁶⁵².

Podemos concluir que a pesca foi uma das atividades económicas que mereceram a atenção da Companhia e do Estado Novo pelas seguintes razões: acesso a proteínas para alimentar os que prestavam diversos serviços e cobrança de impostos e taxas a quem praticasse a atividade. Associadas à pesca também havia a exploração de pérolas e de holotúrias, a criação de ostras, a indústria de extração de óleo de peixe e produção de farinhas que mereceu a atenção de exploradores estrangeiros, que eram também fontes de rendimentos da Companhia de Moçambique⁶⁵³.

Para a solução dos diversos problemas que discutimos temos de destacar o papel do Estado como regulador. Nesta regulação deve procurar desenhar e impor medidas que

⁶⁵⁰ MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

⁶⁵¹ Sanches, J. G., «Panorama das pescas em Moçambique», p. 4.

⁶⁵² Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

⁶⁵³ Alexandre Rocha Serpa Pinto em 1890 fez um pedido de concessão do exclusivo de pesca de pérolas, coral e âmbar entre a foz do Save e o paralelo 22. Outro documento manuscrito é uma consulta para a elaboração de um regulamento para a pesca de pérolas, elaborado pela Junta Consultiva do Ultramar, reunida no dia 3 de Dezembro de 1889. AHU-SEM- DGU, 230, 2G-1S, Cx., 1884-1904. Quanto a ostras, o regulamento estabelecia que é livre a apanha de ostra sem licença para a alimentação, mas proibida para o comércio que devia ter uma licença. Indicava quem deve passar as licenças assim como a sua duração. «Regulamento para a exploração das ostreiras, ostricultura e depósitos de ostras na parte marítima das águas públicas na província de Moçambique», Aprovado por Decreto de 25 de Junho de 1904. Lourenço Marques. Imprensa Nacional. 1904.

concorram para o melhoramento dos rendimentos da pesca, ao mesmo tempo que evitem afetar negativamente o ecossistema marinho e a consequente redução da qualidade e quantidade de pescado. Desta forma, podemos concluir esta secção observando que a política da Companhia de Moçambique para o sector da pesca, enquanto entidade com poderes majestáticos, portanto soberano, foi de procurar a obtenção da maior renda possível pela cobrança de taxas e impostos, aos que praticavam a pesca⁶⁵⁴. Este processo devia ser conseguido, principalmente pela regulamentação de todas as atividades relacionadas com a exploração dos recursos pesqueiros. Esta perspectiva ia ao encontro dos princípios reguladores da economia capitalista que regulava as sociedades de onde eram originários os concessionários, mas que ainda não eram conhecidos pelas populações locais, que eram os sujeitos que praticavam a pesca artesanal, principalmente com o uso da gamboa. Este facto é notável pela interpretação que se pretendeu dar ao conceito de gamboa, no primeiro Regulamento de pesca de 1898 e as respetivas taxas previstas. A pesca artesanal, até então, tinha em vista prover a alimentação e assim como a troca por outros produtos necessários para o sustento das famílias dos pescadores.

3.5-Fatores culturais e crenças religiosas ligadas à pesca artesanal

No exercício da pesca artesanal é de destacar a influência de alguns aspetos culturais e crenças religiosas relacionados à atividade. Na pesca, tal como em outras áreas da vida do homem, há o registo de alguns fenómenos de religiosidade que se traduzem em rituais que se realizam antes e depois da faina, assim como em alguns tabus observados para o exercício da pesca e sinais colocados nos utensílios e aprestos de pesca e nas embarcações com a finalidade de abençoarem a atividade. A observância destes rituais tem em vista garantir o sucesso individual e do grupo no exercício da atividade de pesca. Segundo Lundin, os cultos aos antepassados associados às práticas religiosas que marcam a cultura de uma comunidade, “não são mais do que uma religião que explica questões existenciais, torna válido a ordem moral e social imposta por forças consolativas da sociedade e reforça a habilidade humana de enfrentar a fragilidade da vida humana”⁶⁵⁵.

⁶⁵⁴ Esta prática era generalizada a outros territórios coloniais onde uma das tarefas principais das administrações era criarem condições para se beneficiarem dos impostos pagos pelas populações africanas assim como do seu trabalho nas diversas atividades públicas e privadas. Direito, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 114.

⁶⁵⁵ Lundin, I. B., «Algumas reflexões sobre o conceito de religião», *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 1989, p. 63.

Em todo o país são observadas estas práticas. Na província de Nampula, por exemplo a maioria das comunidades ainda realiza as cerimônias de ação de graças e penitência. Foram identificados alguns rituais locais que são usados para invocar os bons espíritos para uma boa temporada de pesca e para permitir que haja paz entre os membros da comunidade e invocar a proteção dos espíritos contra crime. O *Tahilili* é um ritual de proteção contra maus espíritos e uso incorreto do meio ambiente. Durante a cerimônia as pessoas pedem perdão aos deuses daquilo que possam ter feito que não tenha sido do agrado destes. O *Satakha* é um ritual realizado sempre que alguém sente que foi amaldiçoado. O “exorcismo” das redes e barcos de pesca tem como objetivo livrá-los dos espíritos malignos. A terceira e mais importante cerimônia das comunidades dos pescadores de Nampula é o *Ehako*. Ehako é um ritual profético onde é permitida a participação da maioria dos aldeões e consiste em permitir orientar onde o pescador deve ir pescar, e como pescar, durante aquela temporada de pesca específica. Aqueles que pretendem construir novos barcos ou iniciar a sua participação na atividade de pesca são informados se podem ou não participar, e em que pescaria é que a sua entrada é bem-vinda. Esta ação de graças ou penitência assim como as respetivas cerimônias são realizadas pelos chefes tradicionais, curandeiros ou pelo líder religioso (Mwalimo)⁶⁵⁶.

No entanto, a prática religiosa não tem um valor científico em si, mas sim, “tem um valor objetivo, na medida em que a sua realização dá, àquele que o realiza, maior confiança em si mesmo, produzindo assim maior auto-sugestão favorável ao êxito da operação”⁶⁵⁷.

Portanto, são estas práticas religiosas que permitem dar força aos praticantes da pesca para enfrentar os diversos fenómenos da natureza que influenciam a sua atividade. Por exemplo, Elliot P. Skinner descreve que a tradição dos Mossi era de que em vésperas dos confrontos físicos reais, recorrerem às orações, aos sacrifícios ou a poções e feitiços que acreditavam que, quando os franceses atacassem poderiam anular a sua força. Por esta razão, faziam sacrifícios de alguns animais tais como um galo preto, um carneiro

⁶⁵⁶ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 321; O ARPAC menciona a prática da cerimônia denominada de *mwacato* na ilha de Moçambique considerada secular e que era realizada para solicitar a intermediação de Deus na atividade pesqueira e como forma de agradecimento da abundância. ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhua Nahara da Ilha de Mocambique», p.164

⁶⁵⁷ Junod, H.A., *Usos e Costumes do Bantu: A vida numa tribo sul-africana, Tomo II*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1946, p. 349.

preto, um burro preto e um escravo negro, “implorando a deusa da terra que repelisse os franceses e aniquilasse o traidor, que eles tinham colocado no trono”⁶⁵⁸.

Este facto também é referido por Alpers, quando menciona que no período anterior ao século XX, “os pescadores não se aventuravam ao mar aberto onde temerosos espíritos viviam. Por isso realizam cerimónias para pedirem a ancestral bênção na pesca”⁶⁵⁹. Do mesmo modo, os pescadores na Europa também apelavam à proteção divina, pelo que, “as traineiras dos poveiros traziam pintadas na proa nomes de santos, de patronas a que os homens do mar na sua temente religiosidade nunca esquecem, nunca deixam de homenagear”⁶⁶⁰. Esta situação de barcos pintados com nomes de santos pode ser observada também nos barcos dos pescadores artesanais de Moçambique, expostos no Museu de Pescas em Maputo.

Na região austral do continente africano há referência de que os KhoiSan praticavam rituais antigos como sua identidade e cultura para se conectarem em harmonia com a “Mãe Terra e o Mar”. Um dos rituais era a “cerimónia de limpeza”, que era realizada no espaço com vista ao oceano onde ainda são visíveis vestígios das antigas armadilhas de peixe. Estes rituais eram acompanhados pela confeção de uma fogueira, símbolo ancestral de encontro com a natureza⁶⁶¹.

O conceito de cultura tem merecido diversos debates ao longo dos tempos remontando dos primeiros contactos entre as diversas nações e civilizações, desde o início do século XVI, tendo sido reunidos nas décadas de 40 e 50 do século XX, por A.L.Kroeber e C.Kluckhohn cerca de 164 definições o que demonstram a dificuldade de se conseguir uma definição consensual⁶⁶². Segundo Alves e Oliveira, o conceito de cultura tem merecido diversos debates principalmente por antropólogos e sociólogos ao longo dos tempos, entretanto, apesar de inúmeras pesquisas e publicações sobre o tema ainda está muito distante “adquirir uma significância concreta, sendo objeto de imensos

⁶⁵⁸ Boahen, A.A., «A África diante do desafio colonial», p. 5-6. Durante a guerra civil dos 16 anos em Moçambique, foi registado o aparecimento de um grupo de guerrilheiros chamado de *Naparamas*. Este grupo realizava tratamentos e rituais de feitiçaria através dos quais acreditavam poder ganhar a capacidade de não serem atingidos pelas balas de armas.

⁶⁵⁹ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 4.

⁶⁶⁰ Gonçalves, F., «Os pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», p. 38.

⁶⁶¹ Minguzzi, M, *The Spirit of Water: practices of cultural reappropriation. Indigenous heritage sites along the coast of the Eastern Cape-South Africa*, p. 40.

⁶⁶² Oliveira, Evandro de e Alves, Adilson Francelino, «Uma Análise Literária Sobre Conceito de Cultura», *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, 2015, p. 1-2; Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 17-18.

debates sem consensos”⁶⁶³. No entanto, podemos considerar como prática e objetiva a definição de Manhiça e Santana, que definem cultura como sendo, “o eixo em torno do qual gira a vida tanto do indivíduo como da sociedade”⁶⁶⁴. A cultura dá nos um sentido e uma finalidade para vivermos⁶⁶⁵.

Associada de forma intrínseca à cultura e crenças religiosas temos a tradição. A tradição é um conjunto de práticas, costumes, lendas, contos, provérbios, mitos entre outros, que em um determinado momento histórico da sociedade se tornam rotina, transmitidos de geração em geração, quer dizer, se tornam tradição para aqueles que os inventaram e utilizaram no espaço e no tempo⁶⁶⁶. Contudo, a tradição é moldável, flexível em função do desenvolvimento socio económico de uma determinada sociedade. Por esta razão, ao longo dos séculos a tradição aliada à história das comunidades e nações, é mantida ou alterada para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos, em função dos interesses dos grupos dominantes para conseguir legitimar o seu poder perante os governados. Sendo, por isso, que pode se assistir em diversas sociedades conflitos de tradições entre a ala dominante e a dominada ou ainda entre diferentes gerações⁶⁶⁷.

Estes fenómenos também podem ser observados ao nível dos Estados quando, por exemplo, durante o regime salazarista o Estado Novo adotou estratégias de reprodução ideológica do mar, através de discursos e imagens, com a pretensão de dar uma grandeza à Nação. Para atingir estes objetivos, o Estado adotou um processo de reconstrução histórica de uma comunidade nacional das gentes do mar, em nítidos processos de propaganda da “obra social das pescas que se baseavam na nacionalização tradicionalista da “cultura popular” – ou daquilo que o Estado declara como tal e na folclorização da “cultura nacional”. A finalidade era de promover a corporativização do trabalho nacional⁶⁶⁸. No entanto, Eliade chama a atenção considerando de que em determinadas circunstâncias a tradição pode constituir um entrave à introdução de novas ideias de

⁶⁶³ Oliveira E. de e Alves, a.F., «Uma Análise Literária Sobre Conceito de Cultura», p. 1.

⁶⁶⁴ Manhiça, J. e Santana, A., «Cultura e Desenvolvimento». *Paper*, Concelho Nacional de Cultura, Maputo, 1993, p. 4.

⁶⁶⁵ Oliveira E. de e Alves, A.F., «Uma Análise Literária Sobre Conceito de Cultura», p. 1.

⁶⁶⁶ Manhiça, J. e Santana, A., «Cultura e Desenvolvimento», p. 14.

⁶⁶⁷ Hobsbawn E. e Ranger, T., *A invenção das tradições*, p. 220; Manhiça, J. e Santana, A., «Cultura e Desenvolvimento», p. 14.

⁶⁶⁸ Garrido, Álvaro, «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», *Pombalina*, 2008, p. 117.

desenvolvimento. Porém, é necessário que a tradição seja tomada em conta através de pesquisa, investigação e adaptação para cada situação social, económica ou política que se pretenda implementar nas comunidades⁶⁶⁹.

Alguns valores da cultura e tradição são transmitidos através de mitos. O mito conta uma história sagrada, uma realidade cultural complexa que é abordada e interpretada de diversas formas entre as quais a dos estruturalistas e dos funcionalistas. Os funcionalistas consideram que as sociedades primitivas recorrem ao mito com fins utilitários como por exemplo, fazer preces para a chuva, a fertilidade, entre outros, enquanto os estruturalistas defendem que os usos do mito pelas sociedades primitivas tinham em vista compreender o mundo e os seus fenómenos, por outras palavras, uma finalidade conceptual. O mito está associado a uma interpretação sobre a origem e existência de certos fenómenos da natureza e procura ensinar como fazer ou proceder, segundo o preconizado pelos seus ancestrais, uma realidade permanente que acompanha o exercício da pesca artesanal⁶⁷⁰.

Associado a estes mitos podem ser identificados diferentes espíritos ou deuses do mar, que acompanham os pescadores artesanais nas suas atividades. Por exemplo, no distrito de Inhassoro na província de Inhambane, foi mencionado o espírito *Njongi* que pertence aos *vatsongas* da ilha de Bazaruto que, dentre outros aspetos, não admite discussões e ou zangas entre os tripulantes em pleno alto mar sob o risco de a embarcação virar e/ ou não se pescar absolutamente nada. A interpretação do significado ou lição que este espírito (mito) pretende transmitir, pensamos que seja uma forma de manter a disciplina e obediência na hierarquia dos pescadores de modo a garantir o sucesso na faina durante as companhias de pesca⁶⁷¹.

Para o exercício da pesca artesanal e associados à cultura e tradição, também foram praticados diversos rituais. Vamos tomar como exemplo dois rituais praticados na região limite entre as províncias de Sofala e Inhambane (atuais distritos de Inhassoro e Vilanculos), que limitavam as terras da Companhia de Moçambique no antigo Bartolomeu Dias. Nesta zona, os falantes da língua tsonga praticam um ritual designado de *Mupatcho*- cerimónia dirigida por um ancião onde se evocam os espíritos dos antepassados que são venerados em forma de culto. A finalidade era de pedirem a bênção

⁶⁶⁹ Eliade, Mircea, *Mito e Realidade*, Perspectiva S.A., São Paulo, 1972, p. 8-10.

⁶⁷⁰ Eliade, M., *Mito e Realidade*, p. 8-10.

⁶⁷¹ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 49.

aos seus deuses para que as suas atividades de pesca decorram bem assim como para “limpar” espíritos maus. Consideravam que os espíritos maus apareciam nos casos em que um dos membros da equipa tenha praticado algum ato contrário aos princípios da pesca. Nesta cerimónia eram feitas oferendas diversas de alimentos e bebidas aos espíritos⁶⁷². O *Muchengue*, é outro ritual praticado na mesma zona, que consiste em os pescadores antes de iniciar a pesca em um novo local, terem o dever de efetuar um “pedido de licença” aos espíritos ancestrais desse local. A finalidade era para poderem entrar na respetiva zona de pesca e terem a sua atividade reconhecida e legitimada por estes espíritos, “na medida em que eles, os pescadores, também reconhecem que eles existem e são os donos da área”. Para este efeito, eles devem lançar algumas sementes selecionadas de milho, mexoeira (*Pennisetum typhoideum*, Rich. ou *Pennisetum glaucum* é a designação mais comum em Moçambique de um tipo de milho), amendoim e feijão no mato da área da costa que pretendem explorar, como gesto para alimentar os tais espíritos⁶⁷³. Estas crenças estão relacionadas com a teoria da reprodução identitária que defende que a pesca é uma identidade cultural porque cria uma atmosfera pesqueira com a qual os trabalhadores se identificam socialmente, ligando os homens às práticas tradicionais e reproduzindo sistemas socioculturais e a própria reprodução dos pescadores⁶⁷⁴.

Porém, nos tempos recentes tem-se registado alguma resistência na observância destes valores culturais manifestados em formas de ritos e crenças religiosas, sobretudo pelas camadas de jovens e pelo sector da pesca semi-industrial e industrial. Esta resistência, por um lado, pode estar associada ao processo da modernização da pesca onde se regista a alteração e adoção de novas artes de pesca, assim como o uso de novos aprestos de pesca, tais como a motorização das embarcações e o uso de aparelhos modernos de navegação que permitem maior segurança ao exercício da pesca. Por outro lado, pode estar relacionado com a aculturação das comunidades como resultado do processo de colonização ocidental assim como da globalização, processos que tendem

⁶⁷² Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 49–50.

⁶⁷³ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 53-54.

⁶⁷⁴ Silveira C.D.e Noradi, E.A., *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, p. 14.

sempre a fazer crer aos colonizados e países em vias de desenvolvimento, que careciam de cultura própria⁶⁷⁵.

É neste contexto que Lopes afirma que, os pescadores semi-industriais e industriais não acreditam no poder destas cerimónias tradicionais às quais se submetem apenas como um meio de demonstração de respeito pelos antepassados assim como respeito pela ordem social estabelecida. Não acreditam, portanto, que estas cerimónias tenham alguma influência nas suas atividades económicas⁶⁷⁶. Porém, deve se notar que, as políticas marxistas/socialistas do partido Frelimo adotadas após a independência em 1975, tinham banido as cerimónias e práticas das autoridades tradicionais com a acusação de serem ligadas ao feudalismo e ao obscurantismo, a tal designada de eliminação dos “vestígios da sociedade tradicional-feudal”, importada dos modelos dos países socialistas do Leste europeu⁶⁷⁷. No entanto, nos tempos atuais são realizadas cerimónias públicas pelas autoridades governamentais, geralmente para a inauguração de diversos empreendimentos e infraestruturas públicas. Nestas cerimónias convidam estes líderes tradicionais antes “obscurantistas”, para evocarem os espíritos. O mesmo exemplo é seguido por pessoas de outros estratos das elites da sociedade, assunto que não cabe o seu debate neste trabalho.

A cultura e crenças religiosas descritas acima, servem de fonte para diferentes tabus para dar sorte e afastar os azares, mencionados por alguns dos nossos informantes da ilha de Chiloane. Por exemplo, sobre a presença da mulher nas zonas de pesca eles afirmaram que nas praias há zonas que as mulheres não devem ser permitidas a sua presença, porque a tradição diz que isso pode “dar azar”. “Mas agora há pescadores que levam mulheres e vão dormir com elas nesses locais de pesca e outras vão comprar peixe diretamente nesses centros”⁶⁷⁸.

Estes tabus realçam a questão do controle dos recursos pelos homens em sociedades onde o poder na generalidade está nas suas mãos. Por isso estes “impedimentos” à presença das mulheres nos centros de produção é uma forma de

⁶⁷⁵ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p.63.

⁶⁷⁶ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 62.

⁶⁷⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 92-94.

⁶⁷⁸ António Henriques, Chefe de povoação de Chingune e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

dominação masculina que tenta limitar a presença da mulher apenas para as atividades domésticas e outras periféricas⁶⁷⁹. Desta forma, a expressão “É a nossa tradição” faz parte das “tradições inventadas” pela comunidade pois foram vistas mulheres na ilha de Moçambique e Nacala na província de Nampula, no início do século XIX a pescar peixe e moluscos no mangal, através de uso de capulanas/panos⁶⁸⁰. Portanto, são tabus associados a tentativas do uso da história para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos. Quer dizer, tornar a história como um instrumento de legitimação do poder podendo ser a partir de um estrato social ou racial⁶⁸¹.

Porém, devemos notar que estes tabus tentam circunscrever a delimitação do espaço e de certos tipos de pesca onde participa a mulher pois, em geral eles reconhecem a sua participação em outros locais, tais como nos canais e na costa onde praticam a pesca de arrasto para a terra, usando rede puxada por duas pessoas na pesca de camarão fino⁶⁸². Outro sim, é que os tabus não chegam a interferir com a presença e participação da mulher no processamento e na comercialização do pescado, onde chegam a ser as protagonistas. Entretanto, o papel da mulher nesta sociedade é de destaque por ser ela que assegura a sobrevivência da família ao pescar próximo da costa para garantir a alimentação, enquanto o homem se afasta em canoas para buscar pescado na sua maior percentagem colocado no circuito da comercialização para garantir renda da família. Ela também participa de forma destacada na comercialização e no processamento de produtos pesqueiros assim como se destaca na hierarquia da sociedade da ilha de Chiloane, ao exemplo que notamos a partir da liderança tradicional que está nas mãos de uma rainha.

Relacionado com mitos na pesca, vamos tomar como exemplo o que se relata na região Norte do país, onde também predomina a pesca artesanal. Neste caso a pesca com o uso da gamboa que foi referida por um pescador em Nampula. Este pescador, assim

⁶⁷⁹ Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 13; António Henriques, Chefe de povoação de Chingune e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁶⁸⁰ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017; Silva, José Henriques e, *Pescadores macua*, Câmara Municipal de Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses., Lisboa, 1998.

⁶⁸¹ Pimenta, Fernando Tavares, *Angola, os brancos e a independência*, Porto, Edições Afrontamento, 2008, p. 43.

⁶⁸² Lino João Bera, Pescador e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

como Cássimo Marujo, um dos nossos informantes-chave, mencionam a existência de um feitiço designado por *Namwengue* (na língua macua⁶⁸³). *Namwengue* é uma espécie de fantasma que frequenta a zona da costa de Nampula e Cabo Delgado. Segundo estes informantes, este fantasma aparece quando a gamboa está cheia de peixe nas praias em noites escuras e sem luar e tem um brilho. Neste momento, este fantasma chupa o peixe, o caranguejo ou a lagosta capturada pela gamboa. E quando chega o dono da gamboa no dia seguinte com a maré vazante, consegue ver o produto pescado (peixe, caranguejo ou lagosta) parecendo ainda estar vivo, mas por dentro já está vazio. A maneira de afugentar o fantasma é andar com um palito de fósforo aceso ou candeeiro ou a fumar um cigarro, porque “ele não gosta de chama”⁶⁸⁴. No nosso ponto de vista, pensamos que este mito visava garantir segurança e proteção marítima noturna dos pescadores ao persuadir as pessoas para não andarem sozinhas nas praias à noite e sem luar, chegando ao exagero de considerar que, em alguns casos, chupa até carne humana.

Outro exemplo de mitos, tabus ou crenças disseminadas nas comunidades de pescadores de Inhambane diz-nos que após uma boa pescaria, não se deve deitar de novo ao mar, o peixe considerado de lixo. Esta prática é considerada contrária às regras e normas herdadas desde os tempos remotos e conhecidas, por quase todos e exigida pelos espíritos do mar e pelos chefes tradicionais. Este recurso considerado “lixo”, deve ser doado aos órfãos e viúvas e outras pessoas necessitadas da comunidade, semelhante à prática dos pescadores *luos* no lago Vitória, abordado acima. Através deste mito, podemos identificar elementos de solidariedade e de preservação ambiental ao tentar fazer um controle da fauna acompanhante⁶⁸⁵.

Para se conseguir uma boa produção de gamboa, existem também alguns rituais assim como raízes específicas que devem ser aplicadas na gamboa. Por exemplo, faz-se referência ao *cipico*, raiz usada na região do Distrito de Vilanculos em Inhambane, que serve para atrair pescado para a rede de pesca ou na gaiola em grande quantidade. A raiz é colocada nas extremidades das boias e se acredita poderem direcionar os cardumes de

⁶⁸³ Macua, é a língua nacional mais falada nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e norte da Zambézia.

⁶⁸⁴ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶⁸⁵ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 49.

peixe até a gamboa ou rede, uma espécie de talismã⁶⁸⁶. Na ilha de Chiloane fez-se referência a uma árvore chamada *gonde*, que se encontra na floresta localizada no continente. Nesta árvore corta-se um ramo que depois se esmaga pilando. O pó resultado deste processo é depois levado para a zona de pesca onde se espalha na água, “aí morre tudo mesmo”⁶⁸⁷. De referir que estas raízes têm um efeito atordoante e até matam os peixes, mas, depois de algum tempo perdem o seu efeito e não afetam o ser humano.

No exercício da pesca também são realizadas cerimónias religiosas e algumas práticas de magia com a finalidade de atrair a bênção divina e o sucesso nas pescarias. Neste contexto por exemplo, na ilha de Moçambique os pescadores artesanais realizam a cerimónia designada de *mwacamo*. Esta cerimónia é considerada secular entre os ilhéus. Era realizada com a participação de todos os pescadores e visava solicitar a intermediação de Deus ou Alá na atividade de pesca e como forma de agradecimento quando se registasse abundância assim como de pedido de auxílio, quando houvesse crise de pescado. Esta cerimónia simboliza duas dimensões: uma divina pela presença de Deus ou Alá e outra, o pedido da presença de espíritos do mar, sendo uns bons e outros maus⁶⁸⁸. Para a realização desta cerimónia é convidado um líder religioso (sheik, mwalimo, imamo, piyamwene, sanjata) que são membros de hierarquia da religião islâmica que é dominante na ilha. Geralmente a cerimónia era organizada entre os meses de Junho/Julho de acordo com o calendário gregoriano, ou então, no quadro do calendário islâmico, antes do final do mês de Ramadã⁶⁸⁹.

Findas as cerimónias havia um período de interregno de uma semana antes de se fazerem ao mar depois do qual, retomavam ao trabalho. Segundo este relatório, tinham como resultado “uma produtividade da pesca acima da média”⁶⁹⁰. Contudo, questões de concorrência entre os pescadores têm levado a que esta prática cultural que inicialmente era organizada em grupos de pescadores maiores, nos dias atuais seja feita por pequenos

⁶⁸⁶ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 49–50; Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁶⁸⁷ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁶⁸⁸ ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique», Maputo, 2010, p.164- 166.

⁶⁸⁹ ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique», p.164- 166.

⁶⁹⁰ ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique», p.164- 166.

grupos e até ao nível individual, constrangimento que tem causado “fraca produção e uma tendência de abandono desta prática, possivelmente pela sua vulgarização”⁶⁹¹.

Na zona centro, entre a foz do rio Búzi até a costa marítima de Chibabava as práticas religiosas são realizadas no continente e a pesca é feita na zona costeira e nos estuários. Em Búzi por exemplo, há um santuário muçulmano onde muitas pessoas de várias origens, incluindo pescadores, vão pedir “sorte” e outros desejos que acreditam poderem ser concedidos, em troca fazem diversos tipos de oferendas. Na ilha de Chiloane, a rainha Chimbiane e os três régulos locais são os responsáveis pela realização de cerimónias de *kupacha* (evocação de espíritos). Alguns dos pescadores recorrem a estas cerimónias para fazerem preces para o sucesso da sua atividade de pesca. Em troca também oferecem alguns produtos tais como cigarros, bebidas tradicionais e produtos alimentares. Uma parte destes produtos oferecidos eram consumidos e outra deixada no local onde se realizam as cerimónias⁶⁹².

A prática da magia na pesca baseada em atos mágicos ou feitiçaria também é observada na ilha de Moçambique assim como na ilha de Chiloane. Não se sabe, no entanto, a sua verdadeira dimensão e eficácia havendo registo do seu incremento há medida que aumenta o número de pescadores e de embarcações que competem pelos recursos. Servem como contrapontos para dar alguma confiança e segurança para enfrentar os perigos e incertezas que o mar e a pesca desafiam aos pescadores. Segundo o relatório, “a finalidade da feitiçaria é, por um lado, contribuir para a melhoria dos rendimentos da atividade de pesca, por outro lado, garantir uma maior segurança na navegação marítima”⁶⁹³. Quanto à produção, espera-se que os feitiços permitam a atracão de cardumes para as suas redes sendo, por isso, responsabilidade do(s) pescador (es) procurar garantir que essa “sorte” venha para o seu lado. Os praticantes desta magia acreditam que, sem estas práticas um barco pode ir ao mar por muitas vezes, com despesas acrescidas de toda a logística e sem conseguir o retorno dos seus investimentos. No entanto, a prática desta magia exige sigilo pois, se for do conhecimento de terceiros, o seu efeito pode ficar reduzido ou mesmo anulado. “Com maior ou menor frequência, os

⁶⁹¹ ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique», p.164- 166.

⁶⁹² Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

⁶⁹³ ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique», p.164- 166.

pescadores artesanais acreditam na eficácia dos atos mágicos ou da medicina tradicional e recorrem a eles para incrementar a produção e produtividade piscatória”⁶⁹⁴.

Segundo Mazau Paulino, “na ilha há registo de acusações de feitiçaria. É frequente ouvirmos que pescador fulano usa drogas para pescar mais, em prejuízo dos outros. Fala-se que fulano é drogado quando lança a rede consegue muito peixe que nós”⁶⁹⁵. Em Govuro, também foram reportados casos de feitiçaria que, “permite que um pescador pesque mais em prejuízo de outro, levando a conflitos que são dirimidos através da convocação de curandeiros para “descobrir” a origem do problema e o(s) culpado(s)”⁶⁹⁶. Este processo de resolução do conflito é considerado eficaz.

Estes eram alguns dos fatores culturais e crenças religiosas que são praticados e influenciam a pesca artesanal. No entanto, tal como mencionamos acima, há uma tendência para uma redução gradual desta influência à medida que a ciência e a tecnologia moderna vai sendo usada no exercício da pesca, com a introdução da motorização e de outros instrumentos de apoio que vão sendo adotados pelas camadas mais jovens de pescadores artesanais.

3.6-A pesca e a pobreza cíclica do pescador artesanal

Para abordarmos este tema começamos por apresentar a figura 37 abaixo, baseada em Menezes, onde se tenta caracterizar os principais itens por detrás da classificação de pobreza nas zonas rurais em Moçambique, mas que também pode ser aplicada para outras regiões.

Figura nº 37- Características das famílias rurais

Indicador	Mais pobre	Posição Média de pobreza	Menos pobre
Área cultivada	0,5 a 1 hectare (ha)	1 a 2 ha	2 ha ou mais

⁶⁹⁴ ARPAC, «Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique», p.164- 166.

⁶⁹⁵ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁶⁹⁶ ASSOCIAÇÃO de pescadores de Mambone, (Entrevista colectiva a pescadores). Entrevista realizada em Govuro, 31 de Maio, e 2 de Junho de 2018.

Condições de habitação	Muito pobre	Pobre	Médio
Vestuário	Muito pobre	Pobre	Médio
Força de trabalho	Limitado; trabalham para os outros	Limitado; trabalham para os outros	Emprega outras pessoas
Produção de alimentos	Menos de 50% das Necessidades	Menos de 60% das necessidades	60 a 80% das necessidades
Reserva de alimentos	4 a 6 semanas	3 a 12 meses	Suficiente para um ano
Fontes de renda	Execução de 1 a 3 atividades vendendo a sua força de trabalho informalmente	Execução de 2 a 3 atividades, incluindo emprego formal ou comércio	Participação em várias atividades, incluindo emprego formal, comércio, venda de sobras de alimentos ou de colheitas de produtos para comercialização (castanha, copra, etc.)
Posse de animais domésticos	Poucos animais, Possivelmente apenas galinhas	Poucos animais de cada espécie, sem gado	mais animais de cada espécie, incluindo gado

Fonte: Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 20.

O conceito de pobreza em Moçambique teve uma evolução marcada por duas etapas nomeadamente, o PARPA I, 2000-2004 e o PARPA II (2006-2009). O Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) considera pobre, “a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade”⁶⁹⁷. Tomando em

⁶⁹⁷ «Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, (PARPA I), 2001-2005», Governo de Moçambique, Maputo, 2001, p. 5.

consideração o dinamismo da sociedade e os debates em torno destes temas, em 2006 a definição evoluiu e passou a considerar que pobreza, “é a impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade”⁶⁹⁸. Para Menezes, o conceito de pobreza difere de cultura para cultura, porém, a rápida ocidentalização das culturas deu origem à noção comum da maioria de ligação entre a pobreza e “carência” ou “deficiência”. Pobreza deriva do fracasso de um indivíduo atender às suas necessidades básicas tais como a alimentação, roupas e habitação adequada, água potável e serviços de cuidados de saúde. A maioria dessas condições é obtida a partir do acesso a empregos suficientemente remunerados que faltam nas comunidades⁶⁹⁹.

Os problemas de pobreza em Moçambique são generalizados e são reportados desde o período colonial até ao pós-independência em 1975, quando herdou uma situação económica e social das piores do mundo, fazendo-o constar nos *rankings* internacionais, como um dos países mais pobres do mundo por muitos anos⁷⁰⁰. Era constatado nessa altura (período colonial) que a esperança de vida era de apenas 41 anos de idade, a taxa de analfabetismo era de 7% e uma infraestrutura económica e social abalada pela guerra de libertação, pela guerra civil e pelas cheias e secas prolongadas que colocaram o país a uma situação de extrema pobreza. Neste período, o PIB real per capita caiu 50% em relação aos valores anteriores à independência⁷⁰¹.

No período pós-independência a pobreza em Moçambique, apesar de o seu histórico vir desde o período colonial, conheceu o seu recrudescimento a partir dos meados da década de 1980, depois da internacionalização das instituições financeiras e a adesão a uma economia neo-liberal. A partir desta altura, vai se registar o aumento das desigualdades sociais e a deterioração do acesso aos serviços básicos tais como a saúde e a educação, para a maioria da população. No entanto, devemos recordar que existe uma

⁶⁹⁸ Governo de Moçambique, «Plano de Ação Para a Redução da Pobreza Absoluta, (PARPA II), 2006-2009», 2006, p. 8.

⁶⁹⁹ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 4.

⁷⁰⁰ Na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2012 de uma lista de 187 países Moçambique esteve na posição 185. Malik, Khalid, *The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*, Human Development Report 2013, United Nations Development Programm, Ney York, 2013, p. 149.

⁷⁰¹ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, Banco Mundial, Washington, 1998, p. 1-2.

diferença entre a pobreza e a vulnerabilidade, uma vez que há pobres que não são vulneráveis⁷⁰².

As constatações destes problemas de pobreza levaram o governo a empreender esforços para delinear políticas e estratégias que permitissem reduzir os seus níveis, sobretudo nas zonas rurais onde vive a maior percentagem da população. Esta população pobre, em 2008/2009 era estimada em 66,4% de pessoas vivendo em situação de pobreza que, em 2014/2015 baixou para 56.0%⁷⁰³. Assim, durante a década de 1980 depois de estabelecer compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), no âmbito do início do Programa de Reabilitação Económica (PRE), inscreveu o assunto da redução da pobreza com um dos temas centrais de Moçambique. Neste contexto, a partir de 1991 o governo e o Banco Mundial produziram o primeiro “Documento Estratégico” do país, no qual definiam cinco áreas prioritárias, entre os quais, pelo terceiro objetivo era preconizada a redução da pobreza, incluindo o acesso a serviços básicos e ajustamento da rede de segurança. “A redução da pobreza assumiu assim formalmente a estatura de objetivo primeiro do Banco Mundial na assistência a Moçambique⁷⁰⁴”.

Especificamente para o sector das pescas, Bene afirma que a pobreza, embora seja um problema multidimensional e intersectorial, tem também algumas dimensões específicas ligadas à natureza da atividade ou sector, ou seja, que a dimensão da pobreza que afeta a comunidade de pescadores está relacionada com a própria atividade de pesca⁷⁰⁵. O excerto a seguir, confirma essa preocupação do autor.

Uma breve revisão da literatura e inúmeros relatórios, documentos e estudos de caso transmitem a ideia de que a pobreza, embora seja multisectorial, é quase endêmica para a pesca e que a maioria, senão todas as comunidades de pesca de pequena escala (tanto em áreas costeiras como no interior) em países em vias de desenvolvimento representam algumas das partes mais desfavorecidas das sociedades rurais⁷⁰⁶.

⁷⁰² Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 191-193.

⁷⁰³ «Moçambique, Avaliação da Pobreza», Banco Mundial, Maputo, 2016, p. 4.

⁷⁰⁴ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 6; World Bank. 2005. World Development Indicators, Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>, consultado em 15 de Novembro, 2021.

⁷⁰⁵ Neiland, Arthur E. e Bene, Christophe (eds.), *Poverty and Small-scale Fisheries in West Africa*, Springer Netherlands, Dordrecht, 2004, p. 10.

⁷⁰⁶ Neiland, A.E., e Bene, C., (eds.), *Poverty and Small-scale Fisheries in West Africa*, p. 62.

Portanto, em sociedades como as comunidades pesqueiras, indivíduos e famílias têm opções limitadas e o grau de pobreza é extremo e a diversificação da renda é necessária para a sua sobrevivência, sendo notadas exceções em indivíduos com mais habilidades de liderança e capacidade empreendedora, que conseguem fugir da armadilha da pobreza do que aqueles sem essas habilidades⁷⁰⁷.

Por seu lado Hara *et all*, caracteriza a pesca artesanal como sendo aquela onde os barcos são geralmente velhos e inadequados para uma pesca eficiente, portanto, os pescadores estão circunscritos à pesca dentro da zona rasa das marés. Os poucos pescadores que possuem barcos apropriados não possuem as habilidades necessárias, o equipamento certo e a capacidade técnica para implementar novos métodos de pesca. Eles não possuem dispositivos de navegação ou sistemas de detecção de peixes. Além disso, os seus barcos são frágeis e na maioria não usam motores e têm pouca segurança, por isso que não querem se aventurar para longe da costa. Eles também carecem de serviços básicos, tais como o fornecimento de gelo, equipamentos de pesca assim como o acesso a crédito para financiar investimentos e despesas operacionais⁷⁰⁸.

Segundo o PESPA 2007, sem indicar números concretos, considerava que o subsector da pesca artesanal “mantinha índices de pobreza superiores à média nacional e provinciais”, ao mesmo tempo que indicava os principais problemas que levavam a que a pesca artesanal registasse estes índices de pobreza, tais como: condições sociais desfavoráveis prevalecentes nas comunidades dependentes deste tipo de pesca; baixos resultados proporcionados por este tipo de atividade; deficientes condições de comercialização; complexo e limitado acesso a serviços financeiros; fraco desempenho por parte das instituições públicas com responsabilidade na promoção do desenvolvimento e gestão da pesca artesanal⁷⁰⁹.

Américo Inguana, um dos nossos entrevistados, considera também que existe pobreza cíclica do pescador artesanal porque alguns têm pouca visão e acreditam no adágio de que, “o que tem lhe agrada” e não procura prosperar. Outro aspeto desta pobreza cíclica tem a ver com a tendência de as pessoas não tentarem usar os recursos que têm

⁷⁰⁷ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 5.

⁷⁰⁸ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project.*, p. 10.

⁷⁰⁹ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 9 e 15; «Quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza», Banco Mundial, publicado a 17 de Outubro de 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org.>, consultado a 9/12/2019.

para diversificar os seus rendimentos. Usa como exemplo a situação de poder encontrar um criador de gado bovino com cerca de 100 cabeças, que fica sem poder comprar roupa ou melhorar a dieta da sua família por não ter a iniciativa de usar esse gado, como um meio para complementar as suas necessidades⁷¹⁰.

Em outra passagem o professor António Mubango Hoguana, explica que a pobreza cíclica do pescador artesanal é produzida pelo círculo vicioso em que realiza capturas cada vez mais intensas, ao mesmo tempo que tem muitas percas pós-captura. Desta forma, vão reduzindo os *stocks* da fauna porque vão pescando mais, mas, ao mesmo tempo, aproveitam menos. Desta forma despendem mais tempo e energia à procura de pescado que vai escasseando e, quando tem o pescado, não têm condições de o conservar, aproveitando cada vez menos e este vai cada vez mais escasseando. Assim a pesca vai rendendo menos, produzindo pobreza cíclica⁷¹¹. Outro entrevistado tomou como argumento para justificar a pobreza cíclica dos pescadores artesanais, o tempo de duração da permissão para pescar ao longo do ano, devido aos períodos de defeso e veda. Segundo ele, “o ciclo de produção pesqueira é curto ao longo do ano, cerca de 3 a 4 meses. Por isso não consegue acumular o suficiente para resolver os problemas da vida para os restantes 8 a 9 meses do ano. Se pelo menos conseguisse pescar no período de 6 a 8 meses ao ano, seria bom”⁷¹².

Na mesma linha dos argumentos dos anteriores entrevistados, Siwa também defende que a pobreza cíclica é provocada pelo próprio pescador, porque quando consegue uma boa pescaria não se preocupa em guardar uma parte dos rendimentos pois, tem a convicção de que, “amanhã voltarei à pesca. Mas no dia seguinte pode haver intempéries diversos que podem durar semanas sem conseguir pescar. Aqui começa a precisar de se endividar. E o ciclo começa. Mas existem alguns que conseguiram superar estas dificuldades e têm alguma estabilidade financeira e material”⁷¹³.

Contudo, a questão da pobreza do pescador artesanal merece uma ressalva pois deve ser percebida de acordo com os pressupostos sociais e culturais de cada contexto,

⁷¹⁰ Américo Inguane, Secretario Permanente do Distrito de Govuro (Nova Mambone). Entrevista, Local-Govuro, dia 31 de Maio e 2 de Junho de 2018.

⁷¹¹ António Mubango Hoguane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

⁷¹² Lino João Bera, Pescador e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁷¹³ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

tal como referiu Meneses acima. Por exemplo, a situação ocorrida em Portugal e descrita pelo Graça como, “pobreza e miséria do pescador da Póvoa de Varzim”, pode não significar o mesmo no contexto de Moçambique⁷¹⁴. Algumas informações obtidas em entrevistas efetuadas no âmbito de uma pesquisa para a perceção da “pobreza rural em Moçambique” em que o autor participou em 1994, consideravam como pobre, “aquela pessoa que não tem com quem contar. Pode não ter filho(a) ou mulher (marido), mas desde que se relaciona bem com os vizinhos a comunidade vai suprir as suas necessidades básicas”⁷¹⁵. Aqui está o destaque ao papel da comunidade, assim como da solidariedade que é a base de sobrevivência nas zonas rurais onde predomina a pesca artesanal, tal como vimos no caso dos pescadores *luos* do lago Vitória.

Quanto à importância da literacia como instrumento de melhoria da pesca artesanal e combate a pobreza cíclica, António Henriques afirma que qualquer atividade para permitir que a pessoa possa “enriquecer”, exige que haja uma evolução académica para se poder introduzir mudanças que melhorem a atividade. Por isso acha que deve se apostar na formação das pessoas que se dedicam a pesca artesanal para poderem ter capacidade de pescar melhor e sair da pobreza cíclica. “A pessoa que estuda tem possibilidade de conseguir observar e introduzir mudanças que podem melhorar a atividade. Esta é uma das questões bases para melhorar a arte de pesca artesanal. Sem esta situação a pesca vai ter problemas. A ciência e a experiência não são a mesma coisa”⁷¹⁶. Acrescenta que há muitos que enriqueceram na prática de pesca artesanal. Por exemplo, “o primeiro chinês que veio a Chiloane começou a pesca com o uso de gamboa e redes de cerco e terminou com mais de 12 barcos e muitos trabalhadores. Portanto, veio pobre e depois ficou muito rico. O filho continuou a atividade do pai depois de ter estudado na escola na Beira e melhorou muito os negócios do pai. Portanto a literacia ajuda a melhorar a arte e gestão a atividade”⁷¹⁷.

⁷¹⁴ «Escravidão Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911 p. 8.

⁷¹⁵ Entrevistas realizadas no âmbito do projeto sobre perceções de pobreza nas zonas rurais, realizadas na província de Nampula, em 1996.

⁷¹⁶ António Henriques, Entrevista, Local-ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018. Segundo o mesmo entrevistado, o primeiro chinês que introduziu gamboa com malha de arame assim como a pesca com a linha industrial chegou por volta do ano de 1915 ou 20 na ilha de Chiloane. Foi antes de eu nascer em 1935.

⁷¹⁷ António Henriques, Entrevista, Local-ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018. Segundo o mesmo entrevistado, o primeiro chinês que introduziu gamboa com malha de arame assim como a pesca com a linha industrial chegou por volta do ano de 1915 ou 20 na ilha de Chiloane. Foi antes de eu nascer em 1935.

O Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), apesar de ter sido produzido fora do período abarcado por este trabalho, traz referência a questões que nos ajudam na análise desta questão da pobreza. Segundo os autores do documento, o estado dos recursos pesqueiros reflete a situação ambiental do meio aquático onde se encontram, pelas seguintes razões:

Primeiro, porque os recursos pesqueiros sofrem da destruição causada aos ecossistemas quando se praticam atividades que resultam na destruição da floresta do mangal, erosão costeira, poluição dos rios e estuários por esgotos domésticos e resíduos industriais, degradação dos corais, utilização de artes de pesca nocivas, entre outros; Segundo, quando as comunidades pesqueiras, pressionadas pela pobreza e a necessidade de sobrevivência, atuam de forma predatória sobre os recursos e o meio ambiente, pois a sua subsistência diária, depende de atividades algumas das quais agridem diretamente o ambiente, nomeadamente o uso de artes de pesca nocivas; Terceiro, quando observamos uma interdependência entre a conservação e proteção dos ecossistemas aquáticos e do meio ambiente com a finalidade de melhorar as condições sociais e económicas das comunidades dependentes da pesca artesanal. Estas são algumas das razões por que a questão ambiental deve merecer a devida atenção na planificação do desenvolvimento da pesca artesanal sob risco de se anularem ou não atingirem os objetivos de redução da pobreza absoluta. Em particular, a introdução gradual e a disseminação de tecnologias alternativas de exploração dos recursos naturais e o ordenamento das atividades, poderão também contribuir para a mesma finalidade caso sejam levadas em conta estas preocupações⁷¹⁸.

Portanto, as três dimensões tais como a necessidade de exploração dos recursos naturais, a sua preservação e a subsistência das comunidades, estão diretamente interrelacionadas e, o sector das pescas é também uma importante fonte de rendimento e tem um papel fundamental na redução do desemprego e da pobreza, tal como foi referenciado nos dados da FAO de 1986 e continuam a ser referência nos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio⁷¹⁹. Perante esta realidade de conjugação de fatores, tais como destruição dos ecossistemas; atuação das comunidades pesqueiras de forma predatória sobre os recursos e o meio ambiente; a interdependência entre a conservação e proteção dos ecossistemas aquáticos e do meio ambiente; baixos investimentos na pesca artesanal, falta de terras férteis, guerra civil, que obrigou muitas pessoas das zonas do interior a deslocarem-se para as zonas costeiras consideradas mais seguras, e a falta de emprego em outros sectores da economia, foi se acentuando a pobreza. Esta pobreza, foi estimada em cerca de 72 por cento nas zonas rurais no início da década de 2000 e, em

⁷¹⁸ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 38.

⁷¹⁹ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 106.

2008 reduziu para de 66,4 por cento e em 2014 baixou ainda mais para 56,0 por cento⁷²⁰. Como consequência, muitos jovens na maioria pouco escolarizados, vêm a pesca artesanal como único meio para garantirem a sua alimentação assim como geração de alguns rendimentos⁷²¹.

No entanto, devemos considerar que a armadilha cíclica da pobreza manifesta-se em caso que alguém é pobre e não tem meios de sair da pobreza. Sem crédito, sem meios de conservação do pescado, sem mercado, sem insumos pesqueiros não podem prosperar. Foi com esta perspectiva que no pós-independência foram criados os Combinados Pesqueiros que tinham a finalidade de suprir este problema, no entanto não lograram os seus intentos, assunto que tratamos no capítulo V. Portanto, pensamos que todos querem sair da pobreza, mas é essencial o papel do Estado para impulsionar.

O uso de artes proibidas, sobretudo a *chicocota*, as redes mosquiteiras assim como o sistema de uso de raízes para atordoar o peixe, são considerados de mecanismos de pesca artesanal que também podem ser associados à pobreza cíclica⁷²². Voltando a citar Manuel Luís Gonçalves, *chicocota* não é uma arte de pesca específica. “É um conceito, uma arte não seletiva. É apenas uma rede, neste caso pode ser a rede mosquiteira que se colocam pesos para ir ao fundo e não permite que passe nenhuma espécie desde ovos, larvas, juvenis etc. Não deixa passar nada onde estiver colocada”⁷²³. À medida que as pessoas vão empobrecendo acumulam-se e aumentam as artes nocivas. No entanto, “é preciso ressaltar que ninguém compra peixe tão barato quanto aquele que se consegue no pescador artesanal, pois tende a livrar-se do produto o mais rápido possível, para não correr o risco de apodrecer o que também reduz as suas margens de lucro”⁷²⁴. Ao mesmo tempo, o mesmo pescador permanece no mesmo círculo vicioso em que realiza capturas cada vez mais intensas ao mesmo tempo que tem muitas perdas pós-captura, provocando a exaustão dos recursos e reduzindo os *stocks* do pescado.

⁷²⁰ «Moçambique, Avaliação da Pobreza», Banco Mundial, Maputo, 2016, p. 4.

⁷²¹ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project.*, p. 1.

⁷²² «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, *Maputo*, 2013.

⁷²³ Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

⁷²⁴ Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

Em contraste com esta caracterização de ligação da pesca artesanal à pobreza cíclica, tal como em outras atividades económicas, existem algumas exceções caracterizadas pela existência de pessoas que enriqueceram a partir da sua atividade como pescadores artesanais. Cássimo Marujo afirmou que em algumas zonas da província de Nampula no distrito de Angoche, pode se observar que no bairro de Inguri há uma indicação clara de riqueza e bem-estar, onde a maior percentagem dos residentes são pescadores. “Este é o melhor bairro em termos de tipo de construção das casas e outras infraestruturas, assim como o nível de vida dos residentes e a maior parte dos recursos são provenientes da pesca artesanal”⁷²⁵. Em Moma, outro distrito costeiro desta província, a maior parte das pessoas consideradas ricas pela comunidade são pescadores. Na ilha de Moçambique, na mesma província a atividade económica mais importante também é a pesca artesanal, sendo desta atividade que temos a maioria dos que possuem maior estabilidade económica e financeira o mesmo que acontece em Nacala. Esta situação é similar em Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado assim como no distrito de Pebane na Zambézia.

Na ilha de Chiloane também se observa a mesma realidade. Na região Sul, onde Cássimo Marujo também trabalhou, observou que na ilha de Inhaca e na Catembe os que têm melhores recursos também sobrevivem da pesca artesanal e tornaram se em pessoas influentes. Os filhos destes conseguem estudar no estrangeiro ao exemplo da República da África do Sul, Portugal, Inglaterra e outros países europeus e americanos com recursos provenientes da pesca artesanal⁷²⁶. Portanto, o desenvolvimento e a correta gestão dos recursos financeiros, incluindo em outras atividades de rendimento, pode conduzir a uma estabilidade financeira e, querendo, se esforçar em transitar da pesca artesanal para a semi-industrial ou industrial.

Em Inhambane, no distrito de Inhassoro, o senhor Cabrita homem com grande influência económica e comercial no distrito, tem a sua fortuna gerada na pesca artesanal iniciada desde os tempos dos avós e continua nessa atividade até hoje, sendo um dos empresários de sucesso em vários ramos incluindo a hotelaria e turismo. Este facto é

⁷²⁵ Cássimo Marujo, funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

⁷²⁶ Cássimo Marujo, funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

corroborado por Lopes, quando menciona que a partir do período de 1950 surgiram em Inhassoro pescadores artesanais estrangeiros de origem asiática e chinesa vindos da China, Macau e Portugal alguns dos quais foram o Max, Vasconcelos, Joaquim Alves, Aparício dos Santos, Joaquim António Cunha, e alguns asiáticos também vindos de Portugal tais como Chang Long Man, Pack S. Wen, Wing Sen, Sin Fan, Pack Li, Fu Hin, e Pack Ho. Estes pescadores artesanais tinham adotado uma pesca com a finalidade comercial. Este tipo de pesca, foi favorecido pela introdução do uso do trator na pesca de arrasto pelo senhor conhecido por Max, na década de 1960, que permitiu o uso de redes de grandes dimensões o que possibilitou aumentar a produção e o lucro. Esta técnica de uso de trator, foi adotada por muitos outros pescadores maioritariamente chineses, mas os pescadores africanos locais não se adaptaram a esta nova técnica, mas não por razões de resistência cultural, mas por falta de recursos financeiros para investir nesse tipo de equipamento⁷²⁷.

A adoção do uso de novas técnicas de produção com a introdução do uso do trator, permitiu a acumulação de riqueza produzida a partir do exercício da pesca artesanal de tal ordem que transitaram para uma outra escala de pesca com finalidade comercial. Desta forma, foram capazes de ter recursos para montaram um sistema de redes de transporte rodoviário e marítimo, assim como construção de pistas de avionetas para o escoamento da produção aos principais centros urbanos no país e no estrangeiro. Alguns deles estabeleceram uma rede de cantinas para a compra, troca e fornecimentos de insumos e aprestos de pesca aos pescadores viabilizando o escoamento dos seus excedentes de produção para outras zonas e instalaram câmaras frigoríficas para a conservação do pescado⁷²⁸.

A pobreza cíclica do pescador artesanal está realcionada com a posição da atividades da pesca artesanal, dentro do modelo liberal Ocidental de produção capitalista assim como no modelo socialista, que apostou na associação do Estado com as empresas privadas produtoras de camarão para a exportação e aquisição de divisas. Porque, mesmo considerando o elevado número de praticantes da pesca artesanal no mundo e em Mocambique, em particular, eles, perante o Estado estão em uma posição vulnerável e recebem poucos apoios. E, “quanto mais vulnerável é a sua posição na hierarquia da

⁷²⁷ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p.35-36.

⁷²⁸ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4; Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 35-36.

sociedade, mais necessidade de negociar tem o sujeito para melhorar alguma coisa a seu favor. Por isso que, dentro do modelo liberal Ocidental as minorias (pesca artesanal) têm necessidade de negociar para ver que papéis positivos podem desempenhar, dentro das restrições do liberalismo, para alterar alguma coisa em seu favor”⁷²⁹. Esta situação, tal como foi debatida acima, não só foi afetada pelo modelo de economia neo-liberal, mas também pelo modelo socialista que teve a sua aposta no sector estatal em todos os ramos da economia e na socialização do campo e menos apoio a pesca artesanal.

3.7- Participação da mulher na pesca artesanal

Após a independência de Moçambique em 1975, o analfabetismo afetava 77 por cento das mulheres e 42 por cento nos homens. A taxa de matrícula no ensino primário era de 54 por cento para as raparigas e 75 por cento para os rapazes. A desnutrição era mais acentuada nas raparigas do que nos rapazes e a taxa da mortalidade infantil era elevada na taxa de 123 por 1000. As mulheres representavam 52 por cento de força de trabalho ativa, mas cerca de 90 por cento estava na agricultura. A guerra e as migrações provocaram que cerca de 22 a 29 por cento das famílias sejam chefiadas por mulheres. A dupla responsabilidade de manutenção do lar e geração de rendimentos torna-as vulneráveis à pobreza⁷³⁰.

A participação da mulher na pesca foi observada em 1759 por um padre jesuíta preso no período das campanhas contra estes, promovida pelo Marquês de Pombal, quando viu mulheres na ilha de Moçambique, na atual província de Nampula a pescar peixe, camarão fino, anchovetas e moluscos na costa, através de uso de capulanas/panos.

⁷²⁹ Spivak, G.C. e Harasym, S., *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues*, p.71-72.

⁷³⁰ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 26-27.

A mesma prática foi registada em Nacala nos tempos recentes⁷³¹. Todavia, as mulheres não participavam nas companhias de pesca, onde participam exclusivamente homens⁷³².

Este papel da mulher na pesca artesanal varia de acordo com a situação de cada lugar tendo como base a divisão sexual do trabalho, os mitos, crenças e hábitos seculares que se refletem na dinâmica interna da sociedade, em um processo ditado pela passagem de uma economia de subsistência para uma economia do mercado⁷³³. No entanto, deve se realçar que a pesca, apesar de ser considerada uma atividade masculina, apenas envolve as mulheres em algumas áreas, tais como a recolção e a pesca com o uso de redes finas na costa e nos rios. Em alguns casos são proprietárias de barcos ou donas de redes de pesca. Porém, estas tarefas não as inibem de desempenhar um papel importante na manutenção da economia familiar⁷³⁴. Por exemplo, na região de Vilanculos um pescador artesanal afirmou que, “a mulher foi destinada para cuidar do lar e praticar a agricultura devido à sua própria natureza, relacionada com o ciclo menstrual, que não se dá com os espíritos do mar”⁷³⁵. Alegou ainda que este, “é um legado dos seus antepassados e caso o ignorem correm elevados riscos de vida no alto mar os que se atrevem a levar as mulheres à pesca. Nunca receberam nenhuma explicação sobre os motivos dessa proibição e também estão proibidos de procurar saber os motivos”⁷³⁶.

Informação semelhante é referida por alguns pescadores da ilha de Chiloane, quando afirmam que em algumas praias e nos centros de pesca não é permitida a presença de mulheres, porque a tradição diz que isso pode “dar azar”. “Pela tradição a mulher é proibida a entrar em qualquer embarcação de pesca porque isso dá azar. É a nossa

⁷³¹ Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017; Silva, José Henriques e, *Pescadores macua*, Câmara Municipal de Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses., Lisboa, 1998. Sebastião José de Carvalho e Mello mais conhecido por Marquês de Pombal e Conde de Oeiras é um título honorífico português de Sebastião José de Melo e Carvalho que foi secretário do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777). Disponível em pt.wikipedia.org., consultado em 20/05/2020.

⁷³² Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 106.

⁷³³ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p.45.

⁷³⁴ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, Centro de Estudos, p. 31.

⁷³⁵ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p.46.

⁷³⁶ Armando Faria, Pescador e dono de 2 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

tradição⁷³⁷». Outro entrevistado defendeu que os barcos de pesca foram concebidos somente para homens, visto não dispor de retretes para compartilhar pessoas de sexos opostos durante longas horas de trabalho. Este facto, não se observa quando se trata de travessias pois levam menos tempo⁷³⁸.

No entanto, pode se afirmar que a participação das mulheres na pesca artesanal, sobretudo na pesca de subsistência na região de Manica e Sofala, está associada a diversos fatores socioeconómicos e culturais dinâmicos que permitiram a sua participação em diversas áreas da pesca, contrariando alguns fatores culturais da região, tais como os mitos e crenças religiosas. Desta forma, para suprirem as necessidades dos seus agregados familiares elas participam em atividades de pesca com o uso de redes caseiras ou pedaços de pano, nas margens dos rios ou na costa, onde fazem a coleta de moluscos e bivalves com uso de diversas armadilhas, fazem a apanha manual de conchas, lagostas, mexilhões, camarão fino, participando no processamento e secagem de peixe, assim como na comercialização dos produtos pesqueiros. No entanto, Pinto que não indica a que censo se refere, afirma que o censo oficial realizado no pós-independência calculava que 3.3% da população pesqueira em Moçambique eram mulheres, em atividades tais como a apanha manual de conchas, lagostas, mexilhões nas praias e comercialização do pescado quando este chegava ao mercado⁷³⁹.

Na ilha de Chiloane, Helena Issufo uma das mulheres entrevistadas disse que entrou na pesca depois de ter visto outras amigas na atividade. Faz a pesca com o uso de redes de arrasto para a terra para suprir as necessidades de alimentação na família. Referiu ter entrado na pesca em 1999, tendo depois comprado uma canoa com a qual continua a pescar com ajuda dos filhos. Malipu Massada, outra das mulheres entrevistadas, diz ter iniciado a atividade em 1992 com o pai quando tinha 13 anos juntamente com outros 2

⁷³⁷ António Henriques, Chefe de povoação de Chingune e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018; Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018.

⁷³⁸ Armando Faria, Pescador e dono de 2 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁷³⁹ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 106. Os censos para o sub-sector da pesca artesanal em Moçambique começaram a ser realizados na década de 1990 abrangendo apenas o nível provincial. Em 1998 foi iniciada uma segunda fase no mesmo nível de abrangência que consistiu na atualização da informação disponível, até então e, entre 2002 e 2003 teve lugar a terceira fase que, a nível da abrangência, cobriu as águas marítimas e interiores. Apenas em 2007 é que teve lugar o primeiro censo da pesca artesanal que abrangeu todas as províncias do país e se seguiu o censo de 2012. Por esta razão, em termos de dados nacionais apenas os censos de 2007 e 2012 é que dispõe de informação sistematizada. «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, p. 8.

irmãos mais velhos e mais 6 trabalhadores. O pai tinha um barco designado de *chata* e mais três canoas. Pescam anchoveta (tipo *capenta* capturada em Cabora Bassa) e camarão fino. Segundo as mesmas entrevistadas, depois da pesca procediam à separação do peixe maior e de boa qualidade para a sua venda em fresco, que rende mais valor. Possuem bancas para a venda do peixe assim como fornecem a outras mulheres intermediárias que vão revender fora da ilha. Realizam também o processamento do pescado usando o processo de fumagem, salga e secagem do restante pescado com menor valor comercial⁷⁴⁰. Em geral, nesta região centro, poucas mulheres têm qualquer relacionamento com instituições financeiras e de crédito e, dentro da divisão de tarefas dentro dos agregados familiares, a mulher não participa em atividades que as obrigam a estar fora ou longe da esfera doméstica.

No concernente à participação da mulher na comercialização do pescado, há muitos casos em que as mulheres são proprietárias de barcos de pesca na região centro⁷⁴¹. No entanto, o controlo do comércio ao longo dos tempos foi uma atividade maioritariamente masculino, facto que tende a mudar nos tempos recentes, sobretudo a partir do início das privatizações nos finais da década de 1980 e do fim da guerra civil em 1992, que marcaram a expansão do comércio informal⁷⁴². Segundo Jamilo Amade, são as mulheres que dominam o mercado retalhista do pescado desde o período colonial tendo-se acentuado mais nos tempos recentes. Na atualidade são as maiores investidoras na área da pesca artesanal na zona centro e sul. Elas firmam contratos verbais com os pescadores que lhes permite o controlo e a compra de todo o pescado, dedicam-se ao abastecimento em toda a cadeia logística dos pescadores, desde o fornecimento de combustíveis, alimentação e gelo para a conservação do pescado, assim como o adiantamento de pagamentos diversos para as famílias dos pescadores. Em troca, estas mulheres revendedeiras de peixe ficam com o compromisso de receberem toda a produção, assim como o privilégio da definição do preço com que vão comprar ao pescador. Por esta razão, na atualidade sobretudo depois da liberalização da economia com a introdução do PRE

⁷⁴⁰ Entrevista coletiva a mulheres pescadoras, Malipu Massada e Helena Issufo, membros do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane, Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 7 de Junho de 2018.

⁷⁴¹ Byier, B., *Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues*, p. 10; Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 105.

⁷⁴² Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 31.

em 1987, elas constituem a maioria do grupo dos revendedores ou intermediários que, na região centro, são designados por “gerais”⁷⁴³.

Porém, estudos sobre a participação da mulher na pesca na área costeira referidos por Silva *et all*, indicam que, apesar de a sua contribuição na economia familiar ser relevante, ainda são muito limitados, tornando-as quase invisíveis⁷⁴⁴. Mas são notados esforços para saírem desta “invisibilidade” com a adoção de iniciativas de associativismo, tal como a que se verifica com as mulheres de Govuro que constituíram duas associações de compradores de peixe, a Associação de Mulheres Comerciantes de Matesse (AMUCOMA) e a Associação de Comerciantes de Mariscos de Govuro (ACOMAGO)⁷⁴⁵.

Durante a pesquisa de campo ficamos a saber que a designação de general, resulta de um paralelismo da hierarquia militar, onde um dos lugares de topo de comando é ocupado pelos generais, que foi transposta para a área civil. Manganhe, refere se a estes intermediários ou compradores com a designação de “*magwevas*”. Nas línguas faladas na zona sul do país (ronga, changana) *magwevas* designa a pessoa que faz compras a “grosso” para revender a “retalho”. São estas senhoras *magwevas* que se dedicam a compra do peixe ao pescador e depois revendem ao consumidor. Segundo este entrevistado, existe uma espécie de contrato verbal, geralmente de curto ou longo prazo, efetuado por cada pescador e as *magwevas*⁷⁴⁶. O compromisso do pescador, era de vender o pescado a preço um pouco baixo e elas processavam e vendiam com uma margem pequena de aumento. Por exemplo,

⁷⁴³ A designação denota um estereotipo marcado pela guerra. Estes, podiam ser de ambos os sexos. Todos os entrevistados desta ilha fizeram esta referência, assim como os entrevistados de Govuro, antigo Bartolomeu Dias. Os nossos entrevistados afirmaram que o preço do pescado é marcado pelo general. É ele que decide a parte que deve pagar ao pescador depois de avaliar os custos de transporte e de compra de gelo para a conservação, assim como a procura do produto. António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018; Entrevista coletiva a mulheres pescadoras, Malipu Massada e Helena Issufo, membros do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane, Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 7 de Junho de 2018.

⁷⁴⁴ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 34. Citam estudos de Wynter, 1992, Loforte, 2003 e Casimiro, 2008.

⁷⁴⁵ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca; ASSOCIAÇÃO de pescadores de Mambone, (Entrevista colectiva a pescadores). Entrevista realizada em Govuro, 31 de Maio, e 2 de Junho de 2018; Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 43.

⁷⁴⁶ Josefa Manganhe, Pescador, dono de embarcações de pesca e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Matola. Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017. *Magwevas*, designação de revendedor em língua rongá ou changana.

...um tipo de peixe comprado o quilo por 8,00Mt, ao pescador eles devem vender a 10,00Mt, ao consumidor. Caso aumente até 15,00Mt já há problema com o pescador que vai exigir uma renegociação. Em geral os preços de revenda são também conhecidos pelo pescador. Assim, quando se descobre esse problema de aumento acima do previsto, apenas mudamos da magweva. O princípio consistia em acordar o preço de compra assim como de revenda logo na altura de estabelecer o contrato verbal. Se for para aumentar o valor então ambos devemos subir. No entanto, nem sempre o pescador consegue controlar o preço que as magwevas vão aplicar⁷⁴⁷.

Esta experiência dos magwevas também se registava na agricultura camponesa. Este sector produtivo tem a sua relevância em termos de paralelismo com o que se passa na pesca artesanal, por serem atividades praticadas em simultâneo ou em separado pelo mesmo sujeito. Esta comparação, ajuda nos também a compreender as diversas formas de subjugação das comunidades rurais pelo sistema capitalista para a exploração económica tal como acontece com a exploração da mão-de-obra. Ambas atividades estão localizadas na periferia do sistema do capital. Neste sector da agricultura camponesa sobretudo a partir do período do Estado Novo em diante, também são encontrados intermediários, ou seja, os comerciantes e os proprietários das moageiras, que eram os únicos que se beneficiavam da evolução dos preços de compra dos produtos ao produtor, o camponês. Em contraste, registava-se um constante aumento dos preços dos bens de consumo necessários ao camponês no mercado. Estes aumentos excediam os custos de transporte e processamento, tornando-se em mais uma forma de exploração do Estado e dos privados⁷⁴⁸.

Em Angola foi registada uma experiência semelhante sobretudo no pós-independência quando é descrita uma rede de intermediários de venda de peixe em Luanda constituída por familiares, esposas, filhos e outros parentes dos pescadores que compram o peixe a preços oficiais e o colocavam em outros circuitos não oficiais de venda de peixe fresco ou envolvidos no processo de salga e seca do peixe para a venda em locais mais distantes, aplicando preços mais elevados⁷⁴⁹.

⁷⁴⁷Josefa Maganhe, Pescador, dono de embarcações de pesca e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Matola. Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017. Metical (MT) moeda oficial de circulação em Moçambique.

⁷⁴⁸ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 130.

⁷⁴⁹ Carvalho, R. D. de, *Ana a Manda. Os filhos da rede identidade coletiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda*, Lisboa, Ministério da Educação. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 102-107; Na Póvoa de Varzim foi reportado pelo jornalista e deputado Graça, uma situação de os pescadores poveiros perderem a sua independência em relação aos que lhes forneciam adiantamentos para, mais tarde, pagarem a dívida com a sua produção, uma experiência semelhante à dos 'generais'. «Escravidão Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911, p. 8.

A complexidade do relacionamento entre o pescador e o comprador do peixe que vem notando-se desde o período colonial e se acentuou no pós-independência, mereceu a atenção por parte dos pescadores da ilha de Chiloane, assim como do chefe do posto administrativo local, que emitiram o seguinte comentário sobre intermediários ou revendedores de peixe,

O sistema atual de venda do pescado é complicado pois é controlado pelos intermediários que são designados de 'gerais'. Existe um compromisso entre os pescadores e os compradores/revendedores. Nos períodos de mau tempo e nas necessidades imediatas do pescador, são estes 'gerais' que adiantam o pagamento e a assistência ao pescador e da sua família. Fornecem material de pesca e outros aprestos de pesca. Em troca enviam congeladores para os acampamentos de pesca, onde recolhem todo o peixe conseguido a um preço por eles determinado, alegando sempre o valor do mercado. Estes é que determinam todo o destino do pescado conseguido pelo pescador artesanal. Este é um novo fenómeno que precisa de ser debatido. O peixe agora é comprado no anzol...ou na rede...está difícil. Há mais compradores do que peixe o que permite a inflação do preço! O comprador tornou-se dono dos pescadores...mesmo aqui na ilha para termos peixe de "caril do dia-a-dia", temos de pedir esmola a estes compradores...⁷⁵⁰.

Capaina, esclarece que o relacionamento entre o pescador e o comerciante pode ter impacto nos padrões de extração do peixe. No caso da pesca artesanal, quando os pescadores estão envolvidos com os comerciantes tende a ver uma preferência específica nos tipos de pescado pretendido assim como nos tipos de artes de pesca que devem ser usadas. “Estas relações, por vezes muito estreitas, com os comerciantes por vezes culminam com empréstimos dos comerciantes aos pescadores, que podem ser considerados significativos, podendo ser em dinheiro, artes de pesca, alimentos e outros bens de primeira necessidade ou mesmo em embarcações conforme o local, mediante reembolsos em pescado”⁷⁵¹. Nesta concorrência pelo pescado, também existem casos de operadores de barcos que vão ao mar apenas com a finalidade de irem comprar o peixe diretamente na água. Como resultado do esforço desencadeado pelo pescador a partir do momento em que contrai a dívida, ele vai aumentar o número de horas de captura de determinadas espécies que, por vezes, não têm valor comercial, o que implica o aumento do esforço de pesca com consequências na sustentabilidade da atividade. Por exemplo, entre 2010 e 2019 a produção pesqueira da pesca artesanal tinha registado um aumento

⁷⁵⁰ Mazau Paulino Pereira, pescador e dono de 4 canoas de pesca. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 de Junho de 2018; António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018; Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

⁷⁵¹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 11.

em cerca de 89% do total das capturas nacionais, como consequência do aumento das unidades de pesca e de outras atividades relacionadas com a pesca artesanal⁷⁵².

Muitas destas atividades geralmente são praticadas em complemento à prática de algumas atividades agrícolas sazonais que servem de garantia de sobrevivência dos agregados familiares. Em termos de divisão de trabalho na pesca artesanal da região Centro e Sul, podemos considerar que a pesca do ‘peixe’, em terra firme ou no mar, com ou sem embarcação, é um espaço masculino sem distinção de idades e a apanha de moluscos e crustáceos assim como o processamento (salgamento/seca) e comercialização é uma atividade de maior participação das mulheres e crianças⁷⁵³. Em termos de métodos de processamento, não temos o registo da década de 1990, mas em 2002 foram indicados 53 centros de pesca que usam a secagem apenas e 86 que usam a secagem e salga. Foram indicados ainda 2 centros que usam a fumagem, 17 que usam gelo e 3 com métodos não especificado e a salga e fumagem sem nenhum centro que usa esse método⁷⁵⁴.

A pesca com o uso da gamboa na nossa zona de estudo, também regista a participação da mulher. Segundo Cássimo Marujo, a entrada das mulheres na pesca com o uso de gamboa é recente por altura da independência. Elas participam na manufatura de alguns tipos de gamboa tais como aquelas fabricadas a partir de palha de ramos de coqueiros assim como de caniço e bambu entrelaçadas, no mesmo princípio para construir um cesto de palha que se usa nas lides domésticas. Também fazem a reparação das gamboas e participam na recolha do pescado após as capturas. O mesmo se passa com as crianças e velhos⁷⁵⁵. No entanto, o professor António Mubango Hoguana tem opinião diferente quando refere que o uso de gamboas para a pesca pelas mulheres, “deve ter sido assim desde tempos idos nas lagoas e rios perto da casa para permitir continuar os seus afazeres domésticos depois de colocar a gamboa”. Acrescenta que o uso da canoa requer uma presença permanente e uma atuação longe de casa, por isso que era mais adequada

⁷⁵² Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 12.

⁷⁵³ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, p. 26.

⁷⁵⁴ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, p. 26.

⁷⁵⁵ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

para os homens⁷⁵⁶. A figura 38 a seguir ilustra a imagem de uma mulher transportando uma gamboa para a pesca.

Figura nº 38- Foto mostrando uma Mulher transportando gamboa em Inhambane



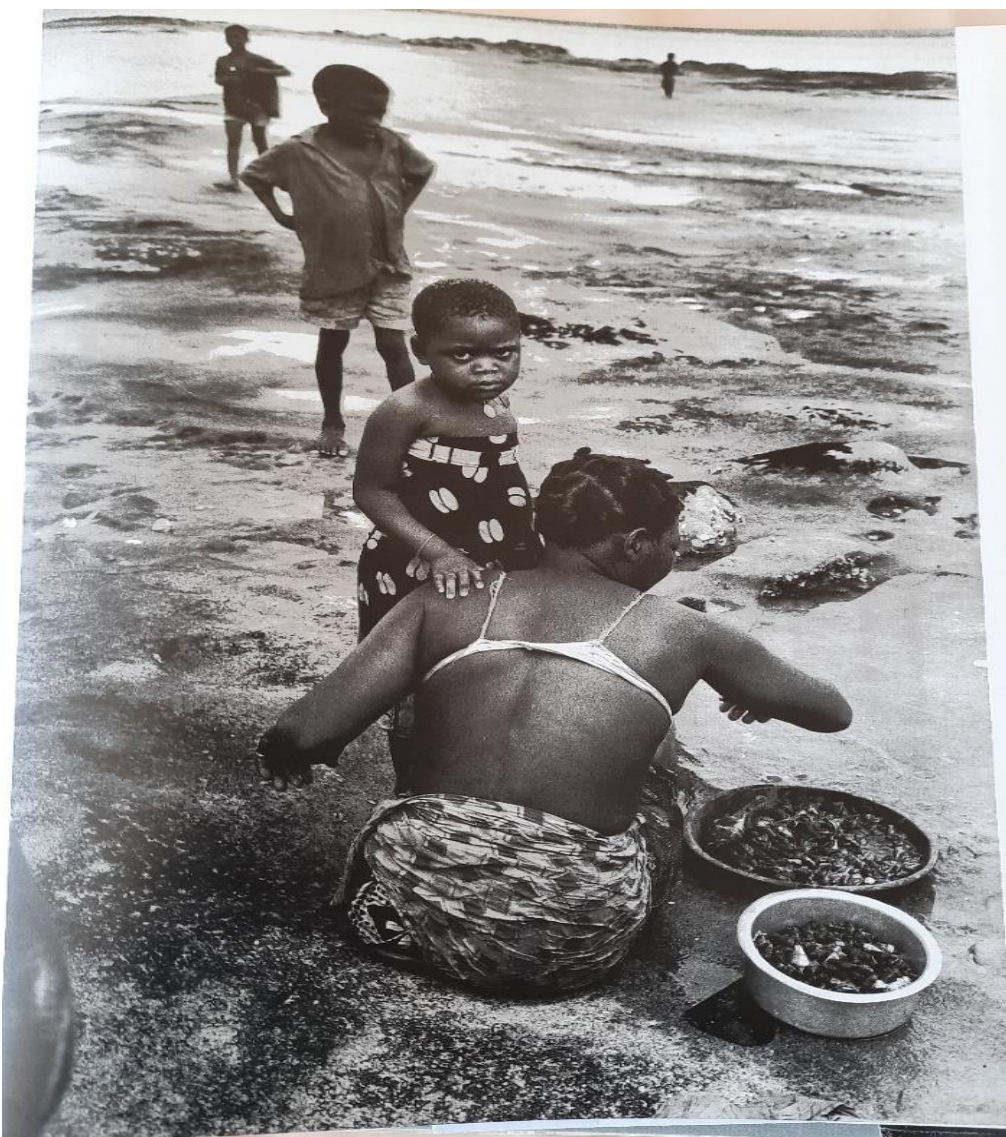
Fonte: Museu das Pescas- Moçambique

As crianças na zona de estudo e neste período, também participam na pesca artesanal em diversas etapas e atividades. São os casos daquelas que acompanham as mães, os pais e avós no local de pesca, no processamento ou no mercado. Em alguns casos são os próprios pais que, tendo problemas financeiros, entregam os filhos aos pescadores para poderem ganhar algum rendimento para ajudar nas despesas, assim como o caso de órfãos que procuram formas de sobreviver. Muitas destas crianças crescem neste ambiente e tornam-se pescadores. “Por isso há gerações inteiras de pessoas que estão

⁷⁵⁶ António Mubambo Hogueane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

nesta atividade sem terem passado por nenhuma forma de escolarização”⁷⁵⁷. A seguir inserimos uma fotografia na figura nº 39, que ilustra a participação da mulher e crianças na recolção e apanha de moluscos e bivalves, tirada na zona de Nacala, na província de Nampula.

Figura nº 39- Foto mostrando mulheres e crianças apanhando conchas, mexilhões, amêijoas



Fonte: Silva, José Henriques e, Pescadores macua, Câmara Municipal de Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses., Lisboa, 1998.

⁷⁵⁷ Jamilo Amade, Funcionário das pescas desde 1988 e chefe de produção de CP de Vilanculos. Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018.

Os problemas enfrentados pelas mulheres na atividade de pesca artesanal na região centro, são os mesmos que dos homens, alguns dos quais são a captura insuficiente, equipamentos de pesca inadequados, falta de instalações de armazenamento e processamento, falta de crédito para aprimorar suas atividades econômicas, especialmente para as mulheres chefes de família. No entanto, é de notar que, “A participação das mulheres no planeamento comunitário e na tomada de decisões é limitada e, portanto, suas necessidades geralmente não são atendidas”⁷⁵⁸.

Figura nº 40- Foto mostrando pesca com uso em tecido na região de Nacala na província de Nampula



Fonte: Silva, José Henriques e, Pescadores macua, Câmara Municipal de Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses., Lisboa, 1998.

⁷⁵⁸ Byier, B., *Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues*, p. 10.

Nesta fotografia da figura nº 40, podemos observar a forma conjunta de uso do pano como arte de pesca pelas mulheres da baía de Nacala em Nampula, processo similar usado em outras áreas geográficas do país.

3.8- Considerações finais

Neste capítulo abordamos o tema sobre a ilha de Chiloane, localizada na região centro de Moçambique, nosso local de estudo, como espaço de interação entre o poder político e administrativo e a atividade do pescador artesanal. Um aspeto particular que caracteriza a costa da região centro e a ilha de Chiloane, tal como mencionamos acima, é a erosão que ameaça, a longo prazo, o seu desaparecimento. Esta influência de fatores naturais também se reflete nas mudanças climáticas globais que afetam a região do Oceano Índico, influenciando as variações climáticas em termos de escassez e abundância de chuvas. É neste contexto que a precipitação pluvial na África Austral é fortemente condicionada pelo fenómeno ENOS assim como pelo Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e recebe maiores quantidades de sua precipitação anual nos meses de Novembro até Abril, à medida que a Zona de Convergência Intertropical se desloca para o Sul. Quanto mais a Sul esta se deslocar, maior é a probabilidade de ocorrência da precipitação que termina no Paralelo 22°, abrangendo a zona do nosso estudo. Esta situação, favorece a prática de quase todas as atividades económicas principais desde a abundância da fauna, flora, e melhoria da agricultura, da pesca, entre outros. De referir que todos os pescadores entrevistados falaram sobre a relação da pesca e da chuva, realçando a interdependência destes fatores.

A compreensão dos modos de variabilidade climática pode permitir a definição de melhores políticas de prevenção de catástrofes naturais tais como secas prolongadas e/ou cheias, e desenhar políticas de desenvolvimento adaptadas a estas situações.

A forma como são explorados os recursos naturais tem influência direta na abundância e/ou escassez dos recursos pesqueiros. Neste contexto, podemos citar a destruição causada aos ecossistemas quando se praticam atividades que resultam na degradação da floresta do mangal, erosão costeira, poluição dos rios e estuários por esgotos domésticos e resíduos industriais, degradação dos corais, utilização de artes de pesca nocivas, entre outros. A pobreza, também contribui para a escassez dos recursos naturais quando as comunidades pesqueiras são pressionadas pelas necessidades de

sobrevivência a atuarem de forma predatória sobre os recursos e o meio ambiente, nomeadamente o uso de artes de pesca nocivas. Há medida que as pessoas vão empobrecendo acumulam-se e aumentam as artes nocivas. Sobre esta questão, Silva *et all*, afirma que as narrativas dos pescadores que entrevistaram em Cado Delgado mostravam que, “os mais pobres, sobretudo as mulheres chefes de família, usavam artes de pesca consideradas ilegais, como por exemplo a rede mosquiteira para a apanha diária de pequenos peixes (...) conscientes do que faziam, mas que não tinham alternativa para matar a sua fome”⁷⁵⁹. Por isso, estes autores, consideram ser mais difícil “envolver as pessoas mais pobres na preservação da natureza, se não se lhes oferecer outra alternativa para a sua sobrevivência”⁷⁶⁰. No entanto, tal como foi referido acima, era preciso acautelar que o peixe barato era aquele que provinha do pescador artesanal, pois tendia a vender rapidamente o seu produto para não correr o risco de apodrecer reduzindo por consequência, as suas margens de lucro.

As diferentes políticas produzidas pelas diferentes entidades político-administrativas tiveram incidência na produção de regulamentos para controlar a atividade de produção pesqueira. Estes regulamentos tiveram diversos e diferentes impactos na vida das comunidades de pescadores ao longo dos três períodos administrativos abrangidos por este estudo. As principais diferenças ao longo do tempo, pode ter sido a intensidade e a abrangência com que os pescadores foram afetados. As pescarias são sistemas socio ecológicos dinâmicos caracterizados por mudanças e variabilidade tal como referimos acima.

A gamboa tornou-se no principal instrumento de pesca regulamentado sendo que alguns dos regulamentos continuaram em vigor até no período do Estado Novo. A base destes regulamentos era de que para o exercício da pesca passava a ser exigida a obtenção de uma concessão ou licença e a determinação de um valor monetário a pagar. Este facto, marcava um ponto de viragem no *modus vivend* das comunidades de pescadores locais. No período anterior, pescavam sem necessidade de nenhuma autorização formal escrita, podendo nas circunstâncias locais, “oferecer” um tributo aos chefes pela entrega de parte da sua produção, neste caso produtos da pesca.

Com base nestes instrumentos legais a administração, através das capitánias dos portos, passou a exigir algumas condições prévias tais como a demarcação e a

⁷⁵⁹ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 210-211.

⁷⁶⁰ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 210-211.

arrematação, para o estabelecimento e exploração de uma gamboa, medidas essas que se tornaram discriminatórias para a população nativa. Algumas gamboas pertenciam às próprias autoridades administrativas e outras a privados. A sua posse também serviu como elemento de diferenciação social e racial, quando se incluiu na regulamentação elementos que distinguiam entre as gamboas europeias e as indígenas, assim como a delimitação de áreas específicas para onde deviam ser colocadas apenas gamboas europeias. O decréscimo no uso de gamboas vai registrar-se a partir de três circunstâncias: possível esgotamento dos recursos; aumento de utilizadores e aparecimento de novas artes melhoradas.

A participação da mulher na pesca é relevante considerando que elas representavam 52 por cento de força de trabalho ativa, apesar de cerca de 90 por cento estarem na agricultura. A guerra e as migrações provocaram que cerca de 22 a 29 por cento das famílias sejam chefiadas por mulheres. A dupla responsabilidade de manutenção do lar e geração de rendimentos torna-as vulneráveis à pobreza.

O papel da mulher na pesca artesanal varia de acordo com a situação de cada lugar tendo como base a divisão sexual do trabalho, os mitos, crenças e hábitos seculares que se refletem na dinâmica interna da sociedade em um processo ditado pela passagem de uma economia de subsistência para uma economia do mercado. No entanto, deve se realçar que a pesca, apesar de ser considerada uma atividade masculina, apenas envolve as mulheres em algumas áreas tais como a recolção e a pesca com o uso de redes finas na costa e nos rios. Em alguns casos são proprietárias de barcos ou donas de redes de pesca. Porém, estas tarefas não as inibem de desempenhar um papel importante na manutenção da economia familiar.

Na região de Manica e Sofala, a sua participação permite que consigam suprir as necessidades dos seus agregados familiares, pescando com o uso de redes caseiras ou pedaços de pano, nas margens dos rios ou na costa, onde fazem a coleta de moluscos e bivalves com uso de diversas armadilhas, fazem a apanha manual de conchas, lagostas, mexilhões, camarão fino, participando no processamento e secagem de peixe, assim como na comercialização dos produtos pesqueiros.

CAPÍTULO IV- AS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS FACE ÀS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO PESQUEIRA: CONTINUIDADES E FUTURAS

4.1- Introdução

Iniciamos o capítulo com a secção sobre a “soberania portuguesa e a nacionalização do território concessionado à Companhia de Moçambique” a partir de 1942, quando Portugal assumiu a soberania do território, reassumindo as suas responsabilidades. Segundo o contrato, herdava também as infraestruturas e a organização administrativa. A estratégia da política económica de Portugal para se relacionar com as suas colónias pode ser traçada a partir da década de 1930, quando emergiu o período ditatorial que teve início em 1926 e derivou no Estado Novo a partir de 1933 e se estendeu até 1974. Este novo regime dirigido pelo Salazar adotou o “nacionalismo económico”, que tinha como base a exploração económica das colónias em benefício do comércio e indústria portuguesa. No plano internacional, depois da II Guerra Mundial muitos países europeus empreenderam esforços em promover ações para a reconstrução das suas economias, ao mesmo tempo que procuravam o acesso a mercados e tentavam se defender contra a competição da economia americana. Desta maneira, a crise cambial do pós-guerra na Europa neste período, requereu a redefinição de medidas protecionistas em volta das economias coloniais.

A coerção ao trabalho como fundamento da política colonial de exploração das colónias, registou algumas semelhanças e diferenças ao longo do tempo, influenciado principalmente, pela maior ou menor pressão da conjuntura internacional sobre esta matéria. A conjuntura da burguesia colonial portuguesa instalada em Moçambique, estava relacionada com as necessidades de angariação de mão-de-obra, devido à falta de capacidade para competir com os relativamente melhores salários e condições de trabalho oferecidos no estrangeiro, sobretudo na zona centro, Rodésia (Zimbabwe) e na zona sul, no sector mineiro da África do Sul.

A secção sobre a política portuguesa para as pescas até ao início dos Planos de Fomento, traz o debate das décadas de 1920 e 1930 quando alguns Estados da Europa, foram caracterizados por regimes fascistas e ditatoriais que tentaram criar mitos e usaram a história para conferir legitimidade à sua ideologia e ao seu sistema político, ao mesmo tempo que adotavam políticas de autarcia económica. Assim, para entendermos a política

portuguesa para as pescas até ao início dos Planos de Fomento, iremos antes abordar sobre o enquadramento jurídico da economia portuguesa entre 1926 e 1974, que visou a subordinação das colónias à Metrópole, ao mesmo tempo que procurou promover uma assimilação uniformizadora, dentro de um Estado português pluricontinental, “indivisível, unitário e permanente”. O primeiro papel das colónias portuguesas em África, seria de procurar angariar moeda estrangeira que seria depois enviada para Portugal, através de um equilíbrio favorável entre a metrópole e as colónias. O segundo papel, defendia que as colónias deviam fornecer as matérias-primas e os géneros alimentícios à metrópole.

A política do Estado Novo durante o período da implementação do plano intercalar (1965-1967), consistiu na modernização da pesca e na melhoria da gestão da mão-de-obra nativa. Este foi o momento em que as autoridades portuguesas desencadearam ações específicas de investimento no sector das pescas com o objetivo de tirar maior proveito económico e social através da exploração deste sector. Para este efeito, foram atribuídas dotações financeiras que procuraram melhorar as ações inerentes ao planeamento económico e a investigação científica para a modernização do sector pesqueiro.

Desenvolvimento da pesca artesanal no período de 1942 e 1974. Nesta secção, abordamos questões relacionadas com as atividades da pesca artesanal onde o produtor, pescador, tal como no período anterior assim como posterior, não controla os circuitos da cadeia de valor da sua produção devido a deficiente capacidade financeira para investir nas diversas etapas de produção, conservação e comercialização dos seus produtos. Por esta razão, todo o processo terminava com a sua dependência em relação ao intermediário que domina esses circuitos, situação que nos leva a fazer um paralelismo com o sector da produção agrícola camponesa que passava por situação semelhante.

O problema do “deficit” do pescado produzido em Moçambique e o papel de consumidor de excedentes da metrópole. Nesta secção discutimos o problema das necessidades em abastecimento de peixe em Moçambique e nos territórios de Manica e Sofala, terem sido superiores à capacidade de capturas e, por isso, houve a necessidade de recorrer à importação. Estas situações iriam continuar, apesar dos esforços iniciados com a modernização do sector apoiada pela pesquisa e investigação científica. Uma das possíveis razões do défice, era devido à predominância da pesca artesanal realizada pelos nativos. Porém, as tentativas para a modernização da pesca artesanal tiveram como

enfoque o envio de pescadores da metrópole para as colónias e o pedido de exclusividade pelas principais iniciativas empresariais privadas.

Estes assuntos anunciados serão desenvolvidos nas respectivas secções.

4.2- Soberania portuguesa e a nacionalização do território concessionado à Companhia de Moçambique: principais atividades económicas desenvolvidas

Findo o regime das concessões de terras delegadas às companhias privadas discutidas acima, a partir de 1942 o governo português estendeu a sua administração que passou a incluir os territórios de Manica e Sofala. Desta forma, reassumia as suas responsabilidades e, segundo o contrato herdava também as infraestruturas e a organização administrativa⁷⁶¹.

Segundo Newitt, com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, o governo do Estado Novo procurou retirar o carácter fascista do regime e adotar algumas formas exteriores de democracia liberal, para ser admitido como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que aconteceu em 1949. Algumas das principais medidas tomadas nestas mudanças foram: primeiro, na década de 1950 foi introduzido o direito civil português nas colónias e, em 1951 foi realizada uma revisão da Constituição portuguesa onde o Ato Colonial foi integrado nesta revisão e as expressões "colónia" e "império colonial" foram substituídas por "províncias ultramarinas" e "ultramar"; Segundo, em 1953 foi publicada a Lei Orgânica do Império Colonial Português, que definia o regime de governo e administração das províncias ultramarinas, assim como as bases gerais dos regimes políticos e administrativos; terceiro, em 1954 foi atualizado o Estatuto do Indígena que durou até 1961, altura em que (no papel) todos os habitantes de Moçambique passaram a ter plenos direitos de cidadania portuguesa; quarto, a nível de funcionamento administrativo, foi criado o Conselho de Coordenação Económica em 1959 e o Governador-geral passou a exercer o seu poder através do Conselho do Governo e, a nível local foram estabelecidos os Conselhos Municipais⁷⁶². Na última década do exercício do poder colonial foram também realizadas algumas reformas que, no essencial, não conseguiram mudar as formas de organização política e sindical, apesar de em 1972 o “Estado de Moçambique”, nome por que passou a ser designado, ter uma Assembleia

⁷⁶¹ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 34.

⁷⁶² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 410.

Legislativa onde tinha membros não brancos (negros, mestiços, indianos e chineses) para além dos privilegiados brancos⁷⁶³.

A integração de Portugal na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), fundada em 16 de Abril de 1948, esteve ligada ao esforço de mudança de imagem de Portugal no contexto internacional. A fundação desta organização, foi em resultado do auxílio dos Estados Unidos da América para a Europa através do ‘Plano Marshall’ através do qual, Portugal obteve dinheiro com o qual criou o fundo de colonização. Ainda neste âmbito internacional, uma das orientações da Sociedade das Nações já era no sentido de que era responsabilidade das potências coloniais desenvolver os territórios e civilizar os povos colonizados: "*la mise en valeur rationelle*" (a valorização racional). Segundo Castelo, Portugal passou a deixar,

...o velho argumento em torno do ‘fardo do homem branco’, da ‘missão civilizadora’ e da educação e elevação dos indígenas pelo trabalho, que encobria, na prática, uma exploração económica predatória dos recursos e das populações coloniais, em benefício dos interesses metropolitanos, cede lugar ao ideal do desenvolvimento económico dos territórios e populações africanas, sustentado num reforço dos investimentos públicos e privados⁷⁶⁴.

Estas são algumas das ações praticada pelo Estado Novo, com enfoque em pacotes administrativos para “lavar a imagem” no contexto internacional. Para este efeito, adotou também “uma versão simplificada do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre”⁷⁶⁵.

A estratégica da política económica de Portugal para se relacionar com as suas colónias pode ser traçada a partir da década de 1930, quando emergiu o período ditatorial do Estado Novo a partir de 1933 e se estendeu até 1974. Este novo regime dirigido pelo Estado Novo adotou o “nacionalismo económico” que tinha como base a exploração económica das colónias em benefício do comércio e indústria portuguesa, tal como referimos acima⁷⁶⁶.

No esforço de reconstrução das economias europeias também registou-se a crise cambial do pós-guerra na Europa, que requereu a redefinição de medidas protecionistas em volta das economias coloniais⁷⁶⁷.

⁷⁶³ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 30.

⁷⁶⁴ Castelo, C., «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», p. 394-397.

⁷⁶⁵ Castelo, C., «“Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio», p. 521.

⁷⁶⁶ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p. 111.

⁷⁶⁷ Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p. 9.

Segundo Hedges, o final da década de 1940 e o início da década de 1950 foi um período chave no estabelecimento dos meios políticos para concretizar o nacionalismo económico, através da promoção de uma maior ligação económica entre Portugal e as suas colónias. Ao mesmo tempo, abria uma ligação com as potências estrangeiras na África Austral, principalmente a Grã-Bretanha, assim como aderiu a fóruns internacionais, tais como a *European Free Trade Association* -EFTA, e ao Mercado Comum.⁷⁶⁸ Em prosseguimento a estas novas políticas económicas, em 1961 foi criada pelo Estado Novo a Zona Monetária do Escudo (ZME) dentro do âmbito da criação do “espaço português”, que transformava as colónias em províncias ultramarinas, proclamadas na Assembleia Nacional Portuguesa em 1951. Esta era uma resposta, por um lado, à pressão internacional que levou ao isolamento de Portugal por não aceitar o movimento de descolonização que estava em curso em África e, por outro, ao surgimento dos movimentos independentistas⁷⁶⁹.

Com a institucionalização da Zona Monetária do Escudo oficializava-se a dependência das colónias perante a metrópole, ao mesmo tempo que se fazia a abertura ao capital estrangeiro, através da abertura ao investimento estrangeiro e a consequente criação de muitos bancos privados que foram estimulados pelo Decreto-Lei nº 46312 de 28 de Abril de 1965, que criou o sistema financeiro de Moçambique. Esta estratégia, serviu também para assegurar alianças de defesa da sua política colonial com os países capitalista europeus⁷⁷⁰.

Segundo Rodney, o sistema de funcionamento dos bancos no início da implantação da economia-mundo capitalista com o centro na Europa, trouxe muitos ganhos a estas instituições financeiras porque não havia regulamentação e nem bancos centrais que inibissem, por exemplo, a retirada de capitais nas colónias e, alguns bancos privados chegavam a emitir o numerário em circulação nessas colónias. Outra prática perniciosa era de as tesourarias das potências coloniais manipularem as reservas monetárias das colónias, para favorecer os seus interesses ao mesmo tempo que serviam

⁷⁶⁸ Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p. 10; Wuyts, «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique : Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 12.

⁷⁶⁹ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 12.

⁷⁷⁰ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 1-2; Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 413.

como instrumentos de discriminação ao concederem créditos aos europeus e recusar aos africanos⁷⁷¹.

A partir da década de 1930 o Banco Nacional Ultramarino (BNU) começou a expandir geograficamente os seus serviços bancários de acordo com a nova política nacionalista para o desenvolvimento da agro-indústria nas colónias, assim como a produção de cimentos, exploração de minas, produção de sal, importação de vinhos, exploração da área de seguros, e o turismo⁷⁷². Antes de 1965 somente operava em Moçambique um banco emissor, o Banco Nacional Ultramarino (BNU) e duas dependências de bancos estrangeiros privados, nomeadamente o Barclays e o Standard, como bancos comerciais⁷⁷³. No entanto, com a promulgação do Decreto-Lei nº 45296 de 8 de Outubro de 1963, que reorganizou a atividade bancária em Moçambique, regulando a fundação e operações de bancos nas colónias, associado ao Decreto-Lei nº 46312 de 28 de Abril de 1965, que se debruçava sobre a abertura ao capital estrangeiro, registou-se a implantação de diversos bancos privados, nomeadamente o Banco de Crédito Comercial e Industrial-1965; Banco Pinto & Sotto Maior-1966; Banco Standard Totta de Moçambique-1966; Banco Comercial de Angola-1971; Caixa Económica de Montepio de Moçambique-1968; Casa Bancaria na Beira-1971; Instituto de Crédito de Moçambique-1970 e Caixa de Crédito Agrícola-criada em 1937 e reestruturada em 1966-67⁷⁷⁴.

Esta prática de abertura à criação de diversos bancos privados foi também observada por outras potências coloniais. Por exemplo, em 1931 foi instituído o *Credit Agricole* na África Ocidental e na África Equatorial francesa e nos Camarões, com a finalidade de ajudar os produtores agrícolas e garantir a produção a curto e médio prazo⁷⁷⁵.

A existência destes bancos permitiu, por exemplo, o financiamento de algumas iniciativas associadas ao Estado português tal como os Planos de Fomento. Os planos de fomento foram financiados por institutos de créditos estatais e pela filial do Banco do Fomento de Portugal que, este último, em 1971/73 disponibilizou 300 milhões de escudos

⁷⁷¹ Rodney, W., «A economia colonial», p.394.

⁷⁷² Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p. 12-14.

⁷⁷³ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p.8-9.

⁷⁷⁴ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p. 111-112.

⁷⁷⁵ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 414.

para a reabilitação e construção de estradas nas colónias que conseguiram melhorar o desenvolvimento da indústria. Este desenvolvimento da indústria permitiu o crescimento da produção para o mercado interno que cresceu a um ritmo entre 9.5% ao ano, entre 1964-1972⁷⁷⁶. Porém, deve notar-se que os investimentos de capitais estrangeiros na agricultura e na indústria nas colónias africanas foram modesto, com exceção das colónias da Argélia e da África do Sul que tinham também os capitais dos colonos brancos aí residentes e elevados investimentos na área da mineração pelas companhias multinacionais⁷⁷⁷.

De acordo com Hedges, na década de 1970 o governo português começou finalmente a descompactar as medidas de 1961, retirando-as totalmente em Novembro de 1971, com o retorno da autonomia de Moçambique no comércio externo e ganhando o estatuto de Estado e devolvendo os poderes ao Governador-geral. Neste contexto, as transferências de capitais passaram também a estar dependentes da disponibilidade prévia de participações em bolsas estrangeiras⁷⁷⁸.

Voltando à questão do desenvolvimento da agro-indústria como um dos aspetos da política da nacionalização do território pelo governo português, podemos referir que houve uma aposta na produção e exportação de alguns produtos, entre os quais os principais eram o gergelim, cana-de-açúcar, chá, algodão, sisal, noz-de-cola, amendoim copra, caju entre outros, inseridos numa primeira fase, na política de produção de culturas obrigatórias pelos camponeses africanos⁷⁷⁹. A imposição de produção de culturas obrigatórias viradas para a exportação teve a sua origem nos territórios coloniais do Congo administrados pela Bélgica no final do século XIX, que foram retomados por diversas potências coloniais para suprir a crise resultante dos efeitos da primeira Guerra Mundial⁷⁸⁰.

O desenvolvimento deste também denominado de comércio legítimo, possibilitou a entrada de uma nova camada de agricultores camponeses na economia-mundo que lhes

⁷⁷⁶ Gaspar, N., ., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p. 111-112.

⁷⁷⁷ Rodney, W., «A economia colonial», p.382.

⁷⁷⁸ Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p.10 ; Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 24.

⁷⁷⁹ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 14.

⁷⁸⁰ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 413.

proporcionou a arrecadação de alguma renda. Alguns destes agricultores camponeses africanos conseguiram acumular o suficiente para constituir uma nova classe de ricos, tanto nas zonas rurais assim como nas urbanas⁷⁸¹. Nesta sequência, por volta de 1920 o desenvolvimento das culturas comerciais permitiu o aparecimento de muitos proprietários de terras africanos, praticando a agricultura e empregando muitos trabalhadores locais. Este novo estrato de agricultores baseados nas culturas comerciais, associado a alguns negociantes africanos e pessoas que tinham se beneficiado de alguma educação formal nas instituições coloniais, passaram a constituir o embrião da nova pequena burguesia africana, muitos dos quais tornaram-se em assimilados⁷⁸².

Ainda na área da produção agrícola, em Moçambique por volta de 1945 foi introduzida a categoria do “novo agricultor”. Este agricultor, tinha a tarefa de produzir culturas de rendimento para a exportação, tais como o algodão, açúcar, borracha, entre outros. Esta categoria, era considerada como uma forma de obrigar os indígenas para a prática de um determinado tipo de cultura e a manter uma residência fixa. Os preços dos produtos eram definidos pelas autoridades coloniais, os compradores, tal como os “gerais” nas pescas⁷⁸³.

O mesmo sucedia com a produção das chamadas culturas de rendimento obrigatórias para a exportação. Estas culturas eram produzidas por pessoas enquadradas em algumas categorias criadas pelo sistema colonial, tais como “colónias agrícolas” e do “pequeno agricultor negro”. As colónias agrícolas visavam a realização de uma produção em larga escala de culturas de rendimentos sob orientação direta do Estado e, a categoria do pequeno agricultor negro foi criada no âmbito do estatuto de novo agricultor. Estavam divididos em dois tipos: primeiro, a agricultura entregue a um indígena com um terreno que variava entre 0,5 e 1 hectare. O segundo tipo, era baseado no cultivo de uma área de 20 hectares por sentenciados, indivíduos condenados a trabalho correcional, assim como indígenas em dívida de prestação de trabalho ao Estado. Em ambos os casos as culturas a produzir eram indicadas pelo Estado e destinadas a exportação tais como o cacau, algodão, açúcar, borracha, entre outras⁷⁸⁴. O preço dos produtos destes dois grupos era

⁷⁸¹ Boahen, A. Adu, «Tendências e processos novos na África do século XIX», p. 73.

⁷⁸² Rodney, W., «A economia colonial», p. 399.

⁷⁸³ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 137.

⁷⁸⁴ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 137.

também determinado pelas autoridades coloniais⁷⁸⁵. Desta forma, podemos notar que as principais fontes para a alimentação e aquisição de algum valor económico pelas famílias africanas, a agricultura e a pesca, estavam sob controlo de outras pessoas (intermediários) ou entidades do Estado e não eles, os produtores.

Estes dois grupos filiados no “estatuto do agricultor indígena” e os agricultores negros dos colonatos, na sua maioria assimilados, beneficiaram de alguns créditos para aquisição de meios de produção, assistência técnica e comercialização na sua maioria disponibilizados pela Caixa de Crédito Agrícola fundada em 1937 e reestruturada em 1966-67⁷⁸⁶. Constituíam um grupo pequeno de negros que passaram a estar em uma condição social e económica na zona intermédia entre o branco, com plenos direitos, e os indígenas sem nenhum direito. Contudo, eles também não gozavam de direitos políticos e enfrentavam a hostilidade dos colonos que temiam a sua concorrência. Por isso, foi-lhes vedado o acesso a atividades comerciais e a alguns postos de trabalho, que tradicionalmente permanecerem a ser ocupados pelos brancos⁷⁸⁷.

Associado ainda à área agrícola, foi desenvolvida outra forma de exploração dos nativos através das chamadas “culturas obrigatórias”. As culturas obrigatórias estavam regulamentadas pelo Decreto nº 11.994 de 28 de Julho de 1926 e organizada pela Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, Decreto nº 27.702 de 15 de Maio de 1937, assim como pela Junta de Exportação do Algodão Colonial, Decreto nº 28.697 de 25 de Maio de 1938. Mais tarde, em 1946 e 1955 foi reformulada a redação do texto do Decreto de 1926, pelos Decretos nº 35.844 de 31 de Agosto de 1946 e Decretos nº 40.405 de 24 de Novembro de 1955, mas mantendo os princípios fundamentais, baseados na obrigatoriedade da produção da cultura do algodão pelos camponeses africanos⁷⁸⁸.

Para estimular a produção do algodão foi criada a Sociedade Colonial Luso-Luxemburguesa que tinha os direitos de angariar camponeses para a produção do algodão em grandes áreas em Nampula e para Norte da Zambézia. Desta forma, foram mobilizados por volta de 1940 cerca de 600.000 produtores de algodão com as suas

⁷⁸⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 405.

⁷⁸⁶ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p. 111-112.

⁷⁸⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 27-28.

⁷⁸⁸ Maloa, Tomé Miranda, *História da economia socialista moçambicana*, Mestrado em História Económica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 23. A lei de algodão vigorou entre 1926 a 1961.

famílias, através desta associação entre as autoridades coloniais e o sector privado, assim como com a participação dos líderes tradicionais no recrutamento⁷⁸⁹. O governo colonial português estabeleceu também um prémio para os exportadores de algodão para Lisboa que deviam ser pagos 8 escudos por quilograma (kg) de algodão de 1ª qualidade, em vez dos 5 escudos pagos no mercado internacional da altura. Este tipo de produção do algodão já tinha sido experimentado nos territórios da Companhia de Moçambique entre 1900 e 1904⁷⁹⁰. Este processo visava fomentar a cultura do algodão para reduzir a saída de divisas que Portugal tinha com a sua importação para alimentar a indústria têxtil, sobretudo na metrópole.

Com estes estímulos a produção de algodão foi crescendo gradualmente no interior da Zambézia, Nampula e Cabo Delgado e a exportações de algodão de Moçambique subiram de 1.085 em 1932 para 8.225 toneladas em 1937⁷⁹¹. A média de produção do algodão-carço, saiu de 4.000 toneladas entre 1931-1935 para 19.000 toneladas entre 1936-1940 e, a partir de 1941, atingiu valores superiores a 50.000 toneladas, quantidades que sempre aumentaram até atingir 139.000 toneladas em 1960⁷⁹². Esta tendência crescente na produção do algodão, mostra o elevado nível de controlo e das várias formas adotadas pelas autoridades coloniais para compelir os nativos nesta atividade. O sistema da imposição de cultura obrigatória de algodão apenas foi abolido em 1961, pelo Decreto 43.639 de 2 de Maio desse ano⁷⁹³.

O pagamento de impostos durante o período do Estado Novo, à semelhança daquilo que vimos no período da Companhia de Moçambique, foi um dos mecanismos que serviu para a angariação de lucros para a administração. A regularização dos impostos esteve associado ao período da crise de mão-de-obra para as plantações de chá, copra, sisal e açúcar, sobretudo na Zambézia. Com efeito, para resolver este problema que levava ao relato de muitas queixas por parte dos proprietários das plantações, o Governador-geral José Tristão de Bettencourt, emitiu uma circular 818/D7 de 7 de Outubro de 1942 com a qual, “informava que não era suficiente a população rural pagar o imposto e a

⁷⁸⁹ Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974». p. 13; Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 158.

⁷⁹⁰ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 158; Hedges, «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p. 13.

⁷⁹¹ Hedges, D., «Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974», p. 12.

⁷⁹² Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 158.

⁷⁹³ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 165.

contribuição braçal nas obras públicas (teoricamente apenas 5 dias por ano para aqueles que pagassem o imposto). Determinou que, a partir de então cada homem devia provar ao administrador ou chefe de posto que ganhava dinheiro através de um emprego ou através da venda de produtos agrícolas”⁷⁹⁴.

Estas medidas foram acompanhadas pela obrigatoriedade do registo destas informações pelas autoridades, em uma caderneta de identificação dos trabalhadores, que variava de acordo com o estatuto social de cada africano, entre aquele que devia ter “a Cédula de Serviço; o Livrete de Serviço; e a Cédula Pessoal”⁷⁹⁵. A partir de 1944 nas grandes cidades seguiu-se a prática observada na África do Sul de controlar os africanos através do seu registo nas administrações para a obtenção de um livrete para poderem trabalhar. Era um método para controlar o afluxo às zonas urbanas e de exercer um controlo social sobre os africanos, o mesmo verificado nas terras da Companhia⁷⁹⁶

Através da junção das medidas constantes da circular 818/D7 e as novas medidas estabelecidas no novo regulamento de identificação, estabeleceu-se que o imposto de palhota devia ser substituído pelo imposto de capitação. Esta medida significou que, “todos os negros, incluindo as mulheres, tinham de ser coletados os seus impostos segundo critérios uniformes em toda a colónia. As mulheres pagavam, em geral, o chamado ‘imposto reduzido’. Este novo imposto também se aplicava aos homens inválidos”⁷⁹⁷. Os resultados destas novas medidas baseadas na reformulação dos impostos, não só incentivou os camponeses a trabalharem outras culturas obrigatórias e nas plantações, mas também permitiu que em 1943 por exemplo, o imposto registasse na Zambézia, um aumento de 2 mil contos em relação ao ano anterior⁷⁹⁸.

No início da década de 1950 foram registadas algumas mudanças na política indígena em simultâneo com o direito civil da colónia. Estas mudanças procuravam adaptar as leis e normas emanadas a partir de Lisboa, que deviam ser adequadas à realidade local. Esta realidade era caracterizada por uma maior aderência ao recrutamento

⁷⁹⁴ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 95-96.

⁷⁹⁵ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 126.

⁷⁹⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 409.

⁷⁹⁷ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 97.

⁷⁹⁸ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 97.

para trabalhar na África do Sul, devido às melhores condições dos contratos e dos salários em relação ao que se podia oferecer em Moçambique. Este problema, transcendeu no tempo o período colonial até ao pós-independência⁷⁹⁹. A este respeito, o Governador do Distrito de Moçambique, Eugénio Ferreira Almeida questionava: “E agora cabe perguntar: Os salários pagos no distrito de Moçambique permitem que o indígena satisfaça as suas necessidades? A quantia ganha em seis meses satisfaz as suas ambições materiais mínimas? Não”⁸⁰⁰. Com esta constatação ele lançava o alerta sobre as razões que estimulavam a emigração para o estrangeiro.

4.3- A coerção ao trabalho como fundamento da política colonial de exploração das colónias: Situação na Companhia de Moçambique e nos territórios sob administração direta portuguesa

A gestão da mão-de-obra nativa pelo Estado Novo é um dos temas dominantes na transição da administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique, para a administração portuguesa. Este assunto, vai registar algumas semelhanças e diferenças ao longo do tempo, influenciado principalmente, pela maior ou menor pressão da conjuntura internacional sobre esta matéria. O contexto da burguesia colonial portuguesa instalada em Moçambique, estava relacionada com as necessidades para a angariação de mão-de-obra devido à falta de capacidade para competir com os relativamente melhores salários e condições de trabalho oferecidos no estrangeiro, sobretudo na zona centro, Rodésia (Zimbabwe) e na zona sul, no sector mineiro da África do Sul⁸⁰¹. Por isso, um dos temas de conferências e congressos viradas às questões coloniais na Europa dos finais do século XIX, estavam relacionadas com a disponibilização de mão-de-obra aos colonos, empresas públicas e privadas e na administração pública. Algumas destas questões foram discutidas no Instituto Colonial Internacional (ICI) criado em 1892, no encontro realizado em Bruxelas no ano de 1929, assim como foram discutidas nos debates do III Congresso Colonial Nacional, realizado em Lisboa em 1930⁸⁰².

⁷⁹⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 409.

⁸⁰⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 409.

⁸⁰¹ Brito, L de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 19.

⁸⁰² Direito, B., «Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942», p. 26; Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, p. 18.

O nosso argumento é de que a necessidade de angariação de mão-de-obra pelo sistema colonial em geral e pela Companhia de Moçambique em particular, condicionou o funcionamento da comunidade dos pescadores artesanais que passaram a ter de satisfazer a demanda pela procura da sua força laboral, enquanto membros dessas comunidades com as mesmas obrigações que os outros residentes, ao mesmo tempo que exerciam as suas atividades de subsistência. É dentro deste contexto que um grupo de colonos residentes em Moçambique, numa mensagem alusiva à receção do ministro das colónias José Bacelar Baliano destacaram que,

A existência de mão-de-obra abundante, permanente e barata é a condição *sine qua non*, do desenvolvimento da produção agrícola e, com ela, da prosperidade do bom nome do país⁸⁰³.

Esta frase traduz as correntes de pensamento e as teorias que tratavam sobre a questão de mão-de-obra nas colónias em geral, e nas portuguesas, em particular. De acordo com Diop, a “situação de dominação colonial não oferecia aos africanos possibilidade alguma de escaparem ao duplo controle da administração e dos colonos, os quais formavam uma frente comum contra os autóctones”⁸⁰⁴.

A ideologia predominante na época, era guiada por alguns princípios básicos sobre a gestão da força de trabalho nativa, as quais não deixavam de ser a continuidade daquilo que estava consagrado na ideologia subscrita no Regulamento do Trabalho de 1899⁸⁰⁵. António Enes foi um dos promotores desta ideologia do sistema colonial que se tornou na base das diversas reformulações que foram sendo efetuadas até a década de 1960, mas que continuou a refletir-se nas práticas sociais que determinavam a inferioridade do negro, indígena, em relação ao branco e ao assimilado. Mesmo depois da introdução de algumas reformas, estas referidas práticas sociais discriminatórias prevaleceram dentro da sociedade no período seguinte, até ao eclodir dos movimentos de libertação e no consequente 25 de Abril de 1974 que permitiu o alcance de independência nacional a 25 de Junho de 1975.

⁸⁰³ PT/ANTT, Arquivo Salazar, «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Exa Ministro das colónias José Bacelar Baliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique, Lourenço Marques, Julho de 1929».

⁸⁰⁴ Diop, M., «A Africa tropical e a Africa equatorial sob domínio francês, espanhol e português», p.75.

⁸⁰⁵ PT/ANTT, Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do serviço indígena». N° de ordem 2988, liv. N° 5755, 1899.

Neste Regulamento de 1899, estão enunciados os dois postulados basilares que defendiam que: primeiro, o Estado tem o direito de impor o trabalho por meio de incentivos e imposições diversas e, segundo, o indígena tem o dever de trabalhar moralmente e juridicamente⁸⁰⁶. Estes postulados eram os meios para compelir os africanos ao trabalho forçado.

Trabalho forçado é considerado aquele em que, na relação entre um trabalhador e um empregador, é imposto um trabalho ou serviço para ser realizado de forma involuntária, sob coação e ameaças de alguma sanção que pode ser de natureza de violência física ou outras formas mais subtis. Desta forma, desde os finais do século XIX, o trabalho forçado constituía a peça central dos processos de exploração colonial, a espinha dorsal da economia portuguesa em Angola e Moçambique, a tal ponto que superava outras regiões do continente⁸⁰⁷.

O contexto geral do relacionamento entre as potências colonizadoras e as suas colónias tinha como denominador comum a exploração dos recursos naturais e humanos em benefício da metrópole. Assim, na África subsaariana verificou-se que o imperialismo europeu instalou um sistema coercivo de trabalho, no caso português expresso principalmente no Estatuto do Indigenato, de modo a aumentar os rendimentos dos seus lucros sem grandes investimentos de capital. Este sistema, semelhante à produção em massa na indústria manufatureira, consistia em usar a força de trabalho dos africanos como um bem a ser usado e depois deitado fora, quando não prestasse mais para as necessidades do patronato⁸⁰⁸. Este Estatuto do indigenato, serviu como base das políticas que dividiam os povos colonizados entre indígenas e assimilados. Os indígenas não tinham direitos civis, jurídicos e nem cidadania e os assimilados podiam, por exemplo, adquirir propriedades e não eram obrigados pelas autoridades a trabalhar em obras públicas na forma de trabalho forçado (xibalo nas línguas do sul de Moçambique), assunto que retomamos adiante⁸⁰⁹.

⁸⁰⁶ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p.139.

⁸⁰⁷ Jerónimo, M. B. e Pinto, A. C., *Portugal e o fim do colonialismo*, p. 19.

⁸⁰⁸ “(...) foi o trabalho forçado africano, realizado em circunstâncias semelhantes às do sistema de escravidão, inicialmente proibido pela Grã-Bretanha em 1833, que foi o grande responsável pela construção das colónias da África Austral. Este sistema de produção assemelhava-se a um processo de fabricação da indústria; semelhantes à produção em massa realizada pelas máquinas de uma fábrica, onde os trabalhadores africanos eram uma mercadoria a ser utilizada e, finalmente, substituída quando não se tornava mais apta ao trabalho”. Tradução livre, Allina-Pisano, E., *Slavery by any other name*, op. cit, p. 209.

⁸⁰⁹ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 81–85.

A política do indigenato aparece como um dos instrumentos políticos usados para coagir os africanos ao trabalho coercivo. Foi um sistema que assentava numa doutrina jurídica que defendia que os africanos eram incapazes de exercer a cidadania portuguesa, tanto cultural, moral, linguística e intelectualmente, fazendo uma distinção entre a nacionalidade e a cidadania⁸¹⁰. O indigenato era um instrumento de regulação do Estado para a satisfação das necessidades de mão-de-obra para si, o Estado, e as companhias e empresas privadas sediadas no espaço colonial português, por isso a relação entre a política laboral e o indigenato. Quer dizer, o enquadramento jurídico efetuado ao longo do período da colonização para a angariação da mão-de-obra africana, “deve ser visto na mesma proporção que a repressão armada ocorrida nos territórios coloniais, portanto como se fosse a outra face da mesma moeda (...), foi uma espécie de burocracia armada para controlar os nativos”⁸¹¹. Com efeito, entre os finais do século XIX e a década de 1930 várias leis e diplomas foram promulgadas para regular as relações entre os portugueses e os africanos, que deviam assentar na figura jurídico-política do indígena, intrinsecamente ligada à questão de mão-de-obra⁸¹². Com esta política do indigenato foi possível estabelecer um paralelismo com a discriminação da atividade da pesca artesanal que era maioritariamente exercida pelo indígena havendo, por esta razão, a necessidade da sua discussão neste trabalho.

A primeira lei que regulamentou contratos de trabalho indígena foi de 29 de Abril de 1875 e seguiu-se em 21 de Novembro o Regulamento de 1878, aprovado pelo poder executivo. Neste regulamento, a lei determinava que o indígena tinha a liberdade de escolher o seu patrão e o trabalho que mais lhe agradar. Mas tinha de ser tutelado por um Curador⁸¹³. Especificava ainda que ninguém podia ser obrigado a celebrar contrato para a prestação de serviços, exceto aqueles que fossem considerados vagabundos⁸¹⁴.

De entre estas leis podemos citar o Regimento da Administração da Justiça nas Colónias de Fevereiro de 1894, que formalizava a pena de trabalho obrigatório e o trabalho correcional para os indígenas que, desde então, manteve-se em todos os futuros códigos penais portugueses, através do qual os africanos que infringissem qualquer lei

⁸¹⁰ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 80–81.

⁸¹¹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 87,

⁸¹² Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 80–81.

⁸¹³ PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», n.º 951 de 14 de Outubro, I Série n.º 187, 1914.

⁸¹⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 341.

seriam obrigados ao cumprimento da pena pelo trabalho compulsivo; a Lei do Trabalho portuguesa de 1899, que consagrou a discriminação racial no panorama político entre as relações da metrópole e as colónias; a Lei da Administração Civil das Províncias Ultramarinas de 1914, que esclarecia os parâmetros da separação de direitos entre cidadãos e súbditos assim como o Estatuto do Indígenato estatuído por Portugal em 1921 que também foi adotado pela França (indígena) em 1924⁸¹⁵. Em 1926 foi promulgado também o Estatuto do Indígena que, na sua primeira versão defendia a inferioridade jurídica do indígena e afirmava o seu estatuto de não-cidadão português e, na segunda versão do Estatuto de Indígena de 1929 que consolidava a discriminação ao indígena dizendo que,

os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nas colónias, não possuísem ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos portugueses, (artigo 2º) [...] deveriam reger-se pelos usos e costumes próprios das respectivas sociedades [...] limitada pela moral, pelos ditames da humanidade e pelos interesses do livre exercício da soberania portuguesa (artigo 3º, §1º)⁸¹⁶.

Jerónimo e Pinto, caracteriza este período como de “retórica civilizacional fortemente racializada”, onde os projetos do Império tinham a regulação do trabalho nativo como elemento central para a nova economia. O trabalho nativo, inscrito na política do indigenato, nomeadamente o recrutamento, a distribuição e o uso de trabalho forçado, foi onde se baseou a relação histórica entre o Estado-Império português e as suas colónias⁸¹⁷. Portanto, pouco enfoque havia na melhoria das vidas dos colonizados. Ainda sobre o trabalho forçado que era a base da pirâmide da exploração colonial portuguesa, Brito aponta que,

O recurso ao trabalho forçado e às culturas obrigatórias não era uma característica específica do colonialismo português. Todas as potências coloniais usaram esses mecanismos em África para integrarem as sociedades dominadas na economia de mercado capitalista. A particularidade do caso português é apenas a sua utilização e intensificação depois da Segunda Guerra Mundial e até um período tardio (oficialmente, 1961). Era um dos meios utilizados pelo Estado para resolver problemas de falta de mão-de-obra ao nível do mercado interno⁸¹⁸.

Portanto, a população das zonas rurais sobretudo devia responder à demanda de se alistar para o recrutamento para trabalhar com base em contratos no estrangeiro, assim

⁸¹⁵ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», 79-90.

⁸¹⁶ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 79-90.

⁸¹⁷ Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo*, p. 17.

⁸¹⁸ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 25–26.

como estar sujeita aos trabalhos forçados aos colonos e ao Estado internamente. Estes trabalhos visavam sobretudo a produção de matérias-primas em plantações e nas suas parcelas familiares para abastecer a indústria da metrópole, assim como a prestação de diversos tipos de serviços requeridos pela administração colonial e pelos colonos, nomeadamente na construção de estradas e outros trabalhos.

A necessidade de coerção ao trabalho africano estava patente na diretiva que dizia que, "Todos os habitantes de raça negra da província de Moçambique são sujeitos à obrigação social de procurar adquirir pelo trabalho, os recursos que lhes faltem para viverem como homens civilizados"⁸¹⁹. Os indígenas estavam desta forma,

...numa situação de dívida congénita que só seria "paga" pelo trabalho para o branco. Era uma espécie de pecado original dos africanos. Fazer trabalhar os indígenas nas empresas particulares ou na administração pública era, pois, o objetivo principal do Regulamento de 1899. Os patrões podiam utilizar esta mão-de-obra por períodos de 3 meses, com jornadas de 9 horas por dia⁸²⁰.

Durante a década de 1930, foram realizadas diversas reformas legislativas algumas das mais importantes nesta década foi o Acto Colonial. Os fundamentos descritos no Acto Colonial de 1930, passaram a reger as relações entre Portugal e as suas colónias. Tinham como base a “unidade política”, “assimilação cultural” e a “administração diferenciada” de acordo com a cor e o estatuto social. Distinguiu os indígenas e os não indígenas sendo estes brancos, indianos, mestiços e negros assimilados, tema que consideramos como uma espécie de guião de funcionamento do sistema colonial que também foi característico no período do Estado Novo⁸²¹. Na figura nº 41 a seguir, temos alguns dados estatísticos que ilustram essa realidade no período de 1928-1960.

Figura nº 41- População não indígena residente em Moçambique no período 1928-1960

Ano	Europeia	Indiana	Chinesa	Mestiça	Assimilado
1928	17.842	8.475	896	8.357	-

⁸¹⁹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 138; Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais», p. 75.

⁸²⁰ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p.139.

⁸²¹ Castelo, Cláudia, «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», *História ciência saúde-Manguinhos*, Vol. 19, nº 2, 2012, p. 396.

1935	23.131	8.304	1.056	13.259	-
1940	27.438	9.147	1.449	15.641	-
1945	31.221	9.700	1.565	15.784	1.845
1950	48.213	12.630	1.613	26.149	-
1955	65.798	15.235	1.945	29.873	4.554
1960	97.245	17.241	2.098	31.455	-

Fonte: Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, p. 411.

Mais tarde o Acto colonial foi integrado na revisão da Constituição da República de 1951 e as expressões "colónia" e "império colonial" foram substituídas por "províncias ultramarinas" e "ultramar". Em 1933 foi introduzida a Carta Orgânica do Império Colonial Português, que pressupunha a transformação do súbdito indígena em cidadão, assim como instituiu a terceira categoria social no espaço colonial português, a dos assimilados. A Carta Orgânica do Império *assim como a* Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, instituíram a proteção dos indígenas como um dever, não só das autoridades administrativas coloniais, mas também dos colonos que, em conjunto, “deveriam velar pela conservação e desenvolvimento das populações”⁸²².

Os procedimentos de coerção ao trabalho forçado resumiam-se em três formas de trabalho admitidas na legislação colonial dos finais do século XIX e início do século XX: trabalho livre (contratado), trabalho compelido (forçado), trabalho para cumprimento de penas (correcional). Considerava-se trabalho livre ou voluntário, aquele caso em que esse trabalho fosse realizado em benefício de um branco ou estivesse a produzir uma cultura obrigatória indicada pela administração portuguesa. A modalidade de trabalho compelido ou forçado, era a realização de qualquer atividade ordenada pelas autoridades e o trabalho correcional, era uma forma de cumprimento de sentenças. Os condenados ao trabalho correcional, deviam executar tarefas que poderiam ir até uma duração de 15 a 300 dias. De qualquer forma, o indígena devia trabalhar⁸²³.

Na década de 1940 quando finda o último contrato de concessão pertença da Companhia de Moçambique, iremos observar algumas tentativas de alteração da base de recrutamento e uso da mão-de-obra dos nativos. Com efeito, em 1941 o Governador-geral

⁸²² Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 79-90.

⁸²³ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 139; Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p.415.

de Moçambique José Tristão de Bettencourt, publicou em 1946 o designado de Projeto Definitivo do Estatuto do Direito Privado dos Indígenas da Colónia de Moçambique, produzido pela Missão Etnográfica da Colónia de Moçambique. Este projeto foi revisto em 1954, com a publicação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, pelo Decreto-Lei, nº 39.666 de 20 de Maio de 1954. Neste Estatuto de 1954, regista-se uma mudança com a introdução de um estatuto especial para aqueles, “indivíduos de raça negra ou seus descendentes que tendo nascido, ou vivendo nessas colónias habitualmente, não possuíssem ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”, (Artigo nº 2). Estas exceções eram aplicadas a alguns colaboradores do regime, e privilegiados dentro da organização social linhageira, assim como aos assimilados⁸²⁴.

Ainda neste ano de 1954, considerava-se o indigenato como sendo um estado social e político que caracteriza os agrupamentos populacionais de cor. Por serem indígenas, os nativos não tinham liberdade de residência nem de deslocação, pagavam imposto indígena e contribuição braçal, a sua liberdade ou prisão era decidida por qualquer chefe de posto. No entanto ressalva-se que os impostos também eram pagos pelos cidadãos brancos assim como pelas diferentes empresas. Aqui, foram reintroduzidas formas de recrutamento forçado que já vinham sendo observadas no século XIX descritos no Regulamento Laboral de 21 de Novembro de 1878, nomeadamente com a incorporação da categoria de vadio/ vadiagem. Era considerado vadio, segundo a base 2 e 3 do projeto de Lei, aquele indivíduo que não prestasse trabalho para um branco. Escapavam desta categoria as mulheres, crianças menores de 14 anos, velhos e as pessoas que fizessem parte das forças policiais. O Estado tinha o direito de obrigar ao trabalho apenas os vadios⁸²⁵.

A “contribuição braçal”, foi outro instrumento usado para a angariação compulsiva de trabalhadores nativos. Era uma contribuição que os nativos deviam fazer para a construção de estradas e de pontes em uma base “voluntária”. Esta prática também teve a designação de *corvée*. A média de dias que o nativo despendia com todas as

⁸²⁴ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 135.

⁸²⁵ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 135.

atividades que prestava para as autoridades portuguesas era cerca de 6 meses de trabalho por ano⁸²⁶.

No entanto, na essência o que estava definido no Art.º n.º 2 do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, publicado em 1926 e no Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, Decreto n.º 16.473 de 6 de Fevereiro de 1929, manteve-se, nomeadamente a definição de que, “indígena eram todos aqueles de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes se não distinguissem do comum daquela raça”⁸²⁷. Com esta distinção racializada a obrigatoriedade ao trabalho dos indígenas prevalecia.

“A longa experiência acolhida pela melhor doutrina de António Enes do final do século XIX e do código de 1899, aconselhava que o trabalho fosse a pena especialmente usada para com os indígenas. A condenação devia sempre reverter-se em trabalho de modo a criar-se no indígena o hábito da cooperação”⁸²⁸.

O pacote legislativo criou também uma forma de angariar o trabalho dos indígenas ao conceber o denominado de “serviço de carregadores”. Pelo Diploma Legislativo n.º 2.267 de 5/7/1950, determinava que nos caminhos inacessíveis a veículos ou em casos excepcionais e sobre solicitação da autoridade administrativa, o Governador da Província podia autorizar o emprego de indígenas no transporte de pessoas e cargas⁸²⁹. Prosseguia o diploma com a indicação das pessoas que “tinham direito” a carregadores para seu transporte que eram todos os funcionários militares, eclesiásticos e civis, bem como suas mulheres, filhos menores, legítimos ou perfilhados e enteados menores, a mãe do funcionário, irmãos, filhos legítimos ou perfilhados e enteados, entre outros. O Estado disponibilizava 6 a 11 carregadores consoante a categoria do funcionário⁸³⁰.

Estes são alguns dos aspetos que a arma legislativa tinha imposto para angariar e compelir os nativos ao trabalho, a tal ponto que os patrões, em alguns momentos, dispunham de uma numerosa mão-de-obra e podiam pagar salários baixos e o Estado

⁸²⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 403.

⁸²⁷ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 91.

⁸²⁸ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 91.

⁸²⁹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 146; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 341; Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 75.

⁸³⁰ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 147.

dispunha de homens para construir infraestruturas necessárias para a exploração colonial, em particular estradas para ter acesso ao interior onde residiam estas pessoas⁸³¹.

A história por detrás da instituição do grupo de assimilados instituído pela Carta Orgânica do Imperio de 1933, foi devida à crença formulada pelo francês Artur Girault em 1895 e também adotada pelos portugueses, de que a sua forma de colonização tinha atingido uma capacidade de aculturar outros povos. Como resultado, Portugal instituiu o Estatuto do Indigenato em 1921, tal como referimos acima⁸³².

Em Moçambique constituiu o primeiro grupo de assimilados as famílias que conseguiram enviar os seus filhos à escola dos missionários das igrejas protestantes ou católicas nas zonas rurais. Outros são aqueles que foram para as periferias das cidades onde conseguiram trabalhar e continuar os estudos. Até 1945 havia cerca de duas mil pessoas assimiladas e no início da década de 1950 eram cerca de cinco mil. Apesar de adquirirem este estatuto, eles continuavam a sofrer uma discriminação racial pois não poderiam usufruir de alguns direitos reservados apenas aos brancos portugueses⁸³³. Ressalva-se que para se atingir este estatuto estavam previstas inspeções periódicas e a própria Lei era sujeita a revisões periódicas⁸³⁴.

Numa segunda fase, teremos os que se beneficiaram da abertura do regime colonial, perante a pressão da luta armada. Nas reformas então introduzidas houve abertura de mais escolas primárias e do ensino técnico secundário. Os números de inscrição nas escolas técnicas e nos liceus testemunham essa evolução. Por exemplo nos liceus, tradicionalmente reservados aos brancos, as matrículas de alunos negros passaram de 2.800 (1960) para 7.400 (1970), portanto, mais do que duplicaram em 10 anos, enquanto nas escolas técnicas aumentaram de 3.200 (1960) para 27.000 (1970), seis vezes mais, no mesmo período. O ensino superior, cujo acesso era feito através dos liceus, permaneceu reservado aos filhos dos colonos e, nas vésperas da independência, a Universidade de Lourenço Marques tinha apenas cerca de dez estudantes negros, de um total de três mil⁸³⁵.

⁸³¹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p.147; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 403.

⁸³² Meneses, M.P.G., «O 'indígena' africano e o colono 'europeu'», p. 81-85.

⁸³³ Maloa, Tomé Miranda, *História da economia socialista moçambicana*, p. 29.

⁸³⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 413.

⁸³⁵ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 27-28; Newitt refere que após a Segunda Guerra Mundial as oportunidades de ensino aumentaram um pouco. Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 415.

Segundo Domingos, Chame, um dos seus entrevistados, referiu-se à existência da categoria de “assimilado aldrabado”. Assimilado aldrabado, “categoria ausente daquelas estudadas pela história jurídica do império”, seria aquele em que o portador da caderneta de assimilado não fosse o “dono”. A aplicação deste conceito de assimilado aldrabado acontecia em situações em que “... eu não sou assimilado, quero andar a passear de noite, ia ter com um conhecido e dizia “empresta-me lá a tua cidadania”, ele ficava em casa, e eu passei aquela noite na baixa. Muita vez nós andávamos assim (...). Havia poucos, os tal assimilados, mas não todos, havia assimilados carenciados, também havia carenciados”⁸³⁶.

Meneses, considera que era preciso ser branco para ser considerado civilizado. Ao longo do período em que durou este sistema de indigenato que só terminou em 1961, com o advento dos movimentos nacionalistas, sofreu várias reformulações, mas manteve o princípio de que os “negros e seus descendentes, para obterem a plena cidadania, fizessem prova de requisitos culturais e económicos que não eram exigidos aos brancos, os portugueses originários”⁸³⁷. Desta situação pode estar também a relação entre a atividade da pesca artesanal realizada pelo negro e seus descendentes, caracterizada pela dispersão no espaço, uso de materiais e aprestos de pesca rudimentares e pela iliteracia dos seus praticantes que se considera estar na esfera dos não civilizados e merecer a discriminação dos decisores político-administrativos. Esta discriminação, ao nível da identificação foi manifestada pela exigência da posse da *caderneta indígena* para os negros, e o passaporte ou qualquer outro documento de cidadão, para os não-indígenas⁸³⁸.

A partir de 1942 foram introduzidos dois tipos de caderneta com base na Portaria 4.950 de 19 de Dezembro de 1942, assinada pelo Governador-geral José Tristão de Bettencourt, nomeadamente a caderneta azul, para os indígenas que tivessem trabalho, e a caderneta amarela, para aqueles que, por qualquer motivo, não tivessem capacidade para trabalhar⁸³⁹. Neste conjunto de tentativas de reformar o sistema de identificação dos indígenas, foi reintroduzido em 1960, a caderneta denominada cartão de identidade, pela Portaria 14.331 de 29 de Setembro de 1960, Art.º. 2º. Este documento seria dado aos

⁸³⁶ Domingos, Nuno, *A experiência da ida ao cinema nos subúrbios de Lourenço Marques*, Império e Cultura Popular, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2020, p. 49.

⁸³⁷ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 85–86.

⁸³⁸ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 85–86.

⁸³⁹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 102.

indígenas que mostrassem um comportamento colaborativo com as autoridades portuguesas⁸⁴⁰.

Entretanto, em relação ao recrutamento de mulheres, foi emitida uma ordem em 1911 a proibir essa prática. Portanto, todos os Regulamentos de trabalho faziam exceções quanto ao recrutamento de mulheres e crianças menores de catorze anos, possivelmente por serem a garantia da reprodução da mão-de-obra⁸⁴¹. E, admitindo se a hipótese de serem recrutados, o Regulamento Geral do Trabalho Indígena de 1914, determinava que as mulheres contratadas deviam ser sempre dispensadas de qualquer trabalho, nos trinta dias prováveis da sua gestação e nos trinta dias imediatos ao parto. Nos primeiros seis meses de amamentação de seus filhos só poderiam ser empregados em trabalhos moderados, em recinto abrigado ou perto das suas habitações⁸⁴². Contudo, deve se entender esta ação não como uma medida progressista de proteção da mulher, mas sim como uma ação tendente a garantir a reprodução física da força de trabalho necessária, assim como dispor do trabalho da mulher na unidade doméstica para garantir a subsistência das famílias de modo a continuar a alimentar o ciclo de fornecimento de mão-de-obra barata⁸⁴³. Adicionalmente, a mulher foi vítima de diversos tipos de abusos pelas autoridades tal como menciona o ofício de Francisco Pena, diretor da Companhia de Pérolas de Bazaruto em 1909. Pena, reportava neste ofício que a Companhia de Moçambique para solenizar a posse dos bancos perolíferos do arquipélago de Bazaruto, em disputa entre as duas companhias, praticou atos que descreve nos seguintes termos,

...houve o costume batuque, que findou por se embriagarem propositadamente algumas mulheres, e obrigá-las a desnudarem-se, e a praticarem cenas de baixo bordel e da mais abjeta imoralidade na própria Casa do Posto [...]. Alguns indígenas lamentaram-se dizendo que os vátuas (nguni) lhes roubavam as mulheres e matavam-lhes, mas nunca forçaram as mulheres a tais cenas⁸⁴⁴.

Em relação às crianças inferiores a 14 anos e ainda não sujeitas ao pagamento do *mussoco*, denominadas de *apale* e *acicana* (expressões em língua sena que designam

⁸⁴⁰ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p.102.

⁸⁴¹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 141; Maloa, T. M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 25. Este autor acrescenta que a partir de 1942 as mulheres passaram a pagar o imposto de palhota.

⁸⁴² PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», nº 951 de 14 de Outubro, I Série nº 187, 1914.

⁸⁴³ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 339; Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 141.

⁸⁴⁴ «Fundo da Companhia de Moçambique- Secretaria-geral, Processo 412, nº 6370, 5 vols.».

rapazes e raparigas) tornaram-se alvo de muita procura por não terem de ser remuneradas com valores iguais aos dos adultos e, estarem sujeitos a ‘aprendizagem’ para a submissão ao sistema administrativo imposto⁸⁴⁵. Sobre este facto, uma circular de 1906 emitida pela administração da Companhia de Moçambique, considerava o recrutamento de menores como sendo vantajoso não apenas pelo trabalho prestado, mas por ser uma forma de lhes permitir o convívio com e como os brancos e deixarem a ociosidade⁸⁴⁶. Por exemplo, na ilha de Chiloane, a Companhia de Moçambique empregava cerca de 180 trabalhadores, entre os quais adultos e menores de até 14 que realizavam diversos trabalhos tanto domésticos assim como na plantação de coqueiros, na criação do gado e nas salinas. As crianças ganhavam um escudo por dia (30 escudos por mês), e os adultos cem escudos por mês, sem contratos. Não só na Companhia de Moçambique, mas também foi registada a exploração de mão-de-obra infantil na Companhia de Búzi⁸⁴⁷. A partir da ilha de Chiloane, eram recrutadas pessoas para a cidade da Beira, onde se empregavam em diferentes serviços desde *mainatos*, cozinheiros, moleques (empregado doméstico) e contínuos de repartições públicas ou escritórios de privados⁸⁴⁸.

Nos territórios administrados diretamente pela administração portuguesa a sul do paralelo 22º na zona Sul, a matriz principal na questão da gestão da mão-de-obra estava relacionada com a sua exportação. Desta forma, o Estado Novo delineou estratégias para também ter a força laboral como fonte de arrecadação de receitas pela sua disponibilização aos territórios estrangeiros, especificamente à África do Sul. Esta emigração de africanos foi favorecida por três condições: primeiro, interesse pessoal dos africanos a procura de melhores salários oferecidos nos contratos de trabalho; segundo, melhores preços aos seus produtos agrícolas; terceiro, fuga à repressão do Estado colonial.

⁸⁴⁵ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 339.

⁸⁴⁶ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», nº 6370, 5 vols.

⁸⁴⁷ Os trabalhadores eram fornecidos, na sua maioria, pelo sistema de trabalho forçado também designado de *Xibalo* nas línguas do sul de Moçambique. PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado; António Henriques, Chefe de povoação, Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango e do conjunto de regulados, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

⁸⁴⁸ PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947. Mainato, individuo que lava e engoma a roupa.

Com o início da exploração dos depósitos das minas de diamantes (1867) e de ouro (1886) em Transval na África do Sul, ganhou relevância a exportação da mão-de-obra nesta região meridional a Sul do Save, que estava na administração direta do Estado português. Este movimento migratório, tinha começado ainda no período do Estado de Gaza tal como foi referido por Erskine em 1885, quando refere que “é curiosa a influência da grande emigração para os campos d’ouro, de diamantes. Não falando das casacas vermelhas características do exército inglês, e que fazem parte da bagagem do emigrante que volta ao seu país natal; encontram-se quantidades de indígenas falando algumas palavras inglesas ou a dizer quási mais do que portuguesas”⁸⁴⁹.

A regulação desta matéria de recrutamento teve o seu início desde o ano de 1897 e envolveu o governo colonial português e as autoridades sul-africanas. Entre várias outras matérias, regulava as modalidades e as condições do movimento de trabalhadores entre os dois países. As especificidades destes acordos, faziam referência à duração dos contratos e aos impostos e taxas que deviam ser pagos pelas empresas recrutadoras⁸⁵⁰. Por exemplo, a agência de recrutamento tinha a obrigação de pagar um imposto fixo por cada trabalhador recrutado, em quatro momentos diferentes: primeiro, no ato da assinatura do contrato; segundo, mensalmente ao longo da duração do contrato; terceiro, antecipar o pagamento do imposto de emissão ou renovação do contrato; quarto, descontar no salário ainda na África do Sul, o valor correspondente ao imposto de palhota em Moçambique⁸⁵¹. Ainda nesta matéria relacionada com a mão-de-obra, foi introduzida a cláusula do pagamento diferido acordado na Convenção de 1928, entre Portugal e a África do Sul⁸⁵².

A exploração da força de trabalho nativa permitiu a arrecadação de divisas para Portugal assim como o aumento das receitas. Calcula-se que foram recrutados nos finais da primeira década do século XX, 150.000 trabalhadores tendo atingido os 400.000 trabalhadores na década de 1960 que emigraram para a África do Sul e Rodésia⁸⁵³. O orçamento português de 1961 tinha uma previsão de arrecadação de 6.300.000 escudos (90 milhões de libras) dos quais 1.200.000 escudos (20% do valor), seriam provenientes desta exportação de mão-de-obra. As contrapartidas a favor de Portugal nos acordos

⁸⁴⁹ Erskine, St. Vicent W., 1875: Journey to Umzila’s in 1871-72. Jour. of Roy. Geogr. Soc., Vol. 45, p. 48.

⁸⁵⁰ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 18.

⁸⁵¹ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 19.

⁸⁵² Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», Moçambique-Maputo, UEM-CEA, 1983, p. 4.

⁸⁵³ Brito, L. de *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 15-16.

relacionados com a utilização dos portos e caminhos-de-ferro, assim como nas taxas e salários dos pagamentos diferidos dos trabalhadores chegavam a totalizar cerca de um bilião de escudos em divisas⁸⁵⁴.

Devido ao aumento de procura de trabalhadores, havia uma concorrência entre as diversas mineradoras, provocando um aumento constante dos salários. Esta questão, foi resolvida com a criação da câmara de minas, a partir do *modus vivend* que concedia o monopólio do recrutamento no sul de Save à *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA)⁸⁵⁵. Esta câmara, desempenhou um papel importante para a rentabilização das empresas mineiras ao contribuir para eliminar a concorrência pela mão-de-obra entre ambas, assim como passar a regular o seu fornecimento. Operou entre 1896 e 1965 e foi responsável pelo recrutamento de entre 12 e 25 % dos trabalhadores de Moçambique para a África do Sul. Um dos aspetos relevantes no recrutamento, foi a criação de um sistema de migração rotativa de mão-de-obra. Como resultado, foi possível baixar os custos operacionais para os proprietários das minas, através da redução dos salários dos trabalhadores⁸⁵⁶. Em troca deste acordo de recrutamento exclusivo de trabalhadores para as minas pela Witwatersrand Native Labour Association (WNLA), 47.5% do tráfego sul africano devia passar pela rede dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques representando, por exemplo, 28% das receitas orçamentadas em 1928-1929. Na área da emigração de mão-de-obra, em 1928 foram autorizados cerca de 250 recrutadores que conseguiam alistar até cerca de 80 mil trabalhadores mineiros por ano⁸⁵⁷. Com este ritmo e proliferação de recrutadores entre 1913 e 1930 foi alcançada a média anual de 50 mil emigrantes, fazendo um total de 900 mil, dos quais 35 mil morreram e apenas 740 mil

⁸⁵⁴ Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 29.

⁸⁵⁵ Bouene, F. e Santos, Maciel, «O Modus Vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um Caso de “Imperialismo Ferroviário”». In: *Africana Studia, Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 9, 2006, p. 244; *Modus vivendi* é uma frase latina que significa "modo de vida" ou "meio de viver". É frequentemente usada para significar um arranjo ou acordo que permite que partes conflitantes coexistam em paz. Na ciência, é usado para descrever estilos de vida. Modus quer dizer "modo", "maneira", "método", ou "meio". Disponível em <https://www.google.com/search?q=modus+vivend&oq=modus+vivend+&aqs=chrome..69i57j0i1319.2063j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, consultado em 5/07,2021.

⁸⁵⁶ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, op. cit, p. 15.

⁸⁵⁷ Por exemplo, segundo o artigo 6º do Regulamento para o engajamento de indígenas para a República Sul Africana promulgado por Mouzinho de Albuquerque em 1897, cada agente recrutador devia pagar uma licença anual de 450\$000 reis ouro, mais 9\$000 de emolumentos (Art. 4º), assim como 1\$680 reis por cada passaporte emitido em Ressano Garcia (Art. 18º). Bouene, F. e Santos, M., «O Modus Vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um Caso de “Imperialismo Ferroviário”», p. 244.

regressaram a casa com boa saúde. Esta exportação de mão-de-obra representava cerca de 9.8% das receitas para o Estado português, no mesmo período de 1928-1929⁸⁵⁸.

O pagamento diferido esteve inserido dentro da política em que a economia colonial de Moçambique era essencialmente uma economia de serviços baseada nos transportes que ligavam a costa ao *interland* e o trabalho migratório, baseado na exportação da mão-de-obra. Com esta norma do pagamento diferido, tornava obrigatório que uma parte do salário dos mineiros não fosse pago logo após a prestação do trabalho, mas era transferido para Moçambique e acumulado durante o período de vigência do contrato do mineiro, e devia ser pago no final do contrato quando voltasse a Moçambique. Esse pagamento diferido constituía 60% do salário a partir do 7º mês do contrato que normalmente durava 1 e ½ ano. Em 1964 Portugal conseguiu obter da República Sul Africana (RSA) que o pagamento diferido, que era inicialmente pago em *rands*, fosse convertível em ouro ao preço oficial do ouro na RSA, tornando se numa importante fonte de reservas em ouro para Portugal⁸⁵⁹.

A constituição de reservas de mão-de-obra foi outra medida adotada pelas autoridades coloniais portuguesas com vista a assegurar o permanente fluxo e disponibilidade desta força laboral. Este facto pode ser testado no relatório do Inspetor António de Almeida, que reportava as suas constatações na sua visita na altura da criação da Província do Sul de Save em 1947. Neste relatório, observou que registava se uma contínua desapropriação de terras ao longo dos vales dos rios Maputo, Incomáti e o Limpopo a favor de europeus e assimilados. Por isso, recomendava que fossem canceladas essas desapropriações porque criavam condições de falta de meios de subsistência aos indígenas o que poderia pôr em causa a sua sobrevivência. Por isso sugeria a publicação de um diploma urgente, proibindo a concessão de mais terrenos a europeus ou assimilados, enquanto não se fizesse um estudo e a demarcação de todas as áreas ainda desocupadas⁸⁶⁰. Podemos notar nesta passagem que a preocupação não era mais no sentido do ‘bem-estar’ do indígena, mas na criação de condições para adquirir

⁸⁵⁸ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 416. A indicação de agências privadas recrutadoras de mão-de-obra também foi registada em outros espaços de outras potencias colonizadoras como foi no Congo belga, com a indicação pelo Estado da *Bourse du Travail du Katanga* (BTK) assim como da *Union Minière du Haut-Katanga* (UMHK).

⁸⁵⁹ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 4.

⁸⁶⁰ PT/AHU- Ministério do Ultramar – Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Inspetor superior António de Almeida. Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

meios de subsistência, manter a sua saúde e aumentando o número de mão-de-obra para que pudesse ser recrutado. Era essencial tratar bem o indígena como uma preciosa reserva de energia⁸⁶¹.

Esta era a situação do trabalhador indígena no período da administração portuguesa semelhante, em muitos aspetos e práticas, àquilo que se passou nos territórios sob administração da Companhia de Moçambique. Contudo, nos relatórios das autoridades portuguesas na sua maioria os inspetores administrativos, aparecem críticas às práticas administrativas da Companhia de Moçambique, algumas que já se faziam ouvir mesmo durante a própria administração da Companhia. Estes, criticavam primeiro, o processo de cobrança de impostos aos indígenas; segundo, criticavam o não cumprimento de muitos Regulamentos relacionados com o trabalho indígena, por grande parte das empresas; terceiro, criticavam o facto de a Companhia ter construído poucas infraestruturas tais como edifícios administrativos e, quarto, criticavam a presença de inúmeros estrangeiros na cidade da Beira. Caracterizavam este período como aquele em que a fiscalização das condições de trabalho era branda, com deficiências no alojamento assim como na alimentação dada aos trabalhadores indígenas pelos patrões na cidade da Beira. Portanto, segundo estas informações das autoridades portuguesas, todas as ‘culpas’ da exploração ao trabalhador nativo eram da anterior administração, aquela da Companhia de Moçambique⁸⁶².

No entanto, as precárias condições de trabalho e a exploração da mão-de-obra dos africanos, foi constatada na região sul, nos territórios sob administração portuguesa. Segundo o inspetor António de Almeida nos arredores da cidade de Lourenço Marques havia um indivíduo com uma propriedade de exploração agrícola onde produzia banana. Este proprietário explorava os trabalhadores de tal forma que, segundo o seu comentário,

Há quantos anos que esse Catarino da banana explora tão ignobilmente os pretos, e nos aros de Lourenço Marques? Que providências se tomaram, até hoje, contra tal indivíduo, que nem aloja, nem alimenta, nem assiste os que tamanhas riquezas lhe cavam, a ponto de me dizerem que o vilão, em 1946, exportara para a África do Sul, 250.000 Libras de bananas⁸⁶³?

⁸⁶¹ Castelo, Cláudia, «Developing ‘Portuguese Africa’ in late colonialism: confronting discourses I», in: *Joseph M. Hodge, Gerald Hödl et Martina Kopf (dir.), Developing Africa, Manchester University Press, 2014*, p. 65.

⁸⁶² Allina-Pisano, E., *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*, p. 4.

⁸⁶³ PT/AHU- Ministério do Ultramar – Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU, - «Inspetor superior António de Almeida. Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

Nas suas considerações, afirma que o problema do tratamento do indígena, seu amparo, estava nas mãos dos Governadores da Província e dos seus subordinados. Por isso, recomendava que estes deviam fiscalizar estes patrões que, “por ganância de lucros não dão abrigo condigno e nem alimentam os indígenas”⁸⁶⁴. Estas observações do inspetor mostram que a nível de legislação podia haver algumas normas para proteger o trabalhador nativo, mas que o sentimento de discriminação e repulsa contra estes, faziam com que uma parte considerável das autoridades ignorasse essa legislação. Esta repulsa estava bem patente na parte introdutória do Regulamento Geral do Trabalho Indígena (1914) quando afirmavam que, “o indígena tem de ser utilizado apenas como um ente a quem se obriga ao trabalho, com liberdade que não deve ir além da que se concede a um animal doméstico”⁸⁶⁵. Outra hipótese poderá ser o pagamento de subornos para não atender e corrigir estas situações. Como vimos, este problema aconteceu mesmo nas proximidades da autoridade central portuguesa, em Lourenço Marques, designação da capital de Moçambique na altura. Nesta ordem, o que poderia acontecer nos locais mais distantes? Portanto, podemos inferir desta discussão que a exploração da mão-de-obra sem prestar uma assistência adequada ao trabalhador, era um dos pilares do sistema capitalista baseado na propriedade privada dos meios de produção para o aumento dos seus lucros, o mesmo tratamento que era prestado à atividade da pesca artesanal onde o enfoque das autoridades politico/administrativas estava na cobrança de diversas taxas e impostos sem se preocupar com o investimento para o desenvolvimento da própria atividade, considerada situada na periferia.

Segundo Rodney, as potencias ocidentais durante os primeiros anos de formação das economias coloniais, recorreram a coerção para recrutar a mão-de-obra africana de que precisavam, recorrendo a diversas estratégias desde o uso de força ou sob a proteção de diversas leis e regulamentos. Este procedimento coercivo perdurou até cerca de 1930 nas colónias da África Equatorial Francesa e nos territórios portugueses até bem mais tarde. Cita como exemplo nos primeiros anos do século XX, o “contrato de trabalho” instituído pelos portugueses em São Tomé e as práticas de trabalho forçado no Congo (hoje Zaire) que provocaram protestos na opinião publica na Europa. “Na realidade, o

⁸⁶⁴ PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», n° 951 de 14 de Outubro, I° Série n° 187, 1914.

⁸⁶⁵ PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», n° 951 de 14 de Outubro, I° Série n° 187, 1914.

modo de produção colonial acarretava o máximo de coerção, tanto para recrutar a mão-de-obra africana como para mantê-la nos locais de produção”, conclui ele⁸⁶⁶.

Situação similar de obrigação de prestações de trabalho gratuito para obras de interesse local ou colonial foi registada nas federações francesas no final de primeira Guerra Mundial. No início, a prestação de serviço gratuito era por sete dias ao ano, mas depois passou para 12 dias na África Ocidental Francesa e para 15 dias na África Equatorial Francesa⁸⁶⁷.

O mesmo se registou no Sudoeste Africano alemão que, depois da primeira Guerra Mundial, passou a ficar sob mandato atribuído a União Sul-africana pela Sociedade das Nações. Neste território e à semelhança do que acontecia na própria União Sul africana, foram promulgadas algumas leis repressivas em 1922 e 1923 e elaborados diversos regulamentos de trabalho, onde se incluía a obrigatoriedade de salvo-conduto e cédulas de identidade para a circulação dos trabalhadores africanos, assim como leis sobre vadiagem para castigar quem não tivesse um contrato de trabalho que ficava sujeito a penas de trabalho forçado⁸⁶⁸.

Na conjuntura internacional, de acordo com Jerónimo e Costa Pinto a questão do trabalho nativo assumiu uma importância cimeira na configuração de uma nova política imperial, associada à turbulenta abolição do tráfico transatlântico e aos esforços de criação de *Novos Brasis em África*⁸⁶⁹. De recordar que a intenção para a abolição formal da escravatura foi de 1858 e, só em 1869 é que foi publicado o decreto em que os escravos passavam ao estatuto de libertos, o qual era bastante semelhante ao de escravo. Este decreto, teve a sua repercussão em Moçambique com a declaração do fim do trabalho forçado de toda a espécie e o início de um mercado de trabalho livre⁸⁷⁰.

Portanto, a questão da gestão e controlo da mão-de-obra dos nativos compelidos através do trabalho forçado e trabalho correcional tornou-se em uma nova forma de

⁸⁶⁶ Rodney, W., «A economia colonial», p. 383-387.

⁸⁶⁷ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 411-412.

⁸⁶⁸ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p.370.

⁸⁶⁹ Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, p. 16-17. Estes autores, acrescentam ainda que o trabalho nativo foi uma espécie de trave-mestra da economia colonial após a desagregação do sistema escravocrata.

⁸⁷⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 341. O trabalho correcional era considerado uma obrigação moral e social onde os condenados em idades entre 14 e 60 anos, deviam executar os trabalhos por pelo menos seis meses ao ano. Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 139.

escravatura. Tal como observamos acima, esta força de trabalho tornou-se em uma importante fonte na arrecadação de receitas tanto pelas autoridades portuguesas assim como pela Companhia de Moçambique. Por isso, esta nova forma de escravatura que ocorria nos territórios do império português, mereceu a atenção da Sociedade das Nações (SDN) para onde foram canalizadas diversas denúncias destas práticas.

Com efeito, foi realizada uma conferência a 13 de Julho de 1925 na SDN, onde foi condenado este sistema de trabalho forçado. Um dos locais visados foi o que acontecia nos territórios concessionados a Companhia de Moçambique. Esta situação obrigou Portugal, na qualidade de membro da Sociedade das Nações e país que deu a concessão, a dar o seu voto de condenação. O *Bureau International pour la Défense des Indigènes* (BIDI), em 1920 liderou a campanha *Anti-Slavery and Aborigenes Protection Society* (ASAPS)⁸⁷¹. Em 1930 a Conferência Internacional de Genebra dirigiu uma recomendação a respeito da coerção indireta ao trabalho nas colónias portuguesas, na sequência das denúncias do trabalho forçado e escravo nas plantações de cacau de São Tomé e Príncipe, no início do século XX. Seguiu-se em 1947 outra denúncia no relatório de protesto do deputado por Angola na Assembleia Nacional de Lisboa, Henrique Galvão. Esta denuncia, informava que cerca de dois milhões de africanos tinham sido expatriados das colónias portuguesas⁸⁷².

Segundo Meneses,

O poder colonial português assentou, especialmente a partir da República, num conjunto de práticas coercivas que violavam o cerne dos valores democráticos que o novo governo defendia. Os africanos transformaram-se em súbditos indígenas, e não cidadãos; tinham deveres, mas poucos ou nenhuns direitos⁸⁷³.

Na mesma linha Jerónimo e Costa Pinto afirmam que,

O fenómeno do trabalho forçado desde muito cedo captou a atenção de críticos internacionais para o império colonial português. Proveniente de sociedades missionárias, movimentos nacionais e transnacionais, representantes oficiais, instituições internacionais, viajantes ocasionais ou cientistas sociais [...] nomeadamente no que concernia às suas políticas indígenas⁸⁷⁴.

Algumas destas denúncias vieram de William Clayton Pickersgill, cônsul britânico e antigo representante da *London Missionary Society*, que em 1897 denunciava

⁸⁷¹ Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo*, p. 21.

⁸⁷² Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 416.

⁸⁷³ Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 77.

⁸⁷⁴ Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo*, p. 16.

o sistema de contratação de serviçais em Angola e São Tomé e Príncipe indicando que estes serviçais não tinham liberdades individuais. O sociólogo norte-americano Edward Ross elaborou um relatório sobre as condições de trabalho em Angola e Moçambique que foi enviado a Comissão Temporária sobre Escravatura na Sociedade das Nações (SDN) (1919-1945), no qual fazia denúncias sobre a exploração desumana dos africanos⁸⁷⁵. Nesta organização foram realizadas ações para o combate aos abusos quanto a uso de mão-de-obra nas colónias coordenados pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) e pelo *Bureau International du Travail* (BIT), assim como pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros⁸⁷⁶.

A Companhia de Moçambique tinha também instituído o Regulamento do Serviço Indígena (1899) no final do século XIX, onde informava sobre a proibição de contratação de serviçais indígenas sem autorização expressa da Companhia, sinal de alguma escassez e competição. Aos que não observarem este regulamento estavam previstas multas. A licença cobrada para poder recrutar um indígena, era o pagamento de um emolumento de 2\$250 reis para cada individuo. A infração era punida com o pagamento não inferior a 100\$000 reis⁸⁷⁷. As discussões centravam se na doutrina de que, “a assistência ao indígena, a nível da alimentação e de alojamento, podia trazer como recompensa o aumento da população e o conseqüente aumento da receita”. Outra premissa, era de que “a maior facilidade de obtenção de mão-de-obra podia contribuir para o progresso das explorações económicas”⁸⁷⁸.

Segundo Moutinho, as necessidades de arrecadação de receitas através da política laboral e fiscal estavam assentes em três pilares nomeadamente, primeiro, a superioridade do colonizador; segundo, o direito de intervenção nos homens e nas coisas e, terceiro, a colonização devia ser permanente, quer dizer era indefinida no tempo. A base para o sucesso deste sistema ficou assente no uso da força de trabalho do nativo como mão-de-obra barata para a produção da riqueza⁸⁷⁹.

⁸⁷⁵ Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo*, p. 21–25.

⁸⁷⁶ Jerónimo, M.B. e Pinto, A.C., *Portugal e o fim do colonialismo*, p. 21.

⁸⁷⁷ PT/ANTT, Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do serviço indígena». N.º de ordem 2988, liv. N.º 5755, 1899.

⁸⁷⁸ PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -DGU, 1B, 2054-SEMU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar DGU-Direção geral do ultramar- Companhia de Moçambique. «Atas da sessão do conselho fiscal», 1906; PT/ANTT, Arquivo Salazar, «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Excelência Ministro das colónias, José Bacelar Beliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique».

⁸⁷⁹ Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 15.

Como resultado deste controlo aos indígenas para disponibilizarem a sua força laboral a Companhia de Moçambique, pelo seu capítulo III, Art.º 19, foi capaz de ter à sua disposição uma quantidade suficiente de mão-de-obra ao ponto de levar os indígenas que não fizessem falta ao serviço da Companhia, para o depósito de indígenas, feito segundo o modelo dos *compounds* do Transval. A partir deste depósito passou a fornecer os indígenas a particulares e, em troca, estes particulares “entregarão, no ato de receberem os pretos, metade do salário que eles deverão receber durante o período em que estiverem a trabalhar para eles e mais 1\$125 réis”⁸⁸⁰.

Tal como podemos notar no processo de recrutamento de trabalhadores indígenas esteve patente a finalidade de obtenção de rendimentos pelo “aluguer” da força de trabalho dos africanos que, se um não precisasse dos seus serviços devia passar para outro, pois, para o nativo não havia direito ao descanso. Quase todas as atividades da Companhia dependiam do trabalho forçado que, de certa forma diferia e, em alguns aspetos, superava a servidão passada nos séculos anteriores. No entanto, para os gestores da Companhia de Moçambique a assistência dada ao nativo, devia ter como recompensa o aumento da população e maior facilidade de obtenção da mão-de-obra e o conseqüente aumento da receita, que devia contribuir para o progresso das explorações económicas⁸⁸¹.

A Companhia de Moçambique em 1895 criou a Inspeção Geral dos Negócios Indígenas com vista a centralizar o recrutamento e a distribuição da mão-de-obra. Tratava de todos os assuntos relacionados com os chefes e a população africana, especialmente a cobrança de impostos e o fornecimento de trabalhadores⁸⁸². Com o aumento gradual das áreas pacificadas no território da Companhia nos anos de 1900, aumentou o número das subconcessionárias em diversas áreas das plantações, *farms*, explorações mineiras assim como os trabalhos de construção de diversas infraestruturas públicas e privadas, especialmente a construção do caminho-de-ferro e do porto, ao mesmo tempo que

⁸⁸⁰ PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento dos serviços indígenas em Manica». N.º de ordem 2988, liv. N.º 5755. 1899.

⁸⁸¹ “Seu domínio se baseava no trabalho forçado africano que diferia e, em alguns aspectos, superava as formas passadas de escravidão”. Allina-Pisano, E., *Slavery by any other name*, p. 4.

⁸⁸² Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 334–335. No entanto, devemos chamar a atenção de que a necessidade de regulamentação do trabalho foi sentida por todas as potências coloniais como meio de assegurar o fornecimento regular da mão-de-obra tendo variado apenas na duração legal dos contratos. Por exemplo, no Congo belga a duração legal do contrato previa o máximo de três anos e, nas colónias francesas e portuguesas eram dois anos. Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 416-417.

aumentaram as necessidades de mão-de-obra⁸⁸³. Como resultado do aumento desta competição registaram-se conflitos entre estes diversos agentes que levaram à administração da Companhia de Moçambique a fazer reformas no sistema de recrutamento. Com efeito, a partir de 1907 entraram em vigor alguns Regulamentos tais como o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas no Território da Companhia de Moçambique*; o *Regulamento para o Fornecimento de Indígenas a particulares no Território de Manica e Sofala*; e o *Regulamento para o Recrutamento de Indígenas de Manica e Sofala*⁸⁸⁴. A partir deste conjunto de regulamentos aplicáveis nos territórios da Companhia conseguimos notar uma semelhança com os que eram aplicados nos territórios sob administração direta portuguesa.

Estes três Regulamentos da Companhia de Moçambique por um lado, institucionalizaram o trabalho forçado pela obrigatoriedade de prestação de trabalho assalariado a todos os indivíduos em idade ativa para a obtenção de dinheiro. Por outro lado, permitiram o estabelecimento de um sistema de controlo rigoroso da população, através da imposição da obrigatoriedade de que todo o trabalhador africano devia ser portador de um certificado, a Caderneta Individual de Identificação do Indígena, introduzida em 1926/27, onde deviam constar o tempo de serviço prestado e as datas de início e do fim do contrato. Recorde-se que nos territórios sob administração direta dos portugueses também foi introduzida a caderneta azul e a caderneta amarela, para o controlo dos indígenas, assunto tratado acima. Adicionalmente tentaram controlar a saída da população com a interdição de recrutamento para serviços fora do território da Companhia que passou a ser considerada de crime punido com até 20 meses de trabalho forçado sem remuneração⁸⁸⁵.

Deste conjunto de ações impostas pela Companhia de Moçambique entre as quais a designada de Base 33 do Regulamento de 1899, que defendia que os indígenas deviam ser portadores de um certificado de trabalho para não serem recrutados à força e a proibição de saírem da colónia sem passaporte, a população africana reagiu de diversas formas entre as quais a mudança de nomes; a fuga aos territórios vizinhos, por vezes

⁸⁸³ *Ibid.*, p. 334.

⁸⁸⁴ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 334–335.

⁸⁸⁵ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 336–337.

fazendo deslocamentos das suas aldeias para outras áreas fora do alcance dos recrutadores⁸⁸⁶. Por exemplo, tanto no período da Companhia assim como do Estado Novo, aqueles que saíam da ilha de Chiloane até à África do Sul para trabalhar nas minas, consideravam esse trabalho ser vantajoso porque permitia ao trabalhador a obtenção de um ‘contrato’ que lhes permitia receber melhor salário⁸⁸⁷.

Devido a estas fugas referidas vai decrescer o número de pessoas em idade ativa nas regiões sob jurisdição da Companhia de Moçambique. Como consequência vai registar-se uma crise de mão-de-obra que levou os patrões a pressionarem o governador da Companhia⁸⁸⁸. Deste facto resultou que o governador Alberto Celestino Ferreira Pinto Basto (1903-1910) tivesse de abdicar e, em 1910 foi empossado João Pery de Lind. A primeira ação deste novo governante da Companhia, foi de reformular os serviços de recrutamento que iniciou em 1911, criando a Repartição do Trabalho Indígena (RTI) com a função principal de centralizar o fornecimento de mão-de-obra aos interessados. Este esforço centralizador introduzido por Lind permitiu que entre 1911 e 1917 a maior parte da mão-de-obra, cerca de 60% dos 80 mil, fosse recrutada por esta entidade da Companhia e, em 1927 chegou a ser quase totalidade dos recrutados⁸⁸⁹.

Em 1926/7 foi criada a Direção dos Negócios Indígenas (DNI) em substituição da RTI e, mais tarde foi criada a Associação do Trabalho Indígena, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada onde a Companhia detinha 38.5% do capital. Nestas reformulações, a Companhia alterou alguns procedimentos sobretudo quanto a forma de recrutamento e distribuição de mão-de-obra. Apesar destas mudanças nas instituições de recrutamento de mão-de-obra, não se alterou o sistema de trabalho forçado que continuou

⁸⁸⁶ Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, Vol. 1, p. 336; Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 15. Na região sul de Moçambique foram também reportadas ações semelhantes em 1903 quando “o chefe Jause do régulo Chuclune abandonou suas terras e foi para o Sabié com as suas famílias deixando 27 palhotas abandonadas. Coelho, M. D., “Sem dispêndio para a fazenda”: Estratégias e Finalidades da Ocupação colonialista do Interior no Sul de Moçambique, 1895-1903, p. 124.

⁸⁸⁷ PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Buzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947; Moutinho, M.C., «O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961», p. 146; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 341; Meneses, M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’», p. 75.

⁸⁸⁸ Situação similar foi registada nos territórios sob administração portuguesa, tal como aconteceu na década de 1930 na região norte, onde cerca de 40.000 pessoas fugiram para a Tanzânia. Departamento de História, *História de Moçambique, Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol.2, p. 51.

⁸⁸⁹ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 337; Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 34.

sendo a base da produção da riqueza dos patrões da Companhia de Moçambique, assim como do Estado português depois de findo o prazo de concessão em 1942 e se manteve até a década de 1960⁸⁹⁰.

A importância do controlo da mão-de-obra africana e a necessidade de obter mais fontes de receitas, pode ser observada também na proibição de contratação de serviços indígenas sem autorização expressa da Companhia, que constava do *Regulamento do Serviço Indígena* de 1899. Em 1941 trabalhavam 77.589 serviços distribuídos em 19.598 na agricultura, 1.198 nas explorações mineiras, 12.584 nas companhias açucareiras tais como a companhia colonial do Búzi e a *Sena Sugar Estates, Limited*, 7.260 nos caminhos-de-ferro, 4.927 nos serviços de carga e descarga no porto da Beira e 32.022 em todos os outros serviços tais como domésticos, fábricas, oficinas, estabelecimentos comerciais, industriais, entre outros⁸⁹¹. O objetivo central deste controlo era para garantir o acesso privilegiado da mão-de-obra e, por outro, obter mais uma fonte de receitas. Em 1909, a licença para recrutar um indígena era conseguida em troca do pagamento de um emolumento na quantia de 2\$250 réis para cada indivíduo. Quem não observasse estes dispositivos do Regulamento sujeitava-se a multas estipuladas com o pagamento não inferior a 100\$000 reis, tal como mencionamos acima⁸⁹².

A moeda *real* plural *réis*, foi a última moeda da monarquia portuguesa. Com a República instaurada em 1910, logo em 22 de Maio de 1911, foi decretado que o escudo substituía o real. Na nova moeda, 1 escudo correspondia aos antigos 1.000 réis ou reais. O escudo, por sua vez, dividia-se em 100 centavos. Mas, a transição para o novo sistema monetário, como sempre, levou algum tempo. Popularmente, as pessoas continuaram a usar a palavra réis e utilizavam a expressão um conto de réis para se referirem a 1.000 escudos. Por sua vez, o papel-moeda, ou seja, as notas de réis, da monarquia ainda continuaram a circular (tendo sido aposto o símbolo da República) até 1929. Em 1929, 1 libra equivalia a 108,250 escudos⁸⁹³.

A importância da alimentação aos nativos para obter a recompensa do seu aumento demográfico, como garante de aquisição de mais mão-de-obra e fonte de mais

⁸⁹⁰ Departamento de História, História de Moçambique, *Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 339.

⁸⁹¹ Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», p. 34.

⁸⁹² PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do serviço indígena». N.º de ordem 2988, liv. N.º 5755, 1899.

⁸⁹³ Valério, Nuno, *O Escudo: Unidade Monetária Portuguesa 1911-2001*, Banco de Portugal, Lisboa, 2001; Informação de Eugénia Rodrigues, aos 16/09/2021.

impostos, mereceu a elaboração de um artigo específico, o Artigo 233 do Código de Trabalho Indígena. Neste artigo, dizia-se que a alimentação que deve ser fornecida aos trabalhadores indígenas contratados, deve ser constituída de peixe seco⁸⁹⁴. Outro Regulamento, tratando também sobre a alimentação, dava uma recomendação de carácter humanista pois dizia que, “quanto às refeições de todos os trabalhadores indígenas, deviam ser compostas de géneros de boa qualidade e tanto quanto possível daquelas a que estão habituados nas suas terras e, de preferência de produção do país”⁸⁹⁵. Entretanto, a prática indicava que eram alimentados de forma diferente. Por exemplo, em 1963 um pretendente para a constituição da companhia de pesca em Moçambique, dizia que “...peixe salgado obtido pelos arrastos é para depois distribuir por toda a costa, visto que pescado à linha não é para vender a indígenas, mas sim para vender, bem vendido aos brancos, pois ele é bem melhor que o peixe de arrasto”⁸⁹⁶. Na mesma linha discriminatória, uma correspondência de 1914 entre o fornecedor do peixe seco, F.L. Simões da Beira, e o delegado da Companhia de Moçambique, defendia que a má qualidade do produto, peixe seco, que tinha apanhado humidade em um armazém, só poderia servir para alimentar os trabalhadores indígenas pois não tinha saída no mercado”⁸⁹⁷.

Por sua vez, o inspetor superior António de Almeida em (1947) depois da cessação da concessão, teceu as seguintes considerações:

A alimentação aos trabalhadores indígenas, na Companhia Colonial do Búzi, subconcessionária da Companhia de Moçambique, consta de papa açucarada, ao matabicho; farinha de milho e peixe seco, ao almoço, e farinha de milho e feijão ao jantar. O tal peixe resumia-se a corpinho, em que a pele fina só escondia espinha grossa, não é cozinhado e o feijão é cozido, simplesmente, em água, mas, como não fornecem lenha ao cozinheiro, fica intragável, do que se queixou o pessoal. Não dão amendoim ou qualquer substituto de gorduras vegetais, ou animais, e, só ao sábado, distribuem microscópica ração de carne, na época da cultura. A comida é distribuída a horas variáveis e os indígenas recebem o pirão em folhas secas de caniço. A Companhia aloja mal o pessoal, alimenta-o pior ainda e impõe tarefas exageradas. Explora ainda o trabalho de garotos, de forma desumana, dando-lhes tarefas quasi iguais às dos homens. Os garotos são tão novos que nenhum deles ainda paga imposto⁸⁹⁸.

⁸⁹⁴ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processos 291, nº 319/3222».

⁸⁹⁵ PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», nº 951 de 14 de Outubro, I Série numero 187, 1914.

⁸⁹⁶ PT/AHU- IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique».

⁸⁹⁷ PT/AHU- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processos 291», nº 319/3222.

⁸⁹⁸ PT/AHU- Ministério do Ultramar – Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina-ISAU, - «Inspeção superior António de Almeida. Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado; PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho

Esta era a situação geral da vida das comunidades africanas subjugadas pelas administrações, tanto da Companhia de Moçambique assim como das autoridades coloniais portuguesas. Nesta análise, podemos constatar que a vida dos trabalhadores africanos tinha importância para a Companhia e para as autoridades portuguesas na disponibilização da sua força de trabalho em qualquer circunstância e sem se observar condições condignas para essas atividades. Este processo, afetava a pesca artesanal na medida em que nestas comunidades onde recrutavam esta mão-de-obra barata estavam inseridos os pescadores artesanais o que, de alguma forma, tinha um impacto na atividade objeto deste estudo.

4.4-A política portuguesa para as pescas até ao início dos Planos de Fomento

A política económica específica para o desenvolvimento da pesca artesanal em Moçambique e, em particular no território de Manica e Sofala durante a administração portuguesa, 1942-1974, teve maior destaque no plano intercalar (1965-1967). Este plano, teve um impacto particular por ser onde estavam descritos os projetos para a modernização da pesca⁸⁹⁹.

O contexto internacional favorecia a sua aplicação assim como a preocupação interna de estimular a produção interna em cada colónia, para suprir as suas necessidades orçamentais básicas. Desta forma, esperava-se que as pescas ajudassem, através da pesca de camarão para a exportação, em tornarem-se mais uma fonte de arrecadação de divisas. Esta era uma espécie de resposta aos problemas do “deficit” do pescado produzido em Moçambique e o estabelecimento do papel de consumidor de excedentes da metrópole que outrora tinha caracterizado as relações entre Portugal e Moçambique.

A exploração das colónias durante o Estado Novo tinha como base a obrigação das colónias de auto-financiar o seu orçamento. Por outras palavras, a colónia era vista como uma fonte de acumulação para o processo de industrialização em Portugal, cumprindo com as seguintes tarefas:

Indígena», nº 951 de 14 de Outubro, I Série nº 187, 1914. No Capítulo VII do Regulamento Geral do Trabalho Indígena nas colónias portuguesas estava previsto o trabalho de menores de 15 anos.

⁸⁹⁹ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p.16.

1-Produzir matérias-primas baratas para a indústria portuguesa, (ex. algodão, açúcar, sisal, copra);

2-Ganhar divisas para a metrópole com a exportação de mão-de-obra sobretudo para a África do Sul, assim como a economia de serviços baseada no transporte ferroviário e portos, e a produção e exportação de matérias-primas para o mercado mundial, sobretudo o caju e óleos, entre outros;

3-Fornecer mercado para os produtos manufaturados de Portugal e receber os colonos vindos da metrópole⁹⁰⁰.

A criação do fundo de colonização foi outra medida criada com o objetivo de impulsionar a nacionalização do território com o aumento da presença colonial em África através de aumento de colonos. Por isso, a partir do final da II Guerra Mundial, quando Portugal foi admitido na Organização Europeia de Cooperação Económica (1948), em resultado do ‘Plano Marshall’, criou um Fundo de Colonização. Com base neste fundo entre 1947 e 1949 financiou alguns pescadores portugueses que estivessem interessados em seguir viagem para as províncias ultramarinas, sob certas condições. Algumas destas condições determinavam que os interessados não deviam ter mais do que 50 anos de idade e os que excediam essa idade, deviam pagar as passagens por si próprios. Deviam levar embarcações e os respetivos aprestos de pesca, assim como tripulações e suas famílias. Com esta ação pretendiam impulsionar o povoamento das colónias por brancos e o desenvolvimento ou modernização da pesca⁹⁰¹.

Entre as décadas de 1920 e 1930 alguns Estados da Europa foram caracterizados por regimes fascistas e ditatoriais, “criadores de mitos e usando a história para conferir legitimidade à sua ideologia e ao seu sistema político”, ao mesmo tempo que adotavam políticas de autarcia económica que tinham em vista propósitos de resolver os desequilíbrios financeiros internos e internacionais causados pela Primeira Guerra Mundial⁹⁰². Autarcia é uma sociedade ou comunidade que em termos económicos, deve

⁹⁰⁰ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 12.

⁹⁰¹ PT/AHU- Ministério do Ultramar- - Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU-GM, 866 A, 2G-CF, Cx., 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTOS 2-Companhia de Pesca “Senhora da Boa Viagem” em Moçambique»; «Embarcações de pesca para as colónias, Joaquim Cana, 1948/49».

⁹⁰² Lains, Pedro, «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», *Análise Social* XXIX, nº 128, 1994, p. 924; *História de Moçambique*, p. 390.

ser autossubsistente, nomeadamente em produzir tudo aquilo de que necessita para consumir, não ficando dependente das importações⁹⁰³.

Assim, para entendermos a política portuguesa para as pescas até ao início dos Planos de Fomento devemos antes abordar sobre o enquadramento jurídico da economia portuguesa entre 1926 e 1974 que, na generalidade, era extensiva às colónias e foi reforçado pelo Acto Colonial O Acto Colonial visou a subordinação das colónias à Metrópole e procurou promover uma assimilação uniformizadora, dentro de um Estado português pluricontinental, “indivisível, unitário e permanente”⁹⁰⁴. Nesta perspetiva, entre a metrópole e as colónias havia a necessidade de se unir numa *zona de escudo*, constituindo um sistema de economia fechada com o objetivo de alcançar um elevado nível de autossuficiência”⁹⁰⁵.

Em termos de legislação, a mais importante referente às pescas foi promulgada no período colonial, uma das quais é a que estabelece a Secretaria de Estado das Pescas, o regulamento de pesca e aquacultura de 1967, o regulamento da pesca do camarão, de 1971, o regulamento geral da pesca marítima, também de 1971. Depois da independência o destaque vai para a Lei do controlo das operações de pesca dos barcos estrangeiros, de 1978. Portanto, com exceção da Lei nº 8/78 respeitante à pesca por navios estrangeiros, toda ela foi promulgada no período colonial⁹⁰⁶.

O primeiro papel das colónias portuguesas em África, tal como mencionamos acima, seria de procurar angariar moeda estrangeira que seria depois enviada para Portugal através de um equilíbrio favorável entre a metrópole e as colónias. O segundo papel preconizava que as colónias deviam fornecer as matérias-primas e os géneros alimentícios à metrópole⁹⁰⁷. Moçambique, neste período, era considerado pelo Estado Novo como sendo um território caracterizado por um, “caos administrativo, falta de políticas financeiras e económicas coerentes, inflação e uma moeda sem valor, domínio estrangeiro através das companhias concessionárias e fraqueza e humilhação internacional. A imagem pretendida era de uma sociedade assente nos princípios católicos

⁹⁰³ Lains, P., «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», p. 390.

⁹⁰⁴ Silva, Joaquim Ramos, «A Regulação da economia no Salazarismo», ISEG-Universidade Tecnica de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 21.

⁹⁰⁵ Newitt. *História de Moçambique*, p. 392.

⁹⁰⁶ Almeida, *et all*, «Revisão da Legislação das Pescas», p. 8 e 15; «Competências da Secretaria de Estado das Pescas», Decreto 44/78 de 9 de Dezembro, In: *Boletim da República, I Série, nº147*.

⁹⁰⁷ Newitt. *História de Moçambique*, p. 396.

da autoridade e da família; da probidade financeira e da moeda forte e de um progresso económico baseado nos recursos internos”⁹⁰⁸.

Segundo Newitt, as bases do Estado Novo estavam assentes em três pilares: o exército, a burocracia e as grandes corporações económicas⁹⁰⁹. No concernente à economia, Silva afirma que a economia portuguesa durante este período foi a mesma, embora tenha havido uma tentativa de reorganização em bases diferentes a partir de 1968. Os seus fundamentos foram lançados na década de 1930 com o Estado Novo assim como algumas adaptações pontuais nas décadas de 1940 e 50. Neste período, a economia foi regulada segundo as bases do corporativismo que apregoavam, “os imperativos da função social do Estado”, embora se respeitasse a propriedade privada. Com esta política de inspiração corporativista o Estado, “...visou condicionar a capacidade de iniciativa e a livre concorrência favorecendo a emergência de cartéis e monopólios. Neste sentido, cabia ao Estado um papel de programação e condução da vida económica”⁹¹⁰.

Neste intervalo de tempo podem ser destacadas ações específicas, tais como aquelas registadas entre 1928 e 1932 em que as políticas do regime salazarista visaram o combate ao défice público e à inflação e o esforço com vista à estabilização da moeda, que estão subscritas no Decreto nº 15 465 de 14 de Maio de 1928, que reformou o orçamento e instituiu o princípio de unidade e da cobertura das despesas ordinárias pelas receitas ordinárias⁹¹¹.

O corporativismo português foi iniciado em 1933 com a aprovação da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto do Trabalho Nacional e encontra-se dentro de um quadro institucional baseado nas doutrinas corporativas de colaboração de indivíduos e grupos sociais e da sua subordinação ao Estado, oficializadas pelo (Decreto Lei nº 23.048, ETN). Este Decreto dizia que, “a Nação Portuguesa constitui uma unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses dominam os dos indivíduos e grupos que a compõem. Neste contexto, o corporativismo português estava direcionado para uma intervenção económica dirigida pelo Estado tanto na criação de organismos, como na sua efetiva orientação e articulação”⁹¹².

⁹⁰⁸ Newitt. *História de Moçambique*, p. 390-391.

⁹⁰⁹ Newitt. *História de Moçambique*, p. 391.

⁹¹⁰ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 2.

⁹¹¹ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 9.

⁹¹² Silva, J.R. «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 16-17.

Dentro desta lógica corporativista entre 1932 e 1934, foi criada a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, um cartel que teve o monopólio de compra do trigo aos agricultores, armazenagem e assistência técnica e financeira à produção ao mesmo tempo que criavam a Federação Nacional das Indústrias de Moagem, que tinha a missão de fazer a distribuição das quotas de moagem a cada fábrica. Estas políticas económicas estavam enquadradas na política agrícola e inseridas na Campanha do Trigo, que procurou regular a atividade agrícola de uma boa percentagem de população ativa de portugueses e ainda era extensiva a Angola. Entre outras medidas a Campanha de Trigo pretendia atingir uma, “auto-suficiência da produção de trigo, fixava os preços anuais a pagar ao produtor, estabelecia quotas para a importação e limitava a capacidade de moagem”⁹¹³. Esta experiência tinha em vista “disciplinar os mercados” e foi replicada, nos anos seguintes para outros sectores produtivos incluindo a pesca, com a criação do Instituto das Conservas de Peixe⁹¹⁴. Esta é a razão de consideramos estas políticas viradas à produção agrícola neste estudo sobre as pescas pela sua semelhança.

O “Grémio do Bacalhau” embrião da Organização das Pescas constituiu, no período entre 1935 e 1974, uma rede de organizações corporativas, sociedades mútuas de seguros, cooperativas e secções mercantis e empresariais de grémios de filiação obrigatória que envolveu as pescas marítimas. Associadas a “Campanha do Bacalhau” e da “obra social das pescas”, tornaram-se no ícone do sistema corporativo do regime do Estado Novo ancorado nas pescas. Este tipo de organização corporativa tinha em vista vincular os armadores, as casas dos pescadores e os sindicatos nacionais às políticas de fomento definidas pelo Estado. Alguns dos grémios das pescas criados durante este período, foram os grémios da pesca da Sardinha criado em 1938; o grémio da pesca de Arrasto, criada em 1939; o grémio da pesca da Baleia criado em 1945 e o grémio da pesca de Atum criado 1960⁹¹⁵.

Para Garrido, no campo económico e social o Estado Novo se baseou no *maritimismo* que se exprimiu na adoção de algumas iniciativas estatais de proteção e fomento da pesca do bacalhau e da marinha do comércio. Segundo ele,

O Estado Novo elege a “grande pesca” como alvo favorito dos seus programas de autarcia económica e da sua épica nacionalista (...). Volvidos cinco séculos das viagens de

⁹¹³ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 11.

⁹¹⁴ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 11.

⁹¹⁵ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 843-849.

descobrimto, a pretensão ideológica e política do Estado Novo em recuperar a grandeza da nação marítima, torna as viagens ao bacalhau um objeto favorito para estabelecer similitudes épicas. A “grande pesca” permitia refundir o pescador com as figuras do nauta e do viajante; prestou-se a discursos historicistas e a rituais de forte envolvimento popular que se tornaram hegemónicos e fizeram uso de alguns recursos da propaganda moderna⁹¹⁶.

No seguimento desta política de desenvolvimento da pesca industrial, promoveu a “Campanha do bacalhau” nos meados da década de trinta com o objetivo de promover a substituição de importações de bacalhau. Para este efeito, desenvolveu mecanismos de proteção da produção nacional ao mesmo tempo que faziam a renovação da frota bacalhoeira nacional tendo registado sinais de normalização no abastecimento nacional⁹¹⁷.

Na década de 1930 os pescadores portugueses eram estimados em cerca de 40.000 e o regime salazarista viu neles uma oportunidade para aplicar o seu sentido autoritário e totalizante, através do enquadramento compulsivo dos “trabalhadores do mar”. Assim, “tanto fez uso de argumentos etnológicos que denotam um esforço de cooptação dos usos e costumes locais pelo Estado e suas instituições, como se socorreu de discursos imagéticos e de ritualizações públicas fortemente cenografadas, a fim de despertar adesões e a emoção estética popular”⁹¹⁸.

Os trabalhadores do mar ofereciam ao regime um “meio social”, tanto no campo como no mar, que poderia acolher facilmente um modelo de enquadramento corporativo dos organismos de base profissional, favorecidos pelos impulsos de solidariedade dos mundos rural e marítimo assim como pela “frequente indistinção, ao nível das pescas artesanais, entre proprietários dos meios de produção e os assalariados, tornando as Casas dos Pescadores em organismos de cooperação social”⁹¹⁹. É dentro deste contexto que a ditadura salazarista previa obter uma retaguarda segura nestes pescadores para o lançamento de programas de fomento da pesca industrial porque consideravam a assistência aos pescadores-armadores artesanais, como uma forma de estancar os salários das pescarias industriais e de manter as atividades de pesca locais como reservatório de

⁹¹⁶ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 101-112.

⁹¹⁷ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 111-112.

⁹¹⁸ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 105.

⁹¹⁹ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 104.

mão-de-obra disponível para futuras necessidades de trabalhadores sazonais necessárias nas longínquas pescas de bacalhau e da pesca de arrasto⁹²⁰.

A nível simbólico o regime salazarista investiu na ritualização da pesca de bacalhau com a instituição da “bênção dos bacalhoeiros”, uma festa popular que se realizava anualmente no mês de Abril no espaço cénico de Belém, em Lisboa, a fim de abençoar os veleiros da frota portuguesa e as suas tripulações no momento de partida para a Terra Nova. “Tão anacrónica como o próprio regime ditatorial e colonial que a inventou e patrocinou, a festa manteve-se até 1974, o ano em que ocorreu o golpe militar que pôs termo à ditadura de Salazar e Caetano”⁹²¹.

Para além dos grémios patronais e a associação dos trabalhadores foram estabelecidas quotas de produção e os preços eram fixados pelo governo e as juntas regulavam a produção. Os regulamentos do trabalho tratavam também das questões salariais e assistência médica, o alojamento e a alimentação. “As economias de Portugal e das colónias seriam planeadas ao nível central e progressivamente integradas”⁹²². Esta interferência do Estado na regulação das atividades produtivas e planificação centralizada, em muitos aspetos será semelhante àquela adotada pelo regime socialista da Frelimo no pós-independência (1975-1991), com a regulação constante no Plano Estatal Central, assunto que tratamos adiante.

A pesca do bacalhau e o desenvolvimento desta indústria tiveram um papel importante na difusão das políticas corporativas do salazarismo. Com efeito, tiveram prioridade nos planos de renovação e ampliação da frota de pesca industrial, devido à importância do produto a níveis social, no abastecimento, na economia e na criação de emprego. Como resultado destes investimentos com o objetivo de alcançar uma autarcia económica, a “Campanha do Bacalhau” a nível do auto-aprovisionamento passou de 16% em 1934 para os 75% em 1966 e de quinto produtor de bacalhau em 1938, passou para o primeiro lugar em 1958⁹²³.

O condicionamento industrial instituído pelo Decreto nº 19.354 de 03 de Janeiro de 1931, foi outro instrumento de regulação económica do Estado relevante dentro do

⁹²⁰ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 111.

⁹²¹ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 113.

⁹²² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 395.

⁹²³ Garrido, A., «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», p. 850.

contexto das políticas de autarcia económica. Através do condicionamento industrial exigia-se uma autorização púrvia para a criação de novas indústrias como uma forma de racionalizar os investimentos, cartelizando algumas indústrias, e acabando com a concorrência. Esta norma contribuiu para uma forte concentração da indústria em alguns sectores tais como de oleaginosas, cimentos, adubos, pasta para papel, cervejas, moagens, entre outros, e só foi revogada definitivamente depois do 25 de Abril de 1974⁹²⁴.

A Lei de investimento estrangeiro foi condicionada pela lei de nacionalização de capital (Lei nº 1994 de 13 de Abril de 1943), com a qual procurou se estabelecer um regime especial que limitava e, em alguns casos, proibia mesmo a presença de estrangeiros no território português. Um dos dispositivos desta Lei dizia, por exemplo que, “...no futuro, as empresas cujas atividades fossem de exploração de serviços públicos, se desenvolvessem em regime de exclusividade, bem como cumprissem ‘finalidades que interessem fundamentalmente à defesa do Estado ou à economia da nação’, deviam ter pelo menos 60% de capitais portugueses”⁹²⁵. Com esta Lei, o Estado português comprou o porto e o caminho-de-ferro da Beira em 1948-1949⁹²⁶.

Segundo Lians, o que favoreceu ao regime salazarista para adotar estas medidas de autarcia económica foram as seguintes razões:

...balança de pagamentos melhorada que se traduziu na estabilidade monetária e cambial e melhoria da situação financeira do Estado. Assim, O Estado passou a estar em condições de conter as suas despesas e recuperar as suas receitas favorecidas pelos níveis de inflação que se mantiveram baixos. Em 1924 diminuiu o défice das contas públicas e, em 1928 registou-se o equilíbrio financeiro do Estado. Estes fatores juntos favoreceram o estabelecimento da Lei da Reconstituição Económica de 1935 que foram uma projeção a médio prazo para a aplicação dos saldos positivos previstos no Orçamento de Estado. Portanto, antes da Primeira Guerra Mundial Portugal reunia duas condições para uma maior intervenção do Estado na economia: Um regime de autarcia, que protegia o mercado interno, e a existência de fontes de financiamento publico. Depois da Segunda Guerra Mundial, juntaram às anteriores duas condições a acumulação de ouro e divisas no Banco de Portugal e saldos financeiros no sistema bancário nacional. Portanto, em 1945 estavam reunidas em Portugal as condições para uma maior intervenção do Estado na economia, mesma tendência que se verificava em outros países da Europa⁹²⁷.

O período entre 1953 e 1974 vai registar uma viragem quanto à política económica do Estado caracterizado pela implementação, em novos moldes, de um sistema de planificação da economia. Esta mudança, em parte como mencionamos acima, aparece como um condicionalismo para os países recebedores dos apoios americanos

⁹²⁴ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 24-25.

⁹²⁵ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 25.

⁹²⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 399.

⁹²⁷ Lains, P., «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», p. 925.

disponibilizados no âmbito do Plano Marshall e por uma progressiva integração da economia no espaço europeu e internacional através da Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE) e da União Europeia de pagamentos, e, mais tarde pela adesão na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960⁹²⁸. Segundo Lens, este passo provocou profundas alterações na economia portuguesa pois, a partir desta altura, Portugal passou a ser obrigado a uma abertura à concorrência internacional tanto no que diz respeito às trocas comerciais como ao movimento de capitais e à emigração. Com o fim do Plano de Reconstituição Económica (1936-1950) orçado em 6.500.000 contos fixado pela Lei nº 1914 de 24 de Maio de 1935, entrava se em uma nova etapa com os Planos de Fomento a partir de 1953⁹²⁹. Foi dentro deste contexto de conjugação de fatores internos e externos, que Portugal apostou no desenvolvimento das suas colónias, com base em uma reorganização da ocupação científica e no planeamento económico, baseado no desenho dos Planos de Fomento.

Porém, Castelo afirma que os Planos de Fomento, “foram peças de “manipulação e propaganda” do Estado Novo. Portanto, a ideia de desenvolvimento das colónias baseada no Fomento Ultramarino, surgiu na evolução da política interna e externa que levou o Estado Novo a abertura à modernização económica e à industrialização do país após 1945 e, em particular, nos anos 1960⁹³⁰. Segundo o Inspetor-geral do Fomento Ultramarino, Trigo de Morais, os Planos de Fomento tinham em vista,

Dar continuidade à tarefa civilizadora de Portugal; impulsionar o progresso geral; fortalecer a coesão nacional. Traduziam a perfeita compreensão como uma tarefa do mais relevante significado nacional e imperativo de necessidades de toda a família portuguesa, em felizes aumentos demográficos e justificadas aspirações de melhores níveis de vida em prazos certos⁹³¹.

No entanto, podemos dizer que este objetivo referido de melhoria dos níveis de vida, estava virado para a tal população colona que pretendiam que se estabelecesse nas

⁹²⁸ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 27; Lains, P., «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», p. 926.

⁹²⁹ Lains, P., «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», p. 931.

⁹³⁰ Castelo, Cláudia, «Developing ‘Portuguese África’ in late colonialism: confronting discourses», in: HODGE, Joseph M.; HÖDL, Gerald e KOPF, Martina (dir.), *Developing África*, Manchester University Press, 2014, p. 63-86. Esta autora entre as páginas 66 a 68 discute os diferentes significados que a palavra Fomento foi tendo nos discursos políticos dos diferentes dirigentes no Estado Novo; Newitt aponta que o debate para a industrialização de Moçambique foi iniciado na década de 1930 com a publicação de um plano de fomento sexenal que seria financiado pelos excedentes do governo acumulados e pelas receitas dos caminhos-de-ferro, mas só no final década de 1950 é que começou a ser incentivada a industrialização das colónias. Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 402-406.

⁹³¹ Araújo, Manuel Gomes de, *Os Planos de Fomento e a Defesa Nacional (Na Metrópole)*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1959, p. 6.

províncias ultramarinas e alguns africanos colaboradores do regime. Portanto, para este dirigente o progresso das províncias ultramarinas devia estar associado ao aumento de colonos nessas regiões.

Os Planos de Fomento (1953-1974) vão caracterizar e integrar as principais políticas administrativas e económicas adotadas pela administração portuguesa nos territórios das coloniais, em geral, e de Moçambique, em particular nas últimas quatro décadas da sua administração⁹³². Tinham em vista a “modernização do colonialismo”, e marcaram o período do Estado Novo e tiveram impacto no sector das pescas⁹³³. A palavra *Fomento* foi muito usada no discurso político durante o Estado Novo, tanto como *ação* assim como *objetivo* a alcançar a partir de 1936. Era usada como sinónimo de desenvolvimento, palavra que entrou no discurso político português após o 25 de Abril de 1974⁹³⁴.

O reconhecimento da importância da pesca para a economia levou Portugal a desenvolver esforços específicos para este sector. Assim, para o desenvolvimento da indústria das pescas, em 1966 foi criada pela portaria nº 21.916 de 16 de Março de 1966, a Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique, no qual estavam descritas diversas rubricas da missão, tais como recrutamento e treino do pessoal, instalação, equipamentos, despesas com frota, entre outras. No entanto, não constava nenhum item sobre a intervenção na área da pesca artesanal. Os trabalhos da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas (MBPM) iniciados em 1966, continuaram em 1967, 1968 e 1969, pela dotação dos Planos Intercalar de Fomento e do III Plano de Fomento⁹³⁵. O Decreto nº 49.431, de 6 de Dezembro de 1969 fixou, no seu artigo 23º, os encargos com a Província de Moçambique para a Junta de Investigação do Ultramar em 1970 a verba de 1.000.000\$00 para a Missão de Estudos Bioceanológicas e de Pescas. As finalidades destas verbas estiveram enquadradas no reconhecimento de que, “não será possível a organização da Indústria de Pesca em Moçambique, em bases sólidas, a menos

⁹³²O IV Plano de Fomento (1974-1979) teve a sua execução apenas num ano devido ao 25 de Abril de 1974 em Portugal e à independência de Moçambique em 1975.

⁹³³Castelo, C., «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», p. 395.

⁹³⁴Araújo, M. G. de, *Os Planos de Fomento e a Defesa Nacional (Na Metrópole)*, p. 6. Este autor refere que os antecedentes dos Planos de Fomento foram primeiro, O Plano Portuário de 1929 que marcou o início de programas administrativos parciais; segundo a Lei de Reconstituição Económica, entre 1935 a 1950.

⁹³⁵PT/AHU-Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

que se disponha de informação científica e tecnológica necessária ao seu dimensionamento”⁹³⁶. Em 1964 e 1965 esboçaram-se os primeiros programas que só em 1969, começaram a concretizar-se.

Entretanto, no mesmo ano de 1969 fez-se o pedido de uma verba para o funcionamento da Missão que foi disponibilizada em 1970, no valor de mil contos (1.000.000\$00) que se inscreveu no Orçamento Geral da Província. Esta dotação de mil contos voltou novamente a ser atribuída à Missão nos anos 1971, 1972, 1973. Aconteceu que devido ao novo diploma orgânico da Junta de Investigação Científica do Ultramar, aquela dotação de mil contos deixou de ser atribuída a MBPM e passou a ser integrada na dotação global do Orçamento que se traduziu na atribuição de 15.000 contos inscritos na verba do IV Plano de Fomento. Esta redução comprometeu as atividades do MBPM para o ano de 1974⁹³⁷. Portanto, como podemos observar apesar de terem sido previstas ações de financiamento para as pescas iniciadas no orçamento do segundo Plano de Fomento, 1959-1964, ações concretas foram registadas apenas depois da criação da Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique em 1966, cujas atividades começaram em 1969, de que referimos acima. Entretanto, as alterações ao novo diploma orgânico da Junta de Investigação Científica do Ultramar acabariam por influenciar na redução das verbas da Missão, comprometendo as suas atividades até ao final do período do Estado Novo em 1974. Por outras palavras a Missão terminou as suas atividades no seu início.

O primeiro Plano de Fomento foi aprovado pela Lei nº 2058 de 29 de Dezembro de 1952, para ser implementado no período entre 1953-1958. Estava orçado em 11.617.685 contos para a Metrópole e 4.930.600 contos para o Ultramar⁹³⁸. Para Moçambique teve uma dotação de 1.7 milhões de contos de investimentos nas áreas de construção de infraestruturas de comunicação, barragens, assim como promover a emigração branca, também designada de “emigração de portugueses para criar centros de

⁹³⁶ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4»; PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Exposição ao subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino sobre a pesca em Moçambique».

⁹³⁷ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

⁹³⁸ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 16.

população branca que possam contribuir para a nacionalização do território”⁹³⁹. Não contemplava nenhuma verba explícita para o sector das pescas⁹⁴⁰. Segundo Morais, este plano de fomento teve uma utilização dos investimentos do Estado em cerca de 91,8%⁹⁴¹.

O segundo Plano de Fomento, implementado no período de 1959-1964, começa numa altura em que o processo de descolonização já tinha-se iniciado nas colónias africanas dos franceses e dos britânicos e Portugal estava a enfrentar o desafio de seguir o mesmo caminho pressionado pelos nacionalistas⁹⁴². Esteve orçado em 21 milhões de contos para a Metrópole e 9 milhões para o Ultramar. Neste Plano o orçamento incluía as pescas (pescas, indústria extrativas e transformadora) com a verba de 5.770 milhares de contos para a Metrópole e a subdivisão no Ultramar indicava para Moçambique, 3.243 milhares de contos superados por Angola com 4.603 milhares de contos⁹⁴³. A execução deste Plano de Fomento continuou a apostar nas áreas da industrialização e continuação dos investimentos nas comunicações e transportes, assim como do povoamento branco e, pela primeira vez, criou um programa de assistência para a educação e saúde, mas não sabemos se conseguiu atender à população africana⁹⁴⁴. Deve-se salientar que os investimentos europeus na construção dos sistemas de transporte e comunicações (estradas, ferrovias, linhas telegráficas) representaram o prelúdio da conquista colonial por terem sido os meios pelos quais os europeus conseguiram penetrar no interior do continente africano⁹⁴⁵.

Em termos comparativos, a verba do II Plano de Fomento era de cerca de 1/3 em relação à verba do I Plano de Fomento. Possivelmente, uma das razões para esta redução, pode ter sido o início do processo de descolonização na África britânica e francesa e o início dos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas. Neste plano, foi alocada uma verba no valor de 406.300 contos para a pesquisa científica nas áreas de geologia,

⁹³⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 402.

⁹⁴⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 402.

⁹⁴¹ Morais, A. T. de, *Discurso proferido na sessão da Câmara Corporativa de 25 de Novembro de 1959, pelo Inspector-Geral do Fomento do Ultramar*, p. 5-6; Araújo, M. G. de, *Os Planos de Fomento e a Defesa Nacional (Na Metrópole)*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1959, p. 6.

⁹⁴² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 402.

⁹⁴³ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 11-17.

⁹⁴⁴ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 402; Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 16.

⁹⁴⁵ Rodney, W., «A economia colonial», p.377-378.

solos, cartografia, educação, nutrição e produtividade económica dos africanos. Esta investigação esteve a cargo de algumas instituições, tais como o Centro de Biologia Aquática Tropical que devia promover o desenvolvimento da investigação e a formação de investigadores e especialistas naquele ramo do conhecimento. Outras instituições foram a Junta das Investigações do Ultramar e o Centro de Bioceanologia e de Pescas do Ultramar, para a investigação aplicada ao mar, lagos e outros cursos de água, com vista à utilização dos recursos biológicos aquáticos e especialmente marinhos, assim como a instituição de Missões de Estudos Bioceanológicos e de Pescas orientados, coordenados e apoiados pelo Centro de Bioceanologia e Pescas⁹⁴⁶. A principal tarefa destas instituições era de fortalecer a investigação tecnológica na área da bioceanologia e das pescas para apoio à indústria. Os centros ficaram sediados em Lisboa e as missões em Lobito (Angola) e em Lourenço Marques (Moçambique)⁹⁴⁷.

Seguiram-se o Plano intercalar, 1965/67, integrado no segundo plano e o III Plano de Fomento, 1968-1973 e finalmente o previsto no IV Plano de Fomento, 1974-1979 que não chegou de ser implementado devido aos acontecimentos políticos em Portugal, 25 de Abril e a consequente independência de Moçambique, em 1975. Estes planos estabeleceram um conjunto de investimentos orientados para a construção de infraestruturas, numa primeira fase e, mais tarde, alargado para outras áreas de interesse social e económico. Um dos objetivos principais dos planos foi de impulsionar o controlo e a exploração dos recursos naturais pelo Estado e pelas empresas privadas capitalistas, muitas vezes em detrimento das comunidades locais⁹⁴⁸.

O início dos movimentos nacionalistas na década de 1960 tornou-se em outro dos motivos que levaram ao desenvolvimento dos Planos de Fomento, na tentativa de travar estes avanços independentistas. Estes movimentos nacionalistas foram impulsionados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), que proclamaram o direito de autodeterminação dos povos como um direito fundamental das nações que aspiravam ao alcance das suas independências que já vinham em curso no continente asiático. A

⁹⁴⁶ Rosinha, A. J., «As pescas marítimas- sua actual posição perante a criação da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique», *Anais dos serviços de Veterinária de Moçambique*, 16, 1968, p. 347. Estas instituições foram criadas pela legislação promulgada em 1966, Portaria Ministerial n° 21916, publicada no "Diário do Governo", n° 63 de 16 de Março, 1966; Castelo, C., «Investigação científica e política colonial portuguesa», p. 396.

⁹⁴⁷ Castelo, C., «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», p. 398.

⁹⁴⁸ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 106.

Conferência de Bandung (1955), foi também outro fórum que impulsionou os movimentos pelas independências. Por sua vez, as Nações Unidas, onde Portugal era membro desde 1955, determinaram que as potências coloniais tinham a obrigação de preparar as suas colónias para o processo das suas futuras independências⁹⁴⁹.

Ainda neste âmbito da necessidade de desenvolver as instituições de investigação na área das pescas Sanches, afirmava a necessidade de atracção de capitais para o desenvolvimento da pesca, que estava estritamente dependente da execução de prévios estudos de oceanografia, biologia piscatória e tecnologias da pesca e do pescado. Esta investigação devia estar orientada de forma a fornecer conhecimentos práticos capazes de garantir o êxito de futuras explorações. Usa como exemplo a experiência negativa com o arrastão ‘Laurentino’ pertencente a Companhia da Pesca de Moçambique, mencionado acima. Acrescenta o mesmo autor que houve também falta de ponderação para a necessidade de criação de algumas infraestruturas de apoio tais como, uma cadeia frigorífica, indispensável para a conservação e distribuição do pescado”⁹⁵⁰.

O terceiro Plano de Fomento (1968-1973), aparece no contexto em que em 1962 registava-se a constituição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que iniciou a luta de Libertação Nacional em 1964. Por isso, o governo português fazia esforços para, por um lado, fazer face a esta guerra e, por outro, melhorar os investimentos nas áreas económicas e sociais para desacreditar as causas da luta. Pretendia também o reforço de uma nova política económica que permitiria a internacionalização da economia e o desenvolvimento da indústria privada⁹⁵¹. Por exemplo, a produção industrial no período 1961 a 1974, aumentou de 2.531 para 9.219 toneladas e a exportação, no período 1971 a 1974, aumentou de 1.228 toneladas para 4.716 toneladas⁹⁵². Segundo Brito, nas vésperas da independência, o desenvolvimento industrial tinha colocado Moçambique entre os oito países mais industrializados da África, registando um aumento constante de tal modo que em 1942, representava 20% e passou para 46% em 1960, tendo atingido

⁹⁴⁹ Castelo, C., «O branco do mato de Lisboa: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas», *Os Outros da Colonização: Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, p. 29.

⁹⁵⁰ Sanches, J. G., «Panorama das pescas em Moçambique», p. 4.

⁹⁵¹ Planos de Fomento, Disponível em <http://planos-de-fomento>, Consultado a 11/11/2019 ; Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique : Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 16.

⁹⁵² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476; Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 17-18.

60% em 1973. No entanto, apenas 2% da população ativa africana estava envolvida nesta produção industrial⁹⁵³.

Estavam propostos para executar neste terceiro Plano de Fomento as seguintes tarefas: estudos sobre a natureza e densidade dos recursos marinhos ricos em espécies, daquelas que se suspeitava existirem em abundância; o melhoramento dos métodos de pesca e da conceção e desenho dos barcos e artes de pesca; fomento da cultura de peixes, moluscos e crustáceos em zonas protegidas; economia da exploração e comercialização do pescado e produtos da pesca; criação de escolas de pesca e instituições que melhorem a aptidão profissional dos pescadores e estabelecimento de um serviço de estatística de pesca, que assistisse aos estudos biológicos e económicos⁹⁵⁴.

Estas foram algumas das principais iniciativas desenvolvidas pelo Estado Novo para contrapor o legado que considerava de negativo, quando apreciava as ações praticadas pela Companhia de Moçambique nas províncias de Manica e Sofala. Uma das vozes desta reclamação foi o Governador Álvaro de G. e Melo em 1950, no seu relatório sobre a Colónia de Moçambique. Neste relatório, considerou que a Província de Manica e Sofala, no que diz respeito aos serviços locais de administração Civil, o Estado recebeu da Companhia de Moçambique uma péssima herança. Nas suas palavras, na administração da Companhia de Moçambique,

Não há cumprimento de muitos Regulamentos relacionados com o trabalho indígena. Os próprios serviços do Estado, em muitos casos, não cumprem neste capítulo o Regulamento do Trabalho dos Indígenas. A razão deste estado de coisas deve-se a um ter-se-deixado correr durante longos anos, e, principalmente, a que uma grande parte das empresas hoje em atividade já existirem no tempo da Companhia de Moçambique sob uma fiscalização branda de 'passa-lupas'. Pretender de um momento para o outro pôr as coisas nos seus devidos termos, significaria a paralisação quási total de todas as atividades de Manica e Sofala⁹⁵⁵.

Como podemos notar, o Governador quase que se exime das suas responsabilidades alegando que os esforços de correção daquilo que tinha corrido mal durante a administração da Companhia de Moçambique, e que identificou, poderia paralisar o funcionamento do aparelho administrativo e da economia. Caso caricato é que

⁹⁵³ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 21–22; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476.

⁹⁵⁴ Rosinha, A. J., «As pescas marítimas- sua actual posição perante a criação da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique», p. 350.

⁹⁵⁵ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- Governador Álvaro de G. e Melo. Colónia de Moçambique. Província de Manica e Sofala. «Relatório do governo de província». 1950. Dactilografado.

aponta que os próprios serviços do Estado não cumpriam com os Regulamentos e não propunha nenhuma medida de correção. Isto, claro, porque tratava-se de uma questão de distinção de classes sociais da sociedade, onde os negros estavam no escalão mais baixo, segundo os pressupostos do indigenato.

Na década de 1960 seguiu-se outra inspeção, desta vez realizada pelo Inspetor superior Mário Costa, entre 1960-61. Na rubrica sobre “assistência e proteção ao trabalhador indígena” em Manica e Sofala, destaca várias deficiências por parte dos “patrões” na cidade da Beira, em especial no que diz respeito tanto ao alojamento, assim como na alimentação dos trabalhadores indígenas⁹⁵⁶. Nesse sentido escreveu que,

Impressiona a forma como não é cumprido o Código do Trabalho Indígena e o respetivo Regulamento a ponto de em Chimoio de 146 empresas que fornecem alimentação apenas 4 cumprem a tabela legal. Quanto aos acampamentos, das 292 empresas que exercem atividades no distrito, só 26 eram consideradas BOM; dos restantes, eram 85 REGULARES; e 137 MAUS e PÉSSIMOS⁹⁵⁷.

Como podemos notar, a maior percentagem foi daquelas empresas que não cumpriam com o tal Regulamento, e não constava nenhuma sanção que tenha sido tomada contra essas empresas. Portanto, a generalidade destas críticas das autoridades portuguesas, podiam fazer crer que a administração portuguesa tivesse feito melhor no seu tempo, em relação às ações da Companhia de Moçambique em relação à população local.

Podemos concluir que o processo de nacionalização do território e a extensão da soberania portuguesa às terras de Manica e Sofala, tiveram como base a continuação de muitas práticas possivelmente porque as bases jurídicas e regulamentares das duas administrações coloniais em relação as comunidades africanas locais, o dominado, o indígena, prevaleceram também no período do Estado Novo⁹⁵⁸. Daí que se pode considerar que os objetivos e as políticas da Companhia de Moçambique, tiveram

⁹⁵⁶ PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique»; Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processos 291, nº 319/3222»; PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho» Indígena, nº 951 de 14 de Outubro, I Série nº 187, 1914.

⁹⁵⁷ PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- Inspetor superior Mário Costa. «Inspeção Superior de Administração Ultramarina. «Inspeção à província de Moçambique. 1960- 1961». Vol. 2. Distritos. Dactilografado. Esta foi a segunda inspeção depois daquela realizada em 1947.

⁹⁵⁸ PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», nº 951 de 14 de Outubro, Iº Série nº 187.

continuidade com as adotadas pelo Estado colonial português, a partir do início da década de 1940 até 1974, nestes territórios de Manica e Sofala. Algumas modificações de destaque, foram registadas nas tentativas de “democratização” da colonização, encetados a partir 1951 com a revisão da Constituição portuguesa.

Esta era a situação geral da política portuguesa para as pescas até ao início dos Planos de Fomento onde se destaca o corporativismo português, baseado nas doutrinas corporativas segundo os quais a colaboração de indivíduos e grupos sociais devia ser baseada na sua subordinação ao Estado. A pesca do bacalhau e o desenvolvimento desta indústria tiveram um papel importante na difusão das políticas corporativas do salazarismo. Com efeito, tiveram prioridade nos planos de renovação e ampliação da frota de pesca industrial, devido à importância do produto a níveis social, no abastecimento, na economia e na criação de emprego.

Para além destas ações, o salazarismo promoveu e desenvolveu diversas iniciativas entre as quais o “Grémio do Bacalhau”, que foi o embrião da Organização das Pescas, no período entre 1935 e 1974, e constituíram uma rede de organizações corporativas, sociedades mútuas de seguros, cooperativas e secções mercantis e empresariais de grémios de filiação obrigatória que envolveu as pescas marítimas. Destaque também às “Campanha do Bacalhau” e da “obra social das pescas” que se tornaram no ícone do sistema corporativo do regime do Estado Novo ancorado nas pescas. Estes tipos de organização corporativa tinham em vista vincular a armadores as casas dos pescadores e os sindicatos nacionais às políticas de fomento definidas pelo Estado.

4.5-O Plano intercalar (1965-1967), e a modernização da pesca pelo Estado Novo

O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), foi aquele onde o sector de pescas começou a merecer atenção particular e esteve integrado no segundo Plano de Fomento. Segundo Castelo, o Plano Intercalar de Fomento teve enfoque nas pescas devido, “ao interesse social e económico que apresentava o incremento das atividades piscatórias nas províncias ultramarinas”⁹⁵⁹. Para este efeito, e de forma a atingir-se o objetivo da

⁹⁵⁹ Castelo, C., «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», p. 389.

modernização das pescas, seria necessário um incremento da articulação entre o planeamento económico e a investigação científica para o ultramar.

Foi dentro deste contexto que o Governador-geral de Moçambique informou ao Ministro do Ultramar ter recebido a informação de que havia uma verba para as pescas no valor de 5.000 contos, em 1965, através do Plano Intercalar, verba esta que seria administrada por uma entidade a ser criada na dependência da Junta de Investigação Científica do Ultramar cuja distribuição seria de 3.000 contos para a investigação e assistência técnica e 2.000 contos para as pescas⁹⁶⁰.

No período que começa de 1965, foi registado um impulso nas pescas nesta região com a introdução da frota camaroeira. Para o desenvolvimento desta pescaria importante para a exportação e arrecadação de divisas, foram realizados diversos estudos executados por cruzeiros de investigação em todo o banco de Sofala. Estes estudos, permitiram a realização de algumas avaliações de estoques, sendo de destacar os camarões de plataforma e os pequenos pelágicos⁹⁶¹. Neste âmbito, a partir de 1965 foi revogado o Decreto-Lei nº 27.560 de 11 de Março de 1937 que considerava nocivo o uso de redes ou aparelhos de arrasto que funcionassem a reboque de uma ou mais embarcações movidas por qualquer motor e legalizada a pesca pelos fundos das águas marítimas e, em 1966 foi criado o centro de Bioceanologia e Pescas do Ultramar (CBPU) e a Missão de Estudos Biocenológicos e de Pescas (MEBPM), pela portaria nº 21916 de 16/3/66⁹⁶². O centro tinha como objetivo estudar os recursos naturais do meio marinho, com vista a sua avaliação e exploração racional de modo a garantir a estabilidade dos *stocks* e a máxima rentabilidade dos mesmos⁹⁶³.

Em 1968 o Governo-geral de Moçambique, pelo Diploma Legislativo nº 2762, Iª série, nº 28, promulgou o Regulamento da pesca do camarão com rede de arrastar nas águas territoriais da Província de Moçambique, dando início a pesca com finalidade comercial⁹⁶⁴. Este Regulamento, previa a autorização da pesca de camarão por um período experimental de 5 anos dentro de seis milhas de águas territoriais da Província. O

⁹⁶⁰ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

⁹⁶¹ Informação publicada no «Diário do Governo», I série, nº 63, de 16 de Março de 1966, portaria nº 21916.

⁹⁶² Informação publicada no «Diário do Governo», I série, nº 63, de 16 de Março de 1966, portaria nº 21916.

⁹⁶³ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

⁹⁶⁴ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 23.

Regulamento, também autorizava a exploração por apenas 50 embarcações e as tripulações deviam ser portuguesas. A meta era de atingir uma exportação anual de camarão no valor de 300.000 contos em 1973, contudo não indicava a quantidade correspondente⁹⁶⁵. Em 1971, sobre a mesma matéria foi de novo aprovado um outro Regulamento da pesca do camarão, pelo Diploma Legislativo nº 50/71 de 29 de Maio de 1971, que autorizava a pesca de camarão com rede de arrastar nas águas territoriais da Província de Moçambique, mostrando a importância reservada à pesca do camarão e outros crustáceos destinados para a exportação⁹⁶⁶. Neste tipo de pesca, era e continua sendo onde o sector privado da pesca presta mais atenção devido ao seu elevado valor nas exportações, sobretudo de crustáceos e moluscos. Entre 1958/64 exportou-se 235 toneladas de crustáceos para Rodésia (atual Zimbabwe) e África do Sul e, mais tarde para os Estados Unidos da América a partir de 1960. Os moluscos e holotúrias foram exportados na totalidade para mercados asiáticos, especialmente Hong Kong⁹⁶⁷.

Dentro deste contexto de modernização das pescas nas colónias, foi realizado em Lisboa o II Congresso Nacional de Pescas de 30 de Junho a 7 de Julho de 1947. Neste congresso, foram delineadas estratégias de intervenção para o desenvolvimento das pescas nas colónias, incluindo o estabelecimento do Fundo de Colonização que passou a financiar a deslocação de pescadores para as colónias⁹⁶⁸.

Em relação a Moçambique, uma década depois, foi decidido no V Congresso Nacional de Pesca, realizado em Luanda em 1957, uma recomendação para estabelecer em Lourenço Marques um laboratório de biologia aplicada às pescas, e a constituição de um posto de colheita e de observações bio-oceanográficas na ilha de Inhaca. Esse laboratório devia dotar-se de meios materiais e do quadro de pessoal indispensável ao seu funcionamento e que ficaria organicamente ligado à Missão de Biologia Marítima do

⁹⁶⁵ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

⁹⁶⁶ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project.*, p. 2. Em 1997 cerca de 50% das capturas industriais e semi-industrial consistiam primeiro em camarão, lagosta e atum e segundo em outros peixes de primeira categoria que eram a mercadoria de exportação mais valiosa.

⁹⁶⁷ PORTUGAL. II Plano de Fomento nas Colónias - «Relatório da execução do IIº Plano de Fomento: 1959 - 1964». Lisboa, 1966. 11 Vols.

⁹⁶⁸ «Estatutos da Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique», Orbis- Edições Ilustradas, Lisboa, 1966.

Ultramar, trabalhando em íntima colaboração com o Instituto de Investigação Científica de Moçambique⁹⁶⁹.

Entre 1963 e 1972 dentro do período da implementação dos Planos de Fomento e com a clara preocupação de melhorar o sector das pescas, esteve em vigência a Comissão Nacional de Coordenação e Planificação de Pescas que visava a reorganização da coordenação das atividades do sector das pescas em Moçambique. A sua vigência incluiu o período do plano intercalar e quase todo o terceiro Plano de Fomento, (1968-1973)⁹⁷⁰. Esta comissão em 1963 enviou um relatório ao presidente da Junta de Investigação do Ultramar em Lisboa, afirmando que,

Pensamos que o processo mais rápido e económico-imediatamente exequível-será promover a reorganização da investigação básica e aplicada das ciências do mar e afins, sendo o objetivo primordial a atingir a criação de um Instituto Nacional de Investigação Aplicada à Pesca, o qual resultaria da fusão (e conseqüente desaparecimento como entidades autónomas de todos) ou parte das seguintes instituições atuais: Instituto de Biologia Marítima, Centro de Biologia Piscatória, Missão de Biologia Marítima, Aquário Vasco da Gama, Gabinete de Estudos das pescas⁹⁷¹.

Volvidos cerca de 6 anos, em 1969 foi elaborado o relatório da execução do II Plano de Fomento, pelo Gabinete de Planeamento e Integração Económica que se debruçava sobre o investimento nas pescas. Neste relatório era destacado também que o sector de pesca devia ser encarado de forma a permitir um rápido desenvolvimento com o incremento da produção nacional metropolitana e ultramarina, tal como se verificava no panorama das pescas mundiais⁹⁷².

Devido a esta preocupação pela disponibilidade de informação científica e tecnológica necessária para conhecer a dimensão dos recursos marinhos, o Governador-geral de Moçambique, General J. A. Costa Almeida, enviou uma carta/requerimento a 10 de Agosto de 1965, ao Ministro do Ultramar (ref. 4740/174/CTPIE/3.6/65), a informar que fora lhe comunicado que com vista à investigação científica e tecnológica no domínio

⁹⁶⁹ Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», p. 36.

⁹⁷⁰ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Comissão Nacional de Coordenação e Planificação de Pescas, 01, 1963-1972, nº 1057. «Relatório enviado ao presidente da Junta de Investigação do Ultramar».

⁹⁷¹ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Comissão Nacional de Coordenação e Planificação de Pescas, 01, 1963-1972, nº 1057. «Relatório enviado ao presidente da Junta de Investigação do Ultramar».

⁹⁷² PT/AHU- Ministério das colónias- Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica- Gabinete de Planeamento e Integração Económica. «Relatório da Execução do IIº Plano de Fomento. Volume III- Exploração mineira; pesca e indústrias derivadas; indústrias transformadoras», 1966.

das pescas, seria necessário uma verba de 5.000 contos em 1965, através do Plano Intercalar para esta província, pois admitiam que não seria possível a organização da indústria de pesca em Moçambique, em bases sólidas sem essas ações⁹⁷³. Esta era uma parte dos esforços empreendidos para que fosse possível um controlo do Estado e o domínio das empresas privadas das pescas de forma a facilitar a sua exploração em proveito da Metrópole.

No entanto, deve realçar-se que nas rubricas descritas nas primeiras dotações tanto do plano intercalar, assim como do terceiro Plano de Fomento, tais como recrutamento e treino do pessoal, instalação, equipamentos, despesas com a frota, entre outras, poucas dotações foram destinadas a intervenção na área da pesca artesanal, considerando que era neste tipo de pesca onde estava envolvida a maioria da população nativa africana e uma das principais fontes de proteínas⁹⁷⁴.

As estimativas das pesquisas nas pescas de Moçambique do período anterior ao início do exercício da Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique na década de 1960, admitiam a existência de ricos mananciais de pescado os quais a sua exploração só seriam possíveis desde que se verificassem certas condições necessárias e indispensáveis, tais como a existência de legislação adequada até à existência de infraestruturas. “Infelizmente umas e outras ou são inadequadas ou não existem”⁹⁷⁵. Esta era a apreciação dos técnicos da Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique, quando faziam o programa de trabalho e estimativas de despesas, para a execução das tarefas traçadas para o ano de 1969. Esta Missão, na sua atuação desempenhava funções de uma entidade do Governo daí que recebia dotações orçamentais do Estado.

No mesmo sentido Alpers, argumenta que conquanto a indústria da pesca tenha começado a atrair certo grau de atenção a partir do início da década de 1960, ela não se desenvolveu⁹⁷⁶.

⁹⁷³ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4».

⁹⁷⁴ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4». Os trabalhos da Missão de Estudos Bioceanológicos e de pescas iniciaram em 1966 e continuaram em 1967, 1968 e 1969, pela dotação dos Planos Intercalar de Fomento e do III Plano de Fomento. A partir de 1970 até 1973 as dotações da Missão passaram a 1.000.000\$00 por ano.

⁹⁷⁵ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4».

⁹⁷⁶ Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 5–7.

Segundo o relatório de atividades da Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique, “havia tendência de atribuir para si a tarefa de extensão e assistência à pesca artesanal, mas que aceitava assessorar, mas não a responsabilidade de execução dessa tarefa”. O seu diagnóstico era de que, “a situação das pescas da Província, era exatamente a resultante pela existência de apenas uma pescaria essencialmente artesanal, e não se dispor-nem se afigurar fácil o imediato aparecimento de um organismo de extensão”⁹⁷⁷.

Mais uma vez as entidades do Estado reconheciam a existência e o potencial da pesca artesanal, mas poucos investimentos canalizaram para o seu desenvolvimento. Quando o fizeram, colocavam cláusulas discriminatórias que impediam os pescadores nativos a terem o seu acesso. Por exemplo, a Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique elaborou um programa de modernização da pesca tradicional ou de subsistência, através de um fundo de auxílio aos pescadores⁹⁷⁸. Segundo os objetivos traçados o programa devia estudar a possibilidade de modernizar a pesca tradicional e de subsistência, através de uma promoção progressiva da assistência técnica por meio dos serviços de extensão a criar. O programa de modernização da pesca tradicional ou de subsistência devia também incentivar a sua modernização, pelo aumento de eficiência da pesca artesanal a dois níveis, nomeadamente: primeiro, assistir aos pescadores de economia débil, mas suscetível de solvência económica e de promoção a pescador-armador e, segundo, assistir ao pescador-armador mal equipado, mas já com alguma experiência de exploração a traqueio de barcos. Para estas ações solicitaram a dotação de 10.000 contos, os quais achavam que podiam ajudar a promover a transformação da pesca artesanal a industrial⁹⁷⁹. Não estão descritos os resultados deste programa nesta documentação, mas claramente não incluía os pescadores nativos africanos que não estavam em condições de preencher os referidos requisitos.

No início da década de 1970 foram realizadas algumas ações com o objetivo de promover os pescadores artesanais locais, através de estágios que deviam realizar na Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique em colaboração com o

⁹⁷⁷ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n° 880.4».

⁹⁷⁸ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n° 880.4».

⁹⁷⁹ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n° 880.4».

Instituto do Trabalho. No mesmo período foram desenvolvidos pela missão, estudos básicos de tecnologias e artes de pesca locais⁹⁸⁰. Adicionalmente, a missão decidiu pela realização de uma experiência piloto onde deviam organizar um curso de formação de “patrões” para a pesca de camarão. Este curso demoraria aproximadamente um ano e seriam admitidos, após concurso e testes psicotécnicos, elementos com um mínimo de habilitação do 5º ano liceal ou equivalente, e com serviço militar cumprido. A finalidade destes formandos seria de assistir os pescadores artesanais e a indústria de pesca, na adoção de novos métodos e novas tecnologias⁹⁸¹.

Como podemos notar na década de 1960, foram realizadas algumas iniciativas para a promoção da pesca artesanal em Moçambique pela Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique. No entanto, algumas questões de reflexão são suscitadas quando observamos os objetivos e o grupo-alvo. Primeiro, quem e quantos seriam os pescadores artesanais nativos africanos, capazes de aspirar a pescador-armador de acordo com os critérios definidos? Segundo, quem e quantos seriam os pescadores que preenchem o perfil para se tornarem em “patrões” para a pesca de camarão? Terceiro, havia a pretensão de promover a pesca artesanal a industrial. Será que os tais pescadores artesanais pretendiam transitar para a pesca industrial? Contudo, devemos compreender que a transição de um tipo de pesca para outro depende do pescador, mas o Estado deve ser capaz de criar infraestruturas e apoios financeiros que permitam esta transição ao mesmo tempo que melhore a vida dos seus cidadãos.

Em relação a esta última pergunta, devemos considerar que poderia haver um “receio” entre os pescadores artesanais em aceitar os novos tipos de equipamentos que a modernização vinha introduzindo na pesca, possivelmente na mesma situação assistida durante o início da Revolução Industrial, em que os operários desconfiavam das novas máquinas que vinham sendo introduzidas na indústria⁹⁸².

⁹⁸⁰ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4».

⁹⁸¹ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4».

⁹⁸² A Revolução Industrial foi um conjunto de mudanças tecnológicas que se iniciaram na Europa no século XVIII e se expandiu pelo resto do mundo a partir do século XIX. A introdução destas maquinarias nas diversas etapas da produção, teve como consequência a redução da mão-de-obra e o descontentamento da classe trabalhadora, que criaram diversos movimentos de contestação, alguns de cariz política, tais como o cartismo e outros violentos, tais como o ludismo, também conhecidos como “quebradores de máquinas”. «Revolução industrial». Disponível em, <http://www.historiadomundo.com.br>, consultado em 1/06/2020. Nestes termos, apesar de referência a períodos cronológicos diferentes, tornam-se válidos os argumentos de Graça, quando publicou um artigo com o título «Porto de Abrigo» do jornal “*O Commercio da Póvoa do Varzim*” de 22 de Outubro de 1916, onde manifestava a sua posição contra a introdução de embarcações

Quanto ao nível de escolaridade exigido, (5º ano liceal) para tornar-se “patrão” para a pesca de camarão, é nosso entender que devia ser também um entrave, para muitos pescadores artesanais brancos. Pois, tanto no período da administração da Companhia de Moçambique assim como no período do Estado Novo na pesca artesanal predominava a iliteracia que geralmente também é associada à pobreza⁹⁸³. Em relação aos pescadores artesanais africanos nativos, poucas capacidades económicas tinham assim como havia também o predomínio da iliteracia, tal como a iliteracia dos pescadores poveiros referida por Graça⁹⁸⁴. Muitas destas limitações, eram devidas a vários instrumentos discriminatórios legais abordados acima, entre os quais a política do indigenato. Como consequência, não tinham os requisitos para poderem ser candidatos a usufruírem destas iniciativas, salvo algumas exceções sobretudo dos indivíduos integrados na administração colonial oriundos de famílias de algumas elites africanas.

O III Plano de Fomento (1967- 1973), recebeu um orçamento suplementar de receitas e despesas da Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique, com uma dotação de 14.500 contos, para a execução do programa designado de “Investigação não ligada ao ensino”, iniciado em 1971, que tinha como enfoque principal o estudo dos *stocks* de camarão devido a constatação de que,

Existem nas águas de Moçambique espécies de grande interesse económico como o camarão cuja importância na economia da província justifica que 50% da atividade da Missão se tenha ocupado no seu estudo. Com efeito calcula-se que a produção anual de camarão na região de António Enes-Quelimane seja de 10.000 toneladas, o que representava um valor de exportação de cerca de 800.000.000\$00⁹⁸⁵.

Esta atividade foi complementada pela solicitação à Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique para que estendesse as suas atividades para atender também à questão da tecnologia da conservação e transformação do pescado, que

modernas, os vapores *traineiras* e *cercos*, por achar que no futuro haveriam de dominar a pesca em detrimento da pesca artesanal. Graça, A. Santos, «Porto de Abrigo, Salvemos a Pátria», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 22/10/1916, p. 40.

⁹⁸³ Neiland, A.E. e Bene, C., *Poverty and Small-scale Fisheries in West Africa*, p. 62; «Escravidão Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911, p. 40.

⁹⁸⁴ «Escravidão Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911 p. 8.

⁹⁸⁵ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

deveria assistir, principalmente a pesca do camarão cuja importância está realçada nos regulamentos descritos acima.

A contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do sector de pescas em 1963 foi de 0.24% onde as embarcações a motor (semi-industrial e industrial) contribuíram com a média de 16 toneladas (período 1958/63), e os barcos à vela ou remo 1.1 toneladas. A produção média por pescador foi de 340kg. No ano de 1964, o Produto Interno Bruto foi de 16.000 milhares de dólares americanos (80 USD por habitante) e as pescas contribuíram com cerca de 0,23%. A população de Moçambique em 1964 era de 6.990.000 habitantes⁹⁸⁶. De acordo com estes dados nos anos considerados a oscilação da contribuição da pesca no PIB foi muito baixa com tendência a diminuir e não temos a indicação das razões.

No âmbito do envolvimento de companhias privadas na exploração dos recursos pesqueiros foram realizados estudos pela Missão de Estudos Bioceanológico e de Pescas de Moçambique entre 1967 e 1968, que tinham como finalidade assistir a duas grandes companhias de pesca que estavam para iniciar as suas atividades na pesca de camarão, e que poderiam mais tarde, estender as suas atividades para as zonas mais profundas do oceano⁹⁸⁷.

Segundo Falcão, deve-se notar que até no princípio dos anos de 1960, nunca haviam sido feitas por instituições portuguesas, trabalhos de bio-oceanologia no Canal de Moçambique. Exceção foram os trabalhos realizados pelos cruzeiros do N. H. Almirante Lacerda do Instituto Hidrográfico de Lisboa, entre 1964-65 e integradas na expedição Internacional ao Oceano Indico. Em 1969, esta expedição realizou mais uma ação, no âmbito da Primeira Expedição Internacional do Oceano Indico (IIOE), assim como do Programa Internacional de Rastreio e de Desenvolvimentos das Pescarias do Oceano Indico- I, Fase promovido pela FAO⁹⁸⁸. No entanto, um documento de Arquivo indica que se tinha realizado uma Missão Oceanográfica da Província de Moçambique em 1925

⁹⁸⁶ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 76; PORTUGAL, «Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964».

⁹⁸⁷ «The Overseas Companies of Portugal. The Portuguese Economy: 1967-1968», p. 80.

⁹⁸⁸ Paredes, J.F., *Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique.*, p. 2; «The Overseas Companies of Portugal. The Portuguese Economy: 1967-1968»; Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4». Existia ainda a Comissão de Pescas para o Indico-Pacífico (IPFC) assim como a Comissão de Pescarias do Oceano Indico (IOFC dentro da FAO).

que visava fazer um estudo sobre a pesca de arrasto na costa do território da Companhia de Moçambique⁹⁸⁹.

Estes pressupostos de investimento na constituição de equipas para missões de investigação e pesquisa nas pescas dotadas de verbas específicas marcaram os esforços para a modernização da pesca, adotados por diversos países e também por Portugal, nos meados do século XX. Com base nestes esforços de modernização, foram introduzidas embarcações a motores, naquilo que se considera como o início do desenvolvimento do sector de pesca. Estes factos podemos considerar como o início do desenvolvimento da pesca semi-industrial e industrial em Moçambique com a publicação do Regulamento de pesca marítima em 1965, e, no mesmo ano a emissão da primeira licença para a pesca semi-industrial e industrial que legalizou a pesca de arrasto pelo fundo nas águas de Moçambique⁹⁹⁰. Este processo, estava inserido nos Planos de Fomento que tiveram maior impulso a partir do plano intercalar (1965-67)⁹⁹¹. De recordar que no período anterior ao plano intercalar, era proibida a pesca de arrasto nas águas de Moçambique.

De salientar que neste processo da modernização da pesca, tal como referimos acima, tanto no período da Companhia de Moçambique assim como no período do Estado Novo, poucos moçambicanos nativos foram integrados nos postos hierárquicos mais elevados nas diversas etapas de produção, processamento e comercialização do pescado que eram realizadas por portugueses ou estrangeiros⁹⁹². Posição semelhante é assumida por Landau quando repara que em 1975 na altura da independência, apesar de a população de Moçambique ser de cerca de 11 a 12 milhões de habitantes e cerca de 250 mil portugueses, estes, “ocupavam quase todas as posições no sector publico e governamental e também no sector privado na industria, plantações e no comércio grossista e retalhista, transporte, profissões liberais e a população local de origem étnica e linguisticamente heterogénea não teve nenhuma preparação para ocupar estes cargos e funções deixadas pelos portugueses”⁹⁹³.

⁹⁸⁹ MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412». Vol. 2.

⁹⁹⁰ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 208.

⁹⁹¹ Paredes, J.F., *Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique*, p. 101.

⁹⁹² Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 86.

⁹⁹³ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 1-2.

Por exemplo, no período entre 1965 e 1971 operavam 5.144 e subiu para 7.846 embarcações de armadores privados, registando um aumento do número de pescadores de 18.752 para 22.778, na maioria estrangeiros de origem japonesa, sul africana e espanhóis⁹⁹⁴. Na altura da independência nacional em 1975 alguns armadores portugueses residentes em Moçambique, tinham encomendas em curso para a construção de embarcações de pesca industriais na África do Sul, 7 e no Brasil, 20⁹⁹⁵.

O aumento da frota e de pescadores, por exemplo na cidade da Beira, refletiu-se na necessidade de aumento da capacidade de atracagem do seu porto, facto que já era reclamado pelos armadores em 1971. Ao nível da produção, no período entre 1961 e 1974, vai registar-se um aumento de 2.531 para 9.219 toneladas de pescado e a redução das importações de 9.056 para 7.018 toneladas, no mesmo período. Quanto à exportação, principal objetivo a ser alcançado pela produção industrial, no período entre 1971 e 1974 registou um aumento de 1.228 para 4.716 toneladas de pescado⁹⁹⁶.

Este processo de entrada de armadores privados tanto portugueses assim como estrangeiros, num esforço especialmente para a pesca industrial para a produção de camarão, pode ser considerado como o prosseguimento da prioridade dada à exploração da pesca pelos privados, sobretudo na pesca semi-industrial e industrial, iniciado na altura da Companhia de Moçambique.

Com esta nova perspetiva de modernização do sector de pesca, iniciada nos meados da década de 1960, tornou-se necessário a introdução de novas técnicas e equipamentos de pesca tais como vapores, *traineiras* e *cercos* com vista a aumentar a produção. Outra questão associada foi o aumento da frota pesqueira através da autorização de companhias privadas associado ao investimento do Estado na investigação bio-oceânica para reverter a situação do predomínio da pesca artesanal. Com a introdução deste tipo de pesca pelos privados com o apoio do Estado a pesca semi-industrial e industrial, equipada e virada para a produção de excedente, esperava-se a melhoria da comercialização e exportação dos produtos pesqueiros⁹⁹⁷.

⁹⁹⁴ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., «African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project.», p. 2.

⁹⁹⁵ Gomes, P. G., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 18.

⁹⁹⁶ Gomes, P. G., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 18.

⁹⁹⁷ Câmara, N. J. G. da, «Posição atual e perspetivas da pecuária e da pesca em Moçambique», *Gazeta do Agricultor*, Vol. 12, nº 129, 1960, p. 36.

Consideramos que a distinção entre a pesca artesanal e a pesca semi-industrial teve o seu início em 1968, apesar de não estar inscrita em nenhum diploma legal. Neste âmbito, houve o registo de uma nota de parágrafo único emitida pela Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique a orientar que, “só seria permitida a pesca com carácter artesanal, em embarcações cujo comprimento dos barcos não chegasse a 12 metros. Esta pesca devia ser exercida na zona da costa próxima da base e canais de acesso aos portos e na foz de cada rio até três milhas da costa, numa faixa com largura igual aos limites da foz”⁹⁹⁸. Podemos considerar esta como sendo a primeira delimitação do espaço para o exercício da pesca artesanal em Moçambique.

A distinção do tipo de pesca e dos métodos e técnicas na pesca artesanal são evidenciados no relatório de execução do II Plano de Fomento (1959-1964). O relatório indica que em 1963 o pescado em Moçambique atingiu 2.596 toneladas, sendo 158 toneladas de amêijoas, 387 toneladas de camarão e 284 toneladas de outras espécies. Segundo o mesmo relatório, nesta atividade estiveram envolvidos 14.110 pescadores com 8.863 aparelhos e utilizando 88 barcos a motor com 1.047 toneladas de arqueação e 4.474 barcos a vela ou a remo, que produziram 4.946 toneladas em todo o país⁹⁹⁹.

No entanto, deve considerar-se que as quantidades de pescado fornecidas pelas estatísticas não traduzem o consumo de peixe de todo Moçambique, porque ao longo da costa e das águas interiores (rios, lagos e lagoas) as populações desses locais extraem peixe que não é registado. São estas quantidades de peixe não manifestado que provinham da pesca artesanal, quase na sua totalidade e, asseguravam a segurança alimentar e a subsistência da maior percentagem da população de Moçambique¹⁰⁰⁰.

A mão-de-obra predominante na área das pescas em Moçambique era masculina, exercendo a pesca e atividades complementares e a preparação do peixe e foi estimada em 1958 em 10.958 indivíduos tendo aumentado para cerca de 14.500 indivíduos em 1963, o que representava cerca de 8.2% da população ativa masculina, estimada em

⁹⁹⁸ PT/AHU- «Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc., nº, 880.4». Este espaço de 3 milhas destinado a pesca artesanal continua nos dias de hoje. Gomes, P. G., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 8; Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., «African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project», p. 3.

⁹⁹⁹ PORTUGAL, «II Plano de Fomento nas Colónias - Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964». Lisboa. 11 Vols.

¹⁰⁰⁰ PORTUGAL, «II Plano de Fomento nas Colónias - Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964». Lisboa. 11 Vols.

1.771.000 habitantes naquele ano¹⁰⁰¹. Este número de homens representava cerca de 25.5% da população total de Moçambique em 1963 estimada em 6.990.000 habitantes. A população feminina era comparativamente em números muito insignificantes e não vem especificadas as tarefas que executavam nesta faina da pesca no período do Estado Novo¹⁰⁰².

No processo da modernização da pesca foram introduzidos aparelhos e equipamentos de pesca diversos, assim como constituídas novas empresas de pesca semi-industrial e industrial e de transformação de pescado, dotadas de equipamento moderno e com adequada organização técnica de produção para melhorar a produção e rentabilizar o investimento¹⁰⁰³. O número de embarcações a motor também subiu para o quádruplo e embarcações a vela ou a remo em 45% em relação a 1958. Este crescimento não foi acompanhado pela evolução das quantidades da produção de pescado desembarcado que registou uma quebra desde 1959, ano que atingiu seu valor máximo de acordo com a tabela abaixo, por razões não indicadas¹⁰⁰⁴. Entre 1958 e 1964 foram registados os seguintes dados distribuídos em médias de 78% peixe, 8% crustáceos, 4% moluscos e 10% diversos. A seguir na figura nº 42 apresentamos alguns dados da produção pesqueira de Moçambique no período entre 1958 a 1964.

Figura nº 42- Produção pesqueira de Moçambique, 1958-1964

Ano	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Quantidades (toneladas)	4.073	4.689	3.946	3.285	3.256	3.425	4.325

Fonte: Amador, Celestino A. Beirão, «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», *Revista Agrícola*, 57, 1963, p.76.

¹⁰⁰¹ Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», p. 80.

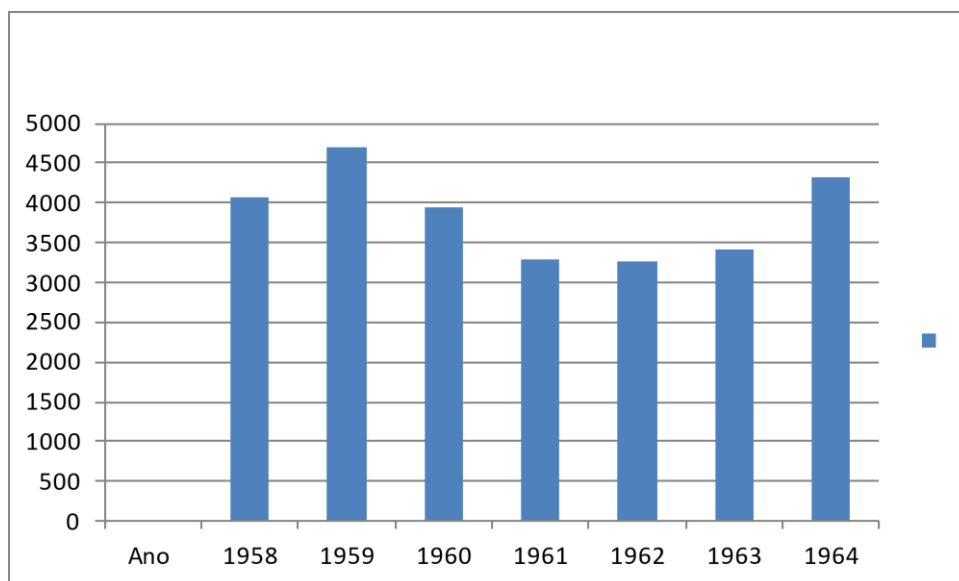
¹⁰⁰² Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», p. 81; PORTUGAL, «Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964».

¹⁰⁰³ PORTUGAL, «II Plano de Fomento nas Colónias - Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964». Lisboa. 11 Vols; PT/AHU- Ministério das colónias- Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica- Gabinete de Planeamento e Integração Económica. «Relatório da Execução do II Plano de Fomento. Volume III- Exploração mineira; pesca e indústrias derivadas; indústrias transformadoras», p. 57.

¹⁰⁰⁴ Amador, C. A. B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», p. 76.

Os mesmos dados trasladados para um gráfico mostram o seguinte:

Figura nº 42.1- Dados da produção pesqueira de Moçambique, 1958-1964, em forma de gráfico



Estes dados da figura nº 42, mostram que o ano de 1959 foi aquele que registou o maior índice de produção, possivelmente favorecido pelo aumento do número das embarcações a motor, tendo-se seguido uma descida nos anos seguintes e, finalmente sinais de recuperação nos últimos dois anos. As possíveis causas para estas oscilações na produção podem estar associadas à adaptação às novas formas de pesca que iam sendo introduzidas no processo de modernização ou ao deficiente conhecimento das condições locais das pescarias, considerando que as ações de pesquisa e investigação ainda não tinham começado, o que viria a acontecer nos meados da década de 1960.

Podemos afirmar que o Plano intercalar, teve atenção específica para a modernização da pesca durante o Estado Novo enquadrado dentro nas reformas da última década e meia do domínio português. Porém, as ações praticadas durante a sua implementação, poucas mudanças produziram em Moçambique em termos económicos e sociais. Na área social, não foram visíveis os resultados do investimento que recebeu para promover o nível de vida das populações africanas, através do acesso à educação e à saúde, assim como o investimento nos regadios que visava melhorar a agricultura¹⁰⁰⁵. E, a pesca artesanal praticada pela maioria, os africanos, pouca ou nenhuma atenção mereceu nesta modernização.

¹⁰⁰⁵ Castelo, C., «“Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio», p. 520.

Da discussão dos dados expostos podemos concluir que as necessidades de fornecimento de produtos pesqueiros foram sempre maiores do que a disponibilidade fornecida pelos operadores do setor. No entanto, notamos no mesmo período, algumas aparentes contradições nos dados estatísticos que se refletem nas informações disponibilizadas, algumas das quais afirmavam que havia pescado suficiente para satisfazer as necessidades¹⁰⁰⁶. O mesmo ponto de vista é partilhado pelo despacho do Ofício nº 2850 de 25 de Setembro de 1957 do Ministro da Colonias em resposta ao Victor Lopes que representava a firma portuguesa “Companhia de Pesca Rocha de Coral” de Moçambique Lda.”. Esta firma, pretendia praticar a pesca de arrasto em regime de exclusividade para a apanha da lagosta, onde as autoridades recusaram-se, tal como referimos acima¹⁰⁰⁷. A capitação média de consumo de peixe neste período era de 2kg por ano, considerada muito baixa. Por isso, justificava-se o incremento da atividade piscatória que devia também contar com uma rede de frigoríficos, transportes, armazenagem assim como estruturas de apoio a esta indústria, como forma de aumentar o fornecimento de pescado¹⁰⁰⁸.

A produção da pesca indicada nas estatísticas limitava-se ao valor da pesca desembarcada, e não havia registo de atividade transformadora, salvo algumas tentativas falhadas. A pesca de autoconsumo, sobretudo a artesanal poucas vezes se reflete nas estatísticas oficiais. Estima-se o que o valor da produção da pesca artesanal possa ultrapassar em mais 50% do valor oficialmente indicado e destina-se, na maioria das vezes, processado a seco, salgado e fumado, a nível artesanal, para satisfazer o mercado do interior¹⁰⁰⁹.

Podemos concluir que o Plano intercalar (1965-1967), teve programas de financiamento com a finalidade para a modernização da pesca pelo Estado Novo, baseada na criação de instituições de pesquisa e investigação, mas que serviram mais a pesca semi-industrial e industrial e pouco se fez em relação à pesca artesanal, onde estava envolvida a maioria dos pescadores nativos.

¹⁰⁰⁶ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: Subsídios para o seu estudo», p. 214.

¹⁰⁰⁷ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Empresas de pesca estrangeiras em Moçambique. Reclamação de Victor Lopes».

¹⁰⁰⁸ Amador, C.A.B., «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», p. 44-45.

¹⁰⁰⁹ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 214.

4.6- O desenvolvimento da pesca artesanal no período da administração portuguesa na região de Manica e Sofala, (1942-1974)

Os produtos da pesca artesanal (peixe seco, fresco e outros derivados), tal como outros produtos principalmente primários, são caracterizados por serem produtos cujos produtores não controlam a cadeia de valor e, principalmente não controlam as oscilações dos preços do mercado que são controlados pelos vendedores, assim como acontece em outras partes do mundo. Estes vendedores, intermediários, cantineiros ou comerciantes fazem a compra do pescado ao pescador e distribuem em diversos circuitos da costa e do interior, a nível local e no estrangeiro ao mesmo tempo que forneciam os utensílios e aprestos de pesca, ganhando elevados lucros¹⁰¹⁰.

As cantinas tiveram a sua importância a partir do início do século XIX quando o comércio da costa e do interior começou a ser dominado pelo estabelecimento de cantinas também designadas de «ducan walla» que eram edifícios com várias divisões e funções. Durante o período dos finais da década de 1950 e 1960 o sonho de alguns portugueses de baixa classe nas colónias, era possuir uma cantina ou taberna, tanto nas zonas rurais assim como nas zonas de expansão urbana¹⁰¹¹. Por exemplo, o português Joaquim Alves, marido da dona Ana, destacado comerciante e agente de turismo da atual província de Inhambane, tinha estabelecido uma rede de cantinas no início do século XX nas regiões de Vilanculos, Govuro e Inhassoro, onde comprava peixe fresco de primeira e depois conservava em frigoríficos para depois levar a cidade da Beira e outros pontos no país e no estrangeiro. Comprava também peixe seco ou salgado que trocava com insumos e aprestos de pesca tendo a sua atividade feita depender o desenvolvimento da pesca artesanal nestas zonas. Na década de 1960, foi considerado como pioneiro do turismo em Moçambique e era dono do hotel Dona Ana, das ilhas Magaruque, Bazaruto, Santa Carolina entre outras posses, o que lhe valeu uma condecoração pelo presidente da República portuguesa em 1964¹⁰¹².

A ação dos cantineiros na compra e venda de produtos da pesca é semelhante àquela em que no processo de comercialização dos excedentes dos camponeses, as

¹⁰¹⁰ Merali, A., *Ismailis em Moçambique: memórias do Sul*, p. 31-37.

¹⁰¹¹ Merali, A., *Ismailis em Moçambique: memórias do Sul*, p. 31-37; Departamento de História, História de Moçambique, Vol. 1, p. 327.

¹⁰¹² Gerhard Liesegang, Professor universitário, historiador e investigador na Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, dia 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017; Livro de Ouro do Mundo Português, Moçambique, Província portuguesa de Moçambique, s/d, p. 191-192.

autoridades coloniais é que decidiam sobre o preço com que compravam os produtos destes. Este cantineiro, comprador/vendedor (general ou magweva) do pescado vai dominar o circuito de compra e conservação do pescado do pescador artesanal e, gradualmente passou a estar na posição de oferecer o sustento ao pescador nos momentos em que não há pesca, por diversas razões (fatores ambientais e climáticos-ciclones e outros fenómenos que impeçam a pesca). Assim, este comprador/vendedor passou também a fornecer os aprestos de pesca e, desta forma foi conquistando a posição de comprador exclusivo do pescado. Com estes “poderes” foi adquirindo a faculdade de determinar o preço com que comprar o peixe ao pescador¹⁰¹³.

Assim, estes pescadores passaram a ser sustentados pelo capital dos clientes (comerciantes de peixes), mas com condições que passavam pela entrega, em regime de exclusividade, dos resultados da sua pesca até a amortização da dívida. A implicação prática deste procedimento é que os pescadores se tornavam efetivamente empregados do comerciante, apesar de possuírem as artes e, às vezes os aprestos de pesca. O risco para o comerciante é que o pescador não honre o contrato fugindo para outra região ou trocando peixe às escondidas com indivíduos que não sejam o comerciante indicado¹⁰¹⁴.

Este assunto de relacionamento entre produtor e comprador/vendedor também é discutido por Kininmonth *et all*, analisando a situação da pesca artesanal em Uganda. Este autor, afirma que dentro da pesca existem dois tipos principais de atores: primeiro, os pescadores, que são aqueles indivíduos que extraem fisicamente peixe e, segundo, os comerciantes, que são aqueles que compram o peixe dos pescadores. Esses atores, não são mutuamente exclusivos de tal forma que um pescador, pode ser comerciante e o comerciante, pode pescar e vice-versa. Entretanto, os pescadores são influenciados por diversos fatores socioeconômicos e ecológicos que geralmente exigem deles que tenham de efetuar compromissos de longo prazo com os clientes, geralmente os comerciantes. Estes últimos, os comerciantes, buscam promover relacionamentos que justifiquem o investimento de recursos para satisfazer o mercado que dá lhes lucro¹⁰¹⁵.

¹⁰¹³ Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

¹⁰¹⁴ Kininmonth, Stuart; Crona, Beatrice; Bodin, Örjan; Vaccaro, Ismael; Chapman, Lauren J. et Chapman, Colin A., «Microeconomic relationships between and among fishers and traders influence the ability to respond to social-ecological changes in a small-scale fishery», in: *Ecology and Society*, vol. 2, nº 2, 2017, (s/p); Carlos Caminho Siwa, Chefe do Posto Administrativo da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

¹⁰¹⁵ Kininmonth, S. *et all*, «Microeconomic relationships between and among fishers and traders influence the ability to respond to social-ecological changes in a small-scale fishery», (s/p).

O desenvolvimento da pesca artesanal no período de 1942 e 1974, sem barreiras estanques com o que se passou no período anterior, foi marcado pelos esforços de modernização da pesca encetado pelo Estado Novo. Neste processo, ao nível das comunidades locais apenas conseguiu coaptar algumas elites que consigo colaboravam. Nesta ação, privilegiou investimentos na área da pesca industrial e semi-industrial, porque garantiam maior possibilidade de retorno do investimento com a exportação do pescado e eram sectores de predomínio dos brancos e assimilados. Desta forma, a modernização estava integrada nos objetivos do sistema capitalista que determinava a forma de atuação do mercado para maximizar os lucros do capital investido. E, nos casos que encetaram mediadas de atuação na pesca artesanal foram trazidos os pescadores artesanais da metrópole, brancos. Por esta razão, mesmo com a criação da verba para impulsionar os pescadores artesanais as regras impostas não permitiam a entrada dos pescadores negros locais. Estes negros, eram discriminados pelo estatuto social de indígena e pela iliteracia e, no caso de brancos, podiam ser discriminados pela iliteracia, mas tinham a vantagem da cor, ser branco, logo igual a civilizado.

A questão central seria a observação de que a não aposta na pesca artesanal foi ditada pela substituição gradual do trabalho artesanal pelo uso de máquinas, preferência que recai no desenvolvimento da pesca semi-industrial e industrial. Uma das evidências desta discriminação é observada na pouca representação nos dados estatísticos da pesca artesanal, que é uma marginalização política relativa à sua contribuição considerada baixa pelos Estados, mas que esconde apenas algumas insuficiências dos sistemas de gestão e controle estatais¹⁰¹⁶.

As iniciativas de promoção dos pescadores artesanais encetadas pela Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique, mesmo para os pescadores artesanais brancos, poveiros, dificilmente estariam em condições de preencher os requisitos (nível académico do 5º ano liceal, cumprimento do serviço militar), para beneficiarem da formação e investimentos na sua atividade, tal como referimos acima¹⁰¹⁷. O financiamento para a deslocação dos poveiros da Metrópole para as colónias realizado na década de 1920 e continuado nos finais da década de 1940 (1949), foi mais do interesse político do Estado para resolver seus interesses, sobretudo de aumento da colonização

¹⁰¹⁶ Blythe, *et all*, «Historical Perspectives and Recent Trends in the Coastal Mozambican Fishery», art. cit., (s/p).

¹⁰¹⁷ PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc., nº 880.4».

branca em África e diminuição das bolsas de fome e pobreza na Metrópole. Chegados no local, estes poveiros enfrentaram também dificuldades no exercício da sua atividade. A vantagem que estes poveiros tinham em relação ao pescador artesanal local, era a sua cor da pele.

Portanto, o argumento que reiteramos é de que a pesca artesanal sofreu uma discriminação relacionada com o sector por ser uma atividade localizada na periferia do sistema capitalista de produção, que não é facilmente controlado pelo Estado. Esta situação, se observa tanto na altura do predomínio da produção capitalista centrada em mecanismos de exploração de recursos intensiva (Companhia e Estado Novo), assim como no pós-independência com as políticas socialistas de maior apoio ao sector estatal em todos os ramos da economia, a socialização do campo e os Combinados Pesqueiros, e menos apoio a pesca artesanal¹⁰¹⁸. Por esta razão que não foi priorizada nos investimentos no sector ao longo das três administrações diferentes (Companhia de Moçambique, Estado Novo e pós-independência) que estiveram implantadas nas províncias de Manica e Sofala.

Em termos comparativos podemos observar a discriminação baseada na atividade de pesca artesanal localizada na periferia do sistema, o facto de o jornal “O Comércio da Póvoa de Varzim” de 1911, reportar em um artigo com o título “Escravidade branca”. Neste artigo, é reportada uma situação de discriminação dos pescadores poveiros nas suas atividades de pesca, onde foi registado um êxodo dos pescadores para Matosinhos, em virtude dos, “vergonhosos contratos que uma Lei absurda sanciona e que os converte a uma verdadeira escravatura”¹⁰¹⁹. Nestes contratos, os proprietários de embarcações de Matosinhos angariavam pescadores que necessitavam, adiantando a cada um uma quantia que variava entre 4 e 8\$000 réis. Em compensação o pescador ia a capitania ou delegação marítima e tomava o compromisso de andar no barco 6 meses ou 1 ano, compromisso esse que ficava ali registado na capitania. “Isto, que parece tão simples, representa a perda da liberdade, durante aquele tempo, para o marítimo que é obrigado a andar no barco durante o tempo estipulado no contrato”¹⁰²⁰. Mais adiante, o mesmo autor diz que uma das razões que levava estes pescadores a assinarem estes contratos, era a pobreza e a iliteracia. “O pescador poveiro, que outrora (1911) viveu feliz e farto, passa, há muito

¹⁰¹⁸ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 34.

¹⁰¹⁹ «Escravidade Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911 p. 8.

¹⁰²⁰ «Escravidade Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911 p. 8.

tempo, por uma crise aterradora. É, além disso um analfabeto que não compreende o alcance dos contratos”¹⁰²¹.

Tal como podemos observar, o sistema capitalista de produção também deu pouco investimento à pesca artesanal realizada pelos brancos que residiam na metrópole. Outra questão é que nos dois estratos de pescadores artesanais em consideração, poveiros e os negros de Moçambique, não tinham capacidade financeira de adquirir os navios e vapores e, mesmo que a tivessem, o seu tipo de pesca possivelmente não exigia esse tipo de equipamento. Com estas informações podemos concluir que na pesca artesanal praticada em Moçambique havia uma discriminação em duas vertentes: primeiro, a natureza da arte da pesca artesanal onde estava o poveiro e o negro e segundo, a cor do pescador artesanal nativo, negro. Desta forma, o pescador artesanal negro passava a sofrer uma dupla discriminação: primeiro, pela natureza da atividade da pesca artesanal, que estava à margem do sistema capitalista de produção onde a sua participação era apenas no fornecimento da mão-de-obra e no pagamento de impostos e taxas. Segundo, eram discriminados pelo seu estatuto social de indígena que, apesar de abolido na década de 1960, permanecia nas práticas sociais que implicavam uma subalternidade em todas as vertentes sociais, económicas e políticas. Ambos os estratos de pescadores artesanais poveiros (brancos) e nativos (negros) não participavam nos benefícios e na divisão dos lucros gerados pelo sistema capitalista de produção.

A reorganização da coordenação das atividades do sector das pescas em Moçambique, foi iniciada durante o plano intercalar. Neste período, foi criada a Comissão Nacional de Coordenação e Planificação de Pescas e teve a sua vigência entre 1963 e 1972. Com esta comissão, os decisores acreditavam que iria tornar mais rápida a reorganização da investigação básica e aplicada das ciências do mar e afins. Como resultado, esperavam promover o desenvolvimento da indústria de pesca de forma económica e exequível. Esta indústria de pesca devia ser apoiada com a criação de um

¹⁰²¹ «Escravidade Branca», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 1912/1911 p. 8. Este artigo não está assinado; Graça, «Porto de Abrigo, Salvemos a Pátria», Jornal, *O Commercio da Póvoa do Varzim*, 22/10/1916, p. 40. Pensamos que este é o mesmo autor do artigo anterior que não está assinado, no mesmo jornal. Ele era o Diretor e Editor deste jornal assim como foi deputado. Entre os anos 1911 até 1921, e sobretudo em 1916, temos vários artigos sobre os Poveiros, assinados pelo Graça. A sua posição era claramente a favor da pesca artesanal e contra a introdução de embarcações modernas que punham em causa a pesca artesanal, tais como os vapores *traineiras* e *cercos* que acha que viriam a dominar a pesca. Este facto pode ser observado no seu artigo «Porto de Abrigo» do mesmo jornal, de 22 de Outubro de 1916.

Instituto Nacional de Investigação Aplicada à Pesca¹⁰²². Porém, não incluía ações específicas para a pesca artesanal.

Para o melhoramento dos índices de produção e produtividade o Estado, a partir dos meados da década de 1960, apostou na introdução da pesca semi-industrial e industrial. Nestes sectores é onde observa-se a maior evolução da tecnologia de pesca ao longo do tempo. Todavia, temos casos em África que a pesca artesanal foi uma aposta no desenvolvimento e atingiu níveis de organização e progresso económico sustentável, tais como exemplos da Tanzânia e Quênia, citados acima¹⁰²³.

Estas são algumas das ações de destaque no processo do desenvolvimento da pesca artesanal no período de 1942 e 1974 que estiveram focadas na modernização da pesca semi-industrial e industrial assim como o apoio aos pescadores poveiros e menos suporte aos pescadores artesanais locais, a mesma situação observada no tempo da administração dos territórios de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique.

4.7-O problema do “deficit” do pescado produzido em Moçambique e o papel de consumidor de excedentes da metrópole

Tal como vimos no primeiro capítulo, as necessidades em abastecimento de peixe em Moçambique em geral, e nos territórios de Manica e Sofala, em particular, foram superiores à capacidade de capturas e, por isso que houve a necessidade de recorrer à importação. Por exemplo, no início da década de 1960 Moçambique importou cerca de 1.200 toneladas de peixe congelado, 6.800 toneladas de semi-conservas e cerca de 1.000 toneladas de conservas e, em termos de produção não ultrapassou as 3.300 toneladas das quais 500 toneladas eram de crustáceos. Durante esta década as importações de peixe foram de cerca de 20.000 toneladas e aumentou nos anos seguintes para 25.000. Apenas a partir de 1973 é que começou a registar-se um decréscimo de importações que chegaram a ser de apenas 10.000 toneladas, problema causado pela nova política de restrição cambial¹⁰²⁴. Segundo um documento que retratava a situação das pescas comerciais na

¹⁰²² PT/AHU- Ministério do Ultramar- «Comissão Nacional de Coordenação e Planificação de Pescas, 01, 1963-1972, n.º 1057. Enviado ao presidente da Junta de Investigação do Ultramar».

¹⁰²³ António Mubambo Hogueane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

¹⁰²⁴ «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986, p. 1-3.

ilha de Inhaca no período de 1957-1958, referindo-se às pescarias de todo o país lembrava que, “... o total da produção das pescarias é de aproximadamente duas vezes menor que o total importado, o que por si só traduz bem a deficiência da exploração piscícola num território com 2.795km de costa marítima”¹⁰²⁵.

Em termos de exercício da pesca as autoridades coloniais limitaram o exercício de determinadas artes de pesca mais produtivas, tal como a pesca de arrasto mecânico que eram proibidas até ao ano de 1967, e a atividade predominante circunscrevia-se na importação e comercialização do pescado e seus derivados, possivelmente nesta vertente de tornar o país consumidor dos excedentes da metrópole¹⁰²⁶. Portanto, o predomínio da dependência pelas importações iria continuar, apesar dos esforços iniciados com a modernização do sector apoiada pela pesquisa e investigação científica. Uma das possíveis razões era devido à predominância da pesca artesanal realizada pelos nativos nesta região. Porém, as tentativas para a sua modernização tiveram como enfoque o envio de pescadores da metrópole para as colónias e o pedido de exclusividade pelas principais iniciativas empresariais privadas.

Figura nº 43- Quadro comparativo de produção e importação de pescado, 1961-1986 (em toneladas)

Ano	Produção de peixe	Importação de pescado
1961	2.531	19.300
1971	7.483	19.700
1974	9.219	16.200
1979	2.230	31.000
1980	7.430	29.400
1981	9.550	15.900
1982	9.610	14.800
1983	12.870	15.700
1984	11.710	13.300
1985	14.470	11.000
1986	16.500	11.000

¹⁰²⁵ «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986, p. 2.

¹⁰²⁶ «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986, p. 1.

Fonte: «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986, p. 4.

Destes dados da figura nº 43, podemos observar que se registou uma tendência para o aumento da produção que atingiu o seu pique em 1986, como resultado dos esforços para a diminuição da dependência pelas importações. No entanto, apesar deste aumento da produção as necessidades de consumo de pescado, em especial nas zonas urbanas foi aumentando à medida que também aumentava a população e diminuía as quantidades de outras fontes de proteínas.

O processo de desenvolvimento das diversas iniciativas empresariais e do Estado para a produção pesqueira foi marcado pela proliferação de pedidos de exclusividade. Foi assim que, por exemplo, o Estado através do Ministro da Marinha, solicitou ao Ministro das Colónias, durante o Congresso de Pesca e Conservas de Setúbal de 1927, que tomasse medidas protecionistas à indústria de pesca, assim como aos industriais de conservas de peixe, para “obter-se a possível proteção nos direitos de entrada nas nossas colónias, das nossas conservas de peixe, assim como facilidades à sua colocação nas nossas colónias e conquista dos respetivos mercados”, tal como mencionamos acima¹⁰²⁷.

No âmbito da iniciativa privada nas pescas registamos que em 1948 Manuel James de Arriaga Andrade, solicitou autorização para a montagem de uma indústria de pesca com regime de exclusividade. Foi autorizado a montagem da indústria, mas recusada a exclusividade. A razão evocada pelo Estado para este caso foi de que na mesma zona, estavam a operar duas companhias de poveiros que possuíam a embarcação ‘Santo António’. Para além da pesca além de 6 milhas da costa, pretendia instalar uma câmara frigorífica com a capacidade de 200 toneladas e uma fábrica destinada ao aproveitamento industrial do peixe capturado e não consumido com a criação da indústria de produção de óleo e farinhas de peixe em Angola e Moçambique, previstas para iniciar em 1965¹⁰²⁸.

¹⁰²⁷ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Processo geral referente a Indústria de Conservas de Peixe de produção metropolitana e Indústria de Pesca».

¹⁰²⁸ PT/AHU-IPAD/ Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Projeto de instalação de uma grande companhia de pesca em Moçambique». Datilografado; Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no Ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 271-278. Acrescenta-se a falta de uma indústria transformadora (apenas temos a secagem e salga de peixe ao nível artesanal). O sistema de armazenagem para a distribuição dos produtos, mesmo os de exportação também é fraco. Existem poucas câmaras frigoríficas (todas de particulares) e apenas o porto de Lourenço Marques dispõe de uma com capacidade total de 200 toneladas,. No período entre 2010 e 2019 são referidos que, apesar de a maior contribuição da pesca artesanal ter origem nas regiões centro e norte, mais de 50% das fabriquetas de gelo e câmaras frigoríficas de grande apoio aos mercados, encontram-se na zona sul, enquanto os mercados estão concentrados na região centro e norte do país. Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 13.

Passados cerca de uma década, em 1957 foi submetido mais um requerimento pelo mesmo requerente citado acima, ao mesmo tempo que submetia também uma reclamação por lhe ter sido negado o pedido de exclusividade. Foi concedida autorização para constituição da firma portuguesa “Companhia de Pesca Rocha de Coral de Moçambique, Lda.”, que pretendia fazer a pesca de arrasto para a apanha da lagosta, mas foi recusada a exclusividade pretendida. O argumento do Estado para a recusa foi de que,

Nestes termos julgamos improcedente a reclamação, tanto mais que em nosso parecer, a indústria de pesca e seu comércio, embora possa ser condicionada não pode ser privilégio de uma só empresa. Antes deve ser livre até à concorrência das necessidades do consumo interno, que hoje está longe de ser satisfeito. O mercado de peixe não consegue cobrir as necessidades sendo necessário o recurso à importação de peixe congelado ou fresco, tanto da União da África do Sul como da Província de Angola¹⁰²⁹.

Nesta citação fica claro, mais uma vez, que a produção de peixe em Moçambique não conseguia satisfazer as necessidades de consumo do mercado local. No entanto, as empresas que se dispunham a operar nesta indústria lutavam por terem direitos de exclusividade antes mesmo de iniciarem a produção.

Teófilo Carlos da Costa Alves, antigo militar da Marinha portuguesa, enviou também um pedido de exclusividade no financiamento para a instalação de uma empresa para a exploração industrial da pesca na costa de Moçambique ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, a 27 de Abril de 1961¹⁰³⁰. Afirmava que Moçambique importava quasi a totalidade de peixe que consumia, sem que existisse um abastecimento organizado para o interior. “Apesar de Moçambique não ser rico em pesca como Angola, tinha algumas particularidades que, bem exploradas, poderiam compensar e bem, a diferença existente”¹⁰³¹.

Não obteve resposta e insistiu em 1963. Não consta nos documentos consultados, se obteve alguma resposta. O seu pedido era o mais ousado de todos, pois requeria,

¹⁰²⁹ PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia-RA/01004, informação nº 87/58/S da Capitania de Lourenço Marques, 1957- «Empresas de pesca estrangeiras em Moçambique. Reclamação de Victor Lopes»; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 23.

¹⁰³⁰ PT/AHU- IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique». A sua experiência era resultado das suas viagens em comissões de serviço nesta Província nos vários Faróis da Inhaca e do Bazaruto, além de Capitania de Lourenço Marques. Percorreu toda a longa costa de 1.150 milhas, (mais de 50 viagens de extremo a extremo). Esta proposta de projeto teve origem neste longo estudo sobre a pesca e suas possibilidades de exploração em todo o conjunto de zonas com fundos tão diferentes.

¹⁰³¹ PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique».

A proteção para a exploração de toda a costa de Moçambique, e conseqüentemente ficar proibida a importação de toda a qualidade de peixe fresco e seco, que a futura empresa terá para abastecer todas as necessidades'¹⁰³².

No mercado internacional, Teófilo mostrava a necessidade de explorar mercados tais como Transval (atualmente, Transval constitui território pertencente as províncias sul africanas de Mpumalanga, Gauteng e Northern province e Northern West province), Rodésia do Sul e do Norte (Zâmbia e Zimbabwe), Niassalândia (Malawi) e também Tanganhica (Tanzânia), Uganda e Quênia porque, segundo ele, “em todos estes territórios se nota a falta de peixe, principalmente peixe fresco e sortido, e que não esteja ainda queimado pela longa congelação. Também o peixe era comercializado a um preço relativamente alto se comparado aos preços praticados na costa moçambicana e principalmente nas zonas de captura do pescado”¹⁰³³.

Prosseguindo os esforços de organização da pesca em Moçambique, o sector privado avançou com a constituição da Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique, SARL (ARPEM), por escritura de 12 de Julho de 1966, no Cartório Notarial de Lisboa. Tinha a sua sede em Lourenço Marques¹⁰³⁴.

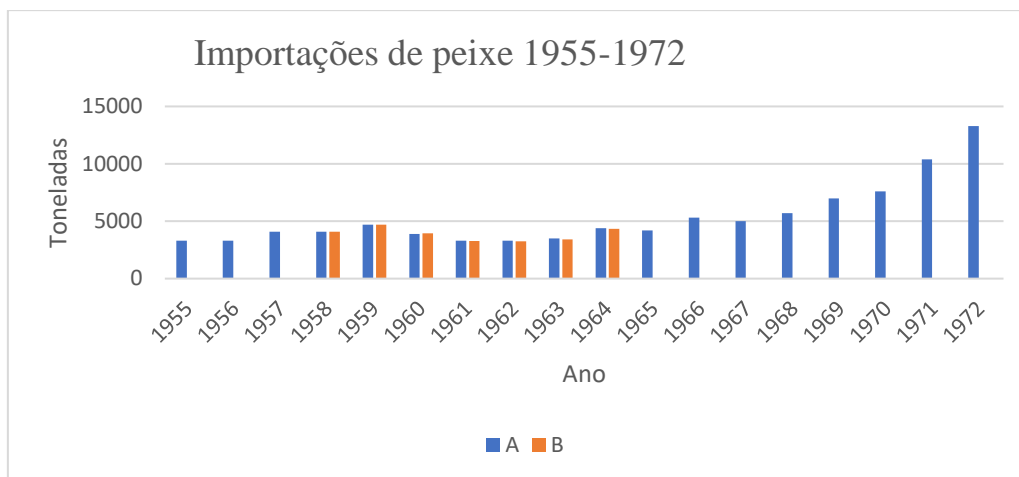
A maior percentagem dos dados de importação de peixe no período de Estado Novo começa na década de 1950, na altura dos Planos de Fomento, oscilando até ao ano de 1967 que inicia uma subida considerável, o que pode ser observado no gráfico abaixo. Este facto pode dever-se à acentuada disponibilidade de recursos financeiros vindos das verbas dos Planos de Fomento para o aumento das importações ou a redução da capacidade de produção local de pescado.

Figura nº 44- Importações de peixe de Angola e Portugal no período 1955-1972

¹⁰³² PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique».

¹⁰³³ PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique»; Entrevista coletiva a mulheres pescadoras, Malipu Massada e Helena Issufo, membros do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane, Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 7 de Junho de 2018.

¹⁰³⁴ «Estatutos da Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique», Orbis- Edições Ilustradas, Lisboa, 1966.



A-Fonte: «Estratégia de Desenvolvimento Governamental para o sector das Pescas», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1990, p.8.

B-Fonte: Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 - 1964.

Como se observa neste gráfico da figura nº 44, a tendência de importação, tanto nos dados da Secretaria de Estado das Pescas assim como do Relatório da execução do II Plano de Fomento (1959-1964), registaram uma tendência crescente com exceção da descida registada em 1960 e 1961, por razões que não apuramos. Os dados da Secretaria de Estado das Pescas percorrem o período entre 1955 e 1972 e os dados do Relatório da execução do II Plano de Fomento (1959-1964), referem se a importações para o período 1958 a 1964.

A mesma tendência é fornecida por uma outra fonte que indica que em 1961 foram importadas 9.000 toneladas e aumentou em 1971 com a importação de 15.000 toneladas e em 1974, nas vésperas da independência de Moçambique, desceram para 7.000 toneladas. Isto significa que o peixe importado cobria cerca de 25% do total das descargas e foi já até cerca de 50% em 1979/80. O peixe seco e o bacalhau totalizavam cerca de $\frac{3}{4}$ do total da importação de peixe e derivados e de $\frac{2}{3}$ do respetivo valor pago pela importação de toda a espécie de pescaria que foi de 54.140 contos em 1959. O peixe seco era de maior procura pelos nativos e o bacalhau pelo estrato social de maior poder aquisitivo, que eram os colonos. “Hoje a política é de reduzir as importações e cobrir as perdas em quantidades através do aumento da produção nacional”¹⁰³⁵.

No biénio 1963/64, os principais fornecedores de pescado fresco e congelado a Moçambique foram a República Sul Africana em 46.6%; Angola com 33.1% e Metrópole

¹⁰³⁵ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 99.

com 20.2% de toneladas. Angola forneceu 99.2% de peixe seco, praticamente a totalidade; a Noruega forneceu 72.4% e o Reino Unido 20.1% de bacalhau. No concernente às conservas de peixe, a Metrópole forneceu 80.3% e Angola 18.6%¹⁰³⁶.

Destes dados podemos observar que na década de 1950 o pico das importações foi o ano de 1958 com a importação de 4.700 toneladas e na década de 1960, foi o ano de 1969, com a importação de 7.000 toneladas e, na década de 1970, o pico foi em 1972, com as 13.300 toneladas. Tal como no gráfico anterior, os anos de 1960 e 1961 registaram uma descida, também por razões que não apuramos. Teófilo acrescenta o ano de 1959, que não consta do quadro acima, indicando o valor aplicado na importação de peixe que foi de 54.140 contos, mas sem se referir às quantidades. Ele estimava que as necessidades para abastecer de peixe toda a população da colónia de Moçambique, fossem de cerca de 60.000 contos anuais¹⁰³⁷.

A revista “Gazeta do Agricultor” de 1960, reconhecendo também a dependência pelas importações principalmente da África do Sul, Angola e Metrópole, apresentava números um pouco diferentes. Indicava que em 1960 fora importado o total de 5.130 toneladas no valor de 30.487 contos. Em termos percentuais, os produtos importados foram de 2.2%, em peixe de diversos tipos e moluscos; 20%, de peixe em conserva; 14.7%, de peixe fresco; 0.3%, de peixe salgado e 62.6%, de peixe seco. Este último produto, tal como referido acima, é aquele que era recomendado para a dieta dos nativos. Todavia, os diferentes números observados acima são elucidativos do papel de consumidor reservado a Moçambique.

Este papel de consumidor dos excedentes de produção de peixe congelado e enlatado vindos de Portugal, Angola e da África do Sul estava inserida nas políticas de autarcia económica que tinham em vista propósitos de o país (incluindo as suas colónias) ter o dever de produzir tudo aquilo de que necessitava para consumir, não ficando dependente das importações¹⁰³⁸. Estas políticas de autarcia económica do Estado Novo,

¹⁰³⁶ PT/AHU- Ministério das colónias- Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica- Gabinete de Planeamento e Integração Económica. «Relatório da Execução do II Plano de Fomento. Volume III- Exploração mineira; pesca e indústrias derivadas; indústrias transformadoras», p. 76. Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no Ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 76.

¹⁰³⁷ PT/AHU-IPAD/ Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Projeto de instalação de uma grande companhia de pesca em Moçambique». Datilografado.

¹⁰³⁸ Lains, P., «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», *Análise Social* XXIX, nº 128, 1994, p. 924.

basearam-se na proteção do mercado interno, neste caso entre a metrópole e as colónias, no contexto da sua épica nacionalista onde, entre outras medidas protecionistas, decretou o condicionamento industrial, tal como mencionamos acima¹⁰³⁹. Por outro lado, em Moçambique o regime colonial não promovia as pescas, a exemplo da proibição da pesca de arrasto que apenas foi autorizada em 1965, medida que era contestada pelos pescadores residentes locais¹⁰⁴⁰.

No entanto, também se registava alguma produção pesqueira que pode ser observada na figura nº 45, a seguir.

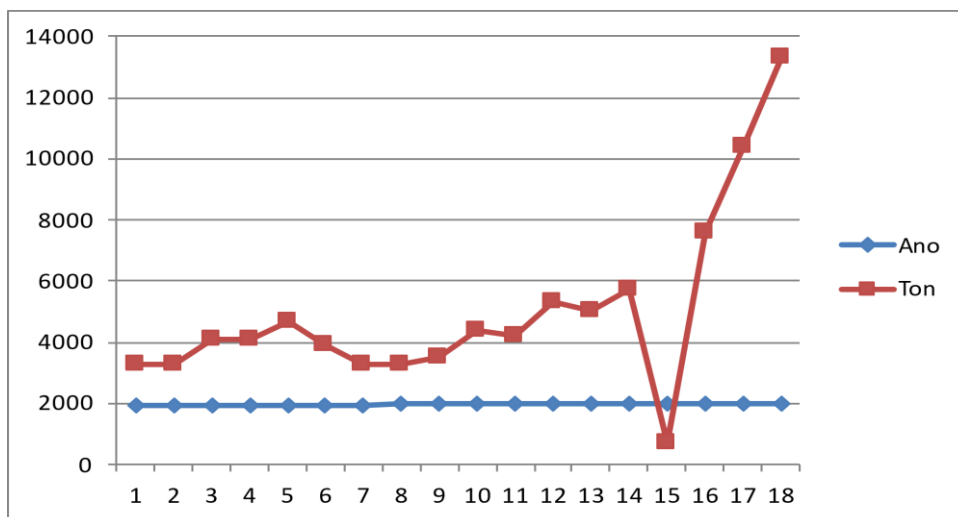
Figura nº 45- Dados estatísticos da produção pesqueira em Moçambique entre 1955 e 1972

Ano	Toneladas	Ano	Toneladas
1955	3.300	1965	4.200
1956	3.300	1966	5.300
1957	4.100	1967	5.000
1958	4.100	1968	5.700
1959	4.700	1969	7.00
1960	3.900	1970	7.600
1961	3.300	1971	10.400
1962	3.300	1972	10.400
1963	3.500	1973	13.300
1964	4.400		

Figura nº 45.1- Dados estatísticos da produção pesqueira em Moçambique entre 1955 e 1972

¹⁰³⁹ Silva, J.R., «A Regulação da economia no Salazarismo», p. 24-25.

¹⁰⁴⁰ Krantz, *et all.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 8.



Fonte: Krantz, L., *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, p. 8; Pinto, David Alexandre, *Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996*, Mestrado, Área de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1999, p. 86-87.

Os dados da figura nº 45, mostram a tendência do aumento da produção interna do pescado para diminuir as importações que foi acentuada na década de 1970, possivelmente como resultado das ações desencadeadas pela Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique, mas que continuaram a não conseguir satisfazer as necessidades para o consumo interno.

O problema do “deficit” do pescado produzido em Moçambique tem de ser compreendido também na análise estatística dos dados de produção pesqueira disponíveis e a forma como são aferidos. Estatística da pesca, de acordo com Rato, tem como objetivo verificar as quantidades de pescado e as suas flutuações o que pode permitir organizar a administração dos recursos da pesca, envolvendo questões de abastecimento de peixe, grau de utilização e muitos outros problemas¹⁰⁴¹. Neste contexto, para estimar a pesca desembarcada em toda a costa marítima de Moçambique é preciso considerar que há outras quantidades de peixe não registadas pelos canais oficiais nas capitâncias e delegações marítimas. Por exemplo, a pesca realizada nas águas interiores: lagos, lagoas, rios, ribeiro e albufeiras naturais, barragens, represas, tanques artificiais, que constituem mananciais de pesca de peixe de água doce, onde predomina a pesca artesanal, não tem um registo oficial sistematizado das quantidades, “por não haver qualquer fiscalização

¹⁰⁴¹ Rato, J. M., «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», p. 100.

nem disposição legal que a regule”¹⁰⁴². Figueiredo em 1961, também relata que a pesca de autoconsumo, sobretudo a pesca artesanal, poucas vezes se refletia nas estatísticas oficiais, estimando que esse valor pudesse ultrapassar em mais 50% do valor oficialmente indicado e destinava-se, na maior das vezes, à secagem do peixe, para satisfazer o mercado do interior¹⁰⁴³. Estes factos não permitem o destaque ou a visibilidade da produção realizada pela pesca artesanal em contraste com a produção dos outros sectores da pesca tais como a pesca semi-industrial e industrial que desaguam nos portos onde podem fixar-se oficiais administrativos.

Sobre esta questão relacionada às dificuldades por parte dos oficiais do governo de controlar a produção pesqueira da pesca artesanal, McHenry Jr, Dean E., analisa uma situação similar no seu estudo sobre a pesca na década de 1970 na Tanzânia. Segundo ele, uma elevada quantidade do peixe *dagaa* capturada não era detetada pelo governo, mas aquelas quantidades que tinham passado pelas alfândegas para o mercado externo, (cerca de 60%, para o Zaire e Burundi) foram registadas. Nesta fronteira, em 1937 passaram 438 toneladas e, quase quatro décadas depois em 1970, aumentou para 2.914 toneladas, cinco vezes mais do que registado anteriormente¹⁰⁴⁴.

No entanto, a produção de dados estatísticos é muitas vezes a base para a reconstrução histórica da evolução de um determinado sector. E, considerando estas dificuldades de fiabilidade dos dados estatísticos de um único tipo ou de uma única escala, podemos ser induzidos a conclusões distorcidas. Por exemplo, os dados da pesca em Moçambique no período anterior a 2002 eram estimadas em 20.515 toneladas e não incluíam a pesca artesanal. No entanto, a partir de 2003 o país começou a reportar à FAO também os dados das capturas da pesca de pequena escala ou pesca artesanal, e os números aumentaram para 79.451 toneladas, cerca de quatro vezes mais. Estes números revelam que o potencial das capturas da pesca de pequena escala, nessa altura, era de cerca de 70% do total dos desembarques nacionais que não constavam dessas estimativas¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴² Câmara, N. J. G. da, «Posição atual e perspectivas da pecuária e da pesca em Moçambique», p. 36; Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no Ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 210; Alpers, E., «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», p. 3.

¹⁰⁴³ Figueiredo, R. de, «Análise do sector de pesca no ultramar: subsídios para o seu estudo», p. 214.

¹⁰⁴⁴ McHenry, D.E., «The Underdevelopment Theory: A Case-Study from Tanzania», *The Journal of Modern African Studies*, vol. 14, nº4, 1976, p. 625.

¹⁰⁴⁵ Blythe, *et all*, «Historical Perspectives and Recent Trends in the Coastal Mozambican Fishery», *art. cit.*, (s/p). Os mesmos autores indicam outros dados relativos as taxas anuais de capturas estimadas da pesca

Os dados de desembarque são a base para a reconstrução histórica da pesca. Porém, em muitas zonas onde desembarcam os pescadores artesanais não há portos ou estuários. Por isso, consideramos que a pouca representação da pesca artesanal nos dados estatísticos dos desembarques nacionais nos países em desenvolvimento, deve-se a uma variedade de fatores: primeiro, marginalização política relativa à sua contribuição considerada baixa para o PIB; segundo, elevados custos associados ao seu monitoramento físico, por ser considerado difícil; terceiro, dispersão espacial, que torna difícil o seu monitoramento; quarto, dificuldades de recursos por parte dos governos desses países em colocar oficiais por todos os lados¹⁰⁴⁶.

A questão da falta ou dificuldade de controlo nos registos nos canais oficiais, também ocorre em outros sectores de exploração dos recursos naturais ao longo dos tempos, tal como o que se vem registando nas áreas de exploração mineira e das florestas em Moçambique¹⁰⁴⁷.

Em 1969 a Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, verificava também que havia falta de uma estatística do pescado desembarcado, por espécies dominantes, por falta de controlo. Por isso, só dispunha de elementos sobre o peixe que era desembarcado junto às capitánias e o que entrava para o consumo nos mercados municipais. Anotava também que a nível nacional, havia uma falta de uniformização entre as estatísticas publicadas a nível provincial e nacional¹⁰⁴⁸.

O Relatório de acompanhamento de execução do III Plano de Fomento de 1972, sobre a estatística de pesca, anotava que todo o trabalho de avaliação de mananciais dos

artesanal, situando os entre 47.000 toneladas a 177.000 toneladas, o que representa cerca de três quartos do total nacional.

¹⁰⁴⁶ Blythe *et al.*, «Historical Perspectives and Recent Trends in the Coastal Mozambican Fishery», *art. cit.*, (s/p). Segundo estes autores, durante o período colonial os dados de desembarque da pesca artesanal não chegaram de ser levantados. Entretanto havia uma estimativa de haver cerca de 16.000 ou mais pescadores ao longo da costa e a tendência de aumento foi constante; Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artesanal Fisheries Development Project.*, *op. cit.*, p. 2. Cerca de anos 2000, Hara *et al.* indica que havia cerca de 90.000 pessoas na pesca, processamento e comercialização do pescado do sector artesanal.

¹⁰⁴⁷ Ver discussão e análise em Nhantumbo, Isilda, Chicamisse, Luisa, Ceita, Dinasalda e Cumbe, Mário, «Desmatamento na Paisagem do Corredor da Beira: o papel de factores sócioeconómicos», p. 141, p. 35-36, 40-43, 74-75 e 80-82.

¹⁰⁴⁸ «Portugal. Colónia de Moçambique. Metodologia e Infraestruturas Estatísticas no Sector Pecuário e Pesca. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique n.º 5-Estudos». A nível internacional as estatísticas do "Anuário Estatístico da FAO" e o "Questionário do Recenseamento Mundial da Agricultura" para 1970, demonstram uma tentativa de uniformização de elementos a publicar periodicamente.

recursos marinhos vivos e os efeitos da pesca sobre eles estava estreitamente dependente de dados estatísticos corretos e completos. Devido a esta preocupação de validade dos dados estatísticos, a Missão de Estudos Bioceanológica e de Pescas de Moçambique, elaborou um programa para iniciar em 1972 que devia realizar a colheita exaustiva dos elementos necessários em Lourenço Marques (Maputo) e António Enes (Angoche) e, se possível, ainda na Beira e Inhambane¹⁰⁴⁹. De recordar que a coordenação da pesquisa na área das pescas em Moçambique foi iniciada pela Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique (MEBPM), nos finais da década de 60 cujo património e recursos humanos passaram para a Direção Nacional de Pescas (DNP) criada em 1976, depois da independência¹⁰⁵⁰.

Como podemos observar a questão estatística da produção da pesca em geral, e da pesca artesanal em particular, registou muitos problemas no período em estudo. A maior quantidade de peixe seco e fresco que era transacionado entre os pescadores e as populações, tanto na costa assim como no interior, não usavam estes circuitos de desembarque nas capitánias e mercados municipais, por isso não eram captados nas estatísticas coloniais das autoridades portuguesas, mesmo depois da independência.

O problema do “deficit” do pescado produzido em Moçambique e o papel de consumidor de excedentes da metrópole foi notório neste período o que é demonstrado pelos diversos dados estatísticos assim como informações discutidas nesta secção. O mesmo problema de importação de pescado continuou a se fazer sentir no pós-independência.

4.8- Considerações finais

O que discutimos neste capítulo podemos fazer uma ligação com o anterior capítulo sobre a ‘A administração da Companhia de Moçambique na região de Manica e Sofala, 1892-1942’, considerando os dois como decorrendo no período colonial. Neste período, temos similaridades de atuação entre as políticas tanto da administração da Companhia de Moçambique, assim como do Estado Novo. Ambos se guiaram por

¹⁰⁴⁹ Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4».

¹⁰⁵⁰ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p.38; PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. n.º 880.4». As Missões de Angola e Moçambique foram ambas criadas em 1966 pela Portaria n.º 21916 de 16 de Março.

objetivos de primeiro, levar os pescadores artesanais locais a abastecerem com peixe para a alimentação do pessoal da administração, assim como das pessoas sob sua responsabilidade nos acampamentos militares e civis. Segundo, permitir que com esta atividade os pescadores artesanais conseguissem recursos para o pagamento de impostos. Terceiro, arrecadar receitas para os cofres das duas administrações com a cobrança de diversas taxas previstas no licenciamento e nos Regulamentos de pesca e, quarto, obter acesso à disponibilidade e ao controlo da mão-de-obra dos nativos¹⁰⁵¹.

Havia um reconhecimento de que o panorama das pescas, no contexto do quadro económico mundial, podia permitir um rápido desenvolvimento caso se incrementasse a produção nacional metropolitana e ultramarina. No entanto, o nosso argumento é que as diferentes políticas adotadas durante este período colonial, tinham como objetivo principal levar as comunidades locais, neste caso os pescadores artesanais nosso objeto de estudo, a terem apenas a capacidade de pagar impostos e taxas e a servirem como reservas de mão-de-obra para as diversas atividades públicas e privadas e não o seu desenvolvimento a nível social, económico e financeiro.

No que concerne a dimensão económica da pesca artesanal, os dados discutidos mostraram que as quantidades produzidas não cobriam as necessidades daí que tenha sido necessário o recurso à importação. Contudo, apesar de as autoridades coloniais terem reconhecido a importância da pesca artesanal, na segurança alimentar e na arrecadação de receitas, quando apostaram na modernização da pesca, sobretudo nos Planos de Fomento que marcaram o período do Estado Novo, poucos ou nenhum investimento foi canalizado para a pesca artesanal onde predominava o nativo, negro. E, as poucas iniciativas registadas visaram os poveiros, brancos. Porém, podemos notar que tanto estes, os poveiros, assim como os pescadores artesanais nativos, negros, enfermavam de características similares que são a pobreza e a iliteracia. Por isso que na global pouca atenção a pesca artesanal praticada por estes dois grupos mereceu por parte das duas autoridades administrativas.

A razão que podemos tirar desta posição do Estado é de que os poucos investimentos canalizados à pesca artesanal se deveram à natureza da atividade por estar à margem do sistema capitalista pouco controlado por este, na designada economia informal. Contudo, devemos referir que em Moçambique assim como em vários outros

¹⁰⁵¹ Opondo, P., «Fisheries as heritage: indigenous methods of fishing and conservation among the Luo fishers of Lake Victoria, Kenya», p. 201.

países da África e do mundo em desenvolvimento a pesca artesanal é tida como uma atividade multifuncional de grande importância económica, social e ambiental, contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos e do orçamento dos Estados, assim como na segurança alimentar das populações. O sector das pescas é, também, uma importante fonte de rendimento e tem um papel fundamental na redução do desemprego e da pobreza tal como foi referenciado nos dados da FAO de 1986 e continuam a ser referência nos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio¹⁰⁵².

Neste sentido, podemos afirmar que a pesca artesanal durante o período colonial, registou uma ausência de políticas específicas para o seu desenvolvimento¹⁰⁵³. Sustentamos o nosso argumento pelas seguintes razões:

Primeiro, havia uma ideia de desenvolvimento das colónias baseada inicialmente no Fomento Ultramarino, onde o Estado Novo pretendia atingir a modernização económica e a industrialização do país após 1945. No seguimento desta dinâmica foram criadas diversas instituições de pesquisa científica com enfoque nas pescas, entre as quais a Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas, criada na década de 1960¹⁰⁵⁴. Esta instituição, tal como outras predecessoras reconheciam o predomínio da pesca artesanal em Moçambique, mas que o baixo desenvolvimento desta atividade era resultado da ausência de um organismo para coordenar e orientar o seu exercício. Entretanto, os organismos criados, pouco fizeram para a pesca artesanal.

Segundo, foi dada prioridade ao investimento e desenvolvimento da pesca semi-industrial e industrial, que assumiram que garantia o retorno dos seus investimentos a curto prazo, naquilo que consideramos como uma discriminação relacionada com a atividade da pesca artesanal, dentro do sistema capitalista de produção. A cadeia de valor da produção, venda e distribuição do pescado eram realizadas apenas por portugueses ou estrangeiros brancos, sem a participação da maioria dos pescadores locais¹⁰⁵⁵.

¹⁰⁵² Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. Disponível em www.un.org/millenniumgoals consultado em 10/05/2021.

¹⁰⁵³ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 24; Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas a Pesca ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 1; Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 58.

¹⁰⁵⁴ Rosinha, A. J., «As pescas marítimas- sua actual posição perante a criação da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique», p. 347.

¹⁰⁵⁵ Pinto, D.A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 86.

Terceiro, havia uma discriminação da pesca artesanal por ser praticada, na sua maioria, pelos africanos. Esta situação foi influenciada pela política do indigenato que foi a base da relação histórica entre o Estado-Império português e as suas colónias de tal forma que, mesmo depois da sua abolição prevaleceram nas práticas sociais¹⁰⁵⁶. São evidências as precárias condições de alimentação e alojamento dos trabalhadores, apesar de alguns regulamentos prescreverem o contrário. Estas más condições eram ditadas pela ganância de lucros e não havia nenhuma intervenção das autoridades para a sua condenação ou correção, e se as houvesse, tinham pouco impacto. Outro aspeto negativo, era a determinação de consumo do peixe seco pelos nativos, independentemente da sua qualidade, manifestamente baseadas num contexto baseado na colonialidade global que visava a inferiorização do ‘outro’¹⁰⁵⁷.

¹⁰⁵⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 468. Este autor cita um líder tradicional a queixar se de no período pós-independência haver membros do partido que eram oriundos da pequena burguesia e assimilados do período colonial, mas que continuaram a beneficiar de privilégios em relação à maioria da população de origem camponesa ou do proletariado “graças à sua riqueza, educação e posição social”.

¹⁰⁵⁷ PT/AHU- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processos 291, nº 319/3222».

CAPÍTULO V – IMPACTO DAS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO PESQUEIRA NAS COMUNIDADES NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

5.1- Introdução

Neste capítulo a abordagem vai centrar-se nas políticas económicas relacionadas à pesca artesanal adotadas pela Frelimo depois da independência. Nesta análise, tentaremos fazer a ligação com o que abordamos nos dois capítulos precedentes que retratam o período colonial de modo a termos uma imagem do conjunto dos dois períodos: colonial e pós-independência. O argumento que reiteramos é de que a pesca artesanal sofreu uma discriminação relacionada com o sector, por se localizar na periferia do sistema controlado pelo Estado, tanto no regime de produção capitalista, assim como do sistema de produção socialista. Durante a vigência do sistema capitalista de produção, a principal preocupação era de maximizar os lucros sem se preocupar com a situação dos produtores. No sistema de produção socialista, apesar de advogar uma redistribuição igualitária dos recursos/riquezas, foi dada primazia a uma economia centralizada baseada em empresas estatais, para onde eram canalizadas a maior percentagem dos investimentos relegando ao segundo plano, mais uma vez, os estratos do campesinato e dos pescadores artesanais (que deviam contar com as suas próprias forças). Por esta razão, a pesca artesanal recebeu poucos investimentos em comparação com os sectores da pesca semi-industrial e industrial, ao longo das três administrações diferentes que estiveram implantadas nas províncias de Manica e Sofala. Neste contexto, procuramos compreender como as comunidades de pesca artesanal responderam a estas políticas em função dos seus próprios interesses, opções económicas e culturais, assim como as possíveis dimensões de conflito daí resultantes.

São temas a serem tratados nesta secção a questão dos principais artes e aprestos de pesca artesanal. Nesta secção dedicamo-nos a dar algumas explicações sobre algumas artes e aprestos de pesca artesanal, assim como as respetivas embarcações com que se fazem ao mar, rios ou outras massas de água interiores.

A política de nacionalizações da Frelimo e o intervencionismo do Estado em contexto de abandono de empresas privadas, no pós-independência. Neste tema abordamos assuntos relacionados com os Grupos Dinamizadores (GDs) como estruturas de base e veículo de transmissão das orientações do partido Frelimo, tanto no campo assim como nas cidades. Analisamos a integração dos tecnocratas que permitiram o

controlo e gestão do aparelho do estado com a missão de construir uma nação moderna e desenvolvida. Incluímos as disputas de carácter político-ideológico e social entre os líderes tradicionais e o poder do Estado liderado pela Frelimo. O processo de nacionalização da terra assim como a questão das aldeias comunais, no âmbito da implementação do Marxismo-Leninismo para a construção de um regime socialista, são outros assuntos abordados.

O segundo tema são as políticas económicas para as pescas e os Combinados Pesqueiros (CPs). Aqui abordamos as questões dos Combinados Pesqueiros que foram concebidos para operar a frota de pesca comercial abandonada e depois foram associados às questões do desenvolvimento da pesca artesanal. Segundo Manuel Luís Gonçalves, que estivera na linha da frente como gestor nas pescas, os “CP’s incrementaram os níveis de bem-estar dos pescadores artesanais e suas famílias constituindo por isso um sucesso”¹⁰⁵⁸. A estratégia dos CPs estava inserida no contexto de uma economia centralizada onde o Estado procurava incentivar o aumento da produção e a melhoria do abastecimento interno através de estímulos aos produtores. Dentro dos Combinados Pesqueiros estava o objetivo da criação de cooperativas de produção que deviam garantir a aquisição de toda a produção pesqueira a preços fixos. As atividades dos Combinados Pesqueiros decresceram como resultado da liberalização da economia a partir de 1986 associado a fatores de má gestão assim como a sua rejeição pelo grupo-alvo.

O último tema deste capítulo é sobre a aposta do Estado na modernização da pesca. Nesta secção, abordamos sobre a modernização das pescas, um tema transversal dos dois períodos (colonial e pós-independência), que se baseou na criação e promoção de empresas estatais, sociedades mistas e proteção de armadores privados nacionais e estrangeiros inseridos na pesca semi-industrial e industrial. Estas empresas deviam focar-se na pesca do camarão e outros crustáceos para a exportação e, em segundo plano, a produção de peixe para o abastecimento interno. Neste processo de modernização não estavam incluídos investimentos ao sector privado e nas empresas de pequena escala, onde estava a pesca artesanal. A pressão sobre os recursos pesqueiros teve como estratégia de solução a introdução do defeso e da veda, como um mecanismo para se atingir a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais. Nesta secção, é analisada também a questão de fiscalização das embarcações estrangeiras que atuavam na pesca

¹⁰⁵⁸ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 11.

industrial que se tornou num problema das pescas devido a falta de recursos humanos e técnicos capazes, assim como atos deliberados de corrupção.

O período de declínio destes projetos modernizantes assim como da implementação do socialismo estão associadas a ocorrência de fenómenos naturais tais como chuvas intensas e seca, assim como à guerra civil movida pela Renamo que levaram a Frelimo, logo após o IV Congresso do partido em 1983, a iniciar conversações com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permitiram a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, com a consequente liberalização económica. Concluímos a secção observando algumas semelhanças da atuação do Estado ao longo dos tempos, que caracterizaram a política para o sector das pescas marcada pelos reduzidos apoios do Estado, naquilo que se pode compreender como colonialidade global, assim como na hierarquia social.

Colonialidade global é considerado o tipo de relações entre os Estados que teve início nos anos 1980 como resultado das políticas acordadas nos Consensos de Washington onde as relações entre o Norte, desenvolvido e o Sul em desenvolvimento, provocaram novas relações de poder e de forças que enfraqueceram, a “soberania nacional das nações do Sul através da inferiorização do estatuto do Estado - Nação. De forma semelhante, a hierarquia social é reproduzida de várias e diferentes formas no período pós-colonial, através de novas formas de subordinação geradas pela nova ordem formal e industrial da modernidade”¹⁰⁵⁹.

5.2- Políticas da Frelimo para o sector das pescas

A política perseguida pelo governo da Frelimo, durante a primeira década da independência, visou a recuperação e desenvolvimento do sector produtivo, com a finalidade de melhorar o aproveitamento dos recursos disponíveis. Os objetivos da Secretaria do Estado das Pescas (SEP), para a segunda década, consistiram na criação do edifício legislativo adequado que permita à SEP dirigir e gerir coerentemente o sector de pescas¹⁰⁶⁰.

Estes eram os dois principais pressupostos de intervenção do governo da Frelimo para o sector das pescas nas primeiras duas décadas da sua governação.

Desde a independência que a estratégia do governo da Frelimo tinha identificado o sector agrário e pesqueiro como sendo os pilares para o desenvolvimento da economia

¹⁰⁵⁹ Fernandes, R. M., «O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade», p. 1–2.

¹⁰⁶⁰ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 3.

do país. Neste sentido, procurou implementar políticas que permitissem o aumento da produção pesqueira, diminuindo o ciclo da baixa produtividade causada pelo fraco desenvolvimento dos distintos subsectores, principalmente o subsector da pesca artesanal e semi-industrial, assim como pela sobre-exploração de alguns recursos preferenciais da pesca industrial, tais como o camarão e pelas fraquezas dos circuitos de processamento e comercialização do pescado¹⁰⁶¹.

As políticas da Frelimo para as pescas foram influenciadas por algumas circunstâncias, tais como o abandono de parte significativa das embarcações de pesca pelos anteriores proprietários, na sua maioria portugueses, registado após 1975 que teve como consequência a quase paralisação do sector de pescas. Neste processo de abandono de armadores privados, alguns levaram os seus barcos e outros optaram pela sua sabotagem. Apenas no ano de 1977 havia o registo de 80 embarcações abandonadas e cerca de 3.000 trabalhadores foram atirados ao desemprego e havia cerca de 25.000 que se dedicavam à pesca artesanal. Na área de aprovisionamento e comercialização do pescado e dos aprestos de pesca também vai se notar o mesmo problema que afetava também a pesca artesanal que ficou desprovida dos serviços para a compra de equipamentos e venda do seu pescado. Deste forma, as iniciativas tendentes ao desenvolvimento da pesca semi-industrial e industrial que havia recentemente começado, eram interrompidas.¹⁰⁶² Como consequência, a produção do pescado registou uma diminuição de 1/3 em relação a 1974 o que se refletiu na sua escassez para o abastecimento da população assim como na exportação. Por exemplo, entre 1974 e 1977 as exportações do camarão saíram de 4.700 toneladas para 3.000¹⁰⁶³.

Em seguida o governo tomou medidas urgentes para assegurar a continuação das atividades assim como a formação dos pescadores e o desenvolvimento de programas de investigação. Assim, em termos administrativos foi criada a Direção Geral das Pescas, no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio¹⁰⁶⁴. A primeira fase foi caracterizada pela reestruturação do sector das pescas, com enfoque em ações que evitassem o colapso do sector¹⁰⁶⁵.

¹⁰⁶¹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 8-9.

¹⁰⁶² Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 20.

¹⁰⁶³ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 20.

¹⁰⁶⁴ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 1.

¹⁰⁶⁵ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 26; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 25.

Passados os primeiros dois anos após a independência nacional o partido Frelimo realiza o seu III Congresso (1977) que viria a estabelecer as principais estratégias políticas, económicas e sociais que iriam guiar os destinos do país. Assim, no âmbito económico e social foi reiterada a escolha da agricultura como base de desenvolvimento e a indústria como fator dinamizador, dentro de uma economia centralmente planificada, através do Plano Estatal Centrais (PEC), com predomínio e privilégios para as empresas estatais (E.E.), apoiados pelo Estado. As empresas estatais deviam servir de motor de desenvolvimento do país enquanto os camponeses, numa perspetiva de socialização do campo, deviam estar organizados e a residir em aldeias comunais e a produzirem em cooperativas¹⁰⁶⁶. Por exemplo, o Plano Estatal Central para 1986 definia o seguinte para as pescas: Produção de camarão em 5.800 toneladas, nível médio dos últimos anos, devendo a meta ser revista no final do 1º semestre; produção de peixe em 16.500 toneladas o que iria representar um aumento de cerca de 13% em relação a 1985; Investimento na aquisição de novas embarcações para a pesca de peixe, lagosta e camarão; Força de trabalho, devia aumentar o efetivo em mais 2% contra o aumento de 13% da produção e de 10% do fundo de salários e melhoria da taxa de alfabetização do sector em 2%; Relações económicas externas, o sector devia financiar a sua atividade proporcionando um saldo de 130.000 contos depois de deduzida a sua contribuição de 12 milhões de USD para o fundo do petróleo¹⁰⁶⁷.

Figura nº 46 -Estrutura da economia de Moçambique, 1983-1993

%, PIB	1983	1993
Agricultura e pescas	37.6	29.5
Indústria	27.5	28.0
Serviços	34.9	42.5

Fonte: Banco Mundial, 2005.

Os dados da figura nº 46 acima, indicam a tendência decrescente do desempenho do sector da agricultura e pescas registada no período de dez anos, enquanto o sector da indústria subiu ligeiramente e os serviços registaram a maior subida. Possivelmente

¹⁰⁶⁶ Frelimo. Directivas Económicas e Sociais, Maputo, 1977, p. 20-22; Centro de Estudos Africanos (CEA). «Socialização do Campo e Planificação», In: *Estudos Moçambicanos*, 3, 1981, p. 8.

¹⁰⁶⁷ «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986, p. 9-10.

devido a falta de manutenção dos equipamentos assim como do recrudescimento da guerra civil que ia obrigando o governo a canalizar os seus esforços e fundos para fazer face a estes constrangimentos.

Na área das pescas a política económica da Frelimo previa primeiro, a constituição de empresas mistas entre o Estado e os privados na sua maioria estrangeiros. O Estado ficaria com 51% e os restantes 49% para a empresa privada e o foco seria a pesca de crustáceos para a exportação e arrecadação de divisas. Os operadores estrangeiros imediatamente estabelecerem diálogo com as autoridades pesqueiras nacionais e em Setembro de 1977 foram concedidas as primeiras licenças a armadores estrangeiros e em 1978 foi publicada a Lei de Pesca estrangeira (Lei 8/78). Estes procedimentos dos operadores estrangeiros, visavam evitar incidentes internacionais relacionados com a Lei do Mar¹⁰⁶⁸. Segundo, foi orientada a criação de empresas estatais para as quais umas estariam também na produção de crustáceos e peixe, tanto para a exportação assim como para o mercado interno de consumo. Terceiro, foi decidida a organização dos pescadores artesanais em cooperativas de produção onde o foco seria inteiramente o abastecimento ao mercado consumidor local. Uma particularidade neste sector de pescas, foi a permissão de operações a empresas privadas o que não se verificava nos outros sectores da economia neste período. A principal razão para este facto foi porque estes operadores privados, que já vinham operando desde o início da década de 1970, tinham a capacidade de produção do camarão, principal produto de exportação, e o Estado precisava de assegurar a continuação da entrada de divisas ao país. Por exemplo, na pesca de camarão esperavam atingir a exportação de cerca de 15.000 toneladas até 1980¹⁰⁶⁹. Os armadores privados moçambicanos desta altura, beneficiaram-se de parte da frota abandonada pelos colonos e muitos deles não tinham domínio da atividade pesqueira. Ao mesmo tempo o Estado ia constituindo empresas estatais para a prestação de serviços de apoio ao sector pesqueiro.

¹⁰⁶⁸ Gomes, *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 26.

¹⁰⁶⁹ Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019; Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019; Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 25.

O Estado alargou o espaço da jurisdição da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) na costa para 200 milhas, que só foi assinada em Dezembro de 1982¹⁰⁷⁰.

As diretivas do III Congresso da Frelimo orientavam que os produtos da pesca deviam servir para melhorar a dieta alimentar das populações, tanto nas zonas rurais assim como urbanas, ao mesmo tempo que garantam a aquisição de divisas. Por exemplo, tencionavam a criação de uma empresa em 1977, que teria como metas a produção de 24 a 25 mil toneladas para serem atingidos até 1980. Esta produção devia ser assegurada pela recolha da fauna acompanhante dos armadores camaroeiros, pela produção semi-industrial e pela “pesca popular”, onde os pescadores artesanais estariam organizados em cooperativas, “como condição para o apoio técnico aos mesmos”¹⁰⁷¹.

Ao nível da planificação macroeconómica inicial de Moçambique, o sector agrário camponês e a pesca de pequena escala ou pesca artesanal, estavam enquadrados na pequena produção e o investimento do Estado estaria virado para as empresas estatais, tal como mencionamos acima. A pesca de pequena escala, tinha sido reservada a canalização de alguns incentivos através dos Combinados Pesqueiros (CPs), sobretudo para estimular a comercialização e não a produção, assim como a imposição de uma base de troca em preços fixados pelo Estado, que não variavam segundo a lei de oferta e procura, uma das razões do descontentamento dos pescadores¹⁰⁷². Para Pitcher, esta foi uma das razões para o declínio da produção agrícola dos pequenos produtores e do sector familiar que colocou em risco o consumo doméstico durante as primeiras duas décadas depois da independência¹⁰⁷³. Portanto, tanto a pesca artesanal quanto os camponeses foram sujeitos às mesmas estratégias para o seu desenvolvimento¹⁰⁷⁴.

A segunda fase teve como características a definição de cinco linhas principais da política de desenvolvimento pesqueiro, nomeadamente: primeiro, a pesca artesanal e semi-industrial para as quais foi destinada uma linha de aprovisionamento em materiais e aprestos de pesca centrada nos Combinados Pesqueiros, como estratégia de aproveitar e elevar a capacidade existente das formas de produção da pesca tradicionais.

¹⁰⁷⁰ Gomes, *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 26.

¹⁰⁷¹ Frelimo, *Directivas Económicas e Sociais*, p. 59.

¹⁰⁷² Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 37 e 58-59.

¹⁰⁷³ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 90.

¹⁰⁷⁴ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 44-45; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 75.

Segundo, o enfoque era na pesca industrial que estava virada no estabelecimento de parcerias com entidades e instituições estrangeiras de reconhecida capacidade técnica e financeira, que permitissem melhorar a tecnologia de pesca e a conquista dos mercados internacionais. Este sector, devia aumentar e melhorar a produção de crustáceos para a exportação ao mesmo tempo que devia apoiar a captura de peixe para o mercado nacional.

Terceiro, produção nacional de materiais e aprestos de pesca principalmente para a pesca artesanal e semi-industrial (fabrico de redes de pesca, assistência técnica a equipamentos, construção e reparação de pequenas embarcações) ao mesmo tempo que se criavam e desenvolviam serviços de apoio. Neste âmbito, foi registado o aumento do volume de produção dos materiais e aprestos de pesca para a pesca artesanal no período entre 1977 e 1987 que foram de cerca de 400 pequenas embarcações e duplicação da produção de redes que chegaram a cobrir cerca de 60% das necessidades nacionais¹⁰⁷⁵.

Quarto, desenvolvimento da investigação e gestão dos recursos pesqueiros, tendo em vista melhorar os conhecimentos do manancial dos recursos marinhos de modo a promover a sua exploração ao mesmo tempo que se assegurava a sua reprodução. Até 1986 admitia-se apenas que a capacidade de captura potencial era de 250 a 270 toneladas nas águas marítimas nacionais. Com base nestes conhecimentos do estado dos recursos, foi possível fazer a planificação da distribuição das quotas pelos diversos operadores da área.

Quinto, planificação e execução de atividades tendentes à formação dos recursos humanos a nível interno e no exterior. Assim, no início da década de 1980 foram graduados 250 profissionais de nível básico e até 1986 estavam em formação no exterior cerca de 100 pessoas em escolas básicas, de ensino médio assim como na Escola de Pescas¹⁰⁷⁶.

Podemos concluir que estas duas fases de implementação de políticas de pescas no período entre 1977 e 1987 foi caracterizado por elevados apoios prestados pelo Estado à pesca industrial, onde também tinha a sua participação na constituição de empresas mistas, com a esperança de este sector poder contribuir para o desenvolvimento económico do país, pela arrecadação de divisas provenientes da exportação do camarão ao mesmo tempo que a pesca de pequena escala, estavam destinados apoios materiais em

¹⁰⁷⁵ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 28.

¹⁰⁷⁶ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 29.

aprestos de pesca e o seu enquadramento aos Combinados Pesqueiros e a obrigação de venda do seu pescado ao preço fixo definido pelo Estado¹⁰⁷⁷.

Krantz *et all*, refere que entre 1975-1980 o sector de pescas era caracterizado pela existência de algumas empresas de média dimensão e por uma frota de cerca de 74 arrastões camaroeiros de diversas dimensões pertencentes a armadores individuais cuja produção destinava-se fundamentalmente para a exportação. O mercado interno era abastecido principalmente por pescado importado, complementado pela produção dos pescadores artesanais, caracterizada por embarcações pequenas, distribuídas ao longo da costa e utilizando artes de pesca tradicionais¹⁰⁷⁸.

Da década de 1980 para a década de 1990 o sector das pescas foi responsável por cerca de 40% da receita de exportação e contribuiu com cerca de 3% para do PIB. A captura girava em torno de 130.000 toneladas das quais cerca de 91% provinham da pesca artesanal e 9% que vinham dos setores pesqueiros industriais e semi-industriais, em sua maioria crustáceos para exportação¹⁰⁷⁹.

A gestão administrativa das pescas era feita através das Capitánias do Porto e pela aplicação dos regulamentos constantes do Regulamento Geral das Capitánias e do Regulamento de Inscrição Marítima, originariamente criados para a aplicação às embarcações da marinha e do comércio¹⁰⁸⁰.

A partir dos barcos e infraestruturas abandonados, procedeu-se à especialização e reorganização de algumas empresas. Assim, foi criada em 1977 a empresa estatal, Empresa Moçambicana de Pesca (Emopesca), que em 1980 foi dividida em quatro empresas, 1- Emopesca Quelimane; 2- Emopesca Beira, 3-Emopesca Maputo e 4- Emopesca Angoche, todas elas subordinadas a Secretaria de Estado das Pescas¹⁰⁸¹. A partir destas empresas foram retiradas algumas embarcações de pequeno porte para uma nova empresa criada em 1979, a Sulpesca, com sede em Maputo, dedicada a captura de pescado para o mercado interno. Foi constituída em 1978 a Entrepósito Frigorífico de

¹⁰⁷⁷ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 29.

¹⁰⁷⁸ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique» (Maputo: National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, 1988), p. 1.

¹⁰⁷⁹ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 22.

¹⁰⁸⁰ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 14; J. M. Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 45-46; Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 1-3.

¹⁰⁸¹ No período entre 1980 e 1983 a Emopesca contribuiu com 1/5 da captura total de camarão e ¼ da produção do peixe, sob forma de fauna acompanhante. Hermele, K., «O sector pesqueiro em Moçambique», p. 3.

Pescas de Moçambique (Efripel), empresa luso-japonesa sediada em Quelimane onde o Estado passou a deter 51%. Com o complemento das empresas Emopesca e Sulpesca foi criada em 1977 a Pescom, para a comercialização nos mercados interno e externo dos produtos do mar. No mesmo período foram iniciados de forma sistemática o estudo e inventariação dos recursos pesqueiros, efetuados pelo Instituto de Investigação das Pescas¹⁰⁸².

Como resultado da reorganização iniciada no período 1980-85, foi estabelecida uma política de recomposição da frota que teve como estratégia a constituição de sociedades mistas para suprir as lacunas financeiras de modo a ter capacidade para adquirir nova frota. Assim, foram constituídas a Mosopesca em 1979, que juntava a Emopesca e a *Sovrybflot* empresa soviética de pesca e a Sociedade de Pescas de Mariscos (Pescamar) fundada em 1980, que juntava a Emopesca e a Pescanova da Espanha onde o Estado detinha 51%. A Mosopesca devia capturar pescado para o mercado interno enquanto algumas embarcações destinavam-se à pesca do camarão para adquirir divisas que serviriam para cobertura de parte dos custos operativos. A Pescamar, por sua vez, pescava camarão para o mercado externo e outra parte, *by-catch*, para o mercado interno. A Pescom, neste período, foi dividida em Pescom Nacional e Pescom Internacional¹⁰⁸³.

À pesca de pequena escala que engloba a pesca semi-industrial, artesanal e de subsistência tinham sido definidos os seguintes objetivos da política de desenvolvimento: primeiro, o aproveitamento de todo o potencial de produção existente na pesca de pequena escala por forma a se aumentarem as quantidades de pescado destinado ao consumo e à exportação; segundo, manutenção de emprego e, se possível, o seu aumento, por forma a absorver-se parte dos excedentes de força de trabalho em situação de desemprego ou refugiados na zona costeira; terceiro, melhoria de nível de vida das comunidades dependentes da pequena produção pesqueira¹⁰⁸⁴.

Para o apoio à pesca artesanal, cuja política tinha em vista principalmente as garantias de aprovisionamento, de escoamento da produção e de comercialização, tal

¹⁰⁸² Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 14; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 45-46; Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 2.

¹⁰⁸³ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 14; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, *op. cit*, p. 45-46; Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 2-3.

¹⁰⁸⁴ «Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala», Secretaria do Estado das Pescas, Maputo, 1990, p. 13.

como referimos acima, foram constituídos os Combinados Pesqueiros. Os Combinados Pesqueiros deviam ser instalados gradualmente junto das comunidades pesqueiras artesanais e executarem diversos tipos de atividades. Em alguns momentos, esta execução de diversas atividades resultava em conflitos pontuais de jurisdição com organismos do poder local, por falta de clarificação das atribuições e competências de cada uma das partes¹⁰⁸⁵.

No decurso do mesmo período foram criadas novas empresas estatais em áreas complementares da pesca tais como, a Empresa de Apetrechamento da Indústria Pesqueira (Equipisca), Empresa de Construção e Reparação de Barcos de Pesca (Navipesca) que construiu mais de 500 pequenas embarcações entre 1981 e 1989, e a Empresa de Assistência Técnica, Projetos e Construções Pesqueiras (Tecnipesca). Esta última empresa, entre 1981 e 1987 calcula-se que tenha importado e distribuído cerca de 1.121 motores marítimos¹⁰⁸⁶. Assistiu-se também à integração na Secretaria de Estado das Pescas (SEP) de outras empresas já existentes como a fábrica de redes de pesca, Cima. Como resultado deste esforço nas políticas das pescas, a produção de produtos pesqueiros quase duplicou saindo de 7.430 toneladas em 1980 para 14.470 toneladas em 1985, devido ao acréscimo das descargas de peixe escama¹⁰⁸⁷.

A partir dos meados da década de 1980 em diante, vai-se assistir à desagregação das grandes explorações agrícolas, fornecedoras dos produtos alimentares aos grandes centros urbanos, e desorganização dos sistemas de distribuição que levaram a uma quebra acentuada na oferta de produtos agrícolas. Concomitantemente, registam-se os efeitos da seca em quase todo o país assim como um crescente clima de insegurança que provocava a deslocação das populações do interior para o litoral e para os centros urbanos, abandonando as atividades agrícolas. Desta forma, aumenta a procura pelos produtos pesqueiros, acentuando a pressão entre a procura e a oferta. Para equilibrar esta situação, o Estado reorienta a empresa mista Mosopesca para, a partir de então, produzir exclusivamente peixe de escama para o consumo interno, enquanto a Pescamar promovia a criação de uma nova empresa mista, a Frigopeixe, também para a produção de peixe para o consumo interno¹⁰⁸⁸.

¹⁰⁸⁵ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 2.

¹⁰⁸⁶ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 36-37.

¹⁰⁸⁷ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 3.

¹⁰⁸⁸ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 3.

No início da década de 1990 começam a denotar-se resultados do dinamismo que vinha sendo implementado nas décadas anteriores, com a elaboração dos primeiros instrumentos orientadores do sector pesqueiro tais como a própria Lei de Pescas, que estabeleceu o regime jurídico das atividades pesqueiras e das atividades complementares da pesca, tendo em vista a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos aquáticos nacionais. Definia os parâmetros de ação da administração pesqueira e das atividades dos agentes económicos; o Plano Diretor da Pescas, que orientava o Estado na identificação de estratégias a adotar com vista a alcançar, a médio prazo (horizonte de 5 anos) e a longo prazo (10 anos), os objetivos de desenvolvimento para o sector das pescas; e, em 1996, a Política Pesqueira e respetiva Estratégia de Implementação, instrumentos que surgem numa altura em que havia dois tipos de fatores. Por um lado, os fatores favoráveis onde se destacam: a existência de recursos pesqueiros inexplorados ou com nível baixo de exploração; a existência no campo de um ambiente que abria perspectivas para a prática da pesca e comercialização dos produtos pesqueiros. Por outro, os desfavoráveis, como: o baixo conhecimento sobre as realidades sócio-económicas das comunidades pesqueiras; o fluxo de deslocados para as zonas costeiras; a baixa produtividade na pesca artesanal associada à baixa qualidade dos aprestos de pesca e carência das infraestruturas e serviços de apoio; elevadas perdas pós-captura; o difícil acesso ao crédito formal; a precariedade das vias de acesso e da rede comercial; e o agravamento dos termos de troca devido ao aumento dos preços dos aprestos de pesca. Estes dois tipos de fatores determinaram as linhas gerais da política e as estratégias para sua implementação¹⁰⁸⁹.

O desenvolvimento do sector produtivo e administrativo das pescas, beneficiou de financiamentos e donativos diversos disponibilizados pelo governo e pela comunidade internacional, que permitiram a construção de infraestruturas de apoio à pesca, o aumento da frota pesqueira e a introdução de novas artes de pesca e/ou melhoramento de outras com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade¹⁰⁹⁰.

Estas são algumas das principais linhas de força das políticas da Frelimo para as pescas que caracterizaram as primeiras duas décadas, onde a principal matriz era a política socialista de planificação centralizada, empresas estatais e definição dos preços pelo Estado que afetou de forma particular a pesca artesanal.

¹⁰⁸⁹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 8.

¹⁰⁹⁰ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 1.

5.3-Papel do pescador artesanal perante as vicissitudes da sua atividade

Nesta secção tentamos captar de uma forma transversal os três períodos cronológicos abordados nesta tese (1892-1991), onde debatemos sobre o dilema inerente ao papel do sujeito praticante da pesca artesanal, o pescador artesanal, na sua necessidade de efetuar a exploração dos recursos naturais ao mesmo tempo que tem que garantir a sua preservação. A finalidade desta preocupação era de perpetuar a sua principal atividade de subsistência, enquanto foi se adaptando às contingências político-administrativas das autoridades.

As comunidades de pescadores artesanais são constituídas por aldeias permanentes e acampamentos temporários, na maioria com grandes carências no que respeita a infraestruturas sociais e económicas. Estas comunidades de pescadores encontram-se em toda a extensão da linha de costa e nas grandes massas de água continentais. Conforme a região em que se localizam estas comunidades, apresentam grande diversidade no que respeita a tradições e organização social, técnicas usadas, rendimento auferido e condição da mulher na comunidade o que implica necessidades, anseios diversificados quanto ao desenvolvimento e estratégias de vida. Por regra, as famílias de pescadores artesanais dependem não apenas da pesca e da coleta de produtos do mar, mas igualmente da agricultura, da venda de lenha e carvão e do comércio informal, entre outros. A pesca artesanal assume uma grande relevância na segurança alimentar do país não apenas nos distritos costeiros, onde se localiza dois terços da população do país, mas também nas regiões do interior para onde, a par do peixe de água doce, é enviado o pescado capturado no mar depois de processado na forma de seco, salgado ou fumado¹⁰⁹¹.

A forma como devemos entender o exercício da pesca artesanal foi variando ao longo do tempo abrangido pela cronologia do nosso estudo, desde o primeiro Regulamento de pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique, aprovado pelo Decreto de 13 de Outubro de 1898 e traduzido na Ordem nº 1978 de 2 de Julho de 1901. Este regulamento serviu de base para as diversas tentativas posteriores

¹⁰⁹¹ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 6.

para a regulamentação da pesca, tanto nos territórios sob administração direta portuguesa, assim como naqueles concessionados à Companhia de Moçambique. Seguiu-se o Regulamento de pesca marítima em 1965, que legalizou a pesca de arrasto pelo fundo nas águas de Moçambique, no mesmo ano que foram emitidas as primeiras licenças para a pesca durante o Estado Novo. No pós-independência, foi promulgada a Lei de Pescas de 1990, que criou muitas subdivisões para a regulamentação do exercício da pesca em Moçambique.

No exercício desta atividade da pesca artesanal foram registadas algumas mudanças que permitem identificar três diferentes grupos ou estratos de praticantes da pesca artesanal, desde o período colonial (Companhia de Moçambique, Estado Novo) até ao período pós-independência, as quais podemos resumir em:

1- Havia pescadores artesanais individuais que pescavam com seus aprestos de pesca e trocavam os seus produtos diretamente com consumidores de diferentes origens, no local de saída ou nas suas aldeias, naquilo que podemos designar de pesca do tipo familiar e de subsistência. Este tipo de pescador a sua principal preocupação era produzir para o consumo familiar e as trocas, quando tivesse excedente, eram baseadas no escambo (um sistema de comercialização baseada na troca direta dos produtos onde a troca não é baseada em uma moeda padrão). Este tipo de pesca foi praticado até ao estabelecimento de diversas cantinas a partir do início do século XIX¹⁰⁹².

2- No período posterior aos finais do século XIX e século XX, temos pescadores artesanais que pescavam e vendiam os seus produtos a intermediários que os levam a outros mercados, naquilo que podemos designar de pesca com fins comerciais, ou pesca artesanal. Neste tipo de pesca torna-se relevante o papel do intermediário e do cantineiro que passam a dominar o mercado e, geralmente são eles que determinam o preço. Estes, em alguns casos montam sistemas de redes de transporte de carga, principalmente do peixe fresco e seco, para os centros urbanos na Beira, Chimoio e Maputo assim como no estrangeiro, e passam a usar a moeda nas trocas. Este estrato de pescadores é designado por Uane, como proprietários ou patrões. Este grupo é constituído geralmente por líderes comunitários, líderes religiosos e outros com privilégios hereditários, funcionários

¹⁰⁹² Merali, A., *Ismailis em Moçambique: memórias do Sul*, p. 31-37. Porém, Lopes, no seu estudo sobre a região de Inhassoro que faz limite com as antigas terras da Companhia de Moçambique na zona sul, refere que a troca do tipo escambo possa ter terminado até finais da década de 1950; Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 33; Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 14.

públicos ou comerciantes, proprietários de acampamentos ou de barcos (a vela e a motor) e usam artes de pesca baseadas na pesca a linha, mergulho e uso de redes. Não participam diretamente na pesca e dispõem de empregados efetivos e eventuais¹⁰⁹³.

3- Pescadores artesanais que simplesmente dominam a arte de pesca e não têm capacidade de comprar ou adquirir os aprestos de pesca e trabalham para outrem, em regimes sazonais ou permanentes. Este grupo de pescadores, também é designado na região de Vilanculos de “pescador ganho-ganho” e é constituído por desempregados, jovens e mulheres que procuram alguma fonte de rendimento imediata assim como adquirir o “caril do dia-a-dia”. Em troca, os sazonais são remunerados em produtos (peixe de cada companhia) e os permanentes recebem algum subsídio em dinheiro e, às vezes, também são pagos pelo fornecimento de pescado como complemento do pagamento para o seu sustento. O peixe dado aos pescadores tanto serve para consumo assim como para revenda dependendo da vontade individual¹⁰⁹⁴.

No período pós-independência segundo a Lei de Pescas de 1990, foram distinguidos dois tipos de praticantes da pesca artesanal: aquela praticada como pesca de subsistência, pesca do tipo familiar e a pesca artesanal ou pesca comercial¹⁰⁹⁵. A pesca de subsistência é praticada através de meios artesanais elementares podendo usar ou não embarcações. Este tipo de pesca é praticado como uma atividade complementar para fornecer produtos pesqueiros para o consumo próprio e produzindo poucos excedentes para a comercialização¹⁰⁹⁶. Na nossa divisão feita acima enquadra-se no número 1.

A pesca artesanal é aquela que é praticada por diferentes estratos das comunidades, podendo ser membros da mesma família ou não, na mesma praia ou centro de pesca. Sob determinadas condições, a atividade de pesca deixa de assumir um carácter eminentemente de subsistência para começar a ligar-se crescentemente ao mercado consumidor e a atingir níveis de maior produção. O mercado assume um papel dinamizador, tornando possível que as intervenções de desenvolvimento sejam mais focalizadas em aspetos tecnológicos, tanto de pesca como de processamento,

¹⁰⁹³ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p.13.

¹⁰⁹⁴ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p.13-14.

¹⁰⁹⁵ Segundo a Lei de Pescas de 1990, a classificação das pescas é dividida em: pesca de subsistência, pesca artesanal, pesca semi-industrial, pesca industrial, pesca de investigação científica e experimental, pesca recreativa e desportiva. Ponto 1, do artigo 3º, Título I, «Lei das pescas- Lei nº 3/90, de 26 de Setembro». In: Boletim da República, 2º Suplemento, I Série, nº39 de 26 de Setembro de 1990.

¹⁰⁹⁶ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 99.

manuseamento e conservação do pescado¹⁰⁹⁷. Na nossa divisão enquadra-se no número 2.

Nestes dois tipos de pesca participam homens e mulheres de diferentes idades e com algumas atividades distintas. Usam artes de pesca simples desde armadilhas, canoas, pequenas redes de arrasto e a linha de mão, podendo ser até a título de empréstimo e não se deslocam para longe da costa ou praia¹⁰⁹⁸. No entanto, é preciso considerar que apesar de a legislação definir a pesca artesanal e a pesca de subsistência como sendo 2 segmentos de pesca distintos no âmbito da pesca de pequena escala, na prática sempre foi difícil distinguir esses 2 subsectores para efeitos de licenciamento. A pesca de subsistência sempre esteve isenta de licenciamento¹⁰⁹⁹.

Os conhecimentos na pesca artesanal são transmitidos de geração em geração em uma base enrustada na sabedoria dos seus praticantes. Sabedoria é um conceito complexo que engloba diversas vertentes humanas desde a religião, tradição, filosofia, arte, legislação, entre outros, ao longo dos tempos. Segundo Leibniz, na mesma linha de Descartes, sabedoria é o “perfeito conhecimento dos princípios de todas as coisas e da arte de os aplicar”¹¹⁰⁰. Sabedoria difere de conhecimentos científicos na medida em que este, pressupõe a sua sistematização, pesquisa e explicação com base em um método racional. Na nossa área de estudo verificamos que é com base na sabedoria que a maioria dos pescadores artesanais exercem a sua atividade de pesca, cuidam do meio e dos recursos e fazem o contrapeso ou compensação da falta de conhecimentos científicos manifestados na iliteracia. Porém, o predomínio e a exclusividade do uso da sabedoria pode, em alguns casos, levar o pescador à convicção de que, “aquilo que aprendeu com os pais e avós é sempre melhor do que o conhecimento que provem de outras fontes”¹¹⁰¹. Esta convicção pode, por vezes, levar à resistência às mudanças quando estas não estão inseridas ou acauteladas no seu sistema de conhecimento. Da análise feita pode-se depreender que, “considerável parte dos pescadores não assumem a escola como meio

¹⁰⁹⁷ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 6.

¹⁰⁹⁸ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 99.

¹⁰⁹⁹ Lúcia Abiba Bernardo Massalana, funcionária das pescas desde 1987, onde assumiu diversos cargos de direção entre as quais de Diretora Nacional de Administração Pesqueira. Na atualidade assessora do Ministro do Mar Águas interiores e Pescas para a área de Administração Pesqueira e Gestão das Pescarias e para o Desenvolvimento Institucional. Entrevista, Local-Maputo, dia 3 de Setembro de 2020.

¹¹⁰⁰ Cabral, Roque, «Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira», Lisboa/São Paulo, Verbo, 2002, p. 1184-1187.

¹¹⁰¹ Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

que pode permitir a melhoria do seu conhecimento e, quiçá aplicá-lo para a atividade da pesca”¹¹⁰².

A forma de remuneração predominante na pesca industrial e semi-industrial é o pagamento de salário monetário semanal ou mensal e na pesca artesanal, apesar de ser possível encontrar algumas variações de uma zona para outra, predomina o sistema de partes. Este sistema de pagamento por partes, também designado de pagamento por tonelagem na região centro, pressupõe uma divisão por partes do resultado da pesca de cada companha onde o proprietário do barco e da arte de pesca, retira uma proporção combinada do pescado deixando o remanescente para a tripulação que, por sua vez, realiza a divisão em função das tarefas e posições de cada membro da tripulação entre eventuais e efetivos. Nos casos em que a embarcação usa motores a partilha é feita depois de deduzir os custos de combustível¹¹⁰³. Ainda neste sistema de pagamento por partes, os pagamentos aos membros da tripulação ocorrem depois de o pescado ser processado e transacionado pelo proprietário da unidade de pesca e a dedução das despesas de alimentação da tripulação e manutenção da embarcação¹¹⁰⁴. No caso de pescadores sem barco, mas com artes de pesca, os pescadores embarcam em barcos alheios, com o compromisso de receber no final da faina uma remuneração pelo total de pescado por si capturado¹¹⁰⁵. Segundo Capaina, no caso do pescador sem embarcação existe uma obrigatoriedade de o mesmo vender o seu pescado ao proprietário da embarcação, depois de retirar a parte que satisfaz as suas necessidades alimentares.

A sustentabilidade do exercício deste tipo de pesca é desafiada pela tendência de não integração dos descendentes (filhos, netos) na atividade de pesca por diversas razões. Por um lado, os pais consideram esta atividades como tendo um potencial de desgaste físico elevado no seu exercício, e encorajam os filhos que conseguem ter um determinado grau de instrução escolar a procurar outras profissões ou empregos (professores, enfermeiros, funcionários públicos), ficando com aqueles “que não tenham tido sucesso

¹¹⁰² Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

¹¹⁰³ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 10-11; Josefa Manganhe, Pescador, dono de barcos de pesca artesanal e Presidente do Concelho Comunitário de Pesca da Matola-Rio, Província de Maputo Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017.

¹¹⁰⁴ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 11.

¹¹⁰⁵ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 11.

escolar”¹¹⁰⁶. Por outro lado, os próprios jovens não sentem muita atracção pela atividade porque não lhes permite uma melhor subsistência económica e material. Este facto é elucidado pelos pescadores de Govuro quando afirmaram que, “muitos dos nossos filhos que estudaram até a 12^a classe ou níveis mais elevados não voltam para a pesca, preferindo tornar-se professores, enfermeiros e funcionários de Estado. A média de classes dos que ficam na pesca é de 3^a classe”¹¹⁰⁷. Este argumento é secundado pelo professor António Mubango Hoguana quando afirma que, “as crianças e jovens sem escolaridade ficam na pesca artesanal por não terem oportunidades para abraçar outras carreiras”¹¹⁰⁸.

As políticas produzidas ao longo dos três períodos administrativos abrangidos por este estudo, desde a Companhia de Moçambique até à independência, estão consignadas na produção de diversos Regulamentos, para controlar a atividade de produção pesqueira. Ao longo do tempo, tiveram diversos e diferentes impactos na vida das comunidades de pescadores. O que pode ter variado ao longo do tempo deve ter sido a intensidade e a abrangência com que os pescadores foram afetados, considerando que a primeira forma de organização administrativa “exterior” ao contexto histórico-cultural das comunidades de Manica e Sofala, foi aquele iniciado pela Companhia de Moçambique.

O espaço onde o pescador pratica as suas atividades de subsistência e de rendimento serve também como meio de manutenção das tradições e do reforço da identidade local, baseados nos laços de parentesco que ligam as pessoas a um grupo ou a uma comunidade. Este facto permite-nos concluir que a identidade do pescador artesanal,

¹¹⁰⁶ ASSOCIAÇÃO de pescadores de Mambone, (Entrevista colectiva a pescadores). Entrevista realizada em Govuro, 31 de Maio, e 2 de Junho de 2018.

¹¹⁰⁷ ASSOCIAÇÃO de pescadores de Mambone, (Entrevista colectiva a pescadores). Entrevista realizada em Govuro, 31 de Maio, e 2 de Junho de 2018. No período em que realizamos o trabalho de campo na ilha de Chiloane, tivemos informação de que havia jovens na associação que terminaram o nível de 12^a classe. A média de nível de escolaridade dos jovens variava entre a 7^a e 12^a classe. Pode ser resultado de falta de emprego em outras áreas. Lino João Bera, Pescador e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 6 de Junho de 2018.

¹¹⁰⁸ António Mubango Hoguane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019. Segundo Mário Six Pense, até hoje, a maioria das pessoas que não querem estudar sempre se refugiam na pesca. É assim em quase todas as populações da costa e das ilhas. Alguns chegam mesmo a afirmar que posso não estudar porque vou viver da pesca. Esta pesca é diferente da pesca semi-industrial e industrial que exige alguns conhecimentos mínimos para ser contratado. Na industrial não se exige apenas a capacidade de puxar a rede, mas deve saber manipular vários instrumentos/equipamentos. Na pesca artesanal o principal pressuposto é o uso de força física por isso que envelhece rápido a pessoa. Na zona costeira a maioria das crianças não vão à escola. O mesmo se passa com os criadores de gado. Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018; Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 99.

está ligada ao reconhecimento mútuo entre indivíduos que é preservado até no imaginário, tal como defende a teoria da reprodução identitária. Daí que se considera que, “ser um pescador artesanal, é com essa profissão se identificar. A sua ligação com o mar perpétua uma história que se fixa na memória. Essa identificação com o trabalho marítimo se dá individualmente, mas inevitavelmente envolve todo o coletivo que acaba por abranger a memória da comunidade de pesca”¹¹⁰⁹.

O conceito “artesanal” da atividade de pesca é usado em oposição ao “industrial”. Segundo Hobsbawm, a construção colonial de tradições europeias, definem que o moderno/desenvolvido, vem do Ocidente enquanto o tradicional/artesanal, que é igual a atrasado e sem historicidade pertence aos africanos¹¹¹⁰. No entanto, deve se referir que o tradicional/artesanal também existe na Europa e outras partes do mundo. Estes estereótipos ainda marcam as políticas de desenvolvimento atuais a tal ponto que, segundo as nossas hipóteses, fizeram com que as diversas entidades político-administrativas que atuaram nos territórios de Manica e Sofala nos três períodos abrangidos pelo estudo, não apostassem na atividade do pescador artesanal quando pretenderam desencadear o processo de modernização da pesca. O paradigma Ocidental referido acima, que assume os Estados-nacionais soberanos como sendo os principais atores políticos mundiais na formulação de políticas para todas as esferas da sociedade observam, cada vez menos, as especificidades dos grupos e dos sectores. Desta forma, não conseguem evitar os fatores que conduzem a muitos problemas económicos, sociais e ambientais nas sociedades¹¹¹¹.

Desta análise desenvolvimentista podemos entender ser necessários, aos formuladores de políticas não substituir ou afastar regras informais, simplesmente porque provêm desse sector, porque podem ser potencialmente efetivas para essas comunidades. Em vez disso, devia tentar-se ajustá-las e melhorá-las¹¹¹². Nesta linha de pensamento, defendem que,

A produção de legislação nova quando a passada ainda não teve efeitos no terreno não é recomendável. Deve-se evitar a tendência de associar o informal e artesanal como não estruturado e caótico. A forma como o Estado deve alcançar as camadas sociais para fornecer estruturas, onde se presume que não existiam antes, deve evitar estas associações

¹¹⁰⁹ Silveira, C.D. e Nodari, E.A., *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, p. 17.

¹¹¹⁰ Hobsbawm E. e Ranger, T., *A invenção das tradições*, p. 220.

¹¹¹¹ Scott, J. C., *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, p. 5.

¹¹¹² Guha-Khasnobis *et all.*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 10.

por se considerar como conceptualmente inadequada e podem levar a desastres políticos¹¹¹³.

Sobre o papel do Estado alguns autores tais como Vivero *et all*, defendem que têm sido realizadas algumas ações para o fortalecimento de instituições e ao melhoramento das políticas públicas em países menos desenvolvidos. Estas ações são realizadas por algumas instituições internacionais especialmente as instituições das Nações Unidas e organizações regionais de pesca. No entanto, observam que a tendência de fortalecer a economia de mercado e a sociedade civil possuem um risco de enfraquecer a ação pública do Estado. Concluem dizendo que embora esta lógica faça parte da evolução dos Estados mais desenvolvidos, torna vulnerável os menos desenvolvidos que ainda não possuem a estrutura institucional robusta que permita equilibrar a ação pública e a privada, tal como acontece em Moçambique¹¹¹⁴.

Este é o papel do pescador artesanal perante as vicissitudes da sua atividade que sofre de tensões que já remontam da diferença produzida no período colonial (Companhia de Moçambique, Estado Novo) e no pós-independência, que se reconhecem nas formas de subordinação geradas pela ordem formal e industrial da modernidade. Para Fernandes, estas tensões, produzem ativamente e de forma desfigurada “o seu ‘outro’, a sua face oculta, subterrânea, ilegal e ilegítima, o informal e o artesanal”. O artesanal é afetado também pela mudança de escala do conceito de Estado-Nação, nos países em desenvolvimento de tal sorte que, “o subordinado passou a ser ‘frágil’, ‘falhado’, ‘informal’, ‘pária’, onde o informal e o artesanal, deixaram de ser, unicamente, categorias de um espaço marginal, excluído, ilegal e ilegítimo, para ser uma economia ‘real’ de vários países, em particular dos países africanos”¹¹¹⁵.

5.4- Principais artes e aprestos de pesca artesanal

As artes de pesca mais usadas pelas unidades de pesca artesanal a nível nacional, é o emalhem de superfície e de fundo. O emalhe consiste em um aparelho de pesca que

¹¹¹³ Guha-Khasnobis *et all*, (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, p. 10.

¹¹¹⁴ Vivero, Juan L. Suarez de; Corral, Mateos Juan C. Rodrigues et; Corral, David Florido del, *International Institutions*, ed. Jan Kooiman *et all.*, Amsterdam University Press, Amstradan, 2005, p. 197.

¹¹¹⁵ Fernandes, R. M., *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*, p. 1.

funciona de forma passiva, pois a captura ocorre pela retenção dos peixes na malha da rede de emalhe. A rede tem o formato de um retângulo que é estendido ao mar nos locais de passagem dos cardumes. Existem diferentes tipos de rede de amalhar: a rede de emalhar de superfície, onde a rede não é fundeada e fica à deriva da embarcação de pesca; e a rede de malhar de fundo ou de meia-água, que consiste em a rede ficar fundeada e sinalizada através de boias durante o processo de pesca. Os tipos de capturas mais frequentes com estas redes são as espécies pelágicas e demersais, e variam de acordo com o tamanho de peixe desejado¹¹¹⁶. No distrito de Machanga, pela ordem de importância são referidas as seguintes artes: emalhe de superfície e de fundo; o arrasto para a praia; a pesca à linha de mão; o cerco de gaiolas e palangre¹¹¹⁷.

Os censos para o sub-sector da pesca artesanal em Moçambique começaram a ser realizados a partir de 1979, com o censo-inquérito à pesca artesanal que recenseou 44.000 pescadores e 12.000 embarcações das quais apenas 1% eram motorizadas¹¹¹⁸. Na década de 1990, passamos a ter recenseamentos realizados e coordenados pelo IDPPE, abrangendo apenas o nível provincial com exceção da província de Manica. Em 1998 foi iniciada uma segunda fase no mesmo nível de abrangência que consistiu na atualização da informação disponível até então e, entre 2002 e 2003 teve lugar a terceira fase que a nível da abrangência, cobriu as águas marítimas e interiores. Apenas em 2007 é que teve lugar o primeiro censo da pesca artesanal que abrangeu todas as províncias do país e se seguiu o censo de 2012. Por esta razão, em termos de dados nacionais apenas os censos de 2007 e 2012 é que dispõe de informação sistematizada¹¹¹⁹.

Em 1990 a província de Sofala tinha 42 centros de pesca entre os quais foram recenseados 34 com 1.501 embarcações e 7.873 pescadores e 309 recolectores entre os quais 209 homens e 100 mulheres. Neste ano, não houve informação sobre pescadores sem barco de pesca. Ao nível do país no período entre 1990 e 1995 havia 787 centros de

¹¹¹⁶ «Emalhe de superfície, de Meia-Água e Fundo», disponível em <https://www.icmbio.gov.br>, consultado em 8 de Novembro, 2021.

¹¹¹⁷ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 51.

¹¹¹⁸ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, Anexos, p. 4.

¹¹¹⁹ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, Maputo, 2013, p. 8.

pesca dos quais foram recenseados 676 com 12.740 embarcações, 61.037 pescadores e 20.876 pescadores sem barco de pesca e 22.723 recolectores¹¹²⁰.

O primeiro recenseamento nacional da pesca artesanal realizado em 2002 trouxe dados que mostram que em Sofala houve um aumento do número de centros de pesca recenseados que passaram para de 92 para 2.337 embarcações operados por 9.341 pescadores entre os quais 7.571 permanentes, 1.621 eventuais e 1.571 pescadores sem barco (1.153 mulheres e 418 homens). Havia também 926 recolectores (870 mulheres e 56 homens)¹¹²¹. O censo de 2012 indica que Sofala apresenta a maior percentagem (84%) do uso de artes de pesca não convencionais referindo-se a quinia e a chicocota¹¹²².

A figura nº 47 abaixo, menciona alguns dados do recenseamento da pesca artesanal do período de 1990 e 2002.

Figura nº 47- Dados do recenseamento da pesca artesanal em Sofala 1990-2002

Centros de pesca		Embarcações	Pescadores	Recolectores
1990	42	1.501	7.873	309
2002	92	2.337	9.341	926

Fonte: «Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas 2002», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, (IDPPE), Ministério das Pescas, Maputo, 2002, p. 2.

Quanto às artes de pesca, o censo de 2002 indicava 4.351 arrasto para a terra; 5.601 linhas de mão; 3.125 emalhe/superfície; 470 emalhe/fundo; 52 emalhe p/camarão; 44 palangres; 423 redes de cerco, 311 recolha de fauna acompanhante (RFA); 736 gaiolas e 1.383 artes não especificadas em um total de 16.496 diferentes artes de pesca¹¹²³. Na província de Sofala indicam que eram usadas 2.350 artes de pesca em diferentes áreas ecológicas da província entre as quais 452 linhas de mão; 864 arrasto para a terra; 747

¹¹²⁰ «Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, Relatório Anual 2001», Ministério das Pescas, Maputo 2001, p. 24.

¹¹²¹ «Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas 2002», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, p. 2.

¹¹²² «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, Maputo, 2013, p. 36.

¹¹²³ «Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas 2002», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, p. 10.

emalhe; 2 tresmalhe p/camarão; 25 redes de cerco; 64 gaiolas; 1 recolha de fauna acompanhante (RFA) e 195 não especificados¹¹²⁴. No distrito de Machanga em 2007 a pesca, que representa 17% do universo dos pescadores da província de Sofala, é praticada por um universo de 3.092 pescadores entre pescadores permanentes e eventuais e 99 recolectores¹¹²⁵. Entretanto, o censo de 2007 indica que em Moçambique os pescadores artesanais utilizavam cerca de 42.300 artes de pesca e em 2012 foram recenseados 53.000¹¹²⁶.

As diferenças dos números das artes de pesca refletem as diferentes percentagens de pescadores abrangidos nos recenseamentos realizados em cada período. Das 42.300 artes de pescas recenseadas em 2007, cerca de 18% eram redes de arrasto de praia, 23% linhas de mão e 42% redes de emalhe de superfície, totalizando em conjunto quase 83% das artes recenseadas¹¹²⁷. Cerca de 39.400 embarcações eram utilizadas em atividades de pesca artesanal das quais cerca de 77% eram canoas de tronco ou similares, 9% canoas do tipo Moma, 6% lanchas e 6% chatas, totalizando 97% do total da frota artesanal¹¹²⁸.

Outros dados fornecidos pelo censo de 2012 indicavam que a pesca é considerada por 6.941 agregados familiares proprietários de unidades de pesca, como principal fonte de rendimento, seguindo a agricultura com 521 agregados familiares proprietários de unidades de pesca, seguindo o comércio considerado por 14 agregados. Para outros tipos de atividades tais como o corte e venda de lenha e carvão e outras não especificados foram indicadas por 2 agregados familiares proprietários de unidades de pesca¹¹²⁹. Outro dado

¹¹²⁴ «Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas 2002», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, p. 27.

¹¹²⁵ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, «Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso actual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», p. 51.

¹¹²⁶ O censo de 2003-2003 estimava em 90.000 pescadores. Santos, Jorge, *O papel da Administração Pesqueira na gestão do subsector Artesanal em Moçambique: O presente e modelos para o futuro*, Direcção Nacional de Administração Pesqueira. Ministério das Pescas, Maputo, 2008, p. 11.

¹¹²⁷ O documento não esclarece a forma de uso de rede de arrasto de praia pois podemos ter situações em que a rede é puxada por: uma pessoa singular; um grupo de pessoas; lançamento e arrasto da rede através de barco e ainda o uso de tractor.

¹¹²⁸ *Plano Diretor das Pescas, 2010-2019*, Maputo-Moçambique, Ministério das Pescas, 2010, p. 12. Segundo Gonçalves, o barco “tipo Moma” foi criado após as cheias do ano 2000. Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

¹¹²⁹ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, p. 39.

do mesmo censo, indicava que dos 7.478 proprietários de unidades de pesca artesanal 58 eram mulheres¹¹³⁰.

O relacionamento entre os proprietários das unidades de pesca e a tripulação era baseado em acordos verbais onde eram definidas as condições de trabalho que se baseavam principalmente na concordância da duração e forma de partilha dos rendimentos da produção de uma determinada companhia¹¹³¹.

Portanto, estes dados retirados em um espaço de cerca de 12 anos, mostram um acentuado aumento do número de pessoas e de embarcações e artes de pesca na província de Sofala e no país em geral. Podem ser causadas pela melhoria das formas de recolha de dados e abrangência dos recenseamentos, assim como o aumento real do número de pescadores.

Apresentamos a seguir na figura nº 48 um quadro onde registamos a informação sobre algumas embarcações e artes e aprestos de pesca usados na pesca artesanal e respectivas explicações.

Figura nº 48- Algumas embarcações e artes e aprestos de pesca usados na pesca artesanal e respectivas explicações

Arte de pesca	Funcionamento
Arrasto de praia	Arte de pesca que consiste numa rede formada por um saco de malhas pequenas prolongadas por duas grandes asas de malha relativamente maior e que possuem amarradas na sua extremidade longos cabos de corda para puxar a rede. A arte é usada em praias marítimas e fluviais e é lançada à água a partir de uma pequena embarcação sendo posteriormente puxada para arrastar peixe, por pescadores posicionados em terra.
Emalhe de fundo	Arte constituída por um pano de rede retangular de malha, altura e comprimento variáveis, colocada no fundo do mar por ação de pequenos pesos. O peixe é retido pelos opérculos ou barbatanas ao tentar atravessar as malhas.

¹¹³⁰ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, p. 37.

¹¹³¹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 10.

Gaiola	Armadilha de construção e dimensões variáveis e forma diversa (cilíndrica, poliédrica ou caixa rectangular) com uma abertura (boca) num dos lados por onde se introduz o pescado, ficando depois impossibilitado de fuga, continuando, porém, no seu meio aquático normal. As gaiolas podem ser constituídas de caniço, variáveis metálicas ou outro material.
Gamboa	Arte que consiste numa fila de várias estacas fixas na terra durante uma maré baixa (vazante) e cobertas por grandes extensões de rede ou esteiras de caniço para retenção do pescado na maré vazante.
Linha de Mão	Arte constituída por uma linha ou fio contendo na sua extremidade um ou mais anzóis para fixação das iscas e captura do peixe. As linhas podem ser usadas com ou sem cana.
Rede de Cerco	Arte que consiste num pano de rede de malhas variáveis que é lançada ao mar em forma circular para captura de peixe, geralmente em cardume.
Tarrafa	Arte que consiste num pequeno pano de rede de emalhe pequena ligado a duas varas laterais, servindo para puxar a arte por pessoas. É usada junto à margem dos rios, praias, para a captura de peixe pequeno e camarão miúdo.
Embarcação de Pesca	Toda aquela que esteja equipada ou seja, utilizada para captura de peixe.
Canoa (tipo Moma)	Embarcação cujas extremidades (proa e popa) são simétricas e tem a forma de “V”.
Canoa (tronco cavado)	Embarcação constituída de um só tronco de madeira. As bordas, geralmente, matem a curvatura natural do tronco. A proa e a popa são arredondadas. O interior é cavado, esvaziando o interior do tronco. O casco é aberto e normalmente não tem qualquer tipo de reforço longitudinal ou transversal.
Canoa de fibra de vidro	Embarcação de pesca de tamanhos variados produzido com base em fibra de vidro podendo ser usada com motor ou remos.

Chata	Embarcação cujo fundo é plano (chato). A popa da embarcação é do tipo “espelho” (na popa a embarcação mantém quase a mesma largura do centro e é cortada a vertical). O casco tem reforços longitudinais. É normalmente aberto.
Jangadas	Armação feita de madeiras ou troncos usados pelos pescadores artesanais ou em atos de emergência.
Lancha	Embarcação de casco redondo. Pode-se encontrar de duas proas ou uma proa e popa de espelho.
Centro de Pesca	Qualquer lugar permanente ou temporário onde as unidades de pesca são regularmente guardadas e onde a captura é desembarcada.
Mergulhador	Pessoa capacitada para mergulhar na água, com função de detetar peixe e velar pela operação das artes de pesca artesanal.
Pescador sem barco	Aquele pescador que usa em comum, uma ou mais artes de pesca sem embarcação.
Recolector	Pessoa que apanha à mão mariscos e outros produtos do mar.
Recolha de Fauna Acompanhante (RFA)	Recolha de capturas acessórias produzida principalmente nos camaroeiros.
Tripulante	Um dos elementos que constituiu a equipa de pescadores necessário para a execução da atividade de pesca em conformidade com o sistema de pesca a utilizar.
Permanente	Tripulante que participa permanentemente na atividade da pesca numa unidade de pesca considerada.
Eventual	Tripulante que participa ocasionalmente na atividade da pesca numa unidade de pesca considerada.
Unidade de Pesca	Uma embarcação com a sua tripulação e artes de pesca (e que não pratica apenas operações conexas de pesca) ou ainda na ausência de embarcação, um pescador ou um grupo de pescadores utilizando em comum uma ou mais artes de pesca.
Artes nocivas	Rede com malhagem baixo da recomendada; uso de veneno diversos; chicocota; quinia; pesca de espécies proibidas.

Fonte: «Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas 2002», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, (IDPPE), Ministério das Pescas, Maputo, 2002, Anexos, p. 40-41.

Figura nº 49- Foto mostrando uma Chata em construção na ilha de Chiloane



Foto do autor

A chata que observamos na figura 49 acima, é um tipo de embarcação de pesca de fundo raso sem quilha que é construída a partir de tábuas de madeira, fibra ou ferro com a popa quadrada ou recta, medindo cerca de 5 a 8 metros e com capacidade de se deslocar a distância de até 3 a 4 milhas da costa usando motor. Pode transportar entre 6 e 10 pessoas com o equipamento e faz pesca de superfície com rede de emalhar.

Figura nº 50- Foto mostrando uma Canoa em reparação na ilha de Chiloane



Foto do autor

A canoa, a exemplo desta que observamos na figura n° 50, é construída a partir de tronco cavado, tábuas de madeira ou fibra. A proa é igual a popa, com tamanho que varia entre 2 e 5 metros de comprimento. Com ela pode se fazer pesca de superfície e profundidade e desloca-se até a distância de 1.5 milhas. Pode transportar até 4 pessoas e não leva motor. Usa remo e vela.

Em Sofala das pessoas envolvidas diretamente na pesca artesanal foram recenseados 7.571 tripulantes permanentes e 1.21 tripulantes eventuais; 418 pescadores sem barco- homens e 1.153 pescadores sem barco- mulheres; 56 recolectores- homem e 870 recolectores- mulher¹¹³².

A pesca com o uso da gamboa em 2012 representava 5%, sendo a mais baixa em relação às outras artes de pesca onde o top é ocupado pelos recolectores com 42%¹¹³³. Nas figuras 51, 52 e 53 apresentamos alguns tipos de gamboas que são usadas na pesca em Moçambique e, na figura 54 estão apresentados diversos tipos de armadilhas.

¹¹³² «Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas 2002», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, p. 24.

¹¹³³ «Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, p. 20-25.

Figura nº 51- Foto mostrando uma Gamboa de caniço



Fonte: Museu das Pescas- Moçambique

Figura nº 52- Foto mostrando uma Gamboa colocada no lodo



Fonte: Museu das Pescas- Moçambique

Figura nº 53- Foto mostrando uma Gamboa colocada na zona de mangal



Fonte: Museu das Pescas- Moçambique

Figura nº 54- Foto mostrando algumas armadilhas usadas na pesca artesanal



Fonte: Museu das Pescas- Moçambique

Segundo o Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), a contribuição da pesca artesanal para o PIB era estimada em 3% e as capturas marinhas, em todo o país, eram de 130.000 toneladas, sendo que a pesca artesanal contribuía com 91%, a pesca semi-industrial com 2% e 7% para a pesca industrial. Porém, em termos de valor as capturas industriais, que estão essencialmente viradas à exportação de crustáceos, representavam cerca de 52% do total e a pesca artesanal não mais de 42%, sendo os restantes 6% originários da pesca semi-industrial. Ainda no mesmo plano consta que em 2002 havia 100.000 pessoas dependentes da pesca artesanal entre as quais 70.000 a pescarem nas águas marinhas, 23.500 coletores e 6.500 mergulhadores. Acrescenta-se neste número 5.600 processadores e 2.200 carpinteiros navais artesanais¹¹³⁴. Estes números, associados às dificuldades estatísticas nos levantamentos de dados podem representar apenas uma parte daqueles que se dedicam à pesca artesanal em todo o país.

Uma das regras das instituições do Estado na altura da década de 1980 era não aceitar a entrada ou promoção de novas tecnologias baseadas na entrega de novos equipamentos fabricados no estrangeiro. A ideia era de evitar o risco de, passados 6 meses já não existirem esses equipamentos, por falta de peças sobressalentes no mercado ou falta de domínio no seu uso, provocando avarias¹¹³⁵.

A técnica de uso de trator na pesca de arrasto introduzida em Inhassoro no início da década de 1960 pelo inglês conhecido por Max e depois secundado por Vasconcelos e depois disseminada aos chineses, tal como mencionamos acima, permitiu o uso de redes de grandes dimensões e o aumento da produtividade e dos lucros dos proprietários. Até 1975 havia na região de Inhassoro, entre 12 e 13 tratores praticando este tipo de pesca de arrasto para a praia¹¹³⁶.

Tal como observamos nesta secção a participação da mulher na pesca artesanal tem merecido ao longo do tempo, diversas alterações que têm vindo a quebrar mitos e crenças religiosas que variam de acordo com o contexto e o lugar. Papel ativo tem sido observado em particular na área da comercialização do pescado que permite que tenha

¹¹³⁴ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 5.

¹¹³⁵ Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

¹¹³⁶ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 35. Um dos tratores está em exposição no Museu de Pesca em Maputo e foi oferecido pelo senhor Cabrita. Esta técnica de uso de trator na pesca de arrasto está patente também na exposição fotográfica que visitamos no Museu Marítimo de Sesimbra, em Portugal.

um certo controlo na produção e venda, através dos contratos verbais que estabelecem com os pescadores e da capacidade de assistência que prestam a estes.

Os tipos de artes e aprestos de pesca usados na pesca artesanal são característicos de uma pesca de carácter de subsistência, com pouca motorização e falta de equipamentos auxiliares de navegação. Outra questão relaciona-se com iliteracia, pobreza e falta de acesso ao crédito dos praticantes da pesca artesanal, associado aos poucos investimentos do Estado neste sector, possivelmente temendo que o pescador não teria capacidade de repor o investimento. Assim, a atividade de pescador artesanal, que é um modo de vida que identifica o grupo de modo a perpetuar uma história que liga os homens às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais, vai ter de fazer face a esta forma de tratamento dispensada pelo Estado onde este prioriza a cobrança de taxas e impostos aos pescadores artesanais. É com base na ferramenta teórica dos *subaltern studies* que tentamos captar a voz, as experiências e os pensamentos deste grupo das classes dos subordinados, onde registamos a participação da mulher¹¹³⁷.

É dentro deste contexto que, segundo o Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), fez uma proposta de políticas em que define que o papel do Estado deve ser para promoção do desenvolvimento da pesca artesanal, nos seguintes termos:

Primeiro, eliminar as falhas de mercado, as quais resultam da ausência de infraestruturas sociais e económicas (saúde, educação, água potável, estradas de ligação aos mercados de consumo) e apoiar a comunidade na resolução dos seus problemas prioritários, através de Organizações de Base Comunitárias (OBCs), com especial relevo para os Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) e as associações de pescadores.

Segundo, desenvolver ações que permitam o aumento do rendimento dos pescadores, maximizando o potencial das artes tradicionais e reduzindo as perdas pós-captura de modo a atingir uma maior qualidade dos produtos da pesca, quer em fresco quer processado, e apoiar o reforço da capacidade negocial dos pescadores em relação aos intermediários de produtos da pesca e comerciantes de insumos de pesca.

Terceiro, disponibilizar infraestruturas públicas, como são os casos de desembarcadouros, mercados para primeira venda do pescado e mercados retalhistas de peixe¹¹³⁸.

Portanto, cabe ao Estado o desempenho de um papel-chave para que o subsector da pesca artesanal, promovendo a participação ativa da mulher e a co-gestão, construindo infraestruturas e disponibilizando meios e instrumentos para o desenvolvimento

¹¹³⁷ Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p.102.

¹¹³⁸ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 25.

harmonioso das comunidades dos pescadores artesanais e dos beneficiários da sua produção.

5.5- O intervencionismo do Estado e as políticas de nacionalizações da Frelimo, em contexto de abandono de empresas privadas, no pós-independência

Findo o período colonial que na nossa periodização começou com a outorga da carta com poderes majestáticos à Companhia de Moçambique em 1892, e se prolongou com a administração direta do Estado português a partir de 1942, altura em que predominaram as políticas do Estado Novo, vão-se registar mudanças políticas ocorridas, tanto em Portugal com o 25 de Abril de 1974, assim como com o alcance da independência nacional de Moçambique a 25 de Junho de 1975. Nova etapa começava na história política, social e económica de Moçambique que vai influenciar e decidir sobre a vida e a economia dos pescadores artesanais, objeto deste estudo.

O nosso argumento é de que a estrutura económica herdada do período colonial registou uma continuidade pelo facto de tanto a economia do período colonial, assim como do pós-independência, terem tido uma economia de serviços baseada na arrecadação de receitas provenientes dos impostos cobrados pelo uso dos portos e caminhos-de-ferro, favorecidos pela sua localização geográfica, assim como nos proventos pagos pela disponibilização de mão-de-obra emigrante aos países vizinhos, sobretudo a África do Sul, e a insistência em projetos de modernização estruturados de cima para baixo¹¹³⁹. E, nas pescas os três diferentes regimes administrativos não priorizaram investimentos na pesca artesanal.

Quanto a ruturas podemos dividir em três áreas nomeadamente, a área da economia, a área social e a área política. Na economia, registou-se o fim do trabalho forçado e de plantações de culturas obrigatórias. Estas práticas, apesar de já terem sido revogadas nas reformas de Adriano Moreira de 1961 com a abolição do Estatuto do Indigenato e do Código do Trabalho Indígenas, muitas delas continuaram até ao golpe de

¹¹³⁹ Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 136. Esta estratégia é considerada por Coquery-Vidrovitch como similar entre as colónias belgas e portuguesas citando os casos de Moçambique e do Ruanda que ambos tinham a função de reservatórios de mão-de-obra para os países vizinhos. Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 400.

Estado de 25 de Abril de 1974¹¹⁴⁰. Por exemplo, as concessões foram mantidas até 1966 e as autoridades administrativas continuaram com outras práticas que mantinham os camponeses pressionados a produzir o algodão.

A nível político, a rotura de realce regista-se com a implementação do Marxismo-Leninismo para a construção de um regime socialista. Esta escolha por um lado, foi favorecida pelo contexto internacional da Guerra Fria entre os blocos do Ocidente e do Leste que permitiram a aproximação da Frelimo aos países socialistas que apoiaram a luta armada contra o colonialismo¹¹⁴¹. Por outro, receberam influência marxista de organizações tais como a *Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa*- PAFMECSA, fundada em Setembro de 1958 em Mwanza na Tanganhica (Tanzânia) e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em Abril de 1961 em Casablanca no Marrocos, que apoiavam os movimentos de libertação entre os quais o da Frelimo. Outras correntes de influência vieram das políticas da esquerda defendidas por Amílcar Cabral e Julius Nyerere inspiradas na ideologia revolucionária de Cuba e Vietname da década de 1960¹¹⁴².

Portanto, o marxismo adotado pela Frelimo serviu de base para resolver dois problemas: primeiro, “emprestar” uma teoria ao grupo dirigente para legitimar e dar sentido à revolta dos colonizados contra o domínio colonial durante a luta armada; segundo, servir de base para o projeto de construção do Estado-nação no período pós-independência¹¹⁴³. A sua aplicação prática teve um modelo híbrido em dois momentos. Primeiro, no período da luta armada esteve mais ao estilo da orientação do marxismo chinês de *Mao Tse Tung* (maoista), porque se adaptava melhor ao contexto de guerra de guerrilha prolongada desenvolvida na China. Durante a luta armada foram distribuídos e lidos pelos guerrilheiros, livros de *Mao Tse Tung* e do general vietnamita *Nguyen Giap* que descreviam experiências concretas de luta e de organização da vida das populações,

¹¹⁴⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 341.

¹¹⁴¹ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 139; Cabaço, J.L.de O., «Moçambique: identidades, colonialismo e libertação, 2007», Doutoramento, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007, p. 420-421. De salientar que Portugal, país colonizador, era membro da NATO organização que engloba a maioria dos países Ocidentais por isso que não deram apoio militar.

¹¹⁴² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 466-467; Amílcar Cabral (1924-1973), foi fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); Julius Nyerere, foi fundador do partido TANU (*Tanganyika African National Union*) que se tornou em partido Chama Cha Mapinduzi em 1977 e presidente da República Unida da Tanzânia (1964-1985).

¹¹⁴³ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 138.

que permitiam que as pudessem adaptar ao contexto da sua luta¹¹⁴⁴. Segundo, depois da independência a preocupação da Frelimo passou a concentrar-se no desenvolvimento e modernização do país e as melhores ferramentas foram adquiridas ao modelo soviético baseado na planificação centralizada e nas empresas estatais. Este modelo soviético, não incluía a forma de organização das comunidades em aldeias comunais, que foi trazida do modelo das *ujamas* da República Unida da Tanzânia¹¹⁴⁵. Portanto, a ideia da adoção do marxismo, vem desde o tempo da luta armada e foi consolidada depois do II Congresso da Frelimo em 1968¹¹⁴⁶.

Algumas das decisões do II Congresso da Frelimo, levaram também ao surgimento de duas linhas ideológicas diferentes no seio do movimento da luta armada liderada pela Frelimo: uma designada de linha “revolucionária e popular” e outra designada de linha “contra-revolucionária e tribalista”. A linha revolucionária era constituída pelos grupos sociais de escolarizados e privilegiados na estrutura social colonial tais como assimilados, mestiços, brancos (funcionários e estudantes) das cidades, aliados a alguns comandantes militares de origem camponesa¹¹⁴⁷. Os tribalistas eram designados os pequenos comerciantes e elites rurais, os chefes (líderes, autoridades) tradicionais, acusados de pretender substituir os colonos praticando a “exploração do homem pelo homem”, favorecendo a formação de uma nova camada burguesa. Na luta entre as duas linhas, triunfou a designada de linha revolucionária e, como resultado, surgiram alterações das relações de poder entre a Frelimo e os líderes tradicionais¹¹⁴⁸.

Alguns dirigentes do movimento viam o poder dos líderes tradicionais como favorecendo o tribalismo o que poderia ameaçar o alcance do ideal modernista e marxista da construção da nação. Neste contexto, foi decidido o não reconhecimento destes líderes

¹¹⁴⁴ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 138.

¹¹⁴⁵ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 141-142; Cabaço, J.L. de O., *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*, 2007, p. 418. Segundo este autor, a Frelimo conseguiu manter uma relação equidistante entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular da China, que estavam se confrontando nos finais dos anos de 1960. A palavra *ujama* significa família em suaíli e teve como base a criação de uma ideologia socialista que formou os alicerces das políticas de desenvolvimento social e econômico de Julius Nyerere na Tanzânia depois da sua independência da Grã-Bretanha em 1961. «Ujama», Disponível em <https://doi.org/10.1017/asr.2014.3>, consultado em 28/01/2021.

¹¹⁴⁶ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 55–56.

¹¹⁴⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 27-28.

¹¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 55-56; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 466. Newitt destaca como elemento de rutura para a viragem à esquerda a expulsão do vice-presidente da Frelimo do partido, Lázaro Nkavandane e do Reverendo, Urias Simango, em 1969-1970. Juntamente com Samora Machel, estes três líderes integraram a comissão presidencial da Frelimo depois da morte de Eduardo Mondlane.

tradicionais. A linha revolucionária, no seu projeto de criação de uma nação, iria iniciar uma nova etapa onde o principal apelo às “massas populares” era a necessidade de “matar a tribo para fazer nascer a nação”. Neste novo paradigma, a relação entre o cidadão moçambicano e o Estado tinha de estar fora de qualquer pertença étnica ou regional¹¹⁴⁹.

Segundo Cabaço, o poder tradicional era acusado pela Frelimo de representar um obstáculo à ação anticolonial unitária e de se “opor à ciência, à técnica e ao progresso (...). A partir de então, ele foi classificado (...) como parte do aparelho do poder colonial”¹¹⁵⁰.

Esta posição pode ser descrita no contexto de uma “história heroica onde o movimento de libertação foi se libertando da carga impura dos reacionários e foi adquirindo uma crescente pureza revolucionária, onde eram gradualmente eliminados os testemunhos e argumentos dos concorrentes para impor a vontade ‘dos seus’, da linha revolucionária¹¹⁵¹. Foi nestas circunstâncias que a elite dirigente da Frelimo, na sua maioria oriunda das zonas urbanas, escolarizada e modernista, aliadas a alguns destacados comandantes militares, com poucos laços com as sociedades rurais, conduziu a luta armada até a proclamação da independência nacional em 1975¹¹⁵².

Este ambiente de ostracização aos líderes tradicionais foi também notório no processo da criação das aldeias comunais. Os novos líderes da linha revolucionária pretenderam organizar as comunidades das zonas libertadas em aldeias comunais, decisão que não foi aceite por alguns destes líderes tradicionais que foram capazes de mobilizar as suas comunidades para abandonar estas aldeias comunais para voltarem às zonas das suas origens ou para refugiarem-se nos países vizinhos. Na altura da luta armada casos semelhantes tiveram como resultado que se entregassem às autoridades coloniais portuguesas¹¹⁵³. A ala dirigente respondeu com ações repressivas, as mesmas que

¹¹⁴⁹ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 62–78; Bussotti, Luca e Nhaueleque, Laura António, «Processos de Marginalização Étnica e Cultural na África Pós-Colonial. O Caso dos Amakhuwa de Moçambique», *Comunicação e Sociedade*, Vol. 41, 2022, p. 154.

¹¹⁵⁰ Cabaço, J.L. de O., *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*, 2007, p. 399.

¹¹⁵¹ Coelho, João P. Borges, «Abrir a Fábula, Questões da política do passado em Moçambique», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2015, 106, p. 4 e 8.

¹¹⁵² Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 466. Este autor, designa este grupo como «sulistas», destacando que desde o início a Frelimo tenha sido dominada por intelectuais (escritores, poetas, académicos nacionais e estrangeiros).

¹¹⁵³ De recordar que a importância dos líderes tradicionais era tal que, a decisão de aderir à luta armada e eventualmente de abandonar as terras tradicionais para se instalarem na floresta à volta das bases da guerrilha, se as houvesse nas proximidades, ou a decisão de aceitar a instalação de uma base militar num território determinado eram tomadas pelos chefes legítimos e não pelos camponeses. Tratava-se, pois, de

sofreram nas zonas controladas pelo regime colonial, chegando ao extremo de queimar as aldeias dos dissidentes para os forçar a regressar aos locais indicados pelas autoridades¹¹⁵⁴. Este desacordo entre as partes que continuou depois da independência nacional, também foi agravado pela tentativa de substituição destes líderes por jovens alfabetizados que, segundo as elites dirigentes da Frelimo, podiam abraçar melhor o projeto da modernização do Estado pretendido. Este foi um esforço da elite dominante para consolidar o seu poder, criando todos os mecanismos para “subordinar, ou mesmo destruir, qualquer forma de organização social que escapasse ao controlo do seu Estado, para fazer de cada indivíduo um sujeito desse Estado”¹¹⁵⁵.

Desta forma, as aspirações de independência e autonomia social e económica que levaram os líderes tradicionais assim como as comunidades rurais por si dirigidas, ver-se-ão mais uma vez, passadas para o segundo plano. Esta discriminação, em parte, era devida ao facto de a maioria da população não ter passado pela experiência da luta armada, por isso, eram vistas pela elite dirigente da Frelimo, “como uma folha em branco onde, sem qualquer compromisso, podia começar a escrever-se um novo texto com os novos desígnios revolucionários”¹¹⁵⁶.

Este sistema repressivo da Frelimo visava retirar a coesão social dos camponeses, por isso contou com a oposição dos líderes e dos camponeses, porque envolvia uma mudança forçada da forma de uso e ocupação da terra tradicional, “*une violence culturelle*” e foi similar nos três períodos debatidos neste nosso trabalho¹¹⁵⁷.

Segundo Brito, a aldeia comunal tornou-se na ferramenta essencial ao serviço do Estado da Frelimo, para excluir os antigos líderes tradicionais do poder no campo. Associadas às cooperativas e machambas estatais, as aldeias comunais tornaram-se também nos pilares para a incorporação e subordinação dos camponeses ao Estado¹¹⁵⁸. No entanto, deve se esclarecer que o sistema de aldeamentos, em um contexto mundial podem ser mencionados na tradição ibérica quando os Espanhóis no século XVI tentavam erradicar a religião dos Incas, no Perú, concentrando a população e nas colónias planeadas

chefaturas inteiras, ou de segmentos delas, que aderiam coletivamente à Frelimo. Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 71.

¹¹⁵⁴ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 64–65.

¹¹⁵⁵ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 141–45.

¹¹⁵⁶ Coelho, J.P.B., «Abrir a Fábula, Questões da política do passado em Moçambique», p. 6.

¹¹⁵⁷ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 472.

¹¹⁵⁸ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 139-142.

dos jesuítas no Brasil e no Paraguai, destinadas a “civilizar” e cristianizar a população índia¹¹⁵⁹.

A ideologia marxista e leninista viria a ser oficialmente proclamada no III Congresso do Partido Frelimo realizado em 1977. As suas práticas foram iniciadas nas zonas libertadas com a coletivização da produção e comercialização, organizando os camponeses em aldeamentos, processo iniciado no tempo colonial com a perspectiva de isolar as populações da propaganda da Frelimo e facilitar o seu controlo. Nesse período colonial em 1956, tinham conseguido reunir mais de 30.000 famílias no distrito de Moçambique (ilha de Moçambique) e em Cabo Delgado 1.100 famílias na circunscrição de Montepuez e 300 famílias em Marrupa no distrito do Lago (Província de Niassa), concentradas nos aldeamentos de cultivo de algodão¹¹⁶⁰. Outro objetivo era de criar polos de desenvolvimento socio-económico como mais uma estratégia para o mesmo fim¹¹⁶¹.

A criação das aldeias comunais esteve baseada no pressuposto de que as comunidades rurais, tal como o fizeram ao participar na luta armada e na euforia da independência, estariam dispostas a deixar as suas formas de organização social e económica, assim como de ocupação do espaço para abraçarem o novo "símbolo da nova sociedade socialista". Como complemento, após a independência as aldeias comunais foram estendidas ao nível nacional¹¹⁶². A aldeia comunal ideal abrigaria entre 250 e 1.000 famílias e contaria com escritórios do governo e do partido, uma delegacia de polícia, militares, posto de saúde, escolas, lojas, instalações de armazenamento para produção agrícola ou bens de consumo e algumas indústrias locais de baixa tecnologia, tais como uma loja de artesanato ou moinho de farinha¹¹⁶³.

Associado às aldeias comunais esteve a criação das cooperativas que foram reguladas pela Lei de Cooperativas de 1979, que criou uma estrutura para a sua organização e administração. Até 1982 apenas 30% das aldeias comunais tinham cooperativas de consumo. A estimativa de integrar até 1985 cerca de 1.5 milhão de pessoas nas cooperativas de produção não foi alcançada. Durante os primeiros oito anos,

¹¹⁵⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 472.

¹¹⁶⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 410.

¹¹⁶¹ *Ibid.*; Cabaço, J.L. de O., *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*, 2007, p. 348; Pitcher, M.A., *Transforming mozambique*, p. 87.

¹¹⁶² Brito, A *Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 11 e 139; Gomes, O. P., «*A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*», p. 58.

¹¹⁶³ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 87.

receberam apenas 2 por cento do investimento agrícola do governo, tornando-se no parente pobre da família das empresas estatais. Com esta cooperativização do campo pretendia-se a transformação dos camponeses em um campesinato socialista, vivendo em aldeias comunais, edificando novas relações de produção. Este processo devia alcançar e integrar cerca de dez milhões de pessoas¹¹⁶⁴. A seguir apresentamos a figura 55 que ilustra alguns dados do número de cooperativas e de aldeias comunais que foram a base da política estatal da Frelimo para manter fixas as comunidades, principalmente no campo, organizando as suas formas de produção (cooperativas) e de residência (aldeias comunais).

Figura nº 55- Número de Cooperativas e de Aldeias Comunais construídas no período 1977-1982

Província	Nº de cooperativas	Nº de aldeias comunais
Cabo Delgado	28	543
Niassa	44	63
Nampula	29	260
Zambézia	64	39
Tete	31	40
Manica	6	111
Sofala	25	88
Inhambane	16	47
Gaza	38	139
Maputo	70	22
Total	351	1352

Fonte: Maloa, Tomé Miranda, «História da economia socialista moçambicana». Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.74.

Tal como podemos verificar nesta figura na zona norte o maior número de aldeias comunais estavam localizados em Cabo Delgado e na zona centro estavam em Nampula, sendo a zona Sul com o maior número de aldeias na província de Gaza. No início dos anos 80 apenas cerca de 20% da população rural total se encontrava nas aldeias comunais,

¹¹⁶⁴ Pitcher, M.A., *Transforming mozambique*, p. 89; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 478.

sendo que a maioria delas estavam em Cabo Delgado onde a Frelimo iniciou a luta de libertação. Das 1.500 aldeias comunais construídas até 1984, 600 estavam em Cabo Delgado¹¹⁶⁵.

A questão do controle das comunidades dos camponeses e dos pescadores artesanais através das aldeias comunais e cooperativas, teve algumas semelhanças na relação entre os líderes tradicionais e o poder do Estado Novo. Durante o período colonial cerca de 80% da população rural tinha nos chefes tradicionais como agentes do governo. Eles auxiliavam na cobrança de impostos e no recrutamento de mão-de-obra, assim como no controle de muitos aspectos sociais e culturais¹¹⁶⁶. E, no pós-independência, auxiliaram a Frelimo na mobilização dos camponeses para a luta armada assim como, muitos deles, participaram em diversas frentes da edificação da nova nação independente.

Para a consolidação do poder da elite dominante da Frelimo, foi introduzido um novo discurso que dava privilégios aos grupos dos que participaram na luta armada, constituído por aqueles que, “traziam a experiência e o testemunho da luta armada, passaram a ser o espelho revolucionário ‘farol’ do presente e do futuro da nova nação, e tronaram-se na estrutura dirigente do partido e do Estado”¹¹⁶⁷. Portanto, foi este grupo que triunfou no II Congresso do partido Frelimo de 1968, dominado e dirigido pelas elites urbanas e dos assimilados que desencadearam a luta armada até a independência do país. Este grupo sentia-se frustrados por não terem tido as mesmas oportunidades que os brancos, apesar de ostentarem na documentação a nacionalidade portuguesa. A sua luta anticolonial não se limitava ao desejo de destruir o sistema colonial, mas também de criar um Estado-nação moderno e independente onde eles seriam, “os representantes legítimos das aspirações do povo” e a vanguarda para conduzir a luta até ao alcance desses objetivos, deixando de ser portugueses para ganharem uma nova identidade de moçambicanos. “A sua luta pela independência é, simultaneamente, uma luta pela construção e imposição dessa nova identidade “nacional”, a toda a população moçambicana”¹¹⁶⁸. Na mesma linha deste argumento Bussotti e Nhaueleque, argumentam que o nacionalismo moçambique foi construído pela obediência da palavra de ordem dos intelectuais marongas aliados aos guerrilheiros Macondes, que defendiam que nenhuma

¹¹⁶⁵ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 89.

¹¹⁶⁶ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 470.

¹¹⁶⁷ Coelho, J.P.B., «Abrir a Fábula, Questões da política do passado em Moçambique», p. 6.

¹¹⁶⁸ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 45.

alusão devia ser feita às componentes étnicas que estavam a formar a nova nação moçambicana privilegiando a identidade nacional¹¹⁶⁹. Assim nascia o “nacionalismo” moçambicano.

Este nacionalismo tem merecido um debate que é caracterizado por uma carga ideológica, em relação à participação da população rural maioritariamente camponeses. Neste debate, o discurso oficial tende a fazer crer que, todas as pessoas que tinham sofrido as sevícias do sistema de administração colonial baseada nos trabalhos forçados, castigos corporais, culturas obrigatórias, preços baixos para os seus produtos e salários baixos, responderam positivamente ao apelo mobilizador da Frelimo, enquanto lhes prometia o fim dessas práticas e um futuro de uma vida melhor. Por isso, aceitaram e assumiram o projeto do “nacionalismo moçambicano”¹¹⁷⁰. Porém, Luís de Brito chama a atenção de que a participação camponesa na luta armada, sob diferentes formas desde a entrada no exército à participação do transporte logístico e produção de alimentos para a sua alimentação, era apenas a expressão da sua revolta contra as práticas do Estado colonial, “uma forma simples do anticolonialismo” porque “de facto, não havia uma consciência nacional no seio do campesinato”¹¹⁷¹. Conclui dizendo que, as razões que levaram à participação dos camponeses “na guerra de ontem, como de hoje, está na sua relação conflitual com o Estado, seja ele qual for”¹¹⁷². Remata a sua análise afirmando que,

Os camponeses que tinham manifestado no momento da independência a sua adesão à Frelimo viram rapidamente as suas esperanças traídas. Apesar das humilhações de que eram vítimas durante o período colonial terem desaparecido com a independência, continuavam, no entanto, privados do direito de expressar politicamente os seus interesses e, ao mesmo tempo, viram a sua situação económica deteriorar-se a um ponto sem precedentes¹¹⁷³.

Esta análise de Brito sobre a situação dos camponeses é uma das causas dos permanentes conflitos sociais e políticos que fazem com que os diferentes movimentos reivindicativos tenham espaço de apoio nas zonas rurais, nomeadamente a Frelimo e a Renamo, durante a guerra dos 16 anos em Moçambique.

¹¹⁶⁹ Bussotti, Luca e Nhaueleque, Laura António, «Processos de Marginalização Étnica e Cultural na África Pós-Colonial. O Caso dos Amakhuwa de Moçambique», *Comunicação e Sociedade*, Vol. 41, 2022, p. 151.

¹¹⁷⁰ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 44; Tajú, Gulamo, «Renamo: Os factos que conhecemos», p.10.

¹¹⁷¹ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 45.

¹¹⁷² Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 45.

¹¹⁷³ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 98 e 133.

O novo Estado socialista nascido em 1975 dirigido pela Frelimo, tornou-se no centro político e era “guiado por uma lógica de imposição e de administração que substituiu a lógica de mobilização e de representação da organização partidária”. Nestes termos, “tudo o que escapava ao controlo do Estado era visto como uma ameaça à unidade do povo ou um obstáculo ao desenvolvimento”¹¹⁷⁴.

A segunda âncora do poder da Frelimo esteve baseada nos tecnocratas, que permitiram fazer o controlo e gestão do Aparelho do Estado, com a missão de construir uma nação moderna e desenvolvida. Estes tecnocratas eram funcionários que, na sua maioria, não tinham participado na luta armada, mas que apoiavam o processo revolucionário dirigido pela Frelimo. Com o apoio destes tecnocratas o Estado tornou-se o centro político e lugar privilegiado para atingir o ideal da “unidade nacional”, e começou a elaborar projetos para a modernização do país¹¹⁷⁵.

Esta tendência de aposta no modernismo era generalizada entre os Estados desde o início das décadas de 1960 e 1970 e foi característica de muitos países recém-independentes, encorajados por alguns estudiosos da época que acreditavam ser tarefa dos Estados promover o crescimento e o desenvolvimento de modo a conseguir a unidade e consolidar a construção da nação. Este pressuposto pode ser enquadrado dentro do paradigma epistemológico Ocidental que assume os Estados-nacionais soberanos como sendo os principais atores políticos mundiais na formulação de políticas para todas as esferas da sociedade¹¹⁷⁶. Portanto, a modernização encetada pelo Estado, seria um mecanismo de acelerar o desenvolvimento através do financiamento de grandes projetos industriais e tecnologicamente modernos e a mecanização da agricultura¹¹⁷⁷.

O legado institucional e estrutural da economia colonial afetou de forma decisiva as escolhas das estratégias políticas e económicas assumidas pela governação da Frelimo depois da independência na área das pescas. Elas eram caracterizadas por um fraco desenvolvimento da pesca orientada para abastecer o mercado interno para favorecer a importação do pescado a partir de Portugal ou a partir das empresas portuguesas em

¹¹⁷⁴ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 89.

¹¹⁷⁵ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 88 - 89.

¹¹⁷⁶ Scott, J. C., *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, p. 5.

¹¹⁷⁷ Pitcher, M.A., *Transforming mozambique*, p. 17. Para o investimento das iniciativas locais, baseadas no princípio de “contar com as próprias forças” apenas estava destinado cerca de 0.3% do total dos investimentos públicos no período de 1978 a 1979. Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 102.

Angola, assim como favorecer o comércio com a África do Sul, dominado pela minoria branca. Como consequência da crise da economia colonial e do crescimento dos centros urbanos nos finais da segunda metade da década de 60 e 70, foi sendo permitida a constituição de pequenos armadores que tentaram atender a esta crescente procura de pescado e se envolveram em particular, na pesca de camarão para a exportação. Este pequeno grupo de armadores camaroeiros privados que pescavam, sobretudo no banco de Sofala, a sua maioria vai abandonar o país, deixando barcos e interrompendo o circuito das redes comerciais rurais das antigas redes de cantineiros e outros intermediários. Também faziam a compra e escoamento da produção, enquanto forneciam os insumos e aprestos de pesca. A sua saída provou uma crise no sector da pesca em geral e a da pesca artesanal, em particular¹¹⁷⁸.

De referir que entre estes portugueses houve aqueles que optaram por permanecer por diversas razões. A guerra civil movida pela Renamo teve como consequências a destruição e saque de alguns armazéns e o corte de vias de acesso na circulação terrestre que ligavam os centros de consumo e os de produção, tornando cada vez mais difícil o processo de comercialização entre a costa e o interior¹¹⁷⁹. Entre 1978 e 1982 registou uma desaceleração da economia devido a estes fatores referidos acima, associados à falta de divisas que eram canalizados, na sua maioria, ao desenvolvimento das machambas estatais, acentuando essa crise¹¹⁸⁰.

Perante esta realidade o novo governo da Frelimo vai desenhar novas estratégias para conduzir o país que se resumiam em nacionalismo, socialismo e modernismo. Porém, as três estratégias não conseguiram coexistir e, possivelmente as diferenças entre elas podem ter criado mais dificuldades do que facilidades para que fossem alcançados os objetivos. Esta pretensão da Frelimo que caracterizou o período entre 1977 e 1983 é

¹¹⁷⁸ Gonçalves, M.L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP...* Numa caminhada de 24 anos, p. 37 e 142. Na altura da independência em 1975 foi estimado que tenham saído de Moçambique cerca de 100.000 portugueses alguns dos quais dentro do cumprimento da denominada ordem “24/20”. Esta ordem foi emitida pelo então ministro da Administração Interna do primeiro governo de transição de Moçambique (1974-1975), Armando Emílio Guebuza. Através dela, dava a todos os portugueses residentes 24 horas para deixar o país, com a permissão de levar consigo apenas 20kg de bagagem.

¹¹⁷⁹ Maloa, sem especificar o período, cita que durante a guerra civil em Moçambique registou-se a destruição de 20% das barragens; 14% dos pequenos sistemas de irrigação; 23% das lojas; 11% da rede dos correios; 22% das sedes de administração distrital; 40% das administrações municipais, etc. Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 131.

¹¹⁸⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476; Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 126; Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 114; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26-27.

conotada como de um Estado “demiurgo” ao tornar-se intervencionista e desconfiar do capital privado, preferindo controlar a maioria dos sectores da economia desde a indústria até a assistência médica¹¹⁸¹.

O processo de intervencionismo do Estado vai também ser baseado em intervenções e nacionalizações em diversas empresas e outros sectores produtivos que permitiram a criação de diversas empresas estatais. Segundo Gaspar, após a independência e decorrentes dos Acordos de Lusaka de 1974, uma das ações imediatas do novo governo da Frelimo foi a nacionalização da banca. Desta forma o Banco Nacional Ultramarino transferiu os seus ativos e passivos ao Banco de Moçambique e o Instituto de Crédito de Moçambique que também era estatal, passou para o novo Estado. Os restantes bancos privados permaneceram privados, mas sob supervisão estatal¹¹⁸².

A crise no sistema económico que se sentiu em Moçambique no período entre 1974 e 1977 foi caracterizada por um decréscimo da produção agrária em 43%. As causas, por um lado, foram devidas ao abandono dos colonos e desinvestimentos nas plantações e, por outro, pela retirada do campesinato que antes participava na produção comercializável de forma obrigatória. Na área da indústria, no mesmo período, registava-se um decréscimo de produção em 35% devido à sabotagem e ao abandono das empresas pelos antigos proprietários, associado à escassez de técnicos qualificados e desgaste físico dos equipamentos e falta de receitas para investimentos¹¹⁸³.

Perante esta situação de crise económica o novo Estado de Moçambique independente vai criar um aparelho institucional e jurídico para servir de base para a planificação socialista da economia nacional. A finalidade deste aparelho era de realizar as diversas intervenções nos diversos sectores da economia, assim como a criação de uma força social de apoio baseada. Esta força social, seria baseada em duas âncoras: os grupos dinamizadores (GD) e os tecnocratas para gerirem o Aparelho do Estado. Os Grupos Dinamizadores como estruturas de base estariam em substituição dos líderes tradicionais. Tinham como missão a mobilização popular para difundir a linha política do partido, combater os atos de sabotagem económica e contribuir para o aumento da produção e produtividade. Tornaram-se no veículo de transmissão das orientações do partido Frelimo, tanto no campo assim como nas cidades. Porém, não participavam na preparação

¹¹⁸¹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 5, 21 e 51.

¹¹⁸² Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p.151.

¹¹⁸³ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p.116.

e formulação dessas orientações que difundiam, dentro do contexto designado de “centralismo democrático”¹¹⁸⁴. O objetivo desta política era de manter os empregos nas empresas, combater as paralisações de produção e assegurar a estabilização dos preços de bens de consumo no mercado¹¹⁸⁵.

De referir que neste período que decorre entre a independência do país (1975) até ao início do PRE em 1987, o governo era o principal agente económico e tinha a política de determinar os preços dos produtos básicos, com apoio de unidades produtivas estatais. Esta política de manutenção dos preços permitia uma elevada procura e pouca oferta originando na inflação monetária que levou ao aparecimento de mercados paralelos¹¹⁸⁶. Por exemplo, em 1988 a inflação esteve entre os 30 e 70% e, em 1997 desceu para 10%. O PIB cresceu a um ritmo de 5% ao longo da década de 1990 e a mais de 6% em 1996, favorecidos pelo aumento da produção agrícola e de exportações e uma tendência do aumento da produção industrial¹¹⁸⁷.

Em linhas gerais a política económica baseada numa economia planificada socialista era baseada nas diretivas económicas e sociais do III Congresso que definiram:

- 1-A necessidade da construção de um Aparelho Económico do Estado capaz de assumir a direção da economia através da planificação socialista;
- 2- O Estado devia assumir o controlo dos setores chave da economia nacional;
- 3-O Estado devia lutar por incrementar o aumento da produtividade através da criação dos Conselhos de Produção, segundo o modelo socialista soviético no contexto da transformação das relações sociais de produção¹¹⁸⁸.

Foi no âmbito destas diretivas económicas e sociais do III Congresso que se decidiu, entre outros, o processo da reestruturação da banca; a reorganização do sistema orçamental; as nacionalizações nos setores chave da economia e a constituição de empresas estatais (E.E.) nesses setores e, em alguns casos, pelo Decreto-Lei nº18/77 foram estabelecidos que as empresas intervencionadas podiam ser transformadas em

¹¹⁸⁴ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 84.

¹¹⁸⁵ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 24.

¹¹⁸⁶ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p. 124.

¹¹⁸⁷ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 3.

¹¹⁸⁸ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 25.

empresas estatais. Adicionalmente, pelo Decreto-Lei nº17/77 de 23 de Abril de 1977, foi elaborado o estatuto tipo de empresas estatais¹¹⁸⁹.

O processo da reestruturação da banca em Moçambique, tal como o papel desempenhado pelo Banco Nacional Ultramarino (BNU) para o Estado colonial, foi a base para a transformação da base económica assim como da reestruturação do sistema financeiro. Desta forma, a estrutura bancária devia tornar-se num instrumento de planificação e o crédito bancário devia servir para avançar recursos financeiros em conformidade com as exigências do Plano Estatal Centra (PEC). Foi dentro deste contexto que os financiamentos previstos nos planos estatais às empresas estatais, onde algumas delas atravessavam crises de produção, acabavam usando os empréstimos para o pagamento de salários aos trabalhadores ou para saldar dívidas a outras empresas, trazendo como consequência a impossibilidade de honrarem os seus compromissos com a banca na devolução do capital investido¹¹⁹⁰. Por outras palavras, o crédito bancário numa economia socialista não respondeu aos mecanismos do mercado de capitais e de dinheiro, mas sim às necessidades identificadas no plano¹¹⁹¹.

Desta forma, a tarefa imediata da política económica dos bancos estatais consistia em impedir a paragem completa da produção e garantir o emprego, mesmo em condições em que a produção não fosse rentável, tornando-se em um mecanismo de subsídio de produção. O crédito bancário também assumiu um papel ativo em termos de participação no capital de empresas privadas tanto intervencionadas assim como não intervencionadas¹¹⁹².

As opções dos modelos de desenvolvimento escolhidas e implementadas em Moçambique, nem sempre foram consensuais. Algumas diferenças podiam ser notórias em organismos no seio do Aparelho de Estado em relação a uma questão central para o desenvolvimento de Moçambique que foi a questão das estratégias para o desenvolvimento rural. Neste processo, Brito cita-nos o exemplo dos problemas registados na definição das melhores estratégias, tanto pela Comissão Nacional do Plano (CNP) assim como pela Comissão Nacional das Aldeias Comunitárias (CNAC). A primeira

¹¹⁸⁹ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 26-27.

¹¹⁹⁰ Gaspar, N., «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», p.131.

¹¹⁹¹ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 23.

¹¹⁹² Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 23.

(CNP), pela sua importância política e estratégica coordenava os ministérios económicos, integrava no sector de planificação técnicos na sua maioria especialistas cooperantes de países do Leste (sobretudo da URSS e da República Democrática Alemã- RDA), o que não se registava na CNAC, onde a maioria eram técnicos moçambicanos oriundos da Associação Académica de Moçambique (AAM)¹¹⁹³.

A CNP era dirigida por um ministro membro do Bureau Político da Frelimo enquanto a CNAC era dirigida por um simples diretor. A primeira corrente representada pela CNP, recomendava uma estratégia de desenvolvimento rural baseada nos mega projetos que permitissem o desenvolvimento acelerado das formas de produção estatais, a mecanização da agricultura, a construção de grandes barragens para a irrigação, enquanto a segunda corrente, representada pela CNAC, defendia a aposta em pequenos projetos que estimulassem o desenvolvimento das cooperativas, a introdução no meio rural de tecnologias simples a partir de recursos locais¹¹⁹⁴.

A direção da Frelimo perante estas duas correntes até certo ponto antagónicas, procurou seguir um caminho de uma solução de compromisso entre elas que, entretanto, tinham em comum a aspiração da construção de um Estado-nação moderno. “Tal é o fator explicativo do que muitos analistas consideram ser a especificidade do seu posicionamento marxista, do não-dogmatismo do seu marxismo”¹¹⁹⁵. No entanto, pode se verificar que ganhou maior influência a corrente da CNP trazida pelos técnicos cooperantes.

Para o desenvolvimento da economia socialista a nível central foi concebido em 1978 o Plano Estatal Central (PEC), que se tornou no primeiro instrumento legal de direção e gestão macroeconómica da economia socialista que pretendia a dinamização do sector produtivo, com metas estabelecidas pela Comissão Nacional do Plano (CNP). Um dos objetivos do PEC, era a dinamização do sector produtivo que devia estar organizado através de empresas estatais e cooperativização da produção. Assim, com o fim do cumprimento das metas estabelecidas no PEC, foi introduzido o sistema de estabelecimento de quotas e de fixação de taxas, licenciamento e o respetivo sistema de

¹¹⁹³ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 95-96; Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 92. Os salários dos técnicos estrangeiros eram pagos pelos seus países de origem através dos fundos das linhas de créditos acordadas com o governo e a outra parte, em moeda nacional, era disponibilizada pelas empresas ou pelas respetivas embaixadas. Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 93.

¹¹⁹⁴ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 95-96.

¹¹⁹⁵ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 96.

cobrança assim como foram criados os Combinados Pesqueiros, assuntos que abordamos adiante¹¹⁹⁶. Assim, coube aos Combinados Pesqueiros (CPs) que se encontravam na base, a tarefa de criar e apoiar a integração dos pescadores artesanais em cooperativas e assalariar os que trabalhassem diretamente nos CPs, com o objetivo do aumento da produção de pescado para o consumo interno e melhorar a vida dos pescadores¹¹⁹⁷.

O Plano Prospetivo Indicativo (PPI) elaborado em 1979 com o apoio de especialistas vindos dos países socialistas tinha em vista acabar com o subdesenvolvimento num período de 10 anos (1980-1990). O que motivou esta aposta arrojada de vencer a pobreza em uma década, foram os sinais de alguma recuperação económica entre 1977 e 1981, associados aos diversos projetos económicos e créditos disponibilizados pela União Soviética e pelos países do Leste (alemães, búlgaros, romenos) a partir de 1977¹¹⁹⁸. O PPI traçava como objetivos a integração de mais de 10 milhões de pessoas em cooperativas; o cultivo de um milhão de hectares principalmente pelo sector agrário estatal; e a criação e desenvolvimento da indústria pesada, com destaque à de produção do ferro e aço. Este plano tinha uma conceção onde predominava a estatização da economia e “o desenvolvimento das forças produtivas” através da “iniciativa criadora das massas populares”¹¹⁹⁹. Era um plano que visava o desenvolvimento acelerado do país através da eliminação dos “vestígios da sociedade tradicional-feudal” e era importado dos modelos de desenvolvimento dos países do Leste europeu, com vista a atingir uma “modernização intensiva” de Moçambique¹²⁰⁰. Pretendia-se que o resultado fosse a transformação da produção agrícola camponesa em uma atividade rentável, onde o sector estatal agrário com o apoio do Estado e da indústria iria se desenvolver com base na força de trabalho dos camponeses residentes nas aldeias comunais e organizados em cooperativas de produção¹²⁰¹. Estes planos previam as metas de produção, calculavam os insumos e a mão-de-obra necessária, os meios e recursos

¹¹⁹⁶ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 21.

¹¹⁹⁷ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26-27; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476.

¹¹⁹⁸ Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 111.

¹¹⁹⁹ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 92-94.

¹²⁰⁰ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 92-94; Maloa, «História da economia socialista moçambicana», p. 107-108.

¹²⁰¹ Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 109.

financeiros e de investimento, assim como as necessidades de importação e distribuição da produção de cada sector¹²⁰².

O modelo das empresas estatais (E.E.) consistia numa especialização em termos de ramos das grandes empresas monopolistas (Exemplos da Mecanagro, Agricom, Pescom) ou várias empresas dirigidas por um órgão estatal do respetivo ramo (Unidades de Direção), orientados de forma vertical por um órgão central que determinava todas as estratégias de gestão (financiamento, investimento, inovação, relações com o exterior)¹²⁰³. Deviam defender o processo de acumulação centrado no Estado¹²⁰⁴. No entanto, a insistência nestas políticas que tinham em vista a destruição das bases do sistema da economia capitalista anterior e acautelar a emergência de “novos exploradores”, provocaram uma crise social e económica da sociedade socialista projetada e uma gradual separação da Frelimo das suas bases sociais de apoio¹²⁰⁵.

O processo das nacionalizações também merece destaque nas ações desencadeadas pelo governo da Frelimo logo após a independência. Esta prática era comum em vários países do mundo, sobretudo em revoluções conduzidas pelos partidos ou movimentos de esquerda, tal como aconteceu também em Portugal nos tempos da Revolução de Abril de 1974. Neste período em Portugal foram feitas nacionalizações dos três bancos emissores de moeda (Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e Banco de Angola) e, em 1975 ocorreram a maioria das nacionalizações (1.300 empresas), sendo, por isso, considerado o ano mais radical da revolução¹²⁰⁶. Em Moçambique, as principais nacionalizações foram efetuadas nos dias 24 de Julho de 1975 e 3 de Fevereiro de 1976 tendo incidido, principalmente, nas instituições de crédito e as respetivas empresas com capital dominado pelo Estado e no Banco Nacional Ultramarino que se tornou no Banco de Moçambique. Para além da nacionalização da terra, também foram nacionalizadas muitas empresas abandonadas ou classificadas como estando a sofrer “sabotagem” pelos seus proprietários, que passaram ao controlo centralizado do

¹²⁰² *Ibid.*, p. 142; Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 86.

¹²⁰³ Para o incremento da produção agrícola das machambas estatais, a Mecanagro (Empresa Estatal de Mecanização Agrícola); para a comercialização a Empresa de Comercialização de Produtos Agrícolas, (Agricom); e específica para a área das pescas, a Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros, (Pescom).

¹²⁰⁴ Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 101.

¹²⁰⁵ Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 104.

¹²⁰⁶ Gonçalves, Maria Eduarda, *Nacionalizações e Privatizações: o regime das nacionalizações em Portugal, dos tempos da revolução ao caso BPN*, Direito da Economia. Lisboa, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 5.

Estado¹²⁰⁷. Estima-se que até 1978 estavam nacionalizadas cerca de 50% de todas as empresas existentes no país. Em 1981, nacionalizaram 65% da produção industrial, 85% das empresas dos transportes e 90% das empresas da área de construção¹²⁰⁸.

Contudo, deve se sublinhar que as grandes empresas e bancos de capitais estrangeiros não foram nacionalizadas e nem intervencionadas pelo Estado¹²⁰⁹. Outra particularidade de destaque nesta matéria foi de que no sector das pescas, foi permitida a continuação de operações dos armadores privados, contrariamente à política económica geral que afetou outros ramos de atividade. Uma das razões foi a necessidade de continuar a garantir o abastecimento em peixe para o consumo interno, assim como garantir a pesca do camarão para a exportação, como fonte de arrecadação de divisas, tal como vimos acima¹²¹⁰.

Em termos de conceito segundo Maria Gonçalves, a nacionalização consiste num ato político em regra, contido num diploma legislativo, implicando a transferência das empresas para a propriedade pública, em regra do Estado. Tem por objeto unidades económicas de diversa índole (agrárias, industriais, comerciais, etc.), visando uma intervenção na estrutura do poder económico ou na transformação do sistema económico vigente. Este processo, distingue-se da expropriação, pois não prevê o pagamento de nenhuma indemnização¹²¹¹.

Sobre o processo das nacionalizações em Moçambique, Pitcher afirma que,

... o novo governo começou a intervir na economia, primeiro no setor bancário, depois na indústria e na agricultura. Nacionalizou a propriedade privada e nacionalizou todas as terras. Estendeu a intervenção do Estado aos cuidados de saúde, educação, serviços de advogados e funerários. No início da década de 1980, as empresas estatais dominavam quase todos os setores da economia de Moçambique¹²¹².

¹²⁰⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 142; Pitcher, M.A., *Transforming mozambique*, p. 42; Decreto-Lei nº 16/76, de 3 de Fevereiro de 1975, que preconizava a criação de comissões de gestão constituídas por 3 elementos: Um gestor da "confiança do partido e um membro do GD da empresa e outra pessoa a ser indicada pelos trabalhadores. Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 65.

¹²⁰⁸ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 474.

¹²⁰⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 474. Aqui podemos dar como exemplo o grupo Entrepasto Comercial, herdeiro do património da extinta Companhia de Moçambique e o Banco Standard Totta de Moçambique, fundado em 1966.

¹²¹⁰ Gomes, *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 24-25; Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 87.

¹²¹¹ Gonçalves, M. E., *Nacionalizações e Privatizações: o regime das nacionalizações em Portugal, dos tempos da revolução ao caso BPN*, p.5.

¹²¹² Pitcher, M.A., *Transforming mozambique: the politics of privatization*, p. 27.

Como podemos observar, a Frelimo tomou ações semelhantes em relação à nacionalização da banca e de empresas que ocorreram em Portugal, mas com algumas especificidades em relação a outros sectores, tal como aconteceu com a nacionalização da terra, que tinha sido arrancada aos camponeses no período colonial.

As nacionalizações foram mais um processo de confirmação dos pressupostos anunciados na Constituição de 1975 de que a terra pertencia ao Estado. Surgiram da necessidade de pretender dar uma resposta imediata aos problemas que surgiram na economia no momento e não devido à orientação marxista. Por exemplo, o governo nacionalizou algumas empresas, plantações agrícolas, fábricas, transportes, empresas de construção com a indicação de equipas administrativas para continuar a operação¹²¹³.

Porém, com as nacionalizações os camponeses não só continuaram sem a terra perdida no período colonial, mas também não tiveram nenhum benefício na evolução dos termos de troca da venda dos seus produtos, em relação aos preços de compra dos bens de consumo no mercado. Por exemplo, Maloa refere que na campanha agrícola de 1980-1981, registou-se que a produção do sector cooperativo e familiar de algodão os oficiais do governo e agentes de comercialização de algodão burlavam os camponeses impunemente nas operações de peso, medida e preço¹²¹⁴. O Estado por sua vez, continuava a manter em níveis muito baixos os preços dos principais produtos comercializados pelos camponeses a fim de extrair maiores lucros na sua exportação, mesmo processo verificado no período anterior¹²¹⁵. Portanto, a nacionalização da terra não chegou a trazer nenhum benefício aos camponeses, pois a terra permaneceu em alguns colonos e empresas privadas dos que ficaram e, a outra parte passou para as cooperativas e para as empresas estatais. O princípio adotado pelo Estado foi de que toda a terra desocupada, ou abandonada, só poderia ser explorada de forma coletiva¹²¹⁶.

Por exemplo, entre 1972 e 1979 as mercadorias adquiridas pelas famílias camponesas de Nampula sofreram um aumento médio anual de 12,5% e os têxteis (tecidos e vestuário), aumentaram 85% e os instrumentos e meios de produção 20%,

¹²¹³ Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 65. O governo de transição pelo Decreto-Lei nº 16/76, de 13 de Fevereiro de 1975 nomeou as primeiras "Comissões Administrativas".

¹²¹⁴ Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 84.

¹²¹⁵ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 129.

¹²¹⁶ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, 124; Maloa, T.M., «História da economia socialista moçambicana», p. 95.

enquanto os preços ao produtor para as principais culturas de rendimento dessas mesmas famílias, aumentaram apenas a uma taxa média anual de 15%. O mesmo é observado nas culturas de rendimento. Durante o período entre 1974 e 1979 o preço do caju produzido quase exclusivamente pelas famílias camponesas, aumentou apenas 4% ao ano, enquanto o algodão aumentou 7% (primeira qualidade) e 2% (segunda qualidade). O preço do milho entre 1979 e 1981, também evidencia a mesma situação quando se observa que, durante este período permaneceu nos 4,00Mt, enquanto o preço final de venda ao consumidor passou de 5,00Mt para 7,00Mt (aumento de 40%) e a farinha de milho aumentou de 5,50Mt para 9,50Mt (aumento de 72%)¹²¹⁷. Neste processo, as vantagens foram para os comerciantes e aos proprietários das moageiras. Deste modo, a produção camponesa continuava, assim, a ser uma base de acumulação do Estado e dos privados, tal como referimos acima¹²¹⁸.

A nível social também registamos algumas semelhanças. No ciclo colonial a base de diferenciação estava na política do indigenato baseada na aplicação de sevícias físicas aos negros e discriminação baseadas na cor da pele e, no pós-independência também iremos registar alguns fatores de diferenciação, desta vez baseadas em alianças políticas entre a Frelimo e as elites urbanas e, a partir da instituição do multipartidarismo no início da década de 1990 as questões raciais também vão ganhar corpo na sociedade. Estas elites passaram a ter mais vantagens e privilégios em relação às comunidades das zonas rurais e, apesar de serem numericamente inferiores, dominaram as vontades das comunidades rurais que são a maioria¹²¹⁹.

Segundo Newitt, “o partido (Frelimo) deixou formalmente de considerar o campesinato como principal força revolucionária para depositar formalmente a sua confiança no proletariado que fora e seria criado pela expansão do sector moderno da economia”¹²²⁰. Esta era mais uma forma de se aproximar às minorias urbanas afastando-se da maioria rural, semelhante ao ciclo colonial.

As questões sobre minorias e maiorias na história são mais construções de índole estatístico do que realidades naturais. Ser minoria ou maioria tem a sua importância

¹²¹⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 129-130.

¹²¹⁸ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 129 -130.

¹²¹⁹ No domínio cultural é referida também uma aliança entre os grupos étnicos do sul tais como os marongas e machanganas aliados aos guerrilheiros macondes de Cabo Delgado, no Norte, que marginalizaram outros grupos, principalmente os macuas. Bussotti, L. e Nhaueleque, L. A., «Processos de Marginalização Étnica e Cultural na África Pós-Colonial. O Caso dos Amakhuwa de Moçambique», *Comunicação e Sociedade*, Vol. 41, 2022, p. 151-152.

¹²²⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 467.

apenas num contexto determinado, pois vantagem numérica em si, nem sempre constitui garantia de vantagem para ser a maioria/maior no estatuto¹²²¹.

No período colonial podemos notar casos em que a maioria, constituída pelas populações colonizadas eram qualificadas como minoria pelo grupo dominante - a minoria histórica. Por exemplo, na Argélia e na Cidade do Cabo na África do Sul onde havia uma grande concentração de brancos, a minoria demográfica constituía a maioria política, pois eram eles que tinham o direito à participação política em exclusão da maioria dos africanos residentes nos mesmos locais¹²²².

O mesmo que se passou depois da independência em que o interesse da maioria da população rural teve de se submeter à vontade das elites urbanas, aliadas a alguns destacados comandantes militares dominantes que conduziram a luta armada. Estas elites urbanas (tecnocratas) também foram aquelas que se beneficiaram dos melhores salários fixados pelo Conselho de Ministros em 1980, o que podemos observar nos seguintes números: Ao trabalhador agrícola o salário diário aumentou de 46,50Mt para 62,50Mt, (mensal 1.200,00Mt para 1.600,00Mt) cerca de 34%, enquanto o trabalhador não qualificado da indústria (proletário) foi de 6,50Mt para 13,00Mt, (mensal 1.300,00Mt para 2.600,00Mt) cerca de 100%¹²²³. Estas “minorias” são aquelas que o passado geralmente considera como inferiores ou marginais, tal como o pescador artesanal¹²²⁴. No entanto, estes grupos marginais foram e são o garante para a reprodução económica dos diferentes regimes com a sua produção baseada nos seus meios precários.

Dentro desta modernização estava o combate pela iliteracia, através de mobilização das comunidades para os ingressos nas escolas e em campanhas de alfabetização de adultos. O domínio da leitura e da escrita era vista pela Frelimo como um meio para os moçambicanos entrarem numa economia moderna, substituindo a tradição pela ciência de modo a operar equipamentos para a modernização da agricultura e da indústria¹²²⁵. Por isso que desenvolveram esforços para o livre acesso à educação através de campanhas de alfabetização e educação de adultos assim como a emancipação da mulher. Estes fatores tiveram um impacto significativo na sociedade contra as práticas

¹²²¹ Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p. 100-101.

¹²²² Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p.374.

¹²²³ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 132.

¹²²⁴ Chakrabarty, D., *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, p. 100-101.

¹²²⁵ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 470. Durante os primeiros seis anos depois da independência as matrículas nas escolas primárias duplicaram de 700.000 para 1.376.000, enquanto no ensino secundário subiram de 20.000 para 135.000 alunos.

sociais outrora definidas no estatuto do indigenato. Contudo, pode se aventar a hipótese de que o esforço para a mobilização da população para aderir nos movimentos tendentes à sua escolarização, tenha estado virada para a finalidade da tal modernização da sociedade.

Segundo Pitcher, Moçambique foi caracterizado por ser “capitalista e autoritário durante o período colonial, passando a socialista e cada vez mais autoritária após a independência e autoritário e cada vez mais capitalista, de meados dos anos 80 até o início dos anos 90 e, nominalmente democrático e capitalista após 1994”¹²²⁶. Portanto, a matriz autoritária atravessou e dominou quase todos os períodos, marcando claramente continuidades apesar de o atual regime político estabelecido pela Constituição de 1990 ser multipartidário.

A descrição de Moçambique com características de índole negativa na esfera política e económica também é partilhada por Mosca, quando diz que após o início da aplicação do Programa de Reabilitação Económica em 1987, foram adotadas medidas de liberalização económica que provocaram mudanças rápidas e profundas onde os mercados internos e externos liberalizaram-se a um nível que as privatizações aconteceram de forma caótica e sem estratégias alternativas. Critica também a forma como foi desenhando o projeto da criação do empresariado nacional onde foram notados “aspectos de politização através da promiscuidade da política, dos negócios e da corrupção”¹²²⁷.

No período da implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) iniciado em 1987, vai assistir-se também ao registo de continuidade pela entrada de investidores internacionais, naquilo que Silva *et all* considera como, “uma economia marcada por uma promiscuidade entre o capitalismo nacional e o poder político em aliança com o capital financeiro internacional, onde o processo de acumulação se faz através da exploração de recursos naturais e economias de natureza extrativa”¹²²⁸. Pode-se citar como exemplo as multinacionais tais como a *Lonrho* e *Anglo-American*, na área agrícola e financeira, que operavam no período colonial e que mais tarde voltaram a operar em Moçambique, assim como o domínio do sector bancário pelos portugueses,

¹²²⁶ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 2.

¹²²⁷ Mosca, João, «Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem», In: *João Mosca, Màriam, Abbas e Natacha Bruna, Economia de Moçambique, 2001-2010, Escolar Editora*, 2013, p. 54.

¹²²⁸ Cruz e Silva T., *et all*, (org.), *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, p. 194.

muitos dos quais representam os mesmos bancos que controlavam o setor no período colonial¹²²⁹. Portanto, a finalidade para estas iniciativas era conseguir a modernização da economia, em muitos casos, em prejuízo dos interesses das camadas mais vulneráveis sobretudo os pescadores artesanais e dos camponeses.

5.6-Relação dos Combinados Pesqueiros (CPs) com os pescadores artesanais até ao seu declínio

Depois da independência a estrutura de gestão das pescas começa em 1975, com o seu enquadramento no Ministério da Indústria e Comércio onde em 1976 foi criada a Direção Nacional de Pescas (DNAP), que teve a missão de constituir empresas e serviços para a produção e apoio às pescas. Em 1978 foi criada a Secretaria de Estado das Pescas sob tutela do Ministério da Indústria e Comércio e em 1983, a mesma secretaria muda de tutela e passa a depender do Conselho de Ministros até 1985. Neste ano, passaram para a alçada do Primeiro-Ministro até a criação do Ministério de Agricultura e Pescas entre 1994 e 1999 passaram a ser uma Direção Nacional de Pescas¹²³⁰.

Entre 1977 e 1978 algumas das empresas e serviços de apoio às pescas de destaque foram a Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros (Pescom E.E.), a Emopesca, os serviços regionais das pescas em Niassa, Zambézia, Sofala, Inhambane e Maputo e o centro de pesca da Matola¹²³¹. Neste período a direção da política pesqueira teve como objetivo reorganizar a produção artesanal desestruturada pelo abandono, pelos colonos, dos antigos circuitos de fornecimento e distribuição de aprestos de pesca e da compra e venda dos seus produtos. Para atingir este objetivo foi criada e implantada uma outra rede, constituída por alguns centros estatais de apoio aos pescadores artesanais os Combinados Pesqueiros (CPs). Estes CPs, passaram a desempenhar as mesmas funções antes exercidas pelos colonos e cantineiros (abastecimento e distribuição de insumos, compra da sua produção), assim como tinham a missão de aumentar a oferta de pescado

¹²²⁹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 15-16.

¹²³⁰ Gonçalves, M.L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos*, p. 87-88; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4-5; Namiluê, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 25.

¹²³¹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4-5. A Pescom E.E., tinha como atribuições a importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos pesqueiros.

para o consumo da população e melhorar a situação económica e o nível de vida das comunidades dos pescadores.¹²³²

A génese dos Combinados Pesqueiros (CPs), abreviatura dos Combinados de Pesca de Pequena Escala, inicia-se na Unidade de Direção das Pescas de Pequena Escala (UDPPE) em 1980. Esta unidade tinha como missão promover a organização, crescimento económico e desenvolvimento deste subsector e foram traçados os programas e as estratégias para operar a frota de pesca comercial abandonada assim como assistir à pesca artesanal. Assim, a UDPPE passou a ter as seguintes tarefas:

- primeiro, tornar operacional as infraestruturas abandonadas pelos colonos e garantir o abastecimento interno em pescado;
- segundo, disponibilizar aprestos de pesca, bens de consumo e de incentivo aos pescadores;
- terceiro, promover o uso de técnicas melhoradas e/ou novas, na cadeia de valor das pescas (processamento, carpintaria e comercialização do excedente de produção);
- quarto, estabelecer serviços de manutenção e reparação das embarcações;
- quinto, promover e incentivar a cooperativização da pesca artesanal¹²³³.

Por sua vez, aos Combinados Pesqueiros (CPs) esperava-se que executassem as seguintes tarefas:

1-Fornecer aos pescadores, equipamentos de pesca, combustível, ferramentas para trabalho de reparações, etc.;

2-Venda dos produtos dos pescadores, tanto em forma de peixe seco, como fresco e em troca vender-lhes bens de consumo e outros artigos básicos;

3-Gradualmente introduzir um nível de tecnologia mais avançado na pesca de pequena escala, através da aquisição de barcos maiores, experimentando e testando novo equipamento, métodos de pesca, etc. O objetivo não era que o centro estabelecesse a sua própria frota para competir com os pescadores artesanais individuais na área, mas sob fórmulas controladas, ensinar aos pescadores a usarem e a preservarem barcos e

¹²³² «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 6; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4-5.

¹²³³ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 25; Gonçalves, M.L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos*, p. 87-88; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 4-5.

equipamentos de pesca mais modernos para que, eventualmente, eles sejam manuseados por estes pescadores em forma de cooperativas ou individualmente;

4- Construir uma capacidade de transporte, tanto por mar como por terra, para servir as mais remotas comunidades pesqueiras com material de pesca, sal, bens de consumo, etc., e recolher o seu produto; abastecer de peixe os camponeses na área em troca dos seus produtos agrícolas;

5- Estabelecer uma capacidade de assistência para reparações e manutenção do equipamento e acessórios de pesca, cascos, maquinaria, etc.;

6- Desenvolver uma infraestrutura para o manuseamento e processamento do peixe, através de pequenas câmaras de conservação, fábricas de gelo, esticadores de secagem, etc. A proposta era de dispor de um mínimo de capacidade para o processamento do peixe para distribuição primeiro à população local e depois às populações urbanas;

7- Promover a organização dos pescadores em cooperativas e associações, com a finalidade de aumentar as suas capacidades para um esforço económico conjunto e aumentar a sua participação no planeamento e implementação de projetos e atividades de desenvolvimentos¹²³⁴.

A Unidade de Direção das Pescas de Pequena Escala (UDPPE) foi criada em 1980 e funcionou até 1989, quando foi extinta e transformada em Instituto de Pesca de Pequena Escala (IDPPE). Esta instituição, a UDPPE, tinha como principal tarefa a reorganização do sector para impulsionar a atividade, processo iniciado com a mobilização dos pescadores artesanais para integrarem cooperativas de produção, enquanto eram constituídas empresas estatais para prestarem serviços de apoio e logística¹²³⁵. O IDPPE, constituído no contexto do início das privatizações dos CPs em 1989, juntamente com o Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) criado em 1978, Escola de Pesca criada em 1979 e pelo Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP) criado em 1989, foram as principais

¹²³⁴ Krantz *et al*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 66-68.

¹²³⁵ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 25; Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019; Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

instituições públicas com autonomia administrativa que tratavam dos assuntos relacionados com a pesca artesanal¹²³⁶.

Segundo Joaquim Russo de Sá, antigo funcionário das pescas com mais de 25 anos de experiência onde ocupou vários cargos de liderança em diversos órgãos governamentais, na década de 80 foram definidas pelo Estado 5 linhas de políticas para as pescas nomeadamente, primeiro, a produção da pesca industrial devia estar virada para a exportação e arrecadação de divisas, nessa altura, chegaram a representar cerca de 70% das exportações do país; segundo, a pesca semi-industrial devia produzir para o abastecimento ao mercado nacional; terceiro, desenvolver a pesca artesanal e enquadrá-la na estrutura estatal do Estado porque era tida como marginal no período colonial, ao mesmo tempo que devia produzir para o auto-consumo e os excedentes colocados no mercado nacional de modo a melhorar a qualidade de vida dos pescadores; quarto, transformar e apoiar a administração das pescas a partir da investigação científica para suportar medidas de produção e investigação aplicada para acautelar e tornar a exploração dos recursos sustentável e, quinto, formar quadros moçambicanos para servirem o sector de pescas¹²³⁷.

Foi neste âmbito do desenvolvimento da economia socialista na área das pescas que foram criados os Combinados Pesqueiros a partir de 1980. A estratégia de relacionamento entre o Estado e as forças produtivas, sobretudo rurais, tal como mencionámos acima, registou uma semelhança entre os camponeses e os pescadores artesanais¹²³⁸. Para ambos estratos sociais, o Estado desenhou políticas que tinham em vista enquadrá-los em cooperativas e recrutá-los para os CPs para serem empregues com salários fixos tornando-os assalariados. Assim foi para os pescadores artesanais que foram integrados nos Combinados Pesqueiros (CPs)¹²³⁹.

¹²³⁶ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artesanal Fisheries Development Project*, p. 3.

¹²³⁷ Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

¹²³⁸ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 5.

¹²³⁹ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987». p. 58; Simões, Fernando, «Pesca de pequena escala em Moçambique: possibilidades de desenvolvimento», *Instituto de Investigação Pesqueira, Boletim de divulgação*, nº 5, 1984, p. 1.

A ideia e a experiência de criação e funcionamento dos CPs foram trazidas pelos cubanos no âmbito dos acordos de cooperação. O grupo de pescadores artesanais do seu país trabalhava nesta forma de organização empresarial das pescas chamada de Combinados Pesqueiros. No entanto, quase todos tinham um mínimo de 9ª classe de literacia e algumas boas infraestruturas de apoio. Por isso eles tinham boa capacidade administrativa e de produção em toda a cadeia de valor desde a captura até a comercialização. A aplicação deste modelo para a realidade de Moçambique, onde predomina a baixa literacia e sem quase nenhuma infraestrutura de apoio, trouxe logo problemas para a implementação deste modelo cubano. Esta foi a razão por que se optou por tornar os Combinados Pesqueiros como polos de atracção e desenvolvimento da pesca artesanal, baseada em oferta de incentivos para captar a produção dos pescadores para depois revender ao mercado¹²⁴⁰.

No que respeita ao relacionamento entre os CPs e os pescadores artesanais, Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994, defende que o objetivo dos CPs era mesmo de tornar os pescadores em assalariados¹²⁴¹. Baseia o seu argumento no facto de que alguns CPs tinham uma frota de barcos e equipamentos abandonados pelos colonos, que empregavam alguns pescadores contratados que faziam apenas a pesca à linha. Contudo, o principal produto do comércio nacional e internacional dos CPs era o camarão e o caranguejo para a exportação. O peixe consumido pela população que era também fornecido pelo pescador artesanal. Toda esta produção do pescador artesanal era com base em um contrato precário¹²⁴². Por exemplo, um dos entrevistados por Gomes, João Donato, responsável pela implantação do Combinado Pesqueiro da Ilha do Ibo entre 1980 e 1985, sobre o processo de instalação, recrutamento e produção dos CPs referiu que tinham recebido 10 barcos e não tinham pescadores e foram orientados a produzir peixe. Segundo ele,

No local tivemos de contratar pescadores locais, que tiveram que abandonar as suas atividades para trabalhar para nós, obedecendo ordens e recebendo um salário fixo.

¹²⁴⁰ Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

¹²⁴¹ Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

¹²⁴² Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

Repare-se que estes pescadores antes, juntavam-se entre eles para pescar onde cada um tinha um papel e o produto da pesca era dividido por igual...enquanto no Combinado Pesqueiro, estes transformaram-se em trabalhadores assalariados¹²⁴³.

Em relação ao pagamento de um salário fixo no início das atividades dos CPs, por exemplo nos CPs de Moma e Ibo, que chegaram a empregar muitos pescadores em número não especificado, a tabela salarial era de: pescador-Mestre, 3.250.00Mt; Mergulhador, 2.750.00Mt; Motorista, 2.750.00Mt e Marinheiro, 2.500.00Mt respetivamente. O salário era apenas uma base monetária sem relação com a produtividade do barco. Estima-se que do total de 80.000 pescadores que se relacionavam com os CPs apenas 7.000 é que estavam vinculados aos CPs, um número bastante reduzido, talvez desmotivados devido a este problema de salário fixo e/ou reduzida capacidade do CPs em admitirem mais trabalhadores¹²⁴⁴.

Esta informação é corroborada por Krantz *et all*, quando refere que em 1985 o desenvolvimento do conceito dos CPs passou a estar virada para a comercialização o que era visível na composição da produção total dos CPs, onde a maior percentagem “do peixe distribuído através destes centros não provem da captura da sua própria frota, mas dos pescadores artesanais individuais”¹²⁴⁵.

Figura nº 56- produção total dos CPs no período 1980-1985 (em toneladas)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Capturas próprias	767	1.277	1.692	1.716	1.300	1.042
Comercialização	-	-	273	1.027	1.280	1.533
Total	767	1.277	1.965	1.743	2.580	2.575

Fonte: Krantz, *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, p. 75.

Neste quadro da figura nº 56 está evidente esta tendência de aumento de atividades de comercialização nos CPs a partir de 1982 em diante e a redução das capturas próprias. Mário Six Pense considera que esta situação de o CP comercializar mais do que produzir

¹²⁴³ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 31.

¹²⁴⁴ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 52.

¹²⁴⁵ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 75.

pode advir do facto de, por exemplo, a atividade de pesca de camarão e caranguejo envolver mais custos do que pescar peixe, por isso que aos CPs convinha apostar na comercialização¹²⁴⁶.

Sobre os objetivos de criação dos CPs, Jamilo Amade, funcionário das pescas desde 1988 e intermediário na compra do pescado aos pescadores artesanais para o CP de Govuro, teceu o seguinte comentário,

A filosofia para a criação dos CPs foi de primeiro, conservar o peixe em troca de pagamento de uma taxa cobrada por cada quilo ao pescador e, segundo, a compra do mesmo peixe para revender. Devido a falta generalizada de muitos produtos no mercado muitas vezes a filosofia adotada pelos CPs era baseada na troca da produção pesqueira pelo fornecimento de diversos produtos de incentivos aos pescadores¹²⁴⁷.

Por seu turno, ainda na questão da criação dos CPs, Joaquim Russo de Sá explica que,

...nem todos os empreendimentos denominados CPs foram legalmente criados. Por isso, pode se dizer que eram muito poucos os CPs que tiveram existência legal, isto é, criados formalmente com publicação em Boletim da República (BR) e a funcionarem como empresas comerciais licenciadas. Esta é uma das razões por que temos alguns CPs a iniciarem a sua atividade em 1993. Este é o ano que iniciou atividades de forma formal no contexto de um projeto de apoio à pesca artesanal¹²⁴⁸.

No entanto, em relação à publicação referida por Joaquim Russo de Sá, não chegou a indicar quais foram aqueles CPs que tiveram a sua criação publicada no Boletim da República.

Os CPs eram financiados pelo Estado que provia os bens e serviços e havia também a participação da comunidade internacional sob as formas multilateral, bilateral e através da cooperação com organizações não-governamentais, assim como organismos internacionais tais como *Food and Agricultural Organization* (FAO), *International Fund for Agricultural Development* (IFAD), Comunidade Económica Europeia (CEE), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e *Southern African Development Co-ordination Conference* (SADCC). Ao nível de países, destacavam-se a Itália, França,

¹²⁴⁶ Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

¹²⁴⁷ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

¹²⁴⁸ Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

Reino Unido, antigos países do Leste ex. URSS, Cuba, Coreia¹²⁴⁹. Este Apoio consistia no fornecimento de materiais e equipamentos de pesca, assistência técnica nos domínios da investigação pesqueira, formação profissional e apoio ao sector produtivo bem como para a construção de infraestruturas em terra. Este apoio, permaneceu durante quase todo o período de vigência dos CPs de uma forma crescente, o que pode ser notado pelo aumento do número de projetos que, de um total de cinco projetos financiados em 1985 aumentou para 30 projetos em 1988¹²⁵⁰.

Os critérios para a escolha do local para a instalação física de um CP, que podiam ser tomados de forma isolada ou em conjunto, eram os seguintes: existência de recursos pesqueiros potenciais importantes; existência de infraestruturas aproveitáveis; ampliação das atividades de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal na área de influência do CP que devia ser feita através de barcos de transporte e da instalação de Postos de Apoio e Compra das redondezas¹²⁵¹.

A criação dos CPs foi gradual, sendo difícil de apurar as datas do seu estabelecimento e o seu número total. Capaina aponta também o gradualismo na criação dos CPs quando aponta que a UDPPE criou os CPs entre 1981 e 1985¹²⁵². Este processo de criação atravessou três fases que refletem o processo de clarificação progressiva das estratégias em seus aspetos práticos. Desta forma, a primeira fase, os CPs foram constituídos a partir de infraestruturas e embarcações já existentes e que se reorganizaram e adaptaram aos novos fins. Nesta altura, a prioridade era dada à pesca semi-industrial e a pesca artesanal ainda não estava contemplada porque ainda se registava uma falta de visão acabada de conjunto assim como descoordenação e incoerência. Seguiu-se a segunda fase onde gradualmente foi se reconhecendo a importância da pesca artesanal em Moçambique que permitiu, em termos práticos, apoios cada vez maiores no aprovisionamento, em infraestruturas e recursos humanos para este subsector. A terceira e última fase, desenvolve-se a partir de 1983 quando a pesca artesanal assume efetivamente um papel prioritário no desenvolvimento dos CPs¹²⁵³.

¹²⁴⁹ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 71.

¹²⁵⁰ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 71.

¹²⁵¹ «Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique», Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, s/d, p. 5.

¹²⁵² Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 5.

¹²⁵³ «Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique», Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, s/d, p. 4.

Segundo Capaina os CP tinham como objetivos principais, desenvolver a pesca semi-industrial e apoiar a pesca artesanal em cada zona onde se implantasse um CP e ao seu redor. As suas funções seriam a produção realizada principalmente pela frota semi-industrial; a comercialização dos produtos pesqueiros através da compra e venda do pescado e de outros produtos e a prestação de serviços tais como o aprovisionamento, reparação e manutenção de embarcações e motores, extensão e pesquisa, entre outros¹²⁵⁴.

Os CPs estiveram instalados em todo o território de Moçambique e menos nas províncias de Gaza e Manica. Cada província podia ter um ou mais CPs e todos independentes uns dos outros. Foram instalados os seguintes Combinados Pesqueiros: Maputo (1); Inhambane (3: Inhambane, Vilanculos e Govuro); Sofala (1: ilha de Chilokane); Zambézia (1: Sopinho); Nampula (2: Moma e ilha de Moçambique); Tete (1: Chicôa no distrito de Cabora Bassa); Niassa (1: Metangula); Cabo Delgado (1: ilha do Ibo). Em outros locais foram instalados Postos de Apoio e Compra (PACs) que tinham a função de fazer a ligação entre os vários beneficiários e os CPs. Os PACs estavam instalados nos seguintes locais: Maputo cidade: Costa do Sol Machangulo, Muntanhana e ilha de Inhaca; Zambézia: Pebane; Nampula: Angoche; Cabo Delgado: Mocímbo da Praia¹²⁵⁵. No período entre 1979 e 1989 chegou a totalizar 11 CPs e 34 PACs distribuídas ao longo da costa e nos principais rios, lagos e ilhas do país com influência em 175 centros de pesca a partir dos quais se assistiam cerca de 29.000 pescadores que operavam 10.055 embarcações, 498 das quais motorizadas¹²⁵⁶.

¹²⁵⁴ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 6.

¹²⁵⁵ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 11 e 61. Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», 2021, p. 6. Existe alguma dificuldade na identificação dos CPs e dos PACs em diferentes documentos assim como na informação dos entrevistados. Por exemplo, o livro sobre a Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros indica na pag.11 que havia 10 CPs e na pag. 61 indica 12 com o acréscimo da ilha de Inhaca e do Ibo. Cássimo Marujo, indica que na ilha de Inhaca, onde foi diretor, havia apenas um PACs que dependia do CP de Maputo. Por sua vez Mário Six Pense indica que não existia um CP em Inhassoro mas sim em Govuro criado em 1983, onde também foi diretor. Em Inhassoro era apenas um posto de venda de aprestos de pesca, com apenas um funcionário; Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018; Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

¹²⁵⁶ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 11 e 75; Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 6; Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, diretor da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019; Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a

A figura nº 57 apresentada a seguir, ilustra o numero de CPs e PACs estabelecidos no período entre 1979-1984 em todo o território nacional.

Figura nº 57- CPs e PACs estabelecidos no período 1979-1984

Nome do CP e localização	Ano de criação	PAC dependentes
Sulpesca- Maputo	1979	Costa do Sol, Machangulo, Macaneta
Inhaca- Maputo	1981	Dependente do CP da Sulpesca
Metangula- Niassa	1981	N'go, Meluluca
Ibo- Cabo Delgado	1981	
Moma- Nampula	1982	Hori, M'ptine, Mucoroge, Larde
Beira- Sofala	1982	Rio Maria, Chiloane
Nova Chiccoa- Tete	1983	Chipalapala, Nhantimbsa
Ilha de Moçambique- Nampula	1983	Lunga, Sanculos
Sopinho- Zambézia	1984	Gazelas, Pebane
Pemba- Cabo Delgado	1984	Arimba, Macaloe

Fonte: Krantz, L., et al., «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, p. 69-70.

No entanto, o documento sobre Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala, traz consigo outros dados sobre a evolução de criação de Combinados Pesqueiros e dos Postos de Apoio e Compra, que apresentamos a seguir:

Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019; Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 95.

Figura nº 58- Evolução de criação de Combinados Pesqueiros e dos Postos de Apoio e Compra, no período 1970-1987

Ano de criação do CP	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Numero de CP criados	1	4	6	9	10	10	10	11
Numero de PACs criados	-	4	8	13	18	23	27	30

Fonte: «Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique», Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, s/d, p. 4.

Desta figura nº 58, conseguimos notar a evolução da criação dos CPs e PACs que, de forma gradual atingiram em 1987 o número de 11 CPs e 30 PACs. Este conjunto de CPs e seus respectivos PACs abrangiam cerca de 40.000 a 45.000 pescadores. No entanto, havia a consciência da impossibilidade de cobrir a totalidade dos pescadores artesanais do país, mas o esforço era de atuar nos principais centros de pesca onde a necessidade de apoio fosse mais premente sendo que a proximidade com os centros urbanos era um elemento importante no critério da seleção dos locais¹²⁵⁷. A diferença do número de PACs deve ter sido causada pelo acesso a diferentes fontes de informação ou diferença do período de coleta de informação considerando o gradualismo na criação destas instituições de apoio à pesca artesanal.

Em 1985 a frota total dos CPs era de 108 barcos, dos quais 20 eram classificados como semi-industriais por terem mais de 11,5 metros de comprimento, equipados com motor a bordo e com facilidades em gelo. Havia também barcos de pesca mais pequenos, com tamanho entre 7,4 metros a 11,5 metros, com motor tanto dentro como fora de bordo até 40HP, para os quais a orientação era de serem entregues aos próprios pescadores. O

¹²⁵⁷ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 70.

material de construção da maioria destas embarcações era a madeira e alguns de chapa de aço e ferro-cimento¹²⁵⁸.

Entre 1980 e 1983 os CPs contribuíram como $\frac{3}{4}$ de produção pesqueira do sector estatal do país e esperava-se que aumentasse para 50% em 1984¹²⁵⁹.

A relação entre os CPs e as águas interiores de Moçambique vem ao facto de estarem as águas interiores localizadas numa extensão de 20.000Km², onde se localizavam alguns dos CPs. Moçambique possui um dos maiores lagos e rios do sul de África. Os lagos abrangem 60 por cento do território, os rios 25 por cento e as planícies irrigadas 15 por cento. O Lago Niassa é o maior, estando dividido com o Malawi e a Tanzânia e cobre uma área de mais de 30.000Km², 6.500Km² dos quais aproximadamente 400Km de costa pertencem a Moçambique. O segundo maior lago é o da albufeira da barragem de Cahora Bassa com uma área de 2.700km² e uma costa de 1.000km. A importância das águas interiores na pesca pode testada pela publicação em 1960 do regulamento da piscicultura e pesca nas águas interiores da Província de Moçambique pelo regime do Estado Novo¹²⁶⁰. A nível do continente africano, entre 1950 e 1999 a pesca das águas interiores passou de 250.000 toneladas para 2.000.000 toneladas, e nos países da *Southern African Development Community* (SADC) de 168.000 toneladas em 1961, aumentou para 635.000 toneladas em 1997¹²⁶¹.

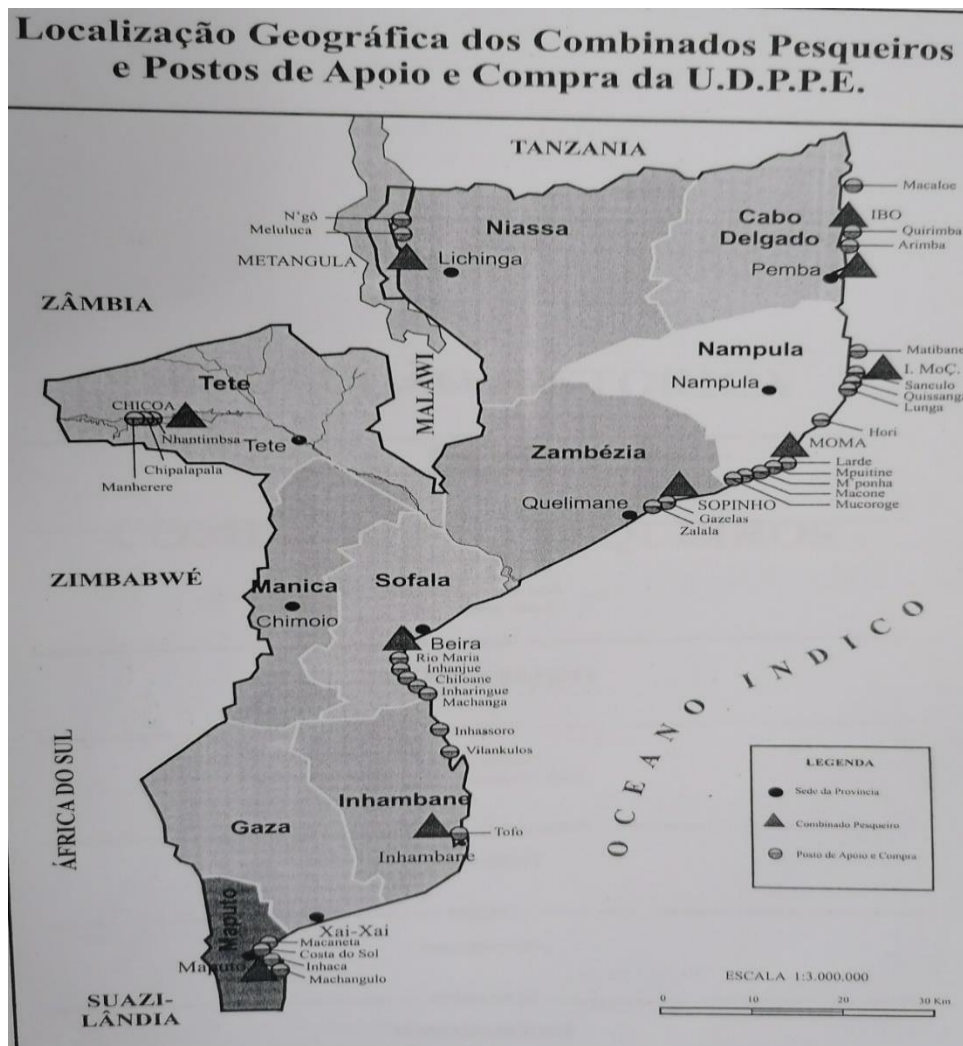
Mapa nº 6- Mapa dos Combinados Pesqueiros

¹²⁵⁸ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 70-72. Os mesmos autores chamam a atenção do facto de, para o mesmo ano, haver um relatório anual da UDPPE para 1985, que indica um outro número de barcos (94). Isto mostra que a frota tinha a tendência de reduzir em vez de aumentar o mesmo que acontecia com a força de trabalho empregue nos CPs.

¹²⁵⁹ Hermele, K., «O sector pesqueiro em Moçambique», p. 3.

¹²⁶⁰ «Estatutos da Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique». Lisboa: Orbis- Edições Ilustradas. 1966; Estatutos da Companhia de pesca de Moçambique SARL. Tip. Minerva Central. Lourenço Marques. 1947.

¹²⁶¹ As águas interiores em Moçambique estão numa extensão aproximada de 20.000km². Os lagos abrangem 60 % da extensão, os rios 25 % e as planícies irrigadas 15 %. O potencial de peixe nestas águas é de 15.000 toneladas de peixe *kapenta* na albufeira de Cabora Bassa, 5.000 toneladas para os peixes demersais e 22.000 toneladas de *utaka* do lago Niassa. Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 95.



Fonte: Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*.

Quanto ao tipo de atividades realizadas pelos CPs, Joaquim Russo de Sá referiu que,

...as atividades praticadas por cada CP variavam de região para região e em função da existência ou não de meios de frio para a conservação. Desta forma, havia CP que vendia mais peixe seco do que fresco ou congelado e outros que faziam o inverso. Outros ainda tinham, frota própria e faziam a pesca e outros eram apenas postos de compra e venda. As vendas eram de ambos os produtos (peixe fresco e seco) e as compras aos pescadores também. Alguns CP não tinham como principal receita a venda de peixe, mas sim da venda de insumos aos pescadores¹²⁶².

Em cada zona de influência os CPs deviam garantir a aquisição de toda a produção pesqueira a preços fixos; abastecer os pescadores em artes e aprestos de pesca a preços

¹²⁶² Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

tabelados; abastecer em géneros alimentícios de primeira necessidade (arroz, açúcar, óleo, sal, etc.); fornecer bens de incentivo que podiam ser em artigos diversos (sapatos, rádios, pilhas, petróleo, bicicletas, cigarros, vestuário, tecidos, utensílios diversos, etc.); garantir a prestação de serviços de manutenção dos equipamentos; garantir o fabrico de meios de produção; apoiar a construção de armazéns, barcos, secadores de peixe, etc.,¹²⁶³. Na mesma linha de argumento, Mário Six Pense, questionado sobre o funcionamento dos CPs, afirmou que os termos de troca entre os CPs e os pescadores, baseavam-se no fornecimento de alimentação em troca de aprestos e insumos de pesca fornecidos pelos CPs que eram registados numa caderneta. O pescador devia amortizar estes produtos quantificados em dinheiro pela entrega da sua produção: o pescado. Feitas as contas dos produtos consumidos e do pescado fornecido, ele recebia o valor remanescente em dinheiro. Porém, havia registo de muitos conflitos nos casos em que, por exemplo, um pescador recebia os produtos ao longo de algum tempo e depois de voltar da companhia de pesca desviava o seu barco para ir sair em outra zona onde vendia o seu pescado sem ter amortizado a sua dívida. Segundo o mesmo entrevistado, “Às vezes devia-se gastar tempo e combustível a tentar perseguir este pescador. Havendo situações que não se conseguia recuperar nada”¹²⁶⁴.

Os CPs sustentavam-se através de diversas fontes de produção tais como a produção própria, a recolha da fauna acompanhante, os Programas Especiais de Apoio à Pesca Artesanal (PEAPA) e a compra de pescado aos pescadores artesanais independentes ou associados em cooperativas de produção. Posteriormente os CPs canalizavam a produção à Pescom que era a empresa estatal responsável pela comercialização de pescado a nível nacional que, por sua vez, fazia a venda final. Depois da criação da Pescom Internacional em 1978 uma parte da produção era canalizada para esta empresa que passou a fazer a importação e exportação do pescado¹²⁶⁵. Através destas duas empresas estatais, os CPs transacionavam o pescado sendo que com a Empresa de Comercialização de Produtos Agrícolas (Agricom) trocavam o pescado por outros produtos fornecidos por esta empresa, os quais os CPs, usavam como bens de incentivo acelerando, desta forma, a entrada do pescado nos circuitos de comércio no campo e nas

¹²⁶³ Simões, F., «Pesca de pequena escala em Moçambique: possibilidades de desenvolvimento. Instituto de Investigação Pesqueira», p. 7-8.

¹²⁶⁴ Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

¹²⁶⁵ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7.

idades¹²⁶⁶. Estima-se que cerca de um por cento do total de todo o pescado comercializado, no período entre 1979 e 1989, tenha sido fornecido às zonas rurais pelos CPs. No entanto é provável que outras quantidades não estimadas tenham sido fornecidas aos outros circuitos por outros intermediários¹²⁶⁷.

Dentro de cada CP havia uma loja para a venda do pescado à população local ao mesmo tempo que vendia aprestos de pesca e outros bens de consumo. Os aprestos de pesca eram adquiridos por duas formas, nomeadamente a compra direta ou em crédito e o pagamento era feito em espécie, pescado. Estes aprestos eram fornecidos aos CPs por empresas estatais do sector tais como a Equipisca e a Navipesca, assim como de projetos de desenvolvimento e chegavam ao pescador a preços subsidiados pelo Estado¹²⁶⁸. Caba também ao CP realizar assistência técnica baseada na experimentação de algumas artes e técnicas de pesca usadas pelos pescadores. Na sua zona de ação os CPs motivavam os pescadores locais através da disponibilização de “bens de incentivo” para que produzissem mais excedente que deviam vender ao respetivo CP. Este era considerado como um mecanismo para conseguir aumentar o volume do pescado comercializado e reduzir as distorções de preços entre o mercado formal e o paralelo onde predominam os informais¹²⁶⁹.

Contudo, deve-se sublinhar que apenas uma pequena percentagem do peixe era vendida e comercializada através dos CPs, mesmo para os casos dos pescadores que colaboravam de forma regular com estes. “A prática seguida pela maior parte dos pescadores é a de entregar somente uma parte da sua captura a estes centros, o suficiente para poderem receber o apoio necessário em termos de equipamento de pesca, combustível e bens de consumo. O resto é vendido no mercado livre, ou pelo menos esta é a prática comum onde existe tal alternativa”¹²⁷⁰.

A estratégia por detrás da criação dos CPs estava inserida no contexto de uma economia centralizada onde o Estado procurava incentivar o aumento da produção e a melhoria do abastecimento interno através de estímulos aos produtores. A forma de verificação dos resultados era através de indicadores de rentabilidade económico-

¹²⁶⁶ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7.

¹²⁶⁷ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7.

¹²⁶⁸ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7.

¹²⁶⁹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7.

¹²⁷⁰ Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 77.

financeira a curto, médio e longo prazos¹²⁷¹. Segundo Namilué, para se atingir o aumento da produção foram traçadas as seguintes metas:

Aumentar a produção interna do pescado; facultar aos pescadores isolados dos principais centros urbanos o acesso aos bens de consumo, equipamento, materiais e aprestos de pesca; promover oportunidades de emprego, tendo em vista a absorção de grande parte dos excedentes de força de trabalho em situação de desemprego ou refúgio na zona costeira; integrar a atividade da pesca artesanal na economia nacional; reduzir as importações de pescado; melhorar o nível tecnológico da pesca de pequena escala em geral, através da introdução de meios e métodos de produção mais desenvolvidos; encorajar formas mais desenvolvidas de produção e comercialização do pescado proveniente deste subsector; elevar o conhecimento socio-económico das comunidades pesqueiras, com vista a melhor programar a intervenção do Estado¹²⁷².

Estas eram as metas que o programa político pretendia atingir, muitas das quais não refletiam os anseios dos pescadores, razão pela qual poucos pescadores aderiram para o seu alcance.

As Figuras nº 59 e 60 abaixo, mostram-nos as quantidades fornecidas nas zonas urbanas assim como a tendência crescente da produção do peixe entre 1979 e 1986, apesar de pequenas oscilações durante o período considerado. Algumas das razões do aumento da produção estavam, na sua fase inicial, relacionadas ao impulso facultado pelos incentivos dados aos pescadores artesanais e à pesca-semi-industrial assim como à contribuição de algumas empresas estatais e mistas recém-constituídas. É o caso da Mosopesca, Pescamar e Efripel que, a partir de 1985, foram orientadas pelo governo para complementar a sua produção com a captura de peixe para o consumo¹²⁷³. Porém, o crescente aumento de população, sobretudo nas zonas peri-urbanas e urbanas, não permitiu a satisfação da demanda associada com a rutura do fornecimento de outras fontes de proteínas no mercado tais como o leite, ovos, feijão e o amendoim¹²⁷⁴.

Por exemplo, entre 1973 e 1984 registou-se o decréscimo no fornecimento nas zonas urbanas dos seguintes produtos: (T- toneladas; L- litros), tal como consta da figura nº 59, a seguir.

Figura nº 59- Quantidades de produtos fornecidos nas zonas urbanas, 1973-1984

¹²⁷¹ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26.

¹²⁷² Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26–27.

¹²⁷³ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», 36–37.

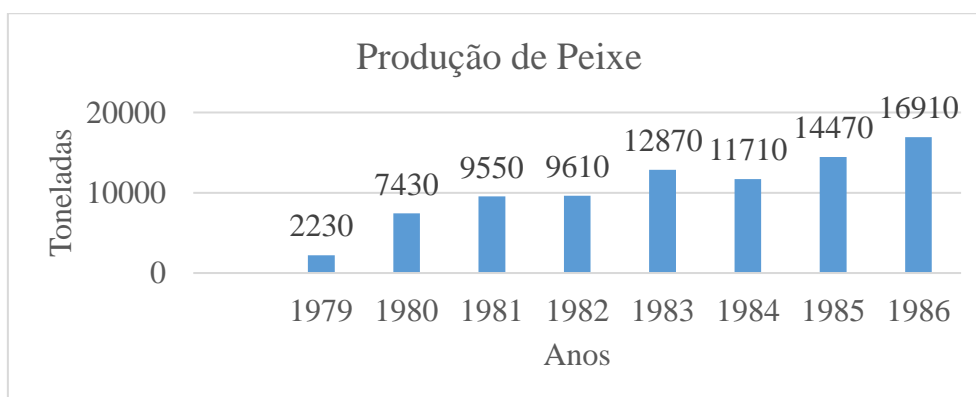
¹²⁷⁴ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26–27.

Ano	1973	1984
Carne bovina disponível	14.500 T	4.700 T
Carne suína	4.200 T	1.100 T
Carne frango	3.900 T	1.500 T
Feijão	19.700 T	3.500 T
Leite	13.000.000 L	4.500.000 L

Fonte: «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986, p. 1; Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p.30.

Entretanto, a produção de peixe pela frota industrial registou um decréscimo de 9.219 toneladas em 1974 para 3.574 toneladas em 1978¹²⁷⁵. No período seguinte, (1979-1986) os dados continuaram com a mesma tendência, e foram os seguintes:

Figura nº 60- Produção de peixe, 1979-1986



Fontes: «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986; «Informação Estatística 1987», Direção Nacional de Estatística, Maputo, 1988.

A produção de peixe pela pesca artesanal no período de 1986 a 1994 fornece os seguintes dados calculados em toneladas.

Figura nº 61- Produção de peixe pela pesca artesanal, 1986-1994

¹²⁷⁵ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 30.

Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Totais	13.338	10.653	5.108	5.811	8.767	5.544	3.835	3.839	3.362
Camarão	143	96	14	135	832	469	237	375	102
Peixe	13.195	10.557	5.093	5.676	7.436	4.900	3.447	3.300	3.205

Fonte: «Estatísticas de Pesca (1986-1994)», Ministério de Agricultura e Pescas, Maputo, 1995, p. 4.

Deste quadro da figura 61 podemos verificar que a pesca artesanal esteve mais envolvida na produção de peixe do que de camarão onde a pesca industrial era a mais ativa. Podemos verificar que a tendência de produção nestes anos considerados teve uma curva decrescente comparando com os primeiros dois e os últimos anos.

Ao nível da província de Sofala os dados indicam que a pesca artesanal no período entre 1986 e 1994 produziu:

Figura nº 62- Produção de camarão e peixe ao nível da província de Sofala, 1986-1994 (dados calculados em toneladas)

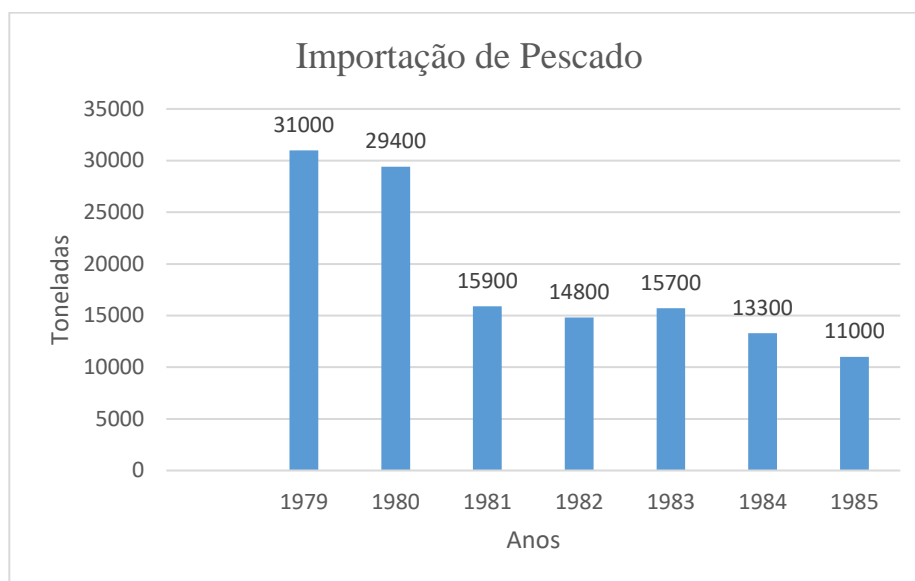
Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Camarão	2.721	2.864	2.433	1.970	2.448	2.844	3.105	3.149	3.176
Peixe	6.550	3.787	3.600	2.000	2.690	396	156	657	2.233

Fonte: «Estatísticas de Pesca (1986-1994)», Ministério de Agricultura e Pescas, Maputo, 1995, p. 8.

Em ritmo inverso a figura nº 62 demonstra a tendência para a redução das importações de pescado no mesmo período, em um esforço para reduzir a dependência externa na satisfação das necessidades de consumo interno. No entanto, deve se mencionar que esta tendência de redução das importações não foi apenas causada pelo aumento da produção, mas também à redução da capacidade de compra pela escassez de divisas que eram canalizados, preferencialmente, ao sector estatal agrícola e das despesas militares para fazer face a guerra civil em curso, nessa altura¹²⁷⁶.

¹²⁷⁶ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 40.

Figura nº 63- Importação de pescado, 1979-1985



Fontes: «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986; «Informação Estatística 1987», Direção Nacional de Estatística, Maputo, 1988.

Tal como se pode observar figura nº 63, a partir de 1981 começou a registar-se um decréscimo das importações de tal ponto que em 1983 era de cerca de metade das importações de 1979. Contudo, as razões podem ser diversas pois registava-se uma acentuada falta de divisas que preferencialmente eram canalizadas para o desenvolvimento das machambas estatais, tornando-se em uma das causas principais da crise económica do país neste período. Este sector recebeu cerca de 70% de investimentos na economia nacional até 1984. A sua base de funcionamento eram subsídios do Estado e empréstimos bancários que não tinham condições de pagar, tal como referimos acima¹²⁷⁷. Estas medidas económicas do governo não tardaram em destruir os esquemas de produção e consumo das comunidades rurais, onde estão os pescadores artesanais, levando à falência do seu sistema de reprodução social e económica¹²⁷⁸.

Ao nível de produção a pesca de pequena escala, onde estão a pesca artesanal e a semi-industrial, em conjunto no período de 1980 a 1983 registou um aumento de 757 toneladas para 1.722 toneladas. Este aumento foi favorecido pela distribuição e venda de materiais, aprestos de pesca e barcos, alguns dos quais movidos a motores. No entanto, a

¹²⁷⁷ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 128; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26-27; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476. Segundo Newitt, as unidades agro-pecuárias estatais receberam mais de 90% de todo o investimento agrícola durante os primeiros cinco anos depois da independência.

¹²⁷⁸ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 491.

partir de 1984 a produção inicia uma curva descendente pela degradação da frota dos CPs e falta de capacidade técnica para as reparações assim como falta de peças sobressalentes¹²⁷⁹.

Porém, o movimento de criação CPs e das cooperativas teve pouca adesão dos pescadores. Por exemplo, dos 43.971 pescadores registados em 1978, apenas 2.174 pescadores é que eram membros de cooperativas. Eram apontadas como razões desta fraca aderência a falta de apoios financeiro, logístico e outros, para a sustentação das atividades. Este facto, foi justificado pelo então Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, Joaquim Tenreiro de Almeida, entrevistado por Gomes, nos seguintes termos, "...a partir de 1980, não havia praticamente cooperativas, pois, os meios de produção eram os mesmos usados por outros pescadores artesanais e nós não tínhamos meios para este sub-setor...as cooperativas necessitariam por exemplo, de um barco maior, e nós não estávamos em condições de providenciar, por isso praticamente abandoamo-los à sua sorte"¹²⁸⁰. A obrigação de venda do seu pescado a preços fixos, o que não acontecia na pesca semi-industrial e industrial, foi considerado como outro problema da fraca adesão. Havia também problemas de gestão devido a inexperiência dos cooperativistas, pois não tinha havido uma formação prévia dos recursos humanos para este movimento¹²⁸¹. A associação destes fatores mostra a falta de uma estratégia adequada do Estado, o que foi reconhecido, em 1980, pelo então Secretário de Estado das Pescas¹²⁸². A organização das comunidades em cooperativas estava associada à necessidade de os pescadores viverem em aldeias comunais, abandonando parcial ou totalmente as parcelas de produção familiar e as formas de habitação tradicionais, alterando muitos aspetos históricos e culturais da sua vida, tal como mencionamos acima¹²⁸³.

O período imediatamente a seguir à independência teve também como consequência o aparecimento de milhares de desempregados que antes estavam integrados nos diversos setores de economia, então abandonados ou sabotados. Outros desempregados eram resultado da sua fuga das zonas do interior, onde começou a guerra civil, para a zona costeira. Por esta razão, um dos objetivos da criação dos CPs fora de

¹²⁷⁹ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 44.

¹²⁸⁰ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», 35.

¹²⁸¹ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», 35-36.

¹²⁸² Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», 35-36.

¹²⁸³ Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 92-94 e 105; Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 91-92.

promover oportunidades de emprego tendo em vista a absorção de grande parte dos excedentes de força de trabalho existentes. Neste quesito de empregabilidade, havia dois tipos distintos de emprego nos CPs: primeiro, aqueles que trabalhavam na frota e tinham um salário fixo, independentemente dos resultados da produção que na década de 1980 eram estimados entre 15 e 18.000 pescadores; segundo, o auto-emprego proveniente daqueles que eram membros de cooperativas de pesca, assim como os pescadores individuais que eram a maioria¹²⁸⁴. Esta maioria de pescadores individuais, relacionavam-se com os CPs através da venda da sua produção e recebiam em troca incentivos e apoios em materiais e aprestos de pesca. A figura nº 64 baixo dá exemplo da força de trabalho empregue na pesca artesanal.

Figura nº 64-Força de trabalho das empresas de Pesca de Pequena Escala em 1983

Empresas	Trabalhadores do Mar		Trabalhadores de Terra		Total de Nacionais	Total de Estrangeiros
	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Sulpesca	252	3	161 *(2)	8	413	11
Propesca	-	-	113	1	113	1
CP Beira	48	1	68	8	116	9
CP Moma	51	6	91 *(26)	9	142	15
CP Ibo	119	1	113 *(9)	3	232	4
CP Metangula	64	2	101 *(55)	2	165	4
Total	534	13	647 *(92)	31	181	44

Fonte: «Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique», Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, s/d, p. 7.

*número de trabalhadores eventuais

Por exemplo, um dos pescadores entrevistados por Gomes na praia do Costa do Sol, na cidade de Maputo, informou-lhe que, “eu tinha embarcação própria, entregava uma parte das minhas capturas ao CP designado de Sulpesca, e no ato da entrega eles pesavam, davam-me um recibo para que depois fosses receber dinheiro, porque por vezes

¹²⁸⁴ «Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala», Secretaria do Estado das Pescas, Maputo, 1990, p. 3-4.

acontecia não terem dinheiro. Se não quisessem dinheiro, recebia material de pesca”¹²⁸⁵. Estes pescadores tinham a possibilidades de canalizar a sua produção tanto na via oficial, nos CPs, assim como abasteciam o *mercado negro*, onde tinham melhores termos de troca¹²⁸⁶. Esta situação também se registou em Angola. Neste país, o preço oficial de venda do peixe fresco no circuito oficial estava avaliado em, por exemplo 1kg de peixe podia adquirir entre 3 e 4 kg de açúcar. O dinheiro obtido na venda da mesma quantidade de peixe, no circuito paralelo, o mesmo 1 kg podia adquirir no mesmo local, 30kg do mesmo açúcar¹²⁸⁷.

Os CPs desenvolveram-se no período da guerra civil que iniciou logo após a independência em 1976, e só terminou com a assinatura dos Acordos de Paz de Roma (AGP) em 1992, por isso que uma das metas atribuídas aos CPs, indicava a necessidade de absorver os pescadores em refúgio na zona costeira. Segundo Hendrix e Glaser, ao analisar 123 países de diferentes continentes que passaram pela guerra civil entre 1952 e 2004, concluíram que nos locais onde a guerra civil tenha matado mais de 1.000 pessoas, registou-se um decréscimo das capturas do pescado em mais de 16% em relação ao período anterior. No entanto, a variação de capturas do pescado é distinta de acordo com as áreas de pesca: águas interiores e na zona costeira. Estes efeitos negativos dificilmente são superados para os níveis anteriores. Segundo estes autores, as análises dos episódios de conflitos armados indicam que a intensidade do conflito, medido pelas mortes em batalha, afeta negativamente a pesca, enquanto o deslocamento da população e a proximidade do conflito com a costa, não¹²⁸⁸. No entanto, eles realçam a importância da pesca nos últimos 50 anos para a alimentação e aumento de renda nas regiões assoladas por guerras civis ao nível global¹²⁸⁹. Porém, Pitcher defende que a guerra civil em Moçambique não afetou a pesca na costa, possivelmente porque a Renamo não tinha barcos ou as forças da Frelimo protegiam relativamente melhor as zonas costeiras¹²⁹⁰.

¹²⁸⁵ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 32.

¹²⁸⁶ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 53.

¹²⁸⁷ Carvalho, R. D. de, *Ana a Manda. Os filhos da rede identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda*, p. 103.

¹²⁸⁸ Hendrix, Cullen S. e Glaser, Sarah M., «Civil conflict and world fisheries, 1952–2004», *Journal of Peace Research*, vol.48, nº4, 2011, p. 481-495.

¹²⁸⁹ Hendrix, C.S. e Glaser, S.M., «Civil conflict and world fisheries, 1952–2004», p. 481-495.

¹²⁹⁰ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 104.

A ação dos Combinado Pesqueiros (CPs), onde estava enquadrada a pesca artesanal, estavam equiparadas às atividades da Empresa de Comercialização de Produtos Agrícolas (Agricom) onde estavam os camponeses. Esperava-se que estas duas empresas pertencentes ao Estado e atuando nas zonas rurais, estimulassem os termos de troca entre os pescadores e os camponeses. Nestas trocas, o peixe seco era o principal produto das trocas e estava mais valorizado em comparação com os produtos agrícolas, situação que se verifica mesmo nos dias atuais. Para os cálculos estatísticos usava-se a proporção de 3kg de peixe fresco para 1kg de peixe seco. O peixe salgado era particularmente apreciado nas zonas do interior, por um lado por ser de fácil conservação nos locais sem condições de obtenção de gelo ou frigoríficos e, por outro, por ser uma fonte para a aquisição do sal que escasseia nessas zonas¹²⁹¹.

A importância do peixe seco salgado também é evidenciada em outras regiões do continente africano, quando é documentado que um administrador de uma companhia europeia no Congo, pagava com peixe seco salgado aos africanos, nos seguintes termos em tradução livre:

No fundo, um polícia e outro mensageiro tentam apanhar um trabalhador fugitivo. À direita, um agente da empresa – distinguível do administrador por sua vestimenta branca – distribui rações de makayabu (peixe salgado). Ele provavelmente está acompanhado por um funcionário da África Ocidental, que é reconhecível por sua tanga listrada e blazer preto¹²⁹².

Por exemplo, 1kg de peixe seco era trocado por 5kg de mapira (*sorghum bicolor*), 7kg de milho ou, ainda, por 8kg de mandioca. Em 1986 foram transacionados através dos CPs cerca de 90 toneladas de peixe seco neste sistema¹²⁹³. No entanto, deve se perceber que por exemplo, em 3kg de cereais pode se obter apenas 1 kg de farinha processada, pois há uma quantidade de desperdício considerável enquanto uma menor quantidade (1kg) de peixe seco pode alimentar uma família por vários dias¹²⁹⁴. Em geral, o peixe seco deve ter um preço cerca de 4 vezes mais alto que o peixe fresco devido às diferenças no conteúdo

¹²⁹¹ Menezes, A. M., «The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery», p. 23.

¹²⁹² Henriët, Benoît. *Colonial Impotence: Virtue and Violence in a Congolese Concession (1911–1940)*, De Gruyter Oldenbourg, Berlin, Boston, 2021, p. 99.

¹²⁹³ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p.55–56.

¹²⁹⁴ Cássimo Marujo, Funcionário das pescas desde 1976. Foi chefe do Posto de Apoio e Compras-PAC, na Ilha da Inhaca; Delegado do IDPPE em Nampula; Delegado do IDPPE na Zambézia; Primeiro Coordenador do Projeto Museu das Pescas; Atualmente Curador chefe do Museu das Pescas. Entrevista, Local-Maputo, dia 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

de água¹²⁹⁵. A figura nº 65 a seguir, ilustra uma das formas de processamento de peixe seco em fardos para ser transportado para diversos locais.

Figura nº 65- Foto mostrando fardos de peixe seco processado para comercialização



Fonte: Plano de Maneio do Parque Nacional de Mágoe, 2016-2026

Este fenómeno de haver maior valorização do peixe seco, em parte, começou a ser notado entre 1982 e 1984 quando se agudizou a seca e a consequente falta de produtos agrícolas. Como resultado, aumentou a procura por peixe seco para trocar com produtos agrícola, pois, a posse de dinheiro não garantia adquirir nenhum produto de primeira necessidade. Assim, aumenta o número de comerciantes a tal ponto que, a exemplo do que aconteceu na ilha do Ibo, em Cabo Delgado, “...obrigou a Direção Provincial das Finanças a indeferir muitos pedidos de licença de comerciantes. Todos queriam ter peixe seco para poder ter acesso a escassos produtos agrícolas e outros de primeira necessidade”¹²⁹⁶. Aliado a este problema, esteve a guerra civil que tornava difícil a circulação devido à insegurança e a destruição das estradas e pontes, dificultando as ligações entre as zonas de produção agrícola com os centros urbanos.

Este facto, pode estar associada ao nível de segurança alimentar que caracteriza e diferencia entre um pescador e um agricultor/camponês. Segundo Josefa Manganhe, numa afirmação também compartilhada por outros pescadores entrevistados na ilha de Chiloane, comparando um agricultor/camponês e um pescador artesanal quem está mais vulnerável à fome é o agricultor/camponês. Cita como exemplo o facto de, desde a década de 1990 ter-se registado muita seca e o agricultor/camponês é que passava fome e

¹²⁹⁵ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 98.

¹²⁹⁶ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 56.

necessitava de ajuda do governo. Entretanto, o pescador sempre conseguia pelo menos algum peixe ou crustáceos para cozinhar e alimentar a sua família. Em geral, este pescador tem também a sua mulher que possui uma pequena machamba, nem que seja ao redor da sua casa, que também ajuda na alimentação. “No mar nunca acabam na totalidade os recursos. Só baixam os rendimentos”, concluiu¹²⁹⁷.

O pescador artesanal tinha dois caminhos para comercializar a sua produção: a venda aos CPs em troca dos incentivos referidos ou a venda nos circuitos do mercado informal, mercado negro ou *candongas* que era considerada ilegal¹²⁹⁸. Os CPs, tal como referimos acima, celebravam acordos com a Agricom para a viabilizar as trocas dos produtos de cada um dos sectores. Assim os CPs forneciam peixe seco (salgado/fumado) para o interior e, em troca, recebiam produtos agrícolas e mesmo leite e vice-versa¹²⁹⁹.

Durante a década de 1979-1989 os CPs alcançaram a produção de 39.3 mil toneladas em todo o país, das quais 27.9 mil toneladas (71%) provinham dos pescadores artesanais independentes, enquanto a produção das equipas dos CPs foi de 9.1 mil toneladas (23%). A tendência da produção entre 1979 e 1987 foi crescente tendo atingido o auge em 1986 com 9.6 mil toneladas¹³⁰⁰. Estiveram diretamente vinculados como assalariados nas unidades de produção dos CPs cerca de 18.600 indivíduos e 80.000 conseguiram o auto-emprego através dos investimentos e incentivos que recebiam¹³⁰¹. No que concerne a produção e produtividade, Simões realça que os CPs eram caracterizados por baixa taxa de utilização dos meios de produção e um número demasiado grande de trabalhadores em cada brigada de trabalho. A sua frota não estava equipada para ser polivalente de modo a acompanhar a sazonalidade dos recursos. Dando como exemplo o

¹²⁹⁷ Josefa Manganhe, Pescador, dono de embarcações de pesca e líder do Conselho Comunitário de Pesca da Matola. Entrevista, Local-Matola, dia 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017.

¹²⁹⁸ Candonga é um termo usado na zona sul do país para designar mercado negro. O termo também é usado em Portugal com o mesmo significado. Terá origem castelhana ou mais provavelmente do quimbundo de Angola.

¹²⁹⁹ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 54.

¹³⁰⁰ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 33-34 e 61; Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 104.

¹³⁰¹ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 33-34 e 61; Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 108. De acordo com este autor, não existem dados precisos para o cálculo da contribuição da pesca artesanal, por isso são usados mais estimativas sendo apenas os dados anteriores a 1974 os mais aproximados da realidade. Em 1981 foi feita a estimativa de 22.000 toneladas das quais mais de 18.000 foram registadas como capturas de pescadores artesanais.

CP da ilha de Inhaca, Simões observa que os trabalhadores só trabalhavam um número reduzido de horas, mesmo com bom tempo, porque apenas queriam cumprir com o horário estabelecido. Em momentos que havia escassez de gelo ou atraso na entrega de produtos de consumo para uma companhia de 4 a 5 dias, os pescadores não embarcavam para a faina no mar e nem compensavam esses dias que não iam pescar. Adicionalmente, não programavam atividades de pesca noturna¹³⁰². Esta situação de pouca entrega ao trabalho desde que tivesse garantia do salário era generalizada em vários sectores do Estado assim como nas empresas estatais.

No período entre 1986 e 1989 começaram a registar-se problemas no relacionamento entre os Combinados Pesqueiros e pescadores artesanais. Estes problemas refletiram-se na curva descendente da produção entregue pelos pescadores aos CPs. São apontadas como razões para o declínio dos CPs o início do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, que se traduziu na flutuação dos preços do mercado que começavam a deixar de ser fixado centralmente pelo Estado. No entanto, Capaina aponta que entre 1984 e 1990 começaram a registar-se sinais de decréscimo no movimento de criação de CPs, os últimos foram criados em 1984 (CPs de Sopinho e de Pemba). Aponta como possíveis razões as mudanças políticas económicas e administrativas que marcaram este período que levaram à suspensão da atividade de produção dos CPs que passaram a concentrar-se na comercialização; a liberalização dos preços e mercados do pescado; a reorientação na programação e coordenação dos projetos através da cooperação internacional; o apoio à iniciativa privada e a redução das despesas com os PACs¹³⁰³.

Por exemplo, consta da figura nº 66 que, entre 1980 e 1985 a frota de barco e o número de trabalhadores eram os seguintes:

Figura nº 66- Frota de barcos e número de trabalhadores

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Barcos	21	40	93	103	92	93
Força de trabalho	349	801	941	1033	988	942

¹³⁰² Simões, F., «Pesca de pequena escala em Moçambique: possibilidades de desenvolvimento. Instituto de Investigação Pesqueira», p. 2.

¹³⁰³ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7.

Fonte: Krantz, *et all.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988, p. 72.

Segundo estes dados, o ano de 1983 é que regista o maior número da frota, assim como de mão-de-obra seguindo-se um período de decréscimo. O mesmo fenómeno verifica-se na produção que atingiu no mesmo ano (1983) as 1.716 toneladas que depois caíram para 1.042 em 1985. Os barcos registaram uma baixa operacionalidade de tal modo que em 1985 a frota registou a redução de 199 toneladas em relação a 1984. O número total de dias de pesca da frota, no mesmo ano de 1985, tinha sido planificado para ser executado em 8.116 dias de pesca, mas somente trabalharam 4.747 dias, quase metade. Estes eram alguns dos sinais das dificuldades enfrentadas pelos CPs por um lado, devido aos problemas dos equipamentos que não conseguiam fazer a manutenção e assistência técnica e, por outro, a redução da mão-de-obra uns, porque se tornavam proprietários ou arrendatários de barcos e deixavam os CPs outros, talvez por questões de desmotivação¹³⁰⁴.

Segundo Krantz *et all.*, “desde 1984 até hoje tem havido decréscimo gradual nas descargas dos CPs o que, se não totalmente, pelo menos em parte, é explicada pela redução da sua própria frota de pesca. Provavelmente o mais importante é a baixa de operacionalidade dos barcos pesqueiros devido a avarias, falta de sobressalentes, combustível, etc. que só atingiu 50% ou mesmo menos durante estes anos”¹³⁰⁵.

Ao nível da pesca artesanal assiste-se a tomadas de medidas que visavam o alcance de equilíbrio financeiro e de rentabilidade dos CPs; introdução de instrumentos de competitividade nas transações entre os CPs e as empresas estatais; redução dos subsídios às empresas estatais; reestruturação e desintegração da UDPPE e criação da Sociedade de Fomento Pesqueiro (SFP) em 1989; constituição de sociedades gestoras com capitais públicos; manutenção do papel dos CPs em relação à pesca de pequena escala¹³⁰⁶. O Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP) tinha sido criado com o objetivo de reforçar a política de autonomia financeira das estruturas do Estado no financiamento aos investimentos públicos e privados. Para a pesca de pequena escala o FFP concedia financiamentos a fundo perdido e empréstimos sem cobrança de juros aos CPs, à

¹³⁰⁴ Krantz *et all.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 71-72.

¹³⁰⁵ Krantz *et all.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 72.

¹³⁰⁶ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 7, sobre o ano da criação da SFP outras fontes indicam o ano de 1987.

Sociedade de Fomento Pesqueiro (SFP) assim como crédito direto aos pescadores e outros operadores privados do sector¹³⁰⁷.

A partir da SFP o Estado deixou de fazer a gestão direta das unidades económicas estatais das pescas que passaram para a alçada desta instituição. Esta medida, tinha como finalidade criar capacidade de gestão do subsector da pesca artesanal e de promover a autonomia financeira dos CPs. Desta forma, os CPs passaram a depender da SFP, facto que ocorreu apenas em 1994 quando, por despacho da Secretaria do Estado das Pescas (SEP), o património dos CPs passou legalmente a estar integrado no SFP e esta, devia proceder ao registo de propriedade em seu nome e assumir todos os direitos e obrigações dos respetivos CPs¹³⁰⁸.

Em 1989 foi extinta a UDPPE, constituído no contexto do início das privatizações dos CPs e criada a IDPPE. Era missão do IDPPE definir políticas, conceber e executar atividades que permitissem o desenvolvimento da pesca de pequena escala através da formação e da extensão. Para isso devia praticar ações que possibilitassem o crescimento da pesca artesanal, quanto à produção e administração pública que contribuíssem para a melhoria das condições de vida e de trabalho das comunidades pesqueiras. Como resultado, esperava-se o aumento da produção nacional de alimentos, aliviando a fome e a pobreza principalmente nas zonas rurais¹³⁰⁹.

Ainda no âmbito do processo da reestruturação das instituições do Estado que geriam o sector das pescas, iremos observar a partir da década de 1990, depois da assinatura dos Acordos de Paz de Roma em 1992, à extinção Secretaria do Estado das Pescas em 1994 e a criação da Direção Nacional das Pescas (DNP) que herdou parte das atribuições da extinta SEP e, paralelamente foi criado o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP). Este ministério, passou a subordinar todas as instituições do sector antes sob alçada da Secretaria de Estado das Pescas (SEP). Em 1999, depois das segundas eleições gerais multipartidárias, teremos a criação do Ministério das Pescas (MP)¹³¹⁰.

Quanto à questão dos preços do pescado, em 1987 a Comissão Nacional de Salários e Preços, fixou uma tabela de preços de pescado seco. A finalidade desta tabela

¹³⁰⁷ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 8; «Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala», *Secretaria do Estado das Pescas*, p. 17.

¹³⁰⁸ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 8.

¹³⁰⁹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 8.

¹³¹⁰ Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, «Pesca Artesanal», Maputo, 2000, p. 2; «Criação do Ministério das Pescas», Decreto 01/2000 de 17 de Janeiro, art.2, In: *Boletim da República*, 2º Suplemento, 1ª série, nº 2.

era o reajustamento dos preços do pescado que eram referidos, no nº 31 da Resolução nº 1/85 de 11 de Maio, integradas no quadro das medidas do Programa de Reabilitação Económica. Na nova tabela de preços de pescado seco, a Comissão Nacional de Salários e Preços determinava que a fixação dos preços do peixe fresco e do peixe seco era da competência dos Governos Provinciais, dentro dos limites indicados no nº 2, com a exceção das cidades de Maputo e Beira, onde seriam fixados pela própria Comissão Nacional de Salários e Preços de acordo com a tabela abaixo indicada¹³¹¹.

Figura nº 67- Tabela de fixação de Preço de pescado seco (1987) -Unidade: Metical/Kg

Preço de venda	Peixe de 1ª		Peixe de 2ª		Peixe de 3ª	
	Max	Min	Max	Min	Max	Min
Do produtor	410,00	245,00	205,00	123,00	105,00	63,00
Ao público	620,00	372,00	310,00	186,00	160,00	96,00

Fonte: Resolução da Comissão Nacional de Salários e Preços, aprovada a 25 de Fevereiro de 1987.

Como podemos observar através desta tabela constante na figura nº 67, os preços eram fixados pelo Estado, sendo estes preços que deviam ser praticados pelos CPs. A sua vigência suscitava, muitas vezes, desacordos entre as partes envolvidas nestas trocas. Por exemplo, Mário Six Pence relata que havia sempre a tendência do desvio de produção pesqueira dos pescadores artesanais para vender nos vendedores informais, devido aos baixos preços pagos pelos CPs, que não eram revistos em consonância com os preços do mercado. Os pescadores consideravam o comprador ambulante como uma espécie de “tábua de salvação” dos pescadores artesanais. O que os prendia aos CPs era apenas a aquisição de produtos que, na altura, não estavam disponíveis no mercado devido à política de racionamento dos produtos de primeira necessidade em parte causada pela crise económica e pela guerra civil¹³¹². Por sua vez, os CPs compravam a produção do

¹³¹¹ Comissão Nacional de Salários e Preços. Resolução nº 1/87 de 25 de Fevereiro. In: Boletim da República, I Série, nº 8.

¹³¹² Mário Six Pence, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018; Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

pescador artesanal que depois faziam a sua distribuição por diversas instituições tais como hospitais, centros internatos, cadeias, centros de reeducação, quartéis, entre outros, assim como à Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros (Pescom E.E.), que depois fazia a venda e distribuição ao consumidor final, tal como mencionamos acima¹³¹³.

No entanto, neste processo de venda de pescado segundo Gomes, havia uma espécie de “chantagem” para o pescador ter acesso aos aprestos de pesca fornecidos pelos CPs. O pescador era obrigado a vender toda a sua produção ao preço fixo estipulado para estar qualificado a receber os incentivos a tal ponto que alguns dos pescadores entrevistados por ele, afirmaram que, “o seu desânimo surgia quando voltavam da pesca e se dirigiam aos CPs porque lá eram obrigados a entregar toda a produção, se quisessem ter o apoio em materiais e aprestos de pesca”¹³¹⁴. Entretanto, Gonçalves, também entrevistado por ele, afirmava que os pescadores não eram obrigados, mas tinham necessidade daquilo que o CP fornecia que não estava disponível no mercado. “Todavia, havia muitos outros pescadores que não passavam pelos CPs e vendiam a sua produção no mercado paralelo e ganhavam mais, enquanto também tinham acesso aos materiais vendidos pelos CPs”, afirmou ele¹³¹⁵.

No entanto, nem sempre as recomendações oficiais dos preços tabelados eram seguidas. Por exemplo, poucos CPs seguiram a diferença estabelecida pelo Estado que devia ser de 20 a 25% no preço do peixe entre produtores e consumidores. Denotou-se uma grande variação de preços entre os diferentes CPs como é o caso do CP da Ilha de Moçambique, que tinha uma variação do preço de cerca de 10%, enquanto o CP de Sopinho aplicava uma variação do preço em 80%. O preço pago aos pescadores individuais variou entre um mínimo de 40Mt/kg de peixe de primeira em Sopinho e Chicoa, até 117,50MT/kg do mesmo tipo de peixe na Ilha de Moçambique¹³¹⁶. Este problema era extensivo até à pesca industrial, no caso do exemplo das empresas estatais Emopesca e Mosopesca, que reclamavam o facto de serem obrigadas a venderem a sua produção à Pescom Internacional que depois detinha os lucros. Eis o que diz o texto

¹³¹³ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 41-42. Em 1978 foi criada a Pescom/Internacional que passou a realizar as tarefas de importação e exportação antes realizadas pela Pescom.

¹³¹⁴ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 33-34.

¹³¹⁵ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 33-34.

¹³¹⁶ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 77.

“...veja-se que a Emopesca vendia à Pescom Internacional uma caixa de camarão a 100 Mt, que por sua vez revendia por 3 vezes mais o valor pago. Isso criava uma certa insatisfação, pois, os produtores eram obrigados a vender por um preço fixo e a Pescom vendia ao preço do mercado”¹³¹⁷.

Hermele enfatiza os problemas dos preços que considera que funcionavam como um desincentivo à produção de peixe. Esclarece que o objetivo de fixação de preços pelo governo visava fornecer à população peixe subsidiado. Contudo este subsídio não era pago diretamente aos próprios pescadores. Identificava outro problema na estrutura da comercialização de produtos de exportação onde o pescador ganhava apenas metade daquilo que as empresas estatais ganhavam, em especial a Pescom que chegava a ganhar duas vezes mais aquilo que pagava e, em divisas¹³¹⁸.

A implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), foi antecedido pela abertura política desencadeada pelo IV Congresso da Frelimo realizado em Abril de 1983, que permitiu a assinatura de um Código de Investimento Privado em 1984 com vista a atrair fundos privados ao país, seguido pelo levantamento do controle dos preços e dos salários em Maio de 1985¹³¹⁹. Com esta liberalização gradual dos preços, os pescadores procuravam cada vez mais obter vantagens na venda da sua produção em outros circuitos¹³²⁰.

A liberalização dos preços iniciada no âmbito do Programa de Reabilitação Económica (PRE), trouxe também limitações financeiras aos CPs que passaram a enfrentar problemas de aprovisionamento. Neste sentido, Manuel Luís Gonçalves destaca que nas décadas de 1980 e 1990 a pesca artesanal sofreu problemas fundamentais, designadamente a guerra civil e as decisões emanadas pelo Programa de Reabilitação Económica (PRE). A adoção do PRE afetou de forma particular a pesca artesanal a partir dos efeitos da desvalorização do metical, moeda nacional, liberalização geral dos preços, medidas financeiras restritivas, subida de taxas de juros, aumento dos preços dos insumos de pesca, assim como tornou difícil o processo de atracção da produção dos pescadores artesanais para continuarem a trocar a sua produção por incentivos. Estas medidas afetaram negativamente a pesca artesanal que estava virada ao mercado interno, enquanto

¹³¹⁷ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 50.

¹³¹⁸ Hermele, K., «O sector pesqueiro em Moçambique», p. 13.

¹³¹⁹ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 484.

¹³²⁰ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 39-40.

a pesca industrial que estava voltada ao mercado externo, viu as suas receitas ajustadas por comparação com a subida dos custos¹³²¹.

Estes fenómenos provocaram alterações profundas na vida das comunidades pesqueiras ao perderem o poder de compra com a desvalorização da moeda, que teve como consequência o aumento dos preços dos aprestos de pesca a tal ponto que, em 5 anos subiram, em média, 10 vezes mais que o preço do pescado. Por sua vez, o preço do pescado ia apodrecendo por falta de distribuição, devido a dificuldades de vária ordem. Portanto, os problemas dos baixos preços devidos à sua fixação pelo Estado, devem também ser relacionados à questão de dificuldade em obter bens de consumo, materiais e aprestos de pesca que necessitavam e do acesso a divisas. Por isso que a opção em sair dos circuitos oficiais de venda do pescado, era relevante para os pescadores. "...o desvio ao circuito oficial de venda não era somente uma resposta ao sistema de preços fixos, mas sim, uma oposição ao demasiado intervencionismo por parte do Estado, portanto, uma oposição ao modelo económico vigente..."¹³²².

Ao mesmo tempo, iam se notando problemas à montante da cadeia de valor que alimentava a logística da produção dos insumos e aprestos de pesca, que não conseguiram fornecer aos produtores, os pescadores. Neste caso específico, referimo-nos as empresas de assistência técnica e de produção de meios de produção que deixaram de produzir para suprir as necessidades dos pescadores. Estes, por sua vez, à jusante, deixaram de ter onde colocar os seus produtos que, devido às precárias condições de conservação deterioravam-se, criando prejuízos. Como consequência, a atividade da pesca deixou de ser sustentável e passaram a necessitar de apoios do Estado para recuperar as suas atividades¹³²³.

As dificuldades de tesouraria dos CPs implicavam a multiplicação de dívidas para com os produtores, acentuando a falta de confiança com estes. A competição pela melhor oferta do mercado, foi dando cada vez mais alternativas aos pescadores as quais os CPs não estavam preparados para dar. Nesta altura, muitos produtos já podiam ser encontrados no mercado liberalizado¹³²⁴. No final da guerra civil, em 1992, começaram a aparecer na

¹³²¹ Secretaria do Estado das Pescas, «Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala», p. 3.

¹³²² Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 51.

¹³²³ Jerónimo Lopes, antigo funcionário das pescas onde exerceu funções de técnico de crédito, delegado do Fundo de Fomento Pesqueiro, chefe de departamento, entre outras funções de direção. Entrevista, Local-Maputo, dia 8 de Outubro de 2020.

¹³²⁴ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 42.

região centro pessoas vindas das cidades de Inhambane, Gaza e Maputo a procura de pescado. Estavam dispostas a pagar o preço mais alto em relação aos CPs, para obterem o pescado e voltarem rapidamente às suas cidades. A única desvantagem era de que apenas absorviam poucas quantidades e os pescadores eram depois obrigados a vender o restante produto aos CPs que compravam em maiores quantidades¹³²⁵.

Em 1989, os CPs tinham um saldo global negativo devido a concessão de empréstimos sociais a entidades oficiais, assim como aos pescadores e pequenos comerciantes, para além da prática de entrega do pescado a crédito aos trabalhadores, que depois não honravam o compromisso de pagamento. O valor desse saldo negativo foi avaliado em US\$2.9 milhões de dólares americanos nesse período. Em 1984 o défice era de 37.2 milhões de meticais, com a receita cobrindo apenas 75% dos custos. No final de 1985 foi reduzindo o défice para 18.2 milhões com a receitas próprias a cobrir 91% dos gastos¹³²⁶. Outro agravante da crise foi o recrudescimento da guerra civil na região centro, onde alguns armazéns foram saqueados e queimados e vias de acesso ficaram intransitáveis, tornando cada vez mais difícil o processo de comercialização entre a costa e o interior¹³²⁷. Outros problemas dos CPs foram a redução dos índices de produção, como resultado das avarias dos equipamentos e falta de assistência técnica e de sobressalentes para a reparação das embarcações, assim como a falta de formação dos recursos humanos para operar estas embarcações¹³²⁸.

Associa-se a estes problemas a falta de assistência técnica para permitir aos pescadores fazerem o uso total dos equipamentos recebidos. Por exemplo, na década de 1980 Moçambique tinha importado cerca de 700 motores fora de bordo dos quais cerca de 50% estavam inoperacionais, devido à falta de reparação e manutenção. Registavam-se também problemas de instalação de equipamentos em terra tais como fábricas de gelo, câmaras de frio, geradores, entre outros, por falta de recursos humanos com capacidade técnica para o efeito¹³²⁹.

¹³²⁵ Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

¹³²⁶ Krantz *et al*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 79.

¹³²⁷ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 38 e 66-67. Este autor, acrescenta que houve saldo negativo ao longo de todos os anos para os quais dispunha de informação.

¹³²⁸ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», 34.

¹³²⁹ Krantz *et al*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 5.

O processo de privatização dos CPs, tal como a sua criação, foi gradual de tal forma que Joaquim Russo de Sá defende que a orientação para privatizar tinha pressupostos e não era uma obrigação. “Não se deve confundir privatização de empresa com a venda de meios e equipamentos que eram utilizados (como se de uma empresa pertencessem), a privados”¹³³⁰. Por exemplo, na ilha de Chiloane havia um grande centro de apoio à pesca que servia de centro de abrigo. Era designada de zona 3 na administração marítima que abrangia a zona desde o sul da Beira até Machanga. Neste local atracavam também barcos semi-industriais de até 20 metros de comprimento, que capturavam camarão e conservavam a gelo. Faziam o desembarque da fauna acompanhante que forneciam aos pescadores locais, que depois procediam ao seu processamento em seco e depois colocado na Beira e outros locais. Estavam instaladas algumas câmaras frigoríficas e muitos secadores de peixe usados no processamento de peixe seco, pertencentes a vários armadores. Devido a esta diversidade de funções e equipamentos “não houve uma única pessoa específica que ficou com todos os serviços”¹³³¹. No sentido do tal processo gradual de privatizações dos CPs, Mário Six Pense, informa que os CP de Nova Mambone (Govuro) e de Morrumbene foram criados em 1993 e foram privatizados em 1995, ano que vai muito além do lançamento do PRE¹³³².

Por seu turno, Jamilo Amade, questionado sobre as razões da falência dos CPs apontou as seguintes razões:

Primeiro, deficiente planificação e gestão do processo administrativo a tal ponto que dependiam totalmente do pescador. Exemplo, nas situações em que um pescador recebia os produtos e depois não fazia a entrega da sua pesca não havia nenhuma forma de recuperar esse investimento. Os pescadores não estavam organizados em associações como agora, por isso era fácil mudar de local e não se conseguir seguir. Não havia nenhum contrato escrito ou registo para este tipo de relação. Não havia compromisso e responsabilização como agora fazem os bancos privados por exemplo, que antes de fornecer o empréstimo localizam a sua casa e os bens que podem servir de penhora caso não venha a pagar a dívida.

Segundo, foi a tendência de fuga dos pescadores ao controlo das vendas que deviam fazer no CP devido a imposição de preço relativamente baixo em relação ao mercado. Os insumos e aprestos de pesca iam subindo de valor no mercado, mas o preço de compra

¹³³⁰ Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

¹³³¹ Lúcia Abiba Bernardo Massalana, funcionária das pescas desde 1987, onde assumiu diversos cargos de direção entre as quais de Diretora Nacional de Administração Pesqueira. Na atualidade assessora do Ministro do Mar Águas interiores e Pescas para a área de Administração Pesqueira e Gestão das Pescarias e para o Desenvolvimento Institucional. Entrevista, Local-Maputo, dia 3 de Setembro de 2020.

¹³³² Mário Six Pense, antigo gestor do Combinado Pesqueiro de Govuro e chefe dos Recursos Humanos do CP de Vilanculo em 1994. Entrevista, Local-Govuro, dia 18 de Dezembro de 2018.

imposto no CP não alterava o que encorajava essa fuga. À medida que o preço do petróleo subia a cadeia dos preços dos insumos também subia, mas o preço de compra do peixe no CP mantinha-se. Até hoje com a liberalização e o fim dos CPs essa tendência ainda se mantém¹³³³.

Manuel Luís Gonçalves aponta o ano de 1986 como o ano do início gradual da privatização dos CPs, primeiro como consequência do PRE seguido, em 1991, com a publicação da Lei de Privatização, Decreto-Lei 15/91, de 3 de Agosto, que estabelecia as normas sobre a reestruturação, transformação, e redimensionamento do sector empresarial do Estado, incluindo a privatização e alienação a título oneroso de empresas, estabelecimentos, instalações e participações sociais de propriedade do Estado. No entanto, é preciso considerar que a privatização dos CPs teve como consequência imediata a diminuição dos apoios do Estado aos pescadores artesanais¹³³⁴. No entanto, devemos anotar que de acordo com um estudo do Banco Mundial, 92% das empresas antes nacionalizadas e que depois foram privatizadas a partir de 1996, tinham sido vendidas a cidadãos e empresas moçambicanas¹³³⁵.

A adoção do PRE e o conseqüente processo de privatizações das empresas estatais (EE) que se seguiu, foi um processo que abalou o sector da Pesca de Pequena Escala (PPE) ou pesca artesanal. Na análise deste processo Manuel Luís Gonçalves teceu as seguintes considerações para caracterizar este período:

O país não dispunha de um empresariado competente, tarimbado e capitalizado... o país não dispunha de empresários. Ao contrário, para o caso do camarão do banco de Sofala, as sociedades mistas então constituídas (Pescamar, Efripel e Crustamoz), que detinham a capacidade instalada de captura de cerca de 80% do referido recurso tinham essa capacidade de continuar com as atividades pois, estas empresas- já vinham operando antes de serem privatizadas, tendo bastado, para o efeito, inverter a relação societária, nas quais o Estado detinha 51% das participações¹³³⁶.

¹³³³ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

¹³³⁴ Lopes, S., «Crenças Mágico-Religiosas ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso», p. 74.

¹³³⁵ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 1-2.

¹³³⁶ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 21. De recordar que algumas das sociedades mistas onde o Estado participava com 51%, os estrangeiros com 49% podemos mencionar a Efripel, (Entrepasto Frigorífico de Pescas de Moçambique), fundada em 1978, que juntava a Emopesca e a companhia de pesca do japão *Tayo Fisher ou Maruha*; a Pescamar (Sociedade de Pescas de Mariscos) fundada em 1980, que juntava a Emopesca e a Pescanova da Espanha; e a Mosopesca fundada em 1979, que juntava a Emopesca e a *Sovrybflot* empresa soviética de pesca. Gomes, O.G., *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 14; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 45-46.

Adicionalmente, Manuel Luís Gonçalves defende que o processo de privatizações correu mal, porque havia uma ausência de privados com capacidade para alienarem os CPs e continuarem as atividades de produção. Aponta como razões o facto de que a pesca de pequena escala, naquela altura, não ser um negócio capaz de aliciar investidores e a banca. “...a banca não entende que mais vale aumentar pouco a produção de muitos, do que aumentar muito a produção de poucos... a banca não cria ambiente de negócio- espera de que o façam para si... Por isso a banca e as instituições de Micro-Financeiras (IMFs) deixaram os distritos desprovidos de serviços financeiros”¹³³⁷.

Recorrendo ainda às palavras de Manuel Luís Gonçalves, podemos entender que os serviços da banca possuem critérios de elegibilidade para o acesso ao crédito que não permitiam que a maioria, “os muitos” nas suas palavras, tivessem acesso ao crédito o que permitiria o aumento da produção¹³³⁸. Neste contexto, podemos afirmar que o crédito é uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento das comunidades pesqueiras para almejarem o investimento, dentro ou fora da área de pesca, ou para a diversificação de atividades económicas no comércio ou agricultura, assim como em outras atividades de rendimento, para o alívio da pobreza.

No entanto, apesar destes mecanismos de fornecimento de crédito que vigoraram no período inicial dos CPs, a partir dos meados da década de 1980 a nível macro, vai se assistir a mudanças políticas, económicas e administrativas. Estas mudanças, eram resultantes da adesão de Moçambique aos programas de reestruturação económica impostas pelo FMI e Banco Mundial. Como consequência, suspenderam os apoios à produção dos CPs que passaram a dedicar-se a comercialização e foram reduzidos também os apoios aos Postos de Apoio e Compra (PAC) de pescado, passando a exigir-se equilíbrio financeiro e de rentabilidade dos CPs¹³³⁹.

Desta forma, a nível micro, as lacunas administrativas e financeiras de que enfermavam os CPs, onde os produtos fornecidos em forma de crédito não tinham retorno, em alguns casos, por má gestão e outros, por falta de capacidade de seguir “os devedores” que não honravam os compromissos, vão ditar o declínio das atividades levando à

¹³³⁷ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 27.

¹³³⁸ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 21.

¹³³⁹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p.7.

falência. No entanto, em situações onde foi possível disponibilizar crédito à população rural, foi possível observar resultados diferentes. Assim, foram registados resultados positivos, por exemplo, quando o crédito foi bem aplicado e resultou no retorno, mas também houve casos em que o retorno foi escasso, sobretudo nas zonas peri-urbanas e urbanas. “A prestação de serviços de crédito de maior escala tem enfrentado constrangimentos que incluem, nomeadamente, a falta de uma cultura de crédito por parte dos beneficiários, limitado alcance dos serviços, fraco acompanhamento e inconsistência entre o desenho dos pacotes e a realidade da atividade de pesca”¹³⁴⁰.

O fornecimento de crédito aos pescadores não basta para tornar as atividades produtivas e sustentáveis. É necessária uma política macroeconómica pesqueira que inclua outros sectores geradores de tecnologias, “porque a tecnologia é um facto importante para o aumento da produção e produtividade, não somente nas pescas industrial e semi-industrial, mas também no subsector da pesca artesanal”¹³⁴¹. O aproveitamento económico das espécies de baixo valor comercial, precisa de ser tratada com a introdução de novas formas de intervenção como sejam o aumento das unidades de processamento e conservação, para evitar as elevadas perdas pós-captura e adicionar valor ao produto. As instituições estatais terão de alargar as suas ações e atribuições com o alargamento das equipas de inspeção do pescado, para as diversas zonas onde desembarcam os pescadores artesanais, o que iria contribuir para melhorar o sistema de comercialização¹³⁴².

Ainda sobre as causas do declínio da produção dos CPs e consequente privatização, Jerónimo Lopes, antigo funcionário das pescas onde exerceu funções de técnico de crédito e de delegado do Fundo de Fomento Pesqueiro, teceu as seguintes considerações: primeiro, o facto de que as privatizações foram orientadas por critérios políticos e não de competência técnica do beneficiário e da viabilidade económica do negócio; segundo, houve o registo de um colapso da cadeia de fornecimento de aprestos de pesca que alimentava os CPs à montante, provocando ruturas de *stock* à jusante; terceiro, o surgimento de privados que não eram privados, sem capacidade financeira e

¹³⁴⁰ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 24.

¹³⁴¹ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 28.

¹³⁴² Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 28.

de gestão¹³⁴³. Por esta razão, se registou uma recessão da produção pesqueira porque a “totalidade dos CP’s foram inoperacionalizados e incapacitados de continuar a assistir a pesca artesanal que garantia 80% do pescado nacional”¹³⁴⁴. Outros CPs que não passaram por esta experiência, desapareceram com a erosão dos solos e outros ainda devido à falta de cumprimento de algumas cláusulas dos contratos, tal como o caso do CP de Chicoa, no rio Zambeze, na província de Tete que voltou à tutela do Estado¹³⁴⁵.

No entanto, devemos notar que há uma diversidade e, às vezes, divergência de posições de análise sobre as razões do declínio dos CPs que levaram à sua privatização. Estas razões vão desde políticos, económicos e sociais associados à conjuntura internacional. A maioria destas privatizações foi considerada mal-sucedidas. Este facto, pode estar associado às diferentes funções que cada CP tinha, em função do tipo de atividades praticadas por cada um deles. Esta variabilidade podia ser a existência ou não de meios de frio para a conservação dos produtos pesqueiros, assim como diferentes tipos de infraestruturas operacionais e/ou embarcações. Por exemplo, havia CP que vendia mais peixe seco do que fresco ou congelado e outros que faziam o inverso. Em termos de equipamentos, havia também diferenças entre aqueles CPs que tinham uma frota de embarcações de pesca própria e faziam a pesca e outros eram apenas postos de compra e venda. As vendas eram de ambos os produtos (peixe fresco e seco) e as compras aos pescadores também. Alguns CP não tinham como principal receita a venda de peixe, mas sim da venda de insumos aos pescadores¹³⁴⁶.

Como podemos depreender desta diversidade de análises para entender as causas do declínio dos CPs, havia uma variedade de fatores interrelacionados que levarão o Estado a reorganizar as estruturas de administração das pescas, tal como referimos acima, com a criação em 1987 da Direção Nacional de Administração Pesqueira (DINAP) que passou a adequar a administração das pescas ao novo contexto das privatizações.

¹³⁴³ Jerónimo Lopes, antigo funcionário das pescas onde exerceu funções de técnico de crédito, delegado do Fundo de Fomento Pesqueiro, chefe de departamento, entre outras funções de direção. Entrevista, Local-Maputo, dia 8 de Outubro de 2020.

¹³⁴⁴ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 21.

¹³⁴⁵ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 28.

¹³⁴⁶ Joaquim Russo de Sá Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

Adicionalmente, foi criada a Sociedade de Fomento Pesqueiro (SFP), que era uma empresa privada onde o Estado detinha uma participação de 75% do capital e tinha como tarefa principal organizar e dirigir o processo de privatização dos CPs e respetivos PACs¹³⁴⁷.

Lídia Abiba, funcionária das pescas desde 1987, onde desempenhou diversas funções de direção e na atualidade assessora do Ministro do Mar Águas interiores e Pescas, sobre o processo das privatizações dos CPs afirmou que,

...difícilmente poderá ser encontrado um documento que indique a extinção ou privatização dos CPs, porque a Sociedade de Fomento Pesqueiro (SFP) teve como mandato principal a elaboração de contratos de concessão ou passagem de poderes de um gestor, o Estado, para outro, um privado. Este privado, não tinha a obrigação de pagar a totalidade do valor do património para iniciar a atividade, em alguns casos pagava apenas 10% do valor. Cada CP tinha um contrato separado. Era um contrato entre o Fundo de Fomento Pesqueiro e a pessoa indicada com indicação de cláusulas que eram diferentes, caso a caso. Não existe um diploma específico que refira que todos os CP passam a ser privatizados¹³⁴⁸.

A Sociedade de Fomento Pesqueiro (SFP) depois passou a Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP), criado aos 28 de Dezembro de 1988 e constituído ao longo de 1989 mais tarde também revogados pelo Decreto nº 59/96 de 23 de Dezembro. Recebeu da SFP os seus Ativos e Passivos e Carteira de Negócios. A criação do Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP) tinha como finalidade o apoio financeiro e em atividades que promovessem o aumento ou a valorização da produção pesqueira nacional, especificamente as referentes à pesca de pequena escala. A sua trajetória de 24 anos transcorreu 4 mandatos cada um dos quais foi respondendo e se adequando às circunstâncias que iam prevalecendo como resultado das grandes opções governamentais, em cada momento¹³⁴⁹. Nesta problemática das privatizações Manuel Luís Gonçalves cita-nos como exemplo o caso do CP de Moma. Eis o que descreve,

...aos 10 de Abril de 1992 a Sociedade de Fomento Pesqueiro (SFP) celebrou, com a Bonar - Sociedade Pesqueira Limitada, um contrato de cessão de exploração do CP Moma. De seguida, a 7 de Fevereiro de 1997 as referidas partes rubricaram um “Acordo de Resolução de Contrato”, tendo, na mesma data, celebrado um “Contrato de Compra e

¹³⁴⁷ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 44.

¹³⁴⁸ Lídia Abiba Bernardo Massalana, funcionária das pescas desde 1987, onde assumiu diversos cargos de direção entre as quais de Diretora Nacional de Administração Pesqueira. Na atualidade assessora do Ministro do Mar Águas interiores e Pescas para a área de Administração Pesqueira e Gestão das Pescarias e para o Desenvolvimento Institucional. Entrevista, Local-Maputo, dia 3 de Setembro de 2020.

¹³⁴⁹ Gonçalves, M.L., «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 25–26.

Venda” que anexava o inventário valorizado, cujo equipamento foi, na sua maioria, canibalizado ou indevidamente “transferido”. Aos 9 de Julho de 2004 a SFP foi liquidada, tendo os seus Ativos e Passivos e Carteira de Negócios revertido para o FFP - Fundo de Fomento Pesqueiro. Informado sobre a referida decisão aos 21/07/2004, no dia 27 de Setembro de 2004, o FFP solicitou a regularização da sua dívida no valor de 761.872.059,00 Mt. Passados 2 anos sem qualquer tipo de contestação e permanecendo o processo de degradação e canibalização das infraestruturas e equipamentos, propusemos, aos 14/11/2006, a rescisão amigável do mencionado “Contrato de Compra e Venda” (...). Conclui afirmando que a relação do FFP com os CP’s de Moma, Chicoa e Ilha de Moçambique permanece conflituosa porque os respetivos operadores não honraram, nem tencionam honrar o compromisso assumido e recusam a devolução dos mesmos¹³⁵⁰.

Este é um dos diversos casos de processos de passagem abruptos dos contratos de diversos empreendimentos económicos estatais que foram concessionados a privados, lesando o Estado, durante a implementação do Programa de Reabilitação Económica em Moçambique. Devido à promiscuidade entre os gestores políticos e governamentais e os empresários que privatizaram os diversos empreendimentos antes sob gestão do Estado, temos esta situação de incumprimento dos contratos de compra e venda em prejuízo do erário público.

Para o caso específico do sector dos Combinados Pesqueiros e da pesca de pequena escala, em geral, o processo das privatizações teve como base não permitir a continuação da intervenção do Estado que poderia ajudar na manutenção da atividade de modo a conseguir se tempo para, segundo Manuel Luís Gonçalves, conseguir-se,

...uma privatização gradual, faseada ou parcial, cessação da gestão, associação com o Fundo de Fomento Pesqueiro, entre outras modalidades possíveis. Seria uma procura de um outro estatuto para os CPs, de tal forma que a sua privatização não fosse a única alternativa. A resposta do governo foi de que o Banco Mundial não aceitaria...não podemos correr riscos...cometeram erro de engano...no lugar de os privatizarem...faliram-nos...e a esperança esvaiu-se...privatizamos sem privados¹³⁵¹.

Como resultado deste deficiente processo de privatização registou se um retrocesso da produção pesqueira que levou aos pescadores a necessitarem de crédito para o reinício da produção. Foi assim que o Estado e algumas instituições internacionais

¹³⁵⁰ Gonçalves, M.L «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 143–44. Segundo o mesmo autor, O CP de Moma durante a sua vigência assistia a 12 centros de pesca para os quais constituiu 5 PAC’s - Postos de Apoio e Compra, cuja rede garantia a assistência de 17.000 pescadores. Estes pescadores, operavam 542 embarcações e 722 artes de pesca no exercício das suas atividades. Empregava 97 trabalhadores que garantiam a operação e manutenção de 31 unidades de distintos equipamentos. Produziu cerca de 13.000 toneladas das quais 8.000 compradas e 5.000 capturadas. Reabilitou, construiu e equipou cerca de 23 “infraestruturas” – desde casas, oficinas, estaleiros, armazéns, salas de processamento, entre outros.

¹³⁵¹ Ibid., p. 12. Este problema foi notório também no sector da produção da castanha de caju.

financiaram na região do banco de Sofala alguns programas de apoios diversos para assistir ao sector da pesca artesanal, tendo em vista a melhoria das condições sociais das comunidades de pescadores e a construção de infraestruturais como forma de conseguir uma sustentabilidade na exploração dos recursos pesqueiros. Em geral, a ajuda externa era muito relevante tendo chegado, por exemplo, em 1996 a financiar cerca de 2/3 das importações de Moçambique¹³⁵².

Os maiores beneficiários do processo das privatizações dos Combinados Pesqueiros, foram principalmente os antigos combatentes da luta de libertação nacional; os dirigentes da administração estatal especialmente da área das pescas; os gestores das empresas estatais do sector; pessoas com posições políticas relevantes como membros do governo e pessoas próximas, assim como alguns antigos trabalhadores de armadores privados que abandonaram o país. A maioria destes novos proprietários pouco ou nada sabiam sobre o sector de pesca o que resultou na desestruturação e agravamento da situação de apoio ao sector da pesca artesanal¹³⁵³. Sobre processos de privatização que ocorrem no mundo, Garcia observa que são caracterizados por um “movimento de ascensão na horizontal que geralmente está mais facilitado do que na vertical”¹³⁵⁴. Considera como um fenómeno que também é observável na generalidade dos países europeus.

Para o caso da indústria pesqueira na sua maioria dedicada a pesca de camarão, foi criada uma “Holding” à Emopesca-EE, que vinha gerindo as participações do Estado nas denominadas Sociedades Mistas. Nestas sociedades mistas o Estado através da Emopesca era detentor de uma percentagem e, desta forma, teve o mandato para dirigir o processo de privatização destas empresas. Segundo Manuel Luís Gonçalves, a privatização da indústria camaroeira, foi imediata... “já eram privadas antes de o ser..., bastando para o efeito inverter a posição societária”, tal como referimos acima¹³⁵⁵.

¹³⁵² Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 3.

¹³⁵³ «Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)», Ministério da Economia e Finanças. Disponível em www.mef.gov.mz, consultado em 22 de Setembro, 2020; Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, e director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local-Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019.

¹³⁵⁴ Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 87-88.

¹³⁵⁵ Gonçalves, M. L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos*, p. 44.

No final do período da vigência dos CPs analisado por Namilué (1979-1989) o seu património repartido em edifícios, equipamentos, artigos ou produtos armazenados e diversos, era avaliado em USD\$6.7 milhões de dólares¹³⁵⁶.

Durante o período dos CPs registou-se o alargamento da rede de comercialização de pescado até locais isolados, onde se tornaram a única referência na conservação e comercialização do pescado, assim como permitiu a mobilização dos pescadores artesanais com vista à sua organização e integração no circuito da economia nacional¹³⁵⁷. Registou-se também a formação técnica de alguns pescadores em alguns ramos, tais como a construção naval, reparação e manutenção de embarcações de pesca, mecânica, refrigeração, navegação, melhoramento de algumas artes de pesca. Foi dado um impulso considerável no fornecimento de embarcações de pesca feita de fibra, assim como o fornecimento de motores. Finalmente, nos finais da década de 1980 foi registado alargamento da rede de frio com a instalação de 9 câmaras de conservação, aumentando a capacidade para cerca de 316.2 m³. Foram também instaladas pequenas fábricas de gelo num total de 8, com uma capacidade aproximada de 8 toneladas por dia. Associada a estas infraestruturas de frio, foram adquiridos 37 grupos geradores com uma capacidade de produção de energia de 364KVA's. Mesmo assim, esta rede de frio continua a não poder abranger todo o país¹³⁵⁸. No entanto, Krantz *et all*, menciona outros dados em relação a esta matéria ao referir que em relação ao sistema de frio registou-se que até 1985 um total de 30 câmaras de conservação com uma capacidade total de congelamento de 900 m³ dos quais 450 m³, metade, estavam concentrados no CP de Moma em uma operacionalidade estimada em 41%. Havia 7 fábricas de gelo, das quais duas já estavam instaladas e 16 geradores dos quais 14 funcionavam devidamente¹³⁵⁹.

Em termos de organização a partir da década de 1990 os pescadores artesanais, por sua iniciativa, foram criando alguns Conselhos Comunitários de Pescas (CCPs) nas suas zonas, como interlocutoras dos seus interesses entre os quais, o acesso ao crédito e outras formas de apoio estatal e privado. A partir desta iniciativa, o governo encetou esforços para encorajar a sua replicação e funcionamento pleno em todas as áreas onde houvesse pesca artesanal, tornando se nos órgãos de base da hierarquia no sector de pescas

¹³⁵⁶ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 76.

¹³⁵⁷ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 75.

¹³⁵⁸ Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 51–52 e 76.

¹³⁵⁹ Krantz *et all*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 74.

até a atualidade. Este era o início de um novo papel das comunidades na Co-gestão dos recursos que não existia no tempo colonial. Desta forma foram oficializados os Conselhos Comunitários de Pescas (CCPs)¹³⁶⁰. Nestes conselhos qualquer pessoa podia candidatar-se a membro podendo ser pescador, comerciante, autoridade local, etc. Os CCPs têm um papel mais executivo do que consultivo. O Estado pretende que contribuam para, “a preservação do ecossistema marinho costeiro através da monitorização, prevenção, fiscalização, mediação de conflitos e na promoção do licenciamento junto às comunidades”¹³⁶¹.

Concluimos observando que no pós-independência as políticas económicas para a pesca artesanal foram marcadas pelos Combinados Pesqueiros. Os Combinados Pesqueiros estavam inseridos no contexto de uma economia centralizada onde o Estado procurava incentivar o aumento da produção e a melhoria do abastecimento interno, através de estímulos aos produtores. Deviam também contribuir para a redução da importação do pescado, um dos problemas com que Moçambique sempre se debateu. Contudo, os CPs foram incapazes de atrair a maioria percentagem do pescado e dos pescadores, na sua zona de influência. O principal obstáculo parece ter sido as dificuldades no fornecimento de bens de consumo e outros artigos básicos que deviam ser fornecidos pelos CPs aos pescadores artesanais, tanto por dificuldades de transporte, ou por terem quantidades insuficientes de bens para atrair os pescadores a comercializarem a sua produção. “O baixo preço pago aos pescadores é também evidentemente outro facto dentro deste contexto, aliado a deficiências na capacidade de gestão, falta de controlo financeiro, subutilização dos recursos existentes, dificuldades no fornecimento de bens de consumo e outros artigos estratégicos, margem insuficiente entre os preços ao produtor e consumidor para cobrir os gastos correntes, deterioração dos meios de trabalho incluindo a frota, entre outros”¹³⁶².

Estes problemas dos CPs não estavam isolados pois a estruturas do sector das pescas em geral, enfermava de deficiências quanto à assistência técnica e falta de

¹³⁶⁰ De acordo com a ADNAP (Administração Nacional de Pescas), para uma gestão sustentável dos recursos pesqueiros ao nível local, o governo tem vindo a efetuar esforços no sentido de criar os CCPs desde o ano de 2003. Até o ano de 2014 já foram legalmente autorizados o funcionamento de cerca 96 CCPs. Disponível em <http://www.adnap.gov.mz>, consultado em 26/10/2015.

¹³⁶¹ Santos, J., *O papel da Administração Pesqueira na gestão do subsector Artesanal em Moçambique: O presente e modelos para o futuro*, p. 30-31.

¹³⁶² Krantz *et al.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 78-79; Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 31.

equipamentos, material e outros bens essenciais. O país devia importar todos os artigos necessários ao sector (acessórios e equipamentos, equipamento técnico, matéria-prima para a construção de barcos, sobressalentes, material de construção e bens de consumo de incentivo e para a venda aos pescadores). Por outro lado, o fornecimento de material e equipamento e bens de consumo, não bastava por si só, era necessário investir e assegurar recursos humanos com capacidade técnica e em quantidades suficientes para cobrir todo o país¹³⁶³.

5.7- Aposta do Estado na modernização da pesca e seu impacto na pesca artesanal

A ideia de modernização de diversos sectores da economia, aparece como uma crença generalizada iniciada na Europa Ocidental e na América do Norte que se afirmava entre aproximadamente 1830 e a I Guerra Mundial. Acreditava-se no domínio da ciência e do progresso técnico associado à industrialização para o desenvolvimento da sociedade¹³⁶⁴. No centro desta crença estava uma autoconfiança sobre um progresso linear que incluía o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, a expansão da produção, o desenho racional da ordem social, o crescimento da satisfação das necessidades humanas e, não menos importante, um controle crescente sobre a natureza (incluindo a natureza humana), a compreensão das leis naturais, onde o modernismo era uma visão abrangente de como os benefícios do progresso técnico e científico poderiam ser aplicados - geralmente por meio do Estado - em todos os campos da atividade humana. Desta forma, pode dizer-se que a pretensão do Estado para atingir a modernização começou com prescrições extensas para serem implementadas na construção de uma nova sociedade que era tida como um objeto que o Estado pode manipular e transformar de acordo com a sua visão¹³⁶⁵. Esta sociedade era caracterizada por ser uma sociedade enfraquecida que não tinha capacidade para resistir a esses planos por ter sido fragilizada por fenómenos tais como guerra, revolução e colapso económico tornando a população mais recetiva a uma nova ordem social. Associada a estes fenómenos estava a existência

¹³⁶³ Krantz *et al*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 6.

¹³⁶⁴ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 89-90.

¹³⁶⁵ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 90.

de Estados autoritário que eram capazes de usar todo o peso de seu poder opressivo para concretizar a modernização desejada¹³⁶⁶.

Os antecedentes para estas pretensões podemos encontrá-las dentro do contexto colonial português do período do Estado Novo, na década de 1930, em que a modernização esteve associada às ideias dos Planos de Fomento debatidos acima, quando se tornaram em sinónimo de desenvolvimento associado à modernização da economia¹³⁶⁷. Contudo, é de salientar que o processo sobre a "modernização económica" foi inspirada nas colónias francesas e inglesas que na década de 1940, tentavam acabar com os tumultos sociais e greves dos trabalhadores que exigiam melhores condições de vida e de trabalho¹³⁶⁸.

Em termos ideológicos Scott ressalva que a ambição para a modernização não era propriedade exclusiva de nenhuma tendência política, porque essa pretensão poderia ser observada tanto na ideologia da direita assim como da esquerda. "A ideologia do alto modernismo fornece, por assim dizer, o desejo; o Estado moderno fornece os meios de agir de acordo com esse desejo; e a sociedade civil enfraquecida fornece o terreno fértil sobre o qual se podem construir essas utopias"¹³⁶⁹.

As principais personalidades interessadas no modernismo eram empresários capitalistas, na maioria dos casos, funcionários públicos em sectores centrais de gestão e chefes de Estado e seus principais colaboradores e familiares. As suas principais ambições eram o desenvolvimento de grandes projetos (barragens, plantações, etc.) e a implementação de novas formas de organização social (comunicação centralizada, centros de transporte, grandes fábricas e grandes cidades), porque essas formas se encaixavam perfeitamente na sua visão modernista e também nos seus interesses políticos. Havia, portanto, uma afinidade efetiva entre o modernismo e os interesses de muitos funcionários do Estado¹³⁷⁰.

Estado é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo, dentro de uma área territorial delimitada, através de instituições e organizações para definir o espaço do exercício do

¹³⁶⁶ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 5.

¹³⁶⁷ Araújo, M. G. de, *Os Planos de Fomento e a Defesa Nacional (Na Metrópole)*, p. 6.

¹³⁶⁸ Castelo, C., «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», p. 395.

¹³⁶⁹ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 89-90.

¹³⁷⁰ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 3-4.

seu poder. Uma das suas funções, entre outras, é a conceção, desenho, implementação e controle de políticas para a gestão da sociedade, com o fim último de alcançar o bem-estar dos mesmos através da regulação de muitas esferas da vida pública e privada. No entanto, “muitas destas políticas são mais esquemáticas e ignoram a ordem do funcionamento da sociedade. O esquema formal proposto acaba se tornando parasitário por não ter tomado em conta os sujeitos dos processos, que são os destinatários, para os quais foram criados”¹³⁷¹.

Enquanto construções históricas, os Estados são influenciados pelo equilíbrio das forças sociais dentro e fora de suas instituições. Em muitos casos, as elites do governo e do partido, seus familiares e amigos, tanto no período socialista de planificação centralizada, assim como depois da liberalização da economia e das privatizações, tornaram-se gerentes de novas empresas tanto na agricultura ou na indústria, assim como diretores em novas empresas financeiras. Essas continuidades no poder e nas elites estatais, juntamente com as ruturas institucionais introduzidas pela privatização e pela democratização, indicam que as reformas econômicas e políticas redirecionaram o papel do Estado na economia, mas não levaram à sua retirada como alguns teóricos neoliberais previram¹³⁷². Nestes termos, poderá afirmar-se que, apesar da adoção da retórica neoliberal no início da década de 1990, a economia política de Moçambique esteve na zona intermédia entre as teorias de Marxismo e da economia de mercado, entre uma economia centralizada e dirigida pelo Estado e uma outra em grande parte administrada pelo setor privado¹³⁷³.

O discurso modernizante característico do período socialista (1975-1987) também pode ser observado no caso de Moçambique, cujo processo de transformação passou por diferentes etapas que foram resumidas por Pitcher da seguinte forma,

No caso de Moçambique, o Estado já não controla o comando da economia nem gere as antigas empresas estatais estratégicas. Mas onde o partido no poder sobrevive à transição, como aconteceu em Moçambique, as instituições do Estado e as elites do partido aproveitaram a reestruturação para formar novos grupos de apoiantes e para manter algum controlo político e económico que exerceram desde a independência em 1975. Eu chamo esse processo de "preservação transformadora" para chamar a atenção para a influência contínua do período socialista na economia de mercado emergente¹³⁷⁴.

¹³⁷¹ Mann, Michael, «The Autonomous power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results», *Archives européennes de sociologie*, n° 25, 1984, p. 117.

¹³⁷² Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 6.

¹³⁷³ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 6.

¹³⁷⁴ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 6.

Portanto, a pesca artesanal está sendo administrada dentro deste contexto da “preservação transformativa” das instituições do Estado e das elites do partido Frelimo, para continuarem a manter e a controlar o poder político e económico do país. No entanto, é preciso reconhecer a importância do Estado, apesar destes problemas todos. É deste modo que de novo Pitcher afirma que,

...o Estado é fundamental para o futuro político dos países africanos. Mesmo nos casos de caos político como na Somália, existe alguma forma institucional para o exercício político, assim como uma organização administrativa reconhecida como Estado, por diversas organizações não-governamentais e internacionais, assim como instituições financeiras, tribunal internacional de justiça e direito internacional”¹³⁷⁵.

Por seu lado Scott defende que o Estado é “uma instituição controversa que é a base tanto de nossa liberdade quanto de nossa não-liberdade”¹³⁷⁶. Há certos tipos de Estados que, movidos por planos utópicos e um desprezo pelos valores humanos, desejos e reclamações de seus súbditos, tornam-se em uma ameaça que não permite o alcance de um bem-estar aos seus cidadãos. “Perante esta situação draconiana, mas muito comum, cabe-nos pesar judiciosamente os benefícios de certas intervenções do Estado em relação aos seus prejuízos”¹³⁷⁷.

Nos tempos recentes da globalização, papel fundamental continuará a depender do papel dos Estados nacionais e das medidas que adotarem para conseguirem, maior ou menor grau de integração internacional, assim como as vantagens que poderão obter para os seus países¹³⁷⁸. Deverá ser neste contexto que a aposta do Estado para a modernização das pescas deve incidir. Procurando incentivos e financiamentos em infraestruturas e equipamentos, assim como na elevação e valorização dos conhecimentos dos pescadores artesanais para competirem neste mercado global.

Segundo estas reflexões teóricas as relações do poder entre o Estado e as comunidades rurais, herdadas do período colonial na relação entre o colono e o indígena, foram transpostas para o período pós-independência pelos mais ricos e pelas elites dirigentes. Estas elites passaram a dar o mesmo tratamento de exploração às comunidades pobres¹³⁷⁹. Porém, é necessário notar que mesmo estas elites não são homogêneas e havia

¹³⁷⁵ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 20.

¹³⁷⁶ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 7.

¹³⁷⁷ Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 7.

¹³⁷⁸ Pitcher, M.A., *Transforming mozambique*, p. 20.

¹³⁷⁹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 5.

contradições entre diversos extratos. Este facto tornou-se evidente após a morte de Samora Machel, em 1986. Segundo Brito,

...nesse período, circulou um documento cuja autoria era reivindicada por “Antigos Combatentes” em que a principal reivindicação era o afastamento dos “Moçambicanos não-originários” de todas as posições de poder político. Este documento marcava uma viragem na vida política moçambicana onde os debates e conflitos sobre as questões do marxismo e do desenvolvimento cedem o lugar à expressão de outros conflitos relativos à questão do poder (discute-se sobretudo o papel dos Brancos e Mestiços, mas também começa a exprimir-se uma contestação em relação à predominância dos sulistas no governo e nas estruturas centrais do partido e do Estado¹³⁸⁰.

Este tipo de Estado é descrito por Scott, por ser um Estado autoritário, que é capaz de usar todo o peso de seu poder coercivo para impor projetos de modernismo para serem executados a todo o custo, tal como referimos acima. Estes grupos, chegam ao poder em tempos de guerra, revolução, depressão e luta pela libertação nacional. Em tais situações, as condições de emergência promovem a apreensão do poder político pelo grupo emergente, tirando a legitimação do regime anterior e dando origem a elites que repudiam o passado e que têm projetos revolucionários para o seu povo, muitas vezes sem ouvir a voz desse povo¹³⁸¹.

A ideia de desenvolvimento como receita para o sucesso e caminho natural para o progresso e a melhoria de vida da sociedade, começa a ser difundida no final da II Guerra Mundial, na década de 1950, no contexto da Guerra Fria e a partir dos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos América (EUA). Ela foi difundida através de diversos organismos especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como receitas para os países em desenvolvimento. Tinha como objetivo central a “homogeneização de diversas formas de organização social e o traçar de um único caminho para o progresso, que devia ser o desenvolvimento¹³⁸²”.

O ambicionado desenvolvimento estava relacionado à promoção da modernização e da industrialização que, ao longo dos tempos, tem recebido diversos adjetivos desde

¹³⁸⁰ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 98; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 468 - 469. Newitt, afirma que a Frelimo "recusava-se a ver que, apesar de injustificável, era considerado como um partido sulista com uma liderança sulista, problema que se agravou pela localização física da capital no extremo sul do país. Contudo, apesar destas acusações, a Frelimo manteve-se como um partido coeso que conseguiu grandes mudanças de política sem mudar de liderança. Nos primeiros quinze anos de independência os membros do Bureau Político não mudaram".

¹³⁸¹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 5.

¹³⁸² Pérez, M.S. e Gómez, J.R.M., «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil», p. 39-40.

desenvolvimento económico, humano, social, sustentável, local, entre outros. Portanto, o desenvolvimento do setor das pescas está diretamente dependente da promoção da modernização e da industrialização. Por esta razão que os pescadores artesanais na atualidade são forçados a especializar-se na pesca que incentiva a pesca semi-industrial e industrial e a incorporação de equipamentos modernos na atividade resultando, em alguns casos, em conflitos. Estes conflitos são causados pelas mudanças bruscas de formas de vida associadas a estas políticas de modernização da pesca. No entanto, os resultados destas políticas permitem identificar que elas respondem “a interesses externos, excluindo os pescadores artesanais, negando seus modos tradicionais de reproduzir a vida, expropriando-os dos territórios que tradicionalmente ocupam e mercantilizando sua vida”¹³⁸³.

Segundo Pérez *et all*, “as políticas de desenvolvimento que promovem como modelo a pesca industrial geram, além da homogeneização sociocultural, a sobrepesca de algumas espécies, a destruição de ecossistemas de alta produtividade e a redução do pescado”¹³⁸⁴.

O argumento principal da aposta dos Estados na modernização da pesca, é a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável que defendam a integração dos pescadores artesanais na dinâmica da pesca semi-industrial e industrial, negando as formas tradicionais de vida dos seus habitantes e promovendo formas de acumulação que os tornam em subordinados, trazendo como consequência um impacto negativo à pesca artesanal. Por exemplo, no Brasil desde a década de 1970 que começaram a ser implementadas as políticas de conservação da natureza com a criação de áreas de conservação e parques que tiveram como consequência a imposição de restrições na exploração de recursos naturais dentro das áreas demarcadas. Desta forma, criavam um uso restrito dos recursos naturais e a consequente expulsão dos pescadores artesanais com uma forçada mudança de estilos de vida e de fontes de rendimentos para a sua

¹³⁸³ Pérez, M.S. e Gómez, J.R.M., «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil», p. 38 e 41.

¹³⁸⁴ Pérez, M.S. e Gómez, J.R.M., «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil», p. 42-25; Em relação à questão da "homogeneização sociocultural", Scott refere se aos portadores de alto modernismo (o Estado) que "tendiam a ver a ordem racional em termos estéticos fundamentalmente visuais. Para eles, uma cidade, vila ou aldeia eficiente e racionalmente organizada era uma cidade que parecia regimentada e ordenada em um sentido geométrico". Scott, J. C., *Seeing Like a State*, p. 3-4.

sobrevivência. Como consequência, registam-se várias formas de resistência dos pescadores de forma dispersa e também organizados em diversos fóruns coletivos¹³⁸⁵.

Esta problemática da modernização da pesca verso o estabelecimento de áreas de conservação, reservas e parques, também acontece em Moçambique e influencia negativamente a vida e a sobrevivência dos pescadores artesanais, o que mereceu uma observação de Manuel Luís Gonçalves, quando afirma que,

...as comunidades não são constituídas por grupos de mentecaptos. Distintos estudos revelam que, secularmente, as comunidades adotam medidas de preservação dos recursos... sabem que a sua preservação constitui o testemunho a entregar às gerações vindouras... o problema é que a maioria das comunidades “sobrevive” em condições miseráveis, de fome, de nudez, de pobreza absoluta... E quando assim é, as leis da sobrevivência, superam as da preservação. Sendo os pescadores artesanais, milenarmente os principais utilizadores do mar, parques há que (...) aparentemente, foram criados com o objetivo de se tornarem em espaços confortáveis para os operadores turísticos e outros. Por isso, logo que é declarada a Área emergem logo os operadores privados em catadupa ocupando os espaços deixados pelos pescadores sob a anuência dos administradores dessas Áreas de Conservação¹³⁸⁶.

No entanto, a responsabilidade pela gestão e preservação dos recursos compete plenamente ao Estado. Foi desta forma que o governo da Frelimo também enquadrou o sector das pescas na estrutura estatal através da criação e promoção de cooperativas, empresas estatais, sociedades mistas e proteção de armadores privados nacionais e estrangeiros, tal como referimos acima.

No esforço das políticas de desenvolvimento das pescas empreendidas pelo Estado em Moçambique, vamos comparar o que foi preconizado para os três sectores, que nos permitem chegar a conclusão de que a pesca artesanal, foi a menos beneficiada. Por exemplo, determinou normas para melhorar o processamento das espécies de baixo valor comercial agregando-lhes valor; encorajar operadores a investir na indústria de processamento e transformação de pescado. Para este efeito, decidiu por dar prioridade a atribuição de quotas; isenção na importação de insumos e aprestos de pesca; redução em 50% da taxa incidente sobre os combustíveis. Porém, estas medidas tiveram impacto desigual pelas seguintes razões:

Primeiro, denotou-se que a maioria dos benefícios destes subsídios tinha impactos positivos nos subsectores da pesca industrial e depois na semi-industrial, porque nestes dois subsectores a sua produção passava pela indústria de processamento e transformação,

¹³⁸⁵ Pérez, M.S. e Gómez, J.R.M., «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura», p. 38-41.

¹³⁸⁶ Gonçalves, Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos, p. 82 e 87-88.

por terem como prioridade a pesca comercial onde predominam o pescado da primeira qualidade. Segundo, é neste sector que a pesca prevê a atribuição de quotas por cada operador; terceiro, é nos dois subsectores onde os operadores têm capacidade de fazer a importação direta de insumos e aprestos de pesca e; quarto, beneficiam-se da redução na compra de combustíveis a partir dos portos onde fazem o embarque e desembarque¹³⁸⁷.

Na pesca artesanal, primeiro, predominam as espécies de baixo valor comercial, peixe de segunda e terceira e fauna acompanhantes, onde predominam meios de processamento tradicionais tais como a salga, secagem e defumação do pescado, que não acrescentam valor ao pescado; segundo, a isenção nas importações de insumos e aprestos de pesca não beneficia o sector, porque esta isenção pressupõe se que ocorra quando os bens a importar não sejam produzidos no país ou, se assim for, não satisfazem as características específicas e funcionalidade necessárias à atividade a ser desenvolvida. Acontece que a maioria das embarcações da pesca artesanal e semi-industrial é feita de componentes de madeira, tinta e outros materiais produzidas no país, que não beneficiam das isenções, sendo que essa medida, mais uma vez, apenas beneficia a pesca industrial; terceiro, em relação à redução da taxa incidente sobre os combustíveis a pesca artesanal não chega a se beneficiar-se pois, por exemplo, os dados sobre o período de 2010 e 2019 mostram que apenas 5 a 10% dos pescadores artesanais possuem embarcações motorizadas e as autoridades não criaram mecanismos institucionais para a identificação dos pescadores que tenham embarcações motorizadas para a sua beneficiação, o que os leva a adquirirem os combustíveis nos circuitos normais ao mesmo preço que outros utilizadores. Outrossim, os mecanismos de aquisição do combustível para os que se encontram distantes dos locais de venda, recordando que eles não embarcam/desembarcam em portos, tornam a operação onerosa e encarece os custos dos combustíveis. Portanto, mais uma vez o subsector industrial e semi-industrial é que tem mais benefícios deste incentivo¹³⁸⁸.

Este conjunto de problemas que afetaram a pesca artesanal, também são referidos em relação à produção agrícola, quando se relata que os maus resultados agrícolas mencionados em 1981 pelo Ministério da Agricultura, eram resultado da “má gestão, corrupção, falta de mão-de-obra, indisciplina, estradas precárias, falta de peças sobressalentes ou transporte, escassez de bens de consumo, atrasos no fornecimento de

¹³⁸⁷ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 26-27.

¹³⁸⁸ Capaina, N., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», p. 26-27.

insumos, resultando em fracas colheitas”¹³⁸⁹. Por exemplo, foram registados fracassos de colheitas em 1986 e 1992 que chegaram a provocar a contração do PIB¹³⁹⁰. Outro exemplo pode ser verificado no CP de Vilanculos. Este CP primeiro destinava-se a fornecer materiais e aprestos de pesca tais como cordas, linhas e redes de pesca assim como a compra e venda do pescado. Depois de privatizado a sua capacidade de compra e venda do pescado baixou para cerca de 50% e, valendo-se do sistema de frio que possuía, tornou-se intermediária da compra e venda do pescado, porque os pescadores não dispunham do sistema de frio. Porém, não comprava peixe de segunda com o argumento de que este não traz rendimento. Este facto tornava-se em um constrangimento para os pescadores artesanais locais pois nem sempre conseguiam peixe de primeira¹³⁹¹.

O exercício da pesca pelas empresas estatais e mistas viradas à pesca semi-industrial e industrial, tinha em vista a aquisição de divisas pela exportação especialmente do camarão, por isso que o Estado investiu no seu financiamento e modernização¹³⁹². Por exemplo, a produção de camarão registou no período entre 1979 e 1986 um aumento até o ano de 1981 e, daí decresce muito até 1986, por razões não especificadas. Este facto pode ter sido originado pela *joint venture* entre o Estado e os operadores privados estrangeiros onde o Estado ainda dispunha de algumas reservas monetárias herdadas, assim como financiamentos baseados em acordos de cooperação principalmente com os países socialistas¹³⁹³. O período decrescente iniciado em 1981 está inserido na crise económica do país da década de 1980, que afetou muitos sectores de produção e as pescas não foram exceção¹³⁹⁴.

As figuras nº 68 e 69 apresentam alguns dados da produção e exportação do camarão no período entre 1979 a 1986.

¹³⁸⁹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 90.

¹³⁹⁰ Landau, L., *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, p. 3.

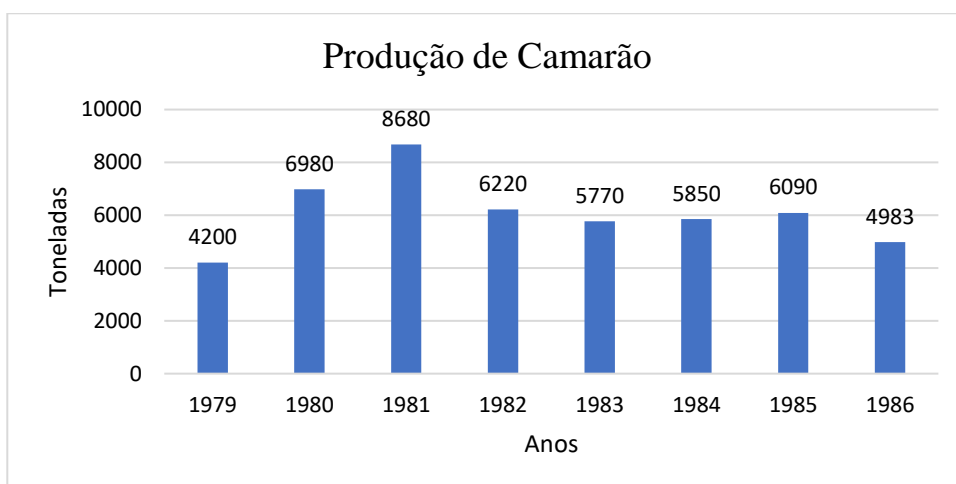
¹³⁹¹ Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 8.

¹³⁹² Gomes, O.G., *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 58; Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 87. Segundo Pinto, as estatísticas oficiais de 1995 indicavam que o camarão e outros crustáceos representavam 43% do valor total das receitas de exportação.

¹³⁹³ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 19–20.

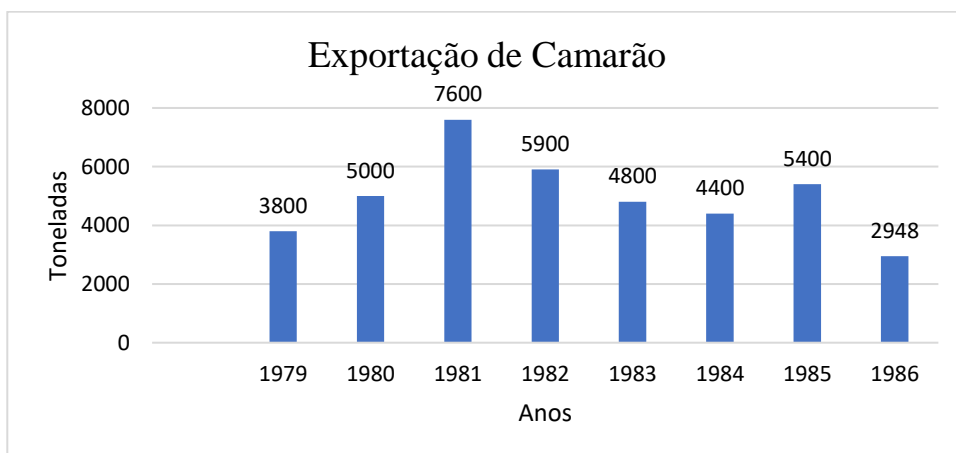
¹³⁹⁴ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 128; Namilué, J. M., *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, p. 26-27; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 476.

Figura nº 68- Produção de camarão, 1979-1986



Fontes: «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986; «Informação Estatística 1987», Direção Nacional de Estatística, 1987, Maputo, 1988.

Figura nº 69- Exportação de camarão, 1979-1986



Fontes: «Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986; «Informação Estatística 1987», Direção Nacional de Estatística, Maputo, 1988.

Neste processo de modernização, não estavam incluídos incentivos ao sector privado e empresas de pequena escala, onde estava a pesca artesanal. Estes sectores, tal como referimos acima, “deviam contar com a sua iniciativa criadora e com as suas

próprias forças”¹³⁹⁵. O objetivo da criação de empresas estatais era de permitir a acumulação da riqueza nacional pelo Estado que depois faria a sua redistribuição.

Dentro do contexto da participação estrangeira na pesca, a Direção Nacional de Pescas (DNP) em 1977, convocou os armadores estrangeiros a operar nas águas territoriais de Moçambique a quem anunciou um conjunto de medidas entre as quais o seu licenciamento, a atribuição de quotas e do valor das respetivas taxas. Em 1978 foi introduzida a lei de pesca estrangeira em Moçambique (Lei 8/78), tal como referimos acima¹³⁹⁶. Até 1984 estavam licenciadas 28 empresas estrangeiras provenientes da União Soviética, Espanha, Japão, e República Democrática Alemã que detinham entre 80 e 85% da quota e só depois, no início da década 1990 é que entra uma empresa moçambicana¹³⁹⁷. Em 1997 já havia 79 embarcações moçambicanas em um total de 233 embarcações na pesca industrial¹³⁹⁸. Por cada licença as empresas estrangeiras pagavam o valor de USD\$1.350 dólares por tonelada de uma determinada quota do camarão e não devia ultrapassar os 5%. O contrato estabelecia regras, algumas das quais era de que as embarcações estrangeiras só podiam fazer as descargas em portos específicos e, em cada embarcação devia ter a bordo um moçambicano para fiscalizar a sua atividade. Havia também a obrigação de içarem a bandeira de Moçambique. O esforço era de ter estas embarcações “cuidadosamente controladas por Moçambique”¹³⁹⁹.

A preocupação em desenvolver a capacidade de produção pesca e, em especial a pesca de camarão, teve maior destaque na década de 1990 com o início do acompanhamento das pescarias artesanais em Nampula e, mais tarde, na Zambézia, através de projetos específicos tais como o Programa de Pesca Artesanal em Nampula (PPAN) aplicado nos distritos de Moma e Angoche, na província de Nampula, (1995-1997) e o Programa de Pesca Artesanal do Banco de Sofala (PPABAS), iniciado em 2003 que tornaram possível a desenvolvimento da pesca artesanal¹⁴⁰⁰. É dentro deste contexto

¹³⁹⁵ Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 92-94 e 105; Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 91-92.

¹³⁹⁶ Gonçalves, «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 44.

¹³⁹⁷ Gomes, O.G., *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, p. 37-38 ; Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artesanal Fisheries Development Project.*, op. cit, p. 2.

¹³⁹⁸ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., «*African Development Fund. Artesanal Fisheries Development Project.*», p. 2.

¹³⁹⁹ Gomes, O. P., «*A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*», p. 37-38.

¹⁴⁰⁰ «*Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal*», p. 76-77.

que a pesca de camarão continua ainda hoje a ser um dos principais produtos de exportação e fonte de arrecadação de divisas para Moçambique e é o sector de preferência da maioria os operadores privados, desde a aprovação do diploma legislativo no período colonial referido acima¹⁴⁰¹.

O enfoque destas empresas estrangeiras era a pesca do camarão e outros crustáceos para a exportação e, em segundo plano a produção de peixe para o abastecimento interno. As empresas estrangeiras autorizadas a participar na produção e exportação de crustáceos tiveram também como benefício a atribuição de licenças para a importação de equipamentos de pesca e não tinham a obrigação de vender a sua produção aos agentes oficiais de compra, pois também reclamavam pelos preços praticados por não serem rentáveis para a atividade. Portanto, tinham a possibilidades de “fuga” aos preços fixados pelo Estado, exigidos à pesca artesanal aos quais alguns artesanais também conseguiam “fugir”. Por exemplo, dos 100% de peixe vendido em 1983 pela Pescom, (Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros criada em 1977), apenas 6% foi fornecido pelos privados e pela pesca artesanal, sendo os 94% originários dos Combinados Pesqueiros (CPs) e das empresas mistas e estatais¹⁴⁰².

A Pescom distribuía cerca de 20.000 toneladas de peixe por ano, em consumo total que se calculava em cerca de 70.000 toneladas (60.000 local e 10.000 importado), e os cálculos indicavam que o consumo anual de peixe por pessoa de Moçambique era de 5kg, tomando como base que a população desse período da década de 1980 era de 13 milhões. Este valor, era considerado muito baixo em comparação com outros países africanos onde o consumo de peixe era 10kg/pessoa/ano¹⁴⁰³. De recordar que no final do período colonial tinham sido tomadas medidas para desenvolver a pesca do camarão e outros crustáceos destinados à exportação, assunto abordado no capítulo 2.

A modernização também está associada ao processo de fiscalização. Esta questão de fiscalização das embarcações estrangeiras de pesca tornou-se um problema devido à

¹⁴⁰¹ Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, Anexa p. 1-10; Manuel Luís Gonçalves, reformado, antigo funcionário das pescas desde 1972, director da UDPPE e IDPPE por 15 anos e Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro 1995-2012. Entrevista, Local- Matola, dias 10 e 24 de Agosto de 2019; Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local- Maputo, dia 10 de Setembro de 2019.

¹⁴⁰² Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 38–39 e 50.

¹⁴⁰³ Krantz, L., *et all.*, «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 100.

falta de recursos humanos e técnicos capazes, assim como atos deliberados de corrupção. Ainda hoje se assiste a estas situações em muitos ramos de atividade. A legislação e os contratos entre o governo e os donos destas embarcações ou seus governos, já acordavam para que se controlassem estas fugas. Sobre esta situação, Joaquim Russo de Sá, afirmou que “na pesca de camarão, alguns dirigentes do governo favoreceram empresas espanholas, dilatando os períodos de pesca com aumento de quotas, sem nenhuma base científica”¹⁴⁰⁴. No entanto, Almeida *et all* afirma que não se pode esperar que um inspetor faça mais do que inspeções ao acaso, num limitado número de aspetos das operações ao longo do seu dia de trabalho. “E o seu dia de trabalho cobrirá unicamente uma parte total das operações, que continuarão durante 24 horas, ao longo de uma semana de 7 dias. Assim, embora possa atuar como um travão, nunca poderá estar certo de que o cumprimento será integral”¹⁴⁰⁵. A mesma opinião é partilhada por Gomes quando diz que era também tarefa do inspetor assegurar que determinadas quantidades da produção de um determinado navio, fossem vendidas à Pescom em meticais. “No entanto, era difícil, se não impossível, controlar completamente as atividades destes navios”¹⁴⁰⁶.

Jamilo Amade, outro entrevistado expressou se sobre a dificuldade de controlar a atividade dos barcos estrangeiros da seguinte maneira¹⁴⁰⁷,

...em algum momento depois da independência não houve nenhum controlo sobre as embarcações estrangeiras. Havia uma frota Russa muito grande a Mosopesca; uma Japonesa, a Efripel; uma espanhola, a Pescamar e outras Alemães e outras nacionais. As atuações destas frotas estavam num nível de concorrência que parecia quase uma “guerra no alto mar” para conseguir as maiores capturas em pouco tempo possível. Neste processo de competição o governo não controlou e nem tinha capacidade e nem recursos. Ao governo interessava apenas a cobrança das taxas pelas quotas atribuídas. Estas empresas é que declaravam quanto tinham pescado e, muitas vezes declaravam apenas aquilo que lhes convinha. Na frota alemã, onde trabalhei, havia a prática de, do total de embarcações que operavam no alto mar, apenas vinham a costa algumas e as outras voltavam de lá mesmo para os seus destinos. Outros casos era de pescar e depois fazer transbordo do pescado em outra embarcação que não vinha a costa¹⁴⁰⁸.

¹⁴⁰⁴ Joaquim Russo de Sá, Funcionário das pescas desde 1977 onde ocupou vários cargos de liderança, entre os quais de diretor do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP) e participou na elaboração de documentos estratégicos nomeadamente a Política de Pescas, a Lei das Pescas e, mais recentemente, a Política e Estratégia do Mar de Moçambique (POLMAR) em vigor. Entrevista, Local-Maputo, dia 10 de Setembro de 2019; Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 93. Pinto indica que a captura do camarão pela frota industrial no banco de Sofala atingiu o seu máximo sustentável.

¹⁴⁰⁵ Almeida, *et all*, «Revisão da Legislação das Pescas», p. 24.

¹⁴⁰⁶ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 39.

¹⁴⁰⁷ Gomes, O. P., «A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987», p. 38-39.

¹⁴⁰⁸ Jamilo Ibraimo Amade, Entrevista, Local-Govuro, dia 19 de Dezembro de 2018. Funcionário das pescas desde 1988, tendo sido instrutor de bordo do navio-escola da Escola de Pesca. Continua funcionário das pescas até a atualidade e é proprietário de embarcações de pesca.

Em termos de tutela política/administrativa as pescas estiveram entre o período de 1976 até 1985 dependentes de outras instituições públicas não vocacionadas especificamente nesta área, tal como referimos acima. Segundo Lúcia Abida, uma das assessoras do Ministro das Águas interiores e Pescas, as mudanças de designação dos ministérios são ditadas por momentos políticos que dependem das promessas eleitorais e da conjuntura internacional de cada momento, o que “está na moda”, ou por motivos de desejar reduzir a máquina administrativa para poupar recursos. Cita como exemplo de que com a criação do Ministério de Agricultura e Pescas tinha sido possível observar no decurso dos anos que algumas das principais questões e necessidades de desenvolvimento das pescas não estavam a ser cuidadas de forma adequada. No entanto, reconhece que os primeiros 2 anos de cada mandato dos ciclos eleitorais são de adaptação às novas regras o que faz com que o funcionamento pleno das instituições para a implementação das promessas eleitorais seja de apenas 3 anos, o que considera não ser correto¹⁴⁰⁹.

Por seu turno, Francisco Momade, diretor provincial das pescas de Gaza no período entre 2009 e 2015 e do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca e Aquacultura (IDEPA) entre 2016 e 2018, destaca que as metamorfoses institucionais nas pescas provocam uma instabilidade que se sente quase que de 5 em 5 anos, o que é diferente do Ministério de Saúde, que sempre se manteve com essa designação e orgânica desde a independência. Justifica com o argumento de que a mudança de tutela de um ministério tem implicações em cadeia a partir do nível central, provincial e local, com a necessidade de criação de nova direção nacional, novos departamentos assim como novos serviços¹⁴¹⁰. A mesma instabilidade institucional é referida por Manuel Luís Gonçalves, que destaca que para resolver os problemas de mudanças constantes de tutela das pescas, seria melhor que se criasse, por exemplo, o “Ministério do Mar”. Segundo ele, esta foi a

¹⁴⁰⁹ Lúcia Abida Bernardo Massalana, funcionária das pescas desde 1987, onde assumiu diversos cargos de direção entre as quais de Diretora Nacional de Administração Pesqueira. Na atualidade assessora do Ministro do Mar Águas interiores e Pescas para a área de Administração Pesqueira e Gestão das Pescarias e para o Desenvolvimento Institucional. Entrevista, Local-Maputo, dia 3 de Setembro de 2020; Manuel Luís Gonçalves no seu relatório reserva um espaço onde discute os problemas “graves” de relacionamento entre o Ministério da Agricultura e Pescas e os sectores de gestão da pesca. Um dos problemas foi a tentativa de extinguir o IDPPE e a fusão dos três Fundos de Fomento (Fundo de Fomento Pesqueiro, Fundo de Fomento Agrário e o Fundo de Fomento da Hidráulica Agrícola) para além do colapso da interação e funcionamento dos coletivos de trabalho. Gonçalves, M.L., *Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos*, p. 59.

¹⁴¹⁰ Francisco Chamaratane Momade, antigo diretor provincial das pescas de Gaza e do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca e Aquacultura (IDEPA). Entrevista, Local-Maputo, dia 27 de Agosto de 2020.

solução adotada no Senegal com muito sucesso pois todos os recursos e serviços relacionados com o mar tais como Turismo, Desporto, Comércio, Indústria, Transporte, Defesa, Pescas, etc., conseguiram que o Ministério do Mar se tornasse na autoridade mais competente para o efeito, “...superando-se o preocupante vazio...por isso que defendemos e defenderemos as opções orgânicas do ministério que resultem em austeridade, mais eficiência e eficácia, na complementaridade, e na melhor gestão de pessoal...”¹⁴¹¹.

O envolvimento do Estado na gestão empresarial no período de vigência do socialismo, baseava-se na planificação central estatal onde o Estado era de provedor de serviços e do consumo. Este papel do Estado como provedor, foi-se revelando incompatível com o papel que lhe cabia de fiscalizador. Desta forma, vai registar-se uma mudança no papel do Estado que passou a ser de ordenamento, normação e controlo dos agentes económicos na sua qualidade de entidade soberana e, de acordo com o discurso do Estado, de “guardião dos interesses nacionais”¹⁴¹². No entanto, devemos observar que a definição de “interesses nacionais” varia de acordo com a ideologia dominante e do contexto das relações internacionais. Desta forma, tinha terminado o período socialista com o abandono da ideologia Marxista-Leninista que veio a acontecer no V Congresso do partido, realizado em 1989¹⁴¹³.

O advento da ideologia neoliberal trouxe o desenvolvimento como receita para o sucesso e caminho natural para o progresso e a melhoria de vida, tal como referimos acima. Este papel passou a ser liderado pelo sector privado que, na senda da modernização e industrialização, começou a intensificar a exploração dos recursos pesqueiros em zonas onde antes operavam os pescadores artesanais. Como resultado, a partir do início da década de 1990, a exploração dos recursos pesqueiros começou a registar uma elevada pressão devido, sobretudo à falta de organização de algumas instituições do Estado que deviam zelar pelo seu novo papel de regulador e fiscalizador. Recorde-se que durante a guerra civil na década de 80, registou-se uma fuga da população do interior para a costa e, em 1992, com o fim das hostilidades marcadas pelo Acordo Geral de Paz (AGP) de

¹⁴¹¹ Gonçalves, «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 60–61.

¹⁴¹² Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 127; Gonçalves, «Aprendendo o caminho... Caminhando com o FFP... Numa caminhada de 24 anos», p. 60–61.

¹⁴¹³ Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 127; Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 145.

1992, muitos operadores privados começaram a deslocar-se para as zonas da costa com diversos fins, entre os quais a pesca e o desenvolvimento do turismo.

A pressão sobre os recursos pesqueiros pela ação dos representantes do Estado, foi criticada por um pescador da ilha de Chiloane quando fez uma comparação entre os finais do período colonial e o atual, quanto ao número de pescadores que havia na ilha. Nesse sentido, afirmou que havia nessa altura apenas cerca de 6 redes de pesca. Mas que agora, nem sabe contar quantas pessoas estarão na pesca.

O peixe nasce da mesma maneira que nos tempos passados, mas a quantidade de pescadores é muito elevada. A partir do alto mar até a costa há vários tipos de redes para capturar o peixe. Assim, se o peixe escapa num determinado tamanho de rede tem ainda mais 5 ou 6 outras redes a espera do mesmo peixe e acaba por não escapar. Em todos os canais de entrada na ilha estão cercados com redes de pesca...como o peixe pode chegar até aqui?...por isso a escassez¹⁴¹⁴.

Perante esta realidade de conjugação de fatores, tais como deficiente organização das instituições do Estado, baixos investimentos na pesca artesanal, falta de terras férteis, guerra civil que obrigou muitas pessoas das zonas do interior a deslocarem-se para as zonas costeiras consideradas mais seguras, e a falta de emprego em outros sectores da economia foi se acentuando a pobreza¹⁴¹⁵. Como consequência, muitos jovens na maioria pouco escolarizados, vêm a pesca artesanal como único meio para garantirem a sua alimentação assim como geração de alguns rendimentos¹⁴¹⁶. Acrescenta-se neste dilema, o uso de meios e técnicas não adequadas por falta de outros, ou por desconhecimento¹⁴¹⁷. Neste sentido, Simões defendia que a pesca de pequena escala era pouco explorada devido aos atrasos tecnológicos e por isso que os rendimentos de captura são muito baixos. O seu maior capital tecnológico reside no conhecimento empírico do povo¹⁴¹⁸.

Podemos concluir que a aposta do Estado na modernização das pescas esteve assente em dois pressupostos a saber: a conjuntura internacional baseada na crença

¹⁴¹⁴ António Henriques, Chefe de povoação e Secretário da Rainha Deolinda Chimbiane Simango (herdeira, com 43 anos) e do conjunto de regulados, 83 anos de idade, nascido em 1935. No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas. Entrevista, Local-Ilha de Chiloane, dia 5 e 7 Junho de 2018.

¹⁴¹⁵ «Moçambique Avaliação da Pobreza», Banco Mundial, Maputo, 2016, p. 4.

¹⁴¹⁶ Hara, M. W. e Pitamber, J. D. e S., *African Development Fund. Artesanal Fisheries Development Project.*, p. 1.

¹⁴¹⁷ Hendrix, C.S. e Glaser, S.M., «Civil conflict and world fisheries, 1952–2004», p. 481; Uane, D.E.V., «Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos», p. 20-21.

¹⁴¹⁸ Simões, F., «Pesca de pequena escala em Moçambique: possibilidades de desenvolvimento. Instituto de Investigação Pesqueira», p. 1.

generalizada que acreditava no domínio da ciência e do progresso técnico associado à industrialização para o desenvolvimento da sociedade, assim como a ideia de desenvolvimento como receita para o sucesso e caminho natural para o progresso e a melhoria de vida da sociedade; a nível interno, a adoção da ideologia marxista no âmbito da construção de uma sociedade socialista que também apostava na modernização rápida como caminho para a industrialização e o desenvolvimento da sociedade em construção. A seguir apresentamos um quadro resumo da situação dos Combinados Pesqueiros, 1985-1987 dividido em 10 parâmetros de análise nomeadamente: actividade, produção, aprovisionamento, recursos humanos, manutenção, obras, comercialização, finanças, cooperação e projectos, segurança e parâmetros de gestão do sistema.

Figura nº 70- Quadro resumo da situação dos Combinados Pesqueiros, 1985-1987

Atividade	1- Produção	2- Aprovisionamento	3- Recursos Humanos	4- Manutenção	5- Obras	6- Comercialização	7- Finanças	8- Cooperação e projetos	9- Segurança	10- Parâmetros de gestão do sistema
-----------	----------------	------------------------	---------------------------	------------------	-------------	-----------------------	----------------	--------------------------------	-----------------	----------------------------------------------

An o- 19 85	Compras superam crescentemente as capturas: prioridade à comercialização; Barcos começam a ser transferidos para os pescadores	Nível de aprovisionamento considerado insuficiente; Problemas principais situam-se ao nível da gestão e controle do processo e coordenação entre as entidades; Relacionamento com a Equipescas altamente problemático; Evolução da guerra provoca efeitos indiretos nos níveis e canais de aprovisionamento,	Iniciado o movimento de racionalização e redução do pessoal: quadros de pessoal tornam-se mais realistas; A expansão dos CPs e PACs provoca vazios de direção e enquadramento em várias áreas; quase nada se faz em termos de formação.	Nível baixo de manutenção levando a baixa operacionalidade, por vezes degradação dos equipamentos; Oficinas e equipamentos importados permanecem em armazéns; Conceção e primeiros passos para montagem da rede de assistência a motores marítimos; procura de melhor	Lenta realização de obras: baixo ritmo das construções e poucos equipamentos instalados; Pouca eficácia do trabalho de brigadas: problemas de planificação e organização; quase paralisação na recuperação de embarcações.	Peso crescente da comercialização do pescado; Correlação positiva entre comercialização e resultados financeiros; flexibilização da política de preços: nova legislação com preços mínimos e máximos; grande diversificação e certa arbitrariedade na fixação de	Os CPs contam com dotações do Orçamento do Estado para investimento e subsídio de exploração; Situação dos CPs é, na maioria dos casos, deficitária: globalmente as receitas não chegam a cobrir as despesas; Margens de lucro não cobrem despesas de exploração; são gritantes as carências de quadros e de	5 projetos em curso, cerca de 14 em negociação; grande dinamismo na busca de novos parceiros e financiamento	Os efeitos da guerra são sobretudo indiretos, e com maior incidência nos CPs situados no interior do país: os volumes e os canais de aprovisionamento de origem provincial reduzem-se e obrigam a reforçar o aprovisionamento do interior a partir de Maputo; o aprovisionamento do interior obriga a	Os obstáculos principais são endógenos (capacidade de gestão, coordenação, disciplina); O papel das províncias e o nível de integração dos CPs é decisivo; dificuldade dos materiais de transporte de pessoas tornam-se as deslocações frequentes ao terreno problemático e aumentam a
----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		principalmente para o interior.		relação com oficinas autorizadas ; Problemas de aprovisionamento refletem-se também nesta área.		preços a nível local; Montante excessivo de bens de comercialização vendidos a trabalhadores.	organização do trabalho contabilístico; Montagem de esquemas de crédito bancário para pescadores é esporádica, não constituindo prioridade.		tomar rotas complicadas e custosas, contornando zonas e evitando vias afetadas pela guerra.	periodicidade dos Coletivos Alargados de direção (tornam-se semestrais); O nível de disciplina e descontrolo é bastante alto; orientação geral do trabalho é descentralizada.
--	--	---------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

An o- 19 86	Aumenta a frota de transporte; nova valorização da pesca experimental.	Melhoria sensível no relacionamento e coordenação com Equipisca; Introdução de normas e mecanismos de controlo para produtos distribuídos ao nível das províncias e bens de comercialização em geral; Maior controlo a nível central; Aprovisionamento dos CPs a partir dos países vizinhos; Melhor	Conclui-se revisão dos quadros de pessoal, buscando uma melhor distribuição de quadros e redução de trabalhadores; alguns programas de formação não se realizam por falta de enquadramento.	Mantêm-se baixos níveis de operacionalidade; instaladas oficinas de motores marítimos na Beira e Maputo; evidencia-se descompasso entre infraestruturas e equipamentos e pessoal técnico qualificado.	Aumenta o volume de obras, principalmente sob responsabilidade local; Ritmo de instalação de equipamentos os continua demasiado lento; Destaca-se eficácia das obras de oficinas de motores marítimos de Maputo e Beira, com base em contratos externos; Recuperação de embarcações revela melhorias.	O Volume de peixe seco comercializado cresce relativamente, tornando-se o dobro do peixe fresco vendido no período; Introdução de normas de comercialização principalmente para produtos distribuídos ao nível da província e estabelecimento de mecanismo	Aumenta significativamente o volume de transações comerciais a nível global com tendência ao equilíbrio financeiro; os rácios de importantes rubricas de despesas (salários, combustível) em relação à produção, evoluem favoravelmente; Os CPs já não dispõem de subsídios de exploração; Visando a autonomia financeira	10 projetos aprovados, cerca de 23 em negociação; os projetos não só aumentam em número como em complexidade, a qualidade e a adequação dos projetos passa a ter um peso determinante; a gestão dos projetos começa a	Situação anterior agrava-se levando à quase paralisia em Metangula e afetando particularmente o acesso por via terrestre aos CPs da província de Nampula.	Embora de forma lenta, um conjunto de medidas de ações começam a criar condições para a resolução dos principais problemas; A capacidade de gestão e o nível dos quadros continuam a ser os principais problemas preocupantes; Busca-se manter a periodicidade de semestral
----------------------	------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>programação do barco de transporte do sector; Aumento significativo dos níveis de aprovisionamento</p>			<p>os de controlo a este nível; Níveis de preços estabelecidos ao nível da província dificultam, regra geral, autonomia financeira dos CPs; Maior disponibilidade de bens para comercialização.</p>	<p>dos CPs são preparados estudos de viabilidade propondo preços, margens, redução de salários e medidas de gestão e organização .</p>	<p>tornar-se o aspeto predominante: a sua eficácia fica em grande parte comprometida pelo volume excessivo de trabalho e modo de organização da UDPPE.</p>	<p>dos Coletivos Alargados e razoável nível de assistência aos CPs recorrendo ao fretamento de avionetas; Para fazer frente aos problemas recua-se na descentralização.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

An o- 19 87	Concentração quase total nas compras do pescado; Volume de compras começa a ser condicionado pela diminuição da procura e disponibilidades	O aprovisionamento defronta-se cada vez mais com limites financeiros; Inicia-se e estimula-se um regime de contratos de pagamentos : rutura de crédito; Aumento,	Drástica redução do poder aquisitivo dos salários; Casos disciplinantes (roubos, desvios) proliferam ; Inicia-se um lento movimento de vinculação	Resultados práticos de medidas organizativas tomadas ainda não se fazem sentir globalmente.	Volume de obras aumenta significativamente; Aumenta o número de mestres-de-obras trabalhando localmente; Cresce o recurso a contratos externos, pagos parcialmente	Sucessivos e grandes aumentos dos preços do pescado geram problemas de escoamento: perdas comerciais , apodrecimento, procura direta de novos	Mediadas do PRE (desvalorização do metical, aumento dos preços, política monetária restritiva, elevação de juros) causam sérios desequilíbrios financeiros;	Cerca de 30 projetos aprovados, cerca de 15 em negociação; a organização funcional da UDPPE já não permite fazer frente à	A guerra começa a atingir diretamente os CPs e todo o sistema de Pesca de Pequena Escala: Torna-se objeto de ataque direto os CPs de Moma e Nova	Com o PRE e o agravamento da guerra, os obstáculos são cada vez maiores; perda relativa da capacidade e do papel da direção: a UDPPE perde o controlo da
----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

financeiras ; Importância crescente do processo e da qualidade; Tendência à estagnação e posterior recessão da produção.	cada vez mais, do impacto da guerra: armazéns saqueados, vias de acesso complicadas ; aumentam preços de insumos, principalmente importados: tendência para o decréscimo dos níveis de aprovisionamento.	o dos salários à produção; iniciada formação de quadros ao nível da UDPPE; Começam a intensificar necessidades de formação, intervenções em estratégias e programas : ações de formação em contabilidade e gestão planificadas.	e em divisas; Começam a manifestar-se problemas financeiros no final do período: obras atrasam-se ou ficam inviabilizados.	mercados; Tendência de redução dos volumes comercializados; Os CPs devem rentabilizar sua atividade comercial: ausência das normas; Qualidade dos produtos começa a tornar-se fator decisivo; Contradições entre os objetivos dos CPs e o novo contexto de mercado.	os CPs em grande medida, veem-se ameaçados de paralisação (stocks não vendidos, salários atrasados, dívidas crescentes); Financiamento bancário inadequado: atraso na criação de novos instrumentos; são colocados em cheque projetos e programas, num quadro de ausência de novas políticas sectoriais.	gestão de cooperação e dos projetos; torna-se praticamente impossível explorar o potencial de assistência internacional à Pesca de Pequena Escala (PPE); As novas condições económicas financeiras colocam	Chicoa e vários PACs situados em diferentes áreas: alguns CP têm a sua atividade bastante cercada geograficamente e as suas sedes tendem a isolar-se; tornam-se extremamente problemáticos ou aleatórios, na grande maioria dos casos, os intercâmbios com os camponeses e as zonas rurais; bens	situação; Dificuldades de transporte tornam-se também financeiras: os Coletivos Alargados tornam-se anuais; Lógica de mercado e ausência de políticas sectoriais causam impotência e questionam-se as prioridades e os objetivos de desenvolvimento; A curto prazo, deverão começar a
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

							em cheque a configura ção e viabilida de de inúmeros projetos acordado s.	essoais são destruídos e vidas humanas são ceifadas.	discutir-se medidas para combater a recessão na Pesca de Pequena Escala.
--	--	--	--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: «Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique», Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, s/d, Anexo: p. 1-10.

5.8- Considerações finais

Concluimos neste capítulo defendendo que houve continuidade das formas administrativas em vários aspetos económicos, sociais e políticos, entre o período colonial e o período pós-independência. O relacionamento entre o Estado e as comunidades rurais, onde estão os pescadores artesanais, não registou muitas diferenças.

A nível económico, o governo da Frelimo continuou com todas as fontes de arrecadação de divisas do regime colonial, nomeadamente a exportação da mão-de-obra, sobretudo para as minas da África do Sul. Este processo iniciado com o designado acordo *modus vivendi* assinado entre portugueses e os proprietários de minas sul-africanas, sendo mais uma demonstração de que Moçambique e África do Sul constituíam uma única região económica da região austral dominada pelos interesses do capital estrangeiro, desde o período das Companhias¹⁴¹⁹. Outro aposto desta integração era a economia de serviços baseada na rede ferroviária e nos portos que permitiam a ligação entre a costa e os países do *interland*.

Uma das principais ações praticadas pela Frelimo depois de chegar ao poder, foram as nacionalizações. Nacionalizações na época foram uma prática comum em vários outros países do mundo, sobretudo em revoluções conduzidos pelos partidos ou movimentos de esquerda. As principais foram a nacionalização da terra, da banca e de diversos tipos de empresas e serviços. A nacionalização da terra, não chegou a trazer nenhum benefício aos camponeses, pois o princípio adotado pelo Estado era de que toda a terra desocupada ou abandonada só poderia ser explorada de forma coletiva através das cooperativas de produção e das machambas estatais. O objetivo da criação de empresas e machambas estatais era de permitir a acumulação da riqueza nacional pelo Estado, que depois faria a sua redistribuição. Esta era a obsessão pela modernização da economia do período socialista, em detrimento das camadas mais vulneráveis, sobretudo os pescadores artesanais e os camponeses, o que consideramos uma continuidade.

A abordagem do Estado para lidar com a pesca artesanal foi baseada na sua incorporação em Combinados Pesqueiros, dentro da lógica modernista e socialista. Os Combinados Pesqueiros foram concebidos para operar a frota de pesca comercial abandonada e empregar os pescadores artesanais como assalariados e outra parte em cooperativas de produção. Porém, a larga maioria continuou fora dessas esferas. Foi esta maioria de pescadores que davam maior percentagem de produção aos CPs ao preço fixado pelo Estado. Os CPs

¹⁴¹⁹ Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p. 15-16; Maloa, T.M., *História da economia socialista moçambicana*, p. 27.

depois revendiam esta produção, tanto interna assim como externamente a preços mais altos. Esta foi uma das principais razões de descontentamentos entre os CPs e os pescadores artesanais que não eram revistos em consonância com os preços do mercado.

O declínio dos CPs teve o seu início com a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987 e a liberalização dos preços. Outros fatores do seu declínio foram a má gestão, a guerra civil, as avarias dos equipamentos e falta de assistência técnica e de sobressalentes, a falta de formação dos recursos humanos em vários domínios, assim como a luta pelos espaços de pesca, entre os pescadores artesanais e os operadores da pesca semi-industrial e industrial.

Perante a conjugação de fatores tais como deficiente organização das instituições do Estado, baixos investimentos na pesca artesanal, falta de terras férteis e guerra civil, foi se acentuando a pobreza, estimada em cerca de 72% nas zonas rurais. O Estado apostou e investiu na parte empresarial das pescas que era caracterizada pela existência de empresas estatais, sociedades mistas onde era um dos sócios maioritários e ao apoio aos armadores privados nacionais e estrangeiros aos quais não impunha os preços fixos e permitia que fizessem a exportação da sua produção ganhando maiores benefícios financeiros.

Esta tendência verificada ao longo dos três períodos estudados, demonstra que os interesses económicos do Estado estiveram acima das necessidades e anseios das comunidades dos pescadores artesanais, em particular.

6- CONCLUSÃO

Na análise proposta nesta tese sobre a história da pesca artesanal em Moçambique, 1892-1991, o caso da ilha de Chiloane visámos compreender a posição socioeconómica da pesca artesanal e dos pescadores artesanais na sociedade, assim como discutimos o impacto ambiental causado pela pesca na região de Manica e Sofala. O nosso argumento é que a pesca artesanal sofreu uma discriminação relacionada com o sector, por se localizar na periferia do sistema controlado pelo Estado, tanto no regime de produção capitalista assim como do sistema de produção socialista. Durante a vigência do sistema capitalista, a principal preocupação era de maximizar os lucros sem se preocupar com a situação dos produtores. No sistema de produção socialista, apesar de o estado advogar uma redistribuição igualitária dos recursos/riquezas, foi dada primazia a uma economia centralizada, baseada em empresas estatais para onde eram canalizados a maior percentagem dos investimentos, relegando para o segundo plano, mais uma vez, os estratos do campesinato e dos pescadores artesanais. Desse modo, a pesca artesanal recebeu poucos investimentos em comparação com os sectores da pesca semi-industrial e industrial ao longo das três administrações diferentes (Companhia de Moçambique, Estado Novo e pós-independência) que estiveram implantadas nas províncias de Manica e Sofala.

Em termos ideológicos foi verificada uma tendência, ao longo dos três períodos, de tentativas de suprimir ou passar ao segundo plano os saberes e experiências dos atores sociais do Sul a favor das experiências e conhecimento da cultura Ocidental do Norte, apesar de o último período ser do pós-independência. Mas esta independência deu mais espaço de expressão e poder político às elites urbanas, aliadas a alguns destacados comandantes militares, muitas delas com um histórico de privilegiados na sociedade. Na atualidade, são os detentores de grandes empresas privadas e maiores fortunas do país estando alinhados com a ideologia que combateram de “exploração do homem pelo homem”. Estas características marcam uma continuidade pois no passado colonial eram as famílias oriundas da pequena burguesia e assimilados, mas que continuaram a beneficiar de privilégios em relação à maioria da população de origem camponesa ou do proletariado “graças à sua riqueza, educação e posição social”¹⁴²⁰.

¹⁴²⁰ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 468.

Partimos da hipótese de que a pesca em pequena escala (pesca artesanal) possui capacidade de gerar riqueza, mas os mecanismos socioinstitucionais, tanto do período colonial como do período socialista, limitaram essa capacidade. Neste contexto, tomámos em consideração que o período da administração da Companhia de Moçambique marcou, na história da região, uma transição do período em que o domínio político-administrativo estava entre os africanos e mercadores do Índico baseados nas chefaturas, xeicados, sultanatos, reinos e impérios que passou para o período de dominação imperialista a partir dos finais século XIX, consubstanciado na criação de companhias. Esta transformação qualitativa foi possível através da interação direta do capital na esfera produtiva, engendrando no seio das estruturas pré-imperialistas novas formas de produção determinadas pelas crescentes necessidades de acumulação capitalista à escala mundial¹⁴²¹.

O objetivo inicial das atividades da Companhia de Moçambique com poderes majestáticos era lucrar com a exploração mineira (especialmente do ouro), que era o principal foco das nações ocidentais de momento, que pouco tempo durou. Usando do direito do monopólio de concessão de terras, realizaram subconcessões territoriais (concessão de talhões para construção, concessões agrícola e concessões mineiras) a muitos arrendatários de forma individual ou com sua participação como acionista nos investimentos de capitais¹⁴²². Os primeiros 15 anos de atividades da Companhia de Moçambique foram dedicados à criação de condições para a atração de mais capitais; montagem de um sistema administrativo eficiente para a manutenção da ordem; implantação de um sistema fiscal eficaz que permitisse uma boa recolha de impostos e o estabelecimento de meios e vias de comunicação¹⁴²³.

Na região Sul de Moçambique, as autoridades coloniais estabeleceram também uma economia de serviços baseada no sistema de ligações ferroviárias e portuárias que serviam os interesses da economia da África do Sul ao mesmo tempo que garantiam o fornecimento de mão-de-obra, principalmente para as minas. Neste regime de exportação de trabalhadores foi estabelecido o pagamento diferido aos trabalhadores mineiros. Este sistema, foi estabelecidos pela Convenção de 1928 entre Portugal e a RSA que permitiu as autoridades portuguesas uma

¹⁴²¹ Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, p. 302.

¹⁴²² A Companhia de Moçambique. Monografia para a exposição portuguesa em Sevilha, p.13; Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 331.

¹⁴²³ Jaime, S., *A Economia e a Expansão das redes telegráficas e telefónicas no território de Manica e Sofala, 1892-1942*, p. 25.

fonte de divisas através das reservas em ouro¹⁴²⁴. Estas infraestruturas ferro-portuárias constituem os atuais Corredores da Beira e de Maputo associado ao sistema de envio de trabalhadores mineiros que continua sendo uma das fontes de receitas para o Estado.

A cobrança e o pagamento de impostos nos países colonizados foram praticados por todas as potências coloniais e teve continuação no período pós-colonial, tornando-se em atos transversais aos três períodos históricos estudados nesta tese. De um modo geral, o imposto constituía a principal obrigação ao dispor do colonizador para obrigar ao colonizado para o trabalho assalariado e para a produção de culturas de rendimento, ao mesmo tempo que se tornou num dos mecanismos para sustentar o Estado ou financiar as suas infraestruturas económicas. Os orçamentos coloniais eram constituídos quase todos da mesma forma, sendo que 25% provinham das tarifas aduaneiras e outros 25% provinham do imposto de capitação¹⁴²⁵. É neste contexto que Betts argumenta que o sistema tributário foi aquele que mais contribuiu para a burocratização da administração colonial, tendo-se tornado na condição da entrada das colónias para a economia monetária¹⁴²⁶.

Os principais impostos eram o imposto de palhota ou mussoco que, no início, eram pagos em cereais e, mais tarde, em dinheiro ou em trabalho forçado. A unidade fiscal era a família com exceção do chefe da povoação¹⁴²⁷. Havia outros impostos cobrados tais como o imposto pela fabricação de bebidas, imposto de queimadas, imposto pelas festas tradicionais, imposto pelo uso de cão na caça, entre outros.

Alcançada a independência de Moçambique em 1975, verificaram-se novos desenvolvimentos com algumas semelhanças em relação ao período colonial. Por exemplo, uma das bases de diferenciação social, política e económica no período colonial estava na política do indigenato baseada na aplicação de sevícias físicas aos negros e discriminação baseadas na cor da pele e, no pós-independência, também iremos registar alguns fatores de diferenciação social, desta vez baseadas em alianças políticas entre a Frelimo e as elites urbanas e, a partir da instituição do multipartidarismo no início da década de 1990, as questões raciais também ganharam corpo na sociedade. Estas elites passaram a ter mais vantagens e privilégios

¹⁴²⁴ Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», p. 4 ; Brito, L. de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, p.19.

¹⁴²⁵ Coquery-Vidrovitch, C., «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)», p. 385.

¹⁴²⁶ Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições», p.369.

¹⁴²⁷ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 330 e 339.

em relação às comunidades das zonas rurais e, apesar de serem numericamente inferiores, dominam as vontades das comunidades rurais, que são a maioria. Segundo Newitt, “o partido Frelimo deixou formalmente de considerar o campesinato, [onde estão os pescadores artesanais], como principal força revolucionária para depositar formalmente a sua confiança no proletariado, que fora, e seria, criado pela expansão do sector moderno da economia”¹⁴²⁸.

A abertura ao investimento estrangeiro iniciado no início da implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, assistiu também ao registo de continuidade pela entrada de investidores internacionais, tais como a *Lonrho* e *Anglo-American*, na área agrícola e financeira, os mesmos que operavam no período colonial, assim como o domínio do sector bancário pelos portugueses, muitos dos quais representam os mesmos bancos que controlavam o setor no período colonial¹⁴²⁹.

No concernente às políticas de modernização dos diversos sectores da economia, incluindo o sector das pescas, iremos encontrar também continuidades. Neste processo, o papel do Estado é determinante pois é ele que define as linhas de orientação na sua qualidade de entidade soberana. Porém, não poucas são as vezes em que atende mais aos anseios e desejos da classe dominante e das elites que a constituem que muitas vezes repetem os mesmos erros do passado¹⁴³⁰. É dentro desta linha de argumento que Pitcher afirma que, apesar de o Estado em Moçambique, depois do início da liberalização da economia com o PRE, já não controlar a economia nem administrar as antigas empresas estatais estratégicas, a Frelimo sobrevive à transição através das instituições do Estado e das elites do partido que aproveitaram a reestruturação para formar novos grupos de apoiantes, o que lhes permite manter algum controlo político e económico que exerceram desde a independência, naquilo que chama de "preservação transformadora", para chamar a atenção para a influência contínua do período socialista na economia de mercado emergente¹⁴³¹.

O pacote de modernização no ramo das pescas, desde o período do Estado Novo, tem estado virado para a sua industrialização através da constituição do sector da pesca semi-industrial e industrial, e negligenciando a pesca artesanal e as formas tradicionais de vida dos seus praticantes e promovendo formas de acumulação que os tornam em subordinados. Nestas circunstâncias, os pescadores artesanais são “forçados” a especializar-se na pesca que incentiva

¹⁴²⁸ Newitt, M., *História de Moçambique*, p. 467.

¹⁴²⁹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 15-16.

¹⁴³⁰ Grove, R. H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, p. 5.

¹⁴³¹ Pitcher, M.A., *Transforming Mozambique*, p. 6.

a pesca semi-industrial e industrial e a incorporação de equipamentos modernos na atividade resultando, em alguns casos, em conflitos. Estes conflitos são causados pelas mudanças bruscas de formas de vida associadas a estas políticas de modernização da pesca. No entanto, os resultados destas políticas permitem identificar que elas respondem, “a interesses externos, excluindo os pescadores artesanais, negando seus modos tradicionais de reproduzir a vida, expropriando-os dos territórios que tradicionalmente ocupam e mercantilizando sua vida”¹⁴³².

Podemos considerar ser dentro desta lógica modernista que os Combinados Pesqueiros tentaram tornar os pescadores artesanais em assalariados. Durante este período, o Estado favorecia as empresas privadas e outras estrangeiras que estiveram autorizadas a participar na produção e exportação de crustáceos. Estas empresas até tinham o privilégio de atribuição de licenças para a importação de equipamentos de pesca e não tinham a obrigação de vender a sua produção aos agentes oficiais de compra, pois também reclamavam pelos baixos preços praticados, que não eram rentáveis para a atividade. Portanto, tinham a possibilidades de “fuga” aos preços fixados pelo Estado impostos à pesca artesanal.

Um dos estereótipos da relação entre os Estados e a pesca artesanal, ao longo dos dois tipos de administração, a do período colonial e pós-independência, foi a “equiparação” da pesca artesanal como uma atividade que está fora do alcance dos oficiais governamentais a vários níveis, a situação da economia informal. Por isso, os pescadores e a sua atividade perdem “visibilidade” nos dados estatísticos oficiais. Estas são algumas das razões habitualmente apontadas para o difícil controle da pesca artesanal pelo Estado tais como, a dispersão no espaço e a falta de capacidade do Estado em colocar oficiais que possam registrar e fiscalizar a sua produção. No período colonial a forma de controlo da pesca artesanal esteve baseada nos recenseamentos para aferir o número da população residente e na produção de diversos regulamentos para controlar as atividades produtivas.

O aumento constante da população de pescadores artesanais e suas famílias na pesca artesanal era resultado do declínio de outros sectores da economia e da falta de terras férteis para a agricultura. Esta circunstância faz do subsector da pesca artesanal como que um amortecedor (*buffer*) das pressões sociais em períodos em que esteja em risco a sua base normal de subsistência. A pesca constitui, então, uma alternativa à qual recorrem as populações mais empobrecidas na sua luta pela sobrevivência. Embora os números não sejam conhecidos é de admitir que, no subsector da pesca artesanal, se mantenham índices de pobreza superiores à média nacional e provinciais, tanto no mar como nas grandes massas de água continentais. Por

¹⁴³² Pérez, M.S. e Gómez, J.M.R., «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura», p. 38 e 41.

esta razão, o subsector da pesca artesanal, em especial aquela que se situa ao nível da subsistência, tem uma dinâmica de entrada e saída de pescadores muito elevada. Esta mobilidade traduz-se não somente em movimentos em direção a outras oportunidades de trabalho fora da pesca artesanal, mas também transferências para oportunidades oferecidas por outras atividades de pesca, em outros subsectores¹⁴³³. E, em Moçambique, a pesca é caracterizada pelo predomínio de embarcações de menores dimensões, portanto a pesca artesanal, em detrimento das embarcações de grande porte.

A pesca artesanal é uma das atividades económicas e de subsistência milenar e tem a sua importância no fornecimento de alimentos e na necessidade de melhorar a vida das comunidades pesqueiras. A nível mundial, a pesca é um recurso que fornece mais de 15% da ingestão anual de proteínas per-capita, para mais de 2.9 biliões de pessoas. Sendo também uma fonte direta de renda para cerca de 43.5 milhões de pessoas, mais de 90% das quais vivem em países em vias de desenvolvimento. Este grupo de pessoas, figuram entre os mais pobres e vulneráveis, e, por falta de terras férteis a pesca é a única atividade alternativa para a sua sobrevivência¹⁴³⁴. Portanto, uma boa parte das populações da Ásia, África e América Latina depende das pescarias de pequena-escala e de subsistência no combate à pobreza, sendo este o primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁴³⁵.

A nível da região austral de África a partir dos meados do século XX a pesca das águas interiores teve um incremento em cerca de 1/3 (250.000 toneladas para 2.000.000 toneladas), e nos países da *Southern African Development Community* (SADC) de 168.000 toneladas em 1961, aumentou para 635.000 toneladas em 1997, como resultado do aumento da população de pescadores e suas famílias que passaram a procurar a sua segurança económica praticando a pesca artesanal, em resultado do declínio dos outros sectores da economia¹⁴³⁶. Portanto, estes resultados não estão ligados ao aumento da produção da indústria moderna, onde predomina a pesca semi-industrial e industrial.

A importância das pescas na economia moçambicana é muito elevada considerando a extensão de litoral de 2,750 km de costa marítima e as águas interiores que ocupam uma extensão aproximada de 20.000km². Os lagos abrangem 60% da extensão, os rios 25% e as

¹⁴³³ «Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA-2007), Documento principal», p. 15.

¹⁴³⁴ Garcia, F., *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em África: Análise e Gestão*, p. 106.

¹⁴³⁵ Disponível em www.on.org/millenniumgoal, consultado 10/05/2021.

¹⁴³⁶ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 95.

planícies irrigadas 15%. O potencial de peixe nestas águas é de 15.000 toneladas de peixe kapenta na albufeira de Cabora Bassa, 5.000 toneladas para os peixes demersais e 22.000 toneladas de *utaka* do lago Niassa e o elevado número de pessoas envolvidas nesta atividade económica¹⁴³⁷. Em 1979 o número pescador era estimado em cerca de 1.200 operando na albufeira de Cabora Bassa com uma contribuição anual de pescado de 2.000 toneladas¹⁴³⁸.

Em muitos países em desenvolvimento, a pesca artesanal é uma atividade situada na fronteira entre a economia de subsistência e o mercado capitalista e inspirada por lógicas complexas, ora por referenciais de ordem comunitária ora por racionalidades trazidas do exterior, sejam elas as da modernidade ocidental, herdada da colonização ou as resultantes da vivência milenar tecida pelas solidariedades estabelecidas com o Índico. Pouco conhecida é a vida destes homens e mulheres que consagram a vida ao mar, cuja atividade económica é dificilmente avaliada. Estamos, assim, face a atores sociais que se situam na margem do sistema controlado pelo Estado, quer no tempo colonial quer no presente e que merecem atenção particular por parte da história e da análise social.

O relatório sobre a contribuição das pescas em Moçambique entre 2005 e 2013, apesar de se referir a um período cronológico posterior à cronologia da tese, destaca que a contribuição anual da pesca artesanal para o total do pescado era de cerca de 90% o que demonstra a importância deste sector. Porém, tem havido discrepância dos números e volume de produção do sector artesanal, possivelmente devido às diferentes estratégias de contabilização dos intervenientes na pesca, tomando em consideração que uns assumem esta atividade durante um período curto do ano, como suplemento a outras atividades tais como agricultura, enquanto outros assumem a pesca como atividade permanente¹⁴³⁹.

A gamboa tornou-se na arte de pesca artesanal mais destacada, a partir do período da administração dos territórios de Manica e Sofala tendo merecido, por isso, a devida atenção que se nota nas diversas tentativas de regulamentação que abordámos. Com o uso desta arte de pesca, foi possível abastecer de peixe seco e fresco as famílias dos pescadores e as diversas entidades administrativas civis e militares ao mesmo tempo que serviu de recurso para a cobrança de impostos e taxas a favor da Companhia. A gamboa foi uma arte de pesca predominante até aos finais do século XX onde a sua importância pode ser verificada em quatro

¹⁴³⁷ Pinto, D. A., «Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996», p. 95.

¹⁴³⁸ Krantz, L., et al., «Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique», p. 58-60.

¹⁴³⁹ «Realizações do Sector das Pescas 2005 / 2013». Ministério das Pescas, Disponível em www.mozpesca.gov.mz, consultado em 21/09/2015.

dimensões. A sua dimensão económica é observada no fornecimento do peixe como fonte de alimentação e de proteínas das comunidades e fonte de rendimentos. A nível ambiental o seu uso permite a preservação do ambiente por ser fabricada a partir de materiais de origem vegetal disponíveis na natureza e perecíveis (biodegradável). Esta situação permitia que não tivesse muitos efeitos nocivos ao ambiente natural do ecossistema. A nível legislativo, a pesca com o uso da gamboa foi identificada pelas administrações estatais como fonte para a captação de impostos e taxas e, por isso, mereceu a sua regulamentação. A nível tecnológico, foi alvo de uma evolução ao serem introduzidas redes de arrame nas gamboas por estrangeiros que aumentaram as capturas e melhoraram a durabilidade dos equipamentos. A introdução destas redes foi feita no âmbito dos avanços tecnológicos frutos da industrialização, o mesmo acontecendo com as redes de fibras sintéticas que se seguiram e a motorização das embarcações, assim como o uso de tratores com o início da pesca semi-industrial e industrial. Associados a estas inovações temos também o problema de plásticos que estão a prejudicar os recursos pesqueiros com os microplásticos. Os microplásticos são partículas de plásticos que facilmente são confundidos com alimento pelos organismos marinhos devido ao seu tamanho estando a ser introduzidos nos anos recentes.

Porém, o uso da gamboa, assim como as outras artes de pesca às quais o pescador artesanal recorre, tem as suas limitações que permitem que, às vezes, não consigam sair da armadilha da pobreza. Esta pobreza cíclica do pescador artesanal é produzida pelo círculo vicioso em que realizam capturas cada vez mais intensas ao mesmo tempo que tem muitas percas pós-captura. Desta forma, vão reduzindo os *stocks* da fauna porque vão pescando mais, mas, ao mesmo tempo, aproveitam menos. Desta forma, dispõem mais tempo e energia à procura de pescado que vai escasseando e, quando obtêm o pescado, não têm condições de o conservar, aproveitando cada vez menos e este vai cada vez mais escasseando. Assim, a pesca vai rendendo menos, produzindo pobreza cíclica. Outro ponto que deve ser tomado em atenção é o tempo de duração do ciclo de produção durante um ano considerando os períodos de defeso e veda atualmente oficializados em diversos espaços de pesca¹⁴⁴⁰.

Podemos concluir que a pesca foi uma das atividades económicas que mereceram a atenção das diversas administrações coloniais pelas seguintes razões: acesso a proteínas para alimentar os que prestavam diversos serviços e cobrança de impostos e taxas a quem praticasse a atividade. Associada à pesca, também havia a exploração de pérolas e de holotúrias, a criação

¹⁴⁴⁰ António Mubango Hogueane, Professor de Oceanografia da Universidade Eduardo Mondlane. Entrevista, Local-Maputo, Dia 30 e 31 de Julho de 2019.

de ostras, a indústria de extração de óleo e farinhas de peixe que mereceu a atenção de exploradores estrangeiros, que eram também fontes de rendimentos.

O nosso argumento central foi de que a pesca artesanal sofreu uma discriminação relacionada com o sector por ser uma atividade localizada na periferia do sistema de produção capitalista centrada em mecanismos de exploração de recursos intensiva. Daí que, tanto os poveiros em Portugal, assim como africanos em Moçambique, enfermaram da mesma discriminação com a diferença de os primeiros terem algumas vantagens quando vieram para África, decorrente da sua cor de pele e da política do indigenato. Por esta razão, a pesca artesanal não foi priorizada nos investimentos no sector ao longo das três administrações diferentes (Companhia de Moçambique, Estado Novo e pós-independência) que estiveram implantadas nas províncias de Manica e Sofala.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I-Fontes primárias e Documentos de Arquivo

I.1-ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM)

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Camboas da Companhia, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Costa marítima da concessão da Companhia de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», 5 vols. Cx. 31, cota 113.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas na circunscrição de Sofala e Chiloane, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de cambôas na circunscrição de Govuro, Mambone e Mocoque, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Fornecimento de peixe fresco pela polícia civil, 1905-1934, Processo 888», Cx. 762, cota 291.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», 1905-1934, Processo 888, cota 291.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Pesca, Extração de óleo de peixe- Concessão pedida por Carlos Picardo, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento para a apanha da Casca da Ostra, 1900-1932, Processo 413», cota 113.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamentos de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Requerimentos, licenças de pesca com rede de arrastar, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Secretária-geral, Campanha de pescadores, 1922-1941, Processo 3462», cota 766.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processo 412», no 6370, 5 vols., 1931.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Processos 291, nº 319/3222», 1914.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique- «Secretaria-geral, Regulamento de pesca de holotúria, 1900-1932, Processo 412, nº 6370», 1931, 5 vols. Cx. 31, cota 113.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», 20/9/1905 a 23/4/1934, vol. 1, 1907.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Regulamento Geral de Pesca na Província de Moçambique, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Campanha de pescadores» - 1/11/1922-27/5/1941; Vol.1.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Companhia da pesca de pérolas de Bazaruto». 1906/1909.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Companhia das pescarias e frigoríficos da Beira» - 23/2/1923- 18/9/1935; Vol.1.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Governo Geral- Relatório dos Serviços: Governo do distrito de Inhambane. Relatório de 1960». Cx. 2096.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Regulamentos da Pesca (ordem nº 1978)» - 12/2/1907- 25/3/1936; Vol.6.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Relatórios do governador» - 1928- 1928; Vol.1.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Exploração de Cambôas na circunscrição de Chiloane e Sofala» -1/3/1900-31/12/1932, Processos 82», Vol. 2. cot. 30.

MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. Secretaria-geral, «Processos 30, números 57-59».

MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Requerimentos, licenças de pesca com rêde de arrastar, 1900-1932, Processo 412», cota 113.

MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Processos 412», Vol. 2.

I. 2-ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT)

PT/ANTT, Arquivo Salazar. «Mensagem da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique a sua Excelência Ministro das colónias, José Bacelar Beliano, por ocasião da sua visita a Província de Moçambique», Lourenço Marques, Julho de 1929.

PT/ANTT- Conselho de Administração, «Relatório e Documentos da Companhia de Moçambique apresentado à Assembleia Geral de 14 de Março de 1889».

PT/ANTT- Fundo Companhia de Moçambique, «Estatutos da Companhia de Moçambique, Decreto de 22 de Dezembro de 1893», DG n.º 292, de 26 de Dezembro de 1893, Ordem n.º 2988, liv. n.º 5758.

PT/ANTT- Fundo Companhia de Moçambique, «Estatutos da Companhia de Moçambique, Decreto de 4 de Junho de 1902 e 17 de Agosto de 1905», Ordem n.º 2988, liv n.º 5758.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique - «DGFC-MU, 1C. Orçamentos, 1913»; «Orçamento do Território da Companhia de Moçambique, 1938», Cx. 1662.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- - «Regulamento do Interno do hospital da Rainha D. Amelia». No de ordem 2988, liv. No 5755, 1899.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Livro de Atas do Conselho de Administração, no 2723», 1899.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Regras que regem as relações entre o Conselho de Administração da Companhia e os seus Comités Estrangeiros». Liv. N.º 5792, N.º de ordem 2989B.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento da Companhia de Moçambique». N.º de ordem 2988, liv. n.º 5755, 1899.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do serviço indígena». N.º de ordem 2988, liv. N.º 5755, 1899.

PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento da Capitania dos Portos da companhia de Moçambique». No de ordem 2988, liv. No 5755, 1899.

PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do Almojarifado». No de ordem 2988, liv. No 5755, 1899.

PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do curso monetário nos territórios da Companhia de Moçambique». No de ordem 2988, liv. No 5755. 1899.

PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento dos serviços indígenas em Manica». No de ordem 2988, liv. No 5755, 1899.

PT/ANTT-Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento Mineiro dos Territórios de Manica e Sofala». Nº de ordem 2988, liv. Nº 5755, 1906.

PT/ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Handbook of the Mozambique Company. Province of Manica-Sofala». Liv. Nº 5792, Nº de ordem 2989.

PT/ ANTT- Fundo da Companhia de Moçambique- «Relatório e Documentos da Companhia de Moçambique apresentado a Assembleia Geral de 14 de Março de 1889». Conselho De Administração.

I. 3-ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

PT/AHU- Fundo da Companhia de Moçambique -DGFC-MU, 1C. Orçamentos, 1913; «Orçamento do Território da Companhia de Moçambique», 1938, Cx., 1662.

PT/AHU- Ministério da Marina e Ultramar. Companhia de Moçambique, «Nova Carta Orgânica da Companhia de Moçambique, Decreto de 17 de Maio de 1897». Imprensa Nacional, Portugal, Lisboa, 1897.

PT/AHU- Ministério das colónias- Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica- Gabinete de Planeamento e Integração Económica. «Relatório da Execução do II Plano de Fomento. Volume III- Exploração mineira; pesca e indústrias derivadas; indústrias transformadoras», 1966.

PT/AHU- Ministério das Colónias, Direção Geral das Colónias, «Regulamento Geral do Trabalho Indígena», nº 951 de 14 de Outubro, I Série nº 187, 1914.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- - Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina - ISAU -GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTOS 6-Pedido da Companhia de pesca "Senhora da Boa Viagem" para regressar a Moçambique e lhes serem fornecidas as passagens como colonos», 1949.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- - Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU-GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina-

«DOCUMENTOS 2-Companhia de Pesca "Senhora da Boa Viagem" em Moçambique»; «Embarcações de pesca para as colónias, Joaquim Cana; 1948/49» -GM, 866, A 2G-CF, Cx. 1948-1949.

PT/AHU- Ministério do Ultramar - Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU-GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTO 4 -Consulta da junta consultiva do ultramar». Cx. 13, doc. 1060, 1907.

PT/AHU- Ministério do Ultramar – Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU, - «Inspetor superior António de Almeida. Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Comissão Nacional de Coordenação e Planificação de Pescas, 01, 1963-1972, no 1057. «Relatório enviado ao presidente da Junta de Investigação do Ultramar».

PT/AHU- Ministério do Ultramar -Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU-GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949. «Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. S/n, 5 de Agosto de 1905.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Governador Álvaro de G. e Melo. Colónia de Moçambique. Província de Manica e Sofala. «Relatório do governo de província». 1950. Dactilografado.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU - 878, 1D, MU, DGCOri, Cx. 1922-1931- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Indústria de pesca, 1926-1927».

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU - Inspetor administrativo João Mesquita. «Relatório das inspeções ordinárias ao concelho da Beira, circunscrições de Sofala, Búzi e Chimoio e posto do Dondo, do distrito da Beira, província de Manica e Sofala». 1947.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU -GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTO 5-Consulta da junta consultiva do ultramar». Cx. S/n, 1905.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU -GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTO 7-Pedido da campanha "Cego do Maio" para lhe ser pago o frete da sua traineira e as passagens como colonos de 19 tripulantes para a Beira», 1949.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU -GM, 866 A, 2G-CF, Cx. 1948-1949- Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTO 8-Pedido de João de Deus Firmino para levar uma embarcação de pesca à vela para Lourenço Marques»,1949.

PT/AHU- Ministério do Ultramar– Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU, - Inspetor superior António de Almeida. «Inspeção geral à colónia de Moçambique». 1947. Dactilografado.

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Empresas de pesca estrangeiras em Moçambique. Reclamação de Victor Lopes».

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Empresas que se dedicam à atividade piscatória nas províncias ultramarinas».

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Pesca. Pedido de montagem de indústria de pesca, na província de Manica e Sofala, apresentado por Manuel James de Arriaga Andrade».

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Processo geral referente a Indústria de Conservas de Peixe de produção metropolitana e indústria de Pesca».

PT/AHU- Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia- DGEco-RA- «Providências a adotar para protegerem estas indústrias. Medidas a adotar nas colónias». Requerimento nº1/28/32, 1927.

PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar - DGU, 230, 2G-1S, Cx. 1884-1904 - Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Pedido de concessão do exclusivo de pesca de pérolas, coral e âmbar entre a foz do Save e o paralelo 22º de Alexandre Rocha Serpa Pinto», 1890, Cx., 1884-1904.

PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar -DGU, 1B, 2054-SEMU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar DGU-Direção geral do ultramar- Companhia de Moçambique. «Atas da sessão do conselho fiscal», 1906, Cx., 2054.

PT/AHU- Ministério do Ultramar-Fundo Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- DGU, 230, 2G-1S, Cx. 1884-1904 - Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «DOCUMENTO 1-Consulta da junta consultiva do ultramar». Cx. 13, doc. 1054- nº 438 de 8 de abril de 1907.

PT/AHU- Ministério do Ultramar-Inspeção Superior de Administração Ultramarina- «Embarcações de pesca para as colónias, 1948/49» -GM, 866, A 2G-CF, Cx. 1948-1949.

PT/AHU- Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar- Direção Geral do Ultramar- «Consulta da Junta Consultiva do Ultramar». Cx. 13, Doc. 1054 de 8 de Abril de 1907, nº 438.

PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc., no, 880.4».

PT/AHU- Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica Tropical. Direção dos Serviços de Gestão, «Missão Bioceanológica Pescas Moçambique, Proc. nº 880.4».

PT/AHU-IPAD/ Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia-DGEco-RA- Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Estudo sumário para estabelecimento da indústria de pesca em Moçambique».

PT/AHU-IPAD/ Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia-DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Projeto de instalação de uma grande companhia de pesca em Moçambique». Datilografado.

PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia-DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Exposição ao subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino sobre a pesca em Moçambique».

PT/AHU-IPAD/Ministério do Ultramar- Fundos e Coleções - Direção Geral de Economia-DGEco-RA-Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar- «Plano de organização e montagem de uma Companhia de Pesca em Moçambique».

PT/AHU-Ministério do Ultramar- Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor administrativo António A. S. Borges. Inspeção dos Serviços Administrativos. «Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sofala».1969. Dactilografado.

PT/AHU-Ministério do Ultramar-Fundo Inspeção Superior de Administração Ultramarina- ISAU- Inspetor superior Mário Costa. Inspeção Superior de Administração Ultramarina. «Inspeção à província de Moçambique. 1960- 1961», Vol. 2. Distritos. Dactilografado.

PT/AHU-SEMU-DGU-Consultas do ConselhoUltramarino-0039-01838, doc. de 1860, Maio, 4. Moçambique / Chiloane(ilha) / Mapa de costas e fundos marinhos / [ca. 1860]. In: PT/AHU/CARTM/064/01354.

II-FONTES IMPRESSAS

«Estatutos da Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique», Orbis- Edições Ilustradas, Lisboa, 1966.

«Nº 9 do Artigo 21º do Decreto de 11 de Fevereiro, 1891».

«Porto de Abrigo, Salvemos a Pátria». In: O comércio da Póvoa de Varzim. Ano XIII, nº 40, 22/10/1916.

«Regulamento da pesca nas águas marítimas do território da Companhia de Moçambique», Aprovado por Decreto de 13 de Outubro de 1898, Imprensa Nacional, Lisboa. 1898.

«Regulamento para a exploração das ostreiras, ostricultura e depósitos de ostras na parte marítima das águas públicas na província de Moçambique», Aprovado por decreto de 25 de Junho de 1904, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1904.

«Regulamento para a pesca da baleia no mar de Moçambique», Colónia de Moçambique, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1929.

«The Overseas Companies of Portugal», The Portuguese Economy: 1967-1968.

II.1- Documentos, Relatórios/Regulamentos, Legislação/Memórias, Jornais E Periódicos

Andrada, J. Paiva de, Documentos relativos aos acontecimentos de Manica. [s.l., s.n.], 1888.

Andrada, J. Paiva de, Manica: parecer da Comissão Africana da Sociedade de Geografia em 1882: comunicação e proposta apresentada à Sociedade de Geografia pelo sócio Joaquim Carlos Paiva de Andrada, Lisboa: [s.n.], 1890.

Boletim da República, 1996, I série, no 21, artigo 28 alínea b) e c) [tipos de arrasto].

Carvalho, Tito Augusto, As Companhias Portuguesas de Colonização, Memórias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.

Cayola, Lourenço, Sciencia de colonisação, Typographia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1912, vol. II.

Companhia de Moçambique, «Les Mines d'Or de Manica & Sofala: notices historiques, géographiques et géologiques», Compagnie de Mozambique, Paris, 1892.

Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique 50 anos de atividades 1892-1942», Agência Geral do Ultramar, Separata do Boletim Geral do Ultramar, The Beira News, Ltd., Lisboa, 1942.

Companhia de Moçambique, «Companhia de Moçambique. A Companhia de Moçambique: Monografia para a Exposição Portuguesa em Sevilha», Imprensa Nacional, Lisboa, 1929.

Companhia de Moçambique, «O território de Manica e Sofala sob administração da Companhia: Monografia para a semana portuguesa em Vigo», Composto e Impresso na Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1933.

Correia, Gaspar, «Cafre», in: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, Vol. V.

Costa, Eduardo, «O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900». Monografia apresentada ao Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1901.

Costa, Eduardo., «Parte III, Eduardo Costa em Serviço na Companhia de Moçambique, em 1901», Lisboa, 1901.

Costa, Mário A. da, *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*, Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira, 1940.

Criação de Comissões de Gestão. Decreto-Lei nº 16/76, de 3 de Fevereiro de 1975.

Decreto nº 43 de 10 de Dezembro, que aprova o Regulamento Geral de Pesca Marítima (REPMAR). In: Boletim da República, I Série, de 10 de Dezembro de 2003.

«Escravidão Branca». In: Jornal, O comércio da Póvoa de Varzim. Ano, 1911 ou 1912.

Fundo da Companhia de Moçambique- «Regulamento do serviço indígena». Nº de ordem 2988, liv. No 5755, 1899.

Informação publicada no «Diário do Governo», I série, nº 63, de 16 de Março de 1966, portaria nº 21916.

Livro de Ouro do Mundo Português, Moçambique, Província portuguesa de Moçambique, s/d.
«Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso atual da Terra nos Distritos da zona Costeira de Moçambique», Versão Preliminar, Distrito de Machanga, Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental, 2012.

«Pesca Artesanal», Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, 2000.

«Peixe Carapau». Informação disponível também em <https://php.radford.edu>, consultado em 13/12/2017.

«Pesca de arrasto de camarão». Decreto 43/2003 de 10 de Dezembro. In: Boletim da República, I Série, nº 50.

Pescarias da Província de Moçambique, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1904.

Portugal. Colonia de Moçambique, Metodologia e infraestruturas estatísticas no sector pecuário e pesca. s/d.

Portugal. II Plano de Fomento nas Colónias, Relatório da execução do II Plano de Fomento: 1959 – 1964, Lisboa, 1966. 11 Vols.

Portugal. Regulamentos para a Execução do Decreto de 28 de Novembro de 1902 sobre o exercício da pesca a vapor na Bahia de Lourenço Marques e suas águas e da Comissão de Pescarias da Província de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.

Regulamento Geral da Pesca Marítima, (REPMAR), Gestão das Pescarias, Decreto nº 43, Cap. II, sec. II, art.8, I Série, nº 50 de 10 de Dezembro de 2003.

Regulamento Geral da Pesca Marítima, (REPMAR), secção II, Artigo 75 alínea a), In: Boletim da República, I Série, nº 50 de 10 de Dezembro de 2003.

Resolução da Comissão Nacional de Salários e Preços, aprovada a 25 de Fevereiro de 1987. Comissão Nacional de Salários e Preços. Resolução nº 1/87 de 25 de Fevereiro. In: Boletim da República, I Série, nº 8.

Silva, João Julião da, Silva, Zacarias Herculano da, Silva, Guilherme Ezequiel dai, Feliciano, José Fialho e Nicolau, Vítor Hugo, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

II.2- Fontes eletrónicas, Documentos Oficiais, Censos

«Camboa», disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/camboa>, consultado em 12/05/2019.

«Censo de Pesca Artesanal, 2012», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, Maputo, 2013.

«Comissão Nacional de Salários e Preços», Resolução nº 1/87 de 25 de Fevereiro, In: Boletim da República, I Série, nº 8.

«Companhia de Moçambique». Disponível em <http://companhiademocambique.blogspot.com>, consultado em 27/02/2020.

«Competências da Secretaria de Estado das Pescas», Decreto 44/78 de 9 de Dezembro, In: Boletim da República, I Série, nº147.

«Criação do Ministério das Pescas», Decreto 01/2000 de 17 de Janeiro, art.2, In: Boletim da República, 2º Suplemento, 1ª serie, nº 2.

«Demétria», Dimensão e Importância da Economia Informal, 2012. Disponível em <http://www.inclusivecities.org/blog/dimensao-e-importancia-da-economia-informal/>, consultado 15/01/2017.

«El Niño». Disponível em <http://epoca.globo.com>, consultado em 25/09/2017.

«Emalhe de superfície, de Meia-Água e Fundo», Disponível em <https://www.icmbio.gov.br>, consultado em 8 de Novembro, 2021.

«Erosão. Conceito e Tipos de erosão». Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br>, consultado em 1 de Novembro, 2021.

«Esboço de Mapa, Ilha de Chiloane». Alferes, Filipe da Costa Correia. Escala de 18 milhas marítimas. -Moçambique: [s.n.], [ca. 1860]. -1 mapa: papel, lápis, color., ms.; 34,5 c 44,3 cm.

«Estatísticas de Pesca (1986-1994)», Ministério de Agricultura e Pescas, Maputo, 1995.

«Estratégia de Desenvolvimento Governamental para o sector das Pescas», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1990.

«Estratégia e Plano de Ação Nacional para Restauração de Mangal 2015-2020», Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras, 2015.

«Frelimo». Diretivas Económicas e Sociais, Maputo, 1977.

«Fordismo». Disponível em <https://www.significados.com.br/fordismo/>, consultado em 13/11/2018.

«Ha origem dos problemas ambientais», disponível em <https://huespedes.cica.es>, consultado em 1 de Novembro/2021.

«Indígena», Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em, <https://dicionario.priberam.org/ind%C3%ADgena>, consultado em 16/11/2018.

«Informação Estatística 1987», Direção Nacional de Estatística, Maputo, 1988.

«Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)», Ministério da Economia e Finanças. Disponível em www.mef.gov.mz, consultado em 22 de Setembro, 2020.

«Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala», Relatório Anual 2001, Ministério das Pescas, Maputo 2001.

«Lei das pescas- Lei no 3/90 de 26 de Setembro». In: Boletim da República, 2º Suplemento, I Série, nº39 de 26 de Setembro de 1990.

«Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala», Secretaria do Estado das Pescas, Maputo, 1990.

«Moçambique, Avaliação da Pobreza», Banco Mundial, Maputo, 2016.

«Mouros.». Disponível em <https://www.natgeo.pt/historia/2019/12/quem-eram-os-mouros>, consultado a 26/08/2021.

«Nota de 50 centavos do Banco da Beira». Disponível em <https://www.google.com/>, consultado a 12 de Janeiro, 2023.

«Objetivos do Desenvolvimento do Milénio». Disponível em www.on.org/millenniumgoal, consultado 10/05/2021.

«Plano de Ação Para a Redução da Pobreza Absoluta, (PARPA II), 2006-2009», Governo de Moçambique, Maputo, 2006.

«Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta, (PARPA I), 2001-2005», Governo de Moçambique, Maputo, 2001.

«Plano Diretor de Estatísticas das Pescas 2012-2019», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Ministério das Pescas, 2012.

«Plano Diretor das Pescas, 2010-2019», Ministério das Pescas, Maputo, 2010.

«Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA), Documento principal». Ministério das Pescas, Maputo, 2007.

«Planos de Fomento». disponível em <http://unidcom.iade.pt/designportugal/planos-de-fomento.html>, consultado em 11/11/2019.

«Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique», Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, s/d.

«Portugal. Colónia de Moçambique. Metodologia e Infraestruturas Estatísticas no Sector Pecuário e Pesca». Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique nº 5-Estudios.

«Potencialidades da região de Manica e Sofala». Disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/10/savoy-hotel-na-cidade-da-beira.html>. Consultado em 18 de janeiro 2023

«Projeto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala, (PPABAS)». Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, Maputo, 2010.

«Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal», Organização Internacional do Trabalho. Disponível em <http://www.ilo.org>, consultado em 13/11/2019.

«Realizações do Sector das Pescas 2005 / 2013». Ministério das Pescas, Disponível em www.mozpesca.gov.mz, consultado em 21/09/2015.

«Relatório do Censo Nacional da Pesca Artesanal das Águas Marítimas», Instituto para o Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, (IDPPE), Ministério das Pescas, Maputo 2002.

«Revolução industrial». Disponível em, <http://www.historiadomundo.com.br>, consultado em 1/06/2020.

«Sebastião José de Carvalho e Mello», (Marquês de Pombal e Conde de Oeiras) é um título honorífico português de Sebastião José de Melo e Carvalho que foi secretário do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777). Disponível em pt.wikipedia.org, consultado em 20/05/2020.

«Selos da Companhia de Moçambique». Disponível em <https://www.google.com>, consultado em 12 de janeiro, 2023.

«Situação das pescas e tarefas principais para 1986», Secretaria de Estado das Pescas, Maputo, 1986.

«Ujama». Disponível em <https://doi.org/10.1017/asr.2014.3>, consultado em 28/01/2021.

«Washington Consensos». Disponível em <https://pt.wikipedia.org>, consultado em 20/05/2020.

«World Bank». 2005. World Development Indicators, Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>, consultado em 15 de Novembro, 2021.

II.3-Fontes orais

AMADE, Jamilo Ibraimo, (Funcionário das pescas). Entrevista realizada em Govuro, 19 de Dezembro de 2018.

ASSOCIAÇÃO de pescadores de Mambone, (Entrevista coletiva a pescadores). Entrevista realizada em Govuro, 31 de Maio, e 2 de Junho de 2018.

BERA, Lino João (Presidente do Concelho Comunitário de Pesca da Ilha de Chiloane). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 6 de Junho de 2018.

DONATO, João (Antigo funcionário das pescas). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 27 de Agosto de 2020.

FARIA, Armando (Pescador). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 6 de Junho de 2018.

GONÇALVES, Manuel Luís (Antigo funcionário das pescas). Entrevista realizada na Matola, 10 e 24 de Agosto de 2019.

HENRIQUES, António (Chefe da povoação de Chingune). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 5 e 7 Junho de 2018.

HOGUANE, António Mubambo (Docente Universitário). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 30 e 31 de Julho de 2019.

INGUANE, Américo (Secretario Permanente do Distrito de Govuro). Entrevista realizada no Distrito de Govuro, 31 de Maio e 2 de Junho de 2018.

LIESEGANG, Gerhard (Professor, historiador e investigador da Universidade Eduardo Mondlane). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 17 de Agosto e 30 de Novembro de 2017.

LOPES, Jerónimo (Antigo funcionário das pescas). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 8 de Outubro de 2020.

MAFANHE, José João (Chefe do Posto Administrativo de Divinhe). Entrevista realizada em Divinhe, 3 de Junho de 2018.

MAGANHE, Josefa (Presidente do Concelho Comunitário de Pesca da Matola-Rio, Província de Maputo). Entrevista realizada na Matola, 29 de Agosto e 2 de Outubro de 2017.

MARUJO, Cássimo (Coordenador do Projeto da criação do Museu das Pescas). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 25 de Agosto e 17 de Outubro de 2017; 21 e 22 de Janeiro de 2019.

MASSADA, Malipu e ISSUFO, Helena (Entrevista coletiva a mulheres pescadoras membros do Conselho Comunitário de Pescas). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 7 de Junho de 2018.

MASSALANA, Lidia Abiba Bernardo (Assessora do Ministro das Pescas e do Ministro do Mar Águas interiores e Pescas para a área de Administração Pesqueira e Gestão das Pescarias e para o Desenvolvimento Institucional). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 3 de Setembro de 2020.

MOMADE, Francisco Chamaratane (Funcionário das pescas). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 27 de Agosto de 2020.

NAMÁLUE, José Maria Domingos (Funcionário das pescas). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 26 de Agosto de 2020.

PENSE, Mário Six (Antigo gestor do Combinado de Govuro). Entrevista realizada em Govuro, 18 de Dezembro de 2018.

PEREIRA, Mazau Paulino (Pescador). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 5 de Junho de 2018.

SÁ, Joaquim Russo de (Antigo funcionário das pescas). Entrevista realizada na Cidade de Maputo, 10 de Setembro de 2019.

SIWA, Carlos Caminho (Chefe do Posto Administrativo). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 6 de Junho de 2018.

ZUNGOLO, Manuel (Pescador). Entrevista realizada na Ilha de Chiloane, 7 de Junho de 2018.

III-Referências

III.1-Obras não publicadas

Gonçalves, Manuel Luís, *Aprendendo o caminho...caminhando com o FFP...* Numa caminhada de 24 anos, Maputo, 2013. (Memórias).

Magode, J., 2004, O Estado colonial, a elite [rural] indígena e a comunicação sistemática, Agregação e conflitualidade entre dominantes e dominados, na circunscrição dos Muchopes, 1933-1974, Maputo. (Unpublished conference paper).

III.2-Obras publicadas

Afonso, Maria Fernanda, *O conto moçambicano. Escritas pós-coloniais*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

Agüero, Pedro Hubertus Vivas, *Avaliação Econômica dos Recursos Naturais*, Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1996.

Aires, Ruben Ardido, *A dinâmica de ocupação de zonas costeiras o caso da vila nova de Milfontes, proposta de intervenção*, Mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 2015.

Ajayi, J. F. A. de, «África no início do século XIX: problemas e perspectivas». In: História geral da África, Vol. VI, J. F. Ade Ajayi, ed., São Paulo, SP, UNESCO, 2010, pps.1-27.

Allina-Pisano, Eric, *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*, University of Virginia Press, Charlottesville, 2012.

Almeida, José; Deham, Peter e Moore, Gerald, «Revisão da Legislação das Pescas», Relatório Interino para o Governo da República Popular de Moçambique, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Maputo, 1987.

Alpers, Edward, «Moçambique Marítimo (séculos XIV - XXI)», In: Revista de História, nº 178, 2019, pps. 1-32.

Amador, Celestino A. Beirão, «A pesca e indústrias derivadas em Moçambique», *Revista Agrícola*, nº 57, 1963.

Araújo, Manuel Gomes de, *Os Planos de Fomento e a Defesa Nacional (Na Metrópole)*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1959.

ARPAC, Instituto de Investigação Sócio-Cultural, *Património Cultural Imaterial Makhua Nahara da Ilha de Moçambique*, Maputo, 2010.

Basurto, Xavier; Bennett, Abigail; Weaver, Amy Hudson; Rodriguez-Van Dyck, Salvador et Aceves-Bueno, Juan-Salvador, «Cooperative and Noncooperative Strategies for Small-scale Fisheries' Self-governance in the Globalization Era: Implications for Conservation», In: *Ecology and Society*, Vol. 18, nº 4, 2013.

Betts, R. F., «A dominação europeia: métodos e instituições». In: *História geral da África*, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., São Paulo, SP, Unesco, 2010, pps.354-355.

Blythe, Jessica; Murray, Grant et Flaheryy, Mark, «Historical Perspectives and Recent Trends in the Coastal Mozambican Fishery», In: *Ecology and Society*, Vol. 18, nº 4, 2013, (s/p).

Boahen, A. Adu, «A África diante do desafio colonial». In: *História geral da África*, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., São Paulo, SP, Unesco, 2010, pps. 1-21.

Boahen, A. Adu. «Tendências e processos novos na África do século XIX». In: J. F. Ade Ajayi, *História geral da África*, Vol. VI, Unesco, São Paulo, 2010, p. 73.

Bouene, F. e Santos, Maciel, *O Modus Vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um Caso de "Imperialismo Ferroviário"*, Disponível em <https://ojs.letras.up.pt>, consultado em 21 Fevereiro 2021.

Brito, Luís de, *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*, IESE, Maputo, 2019.

Brunschwig, Henri, *A Partilha da África Negra*, Perspetiva, Khronos 6, Paris, 1971.

Bussotti, Luca e Nhaueleque, Laura António, «Processos de Marginalização Étnica e Cultural na África Pós-Colonial. O Caso dos Amakhuwa de Moçambique», In: *Comunicação e Sociedade*, Vol. 41, 2022, pps. 149-167.

Byier, Bruce, *Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues*, USAID, Maputo, 2009.

«Socialização do Campo e Planificação», Centro de Estudos Africanos (CEA), In: Estudos Moçambicanos, Vol. 3, 1981.

Cabaço, José Luís de Oliveira, *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*, 2007, Doutoramento, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

Cabral, A., *Raças usos e costumes dos indígenas do distrito de Inhambane*, Lourenço Marques, 1910.

Cabral, Roque, «Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira», Lisboa/São Paulo, Verbo, 2002

Câmara, Nuno José Gago da, «Posição atual e perspectivas da pecuária e da pesca em Moçambique», *Gazeta do Agricultor*, Vol. 12, nº129, 1960.

Capaina, Nelson., «Macroeconomia das pescas em Moçambique», *Observador Rural*, nº 105, Maputo, 2021.

Capela, José, *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*. Afrontamento: Porto, 1977.

Cardoso, J.L., «Entrevista a Jaime Reis», in: *Análise Social*, 2011, XLVI, nº 200, 2011, pps. 488-490.

Carneiro, Carlos, «Sôbre a utilização de salprêsa na indústria de pesca de Mossâmedes e o aparecimento do "rouge" nessa preparação», *Portugal colonial, Revista de propaganda e expansão colonial*, nº37, 1934.

Carvalho, Ruy D. de, *Ana a Manda. Os filhos da rede identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda*, Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1989.

Castelo, Cláudia, «“Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio», In: *Varia História*, Vol. 30, nº53, 2014, pps. 507-532.

Castelo, Cláudia, «Developing ‘Portuguese Africa’ in late colonialism: confronting discourses1», In: Joseph M. Hodge, Gerald Hödl et Martina Kopf (dir.), *Developing Africa*, Manchester University Press, 2014, pps. 63-86.

Castelo, Cláudia, «Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974», In: *História ciência saúde-Manguinhos*, Vol.19, nº2, 2012, pps.391-408.

Castelo, Cláudia, *O branco do mato de Lisboa: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas*, Os Outros da Colonização: Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique, 2012.

Castelo, Cláudia, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, Edições Afrontamento, Porto, 2007.

Castelo, Inês Fontes Rodrigues, *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os séculos XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2014.

Chakrabarty, Dipesh, «Minority histories, subaltern pasts», In: *Postcolonial Studies*, Vol. 1, nº 1, 1998, pps. 15-29.

Chakrabarty, Dipesh, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Reissue, with a new preface by the author, Princeton Studies in Culture, Power, History. Princeton, NJ, Univ. Press, 2008.

Coelho, João P. Borges, «Abrir a Fábula, Questões da política do passado em Moçambique», In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2015, 106, pps. 153-166.

Coelho, Marcos Dias, “Sem dispêndio para a fazenda”: Estratégias e Finalidades da Ocupação colonialista do Interior no Sul de Moçambique, 1895-1903, *Revista Perspectiva Histórica*, nº 8, 2016.

Conceição, Rafael da, *Entre o Mar e a Terra: situações identitárias do norte de Moçambique*, Promédia, Maputo 2006.

Coquery-Vidrovitch, Catherine, «A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)». In: *História geral da África*, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., São Paulo, SP, Unesco, 2010, pps.377-401.

Crowder, M., «A África sob domínio britânico e belga». In: *História geral da África*, Vol. VIII, Ali A. Mazrui, ed. São Paulo, SP, Unesco, 2010, pps., 89-123.

Cruz e Silva, Teresa, Neves de Souto, Amelia Welch, Gita Homwana, (org.). *Zedequias Maganhela, uma biografia contextualizada, (1912 1972)*, Maputo, 2014.

Cumbe, Mário José Chitaúte, *Os khokholos e a Estrutura da Etnia Cope no Século XIX: O Problema da Definição da Cultura de uma População*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 2000.

Cumbe, Mário José Chitaúte, *Traditional Leadership, the State and Rural Economic Development in Southern Mozambique: A Case Study of Mandlakaze District in the Second Half of the Twentieth Century*, Mestrado, University of KwaZulu Natal, Faculty of Humanities, Development and Social Science, School of Development Studies, Durban, 2010.

Davidson, Basil, *À Descoberta do passado de África*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1981.

Departamento de História, *História de Moçambique, Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Vol. 2, Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária Maputo, 1999.

Departamento de História, *História de Moçambique, Parte I- Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300-1885; Parte II- Agressão Imperialista, 1886-1930*, Vol. 1, Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária, Maputo, 1982.

Departamento de História, *História de Moçambique, Vol. 1*, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 2000.

Diop, Majhemout., «A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português». In: *História geral da África*, Vol. VIII, Ali A. Mazrui, ed. São Paulo, SP, Unesco, 201), pps.67-89.

Direito, Barbara, *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942*, Doutorado, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2013.

Domingos, Nuno, *A experiência da ida ao cinema nos subúrbios de Lourenço Marques*, Império e Cultura Popular, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2021, pps. 363-429.

Eliade, Mircea, *Mito e Realidade*, Perspetiva S.A., São Paulo, 1972.

Eraldo Batista, Luís Matos e Alessandra Nascimento, «A Entrevista como técnica de Investigação na pesquisa qualitativa», nº11, 2017, pps. 23-38.

Erskine, St. Vicent W., «Journey to Umzila's in 1871-72 », In: *Journal of Royal Geography Society*, 1875, Vol. 45, 1875. pps. 5-25.

Farinha, António Dias, «Os árabes nos antigos relatos portugueses do Índico», In: Finisterra, Vol. 40, nº 79, 2005, pps.151- 160.

Fernandes, Raúl Mendes, *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*, Doutoramento, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

Figueiredo, Rómulo de, «Análise do sector de pesca no Ultramar: subsídios para o seu estudo», Agência Geral do Ultramar, Separata do Boletim Geral do Ultramar, Tipografia Silva, Lda, Lisboa, 1966.

Francisco, Rosana Maria, *Análise de género na área das pescas e nas atividades do projeto de pesca artesanal em Nampula, nos distritos de Angoche e Moma*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Maputo, 2001.

Garcia, Francisco, *Burocracia e poder: o caso da Administração Pesqueira Moçambicana. Especialização em desenvolvimento social e económico em Africa: Análise e Gestão*, Mestrado, Área de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2003.

Garrido, Álvaro, «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”», Pombalina, 2008.

Gaspar, Napoleão, «A evolução da banca moçambicana e o contexto de transição, 1975-1983», In: Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, 2013, pps.109-134.

Gervásio, Horácio Francisco, *As causas dos conflitos entre os Pescadores Artesanais e a frota industrial na zona costeira de Angoche*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, , Maputo, 1997.

Gomes, Onésio Paulo, *A Pesca em Moçambique: Uma análise do Ciclo Socialista, 1977-1987*, Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 2014.

Gonçalves, Flávio, «Os pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», In: Separata do Boletim Cultural da Póvoa do Varzim, Vol. VII, nº2, 1967, s/p.

Gonçalves, Maria Eduarda, *Nacionalizações e Privatizações: o regime das nacionalizações em Portugal, dos tempos da revolução ao caso BPN*, Direito da Economia. Lisboa, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

Grove, Richard H., *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*, Cambridge, UK, White Horse Press, 1997.

Guha-Khasnobis, Basudeb; Kanbur, Ravi e Ostron, Elinor (dir.), *Linking the Formal and Informal Economy. Concepts and Policies*, UNU-WIDER Studies in Development Economics, Oxford University Press, New York, 2007.

Hara, M. W. e Pitamber, J. Deru et S., *African Development Fund. Artisanal Fisheries Development Project*, Maputo, 2001.

Hartog, François, *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time*, Translated by Saskia Brown, European Perspectives: A Series in Social Thought and Cultural Criticism, English ed. New York, Columbia University Press, 2015.

Hedges, David, *Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920-1974*, Versão revista, SIAS Conference, Bergen, 1998.

Hendrix, Cullen S. e Glaser, Sarah M., «Civil conflict and world fisheries, 1952-2004», In: *Journal of Peace Research*, Vol.48, nº4, 2011, pps.481-495.

Henriet, Benoît, *Colonial Impotence: Virtue and Violence in a Congolese Concession (1911–1940)*, De Gruyter Oldenburg, Berlin, Boston, 2021.

Hermele, Kenneth, *O sector pesqueiro em Moçambique*, Maputo, 1984

Hobsbawn, Eric e Ranger, Terence, *A invenção das tradições*, Paz e Terra, 6a., Cavalcante, C. C., São Paulo, 2008.

Hoppe, Fritz, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1970.

«Instituto Nacional de Gestão de Calamidades», FEWS NET Mind (2003).

International Labour Conference et International Labour Office (dir.), *Transitioning from the informal to the formal economy: fifth item on the agenda*, International Labour Conference, 103rd Session, 2014, Geneva, International Labour Office, 2013.

Isaacman, Allen F., e Isaacman, Barbara S., *A tradição de Resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850-1921*, Porto, Afrontamento, 1979.

Isaacman, Allen F., e Isaacman, Barbara S., *Barragens, deslocamento e ilusão de desenvolvimento: Cahora Bassa e seus legados em Moçambique (1965-2007)*, Imprensa Universitária, Maputo, 2016.

Jafar, Silvestre Jafar, *Presença Chinesa em Moçambique, 2000-2015: Hetero-Identidades, 'Neocolonialismo' e 'Apartheid' Sócio-Laboral?*, eds. Olivieri Chiara e Ortega Santos António, 1.º ed, Colección de estudios interculturales 6, Laboratorio de Estudios Interculturales, Granada, 2017.

Jaime, S., *A Economia e a Expansão das redes telegráficas e telefónicas no território de Manica e Sofala, 1892-1942*, Maputo, Promédia, 2003.

Jerónimo, Miguel Bandeira e Pinto, António Costa, *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, Edições 70, Lisboa, 2014.

Junod, H.A., *Usos e Costumes do Bantu: A vida numa tribo sul-africana*, Tomo II, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1946.

Kampf, Jochen e Chapman, Piers, «The Functioning of Coastal Upwelling Systems», In: *Upwelling Systems of the World*, Cham, Springer International Publishing, 2016.

Kininmonth, Stuart; Crona, Beatrice; Bodin, Örjan; Vaccaro, Ismael; Chapman, Lauren J. et Chapman, Colin A., «Microeconomic relationships between and among fishers and traders influence the ability to respond to social-ecological changes in a small-scale fishery», In: *Ecology and Society*, Vol. 2, nº 2, 2017, (s/p).

Ki-zerbo, Joseph, *Methodology and African Prehistory*, Abridged ed, General History of Africa I, J. Currey, Berkeley, Calif, 1990.

Krantz, L., N.K. Sorensen, J. Olesen, J. Katalova, *Estudo do Sector Pesqueiro em Moçambique*, National Swedish Board of Fisheries, Secretariate of Development Cooperation, Maputo, 1988.

Lains, Pedro, «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», In: *Análise Social XXIX*, nº. 128, 1994.

Landau, Luis, *Reconstruir a economia de Moçambique: avaliação de uma parceria para o desenvolvimento: análise da assistência ao país*, Banco Mundial, Washington, 1998,

Liesegang, Gerhard, «Ngungunhane: a figura de Ngungunhane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado», In: *Arquivo do Património Cultural*, Coll. Imbondeiro 8, Maputo, 1996.

Liesegang, Gerhard, *Vassalagem ou tratado de amizade? história do ato de vassalagem de Ngunyane nas relações externas de Gaza*, Estudos 1, Arquivo Histórico Nacional, Maputo, 1978.

- Loforte, Ana Maria, *A Gestão e o manejo dos recursos marinhos num contexto de conflito: o caso da ilha de Moçambique*, Maputo, 2003.
- Lopes, Simeão, *Crenças Mágico-Religiosas ligadas a Pesca ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro: Um Estudo de Caso*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 1994.
- Lundin, Iraê Baptista, *Algumas reflexões sobre o conceito de religião*, Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, 1989.
- Lundin, Iraê Baptista, *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*, Editora Escolar, Maputo, 2016.
- Macagno, Lorenzo, *Os “chineses” da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão*, 2012.
- Malik, Khalid, *The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*, Human Development Report 2013, United Nations Development Programm, Ney York, 2013.
- Maloa, Tomé Miranda, *História da economia socialista moçambicana*, Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- Mamdani, M., *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*, Princeton studies in culture/power/history, Princeton University Press, Princeton, N.J., 1996.
- Manhiça, J. e Santana, Afonso A.E. de, *Cultura e Desenvolvimento*, Paper, Conselho Nacional de Cultura, Maputo, 1993.
- Mann, Michael, «The Autonomous power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results», In: Archives européennes de sociologie, n ° 25, 1984, pps. 185-231.
- Martins, Mendes António, «Pescas em Portugal: Ultramar - um apontamento histórico», Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias, 2005.
- Mathew, Sebastian, «Fishing Legislation and Gear Conflicts in Asian Countries», Samudra, International Colletctive in Support of Fisheworks, Bruxelas, 1990.
- Mcevoy, Glenn M., «Public Sector Managers’ Reactions to Appraisals by Subordinates», In: Public Personnel Management, Vol.19, n° 2, 1990, pps. 201-212.
- McHenry, Dean E., «The Underdevelopment Theory: A Case-Study from Tanzania», *The Journal of Modern African Studies*, vol.14, n° 4, 1976

Meneses, Maria Paula G., M.P.G., «O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais¹», *e-cadernos CES*, 07, 2010,

Menezes, Ana Maria, *The Governance of Natural Resources in Mozambique: Artisanal Fishery*, Doutorado, State University of New York College of Environmental Science and Forestry, Syracuse, 2008.

Merali, Aziz, *Ismailis em Moçambique: memórias do Sul*, Lisboa, CESA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, 2015.

Michaque, Carlos Alfredo, *Economia Pesqueira. Impacto da Economia da Pesca Artesanal no Combate da Pobreza Absoluta, 2000-2006*, Licenciatura em gestão, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia, Maputo, 2008.

Milfont, Taciano Lemos Coelho Júnior, *Psychology of Environmental Attitudes. A cross-cultural study of their content and structure*. Doutorado, The University of Auckland, Auckland, 2007.

Minguzzi, Magda, *The Spirit of Water: practices of cultural reappropriation. Indigenous heritage sites along the coast of the Eastern Cape-South Africa*. Firenze, Firenze University Press, 2021.

Momade, Fernando Charamatane, *Sistema de crédito à pesca artesanal*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia, Maputo, 2000.

Morais, A. T. de, *Discurso proferido na sessão da Câmara Corporativa de 25 de Novembro de 1959, pelo Inspector-Geral do Fomento do Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1959.

Mosca, João, «Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem», In: *João Mosca, Mâriam, Abbas e Natacha Bruna, Economia de Moçambique, 2001-2010*, Escolar Editora, 2013.

Moutinho, Mário C., O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961. Disponível em www.mariomoutinho.pt, consultado em 12/03/2020.

Muhamade, Issufo, *Viver na Terra, Trabalhar no Mar: Um estudo sobre a prática da pesca com a rede de arrasto na comunidade de Quelelene, Angoche*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Arqueologia e Antropologia, Curso de Antropologia, Maputo, 2014.

Namilué, José Maria, *Evolução histórica dos Combinados Pesqueiros- 1979-1989*, Fundo do Fomento Pesqueiro, Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala (UDPPE), Maputo, 2000.

Neiland, Arthur E. e Bene, Christophe, *Poverty and Small-scale Fisheries in West Africa*, Disponível em <https://www.springer.com/la/book/9781402018886>, consultado em 14/11/2019.

Newitt, Malyn, *História de Mocambique*, Mira-Sintra, Portugal, Publicações Europa-América, 1997.

Niederele, Paulo André, «Modernidade e pós-modernidade na teoria pós-fordista, 2008», *Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR*, 2008.

Oliveira, Evandro de e Alves, Adilson Francelino, «Uma Análise Literária Sobre Conceito de Cultura», *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, 2015.

Opondo, Paul, «Fisheries as heritage: indigenous methods of fishing and conservation among the Luo fishers of Lake Victoria, Kenya», *Conservation of Natural and Cultural Heritage in Kenya: A Cross-Disciplinary Approach*, edited by Anne-Marie Deisser and Mugwima Njuguna, 1st ed., UCL Press, London, 2016, pps. 200-211.

Paredes, Jorge Falcão, *Prospecção preliminar de cardumes na costa de Moçambique*, Instituto de investigação científica de Moçambique, Lourenço Marques, 1967.

Peixoto, Carolina Tavares, *Ser, não ser, voltar a ser ou tornar-se? Uma reflexão sobre a (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa à luz dos estudos pós-coloniais*, Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

Pérez, Mercedes Solá e Gómez, Jorge Ramón Montenegro, «Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil.», In: *Sociedade & Natureza*, Vol. 26 n° 1, 2014, pps. 35-47.

Pimenta, Fernando Tavares, *Angola, os brancos e a independência*, Porto, Edições Afrontamento, 2008.

Pinto, David Alexandre, *Emergência e sustentabilidade dos empresários nacionais - o caso do sector pesqueiro na província de Maputo, 1987-1996*, Mestrado, Área de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1999.

Pitcher, M. Anne, *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization*, Cambridge Univ Press, Cambridge, 2002.

Pusceddu, Antonio; Bianchelli, Silvia; Martín, Jacobo; Puig, Pere; Palanques, Albert; Masqué, Pere and Danovaro, Roberto, «Chronic and Intensive Bottom Trawling Impairs Deep-Sea Biodiversity and Ecosystem Functioning», *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111, Vol. 1, n° 24, 2014.

Quijano, Anibal, «Colonialidade do poder e classificação social», In: Santos, Boaventura de Sousa, Meneses, Maria Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul*, 2009.

Rato, J. Moreira, «O Problema das pescas marítimas na província de Moçambique», In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, n°128, 1961, pps. 99-121.

Rita-Ferreira, António, *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*, Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1982.

Rita-Ferreira, António, *Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens até 1954)*, J.I.U., Lisboa, 1961.

Rodrigues, Eugénia, «Prazos da coroa de Moçambique», in: *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, s/d.

Rodrigues, Eugénia, *Portugueses e africanos nos rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, 1. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

Roque, Ana Cristina, *Terras de Sofala: persistências e mudança ; contribuições para a história da costa sul-oriental de África nos séculos XVI- XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian [u.a.], 2012.

Rosinha, Armando José, «As pescas marítimas- sua atual posição perante a criação da Missão de Estudos Biocitológicos e de Pescas de Moçambique», Anais dos serviços de Veterinária de Moçambique, n°16, 1968, pps. 335-354.

Samuel, Américo, *A pesca Artesanal em Moçambique, Breve Informe Sobre a Evolução e Perspectivas da Organização Associativa na Pesca Artesanal*, Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE), 1998.

Sanches, J. Gonçalves, «Panorama das pescas em Moçambique», Notas mimeografadas do centro de biologia piscatória, nº 9, 1960, pps.1-5.

Santos, Jorge, *O papel da Administração Pesqueira na gestão do subsector Artesanal em Moçambique: O presente e modelos para o futuro*, Direção Nacional de Administração Pesqueira, Ministério das Pescas, Maputo, 2008.

Seabra, Miguel P. C. Saldanha, *Conceito de fronteira uma abordagem multifacetada*, Mestrado, Curso de Estado-Maior conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2011.

Silva, Cristina, «História da pescaria de camarão de águas pouco profundas no Banco de Sofala», Vol. 18, 1989.

Silva, Joaquim Ramos, «A Regulação da economia no Salazarismo», ISEG-Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1999.

Silva, José Henriques e, *Pescadores macua*, Câmara Municipal de Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

Silva, Teresa Cruz e, Araújo, Manuel G. Mendes de e Souto, Amélia Neves de (org.), *Comunidades Costeiras: Perspetivas e Realidades*. Maputo: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (CESAB), 2015.

Silveira, Cibele Dias e Noradi, Eunice Sueli, *A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras*, Atas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais- Laboratório Associado, Coimbra, 2013.

Simões, Fernando, «Pesca de pequena escala em Moçambique: possibilidades de desenvolvimento», Instituto de Investigação Pesqueira, In: Boletim de divulgação, nº5, 1984, pp. 1-37.

Spivak, Gayatri Chakravorty e Harasym, Sarah, *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues* Routledge, New York, 1990.

Tajú, Gulamo, «Renamo: Os factos que conhecemos», Cadernos de Historia, 1988.

Uane, Dóris E.V., *Conflitos no sector pesqueiro de Vilanculos*, Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História, Maputo, 2002.

Uele, Dionísio, *Impactos dos Modos de Variabilidade Climática no Cultivo do Milho em Regime de Sequeiro: Uma Abordagem de Aplicação da Sustentabilidade Agrícola na Região Sul de Moçambique*, Mestrado, Programa de pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável- UFRRJ, Instituto de Florestas, Rio de Janeiro, 2013.

Uzoigwe, Godfrey N., «Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral». In: *História geral da África*, Vol. VII, Albert Adu Boahen, ed., Unesco, São Paulo, 2010.

Valério, Nuno, *O Escudo: Unidade Monetária Portuguesa 1911-2001*, Banco de Portugal, Lisboa, 2001

Vansina, Jan, *Oral Tradition as History*, Reprinted, Currey, London, 1997.

Vivero, Juan L. Suarez de; Corral, Mateos Juan C. Rodrigues et; Corral, David Florido del, *International Institutions*, ed. Jan Kooiman *et all.*, Amsterdam University Press, Amstradan, 2005.

Wallerstein, I., «A África e a economia-mundo». In: J. F. Ade Ajayi, ed., *História geral da África*, Vol. VI, Unesco, São Paulo, 2010.

Wuyts, M., «A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico em Moçambique: Do sistema capitalista colonial ao desenvolvimento socialista», Moçambique-Maputo, UEM-CEA, 1983.

ANEXO I

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

1: Versões de definição de Camboa

Nº 165 ^{fa 304} ~~Nº 3180 8º 38~~
~~28-7-02~~

M^o e Ex^o Sr Governador do Ter-
ritório de Ilhambea e Sofala

Beira, 28 de julho de 1902

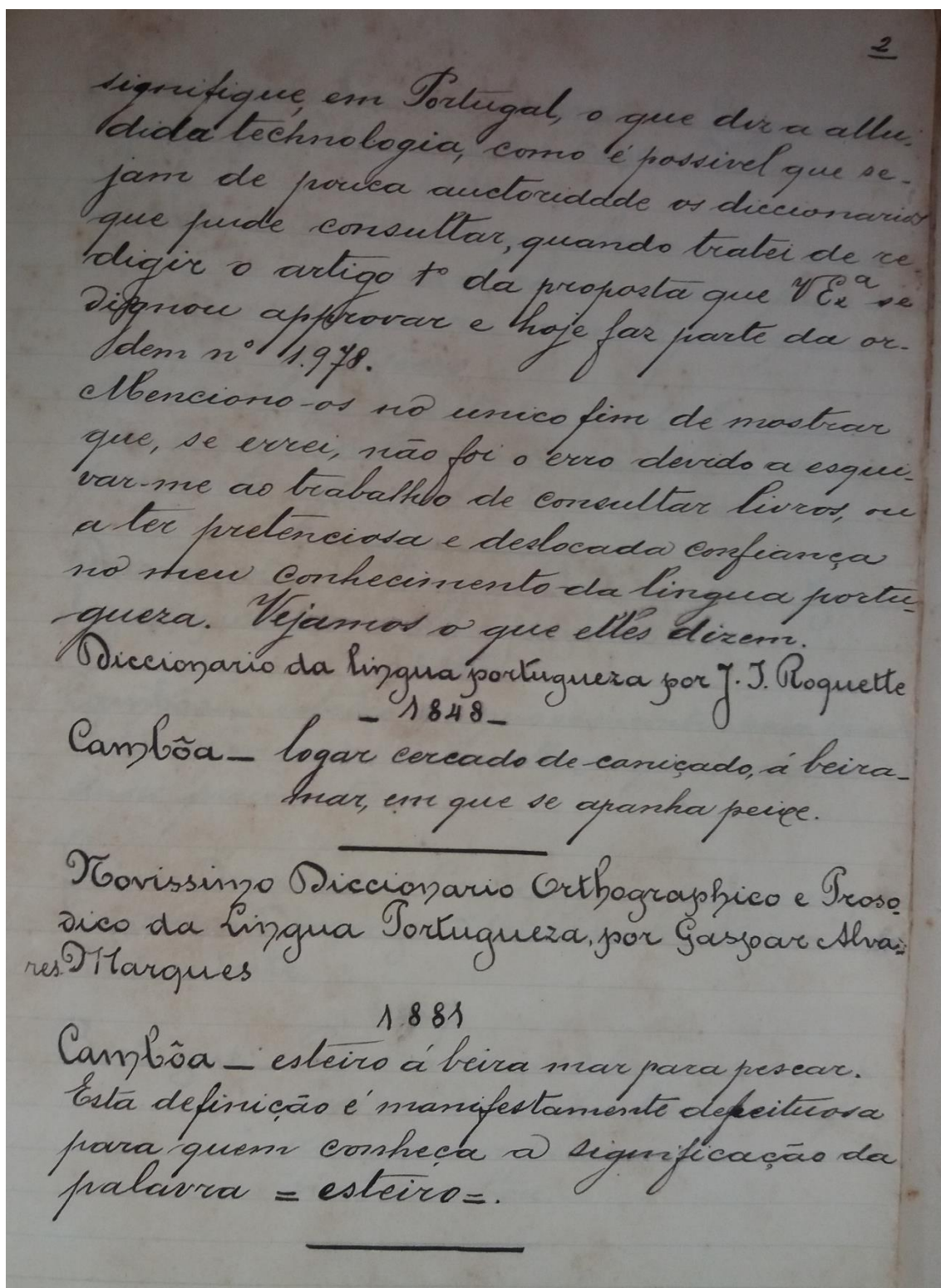
Regulamento de pesca
Ordem nº 1.978

O despacho lançado por V. Ex.^a em 19 do cor-
rente, na nota $\frac{A 453}{7-6-902}$ do Sr Administrador
Delegado, e aqui entrada em 23 do cor-
rente, traduzi eu por convite a expôr o que
se me offerença sobre o assumpto versado
n'essa nota e nas cópias que a acompa-
nham. É o que passo a fazer.

Ao Ex^o Sr Ministro, d'accôrdo com a fun-
ta consultiva do Ultramar, "parece não
haver necessidade de regular uma espe-
cialidade das artes de pesca, já reguladas
por decreto de 13 de outubro de 1898, havendo, a
seu ver, erro de definição de Cambôa na or-
dem nº 1978, pois Cambôa, segundo a techno-
logia, é formada por um cerco de pedra
solta que as aguas cobrem na preamar,
ficando as pedras a descoberto na baixamar".
É possível que o vocabulo "Cambôa".

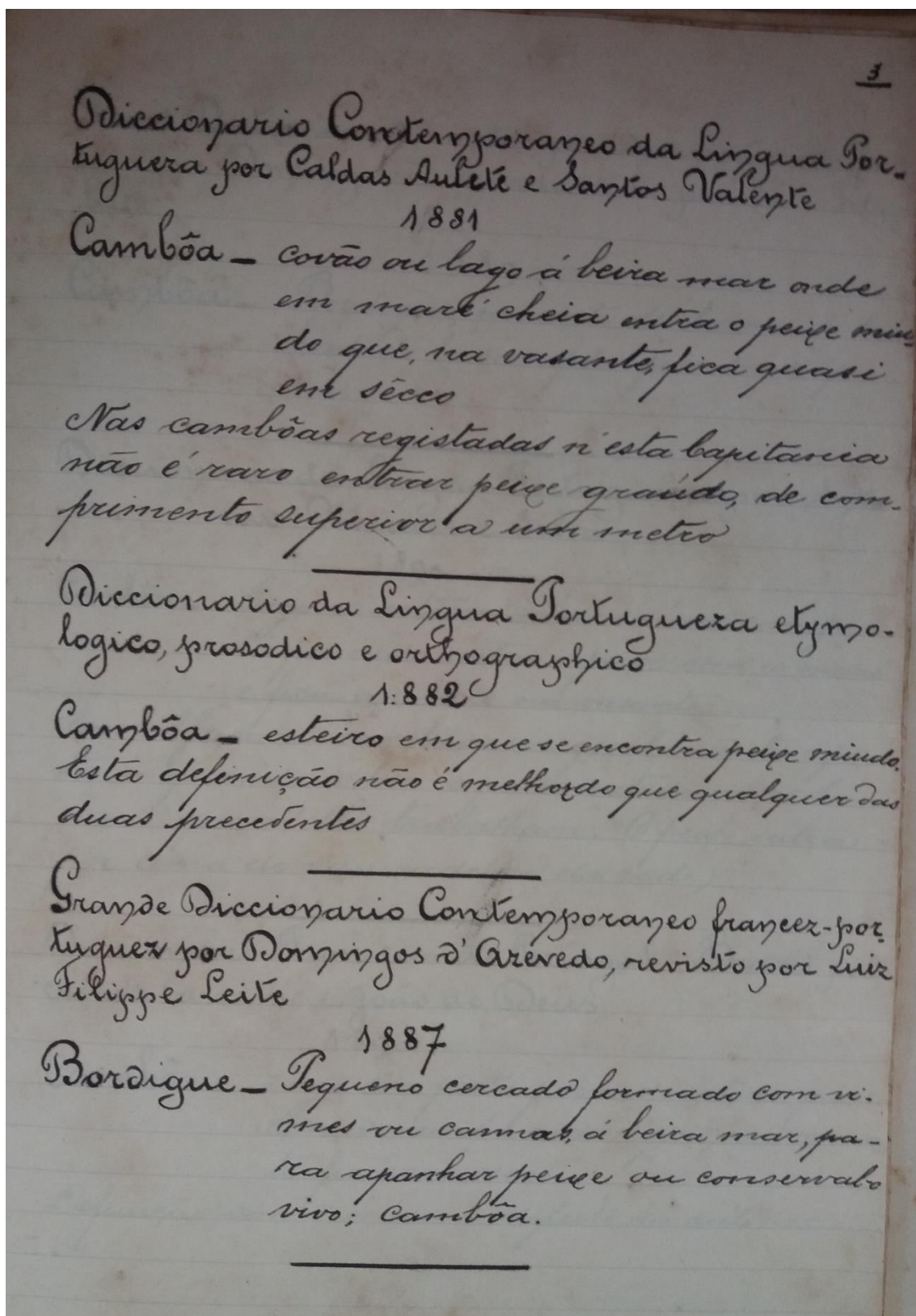
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.1: Versões de definição de Camboa



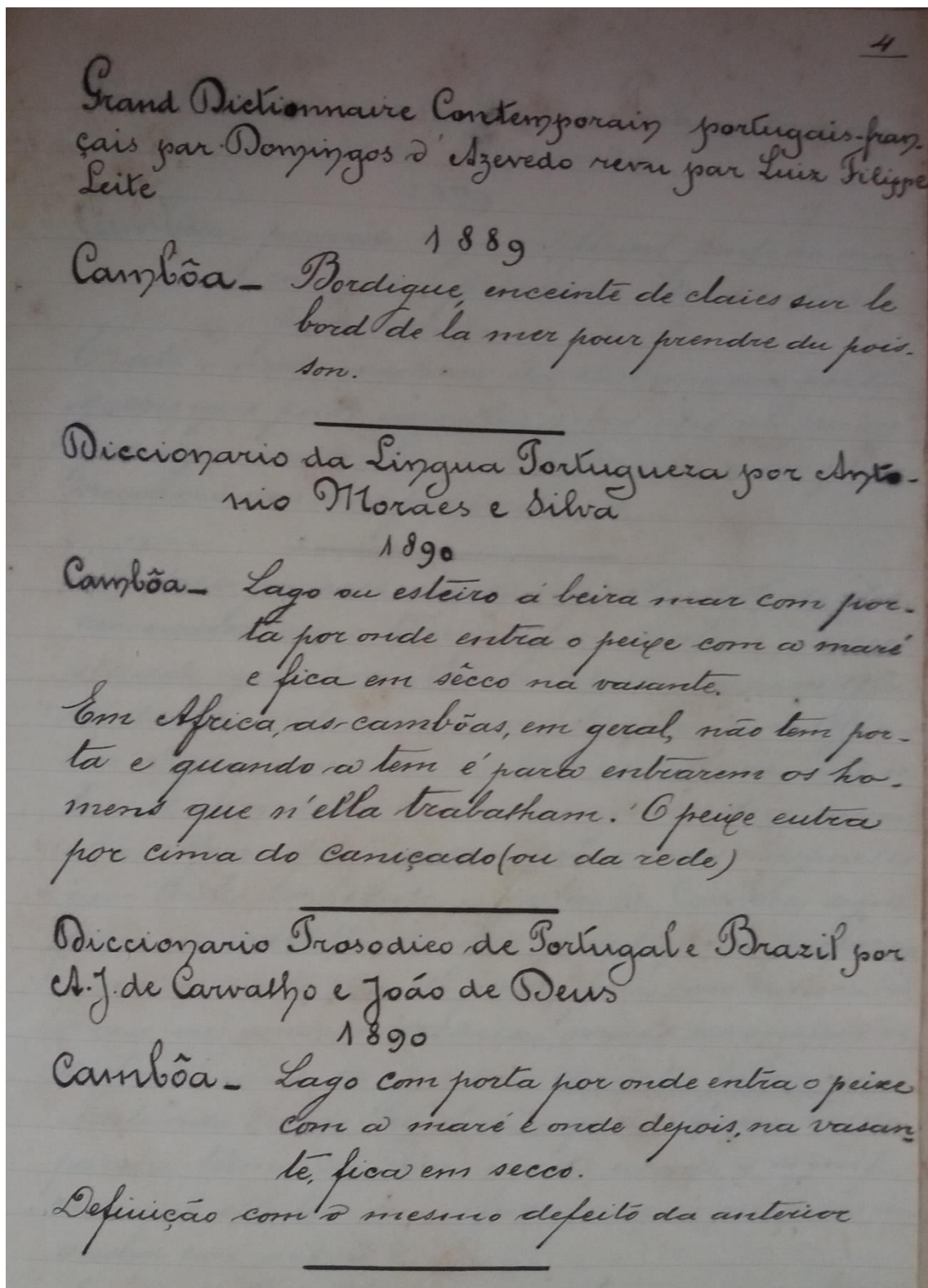
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.2: Versões de definição de Camboa



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.3: Versões de definição de Camboa



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.4: Versões de definição de Camboia

5

Novo Dicionario da Lingua Portuguesa por
Candido de Figueiredo
1899

Camboia - pequeno lago artificial junto ao mar
em que a preamar deixa entrar o
peixe mudo

É este o mais moderno dos dictionarios portu-
gueses que pude consultar, mas não me parece
que seja mais feliz, na definição, que o maior
numero dos seus predecessores.

Todera parecer ocioso este extendal de dic-
cionarios, mas tem por fim mostrar a neces-
sidade que encontrei de definir, para os effei-
tos da lei, visto não haver Dictionario Official
e a significação do vocabulo, em Africa, não es-
tar d'acôrdo com a maioria dos dictionarios.

Na Africa portuguesa, pelo menos nas partes
que tenho conhecido, a palavra Camboia signi-
fica a installação que os indigenas preparam
para a captação do peixe, feita com canicados,
mais ou menos extensa, mais ou menos re-
sistente, mas sempre com caracter permanente.

Tratando-se de legislação para Africa, tomei
para o termo Camboia, muito usado, o signifi-
cado que elle tem em Africa, no que me pareceu
audar com acerto.

Aqui, na Beira, o canicado tem sido substi-

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.5: Versões de definição de Camboa

6

tuido por pannos de rede d'arame, sustentados por estacas. A meu ver, isso não altera a essência do systema, é apenas uma substituição de material, um aperfeiçoamento, que torna a installação de custo inicial mais elevada, mas menos susceptivel de frequentes variações, portanto menos exigente de frequentes reparações.

Na minha nota ^{nº 167} 6-7-901, cuja epigraphie é "Cambôas, disse eu:

"É este assumpto um dos que mais difficilmente se trouxa a esta repartição por falta de regulamento. Já, por mais de uma vez, tive occasião de dizer que o regulamento de pesca nas aguas maritimas do territorio, approvado por decreto de 13 de outubro de 1898 é mais embaraço do que auxilio, por não tratar de cambôas quasi o unico systema de pesca usado no territorio, ao passo que trata de outros systemas que só n'um futuro muito remoto virão a estabelecer-se. É a cambôa uma armação feia, incontestavelmente, mas applicar-lhe o determinado na alinea a), pagina 22 do citado regulamento, seria excessivo, e comprehende-se que o legislador, ao determinar aquella despesa, pensasse em armações em ponto grande, como as do atum

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.6: Versões de definição de Camboa

2

e sardinha na costa de Portugal."

Em nota ^{n.º 178} 24.7.901, propondido o que está na
ordem n.º 1978, disse eu:

" A meu ver, foi prematuro regulamentar
" a pesca no território da Companhia,
" com as minudencias com que o fez o regu-
" lamento approved por decreto de 13 de
" outubro de 1898, pois não havia conhecimen-
" to das condições locais e bastaria ordenar,
" o que alias já estava estabelecido pela re-
" gra 34ª, que na falta de legislação propria
" se recorresse á similar da provincia,
" ou metropole.

" breis que, ainda por muitos annos, não
" se empregarão no territorio systemas de pes-
" ca, que vatha a perra mencionar, diffe-
" rentes das caubõas e por isso julgo suffi-
" ciente formular um additamento que tra-
" to de caubõas, unico systema em uso no
" territorio e ao qual o regulamento não allude."

Da leitura attenta do regulamento de 1898
poderia eu, talvez, concluir que caubõa é
systema que ali não foi considerado por-
que nas suas 24 paginas não encontrei, uma
vez sequer, o vocabulo, mas não me contem-
tei com este argumento para chegar a tal
conclusão. Li as definições que se encontram
no Capitulo III e seguintes e li tambem a

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.7: Versões de definição de Camboa

8
tabella, paginas 23 e 24. A tomar "Camboa" como "estacada" se oppoz o artigo 5.º visto que "estacada" não tem caracter de installação permanente e a camboa, tal como a conheço aqui e a tenho conhecido sempre, é permanente e bem permanente.
Por um momento se me ficou a attenção no § 2.º do artigo 28.º, perguntando a mim mesmo se a camboa estaria incluída nas installações permanentes, mas logo desisti de tal supposição merecê da tabella, paginas 22, grupo b), pois me quiz parecer que ninguém pensára em exigir a um pobre preto que quer estabelecer uma sebe, um cançado, tão avultada quantia como é a somma das verbas que ali se sobrepõem e montam a 134/000 reis, ou seja perto de £ 30.000 (ouros), isto na hypothese mais medica, que é a de um hectare.
Explicados os motivos do que superiormente foi classificado "erro de definição", volto ao officio da Direcção Geral do Ultramar e ali vejo que a S. Ex.ª o Ministro e a Junta Consultiva do Ultramar afigura-se que
"..... Segundo a definição da ordem tra-
ta-se de artes de pesca pela expansão em
"cerco de redes de arame ou de cabo o que
"não permite confundir-se com a camboa

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.8: Versões de definição de Camboa

9

não sendo razoavel admitir tal confusão
que poderá induzir em erro quem tiver
de apreciar as questões da pesca em elle-
"Calubique".

Acatando, como me cumpre, as opiniões de
pessoas que decerto tem á sua disposição
melhores elementos de estudo do que a ba-
pitania da Beira pôde fornecer-me, direi
que não pensei que cambôas, como as de-
fini no artigo 4º, pudessem confundir-se com
Cercos, os quaes, segundo o Capitulo IV, se
dividem em cercos volantes e cercos de
arrastar para a terra e são apparatus
de pesca moveis, como explicam claramen-
te os artigos 64º e 65º.

Ainda no mesmo officio da Direcção
Geral do Ultramar leio: "julga a Junta con-
sultiva do Ultramar que para regular a
pesca por estacadas ou pesqueiras não ha
necessidade de fazer additamento ao de-
creto de 13 de outubro de 1898"

Que não se trata de "estacadas" é evidente por-
que estas, é o Regulamento que o diz, não tem
caracter permanente ao passo que a
Cambôa, como a defini, é permanente. "Pes-
queira" é systema que o regulamento não
define mas sendo, como se depreheude do
officio, synonymo de "estacada" Também

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.9: Versões de definição de Camboa

10

não tem que ser considerado quando se trata de "caubôas", como eu as defini. Não se tratando de caubôas como synonymo de "cercos de pedra" não pôde a oração ser reformada e submettida a approvações do Governo antes de publicada, restando portanto reconhecer que toda a argumentação que expuz nas minhas notas n.º 167 e 170 é mal fundada por eu ignorar que caubôa é um cerco de pedras parecendo-me que se deve exigir a cada um dos actuaes concessionarios de caubôas a differença entre o recebido e o que o regulamento marca no já citado grupo b), paginas 22.

Não devo occultar a minha convicção de que resultará de tal exigencia desistirem esses individuos das suas concessões, sem receio de que appareçam successores.

Outra cousa ha que fazer: é escolher o vocabulo que deve designar o que até agora se tem chamado - Cambôa - o que provavelmente originará algumas difficuldades visto estar muito inveterado o emprego da palavra - Cambôa.

Aproveito a oportunidade para lembrar a conveniencia de me serem fornecidos os livros que ha 7 meses requisitei na minha

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

1.10: Versões de definição de Camboa

11

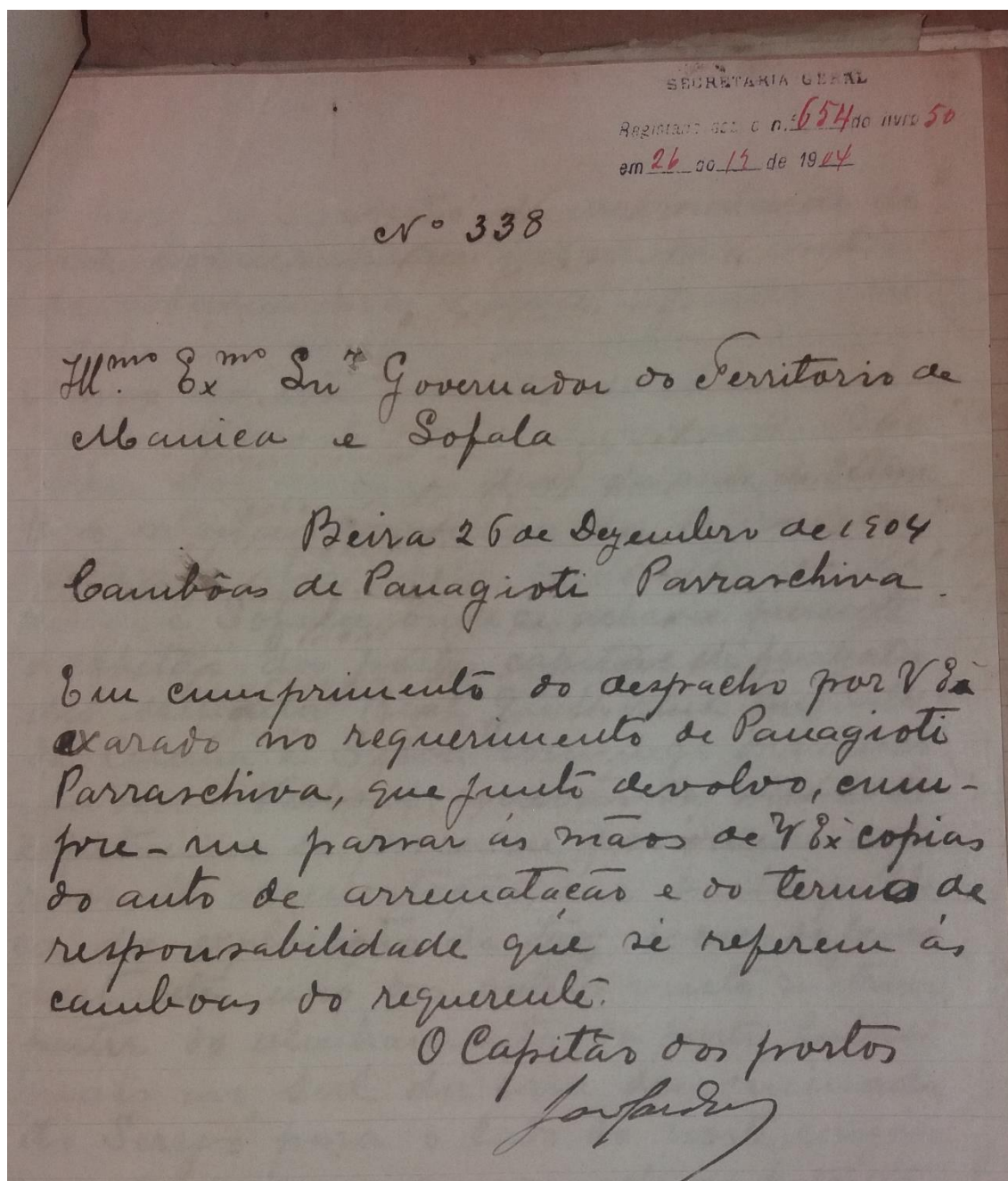
nota nº 282
6-12-1901, livros em que de certo en-
contrarei valiosos elementos que me sejam
auxiliares no empenho de não propor con-
das inteiramente desacertadas, como pare-
ce ser o que propuz em 24 de junho de 1901,
há pouco mais de um anno, e deu origem
à ordem nº 1978.

Da benevolencia de V. Ex.^a ouso esperar que
me seja relevado o erro em que caí, não
por desleixo mas por desconhecer o que a
tecnologia determina

O Capitão dos portos
Guilherme Augusto de Camboa Filho

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento de Pesca, Secretária-geral, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2, Auto de arrematação



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.1: Auto de arrematação

Cópia _____ Auto de arrematação de
trez locais para pesca por meio
de estacas em curva, ligadas com
rede de corda ou arame _____
anno do nascimento de Nosso Senhor
Jesus Christo de mil novecentos e
trez aos quinze dias do mez de Setem-
bro, n'esta povoação da Beira e Ca-
pitania dos portos do Territorio de Uba-
nica e Sofala, onde se achava presente
o capitão dos portos, capitão de fragata
da armada Real Guilherme Augusto
da Cunha e Silva coureiros Francisco
Antônio Velloso, escrivão da mesma
capitania, se procedeu por ordem supe-
rior, á arrematação, em hasta publi-
ca, da exploração de trez locais de pesca,
distantes uns dos outros vinte metros a
partir do alinhamento da parte lateral
mais ao sul da cara denominada
"do Serejô" para o lado do norte, confor-
me o croquis que se achava patente.
Aberta a praça foram lidas as condições
e classificadas os locais com os números
um, dois e trez contando do sul para
o norte. — Depois de varios lances
foram os trez locais arrematados a
Panagioti Parraschiva tendo o nume-
ro um obtido o preço de trinta e duas
libras, o numero dois o de trinta e
uma libras e o numero trez o de vinte
seis libras, depois do que foi dada
por finda a arrematação, mandando
o capitão dos portos lavrar este auto
que vai ser por elle arquivado e por

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.2: Auto de arrematação

min Francisco Antunes Velloso
o exercevi — (assignados) Guilherme
Augusto da Cunha e Silva e Francisco
Antunes Velloso.

Está conforme
Capitania dos portos na Beira 26 de
Dezembro de 1904.

O Capitão dos portos
Francisco

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.3: Auto de arrematação

Camboas *Pa. gal 82*
ct=2886-243
15/9/03
N.º 233
Ilmo. Sr. Governador do Território de Ilha de Moçambique e Sofala
expediência Beira 15 de Setembro de 1903
Auto de Arrematação de 3 locais para pesca
Tenho a honra de passar ás mãos de V.ª o auto da arrematação, a que se procedeu n'esta Capitania, hoje pelas 2 horas da tarde, em cumprimento do determinado no aviso que estabelece as condições para a mesma arrematação
O Capitão dos portos
Guilherme August de Almeida Silva

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.4: Condições para arrematação de gamboa

26-5-1902

Nº 59

1ª Gal
Nº 1235-2036
30-9-1902

M^{mo} e Ex^{mo} Sr Governador do Território de Inhambane e Sofala

da L. Alvará da Com. para Peira 20 de março de 1902

verbalmente me informar a tal

permissoão são emitidos a lei

quase!

Camboas

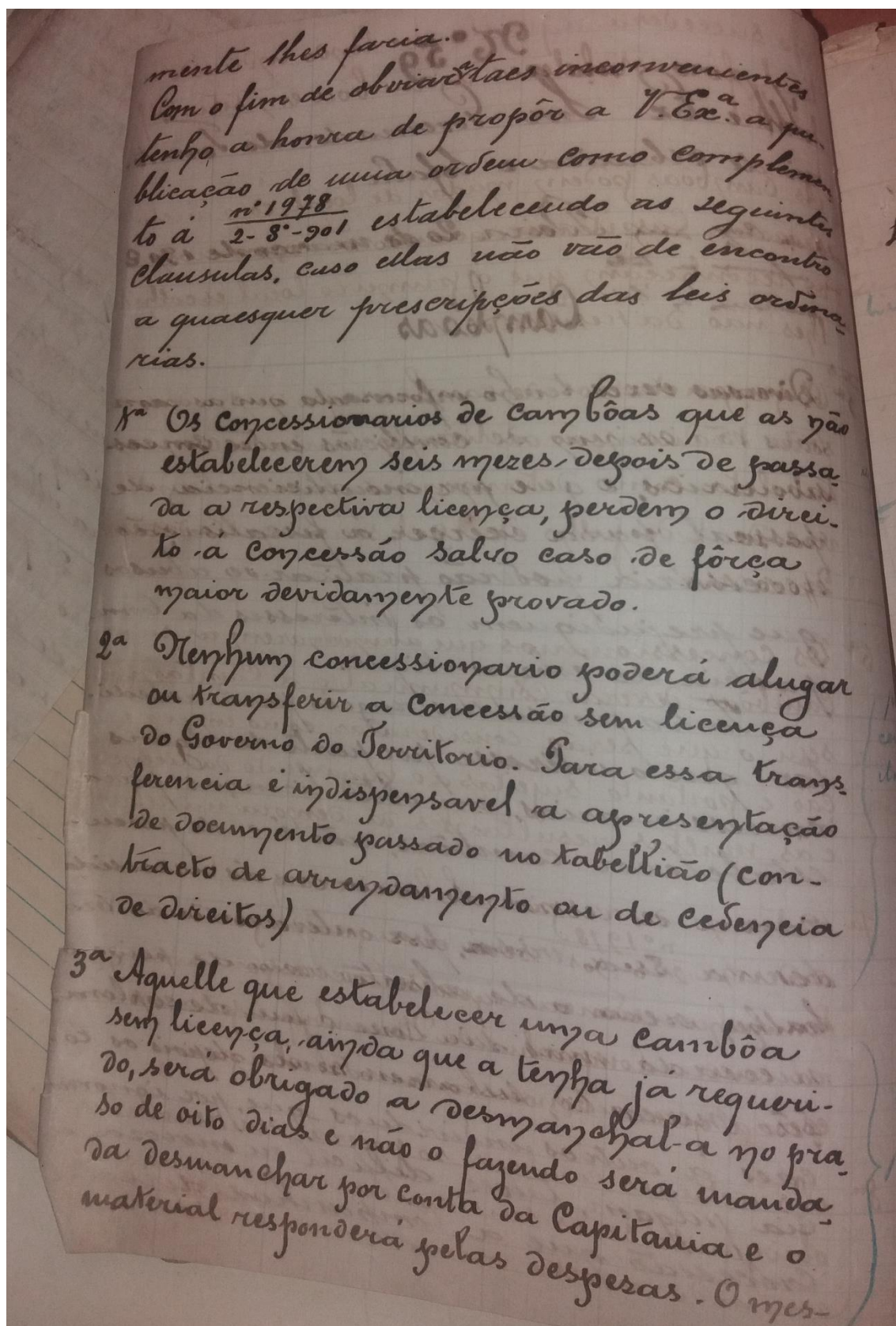
Diversas vezes tenho informado que as camboas são origem de conflictos entre concessionarios, e que por insufficiencia de pessoal para exercer a fiscalizaçãõ necessaria poderão praticar-se abusos que prejudiquem os interesses da Companhia de Moçambique.

Tenho fundadas razões para acreditar que o interesse por parte de alguns concessionarios, em obter licenças para estabelecer camboas, não é o de proporcionar os meios de occorrer ás necessidades da sua vida, por intermedio do trabalho, nem o de abastecerem de peixe o mercado mas sim com o fim de exploraçãõ mercantil, subarrendando depois os locais a outros individuos que, por ignorancia julgam, talvez, difficil ou onerosa a concessãõ que a Companhia directa

Companhia de Moçambique
L. nº 57 de
-6-02
Alvará

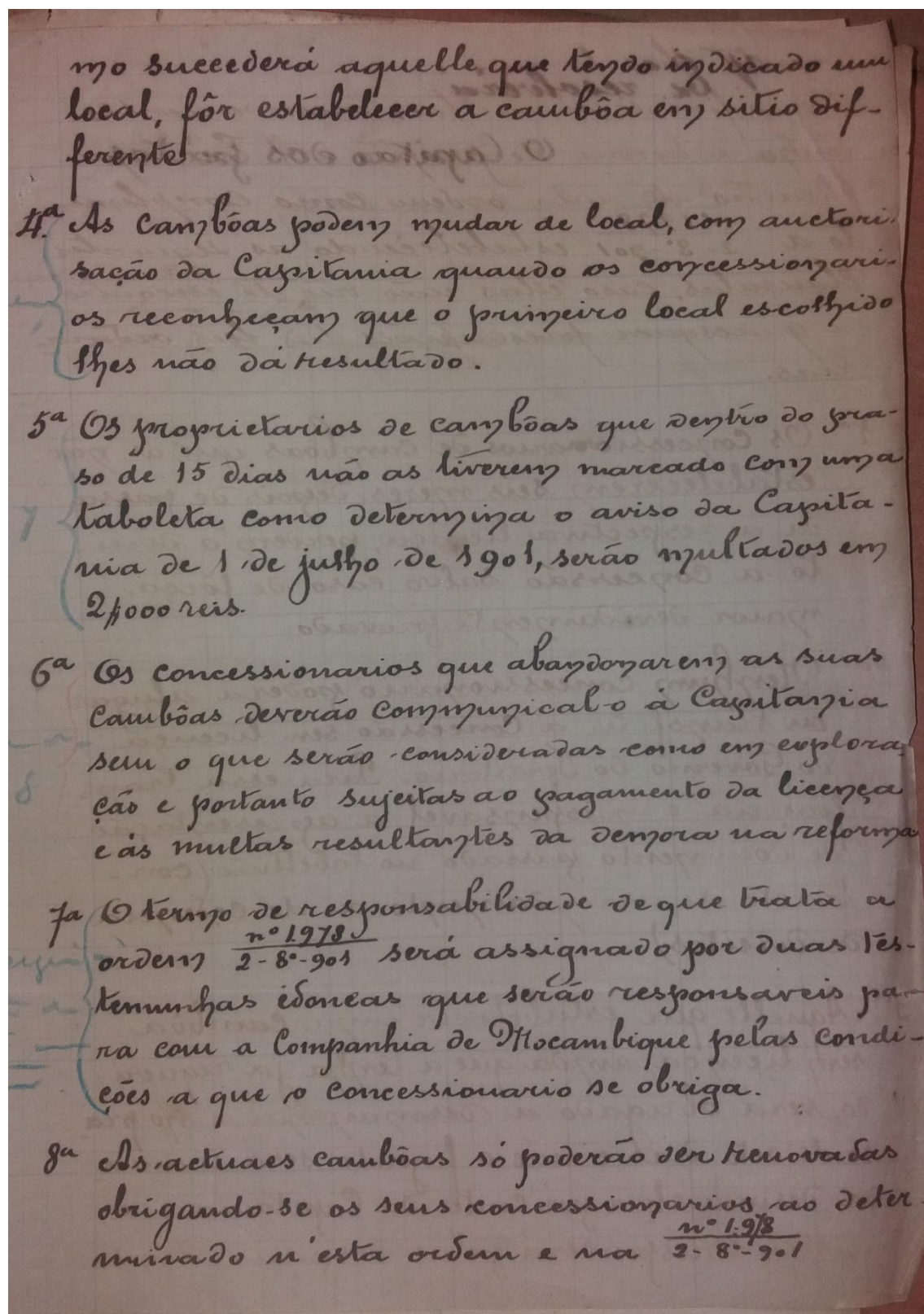
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.4.1: Condições para arrematação de gamboa



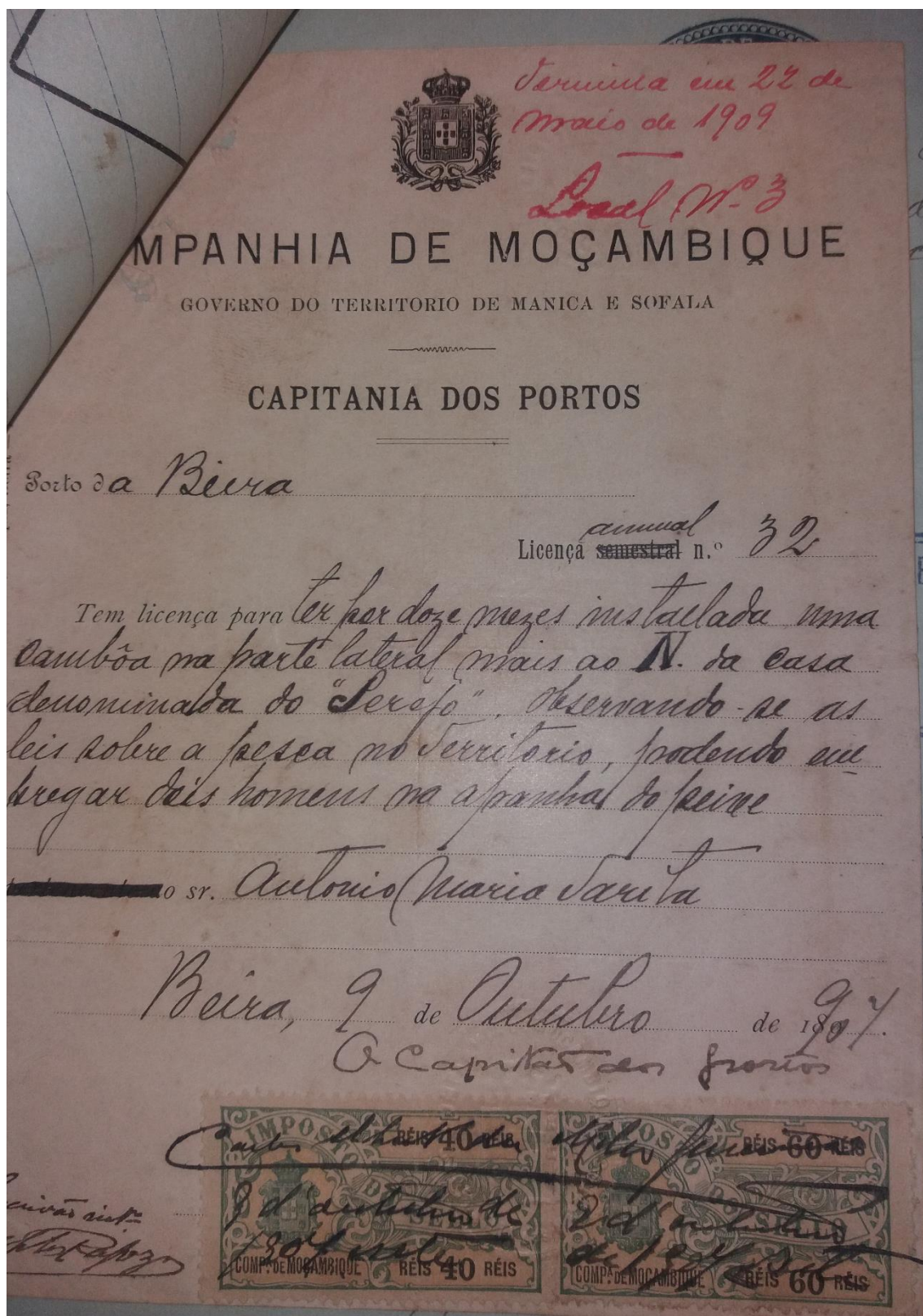
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.4.2: Condições para arrematação de gambo



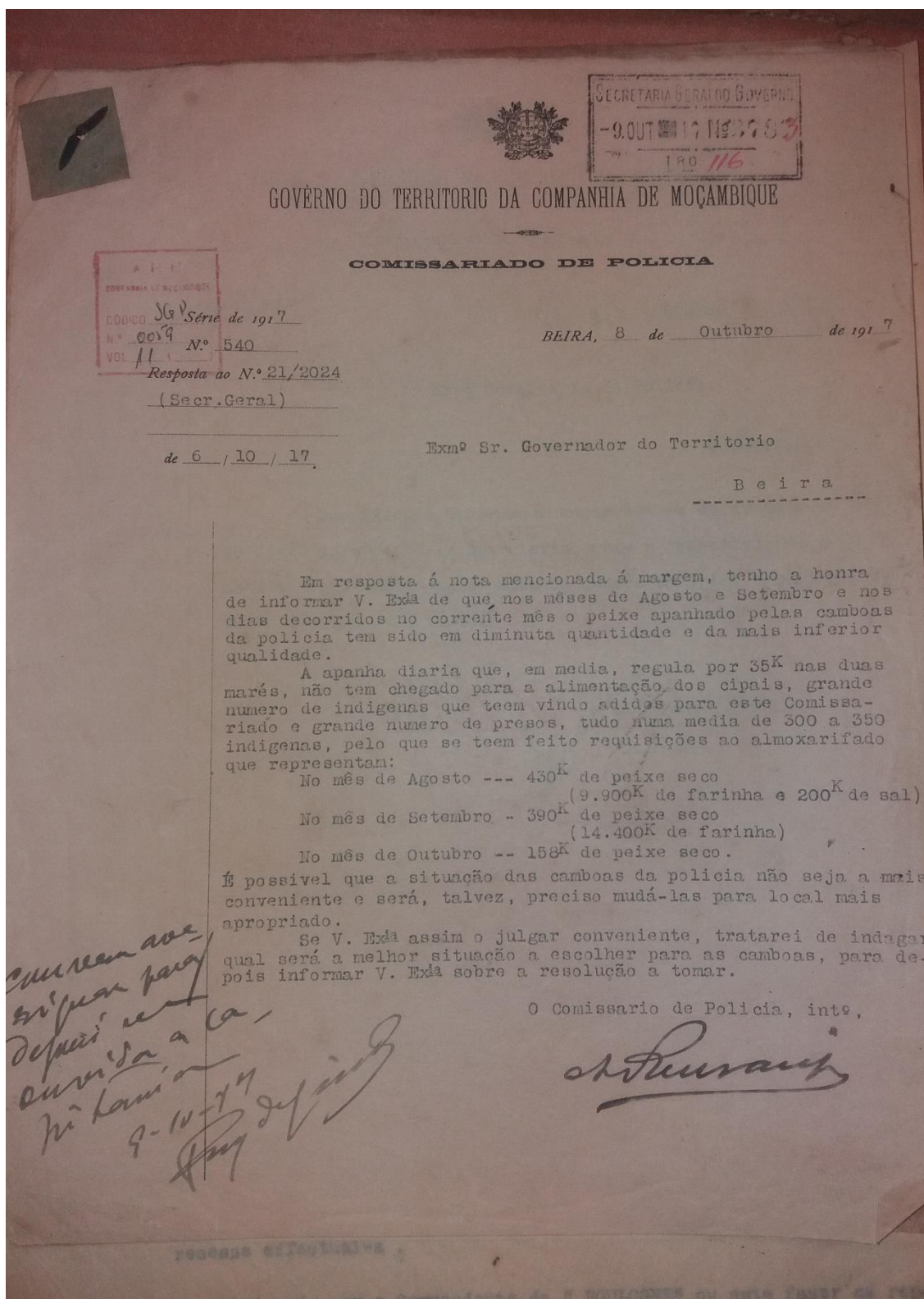
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Demarcação e Arrematação de Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

2.5: Licença de pesca a gamboa



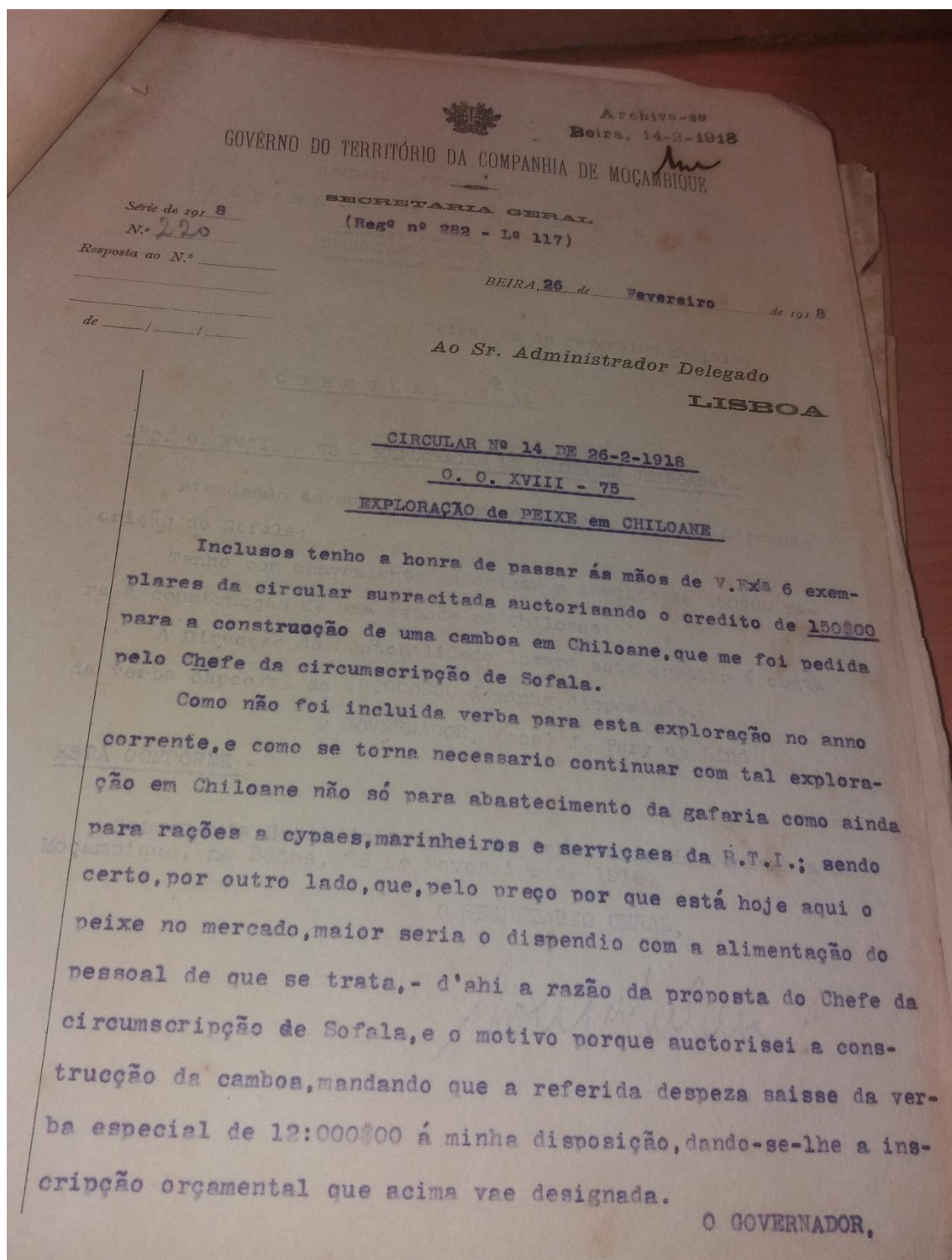
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

3: Variação de rendimentos de Gamboa




Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

4: Financiamento para Gamboas



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

5: Problemas ambientais-uso de rede de malha fina


 GOVERNO DO TERRITÓRIO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE GOVERNO
 28 JUN. 1923 Nº 04298
 Capitania dos Portos Nº 141

Série de 1923
 Nº 356 *do Sr. Doutor Ferraz do M.º Sr. Advogado*
 Processo n.º 6 *Consultas* Beira, 28 de Junho de 1923
 Resposta ao Nº 28-8-23
 de 1 *Consultas*

Exmo. Snr. Governador BEIRA

REGULAMENTO DE PESCA

Já porque o regulamento de pesca nas aguas maritimas do Territorio é omisso devido á sua antiguidade, pois data de 1898, já porque os fundos da parte norte da costa sob a jurisdição desta Capitania não são ricos em peixe, tendo portanto a autoridade competente de transigir um pouco com as necessidades da alimentação publica, tenho procedido raramente e quasi sempre per meios successivos contra principios de ha muito arreigados e a que o uso tem dado fóres de lei.

Recentemente porem, talvez pelo espirito de ganancia que parece querer avassalar a humanidade inteira, tem-se multiplicado os abusos de emprego de aparelhos de pesca cujas malhas são de dimensões minimas e ainda hontem tive occasião de observar na praia da Ponta Gea uma certa quantidade de peixe cujo comprimento era inferior em muito ao estabelecido, não nos nesses Regulamentos, mas no Regulamento Geral dos Serviços das Capitania dos Portos da Provincia de Moçambique.

Havendo agora em plena liberação bastantes cambás e rede de arrastar e um regular serviço de transportes de peixe fresco pescade nas aguas da parte Sul do Territorio e na area da jurisdição da delegação maritima de Vilanculos, pode-se afeitamente pôr um dique aos abusos a que acima me referi.

Baseando-me no disposto no artº 9º de Regulamento de Pesca aprovado por decreto de 13 de Outubro de 1898 e nos artºs. 383º, 384º, 385º, 386º, 387º e 388º do Regulamento Geral dos Serviços das Capitania dos Portos da Provincia de Moçambique, aprovado por portaria provincial nº. 1097 de 20 de Março de 1919, materia que *ver* ser inserta no projecto de Regulamento da Capitania dos Portos do Territorio, em elaboração, posso publicar o edital de que junto um projecto para apreciação e aprovação de V.Exa.

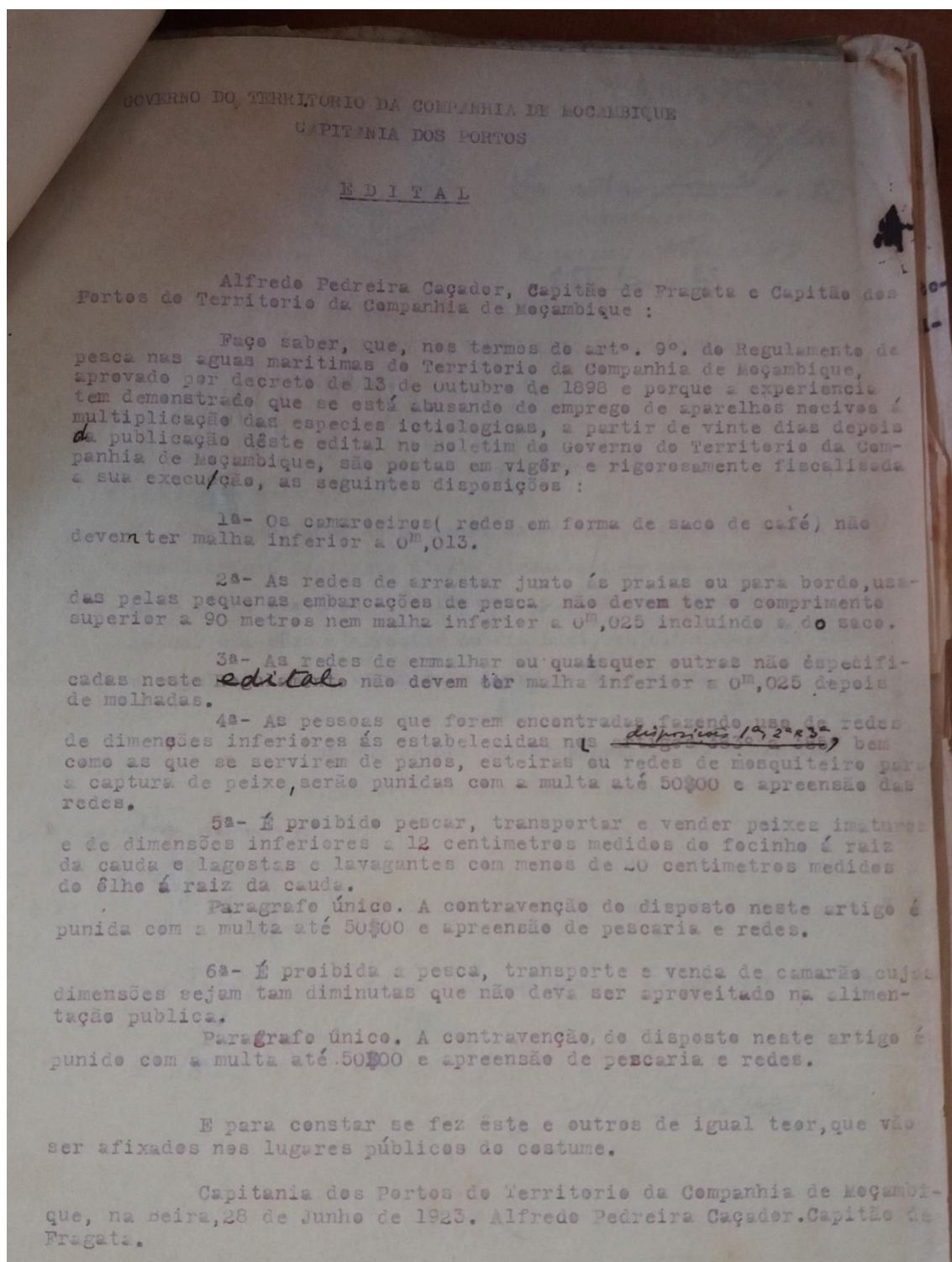
Solicite pois que V.Exa se digne mandar informar-me com a possivel urgencia se concorda com o que acabo de propôr, e nesses hypethese autorisar a impressão de 100 exemplares de edital.

O Capitão dos Portos.
Alfredo Carralho
capit

Escola de Artes e Offícios-Beira
1022-25000 ex.

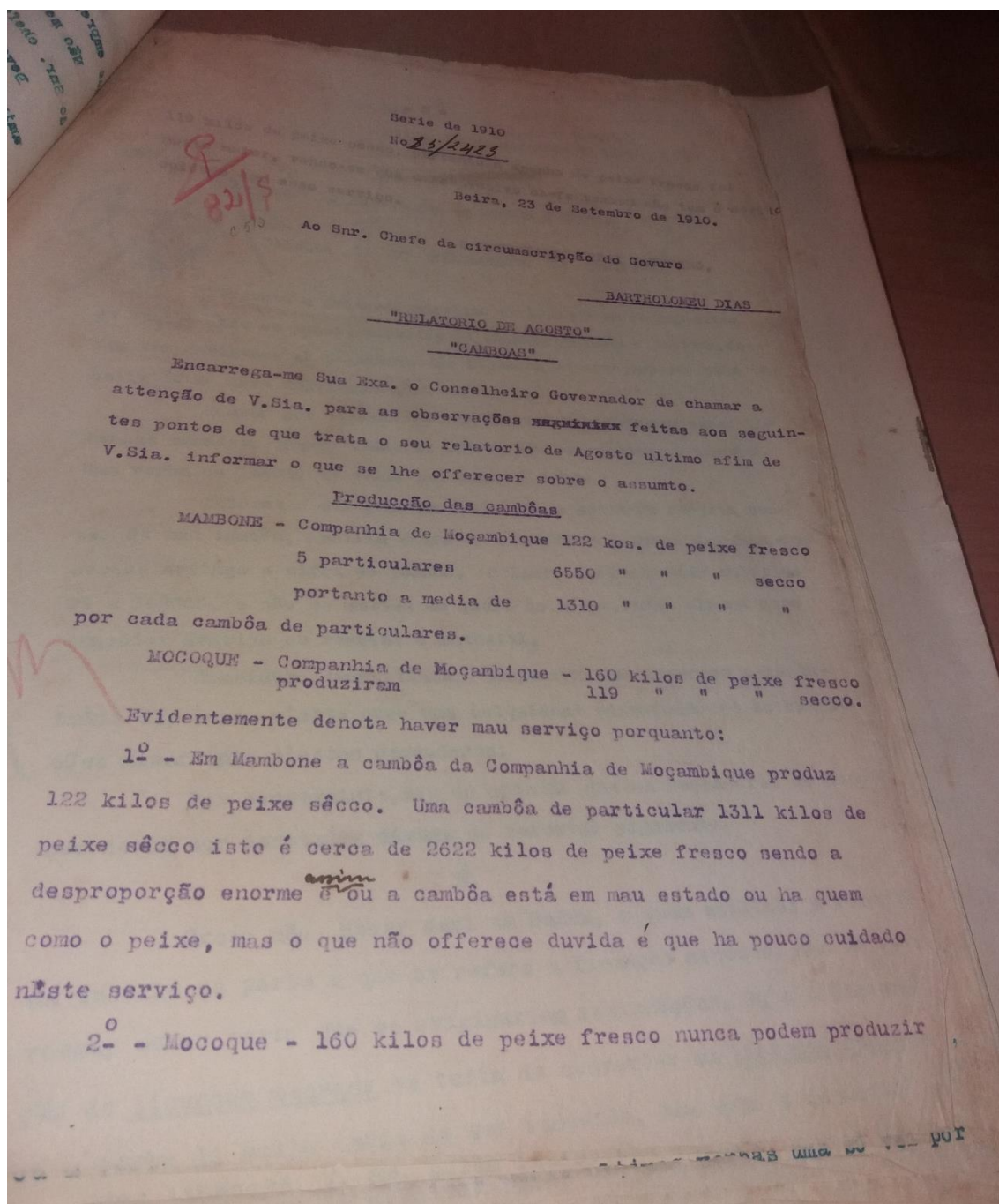
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

5.1 Problemas ambientais-uso de rede de malha fina



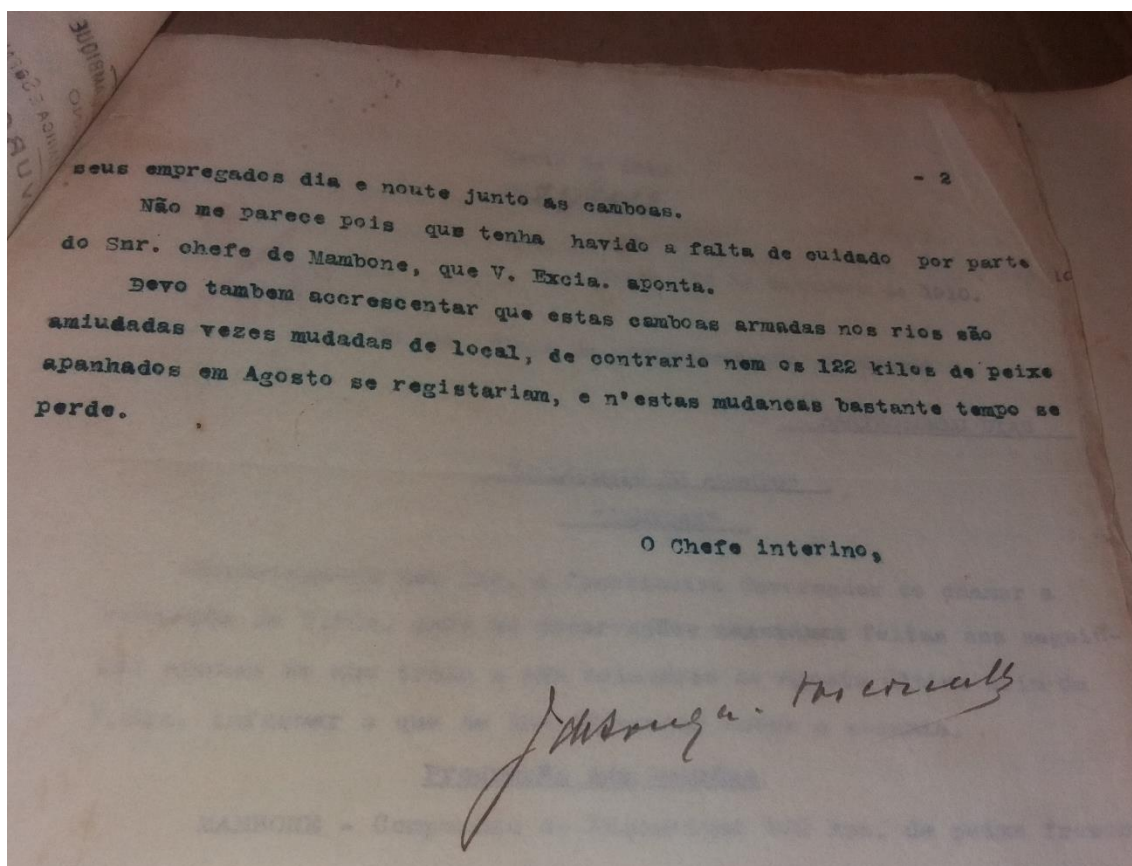
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

6: Produção de Gamboas



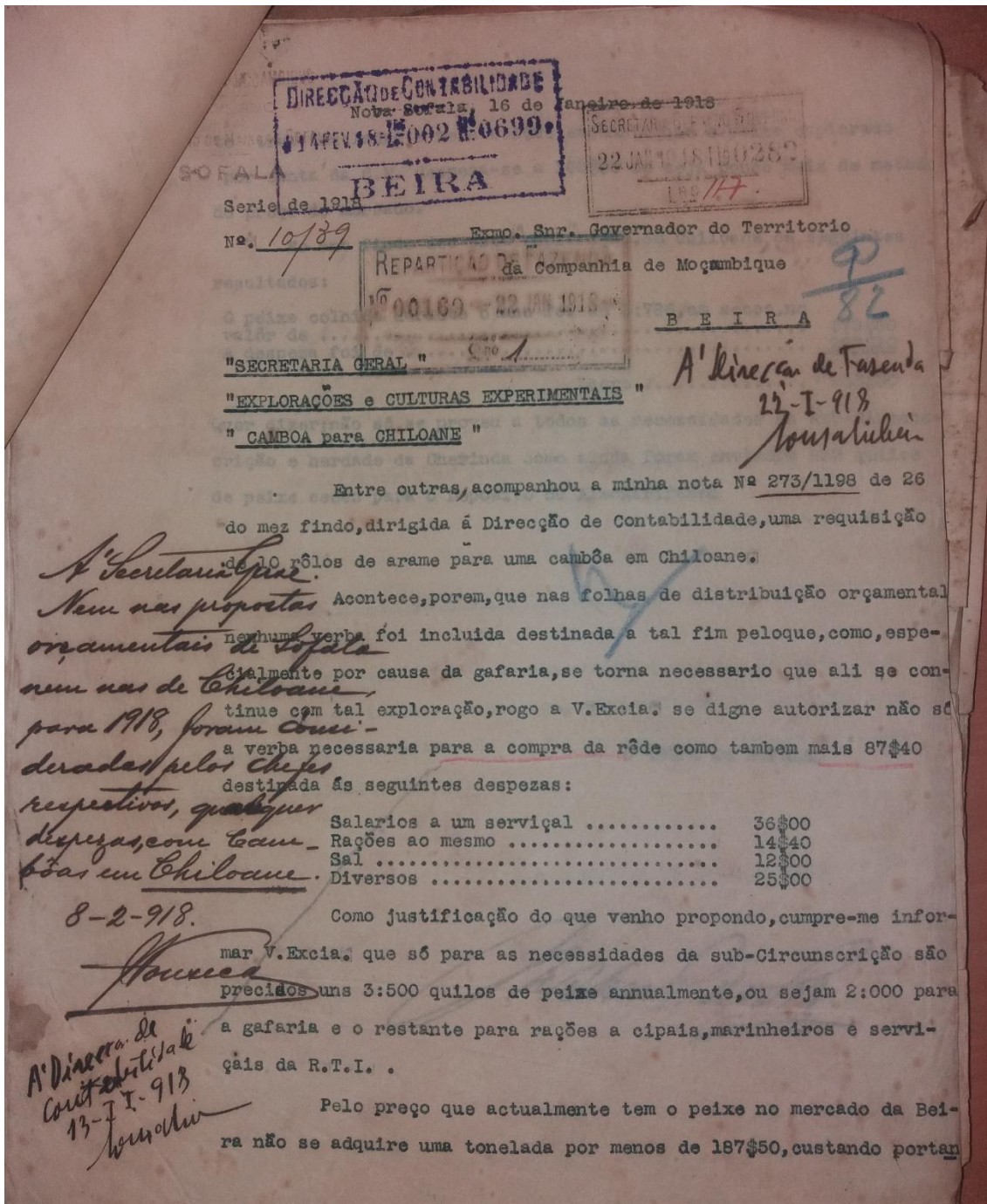
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

6.1: Produção de Gamboas



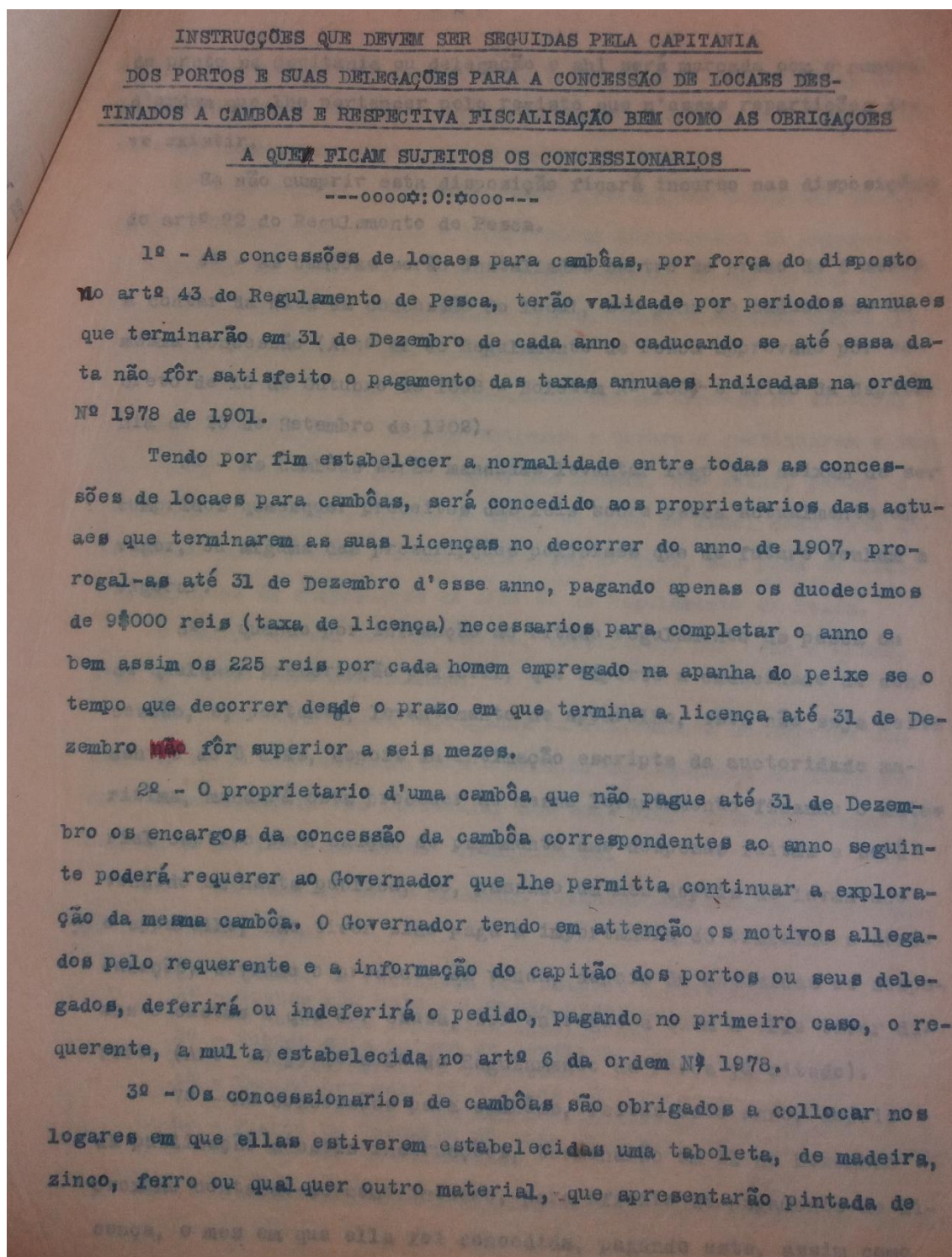
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

7: Rolos de arame para Gamboa



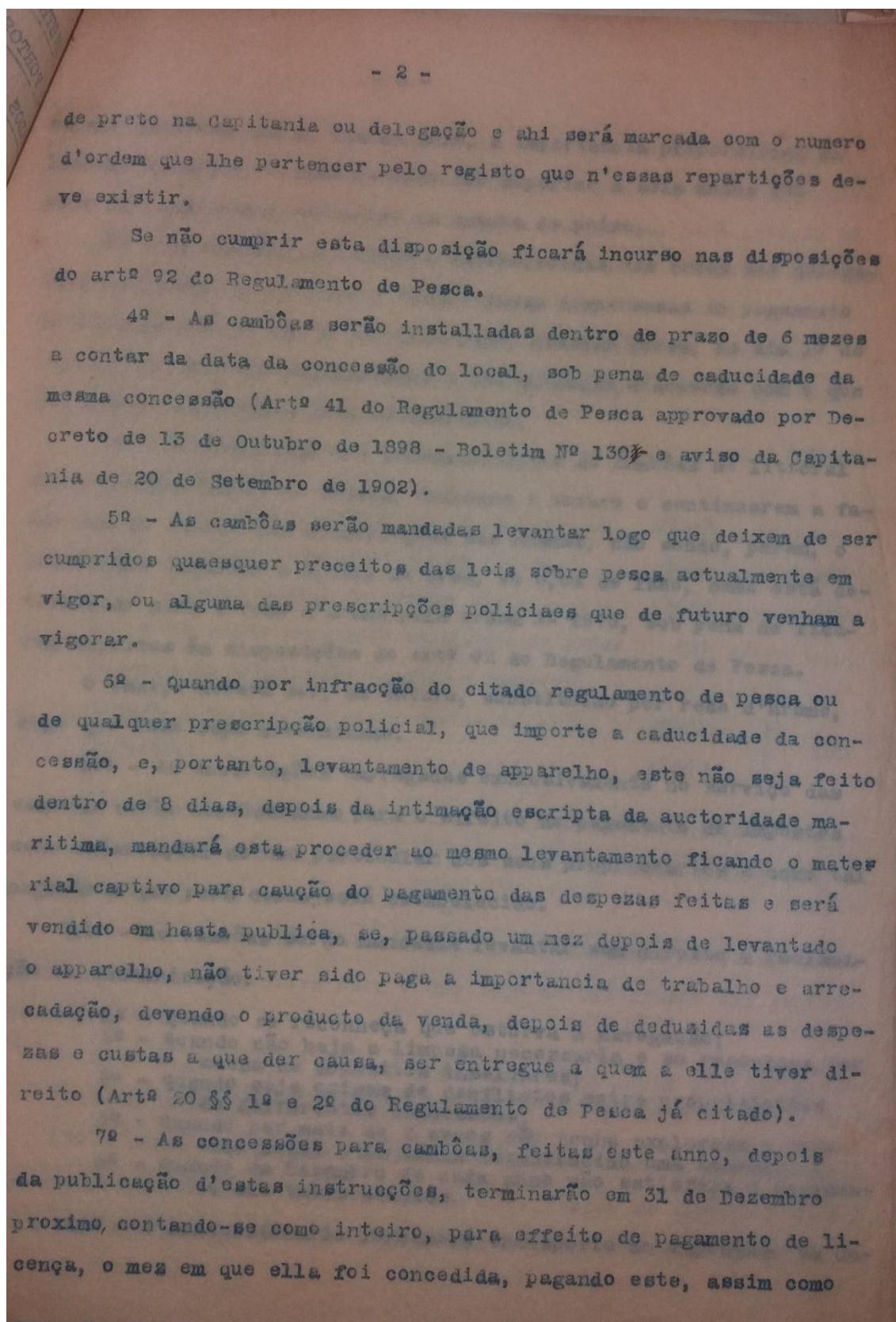
Fonte: MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique. «Secretaria-geral, Exploração de Cambôas na circunscrição de Chilokane e Sofala» -1/3/1900-31/12/1932, Processos 82», Vol. 2. cot. 30.

8: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



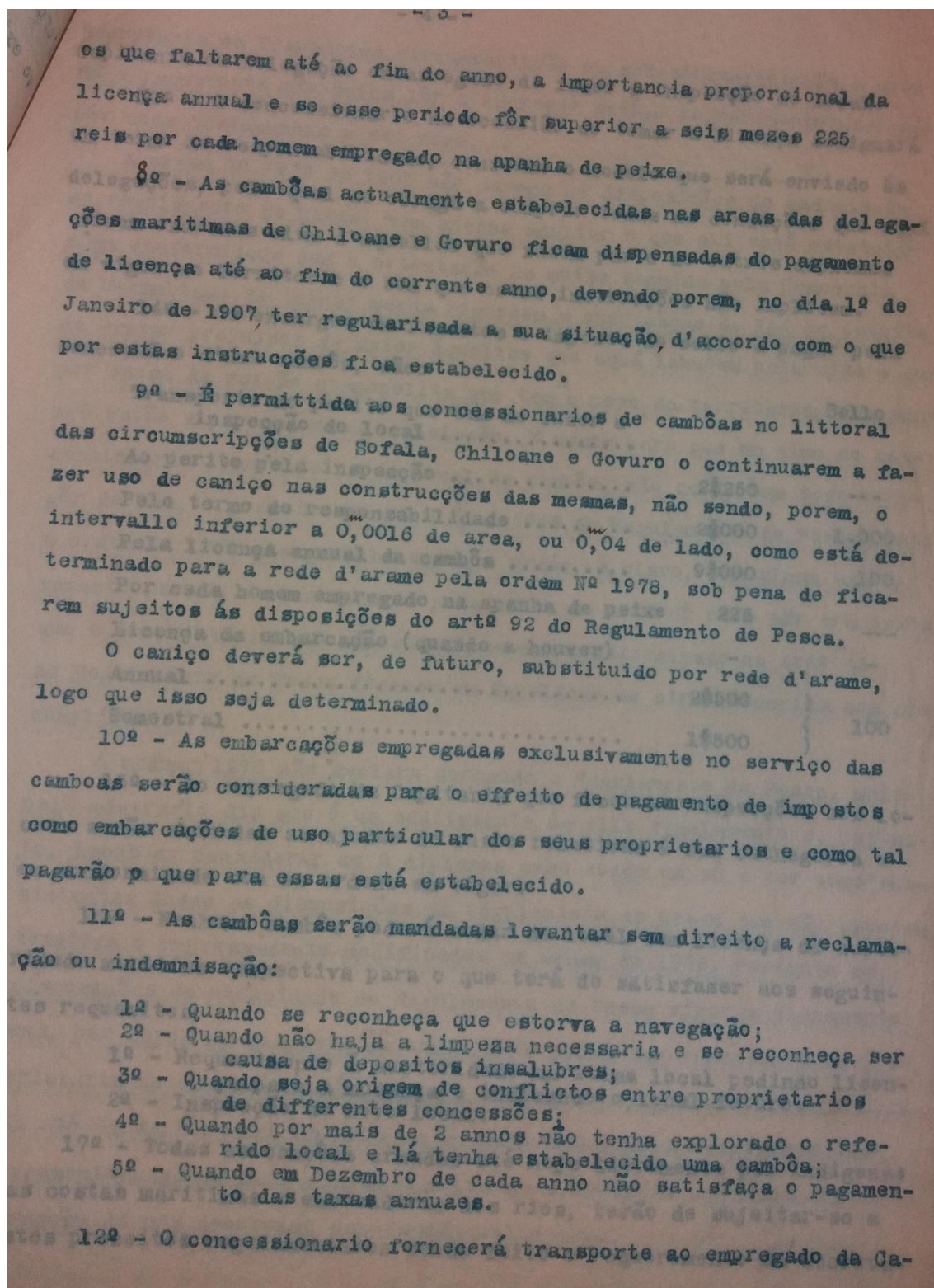
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

8.1: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



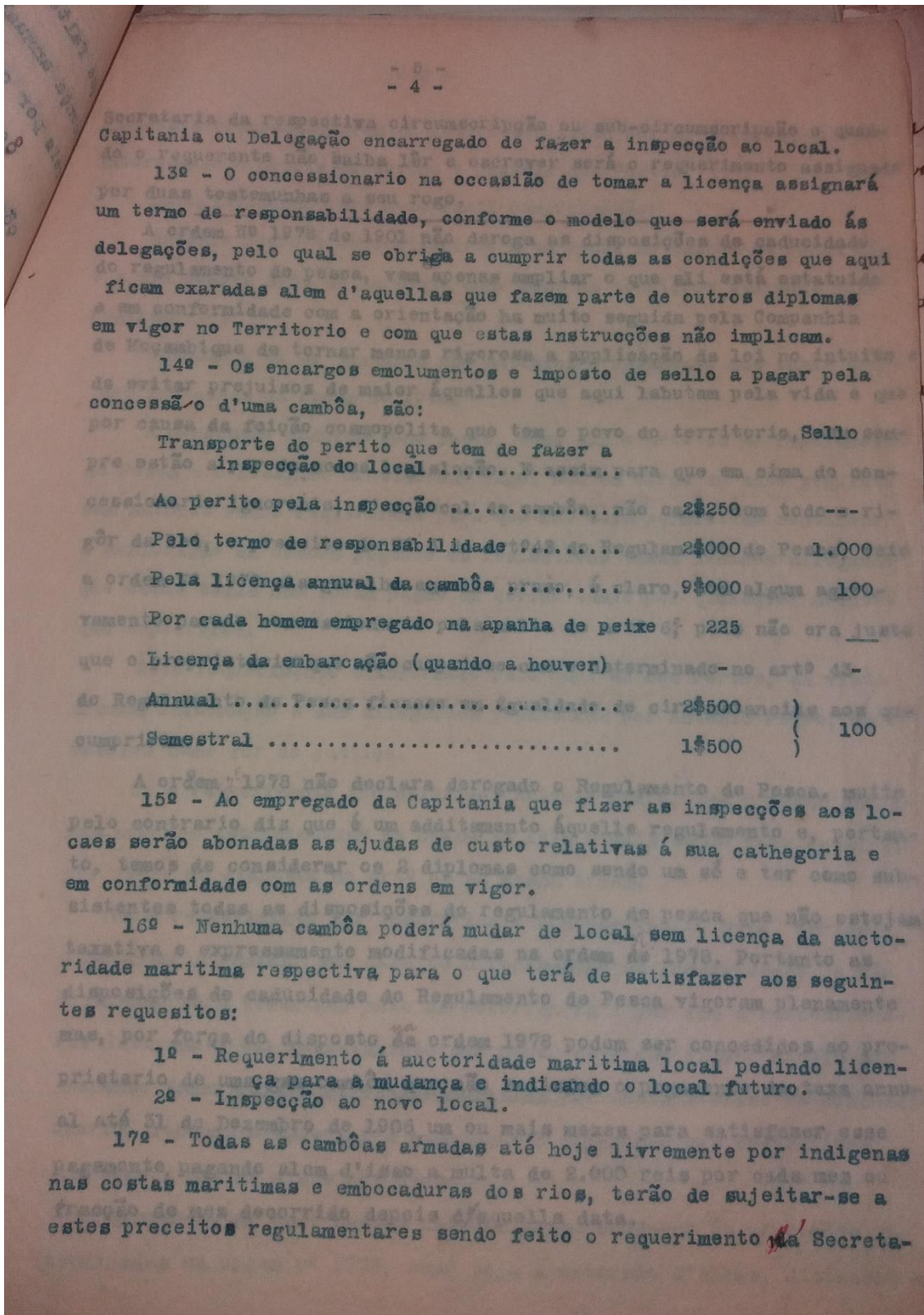
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

8.2: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



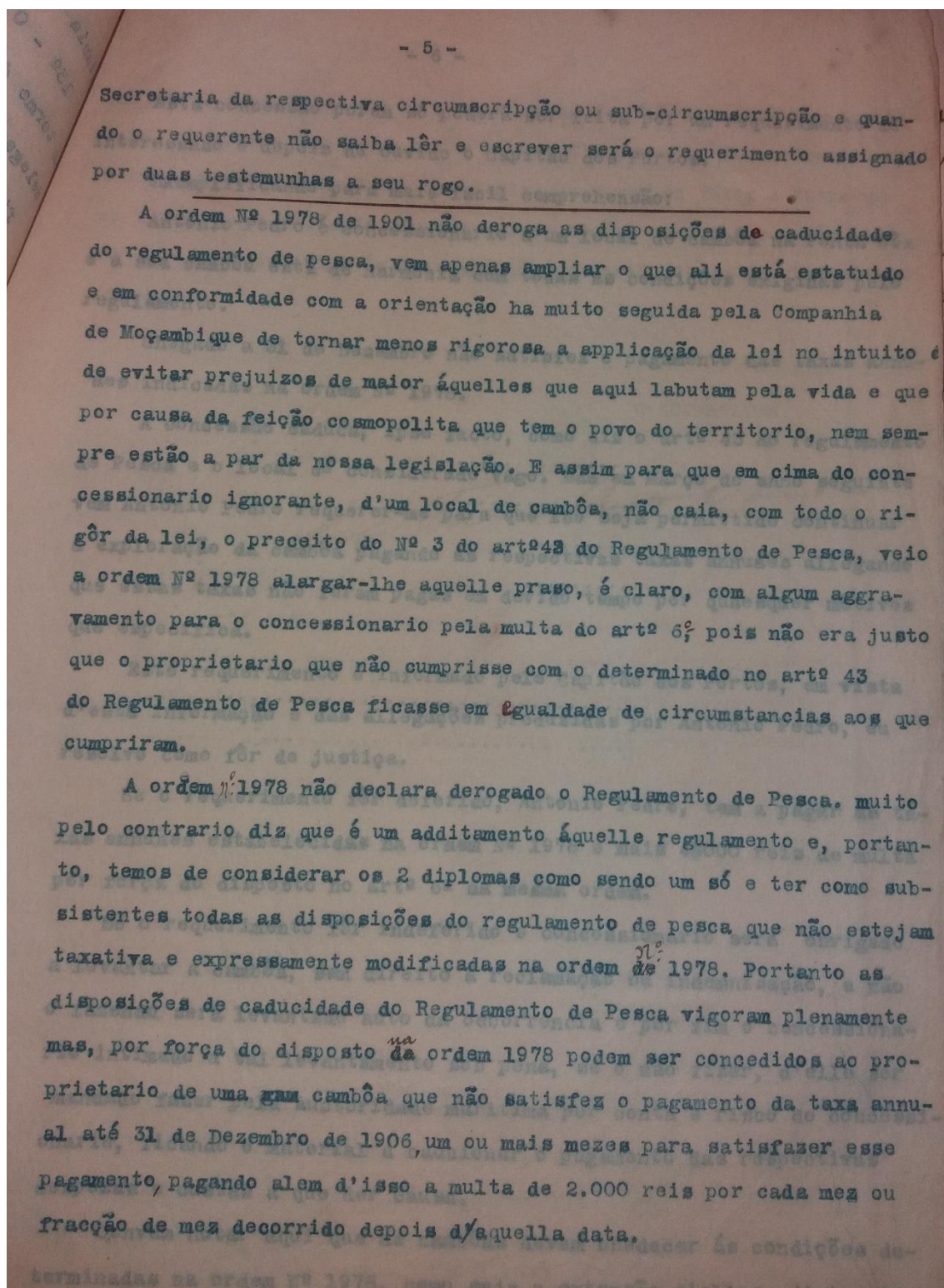
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

8.3: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



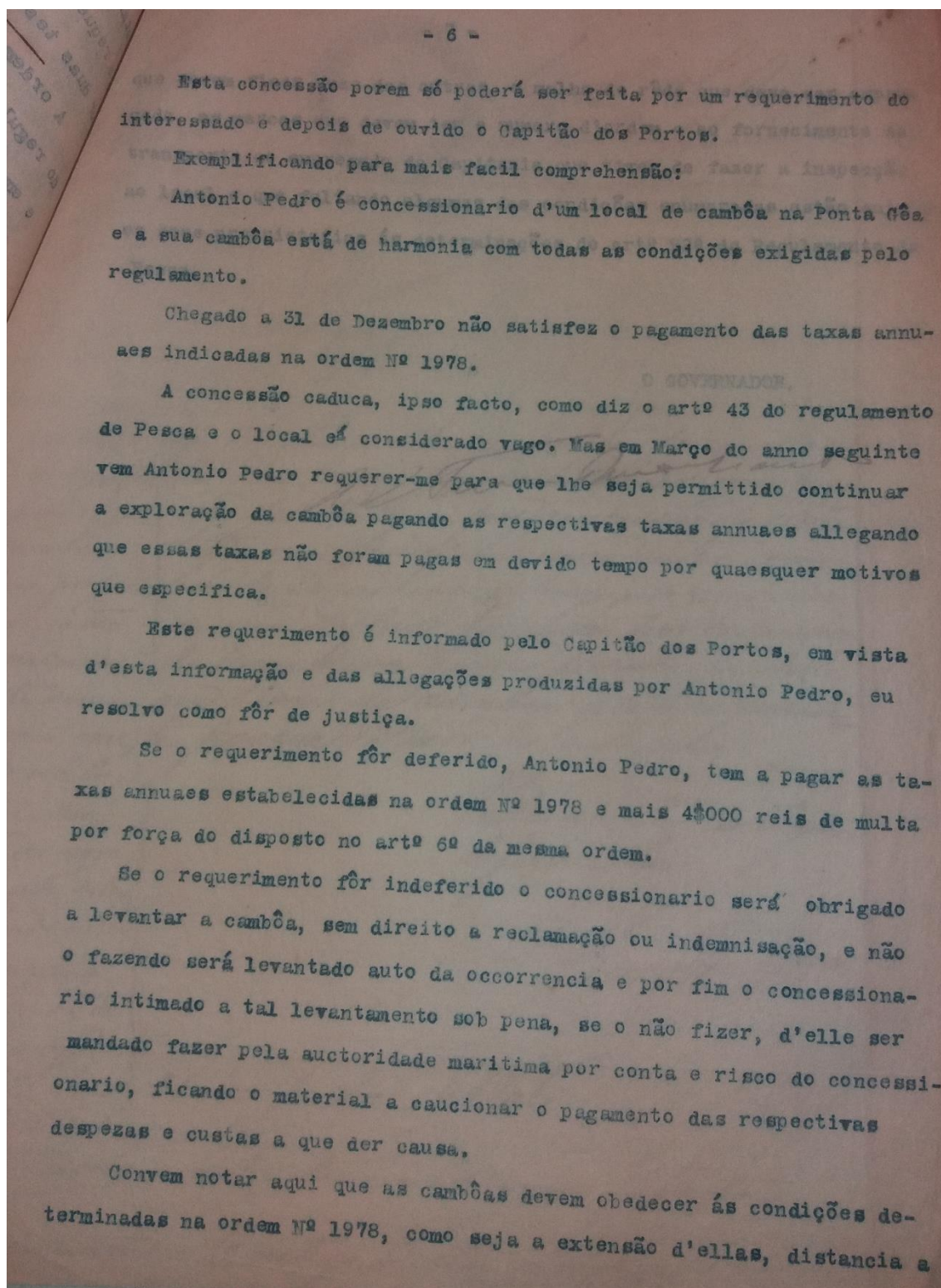
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

8.4: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



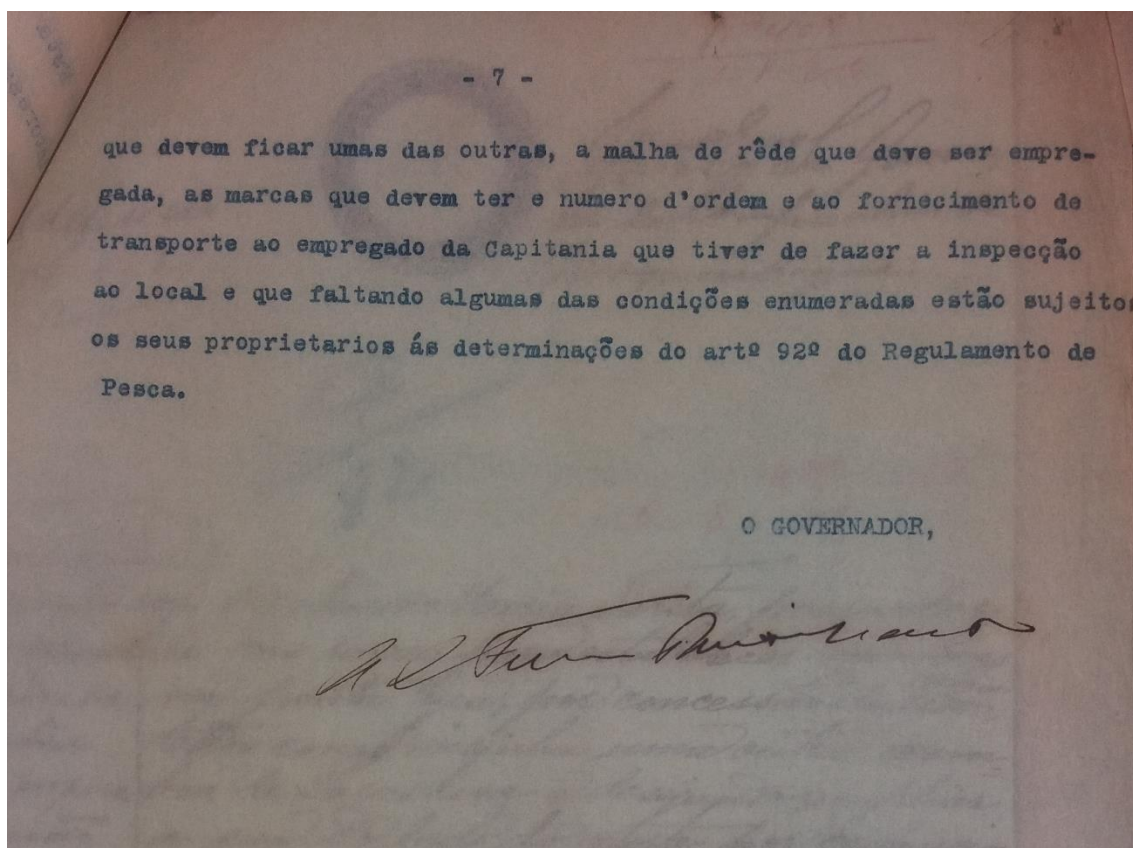
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

8.5: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

8.6: Instruções para a concessão de locais de colocação de gamboa



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

9: Reclamação contra gamboas de indianos

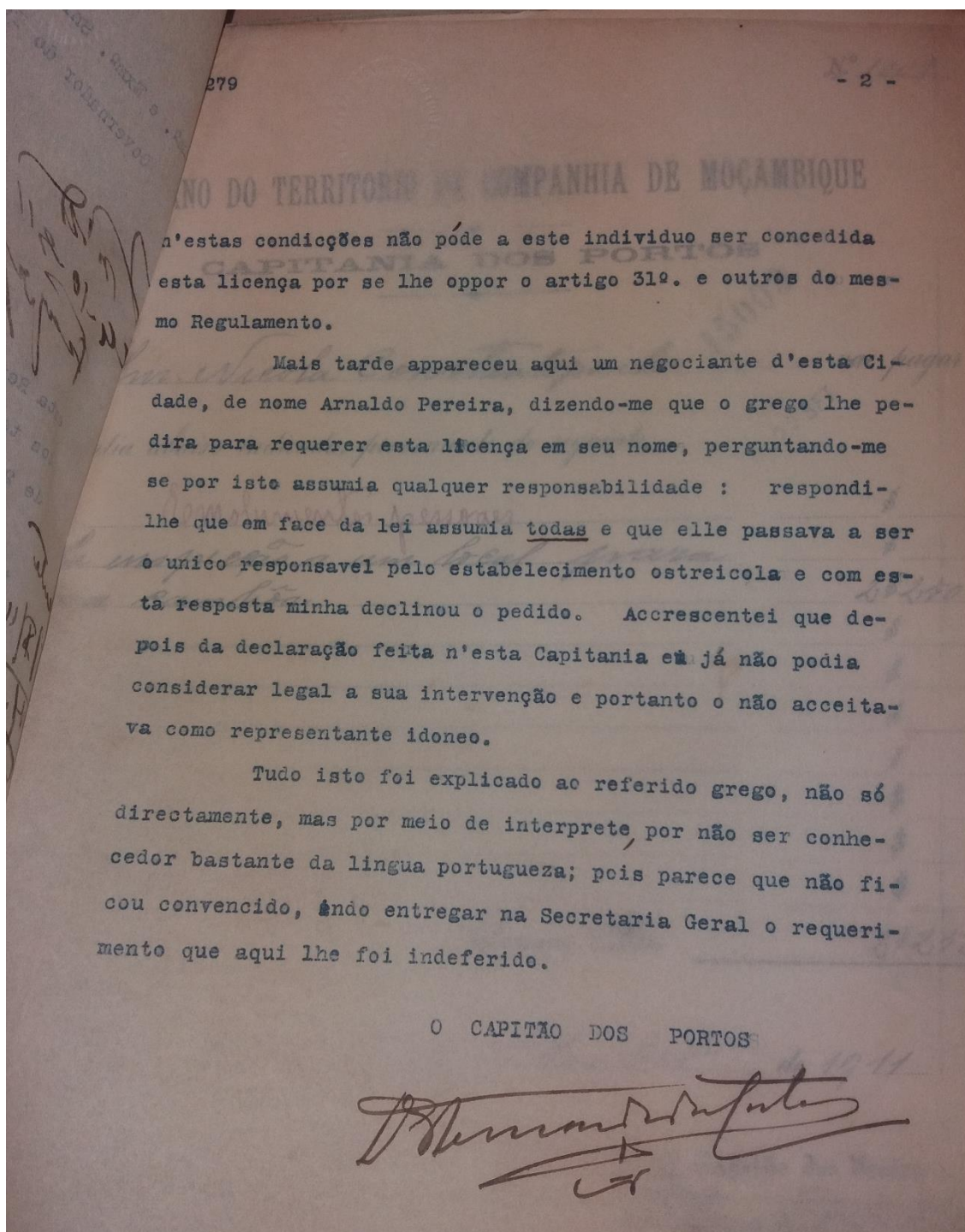
SECRETARIA GERAL
Registrado sob o n.º 3312 de livro 69
em 14 de 7 de 1908

CAPITANIA DOS PORTOS DO TERRITÓRIO DE MANICA E SOPALA, Manuel
Papas, Nicola Geovani, Achilles Emmanuel, Emmanuel Kokomas, Joaquim
Armando, Archânjo Rodrigues, Karalambos Serigusa Job José João Failla
Beira em 3 de março de 1908. O cabo do mar Pinho que vá visitar

COPIA - Papel sellado de taxa de 100 reis- Ilhm² e Exm² Snr-
Capitão dos portos da Beira - Os abaixo assignados residentes n'es-
ta cidade e da profissão pescadores vemos mui respeitosa-mente parti-
cipar a V^a Ex^a, que os pescadores indianos da Beira andam pôr cambõ-
es de grillos finos de linha em toda parte, onde encontrarem bõa pes-
ca e sobretudo nas bocas mesmo dos rios, onde nos temõ os cambões
d'arames, não podendo assim escapar-se nem os mais pequenos peixes,
por serem os grillos muito finos, destruindo assim as ovas até dos
peixes; os acima mencionados indianos pescadores tem licença para
pescar só com ganchos e com linha ou grillos no mar aberto e não pa-
ra pôr cambões de grillos de linha a onde elles quizerem provisórios,
é claro, e todos os dias transportal-os d'um logar a outro; alem d'
isso um d'elles só tem tirado licença para pescar e pois os pescado-
res são quasi quarenta pessôas, os quaes pescam com a mesma licença
e no mesmo bote; como então elles apanham sempre muito e bom peixe,
por causa das acima expostas razões, mais e melhor de nos, que usa-
mos só os cambões d'arames e só d'elles esperamos, elles estão com-
petir-nos o que exactamente fazem e nos assim, como não. podemos
copetir-lhes, somos obrigados de deixar as nossas licenças dos cam-
bões, as quaes usamos e não, e as quaes não podemos usar, enquanto
as pagamos, por causa d'elles. Porisso vemos muito respeitosa-mente
chamar por este meio, a attenção de V^a Ex^a sobre isto, estando prom-
ptos de dar-lhe quaesquer outras informações que V^a Ex^a considera-
se como necessarias sobre isto; podemos n'este caso, se fosse pre-
ciso, mostrar a V^a Ex^a o peixe apanhado com gancho ou nos grillos
dos quaes usam estes pescadores nos cambões e o que conhecemos mui-
ram estas muito aos supply em vista do mar, etc.

Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

9.1: Reclamação contra gamboas de indianos



Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

10: Gamboa ostreícola

N.º. 279
Beira, 23 de Outubro de 1911

Illm.º. e Exm.º. Snr.
Governador do Territorio da Companhia de Moçambique

ESTABELECIMENTO OSTREICOLA
CAPITANIA DOS PORTOS

Beira, 24 de Outubro de 1911

Beira, 25 de Outubro de 1911

Arnaldo Pereira, dizendo que é a 3.ª vez que este individuo volta a incommodar esta Repartição com os seus pedidos allegaes. Os requerimentos tem a data de 5 de Setembro - N.º.317 - de 7 - N.º.330 - e de 20 - N.º. 375.

O primeiro que apresentou aqui, e que é precisamente o mesmo que V. Exa. me manda informar, foi-lhe devolvido por mim, em mão propria, explicando-lhe que não podia considerar legal a sua intervenção e portanto, não accettato, nem podia haver, cambôas para ostras.

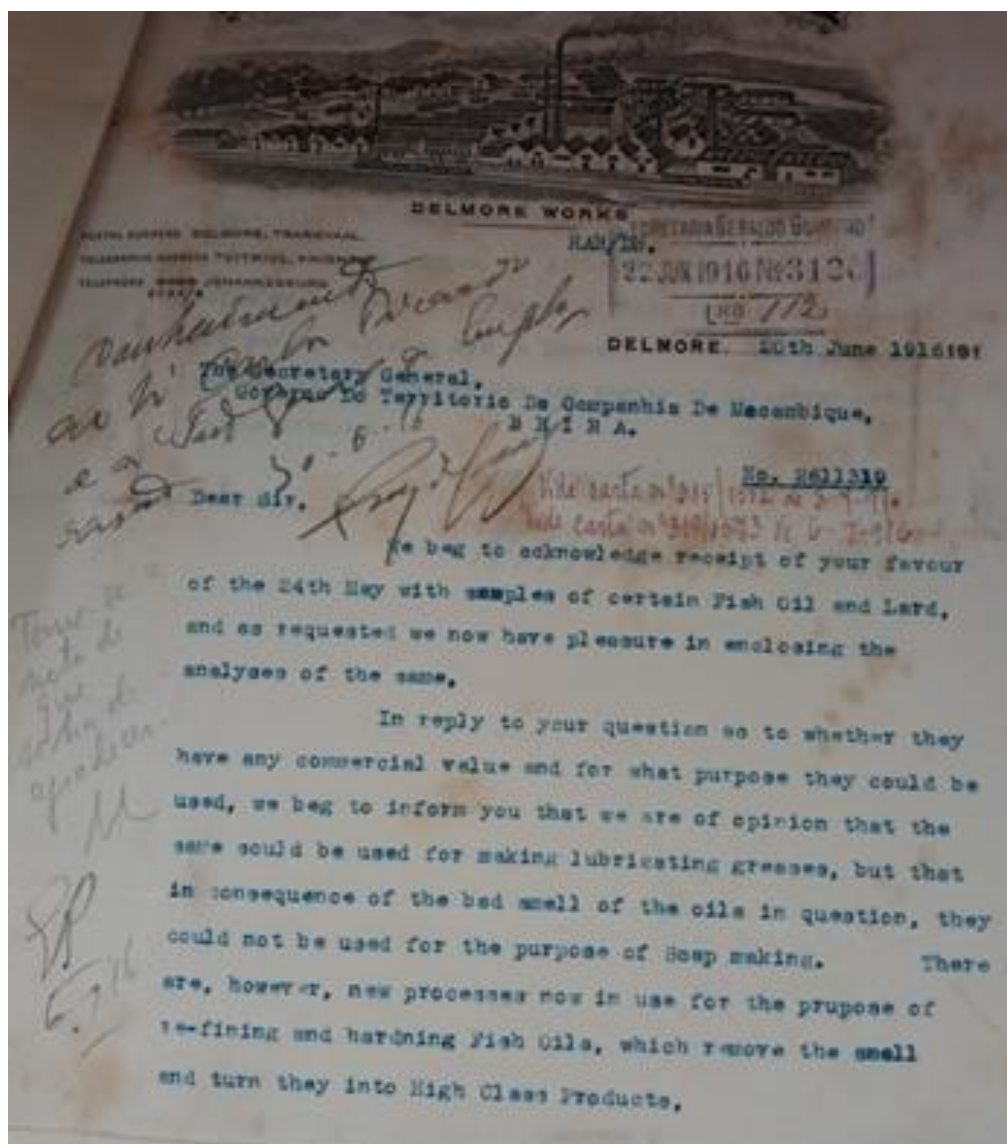
O segundo referia-se a licença para tirar ostras do barco de ferro abandonado na praia, foi-lhe indeferido nos termos do Regulamento, que cito no meu despacho, e como nada conseguisse por este meio voltou novamente, sophismando o caso, pedindo uma cambôa de pesca, mas junto ao barco citado, requerimento que foi indeferido nos termos do despacho que vae junto ao processo para conhecimento de V. Exa., despacho que tem a data de 27 de Setembro.

No requerimento que informo e que já estava registado n'esta Capitania, pede para collocar uma camboa afim de n'ella crear ostras.

Ora desde o momento que pretende crear um viveiro de ostras, transportando rochas, etc., deixa de ser uma cambôa para passar a ser um estabelecimento ostreicola, a que se refere o capitulo III do Regulamento de pesca de 13 - X - 98 e

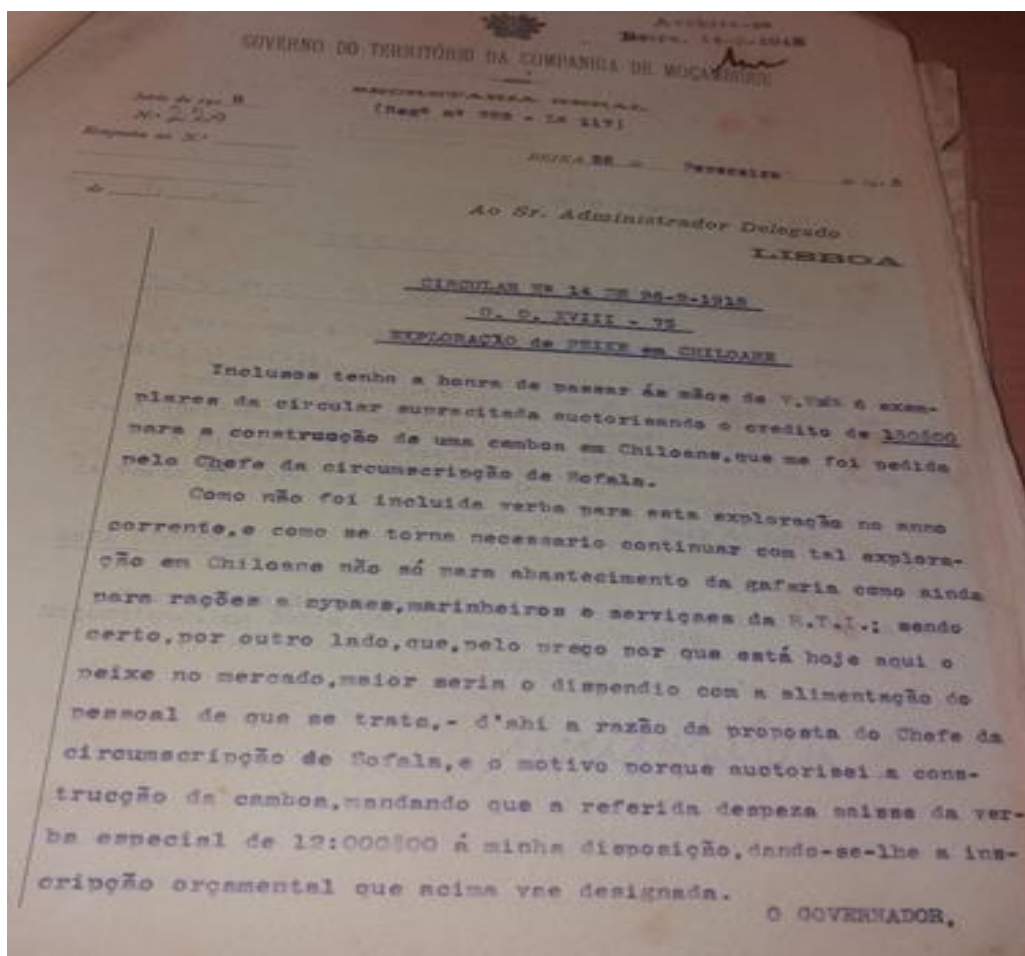
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Regulamento para a apanha da Casca da Ostra, 1900-1932, Processo 413», cota 113.

11: Indústria de extração de óleo de peixe



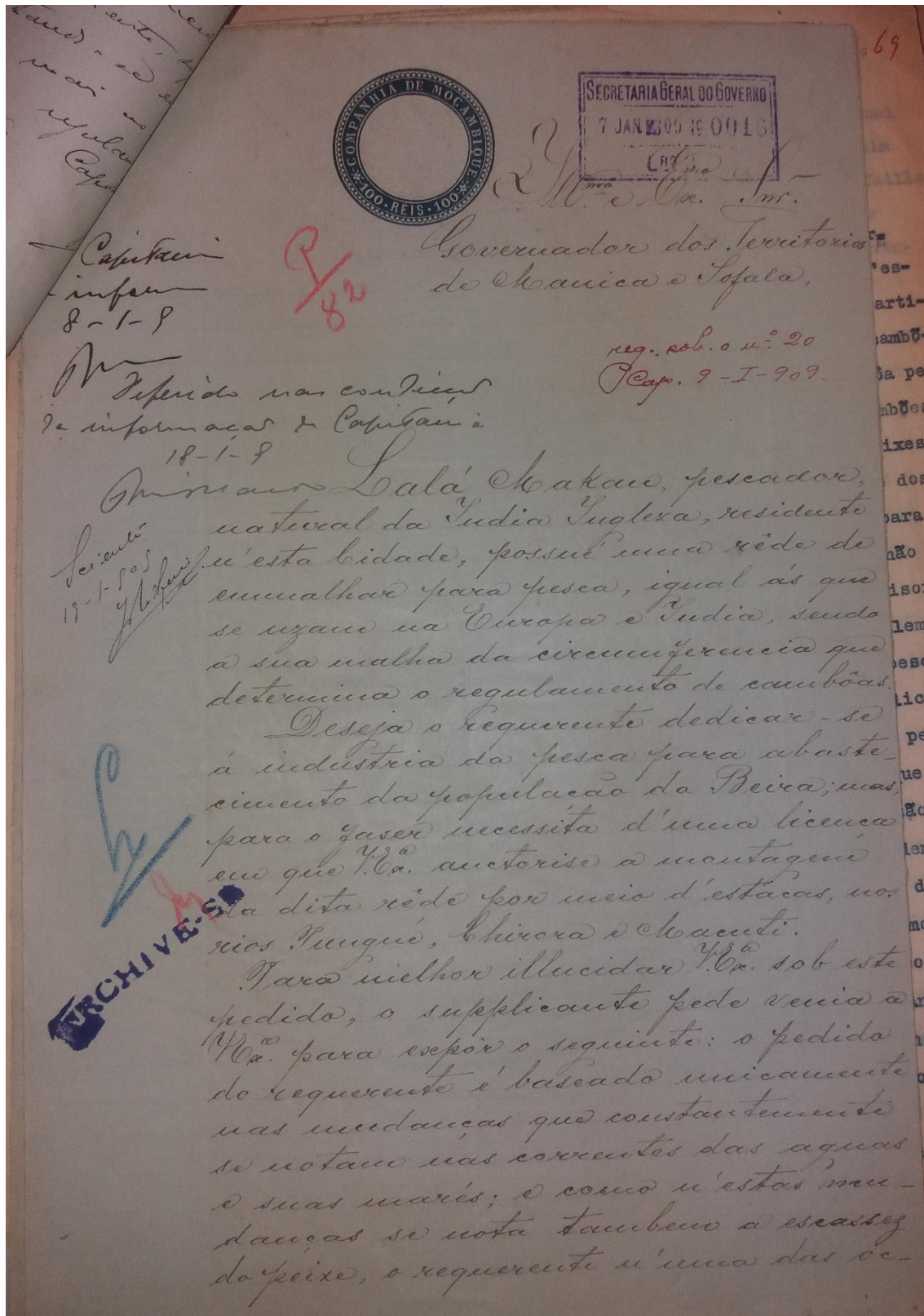
Fonte: MZ/AHM- Companhia de Moçambique, «Pesca, Extração de óleo de peixe- Concessão pedida por Carlos Picardo,1900-1932, Processo 412», cota 113.

13: Exploração de peixe em Chiloane



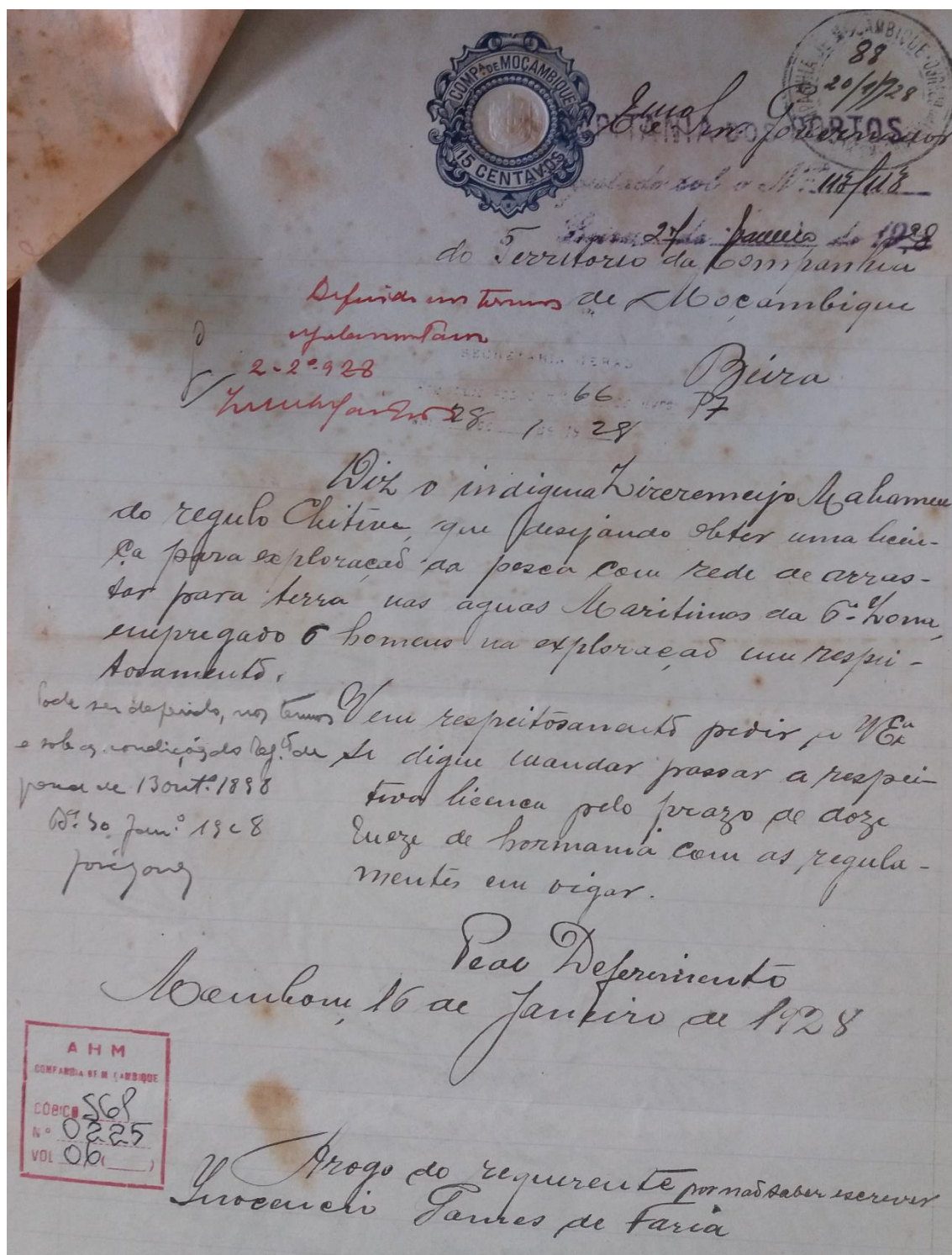
Fonte: MZ/AHM- Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», 20/9/1905 a 23/4/1934, vol. 1, 1907.

14: Requerimento de pescador indiano



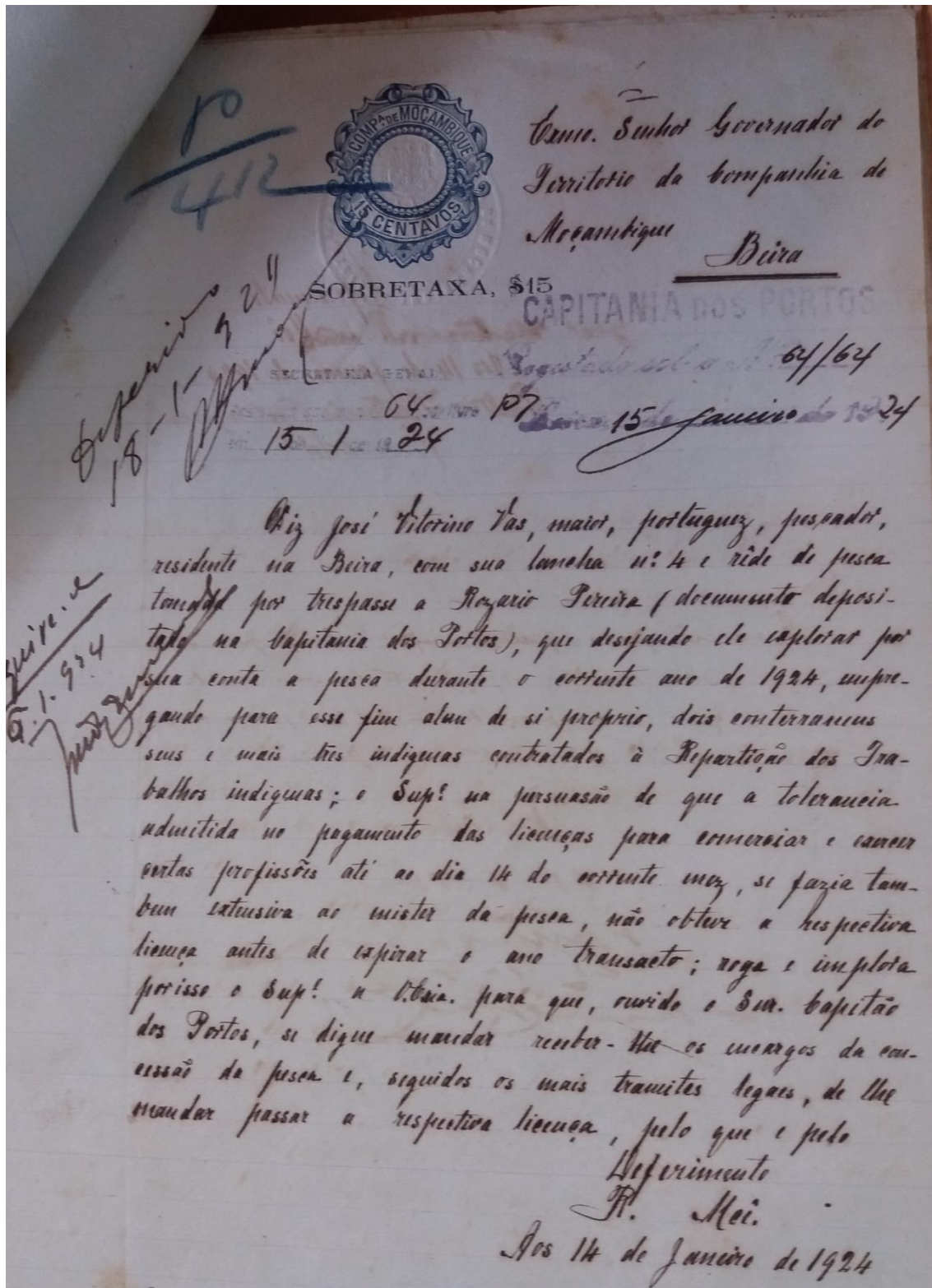
Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

14.1: Requerimento de pescador indígena




Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

14.2: Requerimento de pescador português



Fonte: MZ/AHM-Companhia de Moçambique, «Exploração de camboas: Ordens e Instruções e Concessão de locais destinados a Camboas, 1900-1932, Processo 82», cota 30.

15: Importação de peixe seco de Angola



GOVERNO DO TERRITÓRIO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

ALFANDEGA DA BEIRA

Série de 19 34
 N.º 83/272

Processo N.º _____ Beira, 19 de Abril de 1934.
 Resposta ao N.º _____
 de _____/_____/_____

Exmo. Snr. GOVERNADOR
 do Território da Companhia de Moçambique

B E I R A

IMPORTAÇÃO DE PEIXE SECO
OFÍCIO DO GOVERNO GERAL DE ANGOLA

Informando sobre o assunto do ofício do Governo Geral de Angola N.º 1459-289-719-1ª, de 26 de Março ultimo, tenho a honra de expôr o seguinte:

A informação prestada a Sua Exa. o Governador Geral de que não ha na parte da costa sob a administração da Companhia de Moçambique uma só salga de peixe, carece de fundamento, como se prova pelo requerimento apresentado em Outubro de 1927 por 114 individuos interessados na industria e comercio do peixe, dos quaes, a maioria é constituída por pescadores. E prova-o tambem o movimento do peixe seco acusado pelas nossas estatísticas de cabotagem nos ultimos anos, como a seguir se indica:

Peixe seco embarcado nos portos do Sul do Território, quasi todo destinado á Beira em:

1927	578.044 quilos
1928	543.194 "
1929	648.316 "
1930	522.442 "
1931	451.473 "
1932	328.004 "
1933	321.229 "

-271-892-50.000

Fonte: MZ/AHM-Fundo da Companhia de Moçambique, «Peixe para indígenas», vol. 1, 1907.

ANEXOS II

FOTOGRAFIAS TIRADAS NO PERÍODO DA PESQUISA DE CAMPO

Foto 1. Uma das sepulturas na área muçulmana do cemitério. Foto do autor, Maio 2018.



As traduções de algumas partes visíveis das inscrições na lápide querem dizer: filha de Issa falecida em 1252 no ano de Hégira. No calendário Gregoriano corresponde a 1836. A gentileza da tradução foi feita por Mutiua, Chapane. Investigador e docente do Centro de Estudos africanos. Universidade Eduardo Mondlane. Tradução feita em Agosto, 2018.

Foto 2. Sepulturas no Cemitério Cristão do período da Companhia de Moçambique. Foto do autor, Maio 2018.



Sepultura do italiano onde do lado esquerdo tem a cruz em direção ao Sul e a do lado direito está virada para o Norte, posição idêntica às outras.

Foto 3. Ainda a sepultura do comerciante italiano. Feita de estrutura de cimento maior e mais forte em relação às outras. Foto do autor, Maio 2018.



ANEXO III

PLANO DE ATIVIDADES DO TRABALHO DE CAMPO, E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

MARÇO- MAIO 2018

Provincial de Sofala

A-Ilha de Chiloane

Período de pesquisa – 25 dias

A recolha das fontes orais terá como prioridade as pessoas que estiveram em atividade no período até 1987, ou que de alguma forma, possuem conhecimentos sobre este período. Será baseada em entrevistas semi-estruturadas, com recurso a gravação e posterior transcrição, com o objetivo de entender a forma como diversos actores entendem o assunto da pesca artesanal assim como as acções e os resultados da intervenção do Estado na atividade. Vertentes sociais a considerar:

- d) Conselho Comunitários de Pesca- CCP, (líderes e membros dos conselhos);
- e) Informantes-chave onde vamos dar ênfase a Histórias de Vida (líderes das aldeias; religiosos; personalidades influentes a nível local);
- f) Pescadores artesanais; revendedores e transportadores (amostra deve variar segundo o género e a idade)
- g) Entrevistas com dirigentes governamentais a nível do distrito/localidade
- h) Viagem de ida e volta (2 dias)

Principais atividades: entrevistas; fotografias; levantamento de documentação disponível com base em fotocópias, onde for permitido.

Espera-se fazer uma média de 3 entrevistas por dia tomando em consideração as deslocações e a tradução necessária.

Quadro resumo

Local	Entrevistados	Número de dias	Número de entrevistados	Observações

Província de Sofala ilha de Chiloane	Conselho Comunitários de Pesca- CCP	4	10	Líderes e membros dos conselhos
	Histórias de Vida	5	13	Líderes das aldeias-5, religiosos-5, personalidades a nível local-3
	Grupo-Alvo	12	35	Pescadores artesanais-20; revendedores-10 e transportadores-5
	Dirigentes governamentais	2	5	
Trabalho de arquivo/bibliotecas		2		
Total		25	43	

NB. Vamos fazer uma escolha de entrevistados flexível dado que não há garantia de encontrar pessoas ligadas a pesca, no período em pesquisa em número e diversidade de funções pretendidas. Aqui temos apenas um plano indicativo ideal.

B-Capital provincial, cidade da Beira

Período de pesquisa – 20 dias

Entrevistas a nível da cidade da Beira

Grupo alvo: Pessoas que tenham exercido funções no período 1975-1986 assim como outros dirigentes na atualidade.

Enfoque- entender a sua sensibilidade/conhecimento em relação ao sector de pescas quanto aos principais eixos da dissertação1-Políticas pesqueiras no período colonial (1891-1974); 2- Combinados Pesqueiros: A transformação dos pescadores artesanais em assalariados no pós-independência (1975-1991); 3-Exploração económica e preservação dos recursos naturais: papel da pesca artesanal; 4-Comunidade de pescadores face às políticas de produção pesqueira: continuidades e rupturas.

Pesquisa nas instituições, direcções provinciais e bibliotecas, de documentos relevantes para a pesquisa (cópias onde for permitido)

Quadro resumo:

Local	Entrevistados	Número de dias	Número de entrevistados
Província de Sofala Cidade da Beira	dirigentes de sectores relacionados com a pesca		
Direcção provincial de pescas	Directores Técnicos	2	6
Direcção provincial de agricultura	Directores Técnicos	2	4
Direcção provincial de indústria e comércio	Directores Técnicos	2	4
Direcção provincial do ambiente	Directores Técnicos	2	4
Direcção provincial do trabalho	Directores Técnicos	1	2
Município da cidade da Beira	Vereadores Técnicos	2	4
Principais empresas pesqueiras que operam	Directores Técnicos	2	4
Trabalho de arquivo/bibliotecas		7	
Total		20 dias	28

C-Pesquisa na cidade de Maputo

Período de pesquisa – 45 dias

Entrevistas semi-estruturadas

Grupo alvo: pessoas que tenham exercido funções no período 1975-1991 assim como outros dirigentes na actualidade; enfoque- entender a sua sensibilidade/conhecimento em relação ao sector de pescas quanto aos principais eixos da dissertação:

1-Políticas pesqueiras no período colonial (1891-1974); 2-Combinados Pesqueiros: A transformação dos pescadores artesanais em assalariados no pós-independência (1975-1991); 3-Exploração económica e preservação dos recursos naturais: papel da pesca artesanal; 4- Comunidade de pescadores face às políticas de produção pesqueira: continuidades e rupturas.

2-Pesquisa nas bibliotecas (públicas, ministérios, direcções provinciais, de documentos relevantes para a pesquisa)

3-Pesquisa no Arquivo Histórico de Moçambique

4-Pesquisa no Museu de Pescas

Obtenção de cópias onde for permitido

Enfoque principal – imagens fotográficas e pesquisa bibliográfica e de arquivo

Quadro Resumo

Local	Actividade	Número de dias	Observações
Ministérios e empresas de pesca	Entrevistas semi-estruturadas	10	
Bibliotecas /Museu de Pesca	Pesquisa	15	
Arquivo Histórico de Moçambique	Pesquisa	30	
Total		55	

Enfoque das fotografias

- 1- As fotografias serão usadas com o objetivo de captar:
 - a) Tipos de embarcações e instrumentos de pesca;
 - b) Tipos de pesca;
 - c) Espaço/aldeias onde se realiza a pesca artesanal;

- d) As zonas de comercialização condições e infra-estruturas;
- e) O processo da construção das embarcações e do fabrico dos instrumentos de pesca.

D- Perguntas semi-estruturadas

Grupo alvo: **Dirigentes e técnicos de instituições** públicas e privadas que se relacionam com a atividade de pesca a nível central e local.

I-Padrão de questões:

- 1- Como estava organizado o sector da pesca artesanal no período 1975-91?
- 2- Qual tem sido a contribuição da pesca artesanal? (económico; social; nutricional; político) numa escala de 0 a 5 indique;
 - a) Tem sido alcançado esse objetivo?
- 3- Quais são os principais constrangimentos na atividade?
 - a) O que deve ser melhorado e como?
- 4- Qual tem sido a articulação entre as várias instituições públicas e privadas que actuam no sector?
 - a) Quais os principais constrangimentos?
 - b) O que deve ser melhorado e como?
- 5- Até que ponto a atividade da pesca artesanal afecta ou é afectada por questões ambientais?
 - a) O que deve ser melhorado?
- 6-Haverá registo de conflitos que afectem negativamente a atividade? (entre pescadores artesanais/empresas privadas/publicas)
 - a) Se sim, como afectam a atividade.

II- Combinados Pesqueiros (CP): A transformação dos pescadores artesanais em assalariados no pós-independência (1975-1991)

Grupo alvo: **pescadores** que estiveram em atividade na altura dos combinados ou pessoas que tenham conhecimento sobre os factos.

Padrão de questões:

- 1- Na altura dos Combinados Pesqueiros já exercia a atividade de pesca?
- 2- Se sim, como é que os pescadores estavam organizados?
- 3- Chegaram a ter algumas unidades de Combinados Pesqueiros na Zona?
- 4- Se sim, como se relacionavam com a direção dos CPs?
- 5- Que benefícios ou obrigações tinham para receberem assistência de um CPs?
- 6- Sentiam-se felizes ou realizados por este enquadramento nos CPs?
- 7- Conseguiam satisfazer as necessidades das famílias com o que ganhavam?
- 8- O que levou ao fim das atividades dos CPs?
- 9- Registavam-se conflitos entre os pescadores e a direção dos CPs?
- 10- Se sim de que natureza?
- 11- E entre os pescadores, havia conflitos?
- 12- De que natureza os mais destacáveis?
- 13- Como os resolviam?
- 14- Qual a avaliação que faz sobre a contribuição da pesca artesanal para a famílias dos pescadores no período dos CPs e depois do fim delas?
- 15- Haverá participação de mulheres e crianças na pesca artesanal inserida nos CP?
- 16- Quais eram as suas tarefas específicas?
- 17- Havia membros da mesma família nesta atividade?
- 18- Comparando o investimento na aquisição do material, tempo aplicado e os rendimentos o que acha desta atividade para o pescador?
- 19- O que pensa que podia ser feito para melhorar esta atividade da pesca?
 - a) entre os pescadores
 - b) entre pescadores e as empresas privadas
 - c) entre os pescadores e o Estado
- 21- Haverá alguma técnica ou instrumento de pesca que afecta a sustentabilidade da pesca em geral ou artesanal, em particular?
 - a) O que pode ser feito para melhorar/corrigir esses fatores?

III-Contribuição da pesca artesanal no sustento das famílias

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

Padrão de questões:

- 1- Quais são as principais atividades económicas que sustentam as famílias?
- 2- Destas atividades qual a importância da pesca?

- 3- Qual tem sido a tendência de os rendimentos da atividade pesqueira melhorar/piorar?
- a) Quais as principais causas
- 4- Registam alguma alteração das zonas de pesca? (escassez/abundância)
- a) Se sim, quais seriam as razões?
- 5- Dos tempos dos seus avós, seus pais e agora que principais alterações de destaque podemos registrar na atividade da pesca?
- 6- Quantos membros do seu agregado familiar se dedicavam a pesca?
- a) Volumes de produção (dia, semana, mês)
- b) Qual o investimento necessário (valor monetário) necessita para a produção?
- c) Obtém lucros da atividade?
- d) Quais os prejuízos?
- 7- Os rendimentos da pesca conseguem cobrir as despesas da família?
- 8- Há alguma mudança nas artes e aprestos de pesca praticados na região?
- a) Se sim, até que ponto influenciam na atividade de pesca?
- 9- Haverá alguma mudança das zonas de pesca habituais?
- a) Se sim, quais as razões dessa mudança?

IV-Questões transversais a vários grupos

- 1- Como é que o pescador artesanal pode se enquadrar no mercado formal?
- a) Será que eles têm algum interesse para essa integração?
- 2- Que vantagens/desvantagens têm na situação de artesanais?
- 3- Como a pesca artesanal pode transpôr o ciclo de pobreza?
- a) Será que eles se consideram pobres?
- 4- Como é feita a transição geracional na prática desta atividade?
- 5- Alguns tipos de atividades económicas geram pobreza cíclica devido ao deficiente nível de escolaridade dos seus praticantes. Qual a situação do nível de escolaridade dos pescadores artesanais?
- 6- A oferta de pescado a pequenas embarcações que se aproximam do alto mar. Quando começa? Terá sido regulamentada?
- 7- Qual era a Filosofia e propósitos na criação de CP em relação ao pescador artesanal e à pesca semi-industrial?

V-VENDA/COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO

Grupo alvo: **pescadores artesanais e revendedores de pescado**

- 1-Para quem vende o produto da pesca? Ao revendedor ou público?
- 2-Se há revendedor, que tipo de relação/compromisso estabelece com ele (a)?
- 3-Tem alguma relação de parentesco com esta pessoa? Se sim qual?
- 4- Sabe para onde este revendedor leva o peixe? (mercado local, regional, internacional)
- 5- Qual a diferença entre os preços que você aplica ao revendedor(a) e aquele que ele aplica ao consumidor?
- 6-Quem decide estes preços?
- 7-Vende sempre a mesma pessoa?
- 8-Quais as principais formas de transporte.
- 9-Qual tem sido a contribuição da pesca artesanal? (económico; social; nutricional; político) numa escala de 0 a 5 indique;
- 10-Quais são os principais constrangimentos na atividade?
- 11-O que deve ser melhorado e como?

VI-PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA PESCA

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

- 1-Haverá participação de mulheres e crianças na pesca artesanal?
- 2-Quais são as suas tarefas específicas?
- 3-A sua participação carece de autorização do chefe da família?
- 4-Haverá registo de cerimónias/rituais/tabus para a inserção da mulher na pesca?

VII-ARTES DE CONSERVAÇÃO DO PESCADO

Grupo alvo: **pescadores artesanais e revendedores de pescado**

- 1-Como conservam o pescado?
- 2-Haverá diferença de preços de acordo com a forma de conservação?

VIII-PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

- 1-Até que ponto a atividade da pesca artesanal afeta ou é afetada por questões ambientais? (CHEIAS, SECA, CICLONES, MUDANÇAS CLIMATICAS-CALOR/FRIO)
- 2-Haverá alguma ação humana que provoca estas mudanças?

a) O que deve ser melhorado?

3-Registam alguma alteração das zonas de pesca habituais por causa de (escassez/abundância)?

a) Se sim, quais seriam as razões?

4-Dos tempos dos seus avós, seus pais e agora que principais alterações de destaque podemos registar na atividade da pesca?

5-Existe esta afirmação de um pescador na Baía de Maputo:

“As mudanças climáticas provocam a falta de chuva e a água se tornou muito salgada. O peixe já não resiste a esta água.

Encontramos agora peixe muito magro e sem ovos (este facto corrobora com uma informação de pescadores portugueses que vi num telejornal).

Perdeu sabor e não tem gordura. Mesmo aquele peixe que sabíamos ser muito saboroso agora já perdeu esse sabor. Isto acontece em todas as épocas do ano”.

Qual o seu comentário?

IX-ARTES DE PESCA/TIPOS DE EMBARCAÇÃO

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

1-Quais as principais artes de pesca praticadas nesta região?

2-Há alguma mudança nas artes e aprestos de pesca praticados na região?

a)Se sim, quais as razões e até que ponto influenciam na atividade de pesca?

3-Haverá registo de alteração nos tipos de embarcação desde a chegada dos colonos?

X-CONFLITOS/DISPUTA PELO RECURSOS

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

1-Haverá registo de conflitos que afetem negativamente a atividade? (entre pescadores artesanais/empresas privadas/publicas)

a) Se sim, quais e como afetam a atividade.

XI-PERÍODO DE VEDA

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

9.1-Há períodos de veda na atividade da pesca?

9.2-Desde quando se iniciou?

9.3-O que fazem os pescadores durante esse período?

9.4-Acham importante a sua existência?

“O período de veda é o mesmo para todos os intervenientes (semi, industrial e artesanal). Passado o período de veda vamos ao trabalho e se regista grandes discrepâncias nas quantidades de recursos que cada um destes 3 sectores consegue capturar”.

9.5-O que acham desta situação?

XII-RENTABILIDADE DA ACTIVIDADE

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

1-Comparando o investimento na aquisição do material, tempo aplicado e os rendimentos acha que esta atividade é rentável para o pescador?

2-O que pensa que podia ser feito para melhorar esta atividade da pesca?

a)entre os pescadores

b) entre pescadores e as empresas privadas

c)entre os pescadores e o Estado

3-A venda do pescado semi-industrial e industrial vende em divisas e artesanal para consumo. Será assim?

4-Haverá criação de riqueza material exterior (casa melhorada, mota, carro, educação, etc) com base nos rendimentos da pesca artesanal?

XIII-ARTES DE PESCA NOCIVAS

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

1-Haverá alguma técnica ou instrumento de pesca que afeta a sustentabilidade da pesca em geral ou artesanal, em particular?

a) Desde quando se registam esses problemas?

b) O que pode ser feito para melhorar/corrigir esses fatores?

2-Haverá algumas Artes de pesca que podem ser consideradas nocivas mas que veem sendo praticadas ao longo dos tempos? Se sim quais.

XIV-PESCA ATIVIDADE FORMAL OU INFORMAL

Grupo alvo: **pescadores artesanais e revendedores de pescado**

1-Como é que o pescador artesanal considera a sua atividade: formal/informal?

a)-Estarão interessados em se tornar formais?

2-Que vantagens/desvantagens têm na situação de artesanais?

XV-PAPEL DO ESTADO/GOVERNO

Grupo alvo: **pescadores artesanais**

- 1-O que acham das normas/regulamentos que o Estado impõe na atividade da pesca artesanal?
- 2-Conseguem notar alguns benefícios dessas ações?
- 3-Comparando os diferentes pescadores (artesanal/industrial) quem recebe mais benefícios?
- 4-Concordam com essa situação?
- 5-O que deve ser mantido ou melhorado?
- 6-Qual tem sido o papel/impacto da fiscalização nas vossas atividades?

XVI-CICLO DE POBREZA

Grupo alvo: **pescadores artesanais e revendedores de pescado**

- 1-Será que o pescador considera a sua atividade como produtora de pobreza cíclica (geração para geração). Se sim,
 - a) Como a pesca artesanal pode transpôr o ciclo de pobreza?
- 2-Como é feita a transição geracional na prática desta atividade?
- 3-Alguns tipos de atividades económicas geram pobreza cíclica devido ao deficiente nível de escolaridade dos seus praticantes. Qual a situação do nível de escolaridade dos pescadores artesanais?
- 4-Qual a média de idade dos pescadores
- 5-Qual é a classe média da maioria dos pescadores?
- 6-Comparando a pesca artesanal com a agricultura qual aquela atividade económica mais propensa a crises de fome/insegurança alimentar?

XVII-ASSOCIATIVISMO

Grupo alvo: **pescadores artesanais e revendedores de pescado**

- 1-O que acham do associativismo no vosso ramo?
- 2-Que vantagens/desvantagens podemos anotar?
- 3-Desde quando iniciaram esta forma de organização?
- 4-Que tipo de apoios espera ou recebem? De quem?

XVIII-HISTÓRIAS DE VIDA

COMPANHIA DE MOCAMBIQUE

1-Tomou conhecimento das ações da CM nesta zona?

2-Um dos principais alimentos fornecidos nos acampamentos era o peixe (fresco e seco). Sabe como é que os pescadores locais pescavam para fornecer?

3-Tem conhecimento de algum familiar que tenha participado nessa atividade? Se sim o que contaram?

XIX-FUTURO

O que acham da arte da pesca artesanal no futuro? vai resistir ou desaparecer?

OBRIGADO PELAS RESPOSTAS E TEMPO DISPONIBILIZADO

ANEXO IV

EXEMPLO DE DUAS ENTREVISTAS REALIZADAS NA ILHA DE CHILOANE

5 de Junho 2018, Ilha de Chiloane

Entrevista, 83 anos de idade, nascido em 1935

A CM tinha sua moeda que emitia na cidade da Beira que circulava em todo o território da sua administração. Emitia também Caderneta de Indígena para circulação

Nasci no período de administração da CM aqui em Chiloane.

Foi a CM que semeou o palmar de coqueiros que ate agora se pode ver aqui na ilha. Nessa altura a administração era designada de posto administrativo de Chingune em Chiloane. Também semeou em Chirinda o palmar que hoje pertence ao Posto administrativo de Divinhe. Os trabalhadores, na maioria fornecidos no sistema de trabalho de Xibalo. Eram alimentados por peixe seco dos pescadores artesanais e carne de caca, que faziam no continente. Também tinha uma salina aqui na ilha que ainda existe ate hoje. No continente também criavam gado.

Mais tarde foi criada a Companhia Moçambique Industrial, que ate tinha na Beira uma fábrica de óleo e sabão. Esta Companhia se apoderou do palmar da CM. Foi herdeira dos bens da CM. Tambem existiu a Companhia algodoeira que foram herdeiras da CM.

A alimentação dependia do fornecimento de peixe pelos pescadores e pela caca

FORNECIMENTO DE PEIXE

Havia pescadores indígenas e mais tarde pareceram os chineses. Estes modernizaram a pesca introduzindo um novo tipo de rede de cerco arame na construção de gamboas. Os nativos usavam caniço para a construção das suas gamboas. O tipo de fio de pesca também era feito de fibra de árvore chamada chingoja (tipo embondeiro, mas que não produz malambe), onde tiravam da casca as fibras para o seu fabrico. Também usavam sisal fazer linha de pesca.

Chines introduz gamboa com malha de arame assim como a pesca com a linha industrial. Por volta do ano de 1915 ou 20 na ilha de Chiloane. Foi antes de eu nascer em 1935.

As técnicas de produção de malhas para as redes continuaram as mesmas que usavam os pescadores indígenas e a alteração foi no tipo de matéria-prima para o seu fabrico.

Mais tarde começou se a introduzir fio de pesca comprado na loja e gamboas feitas de arame.

Com estas alterações a pesca aumentou as quantidades capturadas pois conseguiam fazer redes maiores e mais resistentes.

Para além de chineses não houve outras nacionalidades nem gregos nem indianos. Na Beira sim.

Os chines também não foram muitos. Primeiro foi Há Heng que chegou a ter barcos de pesca maiores que os locais. Depois chegou outro primo Arouca e depois um sobrinho Há Chewa.

No início começaram com pesca usando canoas tradicionais e depois que começaram a fabricar e usar chatas.

O pescado era também enviado através de lanchas de barco a vela para a cidade da Beira. Também levava passageiros. Mais tarde é que se introduziu o barco a motor. O primeiro barco de motor foi trazido da Beira por volta de 1942. Fabricado aqui na ilha de Chiloane foi em 1962.

Estes barcos o primeiro foi de Agostinho Fernandes e outros eram de indianos sediados na Beira que eram Fernandes. Estes barcos levavam peixe e passageiros para a Beira. Vendiam aos portugueses.

Um barco era do indiano, outro de Agostinho Fernandes e o terceiro do chinês por volta de 1940. Os comerciantes vendiam trazia vários produtos e trocava levando camarão fino, peixe seco e fresco e não aceitava dar em dinheiro.

Perolas na ilha de Chiloane não tem nenhuma informação sobre isso. Mas na ilha acha que nunca houve. Mesmo holotúrias não tem ocorrido.

PRECO, um quilo era 2\$50 o da primeira e da segunda 1\$00. Na Beira vendiam a 3\$00 o da primeira. O pescador conseguir dinheiro suficiente para a sua família.

Havia pescadores que se tornaram proprietários negros indígenas que chegavam a ter trabalhadores que operavam nas suas gamboas e tinham muitas redes de pesca. Os impostos de usos de gamboas, redes de pesca pagavam aqui na ilha de Chiloane.

Compravam todo o peixe que o pescador conseguia.

O primeiro posto administrativo foi Chiloane e até Machanga e Divinhe dependiam de Chiloane. O Regulo mais importante estava em Chiloane. Era para onde canalizavam os

impostos colectados tanto em Machanga assim como em Divinhe. Faziam essa colecta duas vezes por mês. Este facto aconteceu ate por volta de decada de 1930.

CONFLITOS

Um pescador proprietário de varias redes e gamboas tinha muitas dificuldades de conseguir angariar trabalhadores. Havia aquele receio de negro trabalhar para outro negro.

Assim, este proprietário ia pedir o fornecimento de trabalhadores ao chefe do Posto. Este, começava por mandar controlar nos residentes quem tem os impostos pagos atraves de cipaios. Assim recolhia os indígenas que não tivessem pago para irem ao CHIBALO. Estes eram presos na administração do posto. A partir daqui todos aqueles que tinham necessidade de trabalhadores, incluindo este proprietário indígena, iam à administração requisitar o número de homens que quisesse. Assim, o contrato era de este proprietário vir pagar o salario de cada pessoa requisitada na administração. Deste valor deduzia-se o que era devido nos impostos. Completado o valor a pessoa podia estar liberta. Também havia a possibilidade de a pessoa continuar a trabalhar de forma livre.

Na cidade da Beira nenhum indígena podia entrar sem uma autorização registada na Caderneta de indígena que tinha um tempo determinado, em geral por 6 meses ou 1 ano.

O imposto exigido em dinheiro, moeda, foi um dos instrumentos para obrigar o indígena a trabalhar para poder ter dinheiro para pagar o imposto. Caso não tivesse dinheiro era logo preso e enviado para o XIBALO.

CASOS DE FRAUDE

Eram frequentes que o indígena tralhasse para um determinado proprietário e este não querer que ele saia no final do contrato. Assim ele inventava falhas ou estragos que fez durante a sua atividade para lhe obrigar a ficar a continuar o trabalho.

ABUNDANCIA

Nos tempos passados o pescador lançava uma duas vezes a rede e recolhia muito peixe.

MUDANCA

Nos tempos, você ate viu que eu consegui contar o número de pescadores que havia aqui na ilha. Havia nessa altura apenas cerca de 6 redes. Mas agora, nem sei contar quantas pessoas estão aqui na pesca. O peixe nasce da mesma maneira que nos tempos, mas a quantidade de

pescadores é muito elevada. Não é uma questão de droga ou feitiço. A partir do alto mar até a costa há vários tipos de redes para capturar o peixe. Assim, se escapa num determinado tamanho de rede tem ainda mais 5 ou 6 outras redes a espera do mesmo peixe e acaba por não escapar.

Nessa altura sabíamos quantas pessoas têm rede e era fácil controlar e hoje já não é possível. Em todos os canais de entrada na ilha estão cercados com redes de pesca...como o peixe pode chegar até aqui...por isso a escassez.

TRADICAO

Hoje em dia também encontramos pescadores que levam mulheres para as zonas de pesca...isto também não é permitido e traz azar.

NO TEMPO COLONIAL TAMBEM TRAZIAM PEIXE CARAPAU DE ANGOLA EMBALADO para o nosso consumo.

Peixe pedra, garoupa e peixe vermelho abundava muito na zona de Inhassoro e Vilanculos. Mas agora já desapareceu.

RAZOES DE DIMINUCAO

Começou depois da independência a partir dos anos 90

No pós-independência foi indicado como delegado da pesca artesanal pela Direção Nacional de Pescas.

CHEIAS- BANCOS DE AREIA

Os bancos de areia são importantes para a reprodução do peixe pois evita a violência das ondas do mar.

SALINIDADE/QUALIDADE DE PEIXE

O peixe precisa de água mista. Um pouco salgado um pouco doce. Assim permite a sua melhor reprodução e qualidade.

MULHER NA PESCA

Desde os tempos que as mulheres pescam, em especial na pesca de camarão fino na costa. Na entravam nas gamboas nem nas redes de puxar de arrasto.

Puxavam mais a rede de estado. Não usavam capulana. Tinham uma rede de malha com a medida certa para essa pesca.

CRIANCAS

Não participavam, apenas rapazes a partir de 15/16 anos para a frente.

VENDA DE PEIXE/ GENERAIS

Hoje de fato o peixe é vendido de forma diferente. Existe um compromisso entre os pescadores e os compradores/revendedores. Estes fornecem material de pesca e enviam congeladores e colmam para os acampamentos de pesca onde recolhem todo o peixe. Estes é que determinam todo o destino do pescado conseguido pelo pescador artesanal. Este é um novo fenómeno que precisa de ser debatido. O peixe agora é comprado no anzol...ou na rede...está difícil. O comprador tornou-se dono dos pescadores...mesmo aqui na ilha para termos peixe de caril temos que pedir esmola a estes compradores...

VEDA

No tempo colonial não havia veda. Quando começou...

Foi depois da independencia talvez na década de 2000 para cá. Também era para os semi-industrial e industrial...não havia para artesanal.

Aqui na ilha não temos semi-industrial e industrial...

FUTURO

Deve se lutar contra as formas nocivas de pesca como o caso das chicocotas e rede mosquiteira. A pesca artesanal é uma arte universal que não pode desaparecer assim de qualquer maneira. Vai continuar e se adaptar.

LITERACIA NA PESCA

Para enriquecer um tipo de atividade exige que haja evolução académica para se poder introduzir mudanças que melhorem a atividade. Por isso acho que deve se apostar na formação das pessoas que se dedicam a esta atividade.

A pessoa que estuda tem possibilidade de conseguir observar e introduzir mudanças que podem melhorar a atividade. Esta é uma das questões bases para melhorar a arte de pesca artesanal. Sem esta situação a pesca vai ter problemas.

RIQUEZA NA ARTE DE PESCA

Há muitos que enriqueceram na prática de pesca artesanal. O China que veio a Chiloane começou com pesca de gamboa e redes de cerco e terminou com mais de 12 barcos e muitos trabalhadores aqui na ilha. Era muito rico. O filho é que continuou a atividade do pai depois de ter estudado na escola. Portanto a LITERACIA ajuda a melhorar a arte e gestão a atividade.

A pesca e a agricultura são semelhantes. ambas possuem periodos sazonais que devem ser contrladas e geridas.

Temos casos de rapazes que herdaram redes dos pais e nem sabem aranzar a rede nos periodos em que não estão a pescar. assim acabam se tornando empregados de outros que conseguem consertar a rede e se materem na atividade. isso se passa em todas as atividades.

Entrevista 2

Natural de inharringue

Iniciou a atividade em 1992 com o pai e tinha 13 anos juntamente com outros 2 irmãos mais velhos e mais 6 trabalhadores.

O pai tinha 1 chata e 3 canoas

ARTE DE PESCA: ARASTO PARA A TERRA.

2004, inicia a atividade individual e tinha 1 chata e 1 canoa e mais 6 trabalhadores. Não pesca com os filhos.

ARTE DE PESCA: EMALHE E ARASTO PARA A TERRA.

Nas boas mares consegue até 700kg durante um período de 7 dias e nas menos boas consegue uma média de apenas 100kg no mesmo período.

Paga salário aos seus trabalhadores mensalmente e o valor varia de acordo com a tendência da pesca entre alto valor e baixo. Mas paga durante todos os meses do ano. Os trabalhadores são permanentes.

PROCESSAMENTO

Separa o peixe que é para venda a fresco, os maiores e de boa qualidade e salga e seca o outro que se ensaca depois. Todo o trabalho realiza-se nos acampamentos.

VENDA

Tem uma pessoa fixa que compra todo o seu peixe, o GENERAL.

Preço

É marcado pelo general que decide a parte que deve pagar ao pescador depois de avaliar os custos de transporte e de compra de gelo para a conservação assim como a procura do produto.

O peixe é vendido em locais diversos.

MULHER

No tem mulheres na sua equipa.

CONFLITOS

Não tem registo destes casos.

VEDA

OBSERVA-SE NOS MESES DE jan, fev, e marc

Acha importante porque permite a reprodução e crescimento do pescado. Durante este período pratica a pesca de emalhar.

RENTABILIDADE DA PESCA

Consegue sustentar a família. Acha que na pesca se pode produzir riqueza material desde que a pessoa consiga fazer poupança e gerir bem os lucros. Contudo acha que nos tempos atuais ser mais difícil devido a redução do pescado por falta de chuva. Quando chove o peixe se reproduz e cresce mais rápido.

ARTES NOCIVAS

Não tem observado, mas já ouviu falar.

APOIO DE GOVERNO

Não tem visto nenhum apoio

ASSOCIATIVISMO

É membro do CCP da Ilha e acha que a importância é de ser um espaço de sensibilização e discussão dos problemas da sua atividade de modo a se conseguir as boas práticas.

FUTURO

A pesca vai continuar mesmo com estas dificuldades. Um dia a chuva vai voltar e as coisas vão melhorar.

Quando falta chuva o peixe perde gordura e fertilidade e baixa até o sabor.

TIPOS DE MANGAIS

EXISTEM 5 TIPOS

- 1- Mutoodge ou Mupedge cujas raízes são muito tortas e serve também como tratamento da infertilidade*
- 2- Mucandala- serve para fazer estacas de construção*
- 3- Mugolongo-tem estaca mais fraca por isso é roído por murmuché*
- 4- Mufinge- igual a Mugolongo*
- 5- Mutacabero-sem utilidade específica.*